



**III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN**

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

ANAIIS

REALIZAÇÃO:





**III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN**

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

Organizadores

MAYRA RODRIGUES FERNANDES RIBEIRO

ELISAMA DANIELLA GOMES FERREIRA

ISMAEL FERNANDES DE MELO

RICARDO ALVES DA SILVA

REALIZAÇÃO:





III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN

19 a 21 de Outubro de 2016

UERN/UFERSA Mossoró - RN

TEMA:

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO

EQUIPE EXECUTIVA

Anne Lizabelle Leite Duarte
Antônia Leonides Barbosa
Antônio Queiroz de Alcântara Neto
Arlete Jácome de Lira
Danilo Jackson de Mendonça de Assis
Delvir da Silva Araújo
Demóstenes Vieira Targino
Érika Larissa de Oliveira Silva
Etevaldo Almeida Silva
Evandro Hallyson Dantas Pereira
Fabrisia Karine Carlos da Costa Pachêco
Francisco Fabiano de Freitas Mendes
Geordana Fernandes Souto do Monte
Ismael Fernandes de Melo
Jocelito Barbosa de Góes
Luís Flávio Batista
Márcia Regina Farias da Silva
Maria José de Sousa
Mayra Rodrigues Fernandes Ribeiro
Nelson de Medeiros Chaves Filho
Pedro Levi Lima Oliveira
Raimundo Nonato Santos da Costa
Raimundo Nonato Vieira Filho
Raimundo Renato de Araújo
Régia Lúcia Lopes
Ricardo Alves da Silva
Rodrigo Sérgio Ferreira de Moura
Rúbia Maria de Lima
Verinaldo Paiva Silva
Yadson Fábio da Silva Magalhães

REALIZAÇÃO:





III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

COMISSÃO AVALIADORA

Alexsandra Ferreira Gomes
Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia
Ana Augusta da Silva Campos
Ana Lúcia de França Medeiros
Andressa Karla Alves de Lima
Anne Lizabelle Leite Duarte
Antônia Leonides Barbosa
Antônio Carlos Batista de Souza
Demóstenes Vieira Targino
Etevaldo Almeida Silva
Francisca Marta Machado Casado de Araújo
Francisco Fabiano de Freitas Mendes
Geordana Fernandes Souto do Monte
Jionaldo Pereira de Oliveira
Josiane Maria de Castro Ribeiro
Johny Carlos de Queiroz
Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega
Lindercy Francisco Tomé de Souza Lins
Luciana Alves Bezerra Dantas Itto
Maise Clari Farias Barbalho de Mendonça
Maria Cleonice Soares
Maria da Conceição Vieira de Almeida Menezes
Maria Soberana de Paiva
Mayra Rodrigues Fernandes Ribeiro
Melissa Rafaela Costa Pimenta
Nádia Maria Silveira Costa de Melo
Raimunda Maria Marques de Azevedo
Risleide Rosa Freire de Oliveira
Rosimeiry Florencio de Queiroz Rodrigues
Samylle Ruana Marinho de Medeiros
Saulo Medeiros Diniz
Sérgio Luiz Pedrosa Silva
Verônica Maria de Araújo Pontes
Wênyka Preston Leite Batista da Costa

REALIZAÇÃO:





III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

Catálogo da Publicação na Fonte. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

Anais do III Fórum de Extensão do Oeste Potiguar. II Salão de Extensão da UERN, UFERSA e UFRN. IX Colóquio de Extensão da UERN /
Mayra Rodrigues Fernandes Ribeiro... et al (Org.). - Mossoró: Edições UERN, 2017.

414 p.

Tema: Extensão Universitária: interface entre a pesquisa e o ensino. Evento realizado de 19 a 21 de outubro de 2016.

ISBN: 978-85-7621-165-5

1. Extensão Universitária - Educação. 2. Pesquisa e Ensino - Educação. 3. Cultura - Educação. I. Ferreira, Elisama Daniella Gomes. II. Melo, Ismael Fernandes de. III. Silva, Ricardo Alves da. IV. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. V. Universidade Federal Rural do Semi-árido. VI. Instituto Federal do Rio Grande do Norte. VII. Título.

UERN/BC

CDD 378

Bibliotecária: Aline Karoline da Silva Araújo CRB 15 / 783

REALIZAÇÃO:



APRESENTAÇÃO

A Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – PROEX/UERN tem a satisfação de apresentar os Anais do II Salão de Extensão, realizado junto com o III Fórum de Extensão do Oeste Potiguar e IX Colóquio de Extensão, que teve como tema: Extensão Universitária: interface entre a pesquisa e o ensino. As atividades foram realizadas no período de 19 a 21 de outubro de 2016, na IV Semana de Ciências e Tecnologia da UERN.

Os eventos de extensão citados foram organizados pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN em parceria com a Universidade Federal Rural do Semi-árido – UFERSA e o Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN. Teve como objetivo principal a discussão dos fundamentos conceituais e epistemológicos da extensão, com a finalidade última de valorar as ações extensionistas no processo formativo acadêmico-profissional, por meio de um debate favorável as metodologias possíveis de dialogar com a pluralidade de saberes que transitam na relação dentro-fora da universidade. Tal perspectiva se afasta de compreensões antagônicas e de epistemologias que separam o saber acadêmico do saber da vida cotidiana. Em nossa perspectiva, educação-cultura-política-artes-conhecimento científico, hibridizam-se e se (trans)formam num processo de democratização do conhecimento tecido na relação dentro-fora da universidade.

Os Anais ora apresentados reúnem 71 produções de ações de extensão das Instituições de Ensino Superior com capilaridade no interior do Estado do Rio Grande do Norte, a saber: UERN e UFERSA e registra, ainda, a participação de IES da Paraíba.

Os trabalhos envolvem as oito áreas temáticas da Extensão: Educação, Cultura, Saúde, Trabalho, Direitos Humanos e Justiça, Tecnologia e Produção, Meio Ambiente, e Comunicação, apresentando resultados parciais de ações em desenvolvimento ou resultados de ações já concluídas. Mostram a potencialidade do diálogo formativo, plural e transformador das atividades extensionista nos diversos segmentos sociais, sempre indissociáveis ao ensino e a pesquisa.

Com mais essa publicação a PROEX/UERN espera estar contribuindo com uma das suas importantes missões, a disponibilização da produção acadêmica resultante da reflexão teórico-prática de ações desenvolvidas junto a comunidade. E com isso, abre-se para o diálogo com outras redes de saberes e fazeres de ações extensionistas realizadas em outros espaços/tempos formativos. Um Convite à leitura e à ampliação das redes de conhecimento que nos (trans)formam.

Prof. Etevaldo Almeida Silva
Pró-Reitor de Extensão/UERN

SUMÁRIO

COMUNICAÇÃO

FILOSOFANDO - FILOSOFIA NA UERN TV.....	11
INFORMAÇÃO INCIDINDO NA RELEVÂNCIA DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS PARA A CONCRETIZAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA DO ALIMENTANDO.....	18

CULTURA

CAMERATA DE CORDAS DA UERN - UMA PROPOSTA EXTENSIONISTA.....	24
CAMINHOS DO PLANO INSTITUCIONAL DE CULTURA DA UERN.....	31
PROCESSO COLABORATIVO DE CRIAÇÃO CÊNICA DO GRUPO DE TEATRO UNIVERSITÁRIO MOSSOROENSE.....	36
RAÍZES DA CULTURA SERTANEJA - VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO SERTÃO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	45
SABERES, TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE NOS ESPETÁCULOS DO FESTUERN 2015.....	53

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

AÇÕES INTERATIVAS DO PROJETO DEBATE, CAFÉ E CINEMA NO COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS NATALENSES.....	60
COMBATENDO O 'BULLYING' NAS ESCOLAS - PELO DIREITO A DIGNIDADE.....	67
CONSIDERAÇÕES SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INTERDISCIPLINARIDADE.....	71
CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO DIREITOS HUMANOS NA PRÁTICA - ANÁLISE A PARTIR DOS RELATOS DE EXPERIÊNCIA DOS EXTENSIONISTAS.....	76
DROGAS E POLÍTICAS PÚBLICAS - RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO CRR UERN PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.....	81
NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES - DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS COM ÊNFASE NA MATRICIALIDADE FAMILIAR.....	85
O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE DIREITO: DIÁLOGOS ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.....	91
O USO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FISCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CEDUC.....	96
PROJETO DE EXTENSÃO DIREITO, INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA - CONEXÃO ENTRE ENSINO E PESQUISA NO FAZER EXTENSIONISTA.....	100
REFORMAS NA POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE NARCÓTICOS - LEI 11.343/06 E SUA HERMENÊUTICA CONTEMPORÂNEA.....	105
UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR DAS DROGAS NA ESCOLA.....	110

EDUCAÇÃO

A EDUCAÇÃO RURAL NA VISÃO DOS PROFESSORES DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DA PARAÍBA.....	116
CAMINHOS DE CULTURA - CINEMA DO CAMPO AO MAR.....	124
CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPSAD III – MOSSORÓ-RN - AÇÃO EM SAÚDE SOBRE VÍNCULO DO PACIENTE, FAMÍLIA E PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO.....	129
CENTRO DE INCUBAÇÃO TECNOLÓGICA DO SEMIÁRIDO – CITECS.....	133
CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO DO CRR PARA ENFERMAGEM E PARA O DIREITO - RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	138

CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CONDUTORES DE TURISMO, UMA ALTERNATIVA PARA O JOVEM MORADOR DE NATAL E REGIÃO METROPOLITANA.....	144
CURSOS DE SENSIBILIZAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO INOVADOR.....	149
ENSINO DE GEOGRAFIA RUMO AO ASSENTAMENTO.....	155
FINANÇAS COMPORTAMENTAIS - UM ESTUDO COM GERENTES BANCÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ-RN.....	160
FINANÇAS EM FOCO NA UERN TV.....	168
III JORNADA DE MATEMÁTICA - CAMINHANDO PELO MUNDO DA MATEMÁTICA.....	173
INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE - UMA CONTRIBUIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS-UERN - CAMPUS CENTRAL.....	178
LEFREIRE 2014 - 2016 - ENTRELAÇANDO CONCEITOS, ELABORANDO REDES TEMÁTICAS E VIVENCIANDO CÍRCULOS DE CULTURA.....	183
ORIENTAR A COMUNIDADE EM IRPF, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) E EMPREGADO DOMÉSTICO (E-SOCIAL).....	188
PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL - INTERAÇÃO UNIVERSIDADE-ESCOLA – II EDIÇÃO.....	192
PROJETO CINEDIGITAL.....	197
PROJETO ENSINO DE CULTURA, LITERATURA E LÍNGUA PORTUGUESA – PECLEP.....	202
QUALIFICAÇÃO EM CONTABILIDADE BÁSICA PARA GESTORES E NÃO CONTADORES DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ.....	207
SEMEA BIOTEC - INCENTIVO A CIÊNCIA E BIOTECNOLOGIA.....	216

MEIO AMBIENTE

CULTIVO DE PINHÃO MANSO PARA A PRODUÇÃO DE BIODIESEL - UMA PROPOSTA PARA O ASSENTAMENTO ELDORADO DO CARAJÁS II.....	222
EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR - UM INSTRUMENTO PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA.....	229
EDUCAÇÃO PARA SAÚDE E TECNOLOGIAS SOCIAIS SUSTENTÁVEIS NA COMUNIDADE RURAL DE SÃO JOSÉ, MOSSORÓ (RN).....	237
TURISMO SUSTENTÁVEL - RELATO DE EXPERIÊNCIA DE OFICINAS MINISTRADAS NO PROJETO DE EXTENSÃO CINEMA NA SERRA.....	242

SAÚDE

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DE GESTANTES.....	251
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO EM SAÚDE.....	255
AÇÕES EDUCATIVAS PARA PREVENÇÃO DAS PARASIToses COM PAIS DE UMA ESCOLA PÚBLICA.....	260
AMOSTRA ÉTICA, SAÚDE E ENFERMAGEM - DILEMAS MORAIS E O IMPACTO NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	266
AS PARASIToses INTESTINAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PAU DOS FERROS-RN - UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	271
ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO PERMANENTE COM OS CUIDADORES DE IDOSOS DO INSTITUTO AMANTINO CÂMARA EM MOSSORÓ – RN - RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	278
CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES EM TERRITÓRIO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS - EXPERIÊNCIA DO CRR UERN.....	282

CENTRO REGIONAL DE REFERÊNCIA PARA FORMAÇÃO EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS (CRR-UERN) - RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	287
CRR UERN - FORMAÇÃO EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS.....	291
DIAGNÓSTICO SITUACIONAL EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E CONSTRUÇÃO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE.....	296
EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.....	301
EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM GRUPOS TERAPÊUTICOS - A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE APOIO INTERATIVO AOS PORTADORES DE PARKINSON – GAIPP.....	306
GRUPOS TERAPÊUTICOS COMO CENÁRIO DE APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO MÉDICA - A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE APOIO INTERATIVO AOS PORTADORES DE PARKINSON – GAIPP.....	311
HORTAS DIDÁTICAS NA ESCOLA - O PROBLEMA DO SOLO NA CONTAMINAÇÃO DAS HORTALIÇAS.....	316
IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS - ACOLHIMENTO, VÍNCULO E HUMANIZAÇÃO ATRAVÉS DA MÚSICA E ARTE.....	320
INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DE PARASIToses COM PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA.....	326
O CRR ENQUANTO FERRAMENTA PARA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS.....	332
PRODUZINDO SAÚDE NA MELHOR IDADE.....	337
PROJETO “ENVELHECER SORRINDO” - PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS.....	342
PROJETO DE EXTENSÃO EM UTI DA LIGA ACADÊMICA DE MEDICINA INTENSIVA DE MOSSORÓ-RN (LAMIM).....	347
RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE PREVENÇÃO DO ZIKA VÍRUS COM GESTANTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SINHARINHA BORGES.....	351
SAÚDE MENTAL DO IDOSO NA ATENÇÃO BÁSICA - UMA AVALIAÇÃO DENTRO DA PERSPECTIVA INTEGRAL.....	356
SEGURANÇA ALIMENTAR EM ESCOLAS COM HORTAS DIDÁTICAS - MERENDA SEGURA PARA AS CRIANÇAS.....	364
SUORTE BÁSICO DE VIDA NA UERN - NOVAS PERSPECTIVAS NA ATIVIDADE.....	369
VIVÊNCIA DO GRUPO PET ENFERMAGEM COM A POPULAÇÃO GERIÁTRICA MASCULINA DO INSTITUTO AMANTINO CÂMARA.....	375
VIVÊNCIAS DOS CURSOS DE ENFERMAGEM E MEDICINA NO PROJETO DE EPS COM GESTANTES.....	379

TECNOLOGIA E PRODUÇÃO

A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO PROJETO DE EXTENSÃO “USO EFICIENTE DE ENERGIA NA UFERSA” NA FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO DE ENERGIA.....	384
CAPACITAÇÃO EM JAVA – APOIANDO A QUALIFICAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO SEMIÁRIO POTIGUAR.....	390
MARATONA COMPET.....	394
RELTEC - UMA PROPOSTA PARA O PROBLEMA DOS RESÍDUOS TECNOLÓGICOS LOCAL.....	397

TRABALHO

PROJETO CUSTO DE VIDA PATU - AVALIAÇÃO DE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DISCENTE.....	403
--	-----



**III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN**

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

COMUNICAÇÃO

REALIZAÇÃO:



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

FILOSOFANDO: FILOSOFIA NA UERN TV

Área Temática: Comunicação

Luérgia Fernanda A. Oliveira
(luergia_fernanda@hotmail.com)

Elayne Araujo

Roberta Calini Gomes Pereira

Mariana Cunha de Mello

Judson Caetano da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

RESUMO: Este artigo apresenta a natureza, importância do programa *filosofando: filosofia na UERN TV*, desenvolvido como projeto de extensão na universidade do estado do Rio Grande do Norte - UERN. Neste contexto aborda-se alguns resultados já alcançados, demonstrando a importância do projeto para a formação dos estudantes e dos professores envolvidos. Assim, evidencia-se como o projeto contribui para o incremento das ações de extensão nos cursos de filosofia e comunicação social da UERN.

1 INTRODUÇÃO

O programa *Filosofando: Filosofia na UERN TV* é pensado como espaço de divulgação da reflexão filosófica. Nesse sentido, tem por objetivo tornar essa reflexão acessível ao grande público, sempre considerando o caráter aberto e especulativo da filosofia, conciliando a precisão e o rigor da reflexão filosófica com uma abordagem dinâmica e atrativa. Além disso, busca-se desmitificar a concepção do caráter livresco e academicista desta área do conhecimento, oferecendo discussões sempre atuais que chamam a atenção para os aspectos ideológicos e doutrinários de muitas crenças sob as quais se fundamentam as visões de mundo. Assim, abre espaço para discussões a respeito de temas do cotidiano permitindo a valorização da filosofia como saber aberto, crítico-reflexivo e interdisciplinar.

Os temas tratados nos programas – política, indústria cultural, gênero, liberdade, aborto, democracia, filosofia no ensino médio, religião, entre outros – procuram despertar o interesse do público em geral. Para tanto, partem de situações e opiniões particulares a respeito do tema em questão, uma vez que se acredita que as pessoas têm uma visão de mundo a qual lhes permite opinar sobre determinada temática ou conceito, principalmente quando se relacionam com sua vida e seus problemas cotidianos.

Por outro lado, o programa permite o envolvimento de todos os professores do departamento

de filosofia, na medida em que estarão discutindo as temáticas de suas respectivas áreas de pesquisa. Esse fato garante o reconhecimento do curso de filosofia da UERN pelo grande público, além de sua valorização junto à própria universidade, aliado aos órgãos de fomento e avaliação. Importa considerar também que, por envolver, na sua produção, o departamento de comunicação - a UERN TV - o programa se constitui em um exemplo bem-sucedido de parceria e interdisciplinaridade. Nesta perspectiva, o elemento mais importante são os estudantes de ambos os cursos que se encontram envolvidos na produção, divulgação e manutenção do programa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A filosofia, antes de ser uma disciplina acadêmica ou uma área do conhecimento, constitui-se como uma atividade. Uma atividade que decorre da natural propensão humana de desconfiar das opiniões, das crenças, dos valores, de buscar garantias para essas mesmas crenças, opiniões e valores. É essa desconfiança e busca por garantias que engendra a ação investigativa tendo como meta a determinação de juízos corretos a respeito da realidade em todas as suas dimensões. Por isso mesmo, Aristóteles (1984) irá caracterizar a filosofia como uma ação decorrente do espanto do homem diante da realidade. Neste sentido, a atividade filosófica permite repensar o que parece óbvio, para tentar descobrir a verdade para além das aparências.

Sob todos os elementos constituintes do real, é possível filosofar, à medida que temos crenças e valores a respeito desses elementos e pode-se mesmo dizer que tais crenças e valores constituem essa realidade. Ademais, são essas crenças e valores que acabam por determinar o que somos e como nos localizamos em diversos contextos da realidade. Desse modo, o homem, a história, política, a religião, o belo, a verdade, a ciência, a democracia, o corpo, tudo aquilo que constitui o animal humano como um ente dotado de razão e inteligência é objeto de reflexão e questionamentos, porque tais reflexões e questionamentos já são condições para a determinação de tudo aquilo que define a humanidade.

Neste sentido, a atividade filosofante é marcadamente uma atividade científica, política, social, histórica, estética, religiosa e ideológica, sobretudo, é uma atividade questionadora das crenças científicas, políticas, sociais, históricas, estéticas, religiosas e das ideologias. Portanto, como atividade, a filosofia é uma constante argumentação e interrogação.

Assim caracterizada, pode-se exigir da atividade filosófica respostas certas e seguras? Se há tais respostas serão elas consensuais? A rigor, as teses apresentadas pelos filósofos no decorrer da história da filosofia nada mais são do que respostas sugeridas para as questões colocadas à reflexão e ao questionamento, logo, a atividade filosófica também é propositiva e tem resultados. Precisamente, os resultados do questionamento filosófico são as teses propostas pelos filósofos.

Entretanto, essas respostas ou teses não se configuram como consensuais, isto é, as teses dos filósofos não se configuram como respostas últimas para as questões levantadas, estão, assim, também elas sujeitas à desconfiança inerente à atividade filosófica. Assim, se por um lado o filosofar se apoia numa tradição, por outro não toma as teses da tradição como absolutas e definitivas. Percebe-se então que a ação filosofante é diferente de atividade científica vivenciada na história ou física. Em filosofia, não é suficiente memorizar, compreender e raciocinar. É preciso também saber tomar posição, ou seja, defender ideias próprias. (MUCHO, 2008)

Nessa perspectiva, a atividade filosófica é um desafio às nossas crenças e valores, pois, depois de um exame mais minucioso, as crenças parecem-nos tão cheias de contradições que só um grande esforço de pensamento nos permite saber em que realmente acreditar. (RUSSEL, 1972). Nesta linha de raciocínio, é preciso considerar também como a crítica as crenças e aos valores afetam as outras pessoas, que efeito acarreta sobre seus sentimentos e estilo de vida. Assim, o que se acredita ou deixa de acreditar tem relação direta com a prática cotidiana de cada um pessoalmente e das outras pessoas com quem se convive na sociedade (NAGEL, 2011).

Contudo, a filosofia não se define somente por essa incômoda ação de aborrecer, contrariar, mas é também um trabalho que requer esforço, leituras, ferramentas (COMTE-SPONVILLE, 2002). Portanto, não se trata de uma mera especulação sobre qualquer coisa, antes, trata-se de perseguir a verdade, combater as ilusões trilhando o caminho da razão. Caminho este que exige rigor, disciplina, objetividade, precisão nos argumentos, no estabelecimento dos problemas, nas reflexões e nas teses propostas. Neste sentido, a filosofia é um exercício de criatividade, pois não fica confinada àquilo que foi dito pela tradição, apenas reproduzindo pensamento, mas cria e propõe novos conceitos, novas categorias para pensar a realidade.

O programa *Filosofando* fundamenta-se, portanto, na discussão crítica e propositiva, no estudo dos problemas fundamentais da realidade, do conhecimento, dos valores, constituindo-se em espaço para o debate das ideias e posições acolhidas nas enquetes com o público-alvo do projeto.

3 METODOLOGIA

O programa envolve alunos e professores dos departamentos de filosofia e de comunicação social da UERN é apresentado mensalmente no Canal 21 da TCM (Canal de TV a cabo Mossoró) e através da TV Assembleia para Natal e região metropolitana da Capital. Gravado nos estúdios da UERN TV com 30 minutos de duração, está configurado no seguinte formato: Entrevistas no estúdio com professores convidados e entrevistas com as pessoas nas ruas – o FALA POVO –, o comentário do convidado a respeito das opiniões das pessoas, a indicação de livros a respeito da temática do programa e a divulgação de eventos da filosofia (figura 1)



Figura 1. Gravação do programa, com o Professor Marcos Von Zuben

O programa também dispõe dos seguintes elementos de apoio e divulgação: uma página no *Facebook* para a comunicação com o público - indicação de leituras, formulação de questões, debates, sob a responsabilidade dos alunos do curso de filosofia e do curso de comunicação social envolvidos na produção; canal no *Youtube* em que se disponibiliza o programa; um banner com a logomarca do programa, seus objetivos, equipe de produção, horários de apresentação.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O programa tem como eixo norteador para suas temáticas o projeto pedagógico do curso de filosofia da UERN, em particular, o princípio segundo o qual somente a formação de indivíduos bem informados, capazes de exercitar o diálogo, analisar posições divergentes, respeitar decisões comuns para a solução de conflitos, fazer valer suas reivindicações, garante-lhes a inserção plena nos vários contextos da realidade. Neste sentido, compreende-se que,

Uma instituição não pode voltar-se somente para o ensino ou para a pesquisa. Se compartilhar com a sociedade, o conjunto ensino e pesquisa, por meio da extensão, aí sim, estar-se-á construindo uma universidade voltada para a formação de cidadãos e para a transformação da realidade. (LOURENÇO, 2011, p.18)

Neste contexto, o programa oportuniza que a comunidade seja participante ativa no processo da reflexão filosófica, pois interage no programa opinando a respeito de cada temática, através de entrevistas colhidas pela equipe da produção.

Ademais, a dinâmica da produção do programa constitui-se num importante laboratório para os estudantes do curso de comunicação social, ao mesmo tempo em que envolveu os estudantes de filosofia e seus professores na pesquisa e discussão de temáticas, as quais suscitavam mais apelo social, no sentido de despertar o interesse das pessoas entrevistadas. Neste sentido, realiza-se o que afirma Jazine:

A confirmação da extensão como função acadêmica da universidade não passa apenas pelo estabelecimento da interação ensino e pesquisa, mas implica a sua inserção na formação do aluno, do professor e da sociedade, na composição de um projeto político-pedagógico de universidade e sociedade em que a crítica e autonomia sejam os pilares da formação e da produção do conhecimento. (JAZINE, 2004, p. 4).

Assim, cada temática desenvolvida no programa assegurou a problematização e o esclarecimento de conceitos e de aspectos da realidade a que estavam inseridas os grupos sociais da comunidade. As seguintes temáticas já foram ao ar e são reprisadas: “O que é filosofia”, com o professor Marcos Von Zuben; “Política”, com o professor Adalberto Ximenes; “Cultura de Massa”, com o professor Elder Lacerda; “Gênero”, com o professor Guilherme Carvalho; “Direitos Humanos”, com o professor Ramos Neves; “Ensino de Filosofia”, com o professor William Coelho e participação do professor Silvio Gallo da universidade de Campinas – UNICAMP. Importante ressaltar que cada um desses temas foram desenvolvidos por professores cujas pesquisas se situavam em torno destas problemáticas. Deste modo, a ação extensionista, levada adiante pelo programa *filosofando*, desenvolve-se numa relação direta com a pesquisa e o ensino, realizando-se, não como uma praxis cega, mas como uma praxis real (RODRIGUES, 2006).

No que se refere à transmissão do programa através das redes sociais, constatou-se que apesar deste ser mensal e competir com os programas das grandes redes nacionais de televisão, a sua disponibilização em canal do *Youtube*, garantiu e garante, atualmente, uma audiência maior, além da possibilidade do registro de visualizações (Figura 2). Essa possibilidade de visualizar a audiência propicia um meio efetivo de medir a comunicação da universidade com a realidade local, regional e nacional. Além disso, no quadro de programação da UERN TV, o *filosofando* tem se destacado como um dos programas mais visualizados, evidenciando o impacto que exerce na programação da TV local (Conforme pode-se constatar em <https://www.youtube.com/user/UernTv>)

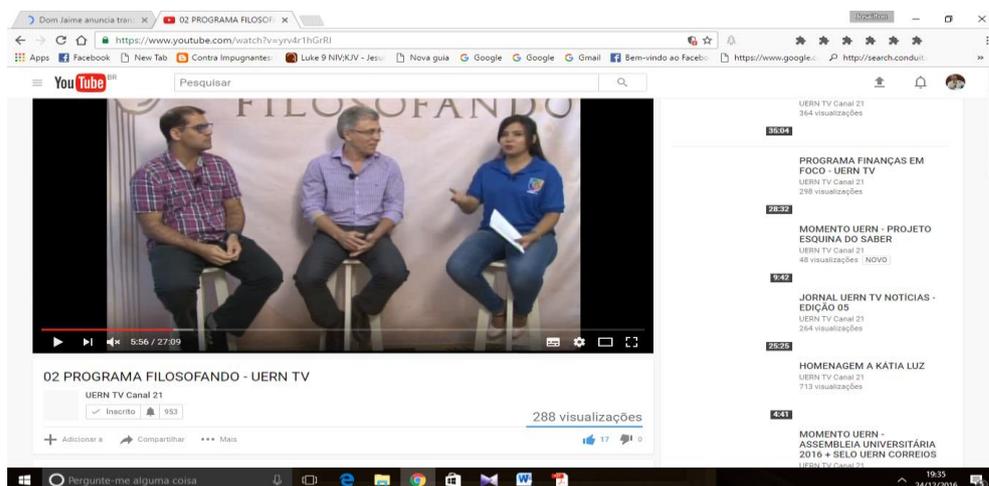


Figura 2: Programa sobre Cultura de Massa com o Professor Elder Lacerda do Departamento de Filosofia – 288 visualizações no *Youtube*.

Finalmente, o projeto *filosofando: filosofia na UERN TV* tem potencial para ensinar o espírito investigativo na medida em que é exigido, para a produção do programa, que seus membros pesquisem as temáticas que irão ser abordadas. Depois, cada um desses temas poderá vir a ser aprofundados em trabalhos de conclusão de cursos, comunicação em eventos, artigos acadêmicos e livros, constituindo-se, portanto, como ponto de partida para novas descobertas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em geral os cursos de filosofia têm dificuldade de desenvolver atividades voltadas para o público externo ao meio acadêmico. Isso ocorre pelo fato da filosofia se constituir numa área do conhecimento notadamente complexa face ao tipo de problema que discute e a falta de consenso entre os filósofos a respeito das mais diferentes teses propostas pela tradição. Diante disso, desenvolver atividade de extensão que procure atingir a comunidade em geral, avessa à análise e discussão de certas temáticas filosóficas, constitui-se num grande desafio. Neste contexto, o projeto em que se fundamenta o programa *filosofando: filosofia na UERN TV* é, claramente, bem-sucedido, pois consegue levar à comunidade as temáticas filosóficas de modo a demonstrar como estas são partes importantes na compreensão da realidade e a sua discussão favorece ao desenvolvimento da atitude crítica e reflexiva.

Por outro lado, o projeto consolida a formação de experiências a estudantes e professores envolvidos permitindo a inserção dos cursos de filosofia e comunicação social da UERN na realidade social local e ao mesmo tempo em que é influenciado por esta mesma realidade. Representa, portanto, a oportunidade de interagir com a comunidade para a construção de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Livro I. São Paulo: Abril cultural, 1984. Col. Os pensadores.

COMTE-SPONVILLE, André. **Apresentação da filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

JEZINE, E. As práticas Curriculares e a Extensão Universitária. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte. 2004. Disponível em: www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf. Acesso em: 15 dez. 2016.

LOURENÇO, Márcia Rozane Balbinotti de. **A trajetória histórica da extensão na Universidade Tecnológica Federal do Paraná**. 2011. 182 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Programa

de Pós- Graduação em Tecnologia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2011.
MUCHO, D. A natureza da filosofia e o seu ensino. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 22, n. 44, p. 79-99, jul./dez. 2008.
NAGEL, T. **Uma breve introdução à filosofia**. São Paulo. Martins Fontes, 2011.

RODRIGUES, R. A extensão universitária como uma práxis. **Extensão**, v. 5, p. 84-88, 2006.
Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20340/10820>. Acesso em: 18 dez. 2016.

RUSSEL, B. **Os problemas da filosofia**. Tradução Jaimir Conte. 1972. Disponível em: <http://charlezine.com.br/wp-content/uploads/Os-Problemas-da-Filosofia-Russell.pdf>. Acesso em 05 dez. 2016

**INFORMAÇÃO INCIDINDO NA RELEVÂNCIA DA EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
PARA A CONCRETIZAÇÃO DA DIGNIDADE HUMANA DO ALIMENTANDO.**

Área Temática: Comunicação

**José Cláudio da Silva Câmara
(padre_silva@yahoo.com.br)**

Osmar José de Souza Neto.

Déborah Leite da Silva.

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

Resumo

A fixação judicial de prestação alimentícia tem sido amplamente utilizada como mecanismo garantidor da dignidade humana do alimentando, posto que viabiliza o atendimento das suas mais relevantes necessidades. Contudo, nem sempre aquele que, em virtude de possuir laços consanguíneos com o destinatário dos alimentos ou por qualquer outra causa está obrigado a prestá-los o faz espontaneamente, ensejando a utilização da via executória, que tem a prisão como principal meio coercitivo. Nesta via de observação das dificuldades na concretização das garantias jurídico constitucionais, é perceptível que, no Brasil, a falta de conhecimento das pessoas acerca dos direitos que titularizam constitui considerável óbice ao seu efetivo exercício, neste ínterim, objetivando contribuir para que a informação chegue a um amplo número de pessoas e, a partir disso, as mesmas sejam capazes de buscar a concretização de seus direitos, o projeto de extensão “Direito, Informação e Democracia”, realiza programas de rádio sobre temas jurídicos.

Palavras-chave: Dignidade humana do alimentando. Execução de alimentos. Radiodifusão.

Introdução

A fixação judicial de prestação alimentícia tem sido amplamente utilizada como mecanismo garantidor da dignidade humana do alimentando, na medida em que viabiliza o atendimento das suas mais relevantes necessidades, as quais não se restringem à alimentação estritamente considerada, mas, incluindo tudo o que compõe o chamado mínimo existencial, abrangendo assistência à saúde, educação e lazer.

Contudo, nem sempre aquele que, em virtude de possuir laços consanguíneos com o destinatário dos alimentos ou por qualquer outra causa está obrigado a prestá-los o faz

espontaneamente, ensejando a utilização da via executória, que tem a prisão como principal meio coercitivo.

Nesta mesma via de observação das dificuldades na concretização das garantias jurídico constitucionais, é perceptível que, no Brasil, a falta de conhecimento das pessoas acerca dos direitos que titularizam constitui considerável óbice ao seu efetivo exercício, inclusive através da via jurisdicional, problemática que precisa ser superada, sobretudo quando os direitos envolvidos são indisponíveis e imprescindíveis, a exemplo dos alimentos.

Objetivando contribuir para que a informação chegue a um amplo número de pessoas e, a partir disso, as mesmas sejam capazes de buscar a tutela dos seus direitos, o projeto de extensão “Direito, Informação e Democracia”, vinculado ao curso de Direito da UERN, realiza programas de rádio sobre temas jurídicos, destacando-se os pertinentes ao Direito de Família, de modo que, uma vez conscientes dos seus direitos, as pessoas possam se encaminhar ao atendimento no Núcleo de Prática Jurídica da UERN, Campus de Natal ou a qualquer outro órgão que realize atendimento gratuito, a exemplo da Defensoria Pública, a fim de que possam concretamente espantar a transgressão aos seus direitos.

Ainda neste sentido, é relevante destacar que, o referido Projeto de Extensão não objetiva, com o norte de empoderar cidadãos para que busquem a tutela de seus direitos, promover a ampliação da hiperjudicialização, recorrente em nosso sistema jurídico por questões outras que não as abordadas no presente trabalho. Prova do alegado, diz respeito ao espaço dado a conciliação nos discursos dos extensionistas quando das intervenções, ademais das posturas orientadoras dos atendimentos a serem realizados pelos estudantes atuantes no NPJ/UERN, no sentido de, sempre que cabível, incentivar e promover a conciliação, o que resulta em índices como o apresentado recentemente em notícia divulgada no portal da UERN¹ pelo qual, metade das possíveis ações judiciais acabam por resultar em acordo entre as partes, levado a juízo apenas para homologação.

Desenvolvimento (referencial teórico-metodológico)

A expressão alimentos se refere às prestações periódicas devidas à determinada pessoa que não podendo provê-lo próprio sustento, o requer, normalmente em juízo e, sendo o pedido acolhido, o recebimento pode se dar em dinheiro ou espécie, para prover sua subsistência, tudo com o objetivo de garantir a preservação da dignidade da pessoa humana.

¹ “Campus de Natal - Audiências de conciliação realizadas no Núcleo de Prática Jurídica solucionam 50% dos conflitos”. Disponível em: < <http://uern.br/servico.asp?item=noticia¬id=9770&busca=NPJ> >.

Neste sentido, a Constituição Federal de 1988 traz expressamente disposta em seu art. 227, a obrigação da família de garantir à criança e ao adolescente de forma efetiva o direito à vida, ao lazer, à saúde, à alimentação, à educação, todos pautados no princípio da proteção integral, constitucionalmente assegurado e, reafirmado em todo o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No tocante a existência previa de um valor estabelecido em lei para a fixação dos alimentos, o mesmo inexistente, de modo que o magistrado, ao fazê-lo, deverá pautar-se no trinômio, necessidade do alimentando (destinatário dos alimentos), possibilidade do alimentante (quem deve prestar) e proporcionalidade entre os dois critérios anteriores, conforme preceitua o art. 1.694 do Código Civil vigente.

Uma vez havendo o reconhecimento da obrigação alimentar e ausência de cumprimento espontâneo, existe a possibilidade de exigí-la em juízo através da execução, que com o advento do Novo Código de Processo Civil, admite desde a negativação do devedor de alimentos junto aos órgãos de proteção ao crédito, até a prisão do devedor, a mesma de caráter coercitivo e não satisfativo do débito. Esta última medida, excepcional, porém adequada e eficaz, posto que um direito imprescindível à subsistência do alimentando está sendo violado e, por conseguinte, a sua própria dignidade humana, merecendo uma tutela dotada de mecanismos diferenciados.

E, é a partir da tomada de consciência por parte da sociedade em relação ao débito alimentar, sua relevância e consequências que se torna possível, inclusive, evitar que uma dívida de alimentos chegue ao ponto de ter sua cobrança realizada conforme acaba-se de delinear, via negativação junto aos cadastros de inadimplentes, situação sempre bastante prejudicial aos laços afetivos, os quais o Direito de Família também objetiva proteger. Além disso, o mais relevante quando da violação ao recebimento de alimentos é a efetiva mudança da situação fática para aquele que do direito necessita. Sendo assim, a concretização das necessidades de seu tutelado só poderá ocorrer se o(a) representante do menor tiver consciência dos instrumentos processuais garantidores.

Resultados e Discussão

Quanto aos resultados concernentes a garantia dos alimentos, faz-se *mister* ressaltar que, nem sempre, a execução destes é efetivada, ante a inércia do legitimado a propô-la, que decorre, muitas vezes, da falta de informação. É nesse contexto que o Projeto de Extensão “Direito, Informação e Democracia” atua, no sentido de levar informação e viabilizar o

atendimento no NPJ da UERN, *Campus* de Natal ou em outro órgão, a exemplo da Defensoria Pública, o que contribui não apenas para a concretização da dignidade humana do alimentando, como também para a formação humanística e intelectual dos discentes de Direito, reforçando os laços entre a Universidade e a comunidade, aspecto essencial na construção do saber.

Conclusão

É inegável que a extensão universitária consiste em uma ferramenta poderosa no processo de ensino-aprendizagem, na medida em que viabiliza o encontro entre a academia e a sociedade. Encontro este que, para além do utilitário e/ou tecnicista, chega ao verdadeiramente inspirador, haja vista que as principais problemáticas encontradas poderão ser objeto de reais intervenções extensionistas, as quais, indubitavelmente, além de contribuir para o enfrentamento das questões constatadas, aprofundam o conhecimento dos alunos e o sentimento do Direito enquanto engrenagem realmente essencial no processo de humanização social. Nesse contexto, destacam-se as ações do Projeto de Extensão “Direito, Informação e Democracia”, na medida em que, através das informações jurídicas transmitidas via programas de rádio, tem-se contribuído enormemente para que as demandas executórias de alimentos sejam ajuizadas, sobretudo por meio do Núcleo de Prática Jurídica da UERN, *Campus* de Natal, o que, sem sombra de dúvidas, tem viabilizado a promoção da dignidade da pessoa humana dos alimentandos.

Referências

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

MONTENEGRO FILHO. Misael. **Curso de Direito Processual Civil: de acordo com o novo CPC**. 12 ed. reform. e atual. São Paulo: Atlas, 2016.

DA SILVA, Nedione Florentino. **A prestação de alimentos: atendimento às necessidades vitais e sociais básicas para a proteção da dignidade da pessoa humana**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/21911/a-prestacao-de-alimentos-atendimento-as-necessidades-vitais-e-sociais-basicas-para-a-protecao-da-dignidade-da-pessoa-humana>>.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil: Direitos de família.** 15 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2005. V. 5.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil.** 27 ed., atual. São Paulo: Saraiva, 2002. v.6.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito civil: Direito da Família.** 4 ed., São Paulo: Atlas, 2004. (Coleção Direito Civil; V. 6).



**III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN**

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

CULTURA

REALIZAÇÃO:



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE COM A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

CAMERATA DE CORDAS DA UERN: UMA PROPOSTA
EXTENSIONISTA

Área Temática: Cultura

Isac Rufino de Araújo

isac.rufino@gmail.com

Felipe Pompílio de Assis Rocha

Felipe Lopes Cardoso

Jonathan Douglas Lopo Martins

Lucas Carvalho de Araújo

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

Este trabalho apresenta o Projeto de extensão “Camerata de Cordas da UERN”, do Departamento de Artes da FAL/UERN, tem por objetivo formar um grupo de alunos que estudam instrumentos da família do violino envolvendo discentes do curso de graduação em Música da UERN, Conservatório de Música e pessoas da comunidade em geral. Visa propiciar a prática de conjunto bem como a criação de um laboratório musical acadêmico e a formação de público. As atividades musicais dialogarão com diversas disciplinas do curso de música, reforçando a vivência prática dos conteúdos. Com ensaios semanais o Projeto pretende formar um grupo avançado e um iniciante oportunizando a participação de mais pessoas com níveis musicais diferentes. Além do estudo de repertório específico, o grupo irá realizar recitais para a comunidade e recitais didáticos em escolas da educação básica. Será propiciado aos alunos envolvidos o diálogo entre ensino pesquisa e extensão.

Palavras chave: Camerata de Cordas, formação musical, extensão cultural.

Introdução

A formação musical pode ser adquirida de diversas formas e em diversos contextos tanto formais quanto informais bastando o contato com a música, o interesse e a exposição diante das situações de aprendizagem. Em um curso de licenciatura em música, faz parte dessa formação musical as disciplinas de práticas instrumentais, no entanto, a aprendizagem do instrumento não se dá somente nestas disciplinas, mas em várias situações práticas. Além da experiência que o aluno traz antes de ingressar na universidade, outras vivências práticas podem ampliar e fortalecer o fazer musical dos alunos.

Mediante a carência de espaços voltados para a música de câmara, o Projeto Camerata de Cordas da UERN visa proporcionar aos alunos de música uma formação que, só a vivência da prática em conjunto é capaz de desenvolver. Além disso, através da atuação na Camerata, os participantes terão experiências prévias que os qualifique para atuar profissionalmente.

No âmbito artístico cultural, especificamente na área musical, a cidade de Mossoró carece de grupos com base em instrumentos da família do violino (violino, viola, violoncelo e contrabaixo). Alguns grupos musicais funcionam de forma voluntária e se mantem na informalidade. A própria Camerata de violinos já vem atuando há dez anos, anteriormente ligada ao Conservatório de Música D'alva Stella Nogueira Freire.

O objetivo geral do projeto é formar uma Camerata de Cordas, com alunos do curso de graduação em Música da UERN, Conservatório de Música e pessoas da comunidade em geral, propiciando a prática de conjunto com instrumentos da família do violino bem como a criação de um laboratório musical acadêmico e a formação de público. Os objetivos específicos são: desenvolver atividades musicais voltadas para a música de câmara, com repertório específico da literatura para quarteto, grupo de cordas, arranjos diversos contemplando vários estilos musicais; propiciar ao licenciando em música e a todos participantes o desenvolvimento técnico instrumental; ampliar as atividades desenvolvidas em sala de aula envolvendo alunos da prática instrumental, regência e prática de conjunto propiciando um rico aprendizado através dos ensaios e execuções de obras de gêneros, estilos e compositores diversos regionais, nacionais e internacionais; promover a cultura musical por meio da prática de instrumentos da família do violino tendo em vista a carência de grupos dessa natureza em nossa região; estabelecer um cronograma de apresentações além das dependências da universidade, levando música para comunidade e escolas públicas.

Desenvolvimento

A música constitui-se como campo específico de atuação profissional e a participação em atividades musicais em grupo desenvolve a colaboração e a escuta do outro. Aprendendo a escutar, o indivíduo melhora as suas capacidades cognitivas e linguísticas.

A música é uma atividade indissociável da cultura e se influenciam mutuamente. Com base nos referenciais da educação musical como um todo Queiroz (2004) diz que

“O que nos é possível, e que a educação musical deve nos proporcionar é a interação com música de diferentes contextos culturais, ampliando a nossa dimensão e percepção musical, fazendo com que a partir do contato com outras linguagens possamos inclusive ampliar o nosso próprio discurso musical” (QUEIROZ, 2004, p. 101). Neste sentido, a música é plural, coletiva e fazê-la em grupo, desenvolve uma interação eficaz onde possibilita ampliar as experiências sonoras de cada indivíduo e sua cultura musical.

Linhares e Trindade (2003) destacam a defesa que Paulo Freire faz sobre a educação como ato dialógico e também como processo rigoroso, intuitivo, imaginativo e afetivo. A teoria do conhecimento de Paulo Freire, dizem as autoras, reconhece que os atos de conhecer e pensar estão diretamente ligados às relações que as pessoas estabelecem umas com as outras. O conhecimento precisa de expressão e comunicação e ele não é, de maneira alguma, um ato solitário.

É possível entendermos as potencialidades da prática musical em conjunto, pois segundo Tourinho (2007), o aprendizado se dá pela observação e interação com outras pessoas. Assim, acreditamos que o sentimento de compartilhar conhecimentos deve ser encontrado na convivência do grupo, em meio a trocas de informações e experiências. O momento do ensaio de uma orquestra, por exemplo, é como uma oportunidade de troca de experiências musicais, de desenvolvimento das percepções e de entrosamento em torno da música.

Segundo Joly (2011), ao falar da orquestra, afirma que “Ela parece favorecer o desenvolvimento de relações afetivas, de processos criativos, de desenvolvimento da imaginação e da sensibilidade auditiva proporcionando, o tempo todo, um diálogo dos músicos entre si, dos músicos com as regentes, dos músicos com os arranjadores, dos músicos com o público e, finalmente, de cada músico consigo mesmo” (JOLY; JOLY, 2011, p. 81).

Com relação aos recitais didáticos, Soares (2004) afirma que “Dentre as várias formas de promover a comumente designada ‘música clássica’, concertos com finalidade didática se configuram como meios recorrentes em diversos espaços: teatros, salas de concertos, igrejas, escolas entre outros. São concertos em que uma tradição, originária de outro tempo e lugar, é apresentada de maneira simples e direta para que ‘rituais’, desenvolvidos em função de necessidades específicas, sejam compreendidos e desmistificados. Desta forma, o acesso a uma expressão cultural não cotidiana pode ser compreendida e apreendida como algo que também venha a fazer parte das opções musicais do público atendido”. (SOARES, 2012, p. 406)

Embora o autor esteja se referindo ao concerto didático, podemos transpor a ideia para recital didático, tendo em vista que, o foco central é uma apresentação didática que interaja com o público de forma mais acessível possível.

Sistemática do Projeto

O Projeto tem uma proposta pedagógica relacionada diretamente com várias disciplinas cursadas pelos estudantes de música. Entre as principais disciplinas destacamos: Prática de Conjunto, Prática Instrumental, Regência, Harmonia, Morfologia e análise musical, Organologia, História da Música e Teoria e Percepção Musical.

Para a realização do Projeto haverá uma série de atividades necessárias para o funcionamento de um grupo musical, tais como: planejamento, admissão de integrantes, escolha e análise do repertório, ensaios de naipes, ensaios gerais, apresentações esporádicas, recitais conforme o cronograma pré-estabelecido e os recitais didáticos.

Será adotada uma dinâmica de trabalhar com dois grupos visando abranger alunos avançados e iniciantes. Essa dinâmica visa o acesso democrático e ao mesmo tempo torna-se vantajoso por vários motivos: um grupo realimenta o outro; o grupo mais avançado serve de incentivo para os iniciantes; possibilita a maior participação dos interessados ampliando a oportunidade de fazer parte do grupo e de um projeto de extensão;

Os grupos ficarão assim denominados: Grupo A (para os alunos mais avançados) e Grupo B (para os alunos mais iniciantes). Haverá repertório que vise a interação dos grupos onde os dois tocarão juntos.

As fases de desenvolvimento do Projeto serão:

Planejamento - compreende todo o processo de criação das estratégias e formação do grupo, interdisciplinaridade entre as disciplinas do curso de graduação em música, definição do repertório e cronograma de apresentações.

Admissão de integrantes: será realizada mediante entrevista do coordenador verificando o perfil do interessado e sua iniciação no instrumento. O ingressante será direcionado para um dos dois grupos conforme o nível musical. Poderá participar qualquer pessoa interessada, uma parte dos alunos será do curso de graduação em música, porém, poderá participar qualquer pessoa de outra instituição e da comunidade em geral.

Ensaios: será feito no mínimo um ensaio semanal obrigatório com cada grupo. Em vésperas de apresentações, haverá ensaios extras. Os ensaios serão subdivididos em

ensaios de naipe e ensaios gerais de repertório.

Apresentações esporádicas: serão realizadas através de convites para eventos sujeita a disponibilidade do grupo.

Recitais: serão as apresentações realizadas para o público em geral em diversos espaços na universidade nos auditórios na cidade.

Recitais didáticos: serão apresentações didáticas realizadas ao público escolar. nestes recitais haverá uma interação com a plateia de alunos, momento em que serão abordados aspectos sobre o repertório, os compositores, os instrumentos e também sobre o ensino e aprendizagem musical.

Avaliação: o projeto será avaliado a cada etapa realizada. a cada bimestre será avaliado o repertório estudado, o crescimento musical dos participantes e do grupo de forma em geral. Fará parte da avaliação os resultados que poderão ser conferidos nos recitas e apresentações que serão realizadas. Todo o material oriundo das apresentações, dos registros em foto e vídeo, gerarão periodicamente os devidos relatórios para o departamento de artes e para a Pró-Reitoria de Extensão.

Considerações Finais

O Projeto propiciará uma relação com ensino, pesquisa e extensão. O diálogo com o ensino será possível através da relação com as disciplinas envolvidas tendo em vista que serão colocados em prática conceitos e técnicas vistos na teoria.

Quanto a extensão universitária, o Projeto está intrinsecamente ligado a extensão por envolver professor, alunos e comunidade gerando um produto cultural vivo que poderá ser levado a qualquer lugar além dos limites da universidade e do município. Desta forma, cumpre legitimamente o papel de extensão universitária.

Quanto a pesquisa, o Projeto gera campo de estudo na área de música, especificamente no aprendizado musical em grupo. Será incentivado que os alunos problematize as situações experimentadas, despertem para a pesquisa, vejam de que forma o fazer musical em grupo pode contribuir para a aprendizagem musical e como poderá ser aplicado em outros contextos.

Referências

ARROYO, Margarete. Educação musical na contemporaneidade. Anais do II Seminário

Nacional de Pesquisa em Música da UFG. Em:
<http://www.ufrgs.br/musicalidade/midioteca/educacaomusical/educacao-musical-na-contemporaneidade/view>. Acesso em 15.11.2012. 17h 30 min.

BARBOZA, Maria da Glória da Silva et al. Escuta ativa e compreensão musical: relato de uma experiência de formação de plateia em Cruzeiro do Sul–AC. 2011. 99 f. Monografia (Licenciatura em Música)—Universidade de Brasília/Universidade Aberta do Brasil, Cruzeiro do Sul, 2011. Em:<http://hdl.handle.net/10483/2797> - Acesso em 22.11.2012. 17h 45min.

BORTOLI, Cristiane de e ROMEU, José Roberto Lemos. Recital didático: ensino e aprendizagem musical para formação de plateia. 2011. 58 f., il. Monografia (Licenciatura em Música)— Universidade de Brasília/Universidade Aberta do Brasil, Rio Branco, 2011. Em: [://hdl.handle.net/10483/2816](http://hdl.handle.net/10483/2816). Acesso 22.11.2012. 16h

JOLY, Maria Carolina Leme; JOLY, Ilza Zenker Leme. Práticas musicais coletivas: um olhar para a convivência em uma orquestra comunitária. Revista da *Abem*, Londrina, V.19, N.26, p.79-91, jul-dez 2011.

KRÜGER, Suzana Ester; HENTSCHKE, Liane. Contribuições das Orquestras para o ensino da música na educação básica: relato de uma experiência. In: HENTSCHKE, Liane; DEL bem, Luciana, Organizadoras. Ensino da Música – propostas para pensar e agir em sala de aula – São Paulo: Moderna, 2003.

LINHARES, C., TRINDADE, M. de N. (Org.). *Compartilhando o mundo com Paulo Freire*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003. (Biblioteca Freireana, v. 7).

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Educação musical e cultura: singularidade e pluralidade cultural no ensino e aprendizagem da música. Revista da ABEM, Porto Alegre, V. 10, 99-107, mar. 2004.

Em:http://www.abemeducacaomusical.org.br/masters/revista10/revista10_artigo12.pdf. Acesso em 22 de outubro de 2012, às 8:00 horas.

MORAES, Classedonio da Silva et al. Recital didático: ações pedagógicas e ampliação da vivência musical. 2011. 100 f. Monografia (Licenciatura em Música)—Universidade de Brasília/Universidade Aberta do Brasil, Cruzeiro do Sul, 2011.Em:<http://hdl.handle.net/10483/2815> – Acesso em 20.11.2012. 17h.

MOREIRA, R.L.S. Representações sociais: caminhos para uma compreensão da apreciação musical?I Simpósio Brasileiro de pós-Graduandos de Música. XV Colóquio do programa de pósGraduação em Música da UNIRIO, Rio de Janeiro, 2010.

SCHLINDWEIN, Olga Maria. Recital didático: ensino e aprendizagem musical para formação de plateia. 2011. 46 f. Monografia (Licenciatura em Música)—Universidade de Brasília/Universidade Aberta do Brasil, Acrelândia, 2011. Em:
<http://hdl.handle.net/10483/2762>- Acesso em 21.11.2012. 9h 15min.

SILVA, Deimisson Gomes da e VASCONCELOS, Francisco Cartegiano de Souza. Criar e tocar para uma escuta musical ativa: uma proposta educativo-musical na formação de plateia. 2011. 57 f., il. Monografia (Licenciatura em Música)—Universidade de Brasília/Universidade Aberta do Brasil, Cruzeiro do Sul,

2011.<http://hdl.handle.net/10483/2703> - Acesso em 22.11.2012. 18h.

SOARES, Gina Denise Barreto. Um Concerto Didático: Representações Sociais em Música e Educação. UNIRIO. Anais do II SIMPOM 2012 - Simpósio Brasileiro de pós-Graduandos em Música. 2012.

SWANWICK, Keith. Ensinando música musicalmente. Tradução de Alda Oliveira e Cristina Tourinho. São Paulo: Moderna, 2003.

**CAMINHOS DO PLANO INSTITUCIONAL DE CULTURA DA UERN: REGISTROS
SOBRE FÓRUM DE CULTURA DE NATAL**

Área Temática: Cultura

Irene de Araújo van den Berg Silva

(irenearaujo@uern.br)

Jeissiany Batista Maia

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

A partir da constituição do Plano Nacional de Cultura as universidades foram provocadas a se pensar e pensar seu papel e atuação no âmbito do cenário da cultura. Este trabalho procura situar a relação entre cultura e extensão universitária, refletindo sobre o processo de construção do Plano Institucional de Cultura (PIC) no âmbito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. O recorte aplicado considera uma fase do processo de construção do PIC-UERN, qual seja, a realização do Fórum de Cultura de Natal, e se propõe a apresentar os resultados preliminares desse encontro.

Palavras-chave: Plano Institucional de Cultura; UERN; Fórum de Cultura de Natal.

Introdução

Cultura pode-se dizer, é um termo com várias acepções, em diferentes níveis de profundidade e diferentes especificidades. Segundo a UNESCO (2002, p.2), cultura refere-se a “um conjunto de características distintas espirituais, materiais, intelectuais e afetivas que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Abarca, além das artes e das letras, os modos de vida, os sistemas de valores, as tradições e as crenças”. Sua difusão, em associação com a educação, compreende condição indispensável para a dignidade do homem e constitui um dever sagrado que todas as nações devem cumprir com um espírito de responsabilidade e de ajuda mútua (UNESCO, 2002b).

Cultura é também veículo de poder. Ela é sempre moldada conforme as visões políticas de cada tempo e detém em si as chaves dos sistemas de poder. “Chaves que podem abrir portas para a liberdade, para a equidade e para o diálogo. Mas também podem fechá-las, cedendo ao controle, à discriminação e à intolerância” (BRANT, 2009, p.13).

A cultura como objeto de poder está disseminada nas diversas estruturas sociais,

entretanto, com o advento da sociedade moderna, algumas instituições em especial concentraram condições diferenciadas de produção, conservação e difusão dos conteúdos e produtos culturais. Dentre essas se destaca a Universidade que se tornou também uma instituição inseparável da ideia de democracia e de democratização do saber.

Desenvolvimento

O Plano Nacional de Cultura está previsto no § 3º do artigo 215 da Constituição Brasileira de 1988. Tal dispositivo normativo não existia na versão originária do texto constitucional e foi acrescentado na Carta Constitucional por força da Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005, que veio dotar o Estado Brasileiro de instrumento normativo necessário para promover a integração das ações e políticas culturais da União, Estados, Municípios e Distrito Federal. Pretendeu-se com a inclusão que as ações do Poder Público, na seara da proteção e promoção das formas de expressões culturais, fossem unificadas a partir de um complexo de princípios que servissem de referência normativa obrigatória quando da formulação das decisões de governo e da administração voltadas à garantia dos direitos culturais.

O Plano Nacional de Cultura-PNC tem, por finalidade, o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo para a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País. O PNC recebe esse nome porque busca abranger as demandas culturais dos brasileiros como um todo, sem discriminações socioeconômicas, de localização geográfica, de origens étnicas, faixas etárias, etc.

A proposta do PNC engloba sete conceitos e valores norteadores, 33 desafios e cinco estratégias gerais, que abrigam ao todo mais de 200 diretrizes, divididas por modalidades de ação do Estado. A elaboração do PNC reflete, ainda, a perspectiva de continuidade e institucionalização do recente amadurecimento das práticas de gestão dos planos de cultura institucionais. Processo que se caracteriza por iniciativas como a política federal de seleção pública de projetos artísticos e culturais, realizada por editais adequados às particularidades das demandas de cada região do país e à diversidade das comunidades e grupos de identidade brasileiros.

A um só tempo, a previsão de criação do PNC, através de lei, abre novas possibilidades de organização dos planos institucionais de cultura da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. É que o sentido orgânico-institucional do PNC é justamente promover a integração e coordenação das políticas, ações e agentes responsáveis pela gestão e implementação de atividades voltadas à proteção, difusão, acesso, criação das diversas expressões culturais. Pretende-se, assim, promover uma nova organização da cultura através da criação de planos de cultura institucionais, organizados

em sua dinâmica e objetivos, através de normas e princípios que estabeleçam a ligação necessária à integração dos planos institucionais.

Resultados e Discussão

A partir da previsão da criação dos planos de cultura institucionais muitas instituições, sobretudo universidades, saíram em busca de refletir e construir documentos que pudessem espelhar suas realidades, registrando cenários, desafios e possibilidades de atuação que cada instituição enfrenta/alcança. A UERN dá início a essa formulação no ano de 2016 e define a construção do Plano Institucional de Cultura da UERN como meta prioritária para o referido ano.

A justificativa de elaboração de um Plano Institucional de Cultura-PIC para a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte considerou a realidade dessa instituição, a partir de diferentes fatores (social, ambiental e cultural), bem como identificou potencialidades no desenvolvimento cultural da Universidade e, subsidiariamente, nos territórios nos quais ela está inserida. Isso porque se compreendeu que a UERN é importante agente articulador da produção cultural, desencadeando processos de criação, ensino, produção, circulação, fruição e participação nas diferentes cidades/regiões em que se insere.

A administração superior da UERN entendeu que a articulação para a elaboração do PIC deveria ficar sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão, por meio de sua Diretoria de Cultura e Artes, por considerar que as atividades de cultura, nesta universidade têm se dado, majoritariamente, pela via da extensão universitária.

A metodologia de construção do PIC-UERN se fundamenta em processos participativos e democráticos, nos quais se busca envolver os diferentes segmentos da comunidade acadêmica, bem como agentes culturais externos à universidade. Nesse sentido, foram desenvolvidas duas reuniões ampliadas que antecederam a realização do Seminário de Cultura, na cidade de Mossoró, em agosto de 2016. Em seguida, foram executados os fóruns de cultura em cada Campus da Universidade, dentre os quais se realizou o Fórum de Cultura de Natal.

Buscando ampliar e democratizar as ações de entes públicos e da sociedade civil na esfera cultural, realizou-se no dia 27 de setembro de 2016, o Fórum de Cultura de Natal, no Complexo Cultural da UERN, com a participação de agentes de cultura e representantes de instituições culturais de Natal com a finalidade de atuar na articulação, proposição e contribuição, para a criação do PIC-UERN.

O Fórum buscou promover o debate, a articulação, a troca e a discussão dos temas relacionados à cultura valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões e encontrando alternativas viáveis para o desenvolvimento do plano de cultura na universidade

através da proposição de estratégias. O Fórum assegurou a ampla participação de representantes do poder público e da sociedade civil e todos os segmentos apresentaram diagnóstico estruturado a partir de eixos temáticos propostos.

Dentre os agentes culturais e instituições convidadas estiveram presentes a Fundação José Augusto, a Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, a Central Única das Favelas-CUFA, o Núcleo de Arte e Cultura da UFRN, a Frente Potiguar de Hip Hop, o Centro de Referência em Assistência Social – Salinas, além de professores, técnicos e alunos da UERN e do Complexo Cultural.

Os debates se assentaram em 5 (cinco) eixos temáticos: a) patrimônio e memória artística e cultural; b) cultura, cidadania e diversidade; c) produção e difusão das artes e linguagem; d) economia da cultura e, e) cultura e comunicação. Cada agente, ou cada grupo de agentes propôs, em cada eixo temático, quais seriam os desafios da implantação da temática no PIC, as diretrizes e prioridades, os objetivos, as estratégias, ações, metas e oportunidades a serem desenvolvidas e alcançadas pelo plano.

Considerações Finais

No cenário brasileiro, as universidades vêm atuando fortemente nas lutas pela formação de um sistema cultural democrático, descentralizado e acessível, que fomente, difunda e preserve a produção cultural, respeitando e valorizando a ampla diversidade de manifestações, e promovendo a inclusão dos mais diferentes setores da população brasileira.

As universidades públicas, além da produção de cultura, do estudo crítico e da formação de quadros, têm assumido a responsabilidade de estimular a criação experimental, preservar o patrimônio simbólico, criar novos espaços e ampliar a formação do público, de modo que os valores tradicionais e contemporâneos sejam conhecidos e incorporados, sobretudo, pelas novas gerações e pelos historicamente excluídos.

Dessa forma, essas instituições constituem-se protagonistas qualificadas no processo de descentralização e ampliação do sistema cultural. Como tal, vêm sendo integradas à política cultural nacional e incluídas nas propostas governamentais da área da arte e da cultura, pela sua experiência e capacidade de concretizar e potencializar ações efetivas em âmbito local e em rede nacional.

A UERN, instituição com longo histórico de atuação na seara cultural, se localiza nessa discussão e buscando acompanhar os encaminhamentos que algumas instituições já encabeçaram se lança no desafio de construir seu Plano de Cultura. O processo, embora ainda em curso, já denota a significativa importância de sua realização, ouvindo, mapeando, interagindo e propondo alternativas para a potencialização de ações e para a ampliação do papel de agente cultural que fortalece a

missão institucional da UERN.

Referências

BRANT, Leonardo. **O poder da cultura**. São Paulo: Peirópolis, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Cultura**. LEI Nº 12.343, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2010.

FORPROEX. **Plano de Extensão Universitária**. Coleção Extensão Universitário, vol. I.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **PLANO Nacional de Cultura: diretrizes gerais**. 2 ed. Ministério da Cultura, 2008.

SANTOS, B. de S. **A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Questões de Nossa Época, v. 120).

SENADO Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://senado.gov.br> – Acesso em: 11 de outubro de 2016.

UNESCO. **Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. 2002b. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>. Consultado em: 15.10.2016, às 09:35.

UNESCO. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**. 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Consultado em: 15.10.2016, às 09:26.

PROCESSO COLABORATIVO DE CRIAÇÃO CÊNICA DO GRUPO DE TEATRO UNIVERSITÁRIO MOSSOROENSE

Área Temática: Cultura

Raimundo Nonato Santos da Costa

[\(nonatosantos.uern@gmail.com\)](mailto:nonatosantos.uern@gmail.com)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

RESUMO

A proposição deste artigo é descrever os aspectos estruturais e históricos que influenciaram na escolha do processo colaborativo de trabalho adotado como modelo para encenação do espetáculo *O Segredo da Arca de Trancoso*, texto de autoria do pernambucano Luiz Felipe Botelho, montado pelo Grupo de Teatro Universitário Mossoroense – GRUTUM no ano de 2014, com duração de 15 minutos e temporada exibido em pequenas salas, cuja montagem do espetáculo foi realizada utilizando técnicas do teatro de bonecos, respaldada esteticamente e teoricamente nos espetáculos de mamulengos.

Palavras-chave: Processo Colaborativo. Mamulengo. Teatro. Bonecos.

INTRODUÇÃO

O projeto Histórias de Trancoso, foi desenvolvido pelo Grupo de Teatro Universitário de Mossoró – GRUTUM, cuja proposta metodológica consistiu em pesquisa de caráter teórico sobre a história do teatro com formas animadas no Rio Grande do Norte, a estética e formas de manipulação, concepção e construção de bonecos, concomitante com realização de laboratórios e oficinas práticas de manipulação, concepção e construção dos bonecos que foram utilizados na montagem do espetáculo.

Após a produção/elaboração/concepção dos bonecos, adereços e cenários, foram realizadas seis apresentações do espetáculo *O Segredo da Arca de Trancoso* no Campus Central da UERN, após as exibições, buscando captar o nível de recepção e entendimento a cerca do espetáculo e da dimensão acadêmica, artístico e cultural da proposta, realizamos,

com a participação de discentes, docentes, servidores técnicos e de pessoas externas à UERN, rodas de conversas com público-alvo.

Considerando as especificidades da comunidade em que atuam as instituições de ensino superior devem ser potencialmente fomentadoras de políticas públicas, que favorecem, por meio de suas Pró-Reitorias de Extensão a democratização, o acesso e fruição dos bens culturais para as pessoas em geral. Visto por esse ponto, o Grupo de Teatro Universitário de Mossoró – GRUTUM, vinculado a Diretoria de Educação, Cultura e Artes, setor ligado a Pró-Reitoria de Extensão da UERN, vem através de sua atuação artística, desenvolvendo ações que favorecem a democratização do conhecimento e ao mesmo tempo, respeitando e utilizando os saberes populares locais na construção de seus trabalhos cênicos, ampliando o conhecimento de seu elenco.

Os integrantes do GRUTUM, em sua maioria, são alunos e alunas de diversos cursos de graduação e pós-graduação da UERN, contando também, com integrantes da comunidade não acadêmica em seu elenco. O grupo universitário, entende que a Extensão Universitária deve servir como instrumento de inserção social, aproximando a academia das comunidades adjacentes.

Se faz necessário que os/as integrantes do grupo de teatro da UERN, por meio da atuação cênica, possam através da organização de suas atividades artísticas, agir como disseminadores(ras) de arte e cultura destinando parte de suas atividades à disseminação de sua produção cênica junto à comunidade e/ou segmentos sociais residentes em bairros periféricos, escolas públicas, entre outros, e, com baixo poder de acesso a bens culturais.

Com a montagem do espetáculo *O Segredo da Arca de Trancoso*, inspirado no universo dos contos orais brasileiros e na estética do mamulengo, o GRUTUM apoiou-se na linguagem do teatro de bonecos, adotado como matriz cultural e processo criativo do seu trabalho, utilizando o método colaborativo para criação e concepção espetacular, investindo assim, na formação artística continuada de seus integrantes, buscando sempre a interação entre extensão, ensino e pesquisa como princípio norteador de seu trabalho cênico.



Foto 1: Bonecos de manipulação.

Sobre o processo colaborativo cabe aqui ressaltar que o termo e a noção de criação em coletivo é secular para o teatro. Presente em relatos de diversos nomes importantes da história do teatro mundial, como por exemplo Shakespeare, Molière e Brecht, entre outros, a noção de processo criativo ou compartilhado é secular quando se trata do teatro popular.

Não se trata de inovação, mas de uma atualização de práticas, uma vez que o processo colaborativo não é apenas uma sequência de exercício prático de criação, mas um conjunto de procedimentos que busca responder ao momento histórico e social ao qual pertence e que, na prática, cada coletivo teatral utiliza à sua maneira.

Adélia Nicolete (2003: 206) afirma que: “o processo colaborativo é uma modalidade de construção do espetáculo contemporâneo que se caracteriza, basicamente, pela equiparação das responsabilidades criativas”. O termo *processo colaborativo* é remanescente do termo *criação coletiva* muito utilizado pelos coletivos teatrais da década de 1970 e a década de 1980. A criação coletiva vem sendo considerada, por diversos autores, como uma antecedente histórica do processo colaborativo.

A noção de criação coletiva é inseparável da noção de teatro quanto arte produzida coletivamente. O teatro é por excelência uma arte convergente, porque une diversas outras artes a serviço de sua criação, sendo portanto, coletiva em diversos sentidos. Mesmo quando determinados agentes da criação cênica, como por exemplo, o encenador do espetáculo, como aconteceu no Brasil, na chamada de década do encenador durante os anos 1980, exerce suas funções criativas fazendo-a preponderar sobre as outras no direcionamento do trabalho em teatro, o aspecto coletivo inerente ao trabalho teatral se faz presente na cena.

Antônio Araújo, nos lembra em sua tese de doutorado, que:

A expressão processo colaborativo começou a ser usada na segunda metade da década de 90 dentro de um contexto de retomada do movimento de teatro de grupo na cena paulistana. O retorno desta perspectiva grupal, que aparece quase como um contraponto à hegemonia do encenador no teatro brasileiro da década anterior, vai, pouco a pouco, ganhando uma dimensão nacional.

(ARAÚJO, 2008, p. 57).

Devido ao seu processo de criação e da necessidade de participação ativa do outro, o GRUTUM buscou com o processo colaborativo, promover uma síntese das experiências realizadas em montagens anteriores, mediante a horizontalização das relações entre os criadores do espetáculo, no qual, todos os envolvidos tiveram participação em todas as etapas da construção do trabalho.

O COLABORATIVO COMO PRINCÍPIO CRIADOR DE UMA OBRA PLURAL

Como parte integrante e indissociável da montagem, os integrantes do elenco do GRUTUM, realizaram levantamento buscando identificar e catalogar os “mamulengueiros” do Rio Grande do Norte. A denominação dos bonecos variam de uma região para outra no Brasil e podem ser chamados de: “Briguela ou João Minhoca em Minas Gerais; Mané Gostoso na Bahia; Mamulengo em Pernambuco e no Rio Grande do Norte de João Redondo”.

Neste sentido, a curta temporada do espetáculo coadunou os princípios extensionistas da UERN e os do Plano Nacional de Cultura, na medida em que contribuiu para preservar e difundir a arte e a cultura, promovendo a formação de público, a recepção qualificada e a abertura de espaços para novas produções artísticas.

A estrutura cênica do espetáculo O SEGREDO DA ARCA DE TRANCOSO, caracterizou-se pela apropriação de linguagem do teatro de bonecos, mais especificamente, do mamulengo, possibilitando aos integrantes do GRUTUM a vivência com o teatro de formas animadas, possibilitando a experimentação da relação dicotômica entre o mamulengo e o mamulengueiro. Esta relação foi bastante explorada na encenação, a partir do estabelecimento de um divertido jogo onde frequentemente se invertiam as posições entre o manipulador e o manipulado.

Os conceitos de apropriação utilizados neste trabalho referem-se à abordagem estética e conceitual relacionados à encenação, defendida por Alex Beigui em sua tese de doutoramento e, ao conceito proposto por Idelette Muzart F. dos Santos no que se refere às experiências com o texto literário, por considerá-los mais adequado à compreensão da experiência estética e social que o GRUTUM teve ao encenar o texto *O Segredo da Arca de Trancoso*.

Partindo da apropriação do texto escrito, o espetáculo realizado pelo GRUTUM colocou em paralelo as atribuições de cada um dos participantes no processo de encenação, objetivando alocar todos os agentes envolvidos como criadores a serviço da construção da cena. Esta horizontalidade das relações na construção cênica é geralmente identificada com um princípio básico do procedimento colaborativo. O caráter dialógico do processo da encenação fundamentado nas múltiplas interferências dos diversos agentes da cena na realização do espetáculo foi determinante para concretização da montagem.

No caso específico do GRUTUM, este processo foi resultante da investigação e experimentação dos atores/atrizes com a linguagem do teatro de animação, cujo propósito foi causar impacto positivo no teatro produzido pelo grupo, adotando como norma a utilização de espaços cênicos, que por se tratar de uma experiência nova dentro do seu modo de produção, passou a ser compartilhado e experimentado por todos integrantes, já que o processo

colaborativo foi utilizado enquanto método e perspectiva criativa para a montagem do espetáculo.

A organização, a encenação e a produção do espetáculo foram inspirados pelos princípios do processo colaborativo e na horizontalidade nas relações entre os agentes criativos do espetáculo. Desse modo, o grupo ampliou as possibilidades de construção cênica devido à continuidade da investigação criativa.

A encenação do espetáculo *O Segredo da Arca de Trancoso* orientou-se pelo processo colaborativo de produção, processo que o dramaturgo Luiz A. Abreu (2003:5) descreve como: “proposta de construção do espetáculo teatral que se caracteriza por uma participação ampla de todos os integrantes do grupo na criação do espetáculo”.

A escolha da metodologia da criação colaborativa empregada no trabalho de montagem do espetáculo foi uma resposta à necessidade de entender o teatro de animação enquanto brincadeira teatral. Entendimento este que representava a busca dos integrantes do grupo e que foi buscado coletivamente por todos/todas.

A cultura popular e suas brincadeiras, tem sido objetos de debates, reflexões e estudos no meio acadêmico. A partir das brincadeiras, que são ao mesmo tempo diversão e rito social, o GRUTUM buscou as bases para a experimentação do seu “fazer teatral”.

Brinquedo ou brincadeira é a denominação frequentemente utilizada para designar as manifestações cênicas populares do nordeste nas quais os participantes se consideram “brincantes”, segundo Hermilo Borba Filho (2007:17), “os próprios participantes dessas manifestações se consideram e se auto intitulam brincantes, definindo a função como Brinquedo ou Brincadeira”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao adotar como metodologia de trabalho o processo colaborativo e ao estabelecer a ponte entre o estudar teatro e relacioná-lo a prática da encenação, logo nos primeiros encontros, fizemos exercícios para estimular tanto a linguagem corporal do elenco quanto exercícios para memória, interpretação, criatividade e voz.

Nas semanas seguintes, focamos na montagem das cenas do espetáculo de forma mais direta. A peça foi projetada para ter como espaço cênico as salas de aula, por isso, todo o cenário foi relativamente de fácil montagem, a dramaturgia e a encenação foram inspiradas pelas manifestações da nossa cultura popular, portanto, bastante coloquial, para possibilitar a fácil compreensão do público.

Optamos por criar um clima de colônia de férias já na encenação do prólogo, trazendo para cena lençóis espalhados pelo chão e todo o elenco vestidos com pijamas. Começamos por deixar os elementos de cena a serem utilizados numa mesa, depois foi observado que ficaria mais dinâmico colocar uma arara para figurinos, de modo que elenco os pegassem de forma natural, como se faz cotidianamente.



Foto 2: Cena do prólogo do espetáculo

Coletivamente criamos em formato de estória para dormir uma narração, feita da forma mais simples e espontânea possível. Utilizamos máscaras para composição de personagens que classificamos como fantásticos e bonecos para os personagens que chamamos de sobrenaturais. As máscaras e os bonecos foram elaborados a partir da realização de uma oficina de construção e manipulação de bonecos e contou com participação de todo o elenco.

Definimos coletivamente os papéis e começamos a ensaiar, nessa fase do trabalho tivemos a oportunidade de colaborativamente ajustar o roteiro de acordo com nossa necessidade, de perceber nossas possibilidades cênicas e de nos orientarmos, um aos outros, sobre como superá-las. A atriz Fernanda V. Mesquita, afirmou em sua avaliação que: “esse foi um dos grandes pontos positivos que percebi no grupo — a capacidade de cooperação — o que nos ajudou a passar por várias adversidades.”

Concomitante com a montagem do espetáculo, foram organizadas as equipes de divulgação e produção, que ficou responsável pelos figurinos, cenários e o que mais fosse necessário para as apresentações. E aqui cabe registrar que mesmo durante o período de recesso das aulas e das apresentações, o grupo decidiu aproveitar o tempo e a oportunidade, conforme registrado em memória de reunião do GRUTUM, “começar um curso de técnica

vocal, visando expandir capacidades e melhorar o trabalho dos atores e atrizes do espetáculo *O Segredo da Arca de Trancoso*”, bem como em espetáculos futuros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos observar que a partir da experiência vivenciada pelo GRUTUM com o espetáculo *O Segredo da Arca de Trancoso* o grupo começou a experimentar além da linguagem do teatro de animação, a demonstrar mais cuidado com suas produções cênicas, o que, a nosso ver, representou um avanço para organização interna do grupo. As influências foram mútuas e múltiplas, inclusive pelo embate de ideias acerca da produção teatral e sua função na sociedade local.

Como metodologia de avaliação utilizamos a técnica de roda de conversa para estabelecermos a relação entre as ações do projeto que chamamos de “Histórias de Trancoso” e as atividades acadêmico, científicos culturais da nossa instituição e sua capacidade de articulação com os demais projetos de extensão em desenvolvimento na UERN na área artístico-cultural de nossa Universidade.

A ocupação de salas de aula como local da encenação para realização do espetáculo, a adoção do processo colaborativo, com sua relação dialógica e participativa entre os integrantes do GRUTUM durante o processo de montagem do trabalho possibilitaram aprendizados internos e externos, que pela própria dinâmica do trabalho, lhe serviu de base para solidificação do grupo e manutenção dos estudos e das pesquisas.

Referências

ABREU, Luis Alberto de. *Debate Dramaturgia De Grupo; O Coletivo Na Dramaturgia; Autores Debatem O Teatro Como Disputa De Pensamento*. Jornal O Sarrafo, **São Paulo**, teatro em debate, número 2, Abril 2003.

AMARAL, Ana. Maria. O inverso das Coisas. Teatro de Animação: boneco, figura ou formas animadas. In: Revista UNIMA BRASIL, Associação Brasileira de Teatro de Bonecos - ABTB Associação Rio de Teatro de Bonecos - ARTB. São Gonçalo, 2007.

ARAÚJO, Antônio. A gênese da Vertigem: o processo de criação de O Paraíso Perdido. Dissertação de Mestrado em Artes Cênicas. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

_____ A encenação no coletivo: desterritorializações da função do diretor no processo colaborativo. Tese de Doutorado em Artes Cênicas. Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

BAKHTIN, Mikail. A Cultura Popular Na Idade Média E No Renascimento: O Conceito De François Rabelais. Trad. Yara F. Vieira. São Paulo: Anna-Blueme/HUCITEC, 2002.

BEIGUI, Alex. *Dramaturgia por outras vias: A Apropriação como Matriz Estética do Teatro Contemporâneo – Do Texto Literário à Encenação*. Tese (Doutorado em Literatura Brasileira) Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, Universidade de São Paulo/USP, 2006.

BOAL, Augusto. 200 exercícios e jogos para o ator e o não-ator com vontade de dizer algo através do teatro. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. _____, Augusto. *Categorias do Teatro Popular*, Buenos Aires: CEPE, 1979.

BORBA FILHO, Hermilio. *Espetáculos populares do Nordeste*. 2. ed. Recife: Fundação Joaquim

BURKE, Peter. *O que é História Cultural*. 2. ed. Trad. Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. *Cultura Popular na Idade Moderna – Europa 1500-1800* – 2. ed. Trad. Denise Bottmann. São 20/12/13 Projeto sigproj.uern.br/projetos/imprimir.php?modalidade=0&projeto_id=1096&local=home&modo=1&original=1 6/9 Paulo: Companhia das Letras, 1989. Campinas, 1998.

COSTA, Raimundo Nonato Santos da. *Escarcéu e escassez no teatro de Mossoró: percursos e percalços de uma dramaturgia na rua*. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas, Natal, 2011.

GURGEL, Déifilo. *Espaço e tempo do Folclore Potiguar*. FUNCART(PROFINC). Sec. Do 4º. Natal: Centenário, 1999.

IANNI, Octávio. *A Cultura do Povo* In. *A Cultura do Povo*. Coleção de estudos especiais nº 01. São Paulo: Cortez, 1985.

Nabuco/editora Massangana, 2007.

NICOLETE, Adélia. *Dramaturgia em Processo Colaborativo e sua Relação com a Criação Coletiva e o Dramaturgismo*. In: *Anais do III Congressos de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas (Memória ABRACE VII)*. Florianópolis, 2003.

PAVIS, Patrice. *A análise dos espetáculos: teatro, mímica, dança, dança-teatro, cinema*. Trad. Sérgio

SANTOS, Fernando Augusto G. Mamulengo: o Teatro de Bonecos Popular no Brasil. In: Móin – Móin: Revista de Estudos sobre Teatro de Formas Animadas. Jaraguá do Sul : SCAR/UEDESC, ano 2, v. 3, 2007.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. *Memória das Vozes: Cantoria, Romanceiro & Cordel*. Salvador: Secretaria da Cultura e turismo, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2006. Sávia Coelho. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

VASSALLO, Lígia. O Sertão Medieval: Origens Européias do Teatro de Ariano Suassuna. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993.

VIEIRA, César. Em Busca de um Teatro Popular. CONFENATA. 3. ed. Santos, 1981.

ZAMBONI, Silvio. A Pesquisa Em Artes: Um Paralelo entre Arte e Ciência. Autores Associados,

RAÍZES DA CULTURA SERTANEJA: VALORIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE CULTURAL DO SERTÃO NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Área Temática: Cultura

Maria Edneide Ferreira de Carvalho
(edcarvalhoj@yahoo.com.br)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Resumo:

Objetivamos, nesse trabalho, refletir sobre o papel da extensão universitária na promoção, divulgação e acesso aos bens culturais regionais, aproximando a comunidade acadêmica dos bens culturais que fazem parte da memória histórica de sua região, bem como, aproximar a sociedade em geral, dos bens culturais produzidos na academia. De forma mais específica, analisaremos a atuação do Programa Raízes da Cultura Sertaneja (PROCULT) em parceria com o Museu de Cultura Sertaneja (MCS) do CAMEAM/UERN, no território do Alto Oeste Potiguar, na promoção, preservação e valorização da memória e da identidade cultural do sertão nordestino. Nosso trabalho pauta-se nos estudos da memória, conforme Bosi (1994), Pollak (1992); da identidade, Hall (1997).

Palavras-chave: Memória; Extensão; Sertaneja

1 Introdução:

Apesar do crescente número de estudos em torno da preservação e valorização do patrimônio histórico-cultural do sertão, e, ainda, de ações de fomento a esse patrimônio, ainda há uma escassez de políticas de valorização e preservação desses bens, especialmente, no interior do sertão nordestino, e, mais especificamente, do Rio Grande do Norte. Nesse viés, o Programa Raízes da Cultura Sertaneja (PROCULT), com o objetivo desenvolver ações extensionistas que ampliem o conhecimento, o acesso e a valorização do patrimônio histórico, cultural, econômico e político do sertão nordestino, bem como atividades científico-pedagógicas em torno da memória e da identidade cultural da região, e possibilitou, entre os anos de 2014 a 2016, o acesso e o conhecimento da comunidade acadêmica e da sociedade em geral sobre as memórias dos engenhos e das casas de farinha, elementos característicos da cultura nordestina.

É preciso esclarecermos que PROCULT é um programa de extensão que atua junto ao Museu de Cultura Sertaneja do CAMEAM/UERN e organizou, em parceria com esse museu a exposição temática *Memórias de engenhos e de casas de farinha* que esteve aberta ao público até meados desse ano de 2016, no Museu de Cultura Sertaneja. Para a organização dessa exposição, a equipe do PROCULT visitou, aproximadamente 10 cidades do território do Alto Oeste Potiguar, e, ainda, 25 comunidades rurais dessas cidades visitadas. Nessas visitas, foram realizadas entrevistas com pessoas que vivenciaram, de alguma forma, com os engenhos de cana-de-açúcar e as casas de farinha. Essas entrevistas foram doadas ao MCS e foram divulgadas para mais de 1.000 pessoas,

entre Professores, alunos (da rede básica e superior) e comunidade em geral, na exposição citada.

Desse modo, apresentaremos, nesse trabalho, alguns dos resultados das ações desenvolvidas pelo PROCULT, mostrando como essas ações possibilitaram o acesso e o (re)conhecimento das memórias e da identidade cultural do sertão nordestino, com foco, especial, na cultura dos engenhos e das casas de farinha.

2 Memórias e Identidade Cultural: o sertão na visão do sertanejo

Dentro do basculho tava a memória
(SANTOS, 2014)

Em seu estudo sobre a memória de velhos, E. Bosi (1994) nos convida a refletir sobre o papel social da memória. Para essa autora, “O que rege, em última instância, a atividade mnêmica é a função social exercida aqui e agora pelo sujeito que lembra” (BOSI, E., 1994, p. 63). Sem mais exercerem uma função ativa na sociedade industrial, resta aos velhos e velhas a atividade de lembrar, e esses sujeitos imprimem, em suas narrativas, tonalidades, gestos e emoções, cada vez que põem o passado em cena.

Dessa maneira, o exercício de lembrar é, para esses sujeitos, não apenas trazer à tona o passado, mas reconstruí-lo, reinventá-lo, com todas as experiências adquiridas no decorrer de sua vida. E as memórias se tornam, para esses sujeitos, um tesouro único, que pertence a si mesmos e à sua comunidade. Um povo sem memória e sem história está fadado ao fracasso, pois não tem uma base que dê sustentação aos seus ideais.

Diante desse entendimento, podemos esclarecer como o PROCULT traz à tona esse papel social da memória, na medida em que possibilitou a, aproximadamente, 45 sujeitos, narrativizar essas memórias e reviver o passado, assumindo seu papel social de lembrar e de transmitir às gerações futuras, as referências do passado. Esses momentos de entrevistas foram de grande aprendizado para todos, entrevistadores e entrevistados, já que levamos até eles os conhecimentos produzidos na Universidade, e trouxemos deles, não apenas objetos materiais, como é o caso das peças doadas, mas, principalmente, uma riqueza imaterial que está exposta no MCS para as gerações vindouras.

Pudemos sentir, durante a realização de entrevistas, a emoção de D. Antonia Bento, quando relembrava suas vivências nas casas de farinha, quando disse: “Eu achava bom, quando dizia assim, vai fazer a farinhada, eu achava bom [...]”. Além disso, a epígrafe desse tópico nos remete um pouco ao impacto social do PROCULT, em uma região de difícil acesso aos conhecimentos sobre bens culturais e históricos. Apesar de o Rio Grande do Norte ter nomes conhecidos nacionalmente,

como Câmara Cascudo, Deifílio Gurgel e ser pioneiro em estudos do folclore, muitas manifestações culturais e históricas têm sido deixadas à margem, em especial, no interior do Rio Grande do Norte, já que, em estudos feitos, encontramos poucas pesquisas nesse viés. Dentre as pesquisas encontradas, mencionamos apenas três que, de algum modo, buscou mapear e analisar a produção literário-histórico-cultural da região, como é o caso da pesquisa *Versos do sertão: mapeamento da produção de cordel no município de Pau dos Ferros-RN* e *Memória, narrativa e identidade: um estudo sobre contadores de histórias do alto-oeste potiguar*. Essas pesquisas foram realizadas no Território do Alto Oeste Potiguar entre os anos de 2006 a 2011, pela Profa. Dra. Lílian de Oliveira Rodrigues.

Além dessas pesquisas, não tivemos acesso a outras que tratem do patrimônio histórico-cultural do interior do RN, mais especificamente, do Alto Oeste Potiguar. Com essa compreensão é que achamos pertinente realizar um trabalho de valorização, preservação e registro das memórias do sertão, de modo especial do interior que ainda não foram catalogadas nem registradas, de forma mais sistemática por estudiosos.

Concordamos com Alfredo Bosi quando afirma que “a possibilidade de enraizar no passado a experiência atual de um grupo se perfaz pelas mediações simbólicas. [...] Laço da comunidade com as forças que a criaram em outro tempo e que sustentam a sua identidade.” (BOSI, A. 1992, p. 15). Muitas das histórias que ouvimos durante as entrevistas soavam como histórias do passado, mas, no momento em que são lembradas adquirem novos sentidos para os sujeitos que narram.

Apesar do trabalho árduo nos engenhos e nas casas de farinhas, no momento em que lembram, os sujeitos transformam esses momentos em lembranças alegres. Todas as preocupações e o cansaço são descritos, mas o que sobressai é a leveza que o tempo traz às memórias, uma leveza que reelabora as sensações e faz com que os sujeitos transformem e se transformem em suas narrativas.

Ao possibilitar o acesso a essas narrativas, às essas memórias, o PROCULT possibilita um encontro dos sertanejos mais jovens com a cultura sertaneja que, muitas vezes, existe apenas à sombra da Histórica Oficial. O contato de alunos, professores e muitos outros visitantes do MCS com as memórias culturais da região, permite uma (re)elaboração da história individual de cada um, já que, mesmo que não tenha vivido essas culturas, muitos jovens absorvem essas memórias como herança de seu povo, herança de seus avós. Pollak (1992) aponta para o fato de muitas de nossas memórias serem herdadas, mostrando que muitas de nossas lembranças não foram vivenciadas, diretamente, por nós, mas o fato serem parte de nossa família, de nossa comunidade, elas se tornam nossas. E isso faz parte da construção de nossa identidade cultural.

Registrar e divulgar as histórias dos engenhos e das casas de farinha, as histórias individuais de cada sujeito é trazer para o presente e possibilitar ao futuro, o conhecimento de raízes culturais

imateriais que estão se transformando com a mudanças nas sociedades modernas. Conforme pontua Lemos (2006, p. 29) “Registrar é sinônimo de preservar, de guardar para amanhã informações ligadas a relações entre elementos culturais que não tem garantia de permanência”. Preservar a memória e os bens materiais e imateriais de um povo é, portanto, uma atitude de preservação de identidades culturais que se transformam e se modelam conforme as mudanças nas sociedades, nas camadas populares.

Para Hall, o que denominamos de Identidade são as tomadas de posições que assumimos mas que “são ocasionadas por um conjunto especial de circunstâncias, sentimentos, histórias e experiências única e peculiarmente nossas, como sujeitos individuais. Nossas identidades são, em resumo, formadas culturalmente. (HALL, 1997, p. 08). As identidades individuais se constroem nas relações estabelecidas coletivamente. Desse modo, ao preservarmos e difundirmos as memórias que fazem parte da identidade cultural do sertão, possibilitamos, uma (re)afirmação identitária de muitos sujeitos com seu povo, com sua cultura.

Por outro lado, é preciso considerar que, mesmo sendo parte de uma mesma História, cada sujeito vivencia as experiências culturais de forma particular. Para Rodrigues (2008, p. 36-37), “[...] a memória individual existe sempre a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças são constituídas no interior de um grupo”. Mesmo que cada narrativa tenha um fio condutor, as memórias se reencontram no espaço da memória, o engenho e as relações familiares, por exemplo. As experiências vivenciadas no interior dos engenhos e das casas de farinha por cada sujeito foram particulares e diversas. Contudo, a memória as une, não apenas porque são parte de uma mesma família, mas porque das experiências vividas por cada um, ficou guardado o que foi mais significativo. Como nos alerta Bosi (1994, p. 31) o recordador o que lembra e como lembra, faz com que fique o que signifique”.

Por fim, é preciso destacar que todas as discussões sobre memória e identidade são essenciais no PROCULT na medida em que são elas que possibilitam mediar, de forma mais crítica e consciente, o acesso aos bens culturais do sertão.

3 Preservação e valorização da cultura sertaneja na Extensão Universitária: as ações do PROCULT

Conforme o PDI da UERN (SOUZA, 2008, p. 17), “O que se espera do ensino de graduação é que o aluno esteja exposto a atividades de iniciação científica, a atividades de extensão, a um cotidiano de aulas bem planejadas, e a um clima intelectual dinâmico e estimulante”. Nesse viés, o compromisso da Universidade com a formação integral dos sujeitos, só pode ser efetivado através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Em outras palavras, compreendemos que a Universidade só assume sua missão de formar integralmente os sujeitos, quando é capaz de

estimular o aluno a aprender a aprender (cf. SOUZA, 2008).

É partindo desse entendimento que um dos maiores preceitos do PROCULT, desde sua idealização, é a promoção do conhecimento cultural e científico, através de ações que priorizem essa tríade. Enquanto ação extensionista, esse programa traz um leque de conhecimentos que, ao mesmo tempo em que reafirmam as aprendizagens da sala de aula, extrapolam essas aprendizagens e estimulam novas formas de aprender que se concretizam numa relação entre sociedade e universidade.

Dentre essas aprendizagens, destacamos as entrevistas com senhores e senhoras que vivenciaram moagens e farinhadas e, em suas narrativas, entendemos a função da cultura para a afirmação identitária de um povo. Para Bosi (1992, p. 16) “Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social.” Com esse olhar, o conhecimento da cultura nos permite uma sensação de pertencimento, de existir dentro de um grupo, cujas referências são essenciais para a compreensão da própria existência.

Acreditamos que, ao sairmos dos muros da Universidade e irmos às residências dos sertanejos, levamos a eles uma visão de que a Universidade produz conhecimentos que estão em consonância com os interesses sociais. Isto é, quebramos a ideia de que o conhecimento científico é completamente alheio à sociedade, visão perpetuada ainda hoje. Ao, mesmo tempo, trazemos de lá, do povo, os conhecimentos culturais que são parte da identidade cultural da região e que, atualmente, se constituem como elementos para a compreensão da História. Como propõe Certeau (2006, p. 67) “Há quarenta anos, uma primeira crítica do “cientificismo” desvendou na história “objetiva” a sua relação com um lugar, o do sujeito”.

Com a citação de Certeau, podemos observar que o conhecimento histórico, antes restrito a documentos escritos, passa a absorver os discursos e narrativas orais como registros documentais da História. Nesse viés, como ponte entre a ciência e a cultura, o PROCULT permite que a História dos engenhos e das casas de farinha sejam reescritas pelo viés dos sujeitos que foram esquecidos na escrita dessa História. E, desse modo, permitimos que os graduandos e demais pesquisadores que se interessam pela temática tenham acesso a essas histórias, transformando-as em objetos de pesquisa.

Destacamos, desse modo, que os conhecimentos culturais proporcionados pelo PROCULT servem como ponte para os conhecimentos científicos produzidos em sala de aula, mas, acima de tudo, que faz os discentes e todos os membros envolvidos, compreenderem um pouco sobre seu espaço dentro da cultura e, dessa forma, estabelecerem melhor sua forma de atuação nela.

Além de promover o acesso a bens culturais, para o público alvo, através de visitas às escolas da região de abrangência do CAMEAM, bem como através de agendamentos e acompanhamentos de visitas da comunidade ao Museu de Cultura Sertaneja (MCS) do

CAMEAM/UERN, há uma formação científico-cultural e pedagógica dos próprios alunos que fazem parte do programa. Os alunos voluntários se (auto)formam numa perspectiva de mediadores culturais já que, atuam no programa desenvolvendo atividades pedagógico-culturais.

De uma forma geral, o PROCULT, junto ao Museu de Cultura Sertaneja tem propiciado a muitos discentes de ensino superior e básico, comunidade acadêmica e sociedade em geral, o contato com conhecimentos culturais do sertão, que, muitas vezes, são vistos apenas em livros ou desconhecem por fazerem parte de uma tradição que ficou esquecida na região. As memórias do sertão estão “dentro do basculho” e precisam ser estudadas, difundidas e divulgadas. Esse já é um impacto social inquestionável do PROCULT e do MCS, que tem desenvolvido um trabalho de promoção desses conhecimentos culturais em Pau dos Ferros e Região.

Foram, aproximadamente, 1.500 pessoas que visitaram o MCS e outras mais de 500 que receberam nossas visitas em escolas ou comunidades pesquisadas, somente no decorrer da execução do programa. Além disso, para os sujeitos entrevistados, essa ação é muito importante para que mantenhamos vivas as memórias para as gerações futuras, como em uma das falas do senhor Raimundo Bento Leite, um de nossos colaboradores, quando diz: *É muito bom, eu acho. As coisas de antiguidade tem que ser mantida pelo menos na lembrança, né? Pro pessoal novo, né?* Para esse Senhor, as coisas da antiguidade têm um valor para as gerações futuras e, por isso, não podem ficar apenas nas memórias, precisam ser divulgadas e é isso que o Programa Raízes da Cultura Sertaneja fez, foi conhecer as memórias e as trouxe para difundi-la e divulga-la, valorizar as raízes do povo sertanejo.

O Projeto conseguiu alcançar comunidades em que a Universidade não alcança por estar, muitas vezes, fechada em sua murada. Levamos até essas comunidades o reconhecimento de suas memórias, de sua história e trouxemos de lá um leque de aprendizagens que são campo vasto para a produção científica.

Ouvir as histórias sobre o sertão, conhecer muitas memórias jamais ouvidas por “homens da ciência”, entender como a cultura da cana de açúcar e das farinhadas aconteciam e eram necessárias para a sobrevivência do homem que vive no interior do nordeste, foram, sem sombra de dúvidas, momentos de grande aprendizado para toda a equipe do PROCULT. A disseminação dos conhecimentos culturais advindos das exposições temáticas do Museu de Cultura Sertaneja, bem como a divulgação desse espaço, foram aspectos importantes para o atendimento aos objetivos da proposta, em sua perspectiva de valorização e promoção de conhecimentos culturais do sertão nordestino.

Nas escolas visitadas, percebemos a importância de ações como essa que visam extrapolar os limites da Universidade e levar aos mais carentes, em especial, conhecimentos sobre as memórias e a história de sua região. Em um território marcado por quase nenhum acesso aos bens

culturais, o PROCULT e, especialmente, o Museu de Cultura Sertaneja rompem com essa escassez e os levam ao público alvo, em um movimento de idas e vindas entre Universidade e Sociedade. Acreditamos que a permanência e ou renovação desse programa poderá ser um diferencial no território do Alto Oeste Potiguar, em que as políticas públicas ainda se apresentam embrionárias no que concerne à divulgação e preservação do patrimônio Histórico e Cultural do Sertão e do sertanejo.

4 Conclusão

Nos versos *Dava gosto no sertão Quando o inverno chegava Todo mundo ali plantava Milho, arroz, fava feijão Mandioca, algodão. E cana pra rapadura, tudo era com fartura Ali naquele torrão*, Dona Socorro enaltece o seu sertão, com a agricultura de subsistência e a produção da rapadura, aspectos típicos da identidade cultural do nordestino/sertanejo. Para D. Socorro, não importam os anos de seca, tudo é esquecido, pelo menos temporariamente, com a fartura do inverno e das produções dos engenhos.

Ao dar voz e vez ao sertanejo, conhecer sua cultura, sua história e construir, junto com a sociedade, uma história de mais valorização dessa cultura, entendemos a função de localizada no interior do Rio Grande do Norte que, para progredir em suas metas, precisa estar arraigada em sua história.

Percebemos, no decorrer do projeto, a riqueza de conhecimentos adquiridos na ida ao povo, na troca de experiências/conhecimentos entre a Universidade e a Sociedade.

5 Referências

BOSI, A. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CERTEAU, M. **A escrita da história**. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura**: notas sobre as revoluções culturais de nosso tempo. 1997. Disponível em: Acesso em: 13 jul. 2007.

LEMOS, C. A. C. **O que é patrimônio histórico**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

RODRIGUES, L. de. A voz da memória: narrativa e identidade na cultura popular. In: RODRIGUES, L. O de; SAMPAIO, M. L. P. (org). **Linguagem, discurso, cultura**: múltiplos

objetos e abordagens. Pau dos Ferros: Queima-Bucha, 2008.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

**SABERES, TRADIÇÃO E CONTEMPORANEIDADE NOS ESPETÁCULOS DO
FESTUERN 2015**

Área Temática: Cultura

Anne Lizabelle Leite Duarte (DUARTE, A. L.L.)
anne.lizabelle@hotmail.com

Raimundo Nonato Santos da Costa (da Costa, R. N. S.)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

O artigo tem por objetivo verificar as relações que se estabeleceram entre o tema Cultura e Saberes da Tradição e as correlações com as atividades desenvolvidas no Festival de Teatro da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FESTUERN do ano de 2015. Assim, no intuito de perceber os elementos de saberes da tradição que mais se sobressaíram enquanto assuntos recorrentes de forma central e secundária na proposta do FESTUERN 2015 e para isso, utilizando-se de pesquisa documental e bibliográfica, analisou-se os perfis dos homenageados que, pela proposta do evento, representam referências sociais e comunitárias de notória contribuição cultural dos conhecimentos tradicionais do Rio Grande do Norte e as sinopses dos espetáculos teatrais das vinte e nove escolas que se apresentaram no palco do festival. Notoriamente destaca-se a religiosidade e a fé como temática de maior abordagem demonstrando sua vinculação com as percepções de Saberes da Tradição e Identidade Cultural Regional.

Palavras-chave: Cultura; FESTUERN; Saberes da Tradição.

INTRODUÇÃO

Ao longo de mais de uma década de execução o Festival de Teatro da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN – **FESTUERN** tem comprovado quantitativa e qualitativamente sua relevância social e cultural, principalmente no que se refere as vivências proporcionadas pela arte cênica em âmbito escolar. Devido ao seu caráter artístico pedagógico e por está voltado para formação cidadã dos discentes de escolas públicas, vem sendo realizado pela Pró-Reitoria de Extensão – PROEX/UERN, através de sua Diretoria de Educação Cultura e Artes – DECA, deste o ano de 2003.

Considerado o maior evento de teatro escolar do Estado, o Festival trouxe para sua edição de 2015 algumas inovações ao seu formato tradicional, sendo a descentralização das apresentações dos espetáculos uma das mais significativa. Em edições anteriores, as exposições dos trabalhos foram realizadas somente no palco do teatro municipal de Mossoró-RN, porém, nesta última edição, as apresentações foram realizadas nas cidades de Natal, Pendências e Mossoró, denominadas de polos pelos organizadores do evento.

A descentralização das apresentações dos espetáculos favoreceu, ao nosso ver, a ampliação da participação das comunidades escolares no que se refere ao acesso as produções artísticas exibidas pelo festival. Ao observarmos a plateia nos três polos, percebemos o envolvimento e o sentimento de pertencimento entre os que atuavam nos espetáculos, os que colaboravam nos bastidores e daquelas pessoas que simplesmente integravam a plateia.

A criação de troféu e, a escolha de seu nome por meio da participação de todos os envolvidos com o festival, bem como, a seleção dos grupos que aconteceu colaborativamente mediante visitação das equipes artística e pedagógica, figuram ainda entre as inovações experienciadas nesta edição.

A coordenação geral do FESTUERN buscou ao longo de suas edições anteriores, promover diálogos sobre temáticas contemporâneas de suma importância para sociedade, como: diversidade cultural, qualidade de vida e meio ambiente, direitos humanos, inclusão, combate a violência, igualdade de gênero, dentre outras.

Deste modo, em 2015 foi proposto o tema: “Cultura e Saberes da Tradição”, como forma de aproximar os conhecimentos produzidos na academia ao dos saberes frutos das “experiências sociais”, conforme expressão de Santos (2006), através da arte cênica, considerando a indissociabilidade entre as culturas científica e as culturas humanísticas.

Diante do desafio de valorização e respeito à cultura e saberes da tradição proposto pelo FESTUERN, percebemos durante as apresentações dos espetáculos, que os trabalhos apresentados privilegiaram a tradição oral, refletidos em contos, histórias e lendas encenados durante festival. Os grupos souberam referenciar escritores, poetas e cordelistas regionais trazendo ao evento, importantes contribuições à cultura popular potiguar.

O FESTUERN, vem desde suas primeiras edições homenageando pessoas que se destacaram por meio de suas atividades profissionais e no ano 2015, considerando os conhecimentos tradicionais, privilegiou mestres populares tais como: raizeiro, parteira, mamulengueiro, rezadeira entre outros.

Os homenageados foram escolhidos a partir de indicações dos próprios participantes do Festival. Entre os indicados foram escolhidos cinco nomes que por representarem a diversidade de conhecimentos tradicionais do Estado do Rio Grande do Norte receberam as homenagens do

festival.

Ao homenagear nos nossos mais relevantes “Intelectuais da tradição” que em sua maioria, mesmo não tendo frequentado uma escola no sentido formal como costumamos denominar, os organizadores do FESTUERN reconheceram nos homenageados o mérito de que estes são herdeiros, guardiões e mestres dos saberes da tradição e, que por suas vivências, vem ressignificando e reinterpretando o mundo à sua volta e os mantendo vivos e, de modo peculiar, os tem repassado através da oralidade para gerações seguintes ao longo da história.

SABERES E TRADIÇÃO EM CENA

Sobre esta relação entre história oral e memória Montenegro (2003: 20) afirma que: “enquanto a memória resgata as reações ou o que está submerso no desejo e na vontade individual e coletiva, a história opera com o que se torna público, ou vem à tona da sociedade”. Em diversas ocasiões história oral e memória pouco ou quase nada se distinguem, afinal, a história, de modo geral, tem se apropriado da memória para transcrevê-la em fonte documental, assim como, a memória geralmente legitima a história recente, estabelecendo uma relação bilateral e bidirecional entre ambas.

O que nos leva a refletir sobre uma memória do presente, assim como nos aponta a pesquisadora Idelette M. F. Santos (2006: 15):

[...] a memória não pertence ao passado, e sim ao presente. Reviver o passado ou descobrir sua significação, não significa reencontrar ou recriar os fatos, as sensações ou vozes tal qual foram vividos, ouvidos ou sentidos em algum momento do passado. Implica, pelo contrário, refazer, reconstruir e repensar as experiências do passado com as imagens, as palavras e as ideias do hoje.

Essa reconstrução acontece por meio de um discurso, que para Idelette M. F. Santos (2006: 51) é “então pelo viés desse discurso sobre o passado, voluntário e livremente desenvolvido, que essa memória cultural se funda e se organiza”. Neste caso, cabe ao pesquisador à tarefa de organizar, reordenar e interpretar estes fragmentos e Bosi (2007: 54) considera que: “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo”.

De certo modo o trabalho desenvolvido pelas escolas participantes do FESTUERN 2015 reforçam tal afirmação ao articular propostas pedagógicas por meio da arte cênica, em especial dialogando na perspectiva da valorização dos conhecimentos/aprendizado que se dá de forma oral, vivenciada e repassada de pais para filhos ao longo da história de vida de cada um dos indivíduos, caracterizando essa ação como reconhecimentos dos saberes da tradição.

Deste modo, podemos perceber a relação muito próxima entre tradição e contemporaneidade

nas apresentações dos resultados dos 30 espetáculos de teatro escolares mostrados em três cidades do Estado, ocorridas nos dias 28 de novembro no Centro Cultura da UERN – CCUERN, na cidade de Natal, que contou a participação de 06 escolas; dias 04 e 05 de dezembro, na Escola Estadual Monsenhor Honório, em Pendências, que dispo de uma estrutura improvisada, contou com a presença de 13 escolas; e no encerramento do dia 07 de dezembro de 2015, no Teatro Municipal Dix-Huit Rosado, na cidade de Mossoró, quando apresentaram-se 11 escolas.

Toda via, um dos assuntos mais recorrentes na cena do FESTUERN 2015 nos três polos foi a religiosidade, revelada como manifestação cultural intimamente atrelada aos sabres da tradição, cujos indícios de proximidade entre ambos já aparecem desde a escolha dos homenageados percebe-se que dois entre os cinco mestres são pessoas ligadas a religiosidade, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Nº	Nome	José Antônio da Silva	Anita Maria Santos da Costa	Jovelina Ferreira do Nascimento	Maria Assunção Florêncio dos Santos	Antônio Vieira da Silva
01	Codiname	Concriz	Anita Parteira	Dona Jovelina	Dona Ceição	Mestre Antônio de Rosa
02	Reside	Mossoró	Mossoró	Alto do Rodrigues	Mulungu	Macaíba (Sítio Lagoa do Tapará)
03	Naturalidade	Timbaúba-PE	Catolé do Rocha/PB	Lagoa de Pedra Pendências-RN	Afonso Bezerra-RN	Parnamirim-RN
04	Idade	62 anos	75 anos	93 anos	63 anos	74 anos
05	Função Social	Embolador de Coco, poeta e raizeiro	Parteira	Curandeira	Rezadeira Curandeira	Brincante, mamulengueiro e rabequeiro
06	Biografia	Vendedor de lamberdor, faz shows e vende folhetos de cordéis nas feiras. Tem três filhos.	Filha de agricultores, órfã de pai aos cinco anos de idade. Migrou para Mossoró no ano de 1950, ano que começou a desenvolver suas atividades de Parteira.	Mantém as novenas de Santo Antônio em sua residência. Tem quatro filhos, 28 netos, 36 bisnetos e 04 atataranetos.	Gari aposentada, tem 4 filhos, 5 netos e bisneta.	Fundador do Boi Pintadinho.

Curandeiras e rezadeiras ainda ocupam posição social relevante entre os indivíduos e também, desfrutam de relativo respeito e reconhecimento junto às suas comunidades e não apenas como um “resquício” de formas antiquadas de curar, como algo já superado pela ciência moderna, mas, como praticantes de um ato de resistência política e cultural de enfrentamento que contesta e rejeita a linguagem da opressão, da dominação e da exploração entre os homens e, que, mesmo se considerarmos como uma singela contribuição para um novo projeto de mundo, é fundamental que

a comunidade as reconheçam “na condição de resistência que a benzeção deve ser vista.” Oliveira nos lembra que:

Contribuição vinda de um grupo de pessoas que está ao lado dos oprimidos, identificando-se com a sua luta e com os seus sofrimentos. E mais do que isso, dando a eles uma explicação e um sentido próprio. “Contribuição vinda de um grupo de pessoas que ainda não passou pelo processo de desumanização que acompanha o enriquecimento de bens materiais numa sociedade hostil como é a nossa.”(Oliveira: 1985)

A temática da religiosidade e da fé esteve presente em diversos espetáculos desta edição do FESTUERN 2015, como tema central de diversas peças teatrais, entre as quais destacamos: **Mistérios da Rabeca – O Cangaço Chega ao Céu**, da Escola Municipal Dr. Eloy de Souza, da Cidade de Lajes-RN; **A TRADIÇÃO EM UM CORAÇÃO**, da Escola Municipal Francisco de Oliveira Melo; **A SANTA DO PAU OCO**, da Escola Municipal Padre José Luiz da Silva; **A CARTOMANTE**, da Escola Municipal Manoel Alves Bezerra; e **CACTUS**, da Escola Municipal Professora Trindade Campelo, da Cidade de Currais Novos.

Também presente com tema secundário, a religiosidade aparece nos espetáculos: **CRENÇA E CONFUSÃO NAS TRADIÇÕES DO SERTÃO**, da Escola Estadual Sebastião Gomes de Oliveira; **EU ME CHAMO JANAINA**, da Escola Centro de Educação Integrada Professor Eliseu Viana – CEIPEV e **O AUTO DO BOI DE PRATA**, da Estadual Professora. Maria Rodrigues Gonçalves.

Considerações Finais

A diversidade e o pluralismo religioso presente na cultura nordestina fruto de influências indígenas, africanas e europeias é notoriamente desenhada nas apresentações do FESTUERN do ano de 2015. Os enredos exploram as referências que vão desde figuras emblemáticas católicas como padre Cícero de Juazeiro do Norte/Ceará à manifestações do candomblé e rituais em homenagem a Iemanjá.

A fé e as crenças foram elementos recorrentes na dramaturgia dos espetáculos reforçando a percepção que a memória social, está aqui compreendida como essência do conhecimento coletivo e culturalmente conhecido por determinado grupo em um dado contexto social, encontra espaço nos saberes da tradição como fundamentos simbólicos familiares. Tal entendimento também se respalda pelas escolhas dos homenageados eleitos pelas escolas e equipe técnica do festival.

Cabe relembrar que, entre os “intelectuais da tradição” merece destacar que 40% dos homenageados são reconhecidos pela comunidade por seus fazeres cotidianos a partir do qual construiu-se sua autoridade, respeito e reconhecimento enquanto rezadeira/curandeira, no ofício de

recorrer ao sagrado para responder a demanda da comunidade para resolução de algum tipo de problema físico ou espiritual.

Deste modo, as atividades desenvolvidas nesta edição do Festival de Teatro Escolar traduzem e reforçam a necessária de reconhecer e valorizar os elementos de resistência da cultura regional, bem como assimilar a importância dos saberes da tradição como parte da nossa identidade cultural na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

Portaria nº 0457/2015 – GR/UERN – Institui o Festival de Teatro da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – FESTUERN, como Programa Interdisciplinar de Teatro na Escola.

OLIVEIRA, Elda Rizzo. O que é benzeção. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Revista CPC, São Paulo, n. 8, p. 6-35, maio 2009/out. 2009. O ofício das rezadeiras como patrimônio cultural: religiosidade e saberes de cura em Cruzeta na região do Seridó Potiguar Francimário Vito dos Santos*

CAVIGNAC, Julie Antoinette. *Vozes da Tradição; Reflexões Preliminares sobre o Tratamento do Texto Narrativo em Antropologia*. In REVISTA DE HUMANIDADES v.1 - n.1 - ago./set. de 2000 – ISSN/UFRN CERES. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em: 23 jan. 2011.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças dos Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

História Oral e Memória: a Cultura Popular Revisitada. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2007. (Coleção caminhos da história). ISBN 85-724420-8. Disponível em: <<http://br.groups.yahoo.com/group/nucleodepesquisadoresdeteatroderua>>. Acesso em: 26 maio 2010.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *História Oral e Memória: A Cultura Popular Revisitada*. São Paulo: Contexto, 2003.

SANTOS, Idelette Muzart Fonseca dos. *Memória das Vozes: Cantoria, Romanceiro & Cordel*. Salvador: Secretaria da Cultura e turismo, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2006.



**III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN**

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

REALIZAÇÃO:



AÇÕES INTERATIVAS DO PROJETO DEBATE, CAFÉ E CINEMA NO COMBATE AO PRECONCEITO RACIAL NAS ESCOLAS PÚBLICAS NATALENSES

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Arthur Fonseca Lopes
(arthurf.lopes@hotmail.com)

Alcineia Rodrigues dos Santos

Fabiana Ricardo Souza do Nascimento

Patrícia Cristina Cavalcante

Aurélia Carla Queiroga da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

RESUMO: Busca-se demonstrar os resultados alcançados pelo Projeto: “Debate, Café e Cinema”, neste ano de 2016, em face à difusão dos direitos fundamentais, com ênfase no combate ao preconceito racial nas Escolas Públicas do Ensino Médio da cidade de Natal/RN. Para tanto, utiliza-se a linguagem lúdica do Cinema, cuja projeção permite criar um espaço dialógico com o público-alvo, que interage com os extensionistas treinados, recebendo através das Cartilhas Informativas orientações para o exercício da cidadania. Registra-se que é crescente o número de jovens atendidos nas escolas parceiras, de modo que a atuação proativa do Projeto tem corroborado para a superação das desigualdades e discriminação social, oportunizando a criação de novas estratégias pedagógicas que associam ensino e participação cidadã, no âmbito da comunidade.

Palavras-Chave: Preconceito Racial. Ações Interativas. Extensão.

1 INTRODUÇÃO

O Projeto “Debate, Café e Cinema” promove a difusão do conhecimento adquirido no ambiente acadêmico e científico, oportunizando ao público-alvo o reconhecimento da extensão universitária para a efetivação da função social do saber jurídico e de sua propagação na comunidade. Nesta senda, o desafio para a libertação da pobreza, do coloquialismo cultural, da marginalização tecnológica e da ignorância em relação aos projetos educacionais perpassa por um viés estratégico e articulado. (BITTAR, 2013, p. 189).

No que se refere à extensão, busca-se demonstrar a importância da inserção e o resgate sociocultural, tendo em vista à conscientização dos jovens das Escolas Públicas Natalenses, quanto à superação das barreiras impostas pelo Preconceito Racial, velado na sociedade brasileira e de cujas raízes históricas remonta a própria colonização do país.

O preconceito em si, compreendido como “um juízo preconcebido, manifesto na forma

de uma atitude discriminatória contra pessoas, lugares ou tradições diversas” foi fortalecido, pela teoria antropológica da “recusa do estranho”, implicando em censura e exclusão de tudo o que não fosse compatível com a cultura europeia. Contrapõe-se a “figura do mal selvagem à do bom civilizado”, cujo argumento retórico, ainda hoje, justifica a manifestação de várias teses xenofóbicas e evadas de intolerância à diversidade étnica. Tais ideias serviram, portanto, para justificar a colonização e suas práticas violentas, submeter os negros à escravidão e fundar doutrinas racistas. (ASSIS; KÜMPEL, 2012, p. 27-28).

Considera-se como preconceito racial uma disposição (ou atitude) desfavorável, culturalmente condicionada, em relação aos membros de uma população, aos quais se têm como estigmatizados, seja devido à aparência, seja devido a toda ou parte da ascendência étnica que se lhes atribui ou reconhece. Quando o preconceito de raça se exerce em relação à aparência, isto é, quando toma por pretexto para as suas manifestações os traços físicos do indivíduo, a fisionomia, os gestos, o sotaque, diz-se que é de marca; quando basta a suposição de que o indivíduo descende de certo grupo étnico, para que sofra as consequências do preconceito, diz-se que é de origem. (NOGUEIRA, 1985, p. 78-79).

Já o racismo, segundo Foucault (2002, p. 304) constitui-se, como um mecanismo fundamental de biopoder utilizado historicamente para separar e dominar classes, raças, povos e etnias, que no Brasil iniciou-se a partir da colonização, com o genocídio indígena, sendo “o meio de introduzir [...] um corte entre o que deve viver e o que deve morrer”.

O presente trabalho apresenta o registro das experiências interativas da equipe de extensionistas, que ao longo dos últimos 5 (cinco) anos, atua “*in loco*”, nas Escolas Públicas do Ensino Médio da cidade de Natal, abordando os direitos fundamentais do cidadão em seus aspectos teóricos e práticos, por meio da exibição de filmes, cujo conteúdo lúdico favorece a discussão de temas afeitos ao exercício da cidadania.

2 METODOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Para a aplicação da didática interdisciplinar do Projeto Debate, Café e Cinema, neste ano de 2016, foram realizados estudos bibliográficos, sendo confeccionadas cartilhas educativas e slides com o conteúdo jurídico sobre temas palpitantes da área jurídica, voltados à conscientização do público-alvo. As informações coletadas, através de questionários, foram empregadas no diálogo com os discentes, após a exibição de filmes, com o intuito de incitar o debate durante as visitas de campo. Para MODRO (2009, p. 26):

O filme pode ser um estímulo para uma aprendizagem mais ampla de determinado assunto, visto que o cinema incorpora diversas linguagens abrindo inúmeras possibilidades semióticas de percepção da realidade circundante.

Neste ano de 2016, chamou a atenção da equipe extensionista o impacto social do Filme: “*Remember the Titans*”, no Brasil intitulado: “Duelo de Titãs” (2000), posto que conseguiu

emocionar o público-alvo e favorecer a coleta de depoimentos reais de suas vidas, seus dilemas e até mesmo a narrativas de situações de preconceito racial de alguns discentes.

Através das ações interativas dos extensionistas nas Escolas Públicas parceiras do Projeto, tais como: Winston Churchill, Zila Mamede e Instituto Federal do Rio Grande do Norte - IFRN foi apresentado, neste ano de 2016, o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), junto ao público-alvo, de modo a esclarecer a sua importância no cenário nacional como resultado da luta e das reivindicações de movimentos sociais, visando coibir o preconceito e estabelecer políticas públicas para expurgar o racismo do Brasil.

Buscou-se, estimular a atuação das Escolas parceiras, no sentido de garantir a efetivação da igualdade de oportunidades no âmbito escolar para todos os discentes e, ainda, o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica, convocando todos os agentes envolvidos (diretores/ alunos/ professores) a repensar as suas práticas pedagógicas, com vistas à promoção dos Direitos Humanos.

O papel da escola é o de uma instituição socialmente responsável não só pela democratização do acesso aos conteúdos culturais historicamente construídos, mas também o de co-responsável pelo desenvolvimento individual de seus membros (em todos os seus aspectos), objetivando sua inserção como cidadãos autônomos e conscientes em uma sociedade plural e democrática (ARAÚJO, 1998, p. 44).

O desenvolvimento das ações extensionistas buscou evidenciar a importância da conscientização dos jovens, no que concerne a luta contra o preconceito racial, perpassando pela compreensão da relação entre Direito e Educação, enquanto institutos elementares à mudança de atitude das futuras gerações sobre a problemática no Brasil. Para Luís Roberto Barroso (2004, p. 312) “o Direito é uma invenção humana, um fenômeno histórico e cultural, concebido como técnica de solução de conflitos e instrumento de pacificação social.” Já a educação, segundo a UNESCO “engloba os processos de ensinar e de aprender, exercida nos diversos espaços de convívio social, abrangendo as perspectivas: formal, não formal e informal”.

A atuação dos extensionista, durante as visitas “*in loco*” possibilitou sanar várias dúvidas do público-alvo em face da assimilação das definições das condutas criminais relacionadas à base teórica utilizada pelo Projeto Debate, Café e Cinema no estudo da legislação aplicada no combate ao Preconceito Racial. Neste sentido, a confecção e distribuição gratuita de Cartilhas Educativas se mostrou bastante eficaz no esclarecimento dos conceitos de Racismo e Injúria Racial, ressaltando as suas distinções e, bem como, as penalidades cabíveis prevista na lei.

O racismo é um tipo de crime associado à ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos humanos. As pessoas denominadas racistas baseiam-se na ideia da superioridade, para impor a sua vontade. Em outras palavras, assinala que algumas raças ou etnias são melhores que às outras, seja pela cor da pele, pensamentos, opiniões, crenças, inteligência, caráter ou cultura. (CARNEIRO, 1998, p. 17).

A Constituição Federal de 1988 tipificou o racismo como crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, de acordo com a Lei nº 7.716/89. Assim, para a conduta ser considerada racista, deverá existir menosprezo a raça de alguém, seja por impedimento ao acesso a um determinado local (Pena: 1 a 3 anos); negação da oferta de emprego à pessoa (Pena: 2 a 5 anos); impedimento de matrícula de um aluno negro em uma determinada escola (Pena: 3 a 5 anos). Neste último caso, se o crime for praticado contra menor de 18 anos a pena é agravada de 1/3. (BITENCOURT, 2004, p. 545).

A injúria racial, por sua vez, ocorre quando são ditas ou expressadas ofensas a determinados tipos de pessoas, ofendendo a sua honra e atingindo a sua autoestima, por exemplo: chamar um negro de “macaco”. Tal xingamento já ocorreu em vários casos no futebol pelo mundo, onde os jogadores agredidos por essa palavra buscaram na Justiça a proteção de seus direitos (Processo). Reverbera-se em um crime que permite fiança, sendo previsto no artigo 140 §3º, do Código Penal Brasileiro. “Na sua essência, é a injúria uma manifestação de desrespeito e desprezo, um juízo de valor depreciativo capaz de ofender a honra da vítima no seu aspecto subjetivo.” (MIRABETE, 2003, p. 165).

É salutar destacar como avanço bastante significativo no país o Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). Trata-se de uma Lei especial, que surgiu a partir da luta e das reivindicações de movimentos sociais, visando coibir o preconceito e estabelecer políticas públicas para expurgar o racismo do Brasil. Em 65 artigos, destina-se a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. (BRASIL, 2010).

Não há dúvidas que muito ainda deve ser feito, mas algumas atitudes vêm contribuindo para minorar um pouco a opressão e a segregação dos negros na sociedade brasileira. O Sistema de Cotas nas Instituições Federais de Ensino Médio e Superior é um dos exemplos mais significativos, dentre as inúmeras ações que devem e podem ser propostas para tentar saldar em parte a dívida histórica que o Brasil tem com essa grande parcela da população.

Cultivar as raízes da nossa formação histórica evidentes na diversificação da composição étnica do povo é o caminho mais seguro para garantirmos a afirmação de nossa identidade nacional e preservarmos os valores culturais que conferem autenticidade e singularidade ao nosso país. É imprescindível que haja união entre as pessoas, povos, nacionalidades e culturas. Todos os esforços para combater as barreiras discriminatórias são subsídios concretos para a formação de um novo ser humano, capaz de elevar-se à altura de seu destino e evitar destruir a si mesmo. (SIMÃO, 2011, p. 11).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A dinâmica interativa do Projeto, neste anuário 2016, almejou propagar as diretrizes

normativas do Estado Brasileiro no tocante as políticas públicas previstas para superação do preconceito racial no âmbito social. Tal perspectiva dialógica permitiu difundir junto ao público-alvo lúcidos esclarecimentos quanto às implicações psicológicas, antropológicas, econômicas e jurídicas que o preconceito/ discriminação desencadeia na sociedade.

Com base na percepção da indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, o Projeto procurou investir na formação humanística dos estudantes, na medida em que os estimulou a compreensão do significado do “ser sujeito”, crítico e participativo, frente às problemáticas do seu cotidiano. Buscou-se capacitar o público-alvo à vivência dos seus direitos cívicos em consonância com a noção de responsabilidade social, ludicamente aclaradas pela exposição da relação entre “Direito & Cinema”.

O uso do cinema no ensino jurídico pode apresentar diferentes finalidades: promover a sensibilização, perceber o papel social da profissão, transmitir e fixar informações, capacitar a expressividade da argumentação, pensar e refletir (LACERDA, 2007).

A título de resultados, destacou-se que 91% dos estudantes ouvidos, mediante verbalização oral em dinâmica de grupo e questionários aplicados, já se sentiram vítimas de preconceito racial; cerca de 7% dos discentes admitiram já ter feito algum comentário ou brincadeira de cunho racista e apenas 2% dos alunos nunca sofreram qualquer situação de preconceito ao longo de sua vida.

Diante dos dados, constatou-se uma baixa alta estima do público-alvo. Neste sentido, o Projeto conseguiu fornecer alternativas, para minimizar o sentimento de impotência, na medida em que conseguiu demonstrar os caminhos jurídicos à disposição do cidadão para denunciar ocorrências de preconceito racial e quais as penalidades cabíveis aos criminosos.

Resta claro que a atuação da equipe de extensionistas se mostrou bastante festejada nas Escolas visitas “*in loco*”, posto que criou um espaço aberto para o diálogo, sanado dúvidas jurídicas recorrentes, disseminando à cultura do exercício dos direitos cívicos, quebrando paradigmas de desigualdades, através do incentivo à defesa das vítimas via processo, cuja assistência gratuita poderá ser promovida pelo NPJ – Núcleo de Prática Jurídica, vinculado ao Curso de Direito da UERN, situado na Zona Norte de Natal/RN.

Figura:



Figura 1 - Visita a Escola Winston Churchill (Natal. 2016)

4 CONCLUSÃO

É válido ressaltar que o Projeto vem, ao longo dos últimos 5 (cinco) anos aproximando a Universidade e a Sociedade, contribuindo para a trocas de experiências e alicerçando no público-alvo a ideia de que somente a Educação é capaz de garantir o empoderamento social enquanto processo emancipatório das pessoas, cuja liberdade de decidir e controlar o seu próprio destino, passa a ser a marca do respeito à dignidade humana.

Pari Passu, as ações interativas do Projeto, neste ano de 2016, corroboram decisivamente para o aumento dos níveis de conscientização quanto ao combate do preconceito racial nas Escolas Públicas Natalenses, potencializando a sua superação, em termos práticos, na comunidade. Em suma, verificou-se que, através da adoção de novas práticas pedagógicas, tornar-se-á possível estruturar uma nova organização curricular, permeável às transformações em curso, interdisciplinar, privilegiando a articulação teoria-prática na formação integral dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, U. F. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. *In*: AQUINO, Júlio Groppa.(Org.) **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 5 ed. São Paulo: Summus, 1998.

ASSIS, Olney Queiroz; KÜMPEL, Vitor Frederico. **Manual de antropologia jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**. 11 ed. Saraiva: São Paulo, 2013.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Código penal comentado**. São Paulo: Saraiva. 2 ed. 2004.

BRASIL, Lei nº 12.288 de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial e altera as Leis nº 7.716/1989; 9.029/1995; 7.347/1985 e 10.778/2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm>. Acesso em 17 de out. de 2016.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **O racismo na história do Brasil: mito e realidade**. 7 ed. São Paulo: Ática, 1998.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Martins Fontes: São Paulo, 2002.

LACERDA, Gabriel. **O direito no cinema: relato de uma experiência didática no campo do direito**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal – Parte especial**. São Paulo: Atlas. 20 ed. 2003, Vol. 2.

MODRO, Nielson R. **O mundo jurídico no cinema**. Blumenau: Nova Letra, 2009.

NOGUEIRA, Oracy (org.). **Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais**. São Paulo, T.A. Queiroz. 1985.

SIMÃO, Calil (Coord.). **Estatuto da igualdade racial**. Leme: J.H. Mizuno, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 52 ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

YAKIN, Boaz. **Remember de Titans**. EUA, 2001. 113 min. Título original no Brasil: Duelo de Titãs. [Classificação Livre].

UNESCO. Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/>>. Acesso em 17 de out. de 2016.

COMBATENDO O ‘BULLYING’ NAS ESCOLAS: PELO DIREITO A DIGNIDADE.

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Margaret Darling Bezerra
(margaret-mar@hotmail.com)

Maria Clara Viana Bakker

Francimária Kennia Guedes de Andrade

Rogério Emiliano Guedes Alcoforado (Orientador)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

O projeto de extensão “Combatendo o ‘bullying’ nas escolas: pelo direito a dignidade” tem como objetivo informar e combater o fenômeno social ‘bullying’, suas formas, as características que definem e como identificar tanto agressor quanto a vítima, qual o dever e a postura das escolas em relação a esse fenômeno e, principalmente, como pais e professores podem identificar e ajudar em todo o processo do ‘bullying’, que neste trabalho estará voltado para o ambiente escolar. Espera-se com essa ação de extensão, trazer para o cotidiano de crianças e adultos informações que ajudem a minimizar o impacto do bullying, que causa diversos transtornos, dor, sofrimento, déficit de aprendizado e, até, adultos psicologicamente doentes.

Palavras-chave: bullying, combater, escola.

Introdução

Entende-se a prática do ‘bullying’ como atos de violência física e/ou simbólica, intencionais e repetidos, praticados por um indivíduo ou grupo de indivíduos, principalmente no âmbito escolar, causando dor e sofrimento. Segundo a definição dada na Lei 13.185, de 6 de novembro de 2015, temos que:

Art.1º Fica instituído o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying) em todo o território nacional.

§ 1º No contexto e para os fins desta Lei, considera-se intimidação sistemática (bullying) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas. (LEI 13.185, 2015).

Nesse sentido, o ‘bullying’ ganhou maior visibilidade e propagação durante o século XXI, alcançando os diversos meios de comunicação. Com tal prática violenta, as escolas perdem sua característica de segurança e acolhimento, tornando-se um ambiente de medo. Segundo pesquisa realizada em 2015 do Ministério da Saúde e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) com contribuição da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP), da Universidade de São Paulo (USP), a presença de casos de ‘bullying’ em escolas brasileiras aumentou de 5% para

7%, evidenciando-se a problemática, pois os agentes envolvidos poderão não ultrapassar os traumas sofridos na escola, acarretando posteriores comportamentos e sentimentos negativos, como baixa autoestima, e depressão.

A partir dessa exposição conceitual, juntamente aos conhecimentos interdisciplinares adquiridos, esse artigo trará as características do ‘bullying’ de modo a expor a atuação do grupo de extensão “combatendo o ‘bullying’ nas escolas: pelo direito a dignidade”, como medida efetiva no combate a este fenômeno social que ocorre com frequência no ambiente escolar.

Desenvolvimento

Torna-se visível o desafio que o Projeto de Extensão, exposto neste artigo, lança para os graduandos de Direito, desafio este que é o de instruir os alunos agraciados com as intervenções nas escolas, orientá-los para que aprendam e tenham real capacidade de identificar e reverter situações de ‘bullying’ no cotidiano de suas vidas escolares, levando qualidade de vida não só para idade infanto-juvenil, mas, também para que o esclarecimento se torne para eles a garantia de uma vida adulta psicologicamente mais saudável.

Em suma, a presença do bullying parece acarretar prejuízos físicos, psicológicos e sociais, tanto para quem recebe quanto para quem pratica. Esses prejuízos podem ser observados logo em seguida a sua prática ou no decorrer do desenvolvimento da criança, podendo perdurar à idade adulta. (DE ALMEIDA, 2009, p. 4)

Espera-se que, embora saibam de maneira superficial as principais expressões do bullying, os alunos não tenham a dimensão das consequências que a prática desse tipo de intimidação pode causar as vítimas. Fazendo com que os mesmos entendam que o bullying não se reduz, simplesmente, a xingamentos e apelidos de mau gosto, mas que essa prática consiste na intimidação cotidiana. Com essa explicação eles entenderão que é a repetição cotidiana, quer seja das ofensas, dos xingamentos, boato maldoso quer seja dos demais tipos de agressões físicas e psicológicas, que caracterizam a prática do ‘bullying’.

Fatores como a vergonha da vítima em “denunciar” a agressão que sofre e a falta de sensibilidade dos indivíduos que compõem o espaço escolar, sejam os estudantes, sejam os professores, torna o ‘bullying’ um fenômeno imperceptível, o que não deixa de ser mais um motivo para maior atenção por parte dos que cercam o cotidiano dessas crianças.

As crianças devem entender que as “diferenças” identificadas no colega não devem transforma-lo em uma vítima em potencial. Devemos leva-los a refletir sobre o ‘bullying’, pensando-o como um fenômeno que retira o indivíduo do seio da sociedade, excluindo-o e afetando sua saúde física e mental, uma prática que destrói sua própria dignidade.

É válido evidenciar os frutos que o grupo de extensionistas muito provavelmente colherá, como o contato com esse novo universo prestes a ser desvendado, com o afinco e determinação que a nossa sociedade merece, pois, esse projeto de extensão conduz os extensionistas para além dos domínios da Universidade, e nos posiciona como agentes da cidadania, da ética e do bem comum, nos dando a oportunidade de interagir e acrescentar conhecimento na vida das pessoas. Transformando essa experiência que estamos prestes a vivenciar como sendo única, pois nos proporcionará ainda como estudantes a dar nossos primeiros passos em busca do exercício do Direito.

Resultados e Discussão

Como uma das práticas mais antigas entre os seres humanos, a “agressão social”, em seus variados vieses, seja por “disputa de território” ou por relação direta de domínio sobre os que se mostrassem mais fracos, recriou-se entre os indivíduos ao longo de sua evolução histórica, a qual

define a construção do comportamento sociocultural. E, pensando por essa vertente, como também, destacando as formas e tessituras de tal comportamento humano, se quer abrir um expoente para uma também velha prática que vai além da violência corporal e atinge o mais profundo sentimento do ser, embora com uma diferenciada ou recente denotação: o ‘bullying’.

Somente com o pesquisador norueguês, Dan Olweus, o termo começou a ser utilizado a partir da década de setenta, e aqui no Brasil a partir dos meados da década de noventa. De origem inglesa, a palavra “bully” caracteriza o valentão, o ser hostil, que geralmente tem o apoio de alguém ou de um grupo que age com intimidações intencionalmente repetidas, perversamente oprimindo pessoas vulneráveis que não oferecem resistência e que geralmente não têm nenhuma chance de revidar. Cujos fins vão além da chacota, dos xingamentos, pois se caracteriza pela vantagem física ou intelectual do opressor. Segundo Ceccarelli (2013, p. 3), “os autores de bullying têm, em sua maioria, dois objetivos: a demonstração de poder e a obtenção de aflição a outros colegas”.

O ‘bullying’ pode se configurar no meio social da forma mais perversa e silenciosa possível. O que faz eclodir os inúmeros casos de bullying dos menos graves, com ofensas gratuitas, aos mais severos, de humilhação, tendenciando a uma emergência: alcoolismo entre estudantes, isolamento severo, estupros e, o pior, o bulicídio – ligado à inserção fácil dos indivíduos no período “técnico-informacional” de fácil acesso as mais diferenciadas mídias sociais, principais meios à exploração dos “cyberespaços”, produtores do cyberbullying.

Considerações Finais

Destaca-se o papel das instituições escolares no combate a prática do ‘bullying’, exposto por meio da Lei 13.185, de 6 de novembro de 2015, ao expor em seu Art. 5º: “É dever do estabelecimento de ensino, dos clubes e das agremiações recreativas assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnose e combate à violência e à intimidação sistemática (bullying)”.

Portanto, infere-se a importância do projeto de extensão “Combatendo o ‘bullying’ nas escolas: pelo direito a dignidade” como medida efetiva no combate a esta prática, a partir de intervenções nas escolas, visando o reconhecimento do ‘bullying’ enquanto forma de agressão, bem como o esclarecimento dos agentes envolvidos, objetivando uma qualidade de vida saudável enquanto agentes sociais. Nesse contexto, faz-se presente ainda a sensibilização dos graduandos de direito, voltando-se para a prática cidadã, bem como o uso prático de seus conhecimentos prévios, a partir do que ultrapassa a estrutura física da universidade. Seguindo esta linha de raciocínio, podemos inserir o pensamento de Norberto Bobbio, ao expor que:

Segundo esta concepção, que é a mais antiga e tradicional (deriva de Aristóteles na sua formulação mais clara) o fim do direito, ou seja, das regras coercitivas que disciplinam a conduta dos homens na sociedade, é de garantir a igualdade, seja nas relações entre os indivíduos [...] seja nas relações entre o Estado e os indivíduos [...] O direito é aqui o remédio primeiro e fundamental para as disparidades entre os homens, que podem derivar, seja das desigualdades naturais, seja das desigualdades sociais. (BOBBIO, 1995, p. 72)

Diante do exposto, acreditamos estarmos dando continuidade a mais uma versão de um projeto que tem contribuído para a formação profissional dos alunos envolvidos, e ainda, despertado as escolas para a formação cidadão diante de uma grave problemática, o ‘bullying’.

Referências

CECCARELLI, Paulo Roberto. **Bullying e pós modernidade: uma relação intrínseca (?)**. In: Polêmica Revista Eletrônica, v. 12, n.3 , julho/ agosto/ setembro de 2013

BOBBIO, Norberto, **Direito e Estado no Pensamento de Emanuel Kant**, 3ª Edição, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1995, p. 72

CAMARGO, Orson. **"Bullying"; Brasil Escola**. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/sociologia/bullying.htm>>. Acesso em 14 de outubro de 2016.

CONSTANTINI, Alessandro. **Bullying, como combatê-lo? : prevenir e enfrentar a violência entre jovens**. SP: Itália Nova editora, 2004.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **A indisciplina escolar e o ato infracional**. http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/a_ind_esc_ato_inf.pdf,

OLIBONI, Samara Pereira. **O bullying como violência velada: a percepção e ação dos professores**. Mestrado em Educação ambiental da Universidade Federal do Rio Grande, 2008.

DE ALMEIDA, Sidnéia Barbosa; CARDOSO, Luciana Roberta Donola; COSTAC, Vânia Vieira. **Bullying: conhecimento e prática pedagógica no ambiente escolar**. Psicologia Argumento, v. 27, n. 58, 2009.

CONSIDERAÇÕES SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E INTERDISCIPLINARIDADE.

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Pedro Henrique Bezerra de Farias
(phedrofarias@hotmail.com)

José Vitor Bezerra de Medeiros

Ana Sila Tavares de Queiroz

Universidade Federal Rural do Semiárido - UFRSA

RESUMO: Discutir os Direitos Humanos tem sido um dos desafios contemporâneos, visto a subjetividade em que estão imersos, e suas várias formas de intersecção. Nesse sentido, o projeto de extensão “Direitos Humanos na Prática”, vinculado à UFRSA, vem desenvolvendo atividades no campo dos direitos dos adolescentes em conflito com a lei, em situação de cumprimento de medida socioeducativa. O projeto abarca estudantes de Graduação dos cursos de Direito, Psicologia, Pedagogia e Serviço Social. Dessa forma, o presente relato de experiência traz algumas considerações sobre a interdisciplinaridade, sobretudo dos cursos de Direito e Psicologia, no âmbito da extensão, bem como colaborar com o debate sobre a socioeducação. Consideramos, que bem como utilizamos do diálogo (interdisciplinar) para pensar a complexidade do sistema socioeducativo, as instituições poderiam também utilizar-se desta estratégia para melhor efetivação dos Direitos Humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos Humanos; Adolescentes; Interdisciplinaridade; Socioeducação.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão Direitos Humanos na Prática, vinculado à Universidade Federal Rural do Semiárido, através do Núcleo de Práticas Jurídicas, desenvolve a *comunicação* entre universidade-comunidade, especificamente com o contato direto com adolescentes em conflito com a lei, bem como as instituições socioeducativas, quais sejam Centro Integrado de Atendimento ao Adolescente Acusado de Ato Infracional - CIAD e Centro Educacional - CEDUC. Em um dos eixos do projeto, existe a abordagem assistencial aos adolescentes, no sentido de esclarecê-los sobre o seu ato infracional e seu processo. À saber, o outro eixo proposto, preocupa-se com a facilitação de espaços de diálogos com agentes socioeducativos, das instituições citadas anteriormente, na

perspectiva dos Direitos Humanos.

Dessa maneira, pode-se destacar a contribuição das outras áreas que o projeto abrange, que são elas: Psicologia, Pedagogia e Serviço Social. Nota-se, nesse sentido, que em *diálogo* com a abordagem no que tange aos esclarecimentos processuais, o olhar de outras áreas possibilitou uma vivência mais rica e complexa, como bem elucida MORIN (1921, pp.37) sobre a complexidade “é preciso efetivamente recompor o todo para conhecer as partes”. É imprescindível, pois, entender ou abordar o humano (que aqui seja entendido como o todo), atentando para o lúcido diálogo entre variados campos do saber (as partes), o que é elucidado pelo autor como *transdisciplinaridade*.

O presente relato de experiência, tem como intuito trazer à tona algumas considerações e incitações acerca da interdisciplinaridade, na vivência do projeto de extensão Direitos Humanos na Prática, sob um olhar de estudantes do curso de Direito e Psicologia.

DESENVOLVIMENTO

- Vivência do Direito com a Psicologia.

Sobre o aspecto jurídico, as ponderações feitas por Roberto Lyra Filho são bastante contundentes, no que ele chama de “Direito achado na rua”. O autor traz a discussão entre monismo jurídico (direito de origem exclusivamente por meio do Estado), e pluralismo jurídico, o qual se encaixa o termo que ele utiliza. No pluralismo jurídico, não só o Estado produz o Direito, mas, sobretudo em outras manifestações também há, e conseqüentemente se faz Direito, seja na rua, nos grandes centros, nas comunidades, instituições (...).

Nesse sentido, falar em Direito, e especificamente em Direitos Humanos, partindo de uma visão mais transdisciplinar, complexa e pluralista, é justamente atentar para as diferentes manifestações desses Direitos, bem como seus sujeitos (direito subjetivo), além do que está positivado pela lei (direito objetivo). É necessário, pois, partir de uma reflexão e ação, como coloca Freire, que se atente para esse olhar do todo, que contemple a contribuição da Psicologia, da Pedagogia, do Serviço Social, bem como outros ramos do conhecimento, como a música, as artes. Juntando e dialogando com o conhecimento disciplinar e fragmentado, podemos nos aproximar mais do humano, ponto em comum

de todos os interesses.

Foi notório, especificamente, o olhar da Psicologia no momento de diálogo com os adolescentes. É importante destacar, que o jurídico ainda está revestido de certa distância de toda a população, sobretudo a mais vulnerável economicamente. Dessa maneira, a Psicologia aproximou-se mais dos adolescentes, tendo um contato mais subjetivo, que dialogou com a objetividade processual e técnica do Direito. Reitera-se ainda, que além desse contato mais voltado para o sujeito (internamente, *psiqué*), existe uma tendência mais humana com a participação de um psicólogo, ou como no caso de nossa experiência, uma estudante de Psicologia, pois, a formação Psicológica dos adolescentes em conflito com a lei, e em situação de cumprimento de medida socioeducativa, possui todo um contexto antes, durante e depois do cumprimento da medida, o que merece um olhar especial.

Conseqüentemente, a contribuição da colega estudante de Psicologia, também foi de extrema importância na elaboração dos relatórios. Houve uma contribuição, principalmente, no sentido de “esmiuçar” as falas, expressões e até o silêncio do adolescente. Isso contribuiu, para que, acrescentado aos autos, o relatório pudesse abarcar um olhar mais humano, individual e subjetivo do socioeducando.

- Vivência da Psicologia com o Direito.

O ambiente jurídico e as normas positivadas caracterizam-se por ser uma instrumentalização da busca pelo direito. Dessa forma, ao ter contato com esse ambiente formal e objetivo, um(a) estudante de Psicologia pode ter a oportunidade de se utilizar desses meios e instrumentos para, de alguma forma, contribuir para a efetivação da justiça. Além disso, o domínio mínimo de Direito por um profissional da Psicologia, contribui para aproximação com o ramo da Psicologia Social, tendo como áreas de atuação por exemplo o CRAS (Centro de Referência da Assistência Social) e CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Nota-se, que na execução das medidas socioeducativas, existe uma grande carga de análise jurídica e objetiva, mas que nem tanto com a mesma proporção se tem uma visão psicossocial dos socioeducandos. Nesse sentido, apontamos que um olhar sobre a realidade psicológica e social dos adolescentes se faz importante por esclarecer questões que são ignoradas, ainda que sem intenção, pelo Direito. Trata-se aqui, de uma delimitação, e o Direito nesse sentido, volta o seu olhar com mais atenção para questões

mais técnicas.

É importante, pois, além de entender o contexto social que contribuiu para que o adolescente cometesse um ato infracional, bem como de que modo, onde e quanto tempo irá levar para ele ressocializar-se, buscar se aproximar do que se passa em sua mente. Dessa maneira, a elaboração de um parecer técnico apresentado à justiça será mais fiel à realidade do adolescente.

É claro que, a contribuição dos colegas de Direito também foi imprescindível para a desenvoltura do trabalho, e conseqüentemente na obtenção dos resultados. Não se obteriam pareceres tão próximos à vida dos socioeducandos sem a mútua contribuição do Direito, Pedagogia, Serviço Social, e da Psicologia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebeu-se que a vivência Direito-Psicologia no projeto Direitos Humanos na Prática foi muito proveitosa. Pudemos notar a diferença em trabalhar numa perspectiva interdisciplinar, com múltiplas visões, em contrapartida ao olhar uno e técnico jurídico.

Consideramos como maior resultado, o de atender à proposta do projeto, que é justamente refletir e vivenciar os Direitos Humanos, e, esses por serem tão complexos e subjetivos, necessitam de um olhar mais cauteloso, horizontal e vasto. Nesse sentido, as discussões acerca do diálogo com o socioeducando entre os alunos de diversos cursos, dentre eles Psicologia e Direito, para a elaboração do relatório apresentado à juíza merecem destaque.

Refletimos, nessa perspectiva do diálogo e da interdisciplinaridade, a possibilidade de que essa comunicação que utilizamos, fossem abraçadas pelas instituições socioeducativas. Dessa maneira, poderia realizar-se um grande diálogo entre instituições, comunidade, escolas, família, igrejas e a sociedade em geral. Bem como, não menos importante, o diálogo dentro dessas próprias instituições entre direção, agentes socioeducadores, e demais membros da equipe técnica. Tudo isso com vistas a possibilitar a socialização, e de fato unir e conhecer o humano (máxima aproximação).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a experiência interdisciplinar na extensão foi bastante rica, pois,

proporcionou aos estudantes de ambos os cursos (Psicologia e Direito) uma experiência ímpar de dialogar e construir conhecimento coletivamente.

Reiteramos, que sobre a proposta do projeto, a comunicação entre as diversas áreas, possibilitou uma maior efetividade na promoção e discussão dos Direitos Humanos.

No que tange à socioeducação, percebemos que, bem como nós utilizamos essa perspectiva dialógica, todos os envolvidos nesse processo deveriam utilizar-se dessa estratégia, com vistas a melhores resultados para os adolescentes, suas famílias e sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

FILHO, Roberto Lyra. **O que é Direito**. Editora Brasiliense, 11ª edição. São Paulo, SP.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 50 ed. rev. atual. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

MIRANDA, Pontes de. **À margem do Direito: ensaio de Psicologia jurídica**. 2ª ed. São Paulo: Bookseller, 2004.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 5. ed. – São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2002.

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE EXTENSÃO DIREITOS HUMANOS NA PRÁTICA: ANÁLISE A PARTIR DOS RELATOS DE EXPERIÊNCIA DOS EXTENSIONISTAS

Área Temática: **Direitos Humanos e Justiça**

Jailson Alves Nogueira

[\(jailsonalvesuern@hotmail.com\)](mailto:jailsonalvesuern@hotmail.com)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Ramon Rebouças Nolasco de Oliveira

Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA).

Resumo

Este trabalho traz à tona a importância da extensão universitária na formação dos sujeitos cognoscentes e suas contribuições no exercício do controle social do sistema socioeducativo. Apresenta-se o histórico do projeto de extensão “Direitos Humanos na Prática”, que está vinculado à Universidade Federal Rural do Semi-Árido-UFERSA. Nesse sentido, as análises partirão de relatos de experiência dos extensionistas do projeto que tiveram suas atividades iniciadas em 2014, tendo, como membros, estudantes da UFERSA, UERN e UnP (cursos de graduação de Direito, Psicologia, Serviço Social e Pedagogia). Além de buscar compreender e potencializar a formação humana dos extensionistas, o artigo apresenta o papel da extensão universitária-comunitária na efetivação das políticas públicas, bem como contatos e participações nas atividades das instituições de internação, Poder Judiciário, Defensoria Pública e Ministério Público. Outrossim, trata de uma abordagem de aproximação por meio do processo dialógico entre a comunidade e universidade.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Extensão; Relatos de Experiência.

Introdução

Diante do distanciamento entre o campo teórico e o prático, posto nas instituições de ensino superior, o presente estudo aborda as contribuições do projeto de extensão “DH na Prática”-UFERSA perante a sociedade civil no exercício de orientações processuais e garantias constitucionais dos adolescentes e na formação humanizada dos estudantes de graduação das universidades da cidade de Mossoró-RN (UFERSA, UnP e UERN).

O projeto iniciou-se no ano de 2014, na UFERSA, vinculado ao Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) direcionando suas atividades ao ramo dos direitos humanos, no

intuito de romper com a cultura demandista dos cursos superiores de Direito do país e buscar aproximar a universidade da comunidade e vice-versa, nos moldes de uma extensão universitária ao contrário (SANTOS, 2004).

Tem-se início as primeiras atividades em 2014 no NPJ, quando começam as visitas nas instituições de acolhimento da cidade com intuito de definir a área que necessitaria de maior direcionamento das atividades do projeto. As instituições visitadas foram: Conselho Tutelar, Casa de Passagem, NIAC, CREAS, CIAD e CEDUC.

Desenvolvimento

Inicialmente, o projeto passou a atender crianças no NPJ que iam acompanhadas com seus pais os quais necessitavam de orientações para a resolução de litígios, em sua maioria envolviam conflitos familiares. Com isso, julgou-se necessário aproveitar a ociosidade das crianças afastando dos constrangimentos das audiências extrajudiciais no NPJ em que seus pais eram parte.

O projeto ousa em “romper” os muros da instituição e vai em busca de trocar experiência com a comunidade e conhecer de perto a sua realidade, aprendendo e reconhecendo as suas particularidades e os níveis de vulnerabilidade das crianças e adolescentes, assim como reconhecendo o afastamento das políticas públicas do meio social. O projeto visitou as principais instituições de acolhimento e internação da cidade de Mossoró, sempre abertas a receber e dar contribuições para o aprimoramento das medidas.

O Núcleo Integrado de Apoio à Criança-NIAC foi o primeiro a receber a visita e a contribuição do projeto na busca pelo aprimoramento das atividades na unidade que acolhe crianças de 0 a 12 anos e se encontram abandonadas com elevado grau de vulnerabilidade familiar, econômica e psicossocial.

Logo após, fazendo jus ao nome do projeto – “ DH na Prática” – direcionou-se suas atividades ao conselho tutelar de Mossoró em busca de compartilhar informações e compreender a realidade da instituição para potencializar, juntamente com as universidades, o aprimoramento das políticas públicas, leia-se, não só estatais. A contribuição do projeto surge em prol da efetivação dos direitos humanos não localizados, formadores de guetos, entretanto globalizados, multiculturais - que abrange a heterogeneidade social - (SANTOS,1997).

Após as visitas ao conselho tutelar, o projeto voltou-se a buscar informações sobre os adolescentes que se encontravam na Casa de Passagem da cidade de Mossoró,

a saber convivência familiar, comunitária e os fatores que contribuíram para a necessidade de proteção. A estrutura organizacional da instituição de acolhimento e o comportamento psicossocial dos adolescentes também foram relatadas durante os diálogos entre extensionistas e equipe técnica.

Os extensionistas do projeto também dialogaram com os membros que compõem Centro de Referência Especializado em Assistência Social-CREAS partilhando das inquietações e desafios das unidades da cidade.

Devido ao aprofundamento nas atividades desenvolvidas nas instituições citadas anteriormente, o presente trabalho se voltará a compartilhar dos substratos dos relatórios dos extensionistas a partir das atividades inerentes do projeto dentro (CIAD e CEDUC) e fora (PODER JUDICIÁRIO) das instituições de internação.

Por motivo de sigilo de justiça, o comprometimento do projeto não permite expor nomes de adolescentes e de agentes, pelo que a análise prezarão pelo sigilo das fontes que foram utilizadas para desenvolver o presente artigo.

O trabalho parte das observações fidedignas de relatos construídos a partir das vivências nas unidades socioeducativas pelos extensionistas do projeto a partir de suas percepções. As atividades se desenvolveram/desenvolvem no interior das unidades de internação de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas por estarem em conflito com a lei (meio fechado). Rodas de diálogos foram o substrato para o compartilhamento de informações entre a equipe técnica das unidades, educadores e extensionistas do projeto. Durante as rodas (formulações) buscou-se compreender as dificuldades cotidianas das unidades (que são muitas) e contribuir tanto na parte administrativa quanto na revitalização das percepções dos agentes educacionais e equipe técnica no cotejo com os direitos humanos (OLIVEIRA, 2011).

Além das atividades desenvolvidas dentro das unidades de internação, o projeto atua em parceria com a Vara da Infância e Juventude da Comarca de Mossoró com orientações processuais dos adolescentes que irão passar por reavaliação de medidas socioeducativa (CEDUC). A orientação processual consiste em garantir o direito à informação sobre o ato infracional praticado e o trâmite do processo que está em curso em nome do adolescente, de acordo com o inciso IV do art. 124 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O projeto também atua na defesa técnica dos adolescentes que estão sendo acusado de cometimento de ato infracional a partir da entrada no CIAD.

Antes da realização das audiências os membros do projeto elaboram relatórios pertinentes aos diálogos com os adolescentes e são repassados para a Vara da Infância e

Juventude que é a responsável pela reavaliação da medida. Durante as audiências os extensionistas têm contribuições significativas, inclusive sendo indagados pelo Judiciário acerca do teor das orientações aos adolescentes. Não nos comprometemos em contribuir na substituição de medida socioeducativa, pois poderia acarretar um abatimento do adolescente caso a medida esperada por ele não fosse concretizada pelo órgão competente, para não comprometer seu posterior desempenho na unidade.

Resultados e discussões

Por meio dos relatos, percebeu-se as relevantes contribuições do projeto de extensão no controle social e formação humanizadora dos extensionistas além de atuar como parceiro da defensoria pública, judiciário e ministério público.

Também, foram realizadas palestras, minicursos sobre Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Justiça Restaurativa e diálogos com agentes educacionais e toda equipe técnica dos centros educacionais em busca de contribuir para um melhor funcionamento das medidas socioeducativas, capacitação dos agentes educacionais e equipe técnica do CEDUC e CIAD/Mossoró em "práticas restaurativas" e mediação de conflitos.

No ano de 2016, o projeto contribuiu com 4 defesas técnicas de adolescentes acusados de cometerem atos infracionais que estavam no CIAD-Mossoró. 30 orientações processuais de adolescentes que estavam/estão cumprindo medida de internação. Também foram impetrados 02 Habeas Corpus em favor de 04 adolescentes que cumprem medidas socioeducativas.

É de relevante importância a dialogia entre a universidade e as instituições que trabalham com acolhimento socioeducativo ou protetivo no intuito de aprimorar as necessidades sociais das políticas públicas e diminuir as patologias sociais.

Considerações finais

No escopo de apresentar as contribuições do projeto Direitos Humanos na Prática da Ufersa, constataram-se o grande comprometimento das instituições em prol da potencialização dos recursos capazes de atender uma parcela da sociedade que está em elevado grau de vulnerabilidade e, muitas vezes, sem o mínimo de informação referente aos motivos que o levaram à internação.

A extensão verificada em análise não busca impor ou “dizer” qual o melhor caminho para os adolescentes, pratica uma política de alteridade entre os sujeitos num

processo de abordagem aproximativa. Não praticamos a extensão criticada por Paulo Freire em que ele assegura que geralmente a extensão é ... a necessidade que sentem aqueles que a fazem, de ir até a “outra parte do mundo”, considerada inferior, para, a sua maneira, “normalizá-la” (FREIRE, 1983, p. 13).

A interação dos extensionistas com a realidade é de grande relevância para a formação tanto acadêmica quanto humana. A interdisciplinaridade do projeto contribui para a melhor resolução dos problemas que a cada dia são mais transversais e complexo na nossa sociedade.

São necessários o direcionamento e a aproximação das universidades com as demandas sociais, assim utilizando a práxis educativa. Não defendemos aperfeiçoar nas teorizações para iniciar atividades campais, pois corre o risco de vincular a realidade a “autores consagrados” e distorcer da realidade que o circunda. Todo ponto de vista é visto de um único ponto, e o ponto que pretendemos ver é o visto a partir dos anseios da comunidade: vulnerabilidade político-econômica-social, familiar, desemprego, ausência das políticas públicas etc (BOFF, 1998, p. 9).

Referências

BOFF, Leonardo. **A Águia e a galinha: uma metáfora da condição humana**. 16 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069Compilado.htm>. Acesso em. 16. out. 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** tradução de Rosisca Darcy de Oliveira prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

OLIVEIRA, Ramon Rebouças Nolasco. **Direito penal do inimigo em cotejo com os direitos humanos**. 2011 (no prelo).

SANTOS, Boaventura Sousa. **A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 2004.

_____. **Por uma concepção multicultural de direitos humanos**. Revista crítica de ciências sociais. 1997.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO

IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN

III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR

II SALÃO DE EXTENSÃO

DROGAS E POLÍTICAS PÚBLICAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO CRR UERN PARA A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Jéssyca Nayara Silva de Souza

(jessycasouza475@gmail)

Orientadora: Ma. Magda Fabiana do Amaral

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

RESUMO

Este trabalho consiste em expor as contribuições do Projeto Centro Regional de Referência para Formação em Políticas sobre Drogas – CRR UERN, à formação acadêmica em Serviço Social. Utilizamos como metodologia o relato de experiência, apoiado em bibliografias e documentos, principalmente do Serviço Social como Iamamoto (2015), Moura, Ramos e Vasconcelos (2015) e o CFESS (1996), para análise da perspectiva do Serviço Social e suas semelhanças com os objetivos do CRR. Discutiremos como o CRR colabora para a consolidação do projeto profissional do Serviço Social e do conhecimento sobre a Política Nacional Sobre Drogas e os programas efetuados. Exploramos a positiva contribuição do projeto na formação em Serviço Social, pois o intuito do CRR se afina com a orientação Ético- Político da profissão, colaborando para o entendimento do graduando sobre os princípios do Serviço Social e sobre as Políticas Públicas referentes às Drogas, elementos indispensáveis no trabalho de um futuro/a Assistente Social.

PALAVRAS-CHAVE: Drogas, Serviço Social, CRR.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo relatar as contribuições do Centro Regional de Referência para Formação em Políticas Sobre Drogas – CRR UERN - para a formação acadêmica em Serviço Social, contribuições essas previamente reconhecidas, pois a abordagem que este projeto possui está em absoluta consonância com os preceitos do Serviço Social.

Segundo o Edital de Chamamento Público nº 08/2014-SENAD/MJ, publicado pela Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) e pelo Ministério da Justiça (MJ), os Centros Regionais de Referência para Formação em Políticas Sobre Drogas (CRR) possuem o intuito de capacitar profissionais de diversas áreas e são constituídos por grupos de professores, com inserção em instituições públicas, com atuação voltada para a temática das políticas sobre drogas e suas interfaces com outras políticas.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

Os CRR de todo o Brasil destinam-se a executar processos formativos permanentes dos agentes, trabalhadores e lideranças comunitárias que atuam nas redes públicas de saúde, assistência social, educação, políticas para infância e adolescência, sistema de justiça, segurança e outras políticas com interface na prevenção e cuidado dos problemas relacionados ao uso de drogas (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

Já no que se refere à profissão do Serviço Social, esta surge no início do século XX, atuando sobre a Questão Social como instrumento do Estado para conter a revolta da classe trabalhadora em relação à grande exploração operada pela burguesia. Nos pós-guerra, a profissão passa a ser institucionalizada e em meados do século XX, o Serviço Social passa por uma reconceituação no que diz respeito às suas perspectivas. Referindo-se a esse novo momento do Serviço Social, Marilda Yamamoto diz:

O projeto que norteia os princípios da seguridade social na Carta Constitucional de 1988, aposta no avanço da democracia, fundada na participação e do controle popular; na universalização dos direitos e, como consequência, da cobertura e do atendimento das políticas sociais; na garantia da gratuidade no acesso aos serviços; na integralidade das ações voltadas à defesa da cidadania de todos na perspectiva da igualdade. (IAMAMOTO, M., 2015, p. 198).

Por isso, encontramos afinidades epistemológicas entre o Serviço Social e o CRR UERN, visto que, os professores desse projeto também possuem como horizonte a defesa dos direitos das pessoas que usam drogas e a consolidação de políticas públicas que permitam o fortalecimento da posição desses indivíduos como sujeitos de direitos. Dessa forma, o CRR proporciona inúmeros conhecimentos para o estudante de Serviço Social e futura profissional que atuará na prestação de serviços e na defesa de direitos da classe trabalhadora, incluído nessa classe, as pessoas que usam drogas.

Entretanto, este trabalho consiste em um relato de experiência individual vivenciado durante os últimos 12 meses no CRR UERN, experiência essa vivida junto aos professores da Faculdade de Enfermagem da UERN (FAEN), estudantes do curso de Enfermagem, Direito e Medicina. Na análise que se seguirá, faremos relação entre o que foi vivido e apreendido durante a participação no CRR UERN, relacionando essa aprendizagem com obras bibliográficas e documentos, principalmente do Serviço Social, a fim de vermos como os conhecimentos e preceitos do CRR e do Serviço Social correlacionam-se.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O CRR UERN teve seu início em outubro de 2015. No decorrer desses 12 meses, bolsistas e voluntários trabalham auxiliando os professores nos cursos ministrados, tanto na fase de preparação (atuando na divulgação, inscrição de cursistas e outras tarefas) quanto na execução e finalização.

Nos primeiros momentos do curso, tivemos uma aproximação teórica sobre as drogas, sobre as pessoas que as utilizam e a Política Nacional Sobre Drogas (PNAD). Já no início do projeto, tornou-se visível que o objetivo do CRR era promover conhecimentos sobre a temática com respeito e defesa dos direitos humanos e da dignidade das pessoas que usam drogas. Essa perspectiva está em consonância com o II princípio do Código de Ética do/a Assistente Social, que se compromete a: “Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo” (CFESS, 1996, p: 397).

No entanto, é no decorrer das aulas do curso do CRR que mais adquirimos conhecimentos. Ao auxiliarmos os docentes nas atividades em sala, acabamos consequentemente apreendendo, junto aos cursistas, sobre os conteúdos da temática. Dentre os assuntos abordados durante as aulas, estão:

- A relação da pessoa com a droga de uso: o porquê do uso; a relação da pessoa que usa droga e o seu território; diferenciação entre os tipos de uso; estigmas sobre o uso de drogas;
- Os níveis de intervenção: promoção da saúde, prevenção, tratamento e reinserção social;
- Redução de danos;
- Caixa de ferramentas: escuta, acolhimento, vínculo, corresponsabilização, apoio matricial;
- Abordagem da família e formação de grupos terapêuticos.

Essas temáticas que o CRR promove, articula uma discussão que possibilita a visão de cuidado e respeito com as pessoas que usam drogas, enxergando-as como sujeitos de direitos, inseridas dentro de uma conjuntura social, merecendo atenção e acima de tudo, respeito às suas escolhas individuais. Essa forma de abordagem reforça, no graduando/a de Serviço Social, outros princípios do Código de Ética, tais como:

I- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;

II- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;

III- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;

IV- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças. (BONETTI. A., 1996)

Além do reforço aos princípios éticos do Serviço Social, o CRR promove, principalmente, o conhecimento acerca das políticas públicas sobre drogas. Destacamos a nossa aproximação com o estudo sobre a Política Nacional Sobre Drogas (PNAD) e com os programas desenvolvidos no Brasil até esse momento: “De Braços Abertos”, “Atitude”, #TamoJunto, Jogos Elos, Famílias Fortes, dentre outros. O conhecimento sobre políticas públicas e programas sociais é indispensável na formação em Serviço Social, pois serão elas os instrumentos com os quais o/a Assistente Social irá trabalhar para a garantia dos direitos da classe trabalhadora.

Por isso, torna-se notável a contribuição do CRR para uma aproximação mais ampla em relação ao conhecimento das políticas públicas sobre drogas e do respeito aos usuários de substâncias psicoativas, conhecimentos esses que não somente auxiliarão na futura execução do trabalho profissional em Serviço Social, mas que também promoverá a consolidação de um projeto ético-político profissional pautado no fortalecimento dos direitos da classe trabalhadora e da busca por uma nova hegemonia que tem como horizonte a emancipação humana. (MOURA, RAMOS, VASCONCELOS, 2015, p: 41).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto no decorrer deste trabalho, concluímos que o CRR UERN promove imensas contribuições na formação em Serviço Social, tanto no direcionamento ético-político, ao situar o debate sobre as pessoas que usam drogas e o respeito para com elas e suas respectivas escolhas, quanto na dimensão técnica-operativa, ao compartilhar os conhecimentos sobre a Política e os programas voltados para as pessoas que consomem substâncias psicoativas, pois, como já citado anteriormente, as políticas públicas e os programas são importantes instrumentos na operatividade do trabalho do Serviço Social.

Por isso, acreditamos que existem muitas potencialidades na troca de saberes entre o Serviço Social e o CRR UERN, pois estes se afinam mutuamente com perspectivas semelhantes de desvelamento de preconceitos, respeito à dignidade e a liberdade das pessoas que usam drogas e suas respectivas famílias e a defesa de políticas públicas quem venham a garantir cidadania e inclusão de pessoas que ainda são inegavelmente excluídas.

REFERÊNCIAS:

CFESS. Código de Ética do/a Assistente Social. In: BONETTI, A. et. Al. **Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social na Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 2009, p: 27.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2015, p: 196.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Edital de Chamamento Público nº 08/2014-SENAD/MJ**. Brasília: 2014.

_____. MOURA, Rivânia. RAMOS, Sâmya. VASCONCELOS, Iana. Direitos Sociais e Projeto Profissional do Serviço Social: Concepções e Fundamentos. In: SOUSA, Aione. RUSSO, Gláucia. GURGEL, Telma. (org.) **Políticas Públicas, Direitos e Serviço Social: Debates e Desafios Contemporâneos**. Mossoró: Edições UERN, 2015. P: 41.

**NOVAS CONFIGURAÇÕES FAMILIARES: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS COM ÊNFASE NA MATRICIALIDADE
FAMILIAR.**

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Adriana Torres da Silva
(adrianatorres1@gmail.com)
Dávida Oliveira Ferreira de Souza
Ranyla Patrícia Duarte Rodrigues

FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE /UNIVERSIDADE POTIGUAR

Resumo

Entendendo que a família é o espaço primário para a emancipação social, e que seu novo conceito atribuído de forma independente dos laços consanguíneos precisa ser de fato legislado e reconhecido para a elaboração de políticas públicas condizentes com a realidade dos arranjos familiares, elaboramos um estudo com objetivo de identificar as disparidades entre serviço-demanda cuja ainda, e tão somente o conceito de família nuclear é levado em consideração nos espaços de formatação de políticas voltadas a família, tendo ênfase na matricialidade familiar exercida pelo SUAS. Constatamos que muitos são os desafios para as políticas públicas, pois os serviços prestados são insuficientes, na medida em que contraditoriamente promovem o direito à proteção social, porém culpabilizam os indivíduos pela sua situação vulnerável, e são pensadas sob uma ótica conservadora de família, reproduzindo as práticas focalistas e fragmentadas.

Palavras – chave: Família, direito, políticas públicas.

INTRODUÇÃO

Em se tratando de estabelecer prerrogativas para a efetiva proteção social, entende-se que a família, cuja sua proteção é dever do Estado, é fruto de processos históricos e econômicos, a partir do qual desencadeiam novas estruturas familiares.

A família – tradicionalmente falando – passou a ser instrumento de políticas públicas, dentre as quais destaca-se a política de assistência redigida pelo Sistema Único de Assistência Social - SUAS com foco na matricialidade familiar, propondo contribuir com o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos envolvidos, sendo entendida como o espaço primário das relações sociais que precisam ser trabalhadas de forma integral, e não de forma individualizada – concepção anterior do Estado de Direitos. Apesar desse grande avanço, novas configurações sociais e intrafamiliares chegam como demanda para o Estado, apresenta-se de forma contraditória, não atende as necessidades e se desresponsabiliza do seu

papel de promover a proteção, não reconhecendo as diferentes estruturas familiares.

PROCESSO DE (DES-RE) CONTRUÇÃO FAMILIAR

As composições familiares têm sido historicamente objeto de transformações no que tange sua estrutura, fugindo gradativamente aos padrões conservadores atribuídos pela sociedade, configurando-se em vários arranjos familiares independente dos seus laços consanguíneos. Como vemos em Mioto (2004) a sua discussão envolve inúmeros aspectos como as configurações familiares, as relações que a família vem estabelecendo com outras esferas da sociedade, tais como sociedade civil e mercado, bem como os processos familiares.

As famílias á brasileira, por exemplo, têm apresentado uma ampla gama de variações ao longo dos últimos anos. Novos arranjos familiares vêm se constituindo, sejam eles: “Mães adolescentes solteiras, famílias monoparentais com chefia feminina, família com base em uniões livres, famílias formadas por homossexuais com guarda de filhos de relacionamentos anteriores ou filhos adotivos, dentre outras”. (SARTORI, 2012. p. 212)

As novas recomposições familiares têm em sua maioria predominante relação com o mercado econômico e financeiro onde Fonseca (2006) destaca que:

As pesquisas apontam que uma porcentagem significativa de famílias brasileiras monoparentais femininas encontram-se abaixo da linha da pobreza, situação que contribui para que crianças e adolescentes tenham seus estudos comprometidos pela necessidade precoce de trabalharem e contribuírem com o orçamento doméstico. A exclusão econômica dos pais gera exclusão social dos filhos.

Além disso, outros elementos aparecem como aspectos significativos e favorecem as novas configurações familiares na contemporaneidade, como “a informalidade nas relações conjugais vêm se tornando cada vez mais presentes, como o crescimento de número de divórcios, a diminuição dos índices de casamento formal, a redução de filhos e o desejo da mulher em tê-los”. (Souza, Beleza, Andrade, 2012.p.110)

O que se percebe é que não existe mais um modelo adequado ou inadequado, e nem muito menos um padrão específico de família, antes concebido pela representação do pai como o chefe da casa, a mulher com quem cabiam os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos, porém este último ainda predomina na formatação das políticas públicas como um modelo hegemônico de família com alicerces patriarcais e moralistas, não levando em consideração os efeitos da dinâmica intrafamiliar.

MATRICIALIDADE FAMILIAR E POLÍTICAS PÚBLICAS

A autenticidade da relevância da família no contexto da vida social está nítida no artigo 226 da Constituição Federal de 1988: “Família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, bem como se concretiza nas legislações específicas da Assistência Social, como a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (criada em 1993), a Política Nacional de Assistência Social - PNAS (criada em 2004), o SUAS (deliberado em 2005), entre outras.

Neste locus o SUAS possui eixos que estruturam sua dimensão enquanto gestão, dentre os quais a matricialidade sociofamiliar ganha o destaque, visto que a assistência social imprime em suas prerrogativas a importância de ações integrais voltadas para a família, e prioriza o desenvolvimento do protagonismo social da mesma. Mediante a isto, a PNAS (2004, p.40) discute em termos justificáveis essa centralidade na família objetivada pelo SUAS:

As reconfigurações dos espaços públicos, em termos dos direitos sociais assegurados pelo Estado Democrático de um lado e, por outro, dos constrangimentos provenientes da crise econômica e do mundo do trabalho, determinaram transformações fundamentais na esfera privada, ressignificando em forma de composição e o papel das famílias. Por reconhecer as fortes pressões que os processos de exclusão sociocultural geram sobre as famílias brasileiras, acentuando suas fragilidades e contradições, faz-se primordial sua centralidade no âmbito das ações da política de assistência social, como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida.

Rosa (2006) destaca que ao reconhecer e defender tal centralidade como princípio, aponta o trabalho junto à família como possibilidade de atuação integral e não fragmentada, visto que, no geral, os usuários dos programas, projetos e serviços da assistência social, têm necessidades em diferentes áreas da vida social, bem como, nas diferentes faixas etárias, atingindo, portanto, todas as necessidades protetivas da família. Embora haja esse foco na matricialidade sociofamiliar proposta pelo SUAS, Teixeira (2010, p.5) discute que a PNAS (BRASIL, 2004) e SUAS (BRASIL, 2005):

Ao adotarem o princípio da matricialidade sociofamiliar não conseguem superar a tendência familista da política social brasileira, em especial da assistência social, pois, se por um lado o termo significa que a família é a matriz para concepção e implementação dos benefícios, programas e projetos, que em hipótese pode romper a fragmentação do atendimento, por outro, toma a família como instância primeira ou núcleo básico da proteção social aos seus membros, devendo ser apoiada para exercer em seu próprio domínio interno as funções de proteção social, portanto, continua-se a

responsabilizar a família, em especial às mulheres, pelos cuidados e outras tarefas de reprodução social.

Sendo assim, o descompasso entre as transformações em curso e o institucional é nítido, os dois seguem de forma desordenada e transversal, pois a conservação de estruturas arcaicas é fortemente presente nas leis, normas, sentenças judiciais e nas políticas públicas (PINHEIRO, GALIZA, FONTOURA, 2009). Assim, as políticas públicas, de uma forma geral, inclusive na matricialidade familiar, que também sofrem os reflexos desse modelo vigente, acabam por viabilizar o aumento dos níveis de desproteção social. É importante pensar que não só a matricialidade familiar – sustentada como premissa do SUAS – mas todas as políticas públicas levem em sua formatação o respeito ao perfil de cada uma delas para que a proteção social aconteça, de fato, propostos por Fucki (1998) como “Composições familiares, tomando como critério a unidade doméstica – famílias monoparentais, famílias biparentais, famílias compostas por várias gerações, unidades ampliadas, onde além de mãe, pai e filho há outros componentes”.

Neste aspecto, reforça-se que, embora haja uma centralidade nas políticas públicas para com a família, ressaltando a matricialidade sociofamiliar, ainda assim há uma responsabilização da família em prover a proteção social familiar, devido à desproporção da realidade que conseqüentemente promove a desproteção das mesmas. Somando a esta questão, Marques (2014) traz que o foco na família proposta pela política de assistência social deve ultrapassar a fragmentação de ações historicamente vistas, contudo, esta responsabilização é transparecida nos serviços oferecidos, onde se reafirma as funções tradicionais das famílias, exigindo das mesmas responsabilidades ampliadas para que possam ter acesso a algum benefício ou serviço.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De um modo geral, identificaram-se mais aspectos negativos de que mesmo positivos na realidade que permeia os profissionais que atuam no eixo da matricialidade sociofamiliar, entende-se que operacionalizar o trabalho de forma eficaz torna-se um desafio diário, na medida em que a execução do SUAS, parágrafos e artigos, não atende de forma proporcional a realidade vivenciada pelas famílias, em consideração a seus aspectos singulares. Assim também, entendemos que a população, que deveria ser a maior interessada a participar desse processo de prevenção, ainda resiste a esse trabalho, ou por vezes a informação da existência dele se perde no meio do percurso com a inviabilidade de divulgação, que faz parte também do processo de precarização dos meios de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que grandes avanços tenham ocorrido quanto à revalorização da família, tratando-a como unidade que merece ser trabalhada em sua totalidade e não mais de forma divisível, teoricamente, o Estado não pode recuar de sua responsabilidade, no sentido de ampliar cada vez mais a autonomia dos sujeitos e o desenvolvimento de suas potencialidades mútuas. Diante disso, é imprescindível destacar que as propostas e formatação das políticas públicas direcionadas às famílias, precisam estar em consonância com a realidade das mais distintas estruturas familiares.

Constata-se, através das reflexões promovidas, que para que o direito de proteção às famílias seja efetivado, é necessário um olhar mais atento aos fatores históricos, culturais e econômicos que possam ser subsídios para o maior reconhecimento e aceitação das diversas formas de organização familiar, tendo acima de tudo respeito por suas particularidades, o que implicaria na adaptação de políticas que atendam a real necessidade das famílias em geral, deixando de reproduzir o pragmatismo, práticas focalistas e fragmentadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento social e Combate à Fome. Secretária Nacional de Assistência Social. **Política de Assistência social – PNAS**. Brasília: 2005.

FONSECA, Maria. **Famílias e Políticas**: Subsídios para a formulação e gestão das políticas com e para famílias. Pesquisas e práticas psicossociais, v.1. São João Del- rei. 2006.

FONTOURA, Natália; GALIZA, Marcelo; PINHEIRO, Luana. **Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero**: A licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. Florianópolis. 2009.

FUKUI, Lia. Estudos e pesquisas sobre família no Brasil. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, v. 10, 1980.

MARQUES, Luciana. **A Matricialidade sócio-familiar do SUAS**: diálogo entre possibilidades e limites. 2014, disponível em: http://www.uel.br/eventos/qpp/pages/arquivos/GT2_Luciana%20Marques.pdf Acesso em 27/08/2016.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Política Social no Capitalismo**: tendências contemporâneas. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **A centralidade da família na política de assistência social**. An. 1 Congresso Internacional Pedagogia Social Mar. 2006.

SARTORI, Elisiane. **Família e Proteção Social**: todos sob o mesmo teto. 1. ed. São Paulo: Editora Papel Social, 2012. P. 565.

SOUZA, Alinne, BELEZA, Mirna, ANDRADE, Roberta. **Novos Arranjos Familiares e os Desafios ao Direito de Família: Uma leitura a partir do tribunal de justiça.** Macapá. 2012.

**O PAPEL DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO CURSO DE DIREITO: DIÁLOGOS
ENTRE TEORIA E PRÁTICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO.**

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

José Vitor Bezerra de Medeiros

E-mail: zevitor99@gmail.com

Estudante de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Membro do Projeto de Extensão Direitos Humanos na Prática (UFERSA).

Pedro Henrique Bezerra de Farias

Estudante de Direito da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Membro do Projeto de Extensão Direitos Humanos na Prática (UFERSA).

Ramon Rebouças Nolasco de Oliveira

Coordenador do Projeto de Extensão Direitos Humanos na Prática (UFERSA).

RESUMO: A educação contemporânea está firmada em um tripé formado pelo ensino, a pesquisa e a extensão. Muito se discute sobre o papel desses três atividades, e, nesse sentido, o presente artigo objetiva compartilhar experiências no âmbito da extensão universitária, e especialmente a relação dessas experiências com o curso de Direito. Tem-se como substrato as vivências no sistema socioeducativo, possibilitadas pelo projeto de extensão intitulado “Direitos Humanos na Prática”, vinculado a Universidade Federal Rural do Semiárido. Percebeu-se que a extensão contribuiu para a formação de acadêmicos de Direito, possibilitando o aproveitamento da teoria explorada no curso para produção de relatórios e participação em audiências, além da troca de experiências com socioeducadores e sociedade em geral. Além disso, ressalta-se também a importância social que esse trabalho tem, por contribuir com a socioeducação e efetivação dos Direitos Humanos.

PALAVRAS-CHAVE: Extensão; Direitos Humanos; Socioeducação.

INTRODUÇÃO

O projeto de extensão intitulado “Direitos Humanos na Prática”, vinculado à Universidade Federal Rural do Semiárido, através do Núcleo de Práticas Jurídicas, desenvolve um trabalho de aproximação das teorias adquiridas no âmbito da universidade, com a sociedade, especificamente com o contato direto com adolescentes em conflito com a lei, bem como as instituições socioeducativas, quais sejam CIAD e CEDUC. Além de estabelecer diálogos com agentes socioeducadores, visando à troca de experiências.

Nessa perspectiva, pode-se destacar a contribuição da extensão universitária para a formação dos estudantes, especificamente os do curso de Direito. O projeto possibilitou o contato direto com as práticas e rotinas jurídicas, além de oportunizar a produção de relatórios sobre os socioeducandos apreciados pela juíza da Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Mossoró.

Além disso, no momento das audiências de reavaliação, por vezes, os extensionistas foram questionados sobre os adolescentes, e, dessa forma auxiliaram na busca pela medida socioeducativa mais adequada a ser aplicada.

O presente artigo tem como objetivo socializar a vivência de estudantes do curso de Direito como extensionistas, atuando no sistema socioeducativo. Abordaremos a relação teoria e prática notadas na execução das atividades da extensão, quais sejam: acompanhamento processual dos adolescentes, visitas, diálogos, produção de relatórios, participação em audiências de reavaliação e troca de experiências com socioeducadores e sociedade em geral.

DESENVOLVIMENTO

- Participação nas audiências de reavaliação e produção de relatórios.

No âmbito do projeto de extensão Direitos Humanos na Prática, o eixo 01 (um) possibilita aos extensionistas, a experiência prática de colaborar com o acompanhamento processual dos adolescentes nas unidades socioeducativas, seja na produção de relatórios apresentados à juíza da Vara da Infância da Juventude, ou atuando nas audiências de reavaliação da medida socioeducativa. Sobre as audiências, os extensionistas muitas vezes desenvolvem uma contribuição de auxiliar a juíza na busca pela melhor medida para os adolescentes.

No momento de produção dos relatórios, é notório que, como estudantes do curso de Direito, recorreremos às teorias que temos contato na graduação. Necessitamos, sobretudo, de conhecimentos sobre os ramos do direito, quais sejam o Direito Penal, Constitucional, além de especificamente, conhecimentos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Estatuto da Juventude. Assim, dominando estes institutos jurídicos, podemos contribuir mais com a produção dos relatórios e efetivar os Direitos Humanos, em favor dos adolescentes.

Percebe-se também, nesse sentido, que os conhecimentos sobre disciplinas propedêuticas também são bastante utilizadas, como exemplo a Psicologia e Sociologia Jurídica. Dessa maneira, desenvolvemos uma argumentação que faz uma reflexão psicossocial dos adolescentes. De acordo com o contexto familiar, social, psicológico, os adolescentes entram em conflito com a lei. Dessa forma, o relatório apresentado à juíza deve contemplar o máximo de reflexões, pois, a mesma não tem contato direto com a realidade dos adolescentes, necessitando dessa ótica para sentenciar as medidas socioeducativas.

É evidente que o projeto tem dado uma atenção maior para essa realidade dos adolescentes. Abordamos nos relatórios, os sonhos que acabam sendo interrompidos com o cumprimento das medidas socioeducativas, a participação familiar, que é imprescindível no processo de ressocialização. Tentamos também mostrar como é a vivência dos adolescentes dentro da unidade

com os socioeducadores, equipe técnica e demais socioeducandos, além da assiduidade nas atividades culturais, recreativas e escolares.

É importante destacar também a abordagem do Direito Crítico, ao qual também fazemos algumas leituras durante o curso. Nessa perspectiva, ressaltam-se as contribuições de FILHO (1982, p. 4), quando o mesmo fala sobre a relação do direito com a práxis. O autor coloca que, além do Direito dogmático que temos contato nos cursos jurídicos, podemos pensar no “Direito achado na rua”, que é justamente voltado para a sociedade, e não meramente abstrato e positivista. Portanto, ao produzir e pensar os relatórios e participarmos de audiências, estamos fazendo propriamente esse direito para e com a sociedade, utilizando-nos da teoria, dogmática e o ordenamento propriamente dito, em função da vida de adolescentes e suas famílias em sentido estrito, e toda a sociedade em sentido amplo.

Com relação às audiências, como citado anteriormente, desenvolvemos como extensionistas o auxílio na busca da melhor medida socioeducativa a ser aplicada, seja com a contribuição indireta através do relatório produzido, ou, por vezes, diretamente através de questionamento da juíza na própria audiência de reavaliação. É importante ressaltar, que nos dias de audiência os extensionistas têm a oportunidade de ter o contato com a família dos adolescentes, entendendo mais de sua vida, realidade, trajetória, dificuldades. Além disso, as vivências nas audiências realizadas no Fórum Desembargador Silveira Martins somam bastante para a formação do acadêmico do curso de Direito, visto que, o estudante pode experimentar um pouco da rotina dos advogados e profissionais do judiciário em geral.

- Vivências com os socioeducadores e sociedade em geral.

O segundo eixo do projeto de extensão “Direitos Humanos na Prática” da UFERSA está trabalhando no semestre 2016.1 o tema justiça restaurativa. A escolha desse assunto é resultado das atividades realizadas no CEDUC-Mossoró durante o semestre 2015.2, nas quais os socioeducadores apontaram os conflitos como um dos principais problemas daquela unidade. Visto que, os conflitos entre os próprios socioeducandos, ou entre esses e a equipe técnica, prejudicam, consideravelmente, o desenvolvimento das atividades naquele centro educacional.

As ações realizadas junto aos socioeducadores seguiram o modelo das rodas de diálogo, método introduzido por FREIRE (1987, p.45). Nesses momentos, os extensionistas puderam utilizar os conhecimentos adquiridos a partir de estudos realizados tanto dentro do projeto de extensão quanto no decorrer do curso de direito, sobretudo, com as disciplinas propedêuticas. Assim, foi possível obter bons resultados e detectar algumas carências do CEDUC-Mossoró, entre elas a necessidade de uma melhor capacitação dos profissionais para lidarem com os conflitos.

Nesse sentido, os extensionistas buscaram se apropriar dos temas relacionados a justiça restaurativa, por meio, principalmente, do curso “Justiça e Práticas Restaurativas” ofertado à distância pela Escola Nacional de Socioeducação. A partir desses conhecimentos, os estudantes e coordenadores do projeto organizaram um curso presencial em 4 encontros, nos quais serão ministrados de forma sintética os assuntos do curso da Escola Nacional de Socioeducação. O curso é destinado aos socioeducadores e aos profissionais e estudantes das mais diversas áreas que trabalham com o tema, com o objetivo de proporcionar uma troca de conhecimentos e vivências para promover um amadurecimento e capacitação daqueles que trabalham no sistema socioeducativo e a sociedade em geral.

O curso já está em andamento, tendo sido realizado apenas o primeiro encontro com o tema: “Sociedade do conflito: as relações sociais e seus aspectos na adolescência”. Mas, já é possível observar bons resultados, tendo em vista o grande número de pessoas que compareceram ao evento e sua disposição em discutir o tema. Os acadêmicos de direito tiveram a possibilidade de somar seus conhecimentos sobre os códigos e o conflito com a lei às experiências práticas de profissionais da área. Ademais, os conhecimentos de estudantes de serviço social e psicologia, por exemplo, proporcionam aos estudantes de direito uma melhor compreensão do adolescente e sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Percebeu-se que a vivência da extensão universitária possibilitou aos estudantes do curso de Direito o contato com as rotinas jurídicas, aos quais serão seus futuros ambientes de atuação, e por isso, é de extrema importância ambientar-se a esses locais.

Observou-se que a produção dos relatórios foi uma oportunidade ímpar para atrelar conhecimentos teóricos sobre a ciência jurídica com a prática propriamente do Direito, especificamente no sistema socioeducativo. Recorremos aos conhecimentos, principalmente de conteúdos de disciplinas propedêuticas que temos contato na universidade.

Sobre a participação em audiências, pondera-se que a sensibilidade da juíza da Vara da Infância e da Juventude para com os relatórios dos extensionistas e questionamentos no momento da audiência foi muito proveitosa. Destaca-se, nesse sentido, o direcionamento e efetividade nas medidas socioeducativas, já que o judiciário não dispõe de condições de acompanhar a realidade dos socioeducandos de perto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ponderamos que a extensão universitária é imprescindível para a formação, sobretudo humanística de estudantes de graduação, por possibilitar além da inter-relação de conhecimentos teóricos a prática, a sensibilidade social.

Reforçamos que a experiência tida no sistema socioeducativo e ambientes judiciais é impar, e que, com certeza não seria possível sem a extensão.

Concluimos que as vivências com socioeducandos, equipe técnica das instituições de socioeducação, e, sobretudo, com agentes socioeducadores possibilitaram a troca de experiências, e com isso o engrandecimento e amadurecimento de ambos os envolvidos. Dessa maneira busca-se uma maior efetivação dos Direitos Humanos.

REFERÊNCIAS

FILHO, Roberto Lyra. **O que é Direito**. Editora Brasiliense, 11ª edição. São Paulo, SP, 1982.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol. 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93 p. (O Mundo, Hoje, v. 24).

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª. ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

O USO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA FISCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CEDUC DE MOSSORÓ

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça
Carlos Luan Lima Maciel
(carlos_luan01@hotmail.com)
Universidade Federal Rural do Semi-árido

Resumo

O presente artigo visa através de um apanhado bibliográfico e usando do exemplo do projeto “Direitos Humanos na Prática” da Universidade Federal Rural do Semi-árido expor brevemente sobre a linha histórica que define o que é extensão universitária e como ela pode ser usada como um instrumento de fiscalização de políticas públicas no Centro Educacional (CEDUC) de Mossoró. Nessa perspectiva, a extensão universitária possibilita a produção de novos conhecimentos na visão de contribuir com demandas e transformações da sociedade.

Palavras-chave: Extensão; Políticas; CEDUC

Introdução

A partir da década de 1980 a extensão universitária passou a ser questionada quanto ao seu papel na sociedade, com a abertura política ocorrida no âmbito acadêmico, a própria população começa a cobrar a sua parcela de participação na divisão do conhecimento lá produzido. É através da extensão universitária que a universidade vai buscar cumprir o seu papel em meio a sociedade .

Dessa forma, a extensão universitária pode ser definida como “o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade” (BRASIL, 2016, p.16). Diante disso ficou claro que o espaço acadêmico, agora, seria um meio também de levar a comunidade externa suas produções, o que viria a melhorar, facilitar ou acrescentar no cotidiano dessas pessoas.

Uma das formas encontradas para aproximar universidade e sociedade foi à fiscalização de políticas públicas desenvolvidas na área. As políticas públicas tornaram-se uma categoria de interesse para o âmbito universitário há vinte anos, havendo pouco acúmulo teórico sobre sua conceituação (BUCCI, 1997, p.10). Assim, pode-se concluir que:

As políticas públicas têm o papel de solucionar determinados tipos de problemas enfrentados pela população de um dado espaço. Cabe, portanto, ao setor público, elaborar, planejar e executar tais políticas. Contudo, em muitos casos, elas não são planejadas e executadas de forma sistemática, pois os interesses das classes envolvidas são díspares (BUCCI, 1997, p.7)

É na falha de execução que entra o papel dos projetos de extensão, fiscalizadores do processo de implementação das atividades de políticas públicas para garantir um bom atendimento à

população. Uma das áreas de grande interesse para atuação pública é a segurança, pois esta ainda é considerada uma mazela pela população. A grande premissa que gira entorno da atividade de segurança pública é a sua visão sistêmica, expressa na interação permanente entre os diversos órgãos públicos, dentre eles, a sociedade civil organizada, ou seja, integra os setores da sociedade em volta da prioridade de garantir a segurança pública e entre eles encontra-se os órgãos públicos como as autarquias universitárias, isso pode se desenvolver através de projetos de extensão universitária.

O papel da Instituição CEDUC em Mossoró

Apesar dos jovens abaixo de 18 anos serem considerados inimputáveis, como esclarece o Código Penal em seu artigo 27, eles podem sofrer medidas punitivas no âmbito civil, estas denominadas medidas socioeducativas. Logo, segundo a Escola Nacional de Socioeducação:

A nomenclatura de cumprimento de medida socioeducativa e não de sanção penal (cumprimento de pena), pois o objetivo é alcançar uma adequação da resposta em relação ao sujeito e ao fato cometido, procurando dessa maneira evitar a reiteração de novos atos infracionais, vistas a diminuir a vulnerabilidade do adolescente ao próprio sistema de controle penal, por meio da oferta de um conjunto de serviços e políticas sociais (ENS, 2016)

Diante disso, o adolescente não é colocado no sistema prisional junto com outros infratores, mas é inserido num sistema diferenciado e cujo objetivo é a ressocialização dele e o consequente retorno ao meio que convivia. Cabe aqui salientar que esse período de medida socioeducativa deve ser excepcional, dando sempre prioridade ao ambiente familiar para buscar soluções para o ato infracional cometido.

Quando a medida socioeducativa envolve o rompimento do vínculo comunitário do adolescente, este é enviado para uma instituição de acolhimento que será responsável pelo processo de ressocialização do jovem em conflito com a lei. Segundo a FUNDAC, o município de Mossoró no Rio Grande do Norte tem dois Centro Educacionais capazes de acolher adolescentes em estado de conflito com a lei, mas apenas um é de privação total do convívio familiar, este é conhecido como CEDUC – Mossoró.

A extensão universitária no CEDUC

A Universidade Federal Rural do Semi-árido desenvolve o projeto de extensão “Direitos Humanos na Prática” que busca desenvolver o acompanhamento de políticas públicas. O foco do projeto é o Centro Educacional de Mossoró, com privação total de liberdade. Com o claro enfoque interinstitucional que une alunos da UFRSA (Universidade Federal Rural do Semi-árido), UnP (Universidade Potiguar) e UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte).

Tendo como principal objetivo o acompanhamento processual dos adolescentes que estão sendo acolhidos pelo CEDUC, o grupo realiza o papel de “*Amicus curiae*”. Esse termo é comumente utilizado no direito e pode ser entendido como:

O *amicus curiae* é um terceiro que intervém em um processo, do qual ele não é parte, para oferecer à Corte sua perspectiva acerca da questão constitucional controvertida, informações técnicas acerca de questões complexas cujo domínio ultrapasse o campo legal ou, ainda, defender os interesses dos grupos por ele representados, no caso de serem, direta ou indiretamente, afetados pela decisão a ser tomada. (MEDINA, 2000, p.10)

Dessa forma, o grupo desenvolve relatórios sobre os adolescentes tendo como base entrevistas feitas pelos extensionistas do projeto. O funcionamento consiste no acompanhamento do processo que os estudantes têm acesso com o devido consentimento do Juizado da Vara da Infância da Comarca de Mossoró, após a liberação dos processos os membros do grupo analisam cada caso para que em seguida possam ter uma conversa com os jovens em conflito com a lei que são acolhidos no CEDUC.

Na medida em que acompanham os adolescentes, outros problemas vão sendo apresentados aos alunos. Entre eles a precária preparação dos educadores para lidar com problemas internos entre os próprios socioeducandos. Com isso, o projeto acaba por se expandir para poder englobar esse desafio e para isso os alunos desenvolvem atividades para ajudar também os funcionários da instituição a cumprir de maneira mais otimizada o cuidado com jovens que são acolhidos.

Assim, os estudantes formam grupos de discussão para avaliar a percepção dos trabalhadores que ficam diretamente em contato com os adolescentes da instituição sobre os direitos humanos, sensibilização com a realidade e sobre a rotina de trabalho a que eles estão expostos. Por conseguinte, novas demandas surgem e para tal é necessário novas formas de intervenção, cada vez mais aprofundada, como minicursos e oficinas que irão abordar temas mais específicos como Justiça Restaurativa e métodos de conciliação.

Resultados e Discussão

O projeto de extensão “Direitos Humanos na Prática” mostra como um projeto de extensão universitária pode agir na comunidade externa de maneira a melhorar a implementação de políticas públicas por meio da fiscalização. Mais do que simplesmente garantir um acompanhamento processual mais presente com os adolescentes, chegando a tirar dúvidas quanto ao andamento dos processos, o projeto garante um tratamento mais igualitário diante da justiça.

Além disso, o processo de formação e capacitação dos educadores garante um trabalho mais potencializado e com um maior direcionamento para o papel principal da instituição, que é a

ressocialização do jovem. É também através desse processo que se pode garantir uma maior disseminação de conceitos-chave para as novas formas de resolução de conflitos, como a conciliação e a mediação.

Considerações finais

Diante do exposto, pode-se notar a importância do desenvolvimento de atividades de extensão universitária que possam beneficiar a comunidade externa a universidade através da fiscalização da efetuação de políticas públicas. O exemplo do grupo “Direitos Humanos na Prática” mostra que mais do que uma simples vitória, a universidade pode oferecer meios alternativos para melhorar os efeitos das políticas e que beneficiaria ainda mais a população.

É notória a importância da extensão, é a parte prática do desenvolvimento acadêmico. De acordo com Nogueira (2001), pensar extensão significa entendê-la como o instrumento que vai possibilitar democratizar o conhecimento produzido e ensinado nas universidades e que vai atender as demandas mais urgentes da população.

Referências

- AGUINSKY Beatriz; CAPITÃO, Lúcia. **Violência e socioeducação**: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa. Revista Katal, Florianópolis, v 11, n 2, p 257-264, jul 2008
- BRASIL. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Disponível em: <http://www.uniube.br/ceac/arquivos/PNEX.pdf> Acesso em: 10 de Out de 2016
- _____. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.
- _____. ESCOLA NACIONAL DE SOCIOEDUCAÇÃO. Curso de Práticas Restaurativas: Parte 1: **Considerações Introdutórias sobre o conflito**. Disponível em: <<http://sinase.ceag.unb.br/moodle/mod/page/view.php?id=449>>. Acesso em: 22 de Mai. de 2016
- BUCCI, Maria Paula Dallari. **Políticas públicas e direito administrativo**. id/496865, 1997.
- FREITAS, Oracilda; RAMIRES, Júlio. **Políticas públicas de prevenção e combate à criminalidade envolvendo jovens**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v.12, n 37, p. 142-161, mar 2011.
- MEDINA, Damares. **Amicus Curiae: Amigo Da Corte Ou Amigo Da Parte?**. Editora Saraiva, 2000.
- NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual. **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: UNB**, p. 57-72, 2001.

PROJETO DE EXTENSÃO DIREITO, INFORMAÇÃO E DEMOCRACIA: CONEXÃO ENTRE ENSINO E PESQUISA NO FAZER EXTENSIONISTA.

Área Temática: **Direitos Humanos e Justiça**

Vânia Meyreli Paloma Mendes dos Santos
(vaniampmsantos@gmail.com)
Rayanny Sillvana Silva do Nascimento
Déborah Leite da Silva Holanda

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte -UERN

Resumo

O presente trabalho tenciona expor e analisar a metodologia de pesquisa-ação e intervenção do “Projeto de Extensão Direito, Informação e Democracia”, embasado em seu objetivo de conversão da atividade de extensão em uma ponte estaiada entre o ensino e a pesquisa universitários que, neste contexto de aprofundamento do conhecimento para posterior análise, gestão e aplicação lúdica, logra promover cidadania pela efetiva divulgação dos direitos em veículos de massa, assim como, pelos resultados referentes ao processo de humanização e enriquecimento do(a) discente-extensionista, a ampliação de suas percepções quanto às formas de difusão do conhecimento jurídico diversas daquela comumente propagada por meio do ensino formal que, privilegiando a linguagem eminentemente técnica, resulta no fortalecimento das relações de poder promotoras do distanciamento entre Direito e sociedade, ainda que devesse aquela estar em função desta, para qual ele foi concebido.

Palavras-chave: direito à informação; veículo de massa; cidadania.

Introdução

A Constituição da República Federativa do Brasil em vigor assegura a todos(as), em seu artigo 5º, XIV, o acesso à informação, que no contexto do atual modelo socioeconômico e político globalizado apresenta caráter decisivo em relação à garantia e concretização dos direitos e deveres individuais e coletivos do cidadão, firmando em definitivo o princípio da dignidade da pessoa humana no seio social.

Neste ínterim, o papel das instituições públicas, especialmente as Universidades, deve ser de protagonismo integral, o que se vislumbra nitidamente no tripé ensino-pesquisa-extensão, por meio do qual a instituição forma o cidadão através do ensino,

aguça no mesmo a paixão pelo conhecimento e pelo questionamento, recorrendo para tanto à pesquisa e, transmitindo-lhe senso de solidariedade constitucionalmente objetivada e sentido de dever ético, embaixadores da extensão universitária que, cumprindo sua função retroalimentadora do tripé de conhecimento acadêmico, desconstrói no estudante-extensionista as perigosas convicções decorrentes do conhecimento formal. Além de dar-lhe um novo tipo de segurança decorrente do desafio de partilha do conhecimento com pessoas desprovidas de conhecimento eminentemente técnico-jurídico.

Diante do dever institucional ora posto, o “Projeto de Extensão Direito, Informação e Democracia” se propõe a promover a cidadania através do acesso à informação, mais especificamente, o acesso ao conhecimento jurídico, o que se opera através de programas radiofônicos realizados pelos extensionistas e supervisionados pela professora coordenadora.

Desenvolvimento (referencial teórico-metodológico)

A estruturação metodológica do “Projeto de Extensão Direito, Informação e Democracia” é indispensável às conexões entre ensino e pesquisa, estabelecidas pela extensão universitária e avançadas no presente trabalho.

Assim sendo, no momento do ingresso no projeto, o extensionista é primeiramente apresentado à necessidade da pesquisa-ação, que aos desavisados ou até mesmo de temperamento ansioso, pode gerar certo desconforto ou inquietação, decorrentes da não intervenção imediata no campo de desenvolvimento da extensão, mas que por outro lado é essencial para garantia da qualidade ética do trabalho executado pelo extensionista, que necessariamente deve aprofundar seus estudos em relação ao tema curricularizado na grade de ensino e explorado ao tempo da atuação.

A situação descrita marca a primeira conexão entre ensino e pesquisa promovida pela extensão, a qual possibilita ao estudante amadurecimento pelo aprofundamento do conhecimento, passando pela exigibilidade da escolha dos conteúdos com base no público alvo – ouvintes da Rádio Nordeste AM 900 –, e do canal comunicativo pelo qual se propagará a informação, o rádio.

Conhecida a pesquisa-ação, revela-se ao extensionista uma das facetas mais construtivas e empoderadoras do projeto, a qual diz respeito ao processo de escolha democrática e coletiva entre extensionistas e professora coordenadora do catálogo de temas jurídico-sociais a serem abordados durante o semestre, tomando-se como base

para esta escolha as necessidades da sociedade, a partir do que se pode apreender ao longo do período em que se realizam atendimentos no Núcleo de Prática Jurídica da UERN no *Campus* de Natal.

Sobre a relevância do perfil metodológico no presente artigo descrito e defendido, posiciona-se MÜLLER em seu capítulo X de, “Quem é o povo”, *in verbis*:

Uma metodologia jurídica séria e avançada é o meio mais importante para *fazer com que o Estado de Direito cumpra sua promessa, de forma que a democracia seja mais do que uma simples palavra.*

[...]

Sem uma metodologia de trabalho elaborada a partir de uma postura moderna, e sem que os juristas atuantes tenham uma ética de trabalho politicamente responsável, os impulsos democráticos do sistema político transmitidos pela legislação “não chegarão ao povo”.

No esteio do acima descrito, a laboração extensionista de realização das pesquisas balizadoras das pautas de trabalho a serem exploradas nos programas de rádio nos quais os extensionistas atuam é seguida de adoção da postura crítico-reflexiva que se espera daqueles que lidam com o conhecimento acadêmico, quando da realização de uma nova reunião para discussão e alterações das pautas preparadas, objetivando com isto chegar à versão final do material de trabalho com a maior qualidade e amadurecimento possíveis, tanto do conhecimento quanto das posturas a se adotar durante as atividades de intervenção.

Desenvolvidas as ações prévias, ingressa-se em campo, o qual é delimitado pelo espaço de difusão da rádio Nordeste AM 900 que nos disponibiliza um quadro às segundas-feiras pela manhã. Na oportunidade, os extensionistas respondem à pauta de perguntas previamente aprovadas, além de dirimirem eventuais dúvidas de ouvintes que, entrando em contato com a rádio, interagem por meio de questionamentos anotados e pré-selecionados pela produção do programa da rádio que repassa aos membros do projeto.

Neste diapasão, depara-se com a segunda conexão entre pesquisa e ensino possibilitada pela extensão universitária neste projeto, a qual consiste na busca pelo florescimento de uma nova percepção de transmissão do conhecimento, saindo da seara do ensino formal para outra em que se aprende a instrumentalizar o conhecimento por via de uma linguagem que se proponha ao mesmo tempo lúdica e acessível pela clareza e simplicidade, sem chegar à esfera do descuido com as palavras selecionadas para a modalidade de comunicação oral.

Resultados e Discussão

No tocante aos resultados alcançados pelo “Projeto de Extensão Direito, Informação e Democracia”, os mesmos devem ser analisados à luz do tripé de conhecimento universitário, ensino-pesquisa-extensão, bipartindo-se em resultados internos e externos.

Naquilo que concerne os resultados internos, os extensionistas irão aprimorar habilidades como a oratória e a solução de questões jurídicas, o que contribuirá também para o desenvolvimento de potencialidades como criatividade, raciocínio lógico e trabalho em equipe. Além disso, torna-se possível trabalhar a multi-especialização, já que os temas são afeitos a distintas áreas do conhecimento jurídico.

Outrossim, os extensionistas elaboram artigos científicos como este, os quais são publicados e apresentados nos mais diversos eventos de iniciação científica. Por fim, há o incentivo aos extensionistas para ingresso em Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*.

Quanto aos resultados externos, a fim de ampliação do público atingido, são realizadas atividades paralelas, a exemplo de palestras, oficinas, workshops, que envolvem tanto os acadêmicos quanto a comunidade externa. Ademais, ainda são organizados eventos em parceria com outras IES, a fim de que se amplie a atuação extensionista da UERN.

Considerações Finais

Ante o exposto, apresenta-se evidente a transformação realizada no extensionista pelo poder inegavelmente humanizante do conhecimento e da vivência democrática residente no seio metodológico do “Projeto de Extensão Direito, Informação e Democracia”.

A mesma semente de transformação se enxerga no ouvinte que, diante da real possibilidade de exercício de um direito que na falta de conhecimento outrora existira apenas *in abstrato* pela informação e o modo como ela se apresenta, acessível, revela-se possível, o que lhe garante a tão almejada detenção do princípio da dignidade da pessoa humana.

Referências

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos Princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 16ª Ed. rev., e atual. São Paulo: Malheiros, 237 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRITTO, Carlos Ayres. **O humanismo como categoria constitucional**. Belo Horizonte: Editora Fórum, p. 124 p.

DE TOLEDO, Renata Ferraz; JACOBI, Pedro Roberto. **Pesquisa-ação e educação: compartilhando princípios na construção de conhecimentos e no fortalecimento comunitário para o enfrentamento de problemas**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302013000100009>.

MÜLLER, Friedrich. **Quem é o povo?**. 7ª Ed., rev., atual., e amp. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, 126 pág.

**REFORMAS NA POLÍTICA PÚBLICA BRASILEIRA DE NARCÓTICOS: LEI
11.343/06 E SUA HERMENÊUTICA CONTEMPORÂNEA¹**

**Área Temática: Direitos Humanos e Justiça
Felipe Dantas de Sousa (SOUSA, F. D).²**

[\(felipe.sousa15@hotmail.com\)](mailto:felipe.sousa15@hotmail.com)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN

RESUMO

Resultante de uma nova conjuntura e recebida como avanço no concernente à lógica de entendimento do usuário enquanto indivíduo social conceito de direitos e que necessita sobretudo de cuidados de saúde no lugar da privação de liberdade, a Lei nº 11.343 de 2006, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad, prescrevendo medidas preventivas do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes. Completados 10 anos de sua vigência, nosso estudo intenta revisar os impactos dessa lei sui generis a partir de uma ótica consubstanciada pelos ensinamentos do projeto Centro Regional de Referência para formação em Políticas sobre Drogas; Avaliando o que deu certo e o que deu errado - para então buscar melhor qualitativamente nossas políticas públicas, enquadrando-as em um contexto hermenêutico contemporâneo, posto que a base de todo o esforço em direção a políticas públicas cada vez mais eficientes e humanas está na informação.

Palavras-chave: Políticas públicas; Sisnad; formação.

INTRODUÇÃO

Inovando no tratamento penal para aqueles considerados usuários, a Lei que cria o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad (11.343), instituída no ordenamento brasileiro em 2006, apresentou uma proposta de avanço com relação a legislações anteriores. Isto, em função da disparidade de tratamentos dados ao traficante – total repressão, e ao usuário – tratamento e integração social.

Além de estabelecer essa concepção de prevenção e tratamento, a lei também elenca os crimes relacionados a drogas – a posse para consumo pessoal e tráfico. Um dos aspectos celebrados entre setores mais progressistas foi, o fim da pena de prisão para o usuário. A nova lógica disseminada pelos CRR's de todo o Brasil, entende que o usuário precisa sobretudo de cuidados de saúde no lugar da privação de liberdade, porém, esse entendimento ainda necessita fortalecer-se bastante para superar o preconceito de muitos segmentos da sociedade que visualizam na repressão a saída para a problemática das drogas.

Tal proposta compartilhada no CRR possui raízes na Política de Redução de Danos³ incorporada em muitos países e iniciada no Brasil em meados da década de 80⁴, originando mais tarde uma Política Pública de Saúde e Redução de Danos, com o objetivo de coibir o uso abusivo de drogas e advertir sobre a íntima relação do uso de entorpecentes e os danos sociais à saúde. Nesse contexto nasce a Lei 11.343/06, firmando expressamente a adoção da Política de Redução de Danos e Riscos em seus artigos 19 e 20.

“Art. 20. Constituem atividades de atenção ao usuário e dependente de drogas e respectivos familiares, para efeito desta Lei, aquelas que visem a melhoria da qualidade de vida e a redução dos riscos e dos danos associados ao uso de drogas. ”

Entretanto, partindo desse entendimento, a Lei das Drogas, oficialmente lei 11.343/2006, criou inúmeros pontos controversos em seu texto no que se refere a descrição dos tipos e penas aplicadas, pois não só a insistência na criminalização da posse para consumo se mostrou um impeditivo ao investimento em prevenção, redução de danos e tratamentos eficazes e à busca dos serviços de saúde por parte de usuários, como também a falta de critérios objetivos de distinção entre uso e tráfico de drogas gerou uma grande insegurança no momento da abordagem e tipificação da conduta.

³ A redução de danos caracteriza-se como uma abordagem ao fenômeno das drogas que visa minimizar danos sociais e à saúde associados ao uso de substâncias psicoativas.

⁴ No Brasil a primeira experiência em redução de danos efetiva que se tem notícia, ocorreu em 1989, na cidade de Santos, com a distribuição de seringas estéreis entre usuários de drogas injetáveis com o objetivo de conter a disseminação do HIV/AIDS. Estas ações se mostraram bastante responsivas a problemática das drogas, a partir do momento que os índices de infecção pelo HIV tiveram queda expressiva entre os usuários de drogas injetáveis desde o início das ações de redução de danos. Segundo dados epidemiológicos do Ministério da Saúde, a prevalência de HIV entre usuários de drogas injetáveis era de 28,0% em 1993, e com essa política (redução de danos) pode reduzir à 10,2% no ano de 2031.

DESENVOLVIMENTO (REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO)

A Lei nº 11.343/06 revogou a Lei nº 6368/76, passando a prever no artigo 28, as condutas proibidas de posse de drogas ilícitas para uso pessoal, assim dispendo:

“Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo

com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas:

I - advertência sobre os efeitos das drogas;

II - prestação de serviços à comunidade;

III - medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo.

(...)”

O novo regramento, exercitado pelos CRR's faz parte daquilo que se convencionou-se chamar no Brasil de justiça terapêutica ou medida de redução de danos em relação aos usuários de drogas.

Para o ilustre Professor Luiz Flávio Gomes houve a descriminalização da posse de droga para consumo pessoal, mas a conduta descrita no artigo 28 da Lei nº 11.343/06 continua sendo ilícita - uma infração, mas sem natureza penal, instituindo-se no Brasil o que se chama de infração *sui generis*. Essa abordagem, estudada nos cursos de capacitação do Projeto, visa a não-marginalização do usuário, muitas vezes estigmatizado e oprimido. A forma mais adequada, é dizer que a conduta hoje é tão somente proibida, cuja repercussão gira em torno da aplicação das medidas de advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviço à comunidade e medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo.

Sendo assim, a competência do Estado sobre o consumo de drogas deveria circunscrever-se às ações que interferem diretamente na sociedade, isto é, os danos relacionados à saúde e à violência principalmente, e não sobre o arbítrio dos cidadãos sobre si mesmos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O consumo de drogas ilícitas se apresenta como uma calamidade social que afeta famílias de todas as rodas da sociedade. Lares são destruídos, pessoas perdem a saúde e a vida em busca desse prazer mortal. A própria sociedade perde com a falta de prevenção⁵ do consumo de drogas.

⁵ O uso de drogas é um fenômeno social complexo em que intervêm questões de valores e de sentido. Logo, a prevenção ao uso indevido de drogas, longe de ser neutra, contém elementos ideológicos que podem mascarar suas finalidades. Por esta razão, a reflexão ética sobre seus objetivos, conteúdos e procedimentos é fundamental para que suas ações tenham credibilidade e eficácia. Analisa-se criticamente a prevenção de enfoque repressivo, baseada na *pedagogia do terror*, à qual se opõe o modelo da prevenção pela educação. Aí, cabe à escola um papel fundamental para despertar o potencial psico-afetivo e criativo do jovem e para levá-lo a efetuar opções conscientes e responsáveis pela sua saúde. Esta é discutida no contexto amplo da ecologia humana, em que as drogas são apontadas como um dos agressores que ameaçam o equilíbrio social e

Nesse contexto, a Lei n. 11.343, foi elaborada com a finalidade de fazer justiça àqueles que portam substâncias entorpecentes para consumo próprio. Já não se pode mais permitir que pessoas que são apenas usuários de substâncias entorpecentes sejam privados de sua liberdade, incorrendo em problemas de maior monta, os seus encarceramentos na “Escola do Crime”. O que se deve priorizar de agora em diante é a recuperação e reinserção do usuário de drogas, por meio de programas sociais de recuperação e capacitação como o Centro Regional de Referência, provendo atividades que lhe façam refletir sobre o ato de consumir entorpecentes, e, dessa forma, o usuário infrator ser o próprio agente de sua recuperação.

O encarceramento do usuário de drogas não resolvia o problema, ao contrário, só agravava. O que realmente se inovou com a nova Lei 11.343/2006? Pode-se dizer que foi a “desprisionalização”, o simples livramento do infrator da pena da privação de sua liberdade, sujeitando-o às outras penas restritivas de direito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do Centro Regional de Referência para formação em políticas sobre Drogas e de Políticas Públicas de prevenção pela educação, algumas reformas prioritárias sobre as quais diversos grupos já se debruçam na atualização da Lei 11.343/06, incluem deixar-se de classificar a posse de drogas para consumo pessoal como crime e a adoção de critérios que orientem a distinção entre quais condutas estão relacionadas ao uso e quais estão relacionadas ao tráfico de substâncias ilícitas.

Uma abordagem ideal coloca ênfase na prevenção e no tratamento, enquanto ao mesmo tempo defende que o sistema de justiça possa retirar os usuários de drogas não violentos que cometeram algum crime do sistema prisional para o sistema de tratamento. Precisamos o quanto antes mudar esse debate e assegurar uma política de drogas que seja bem balanceada, humana, com compaixão, e que seja baseada em evidências científicas sólidas.

O segundo levantamento Nacional de Álcool e Drogas é um dos estudos populacionais sobre os padrões de uso de álcool, tabaco e drogas ilícitas na população brasileira. O estudo pode e deve ser usado como ferramenta para contribuir no desenvolvimento de políticas de saúde pública fornecendo evidências concretas de uma amostra representativa da população brasileira.

A base de todo o esforço em direção a políticas públicas cada vez mais eficientes e humanas está na informação. Mas precisamos de um mapa mais completo para corrigir os rumos de nosso sistema de políticas públicas sobre drogas dos próximos 10 anos. Para tanto, a produção de informação confiável e de qualidade deve ser prioridade agora e sempre.

REFERÊNCIAS

II Levantamento Nacional de Álcool e Drogas (LENAD) – 2012. Ronaldo Laranjeira (Supervisão) [et al.], São Paulo: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (INPAD), UNIFESP. 2014

BRASIL. Código Penal. Coordenação por Luiz Flávio Gomes. nº 10 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008.

BRASIL. Constituição Federativa do Brasil (1988). Brasília: Senado Federal, 2015.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990

Lei 11.343, 23 agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 05 out. 2016.

FIOCRUZ. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Drogas: paraíso artificial. Disponível em: <http://www.fiocruz.br>. Acesso em: 05 out. 2016.

GAMA, Ricardo Rodrigues. Nova lei sobre drogas: Lei 11.343/2006, comentada. Campinas: Russel, 2006.

UM OLHAR MULTIDISCIPLINAR DAS DROGAS NA ESCOLA

Área Temática: Direito Humanos e Justiça

Maria Audenora das Neves Silva Martins

[\(audenoraneves@oi.com.br\)](mailto:audenoraneves@oi.com.br)

Jeissiany Batista Maia

Grazielly Dantas da Silva Braga

Marliane Sousa Paiva

Mariana Albuquerque Melo

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte -UERN

Resumo: Pesquisas desenvolvidas no mundo evidenciam as drogas como um estimulante para a criminalidade. O mundo das drogas é atraente pelo fato de oferecer, de forma rápida, privilégios materiais sem muito esforço pessoal. A informação é uma estratégia importante para evitar o uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas na sociedade, sendo a escola um espaço dialógico importante para esclarecer os malefícios das drogas. A metodologia lúdica utilizada tem sido um diferencial no projeto há 15 anos nas escolas em Natal: palestras, filmes, produção de textos, oficinas de artes, concursos de cartazes, etc. Concluímos que as drogas lícitas e ilícitas estão cada dia mais presentes nas escolas. Sendo um dado relevante quando analisamos a violência na escola, à escola e da escola. Nosso projeto vem formando atitudes com relação à valorização do corpo e da mente de crianças e jovens na escola pública.

Palavras-chave: Direitos Humanos. Educação. Cidadania.

Introdução

O Projeto “Um olhar Multidisciplinar das drogas na escola” tem como filosofia a prevenção ao uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas na escola, na família e na comunidade através do olhar multidisciplinar. As crianças e jovens participantes do projeto estão numa faixa etária considerada de vulnerabilidade que vai dos 9 a 13 anos que é acentuada pelo contexto onde moram. As crianças que participam do projeto são alunos dos 4º e 5º anos que se deslocam no ônibus escolar da periferia até as escolas públicas da Zona Sul de Natal. A temática é contextualizada através dos conteúdos programáticos que acompanha o projeto pedagógico da escola. O projeto é vinculado ao curso de Direito, mas qualquer aluno de outro curso do Campus Avançado de Natal pode ser voluntário como palestrante e oficinairo nas ações extensionistas.

O projeto desde a sua origem em 2001 vem trabalhando com os temas transversais e de forma interdisciplinar, para que seja possível transformar e aceitar uma visão diferenciada de mundo, de conhecimento e de ensino e aprendizagem. A interdisciplinaridade e a transversalidade

se completam, na realidade escolar, com o “olhar multidisciplinar” da droga, como algo ativo, inacabado, passível de transformação e de ser vinculado às questões sociais (JANTSCH;BIANCHETTI, 1995).

Desenvolvimento

Acreditamos que o respeito, o diálogo, a justiça e a solidariedade devem estar presentes nas relações que acontecem no contexto escolar. A escola foi erigida para dar educação formal ao cidadão e tem como função a socialização (RODRIGUES, 2011).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – nº 9394/96, fica visível que o objetivo da educação é a busca da cidadania. À luz desse prisma, além dos conteúdos básicos como Português, Matemática, Inglês, dentre outros que fazem parte da grade curricular, conteúdos mais vinculados ao cotidiano dos alunos devem ser perpassados transversalmente, com a ética, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural, trabalho e consumo e saúde. Neste contexto que se inseri o projeto “Um olhar multidisciplinar das drogas na escola”(BRASIL, 1996).

Quando abordamos o tema transversal Meio Ambiente, lembramos que não se reduz apenas ao ambiente físico e biológico, mas abrange também as relações sociais, econômicas e culturais onde a droga está inserida. Através dessa visão propiciamos momentos de reflexões que induzam os alunos ao enriquecimento cultural, à qualidade de vida e à preocupação com o equilíbrio ambiental através do equilíbrio de si mesmo. Nas palestras, abrimos um espaço dialógico com os educados. Freire (1984, p. 99) nos ensina que:

Para que a educação ou a ação cultural para a libertação, em lugar de ser aquela alienante transferência de conhecimento, é o autêntico ato de conhecer que os educandos – também educadores – como consciências “intencionadas” ao mundo, ou como corpos conscientes, se inserem com os educadores – educandos também – na busca de novos conhecimentos, como consequência do ato de reconhecer o conhecimento existente.

A ampliação do nosso olhar acontece com o ouvir o educando. Todos têm um relato de experiência familiar com as drogas lícitas e ilícitas. Já o tema Orientação sexual relacionamos com a droga. As abordagens estarão vinculadas a métodos contraceptivos, doenças sexualmente transmissíveis, a descoberta do próprio corpo e da sexualidade. Acreditamos que a informação sobre as drogas, não pode ser abordado desvinculado da prática humana. A interdisciplinaridade só é fecunda no trabalho de equipe, onde se forma o sujeito coletivo. Com base em Etges (1993, 18):

A interdisciplinaridade, enquanto princípio mediador entre diferentes disciplinas, não poderá jamais ser elemento de redução a um denominador comum, mas um elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. A

interdisciplinaridade é o princípio da máxima exploração das potencialidades de cada ciência, da compreensão dos seus limites, mas acima de tudo, é o princípio da diversidade e da criatividade.

Nesta perspectiva, os temas transversais vão surgindo no contexto das palestras e oficinas como trabalho pedagógico, solidificando a tríade pesquisa, ensino e extensão.

Pelo motivo da sociedade brasileira ser formada por diversas etnias, a abordagem da Pluralidade Cultural tem como missão respeitar os diferentes grupos e culturas que compõem o contexto étnico brasileiro, estimulando a convivência dos diversos grupos e fazendo dessa particularidade um fator de enriquecimento cultural e evidenciamos o uso de drogas em rituais religiosos – afro e indígena (BRASIL, 1996).

O tema transversal Trabalho/Consumo torna-se adequado para preparar os jovens para a sua inclusão no mundo do trabalho, e é apropriado para discutir assuntos como consumo de drogas, direitos perdidos pelo uso e abuso, sendo a droga um fator para o desemprego e criminalidade. Nos relatos de vida, fica visível o desejo dos jovens pelo consumismo. É uma narrativa sobre si, que para nós se constituem um referencial daquilo que foi apropriado pelos sujeitos na sua história de vida, permitindo o reconhecimento dos percursos identitários como sendo singulares, ainda que plurais porque vividos no coletivo. Por isso que cada voluntário é orientado para ouvir mais os educandos que falar. Nunca perder a habilidade de escutar como nos ensina Freire (1994). Sem escutar os alunos, os palestrantes e oficinairos se fechariam a aventura criatura.

O projeto tem dado destaque ao tema Saúde um dos mais discutidos e trabalhados nas oficinas. Compreende as noções básicas de higiene e saúde, responsabilizando cada indivíduo pelo seu próprio bem-estar. Esse tema possui uma abordagem utilitária de assuntos como, Aids, uso de drogas e gravidez na adolescência, dentre outros. A valorização do corpo e mente destaca que estamos lidando com seres inacabados e os voluntários têm consciência e predisposto à mudança, à aceitação do diferente.

Resultados e discussões

O projeto vem a 15 anos expandindo informações sobre o uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas na escola e de forma indireta chega até a comunidade de cada aluno que participar do projeto. As palestras contextualizadas são complementadas com as oficinas – que consideramos um dos instrumentos de verificação da aprendizagem dos alunos participantes.

Com relação aos resultados alcançados pelos objetivos do projeto, o nosso trabalho é objetivo, mas os seus resultados são subjetivos, pois é impossível mensurar a dimensão das atividades em cada educando devido a fatores como a família, a escola e o contexto do aluno. Sabemos que as informações são repassadas pelos próprios alunos para as suas famílias. Eles alertam os pais para o uso das drogas lícitas no contexto familiar, com a bebida, o cigarro e os remédios.

Considerações finais

A clientela atendida são moradores dos bairros periféricos e favelas com grande índice de criminalidade e violência provocadas pelo envolvimento com drogas. Se o aluno tem uma formação familiar sólida pautada em valores éticos, a possibilidade do seu envolvimento com droga torna-se mais difícil. Mas estamos lidando com um problema social de saúde pública com dados cada dia mais devastadores para a sociedade – o uso e abuso de drogas entre os jovens. Nesse sentido, entendemos que o nosso projeto tem um valor social importante no atual contexto e com repercussão na família dos educando. Os relatos de experiências dos alunos durante as palestras e a forma como retratam as suas vivências com o mundo das drogas nas oficinas é uma prova que a sua existência já está marcada pelas drogas lícitas na família. Temos consciência que cada voluntário envolvido no projeto acredita que está contribuindo para um mundo melhor. Esclarecendo, discutindo, ouvindo relatos da vida real (ponto alto do projeto) e fazendo relação com os conteúdos expostos nas palestras e oficinas.

Os resultados apresentados pelo projeto é ausência do uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas na escola; a formação de atitudes e valores; valorização do corpo e da mente; a formação de conceitos espontâneos e científicos sobre a droga; a valorização da autoestima; o fortalecimento das relações interpessoais, o desenvolvimento da criatividade e o despertar da habilidade estética nas atividades práticas.

O nosso trabalho tem sido positivo e tem estimulado a participação de voluntários de todos os cursos, inclusive de outras Instituições. A mídia local tem destacado nosso trabalho como “uma lição de cidadania” (Tribuna do Norte). O informativo da UERN destaca “Projeto orienta crianças sobre riscos e uso de substâncias químicas”. O portal do voluntário do Bradesco destaca “Projeto conscientiza crianças e precisa de voluntários”, Portal do Itaú voluntário e somos notícias na rede V2V – Rede Internacional de Voluntários.

Referências

- ÁLCOOL. **O que você precisa saber**. Brasília, SENAD, 2001
- AQUINO, Júlio Groppa. **Drogas na escola**. São Paulo: Summus, 1998.
- BRASIL. **Drogas**: Cartilhas para Educadores. Secretaria Nacional Antidrogas, 2007.
- _____. Secretaria da Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. **Apresentação dos Temas Transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- ETGES, Noberto J. Produção do conhecimento e interdisciplinaridade. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v18, n2, p. 73 -82, jul/dez,1993.
- JANTSCH, Ari Paulo; BIANCHETTI, Lucídio (Orgs). **Interdisciplinaridade**. Para além da

Filosofia do sujeito. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005,

INALANTES. **Informações e Prevenção**. Brasília: SENAD, 2001.

LEITE, Marcos da Costa. **Conversando sobre cocaína e crack**. 2. ed. Brasília: Presidência da República, Gabinete de Segurança Institucional, Secretaria Nacional Antidrogas, 2011.

MACONHA. **O que os pais devem saber**. Brasília: SENAD, 2001.

RODRIGUES, Neidson. **Lições do príncipe e outras lições**. O intelectual. A política. A educação. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2011.



**III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN**

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

EDUCAÇÃO

REALIZAÇÃO:



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

**A EDUCAÇÃO RURAL NA VISÃO DOS PROFESSORES DE UM MUNICÍPIO
DO INTERIOR DA PARAÍBA**

Área Temática: Educação

José Ozildo dos Santos
joseozildo2014@outlook.com
Rosélia Maria de Sousa Santos
Vanessa da Costa Santos

Centro de Ciências e Tecnologia Alimentar/UFCCG

Resumo: Trata-se de uma pesquisa descritiva que teve por objetivo analisar a concepção que os professores do ensino fundamental de um município paraibano possuem em relação à educação rural. Por falta de uma educação de qualidade no meio rural, grande parte dos alunos se desloca para as áreas urbanas com o objetivo de frequentar uma escola melhor. Além de desenvolverem um modelo único de educação, nos últimos anos, as Secretarias Municipais de Educação vêm adotando um processo de nucleação, concentrando um único polo, uma maior quantidade de alunos do meio e fechando as pequenas escolas rurais. Através da presente pesquisa verificou-se que para melhorar a educação rural é preciso investir mais. Constatou-se também que sempre será necessário contextualizar o ensino desenvolvido no meio rural para gerar uma melhor aprendizagem e que o principal problema enfrentado pelos professores das escolas rurais é a existência de salas multisseriadas.

Palavras-chave: Educação. Meio rural. Limitações.

1 INTRODUÇÃO

A educação rural foi pensada para proporcionar àqueles que residem no meio rural, conhecimentos elementares relacionados à leitura, à escrita e às operações matemáticas, objetivando reduzir as altas taxas de analfabetismo e os baixos índices de escolarização registrados junto a essa significativa parcela da população brasileira.

Como o tempo, a partir do momento em que foram estruturadas as diretrizes da Educação Rural, estabeleceu-se que era missão da escola rural formar as crianças tendo a preocupação de desenvolver atividades práticas relativas ao trabalho desenvolvido pela maioria dos membros das comunidades onde estavam inseridas tais crianças.

Assim sendo, caberia à escola rural “ensinar o manejo de instrumentos, técnicas e insumos agrícolas”, além de mostrar a necessidade do estabelecimento de um bom

“relacionamento com o mercado no qual o camponês teria de vender a sua produção para adquirir os ‘novos’ produtos” (CALDART et al., 2012, p. 299).

Lamentavelmente, ao longo dos anos, a educação rural sem sendo desenvolvida no Brasil sem levar em consideração os saberes decorrentes do trabalho dos agricultores, absolvendo, assim, uma concepção preconceituosa, além de não cumprir seus objetivos e cada vez mais se distanciar de suas finalidades básicas.

Um dos fatores que tem contribuído para esse processo de descaracterização da educação rural é a falta de investimentos. Sempre a educação rural foi tratada com descaso no Brasil, recebendo uma insignificante parcela de recursos (MANFIO; PACHECO, 2006).

Atualmente, por falta de uma educação de qualidade no meio rural, grande parte dos alunos se desloca para as áreas urbanas com o objetivo de frequentar uma escola melhor. Por outro lado, além de desenvolverem um único modelo educação, nos últimos anos, as Secretarias Municipais de Educação vêm adotando um processo de nucleação, concentrando um único polo, uma maior quantidade de alunos do meio, e, conseqüentemente, fechando as pequenas escolas rurais.

O presente trabalho tem por objetivo analisar a concepção que os professores do ensino fundamental do município de Emas-PB, possuem sobre a educação rural.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

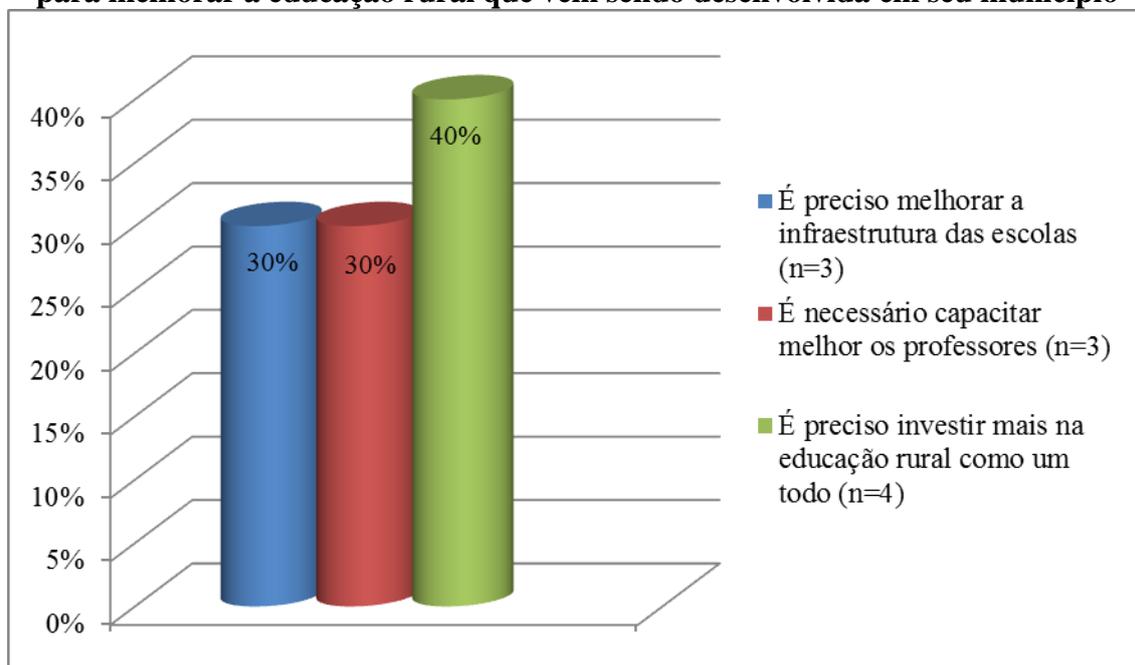
A presente pesquisa foi realizada durante o mês de junho de 2015, tendo como participantes 10 professores que atuam na zona rural do município de Emas, Estado da Paraíba. Na oportunidade, se entrevistou cinco professores que atuam na Escola Municipal de Ens. Fund. Umbelina A. Pereira, localizada no Sítio Canto Alegre, e, cinco com exercício docente na Escola Municipal de Ens. Fund. Maria A. Parente, na localidade Pendências.

Trata-se de um estudo que pode ser caracterizado como sendo uma pesquisa de cunho quali-quantitativo. Como instrumento de coletas de dados utilizou-se um questionário estruturado, contendo questões objetivas relacionadas aos objetivos traçados para a presente pesquisa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, procurou-se saber dos entrevistados o que é preciso para melhorar a educação rural que vem sendo desenvolvida em seu município.

Gráfico 1. Distribuição dos participantes quanto à opinião sobre o que é preciso para melhorar a educação rural que vem sendo desenvolvida em seu município



Fonte: Pesquisa de campo (junho/2015)

A análise dos dados contidos no Gráfico 1 permite concluir que segundo 30% dos entrevistados, para melhorar a educação rural que vem sendo desenvolvida em seu município é preciso melhorar a infraestrutura das escolas; outros 30% acreditam que é necessário capacitar melhor os professores e demais (40%) que é preciso investir mais na educação rural como um todo.

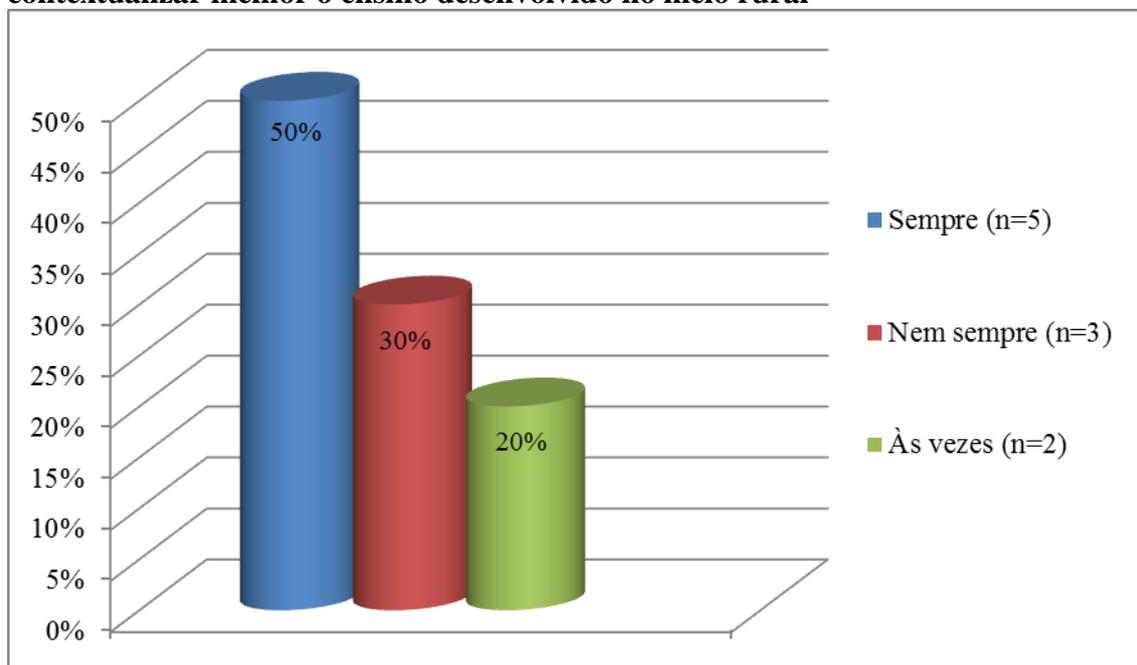
Segundo Souza (2007), muitas escolas da zona rural não são dotadas da infraestrutura necessária ao seu funcionamento. Com grande frequência essa realidade é apresentada pela mídia, demonstrando a necessidade de uma intervenção por parte do Ministério Público, objetivando encontrar uma solução para o problema, eliminando os riscos que a própria escola pode trazer à vida do aluno.

No que diz respeito à necessidade de se investir mais na educação rural, esse investimento se traduz não somente na melhoria da infraestrutura da escola, como também na capacitação dos professores e na aquisição de materiais didáticos apropriados. A falta de capacitação por parte do professor pode trazer prejuízos à

aprendizagem do aluno, principalmente, pela utilização de metodologias que não contribuem para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa.

Mediante o segundo questionamento, procurou-se saber dos entrevistados se é necessário contextualizar melhor o ensino desenvolvido no meio rural.

Gráfico 2. Distribuição dos participantes quanto à opinião se é necessário ou não contextualizar melhor o ensino desenvolvido no meio rural



Fonte: Pesquisa de campo (junho/2015)

Quando se analisar os dados apresentados no Gráfico 2 verifica-se que não existe um consenso quanto à necessidade da contextualização no ensino entre os professores entrevistados: 50% afirmaram que sempre será necessário contextualizar o ensino desenvolvido nessa modalidade de educação; 20% acredita que às vezes é necessário e 30% que nem sempre essa contextualização é necessária.

De acordo com Almeida Filho (2007, p. 39):

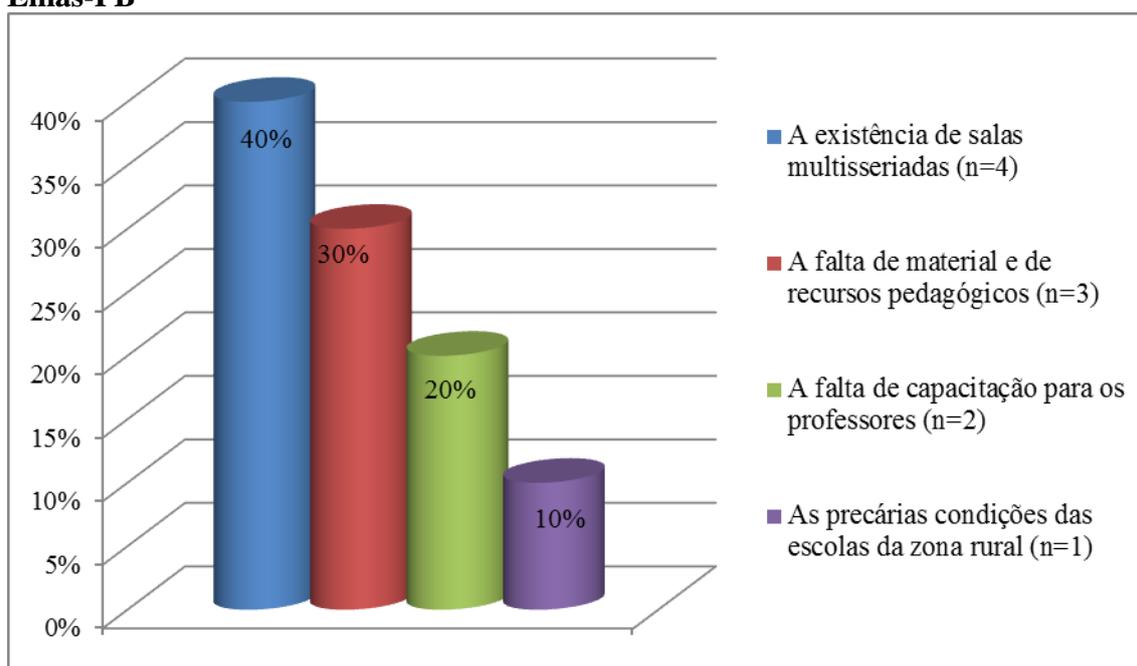
Toda vez que o professor for fazer a contextualização deve ter em mente que ela é necessária para criar imagens do campo que ele irá explorar. É a contextualização que deixa claro para o aluno que o saber é sempre mais amplo, que o conteúdo é sempre mais complexo do que aquilo que está sendo apresentado naquele momento.

A ideia central que se tem acerca do termo ‘contextualização’ é a que o professor deve-se procurar estabelecer uma correção entre o conteúdo apresentado em sala de aula

com o ‘mundo’ [espaço/ambiente] no qual vive o aluno, de forma que este entenda melhor que o está sendo transmitido. Existe a concepção de que o aluno precisa inicialmente conhecer o mundo/universo no qual está inserido. Conhecendo seu próprio espaço ela compreenderá melhor o mundo como um todo.

Mediante o terceiro questionamento, procurou determinar juntos aos professores entrevistados, qual o principal problema por eles enfrentado no exercício de suas funções.

Gráfico 3. Distribuição dos participantes quanto ao principal problema enfrentado por eles, enquanto professores que atuam nas escolas rurais do município de Emas-PB



Fonte: Pesquisa de campo (junho/2015)

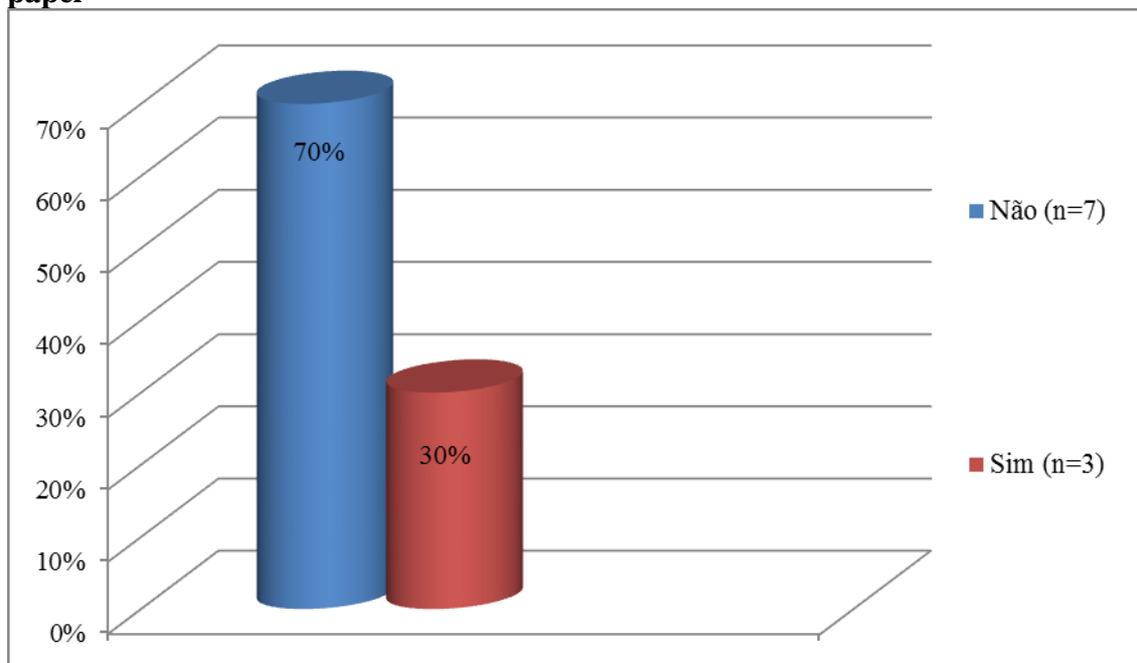
Analisando-se os dados contidos no Gráfico 3 verifica-se que segundo 30% dos entrevistados o principal problema enfrentado pelo professor que desenvolve a educação rural no município de Emas, diz respeito à falta de material e de recursos pedagógicos; 40% afirmaram ser a existência de salas multisseriadas; 20% ressaltaram ser a falta de capacitação para os professores, enquanto de 10% entendem ser as precárias condições das escolas da zona rural.

Não se pode produzir educação, seja no espaço urbano ou na zona rural, sem material didático apropriado. Nesse sentido, destacam Costoldi e Polinarski (2009, p. 2) que “os recursos didáticos são de fundamental importância no processo de desenvolvimento cognitivo do aluno, uma vez que proporciona uma maior oportunidade

de aprendê-lo de forma mais efetiva, onde o aluno poderá aproveitar esse conhecimento por toda a vida”.

Assim sendo, se uma escola não possui recursos didáticos para serem utilizados no processo de ensino aprendizagem, essa falta passa a constituir-se num grande obstáculo ao desenvolvimento educacional. No entanto, quando se fala em material didático, este não pode ser qualquer um: precisa ser apropriado o bastante para facilitar a contextualização do ensino. Se esse requisito não foi atendido, a contribuição proporcionada pelo material encaminhado à escola rural não serão tão significativa.

Gráfico 4. Distribuição dos participantes quanto à opinião se a educação desenvolvida no meio rural, em seu município, cumpre verdadeiramente o seu papel



Analisando-se os dados contidos no Gráfico 4 é possível perceber que segundo 70% dos professores entrevistados, a educação desenvolvida no meio rural, no município de Emas-PB, efetivamente não cumpre o seu papel. Entretanto, 30% discordaram dessa afirmação por acharem que tal papel vem sendo cumprido.

Explica Leite (2002) que quando se pensou em ‘educação rural, estabeleceu-se que as escolas destinadas a promoverem esse tipo de educação, deveriam também capacitar o aluno para o exercício das atividades rurais, missão esta que seria também acumulada com a função de transformar os alunos em indivíduos letrados e críticos.

Quando se leva em consideração a definição completa do termo ‘educação

rural’, percebe-se que o ensino promovido no meio rural do município de Emas, não pode ser considerado como sendo legitimamente ‘educação rural’. O professor que atua no meio rural do mencionado município tem a obrigação de cumprir o mesmo currículo estabelecido para as escolas localizadas no perímetro urbano. Assim, se há não diferença de currículo, não existem diferentes modalidades de ensino e conseqüentemente não se tem ‘educação rural’ no município de Emas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da revisão de literatura promovida, pode-se conhecer a definição completa do termo ‘educação rural’ e compreender melhor essa modalidade educativa. Assim, a primeira conclusão proporcionada pela presente pesquisa é a de no município de Emas-PB, não se desenvolve ‘educação rural’. Dito com outras palavras a educação desenvolvida no meio rural, no referido município não pode ser considerada como sendo uma ‘educação rural’ propriamente.

O que se busca nas escolas rurais do município de Emas é adequar o modelo de educação à realidade das escolas localizadas nas comunidades rurais, utilizando-se o mesmo currículo estabelecido para as escolas que localizadas no perímetro urbano. Ademais, grande dos alunos que residem na zona rural se desloca para estudar nas escolas da área urbana. E esta realidade demonstra que prevalece no município uma única modalidade de educação.

No que diz respeito aos dados colhidos, verificou-se que para a maioria dos professores entrevistados:

- i. que para melhorar a educação no meio rural é preciso investir mais na educação como um todo;
- ii. que sempre será necessário contextualizar o ensino desenvolvido no meio rural;
- iii. que o principal problema enfrentado pelo professor que desenvolve a educação no meio rural do município de Emas, diz respeito à existência de salas multisseriadas;
- iv. que a educação desenvolvida no meio rural, no município de Emas-PB, efetivamente não cumpre o seu papel e nem pode ser considerada como sendo ‘educação rural’.

Assim sendo, quando se analisa as conclusões proporcionadas por esta pesquisa,

constata-se que os objetivos pré-estabelecidos foram alcançados. E, espera-se que a mesma sirva de roteiro para novos estudos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, G. P. **Transposição didática**: por onde começar. São Paulo: Cortez, 2007.
- CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIOGOTTO, G. **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012.
- COSTOLDI, R.; POLINARSKI, C. A. Utilização de recursos didático-pedagógicos na motivação da aprendizagem. I Simpósio Internacional de Ensino e Tecnologia, **Anais**. Curitiba: UTFPR, 2009.
- LEITE, S. C. **Escola rural**: Urbanização e políticas educacionais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- MANFIO, E.; PACHECO, L. M. D. Educação para o meio rural: perspectivas atuais de permanência e sustentabilidade. **Pedagogia em questão**, v. 3-4, n. 3-4, p. 35-47, 2006.
- SOUZA, S. E. O uso de recursos didáticos no ensino escolar. In: I Encontro de Pesquisa em Educação. IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: Infância e Práticas Educativas. **Arq Mudi**, v. 11, n. 2, p. 19-26, 2007.

CAMINHOS DE CULTURA: CINEMA DO CAMPO AO MAR

Área Temática: Educação

Área Temática: Educação

Kyara Maria de Almeida Vieira

Kyara.almeida@ufersa.edu.br

Francisca Josiele Costa de Melo

Pollyana Mirtis Alves de Oliveira

Talita Marques Sena

Resumo

Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA

Este artigo visa apresentar o Projeto de Extensão "**Caminhos de Cultura: cinema do campo ao mar**". Tal proposta extensionista objetiva a interação entre as populações do campo e a cultura cinematográfica, a fim de promover discussões sobre questões identitárias, agrárias, movimentos camponeses, o semiárido e formação para a cidadania das pessoas do campo. Para desenvolver o referido projeto no período de agosto de 2016 e dezembro de 2017, serão realizadas sessões de estudo com docentes e discentes do projeto, além de reuniões, exibição cinematográfica, debates e palestras com as comunidades: Assentamento Nova Vida (Upanema), dos Assentamentos Paulo Canapum, São Bento, Caiçara, Tabuleiro Grande e Góis (Apodi-Polo Góis), Ponta do Mel (Areia Branca). Os filmes a serem trabalhados são: Narradores de Javé (2004), Vidas Secas (1963), Guerra de Canudos (1996), Cabra Marcado para Morrer (1984). Os filmes irão abordar a comunicação, cultura, direitos humanos, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia, trabalho.

Palavras-chave: educação; cinema; comunidades rurais.

Introdução

A Educação do Campo faz parte das lutas históricas dos movimentos sociais do campo. São lutas por uma reforma agrária democratizante, por uma cidadania ampliada para as populações camponesas, historicamente excluídas em favor do latifúndio e dos privilégios concedidos às classes dominantes. Os objetivos do projeto são levar o cinema às associações comunitárias de uma comunidade de marisqueiras e pescadores e a dois assentamentos da região do Oeste potiguar, promovendo discussões políticas sobre questões identitárias, agrárias, movimentos camponeses, o semiárido e formação cidadã dos sujeitos do campo.

O projeto "Caminhos de Cultura: cinema do campo ao mar", recém aprovado pelo Edital PROEC 12/ 2016, se inscreve como uma ação dialógica a partir da qual as questões supracitadas poderão ser discutidas com os/as moradores/as da comunidade Ponta do Mel (Areia Branca), do Assentamento Nova Vida (Upanema), dos Assentamentos Paulo Canapum, São Bento, Caiçara, Tabuleiro Grande e Góis (Apodi-Polo Góis), todos situados na região de abrangência

UFERSA-Mossoró.

Acreditamos que levar o cinema de temática rural por meio das associações de uma comunidade marisqueiras e pescadores e de assentamentos da região do oeste potiguar justifica-se numa tripla dimensão: primeiro, por promover a cultura cinematográfica às populações do campo como forma de acesso ao lazer e entretenimento para pessoas que, em sua maioria, não tem experiência com a sétima arte; segundo, por possibilitar ações da universidade diretamente nas comunidades de seus alunos/as; e terceiro, porque a partir de representações no cinema, se dará a promoção de urgentes discussões políticas sobre questões identitárias, agrárias, o semiárido, a cidadania e os movimentos do campo.

Desenvolvimento

A Educação do Campo, paradigma construído nos últimos quinze anos pelos sujeitos do campo organizados em movimentos sociais e sindicais, visando elaborar uma discussão e propor formas de fazer acontecer à escola no contexto camponês, só pode ser compreendida a partir do que se entende por Campo e, conseqüentemente, do significado que a Educação assume na realidade do Campo brasileiro e na sua relação com o Urbano. A Educação do Campo como um conceito contemporâneo se coloca dentro das contradições da sociedade capitalista brasileira e emerge,

(...) protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana" (CALDART, 2011, p. 259).

Por isto, a concepção e a prática da Educação do Campo se expressam em diferentes dimensões e espaços pedagógicos escolares e não escolares articulados diretamente com os processos de lutas e mobilizações das populações do campo por terra, água, preservação dos biomas, soberania alimentar e políticas sociais de saúde, educação, moradia, transporte e lazer.

A luta pelo direito ao acesso, a permanência e a continuidade com sucesso na escola se afirma cada vez mais como o direito dos sujeitos do campo. Todavia, não basta o acesso à escolarização, esta precisa ser contextualizada e socialmente referenciada na realidade, nas lutas e organizações do campo. Juntamente com a luta pela escola como direito humano, os povos do campo reafirmam a necessidade de que outras práticas educativas estejam presentes em suas comunidades e assentamentos.

Nesta perspectiva, reclamam também a formação de pessoas para atuarem de forma ativa

e crítica dentro de sua realidade para promover o exercício da cidadania. Uma das formas que temos de fazer isto é exatamente rompendo com o paradigma hegemônico sobre o campo e o camponês como espaço da ausência, dos inexistentes, inferiorizados e atrasados para lançar outros novos olhares sobre a realidade. Assim, práticas educativas não escolares se tornam fundamentais para o processo de formação humana na dimensão social, política, produtiva, organizativa e cultural destas populações. Circular no campo a vivência com diferentes linguagens (escritas, visuais, midiáticas) desenvolvendo um conjunto de conhecimentos que possam contribuir na socialização dos indivíduos e na vivência prática com estas linguagens, são possibilidades e necessidades da ruralidade atual.

A política de educação específica para a população do campo posta no campo dos direitos, reconhece conhecimentos a serem apreendidos e sistematizados pela escola com propriedade científica e que podem ser transformados em novos conhecimentos para gerar habilidades e competências para que os moradores/as e trabalhadores/as do campo intervenham em sua realidade de forma crítica e propositiva. O direito à educação se articula ao direito a terra, à água, à floresta, à soberania alimentar, ao trabalho, ao fortalecimento da cultura camponesa e às diferentes formas de produção e reprodução social da vida. Assim como também o direito à cultura, a exemplo do acesso ao cinema.

Nesse projeto, buscamos levar às comunidades do campo da região do oeste potiguar um cinema contextualizado que, ao mesmo tempo em que proporcione entretenimento comunitário e sociabilidades, também possibilite uma discussão politizada sobre as questões do campo a partir do olhar da cinematografia. Essa linguagem, também política, desde os anos 1960, com o cinema novo, tem trazido preocupações com questões ligadas a terra e aos homens e mulheres do campo.

Conforme assinala Miguel Arroyo (2010, p. 16) “O cinema com sua sensibilidade e linguagem vê outras realidades, outras terras porque tem coragem de ver e de mostrar outras imagens dos povos indígenas, quilombolas, camponeses, trabalhadores da terra.” Portanto, o cinema toca em assuntos que não aparecem nos círculos escolares e o presente projeto perpassa por uma concepção de pedagogia da terra, entendendo-a para além do espaço de escolarização formal, uma vez que o mesmo será desenvolvido no âmbito de associações de uma comunidade de marisqueiras e pescadores e de um assentamento do Oeste Potiguar.

Para tanto, um grupo de professoras universitárias (UFERSA) de várias áreas do conhecimento (História, Sociologia, Literatura, Biologia), juntamente com estudantes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (UFERSA) visitará, mensalmente as comunidades contempladas pelo projeto, para exibição de filmes relacionados às experiências dos povos do campo.

A visita ocorrerá no turno da noite, no dia da semana que for mais conveniente para as comunidades (a ser definido após a propositura do projeto nas mesmas). A cada encontro, ¹²⁶ uma

docente coordenará os trabalhos ao fazer um debate com a comunidade, docentes/ discentes presentes, abordando temas específicos a partir de cada um dos filmes, quais sejam: Narradores de Javé (2004) – Identidade e pertença de grupo; Vidas Secas (1963) – Comparação entre o ambiente de vivência das comunidades e a linguagem fílmica; Guerra de Canudos (1996) – A estrutura fundiária e a luta pela terra no Brasil; Cabra Marcado para Morrer (1984) – O Estado autoritário e a luta pela cidadania no campo.

Resultados e Discussão

Como o projeto está no limiar de sua execução, os resultados ainda são projeções e expectativas que alimentamos. Assim, alguns resultados esperados são: 1) Instituição de um processo de formação extensionista envolvendo alunos/as, professores/as universitários/os, povos do mar e do campo, no sentido de constituir um grupo de discussão acerca de questões agrárias, políticas, sociais, culturais, educacionais, da formação cidadã e questões cotidianas relacionadas ao espaço de vivência desses sujeitos; 2) Realização, através da imagem cinematográfica como forma de acesso ao lazer e entretenimento, debates acerca de questões que envolvem a temática do semiárido brasileiro, seus desafios e possibilidades, ampliando a percepção que se tem desse espaço e partilhando experiências variadas sobre a convivência com o semiárido; 3) Promoção, a partir da revisitação histórica, de temas nacionais apresentados na imagem em movimento (coronelismo, cangaço, secas, retirantes, messianismos, etc.), o questionamento acerca da realidade circundante, do posicionamento individual e coletivo, possibilitando assim o empoderamento dessas populações.

Considerações Finais

Ao propormos a realização do projeto “Caminhos de Cultura: cinema do campo ao mar”, assumimos o desafio de buscar o envolvimento de docentes de diversas áreas de conhecimento, discentes da Licenciatura em Educação do Campo (UFERSA-Mossoró) e os agricultores/as e pescadores/as, marisqueiras das comunidades rurais envolvidas no projeto.

Esta experiência nos traz a possibilidade de: ir além dos muros da academia; envolver discentes numa formação que conecta ensino, extensão e pesquisa; promover o entrecruzamento dos saberes que são postos em circulação pelos povos do campo e pelas docentes em suas áreas de atuação.

Referências

significados. Educação & Sociedade, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1075-1432, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. MEC, SECAD, 2007.

CALDART, Rosely. Educação do Campo. In: CALDART, R. et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo.** São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 259-267.

KELNNER, Douglas. **A cultura da mídia. Estudos Culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno.** Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: EDUSC, 2001.

MARTINS, Aracy Alves [et al]. **Outras terras à vista: cinema e Educação do Campo.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Coleção Caminhos da Educação do Campo.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CAPSAD III – MOSSORÓ/RN: AÇÃO EM SAÚDE SOBRE VÍNCULO DO PACIENTE, FAMÍLIA E PROFISSIONAIS DA INSTITUIÇÃO.

Área temática: Educação

Brenda Chaves Diógenes
(brendadiogenes@hotmail.com)

Francisco Rafael Ribeiro Soares
Marília Gabrielly de Souza e Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Resumo

O artigo objetiva apresentar os resultados de uma intervenção fruto de processo formativo do Centro Regional de Referência para Formação em Políticas sobre Drogas, parceria da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte com a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça. A intervenção discutiu o papel da família no cuidado e no desenvolvimento de vínculo com pessoas que usam drogas na realidade do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III em Mossoró- RN. Realizaram-se dinâmicas de integração familiar nessa etapa de suas vidas. A equipe da unidade assistencial também expressou suas dificuldades e potenciais. As conclusões da intervenção visibilizaram que o diálogo é a alternativa mais adequada a ser tomada na abordagem a esses usuários, seja de drogas lícitas ou ilícitas, e deve partir da perspectiva teórico-metodológica da Redução de Danos, fugindo à lógica da abstinência e “guerra às drogas”.

Palavras-chave: Redução de Danos. Família. Profissionais da Saúde.

Introdução

O consumo de drogas é um tema complexo e polêmico que exige do governo e da sociedade alternativas que resultem na sua melhor compreensão e abordagem. No Brasil, os dados epidemiológicos disponíveis ainda são escassos e insuficientes, não gerando um esclarecimento satisfatório a grande parte das indagações. Entretanto, a partir do momento em que os governantes e formuladores de políticas públicas passam a entender a importância de ter acesso a essas informações, novos estudos e pesquisas na área têm sido desenvolvidos no país com o intuito de fortalecer as estratégias de redução da demanda, da oferta e dos danos associados ao uso de drogas (BRASIL, 2016).

Para oferecer serviços de qualidade a indivíduos que tem problemas com drogas, é importante contar com alternativas que trabalhem com prevenção, promoção e tratamento. Um dos instrumentos que podem ser trabalhados para alcançar essas alternativas é a Redução de Danos.

A Redução de Danos é um processo que atua ganhando espaço e a confiança do usuário

e tem por objetivo não a abstenção imediata das drogas na vida do mesmo, mas sim a diminuição prevalente dos danos causados pelo uso dessas, sendo de fato uma ferramenta eficiente na tentativa de ajudar aqueles indivíduos que estão totalmente envolvidos com as drogas de uma forma tão influenciadora, que não conseguem imaginar uma vida sem o consumo das mesmas (NIEL, 2008).

Tendo em vista a perspectiva epidemiológica mossoroense que se apresenta marcada pelo uso de álcool, crack e outras drogas em consequência do seu processo de expansão territorial, econômica e populacional viu-se a necessidade de atentar para a relevância de ações de prevenção, promoção e recuperação a saúde, priorizando a abordagem dialógica numa perspectiva da redução de danos, fugindo da ideia de “guerra às drogas”.

Um dos instrumentos importantes para a prática dessa ideia é a formação de agentes, trabalhadores e lideranças comunitárias que atuam nas redes públicas de saúde, assistência social, educação, políticas para infância e adolescência, sistema de justiça, segurança e outras políticas com interface na prevenção e cuidado dos problemas relacionados ao uso de drogas. O aluno tem a oportunidade de praticar o que foi exposto e debatido em sala de aula graças à metodologia utilizada nos cursos do CRR/UERN, que parte da observação da realidade e consequentemente da identificação dos problemas e dificuldades, sendo estes que embasarão a teorização e hipótese da solução e, por fim, a aplicabilidade à realidade. Em sala, faz-se a divisão de grupos para irem aos serviços e após a captação da realidade e sob a orientação dos professores, realiza-se a construção do projeto de intervenção e sua implementação.

Assim, o CRR/UERN cumpre o intuito de articular o mundo do trabalho e da educação, criando mais um espaço de consolidação de saberes e práticas, bem como de responder à Política Nacional de Educação Permanente. Além disso, possibilita um movimento institucional de transformação, de mudança, pautado no pressuposto da aprendizagem significativa, com reflexão cotidiana da prática, principalmente da prática interdisciplinar e interprofissional.

Desenvolvimento

A ação foi realizada pela equipe de discentes do CRR/UERN, composta por duas terapeutas ocupacionais do serviço e dois enfermeiros, sendo um de um hospital regional do município de Assú e outra de um hospital do município de Baraúna, ambos no Rio Grande do Norte. Sendo efetivada no ambiente assistencial do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas III (CAPSAD-III) do município de Mossoró/RN em março de 2016.

O referencial teórico-metodológico que fundamenta a proposta da atenção psicossocial é baseado no diálogo que visa à produção de cuidados com o sujeito através da escuta, visando um atendimento mais humanizado em contraposição ao modelo de cuidado clínico da psiquiatria clássica, centrado no poder médico e fragmentador (BARROS; OLIVEIRA; SILVA, 2007).

A equipe apresentou os objetivos da intervenção, realizou dinâmicas de integração com os usuários priorizando o diálogo e a expressão dos sentimentos sobre o vínculo familiar nessa etapa de suas vidas, sobre o trabalho do CAPS-ADIII e sobre como a família se sente diante da experiência com o serviço onde seus parentes são atendidos.

Resultados e Discussões

Durante a realização da ação, percebeu-se o papel fundamental da família em relação ao apoio as pessoas que usam drogas e que atitudes simples como de cuidado, zelo, atenção e carinho, ou seja, um relacionamento afetivo saudável proporciona bem-estar e auxilia no andamento do tratamento. As famílias ainda relataram sentirem-se despreparadas para lidar com o usuário e, às vezes, acabam expressando sentimentos de inutilidade que resulta na fragilização do apoio familiar.

A equipe da unidade assistencial também expressou suas dificuldades, temores e facilidades. Sentimentos de dúvidas e de desejo de produzir um cuidado adequado foram constantes na atividade, porém muitas vezes não conseguem trabalhar com o usuário de forma eficiente.

Expôs-se também a importância da responsabilidade dos familiares com o usuário para fortalecer suas relações e também auxiliar a equipe de saúde mental no cuidado do usuário e estar como um facilitador das ações de promoção da saúde mental.

Considerações Finais

As conclusões da intervenção tornaram visíveis que o diálogo como instrumento central de cuidado a pessoa que faz uso da droga, é a alternativa mais adequada e eficaz a ser tomada e que a participação familiar e o conhecimento por estes das práticas de intervenção é essencial nas atividades diárias realizadas pelos usuários.

A inclusão e o apoio da família no tratamento fortalecem as relações no ambiente familiar, tornando-se um suporte de grande auxílio à equipe de saúde mental e um facilitador das ações de promoção da saúde. Visualizou-se também a necessidade de intervenções que busquem e tragam a perspectiva da redução de danos, ao invés da discriminação e exclusão social tão habitual a este público. A abordagem a esses usuários, seja de drogas lícitas ou ilícitas, deve partir desta perspectiva teórico-metodológica, fugindo à lógica da abstinência e “guerra às drogas” que ainda é prevalente na sociedade.

Referências

BRASIL. **Pesquisa sobre o Consumo de drogas no Brasil**. Secretaria Nacional de Políticas sobre

Drogas. **SENAD,2016**. Disponível em: <http://www.aberta.senad.gov.br/module/cover/5>.

NIEL, M. XAVIER, D. **DROGAS E REDUÇÃO DE DANOS: uma cartilha para profissionais de saúde**. 2008.

BARROS, S.; OLIVEIRA, M. A. F.; SILVA, A. L. A. Práticas inovadoras para o cuidado em saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**. v.41, n. esp., p.815-819, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v41nspe/v41nspea12.pdf>.

CENTRO DE INCUBAÇÃO TECNOLÓGICA DO SEMIÁRIDO – CITECS

Área Temática: Educação
Jacinta de Fátima Martins Malala
(jacintamalala@hotmail.com)
Ana Augusta da Silva Campos
Débora Regianne Melo Costa
Andrea Kaliany da Costa Lima
Simone Gurgel de Brito

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

O Centro de Incubação Tecnológica do Semiárido – CITECS é um projeto de continuidade do Departamento de Administração. Trata-se de uma incubadora de empresas de base tecnológica e tradicional, que tem como finalidade apoiar micro e pequenos negócios. É proporcionado ao futuro empreendedor um ambiente com infraestrutura básica, assessoria em gestão, elaboração do plano de negócio e orientação em estratégia. Para tanto, contamos com a parceria da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho da Prefeitura Municipal de Mossoró, oferecendo estrutura física e equipamentos compartilhados. Contamos também com o apoio financeiro do SEBRAE. Pretende-se com esse projeto dá continuidade às ações do CITECS introduzindo a metodologia CERNE – Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos, que é um novo modelo de atuação das incubadoras, pautado na análise e reavaliação de conceitos e no compartilhamento de experiências bem-sucedidas, alinhadas às tendências mundiais de incubação.

Palavras-chave: Empreendedores, Incubadora, CITECS

Introdução

As incubadoras de empresas são instrumentos de apoio aos negócios em sua fase inicial. Como o próprio nome sugere, este instrumento serve de berçário para microempresas, de base tecnológica ou de setores tradicionais da economia, fornecendo espaço físico, infraestrutura técnica e operacional e serviços especializados, por determinado período de tempo, em geral dois anos.

No Brasil, conforme Dornelas (2001, p. 203), “os primeiros polos tecnológicos foram criados a partir de 1984, por meio de convênios do CNPq com instituições localizadas em São Paulo – SP, Joinville – SC, Campina Grande – PB, Manaus – AM e Santa Maria – RS, com o intuito de criar empresas de base tecnológica nessas regiões (MEDEIROS et al, 1992). Essas experiências iniciais motivaram o surgimento de parques e polos tecnológicos em outras regiões do Brasil, e no

Rio Grande do Norte não poderia ser diferente. Com a criação dos polos e parques tecnológicos, o surgimento do conceito de incubadoras de empresas de base tecnológica foi natural, já que para abrigar as iniciativas empreendedoras, havia a necessidade de se construir espaços que proporcionassem um perfeito desenvolvimento desses negócios inovadores e acelerassem sua consolidação.

As incubadoras surgiram no intuito de servir de apoio ao estágio inicial de um negócio, ou seja, empresas nascentes, oferecendo facilidades como ambiente compartilhado, flexível e encorajador (ANPROTEC, 1998). Além de assessoria na gestão técnica e empresarial da organização, sendo a inovação a sua estratégia competitiva de trabalho. Assim, uma incubadora de empresas “é um mecanismo – mantido por unidades governamentais, universidades, grupos comunitários, etc. – de aceleração do desenvolvimento de empreendimentos (incubadoras ou associados), por meio de um regimento de negócios, serviços e suporte técnico compartilhado, além de orientação prática e profissional.” (DORNELAS, 2001, p. 204). Portanto, o Projeto CITECS, projeto de continuidade objetiva apoiar micro e pequenos negócios e pessoas com ideias de negócio, oferecendo infraestrutura básica, assessoria em gestão, elaboração do plano de negócio e orientação em estratégia.

Desenvolvimento (referencial teórico-metodológico)

O projeto dá continuidade às ações do CITECS introduzindo a metodologia CERNE – Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos, que é um novo modelo de atuação das incubadoras, pautado na análise e reavaliação de conceitos e no compartilhamento de experiências bem-sucedidas, alinhadas às tendências mundiais de incubação. Para a Certificação no CERNE 1, o CITECS necessita desenvolver ações práticas chaves. Conseqüentemente, esse processo de implantar novas práticas tende a trazer benefícios, porque leva a revisão de procedimentos e a possibilidade de inclusão de melhorias das metodologias adotadas na atualidade.

Os procedimentos metodológicos para implementação das ações do projeto seguirão as etapas seguintes:

ETAPA 1. Implantar o modelo CERNE em seu nível de maturidade 1: Para obtenção da certificação é preciso que todos os processos chave e práticas chave do modelo CERNE estejam implantadas, com as práticas em estágio de evolução, pelo menos, inicial. Portanto, para essa etapa do projeto estão planejadas as seguintes ações:

a) Realizar um diagnóstico do estágio atual do processo de incubação do CITECS à luz do modelo CERNE e definir os procedimentos a serem adotados pela incubadora para realização de cada um

dos processos e práticas chave do modelo, incluindo a definição do estágio de evolução das práticas pretendido;

b) Implantar os processos e práticas conforme definido no item anterior, ou seja, realizar as atividades e registrar as ações desenvolvidas.

c) Para realização dessa etapa do projeto será fundamental o acompanhamento de consultoria especializada e credenciada para orientação e apoio à equipe gestora da incubadora.

ETAPA 2. Adquirir licença de uso de software para gerenciamento da incubadora no âmbito do CERNE: É de suma importância que a incubadora disponha de um software para auxiliar no planejamento, nos registros e nos controles de suas ações.

ETAPA 3. Realizar ações de capacitação, assessoria e consultoria para os empreendimentos incubados alinhados aos cinco eixos do negócio: empreendedor, tecnologia, capital, mercado e gestão. O núcleo principal do processo de incubação consiste no apoio ao desenvolvimento do empreendedor (pessoal) e do empreendimento (empresarial) e para tanto a incubadora necessita realizar ações de capacitação, assessoria e consultoria alinhados aos cinco eixos do negócio, assim como apoiar a participação dos empreendedores em eventos, rodadas de negócio, etc. Além de contar com professores da própria universidade, a incubadora precisará acessar profissionais de mercado para atender as necessidades dos incubados nesse aspecto.

ETAPA 4. Capacitar a equipe gestora da incubadora através da realização de visitas técnicas e participação em cursos oferecidos pela ANPROTEC: Desde o início de sua operação junto à UERN, o CITECS passou por mudanças em sua equipe gestora motivadas principalmente por afastamento de professores para realização de pós-graduação, inclusive durante a execução do projeto de preparação da incubadora para implantação do modelo CERNE. Como consequência dessas mudanças, alguns membros da atual equipe ainda não participaram de cursos promovidos pela ANPROTEC, dentre eles o workshop e o curso do CERNE. Além disso, mudanças dessa natureza ainda poderão ocorrer daqui por diante, inclusive ao longo da execução do presente projeto. Por outro lado, a ANPROTEC e a Rede Potiguar de Incubadoras e Parques Tecnológicos – REPIN vêm promovendo atividades com o objetivo de profissionalizar cada vez mais a gestão das incubadoras e de proporcionar melhorias e agregar valor às ações de suas associadas, respectivamente. Diante do exposto, consideramos fundamental que o presente projeto contemple atividades de capacitação para a equipe gestora do CITECS tais como:

- Realizar visitas técnicas a incubadoras referenciadas no modelo CERNE para intercâmbio e troca de experiências.
- Participar de cursos promovidos pela ANPROTEC;
- Participar de atividades promovidas pela REPIN.

EPATA 5. Obter a certificação do processo de incubação do CITECS: Concluídas todas as etapas anteriores, é chegado o momento de realizar uma auditoria prévia (interna) para identificar os últimos ajustes necessários antes da visita de avaliadores credenciados pela ANPROTEC para análise da conformidade dos processos implantados para que a certificação seja uma realidade.

Resultados e Discussão

O CITECS conta atualmente com 10 empresas incubadas, são elas: Mossoró Mariscos, comércio alimentício; Construfort JB, construção civil; Instituto Preserve, Serviços: TURBO 180, informática (TI); PETRO BRASIL, Serviços e TI; ASP ESQUADRIAS, comércio e serviços; JJ MOTOS, comércio e serviços; Âncora Comunicações, comunicações e TI; Mundial Têxtil, têxtil; Urban Vibe, têxtil; Também já graduou Armazém Leitura, livraria virtual; HDTI, Informática; TREBLA, indústria têxtil; BOLA DA EMÍLIA, indústria alimentícia; DIGIVAGAS, agencia de empregos; MUNDIAL TRAVEL, turismo. Com o Edital nº 01/2014 - SEBRAE, que visa a implantação do Modelo CERNE em seu nível de maturidade 1, pretende-se melhorar a qualidade dos serviços prestados. O Valor do Edital é de RS 161.000,00 (cento e sessenta e um mil reais).

Em sua inicial este Projeto está contratando uma consultoria especializada na implantação do Modelo CERNE. Esta assessoria vai realizar um diagnóstico do estágio atual do processo de incubação do CITECS à luz do modelo CERNE e definir os procedimentos a serem adotados pela incubadora para realização de cada um dos processos e práticas chave do modelo, incluindo a definição do estágio de evolução das práticas pretendido. Neste sentido

Neste sentido, está sendo desenvolvido o Projeto de Sensibilização para o empreendedorismo Inovador, cujo objetivo é oferecer capacitação aos empreendedores, estudantes e a comunidade local. Tal ação vem no sentido de sistematizar as práticas do processo de Sensibilização e Prospecção.

Considerações Finais

O CITECS desenvolve atividades juntos às empresas incubadas na perspectiva de apoiá-las para o seu crescimento e desenvolvimento, gerando, dessa forma, mais empregos e contribuindo

para o desenvolvimento local. Com a implantação do Modelo CERNE, no nível de maturidade 1, o CITECS busca contribuir com ações mais efetivas para a formação de uma cultura empreendedora na região de sua atuação.

Referências

ANPROTEC. Manual de Acompanhamento e auto avaliação de incubadoras e empresas. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

CERNE – Centro de Referência para apoio a Novos empreendimentos. Termo de referência. Brasília, DF: ANPROTEC, 2011.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios. 12 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

GIL, Antônio Carlos. Gestão de pessoas: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.

MEDEIROS, José Adelino et al. Polos, Parques e Incubadoras: a busca da modernização e competitividade. Brasília: CNPq, IBICT, SENAI, 1992.

ZOUAIN, Desirée Moraes. **Parques tecnológicos: planejamento e Gestão.** Brasília: ANPROTEC: SEBRAE, 2006.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

**CONTRIBUIÇÕES DA FORMAÇÃO DO CRR PARA ENFERMAGEM E PARA O
DIREITO: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Área da Temática: Educação

Marina Costa do Vale¹

(marina_dovale@hotmail.com)

Victor Hugo Meneses da Silva²

Magda Fabiana do Amaral Pereira³

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN

Resumo:

O Centro Regional de Referência para a Formação em Políticas sobre Drogas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – CRR UERN vem como mais um instrumento de mostrar a realidade dos usuários do álcool e outras drogas, mostrando as outras facetas e realidades daqueles que fazem o consumo dessas substâncias. O relato da experiência vivida pelos bolsistas vem como prova real do alcance do objetivo do CRR UERN na sociedade, enfatizando a importância para as áreas da enfermagem e do direito em suas profissões e a importância para a formação.

Palavras-chave: Instrumento; Usuários; Experiência.

Abstract:

The Reference Regional Centre for Training in Drug Policy of the University of Rio Grande do Norte State - CRR UERN comes as another tool to show the reality of alcohol and other drugs users, showing the other facets and realities of those who do the consumption of these substances. The account of the lived experience of scholarship comes as a real sign of the scope of the purpose of CRR UERN in society. Emphasizing the importance for the areas of nursing and law in their professions and the importance for training.

Keywords: Instrument; Users; Experience.

¹ Graduanda da Faculdade de Enfermagem pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

² Graduando da Faculdade de Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

³ Mestra em Saúde Pública – MSP pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará e orientadora do presente artigo.

1 Introdução

O CRR UERN teve o início de suas atividades em Mossoró desde outubro de 2015, no intuito de capacitar - na perspectiva do estímulo ao protagonismo do usuário, do fortalecimento do trabalho em rede assistencial, da ancoragem nas políticas sobre drogas e nos direitos humanos – os profissionais, voluntários e estudantes de diversas áreas, a saber: saúde, desenvolvimento social, educação, segurança pública, trabalho e renda, cultura.

Propomos no presente escrito relatar, a partir da experiência enquanto bolsistas e docente do CRR UERN, a atuação teórico-metodológica desse Centro e suas contribuições para a Enfermagem e para o Direito.

2 Desenvolvimento

2.1 A experiência do Centro Regional de Referência para Formação em Políticas sobre Drogas – CRR-UERN.

O presente relato de experiência é um texto que tem por objetivo relatar a experiência formativa do CRR UERN de modo que possa contribuir para o Direito e para a Enfermagem. Ou seja, ele traz as metodologias/ações utilizadas nos cursos do Centro e no projeto de intervenção, bem como os resultados/impressões que a vivência traz àquele que a viveu².

Além de ponderações e reflexões, o relato de experiência deverá carregar a responsabilidade de poder ser base bibliográfica para outros autores que buscarem se empenhar naquele determinado assunto, fornecendo todas as informações básicas que os leitores precisam sobre determinado tema².

Quanto ao Centro Regional de Referência para Formação em Políticas sobre Drogas (CRR), é um centro vinculado a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), com financiamento da universidade e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Ministério da Justiça (MJ), após atender às prerrogativas dispostas no Edital de Chamamento Público nº 08/2014-SENAD/MJ¹.

Os processos de formação são desenvolvidos em parceria com a gestão municipal de Saúde e Assistência Social, incluídas as instituições que trabalham com a problemática das

drogas e em defesa da cidadania além da instituição formadora UERN, de acordo com a realidade local, orientados pelos princípios e diretrizes do SUS e SUAS⁶.

O CRR oferta cursos que são voltados para os profissionais e os alunos das áreas da saúde, educação, assistência social, direito e segurança pública. O curso é dividido em momentos de aula teórica e presenciais e em momentos em que o aluno participante é incentivado a práticas para elaboração de projetos de intervenção na realidade sobre a temática de uso/abuso de álcool e outras drogas, para fortalecer os processos formativos, bem como os serviços nos quais atuam, unindo os docentes responsáveis, bolsistas e voluntários participantes e os alunos das ofertas com os profissionais e serviços/territórios⁶.

3 Resultados e Discussões

3.1 Contribuições do CRR para a enfermagem e para o direito:

Aqui, traremos alguns relatos das experiências vividas no CRR UERN, tentando pautar a relevância dos cursos e processos formativos do CRR para as áreas da enfermagem e do direito. Ambas foram eleitas para discussão neste artigo por serem as áreas de formação dos bolsistas que ora escrevem. Enquanto acadêmicos de Enfermagem e Direito, vislumbramos sistematizar as principais contribuições da formação em políticas sobre drogas do CRR no qual atuamos.

3.1 No âmbito da Enfermagem

Ao início das atividades do CRR UERN para os bolsistas e voluntários foram fornecidos materiais para estudo no intuito de que houvesse uma aproximação com os temas a serem ministrados nas aulas que contariam com a participação desses bolsistas e voluntários. O estudo visava trabalhar a compreensão de desvinculação do paradigma da “guerra às drogas”, bem como abordar as ferramentas utilizadas na assistência intersetorial das pessoas que usam drogas, embasadas nas políticas sobre drogas e direitos humanos.

Pontuamos aí uma inicial contribuição para a Enfermagem quando propõe uma perspectiva diferente da hegemônica de se trabalhar com o usuário de modo a não estigmatizar, culpabilizar ou reprimir o uso a partir única e exclusivamente das abordagens tradicionais proibicionistas, medicamentosas e ancoradas na abstinência para todas as pessoas.

Nessa perspectiva também, colocamos que, no âmbito da Enfermagem, o CRR UERN traz a importância do cuidado em rede aos usuários de substâncias psicoativas (SPA), desde a Atenção Primária em Saúde (APS) até Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e de reabilitação, assim como aborda ferramentas de intervenção para a atuação dos profissionais

enfermeiros em Consultórios de Rua (CdeR), trazendo aos bolsistas, voluntários e cursistas da área da Enfermagem a uma discussão e atuação para além da contrafissura, ou seja, do afã de abordar o fenômeno complexo do uso/abuso de drogas a partir de medidas incisivamente proibicionistas⁴.

No que tange a intervenção da realidade, a enfermagem é considerada como uma prática social e por isso precisa vivenciar a realidade e tentar transformá-la, na vivência do curso isso acontece através do contato dos bolsistas, voluntários e cursistas com a proposta metodológica do projeto de intervenção, essa proposta é uma importante ferramenta para atuação nos territórios, estimulando a enfermagem como uma prática social. Sendo assim esse projeto se configura no momento de atuação que deve ser típico dessa área, dando oportunidade aos bolsistas, voluntários e cursistas a terem uma formação extramuros que os levem a uma intervenção a partir de sua realidade e da vivência.

Além do processo formativo supramencionado, o interesse e aumento pelas pesquisas nessa área foi notável e o interesse de alunos e cursistas nessa temática nos mostra a importância de termos em nossa instituição um projeto que aborde questões muitas vezes tratadas de modo superficial nos currículos acadêmicos, mas que se configuram como problemáticas reais nos territórios e campos de atuação da enfermagem.

3.2 No âmbito do Direito

Com o início das atividades do CRR em outubro de 2015, já colocado no princípio do subtópico 3.1 do presente escrito, houve as primeiras aproximações com as temáticas norteadoras da formação do Centro, sendo estas: políticas sobre drogas; níveis de intervenção; redes de atenção aos usuários de drogas; drogas: conceitos e efeitos; dentre outros. Isso, sob a forma de grupos de trabalho e exposição do conteúdo de cada grupo para os demais.

Dessa forma os alunos (bolsistas e voluntários) foram obtendo o conhecimento e a familiarização com os materiais e as políticas sobre drogas da nossa legislação, o que contribuiu para a construção do conhecimento na área do Direito. A formação do aluno atenta para um viés social-não-repressivo daquele que é usuário de drogas, entendendo-o como fruto de uma conjuntura social e como ser suscetível a problemas e dificuldades, ensejando oportunidades para o uso dessas substâncias.

Durante todo o curso, dentro da sala de aula, os professores buscavam enfatizar de forma simples e clara as possibilidades que levam o ser humano ao uso/abuso de drogas; o estudo das composições; as implicações desse uso; a reinserção social do usuário; a redução de danos; a garantia dos direitos das pessoas que usam drogas e dos direitos humanos; a

legislação que respalda as Políticas sobre Drogas, os Sistemas Nacional⁶ (SISNAD) e Municipal⁷ (SISNAD e SISMUD, respectivamente) entre outras temáticas.

Todo esse quadro temático contribui para a formação na área do Direito, tanto para bolsistas e voluntários graduandos desse curso acadêmico, como para os cursistas que atuam, estudam ou se afinam à seara jurídica, aproximando conceitos constitucionais/legislativos da atuação em territórios, serviços e pessoas que vivenciam a problemática das drogas.

O curso que dura cerca de dez encontros presenciais de três horas de duração cada, requer que ao final das aulas os alunos se submetam a feitura de um projeto de intervenção na sociedade, aplicando aquele conhecimento que foi construído no decorrer das aulas expositivas no curso de formação. Desta forma, a própria sociedade colhe as benesses que o CRR UERN implantou, formando profissionais mais compreensivos da realidade do usuário.

Mostrar a importância de uma sociedade mais inclusiva e informada, que proporcione um espectro de igualdade aos usuários é um dos objetivos do curso de formação. Afinal, quando alguém que se acha numa posição hierarquicamente inferior, se vê por igual aos outros, sem preconceitos, o trabalho se torna mais fácil de ser desenvolvido.

4 Considerações Finais

Com esse relato sobre a vivência de bolsistas do Direito e da Enfermagem e de docente do CRR UERN, podemos compreender cada vez mais a importância da abordagem das políticas voltadas às drogas para processo formativo de profissionais e estudantes das áreas citadas. Até porque, trata-se de um assunto imbuído de carga estigmatizante e do paradigma da guerra às drogas que necessita ser desconstruído na atuação dos trabalhadores.

A formação do Centro, indubitavelmente, promove uma ampliação do espectro de atuação dos profissionais das referidas áreas para além do que o currículo acadêmico permite. Consequentemente, o bolsista do Direito e da Enfermagem conseguirá, ao vivenciar a participação nos processos formativos do CRR UERN, transformar sua práxis reconhecendo o protagonismo do usuário de drogas, os direitos humanos, a dinâmica territorial determinante para as formas de uso, a relevância do trabalho em rede assistencial que necessita de ambas as áreas para se efetivar. Para isso, os trabalhadores e futuros profissionais carecem de capacitação e a do CRR UERN é considerada pelo Governo Federal (Ministério da Justiça) de referência para Mossoró e região.

Referências

1. BRASIL. **Portaria de nº 81, de 10 de novembro de 2014**. Disponível em: <http://www.obid.senad.gov.br/portais/OBID/biblioteca/documentos/329808.pdf>. Acesso em: 12. Out 2016.
2. ESCRITA ACADÊMICA. **O relato de experiência**. Disponível em: <http://www.escritaacademica.com/topicos/generos-academicos/o-projeto-de-pesquisa/>. Acesso em: 10. Out 2016.
4. LANCETTI, Antônio. **Contrafissura e plasticidade psíquica**. Ed 1. São Paulo. Hucitec, 2015. 136p.
5. PEREIRA, Magda Fabiana do Amaral. **Sistema Municipal de Políticas Sobre Drogas – SISMUD**. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Desktop/SISTEMA%20MUNICIPAL%20DE%20POL%C3%8DTICAS%20SOBRE%20DROGAS%20-%20SISMUD.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.
6. PEREIRA, Magda Fabiana do Amaral; SOARES, Francisco Rafael. **Políticas Sobre Drogas**. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows/Desktop/Pol%C3%ADticas%20sobre%20Drogas.pdf>. Acesso em: 12. Out 2016.
6. PROEX-UERN. **Edital nº 017/2015 – PROEX/UERN**. Disponível em: http://www.uern.br/controladepaginas/proex-editais-2015/arquivos/3063edital_na_017.2015_divulga_bolsas_para_o_crr.pdf. Acesso em: 10 out. 2016.

**CURSO DE CAPACITAÇÃO PARA CONDUTORES DE TURISMO, UMA
ALTERNATIVA PARA O JOVEM MORADOR DE NATAL E REGIÃO
METROPOLITANA**

Área Temática: Educação
Marília Medeiros Soares
(mariliamarinho@yahoo.com.br)
Maria Daniele da Silva
Jarileide Cipriano da Silva Nasi

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

O Curso de Capacitação para Condutores de Turismo trata-se de uma ação que visa estimular a geração de emprego para os jovens moradores da Zona Norte de Natal e cidades circunvizinhas, criando oportunidades nas atividades turísticas de forma comprometida com a conservação ambiental e com a qualidade nos serviços turísticos. O desenvolvimento deste curso tem como função combater a falta de perspectiva profissional dos jovens moradores do entorno do CCUERN (Complexo Cultural da UERN), atendendo assim à função social a que a UERN se propõe com sua instalação nessa localidade. Outras importantes funções desse curso são a divulgação da Graduação em Turismo e a oportunidade dos graduandos em Turismo atuarem como monitores nas diversas disciplinas propostas, adquirindo assim experiência prática e se sentindo valorizados enquanto futuros profissionais do turismo.

Palavras-chave: capacitação, condutor, turismo

Introdução

O Curso de Capacitação para Condutores de Turismo tem o objetivo de criar oportunidades para que os jovens que moram na Zona Norte de Natal e nas cidades circunvizinhas tenham trabalho e renda e que desenvolvam atividades ligadas ao turismo, de forma comprometida com a conservação ambiental, com a qualidade no atendimento e com a satisfação dos clientes/turistas. Para alcançar esse objetivo procura-se com o curso:

- a) Capacitar jovens moradores da Zona Norte de Natal e das cidades circunvizinhas como condutores de turismo;
- b) Ampliar a qualidade dos serviços turísticos, particularmente no que se refere aos condutores de turistas no litoral norte de Natal;
- c) Divulgar o curso de Turismo da UERN Natal junto ao seu público alvo;
- d) Proporcionar aos graduandos e graduados do curso de Turismo da UERN Natal uma oportunidade de difundir seus conhecimentos e de serem remunerados por seu trabalho, se

sentido assim, valorizados.

O principal público alvo do projeto são os jovens que já trabalham como condutores de turismo (associados à AOTRN - Associação dos Orientadores de Turismo do Rio Grande do Norte). A associação possui locais específicos onde os orientadores têm contato com os turistas e os acompanham em suas atividades no litoral norte potiguar. Dessa forma, após a conclusão do curso, espera-se que atuem no mercado com maior profissionalismo e preocupação com a qualidade, ética e satisfação do cliente.

Além daqueles que já trabalham com turismo, pretende-se inserir pessoas que não possuem perspectivas de trabalho na área, estimulando para que elas se associem à AOTRN e passem a ter uma ocupação, sendo assim valorizadas enquanto profissionais.

Esse tipo de iniciativa na zona norte de Natal apresenta-se com uma importante função social e uma oportunidade de qualificação profissional para os jovens, já que entre os cinco bairros com maior população jovem da cidade, quatro estão localizados na zona norte (Nossa Senhora da Apresentação, Lagoa Azul, Pajuçara, Potengi) (POPULAÇÃO, 2016).

Outro dado relevante diz respeito ao IQV (Índice de Qualidade de Vida) da zona Norte de Natal. Entre todos os bairros dessa zona administrativa, apenas um (Potengi) apresenta IQV considerado Médio (0,5 a 0,69), enquanto todos os demais apresentam IQV considerado baixo (variando de 0 a 0,49). Com esse índice é possível afirmar que os bairros da zona norte de Natal possuem as piores condições de qualidade de vida da cidade (BARROSO, 2003). Dessa forma, torna-se premente que a UERN, enquanto instituição sediada naquela localidade ofereça alternativas para que a situação, que por hora se apresenta, seja modificada.

Outras importantes funções da referida proposta são a divulgação do Curso de Turismo e a oportunidade dos alunos da graduação atuarem como monitores nas diversas disciplinas propostas, adquirindo assim experiência prática e se sentindo valorizados enquanto futuros profissionais do turismo, além de ter uma remuneração pelo seu trabalho.

Desenvolvimento

O turismo é uma atividade econômica de fundamental importância em nível mundial (WTTC, 2016; MTUR, 2016), não sendo diferente ao se pensar na escala nacional. Ao se considerar o estado do Rio Grande do Norte e mais especificamente a cidade de Natal, essa importância é ainda mais expressiva, sendo o turismo a principal atividade econômica da cidade.

Por ser tão importante, é perceptível o grande número de localidades trabalhando para atrair cada vez mais visitantes, ocasionando assim em uma considerável competitividade no setor

(Valls, 2006). As estratégias para se tornar um destino competitivo são diversas, sendo um fator fundamental a qualidade dos produtos e serviços (CHAGAS, 2010).

Entre os prestadores de serviços no turismo deve ser dada considerável importância ao orientador de turismo, pois é comum que ele aborde o turista e seja “contratado” em uma abordagem informal, podendo essa ocorrer nas vias públicas, o que ocasiona ao visitante uma sensação de insegurança.

O orientador de turismo deve possuir uma capacitação profissional abrangente, já que deve saber atuar nas áreas de primeiros socorros, observação de vida selvagem, atendimento ao turista e apresentação da história, fauna, flora e geologia da região onde trabalha, contribuindo para que o visitante adquira conhecimentos e tenha suas demandas satisfeitas da melhor forma possível.

Além de informar o turista sobre os atrativos e mediar o contato deste com o local visitado, o orientador de turismo deve ser o agente responsável pela valorização da cultura, respeito da identidade local e preservação do meio ambiente (GUIA CALUNGA, 2015). Dessa forma, a profissionalização das pessoas que trabalham nessa área apresenta-se como de fundamental importância, devendo o orientador de turismo estar atento à relação entre o local onde trabalha e o contexto global onde estão inseridos seus clientes, que apresentam desejos e demandas cada vez mais diversificados.

Em 30 de janeiro de 2014 foi publicada a portaria nº 27, que em seu artigo 8º esclarece as funções do Condutor de Visitantes como o profissional que tem a atribuição de conduzir visitantes em espaços naturais e/ou áreas legalmente protegidas, apresentando conhecimentos ecológicos vivenciais, específicos da localidade em que atua, estando permitido conduzir apenas nos limites desta área (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2014).

Resultados e Discussão

Para a realização da primeira edição do Curso de Capacitação para Condutores de Turismo existe uma preocupação em relação à qualificação dos monitores do curso, os quais são alunos e egressos do Curso de Turismo da UERN/Natal. Dessa forma, foi publicado um edital onde estavam disponíveis seis vagas, sendo uma para cada Módulo do curso (Fundamentos do Turismo; Ética e Postura Profissional; Hospitalidade e Qualidade no Atendimento; Montagem de Roteiros Turísticos e Sinalização de Trilhas; Procedimentos de Condução Turística; Segurança Coletiva e Conservação de Trilhas).

Uma das etapas do processo seletivo foi uma prova didática, onde a coordenação do projeto pôde perceber o nível de conhecimento e as principais necessidades dos candidatos. Após a

escolha dos monitores de cada um dos módulos foi realizada uma oficina de formação, onde foram apresentados os objetivos do curso, além de noções básicas de didática e oferecidas dicas para suprir algumas lacunas percebidas.

Nesse primeiro encontro foi marcada uma nova data para que os monitores apresentem um plano para os módulos do curso, além de uma nova oficina, onde cada um apresentará um resumo de sua parte no curso.

Considerações Finais

Devido à responsabilidade em oferecer um curso para o público externo, a equipe do Curso de Capacitação para Condutores de Turismo está com grande preocupação em oferecer um curso de qualidade, onde os monitores demonstrem segurança nas informações que oferecem. Dessa forma, está sendo realizado um importante trabalho de formação desses monitores, estando eles a cada dia se sentindo mais seguros consigo mesmos e com a equipe que os está dando apoio.

Percebe-se então, que mesmo não tendo sido realizado ainda o curso proposto, já se pode considerar o projeto como de sucesso, já que o processo de formação dos monitores está sendo realizado com grande responsabilidade e cuidado.

Referências

BARROSO, Arimá Viana. Mapeando a qualidade de vida em Natal. Prefeitura do Natal, Natal/RN, 2003.

BRASIL, LEI Nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Brasília/DF, 1993

CHAGAS, Márcio Marreiro das. Análise da relação causal entre imagem de destinos, qualidade, satisfação e fidelidade: um estudo de acordo com a percepção do turista nacional no destino turístico Natal. - Natal/RN, 2010

GUIA CALUNGA, Contrate Um Guia ou Conductor de Turismo Credenciado. Disponível em <http://guiakalunga.org.br/2015/11/13/contrate-um-guia-ou-conductor-de-turismo-credenciado/>. Acesso em 30 mar. 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Janeiro é o melhor mês da história do turismo brasileiro em gastos de estrangeiros. Disponível em: < <http://institucional.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

MINISTÉRIO DO TURISMO. PORTARIA Nº 27, de 30 de janeiro de 2014. Estabelece requisitos e critérios para o exercício da atividade de Guia de Turismo e dá outras providências. Brasília/DF, 2014

POPULAÇÃO, Bairros com mais jovens em Natal. Disponível em:
http://populacao.net.br/bairros-com-mais-jovens-natal_rn.html. Acesso em 30 mar. 2016

VALLS, Josep Francesc. Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WTTC. Executive summary: travel & tourism climbing to new heights: the 2006 travel & tourism economic research. Disponível em . Acesso em 24 fev 2016.

CURSOS DE SENSIBILIZAÇÃO PARA O EMPREENDEDORISMO INOVADOR

Área Temática: Educação

Ana Augusta da Silva Campos – UERN
(anaaugustacampos@yahoo.com.br)

Maria Fabiana Braz Laurentino – UERN
Jacinta de Fátima Martins Malala – UERN

José Orlando Costa Nunes – UERN
Vagner Miranda de Carvalho – UERN

Resumo

O projeto ora apresentado pretende estimular as habilidades e competências empreendedoras em estudantes das diversas áreas, comunidade em geral e empresários, com destaque para os empresários do Centro de Incubação Tecnológica do Semiárido - CITECS. O objetivo é capacitá-los para lidarem com temas relacionados à criação de empresas, visando a sensibilização para a construção de uma sociedade alicerçada numa cultura empreendedora. O CITECS é uma incubadora de empresas, criada como um projeto de extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, através do Departamento de Administração – DAD. Foi proposto como um mecanismo de capacitação no desenvolvimento de temas voltados para a criação de empresas, bem como para contribuir com a consolidação das práticas-chave do processo de sensibilização da metodologia aplicada ao Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos - CERNE.

Palavras-chave: Empreendedores. Capacitação. CITECS.

Introdução

Este projeto, intitulado *Sensibilização para empreendedorismo Inovador*, objetiva capacitar, por meio de minicursos, estudantes de diversas áreas do conhecimento, empreendedores do CITECS e a comunidade local com conhecimentos voltados para a área empreendedora. Os minicursos serão ministrados por professores do Departamento de Administração e colaboradores.

O CITECS é uma incubadora de empresas, criado como um projeto de extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, através do Departamento de Administração – DAD, com o apoio direto, em sua gestão operacional e financeira, do Departamento de Administração do serviço Brasileiro de Apoio à Micro e pequenas Empresas – SEBRAE e da Prefeitura Municipal de Mossoró – PMM. O projeto está em consonância com as atividades do CITECS, no sentido de sensibilizar e promover o

empreendedorismo.

Ainda em processo de certificação pelo Modelo CERNE 1 – Centro de Referência para Apoio a Novos Empreendimentos, o CITECS necessita desenvolver ações práticas para o processo de sensibilização, visando a promoção do empreendedorismo. Isso envolve a manutenção de “um processo sistematizado e contínuo para a sensibilização da comunidade quanto ao empreendedorismo e para a prospecção de novos empreendimentos” (CERNE, 2011, p.3). Ao ser implantado, esse processo possibilita avaliar os benefícios para a incubadora e para a região dos mecanismos de sensibilização existentes (CERNE, 2011). Dessa forma, o presente projeto se propõe a ser um mecanismo de capacitação no desenvolvimento de temas voltados para a criação de empresas, bem como contribuir para a consolidação das práticas-chave do processo de sensibilização da Metodologia CERNE.

Desenvolvimento

A capacitação, atualmente, reveste-se de um papel importante. O capital humano é o maior patrimônio de uma empresa/instituição, o maior diferencial competitivo. Para um país estar preparado para enfrentar os desafios da inovação e da concorrência, deve tornar “as pessoas ágeis, competentes, empreendedoras” (GIL, 2001, p. 121). Conforme o mesmo autor, processos relacionados à capacitação implicam no desenvolvimento de pessoas e também em educação no trabalho. Assim posto, entende-se que um dos pilares das práticas de gestão é a capacitação dos sujeitos em seus mais variados temas. Já para a formação de uma cultura empreendedora, a capacitação deve ser em temas voltados para o empreendedorismo. Em outras palavras, essa capacitação não deve ser apenas para a criação de empresas, mas para o desenvolvimento de um perfil mais empreendedor nas mais diversas áreas de atuação.

No Brasil, órgãos ligados ao Governo Federal têm o papel de incentivar a inovação e o processo de criação de empresas tais como a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, o Conselho de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, entre outros. Esse cenário demanda da política tecnológica do país consideráveis esforços de grande parte das instituições, objetivando elevar o índice de sobrevivência das empresas (ZOUAIN, 2006). Entre tais mecanismos utilizados para aumentar a sobrevivência das empresas nascentes estão as incubadoras e parques tecnológicos.

Os empreendedores buscam os parques tecnológicos e as incubadoras para apoiarem os seus empreendimentos, tendo em vista a necessidade de suporte técnico e gerencial, procurando incentivos de órgãos de fomento dirigidos a apoiar os sistemas de incubação, de tal modo que esses empreendedores possam levar adiante os seus projetos (ANPROTEC, 1998). Uma incubadora, conforme Dornelas (2002, p. 21) “ [...] é um mecanismo – mantido por entidades governamentais, universidades, grupos comunitários etc. – de aceleração do desenvolvimento de empreendimentos (incubados ou associados), mediante um regime de trabalho de negócios, serviços e suporte técnico compartilhado, além de orientação prática e profissional”.

Então, o Projeto em tela visa dar suporte ao CITECS na sistematização das Práticas-chave Sensibilização e Prospecção do CERNE. Em sua realização, o projeto contará com o apoio do CITECS, da Incubadora do Departamento de Administração – DAD, dos professores envolvidos que irão ministrar os cursos, e de uma aluna bolsista, que irá trabalhar na divulgação, matrícula e apoio aos professores. Para se inscrever nos minicursos os interessados devem pagar uma quantia de R\$ 5 reais mais 1 kg de alimento, onde o valor será utilizado para custear despesas com os cursos. Os alimentos arrecadados serão doados para instituições de caridade da cidade. As aulas serão realizadas nas salas de aula do Curso de Administração, Campus Central, localizado na Rua Antônio Campos – S/N. Costa e Silva, Mossoró/RN. O projeto ocorrerá entre 01/08/2016 a 01/08/2017.

A metodologia utilizada será a pesquisa ação, própria das atividades de extensão. Na medida em que as capacitações forem desenvolvidas, estarão buscando proporcionar uma alteração na realidade das empresas gerenciadas pelos empreendedores do CITECS, ao mesmo tempo em que procurarão alterar a perspectiva de formação do público jovem e da sociedade para a sensibilização de temas voltados para o empreendedorismo inovador.

Para a consecução do objetivo proposto foi desenhado um planejamento das atividades, com as seguintes etapas: 1 – Seleção do bolsista; 2 - Elaboração dos Programas de Cursos pelos professores, acompanhados da proposta de ementa, com carga horária de 8 horas/aulas; 3 - Elaboração do material para os inscritos; 4 – Divulgação dos Cursos; 5 – Realização dos Cursos; 6 – Avaliação dos Cursos; 7 – Elaboração do Relatório Final do Projeto. No Quadro 1 consta o Cronograma de previsão para a realização dos cursos da proposta.

QUADRO 1 - PROGRAMAÇÃO DOS CURSOS														
Responsável	Atividade	2016												
		Jan	Fev.	Mar	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set	Out	Nov.	Dez	
Professor Me. José Orlando Costa Nunes	Idéia de negócio e avaliação de oportunidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-
Professora Dra. Simone Gurgel	Logística descomplicada: gerenciando estoques	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	-
Professora Dra. Andrea Kaliany da Costa Lima.	Iniciando seu próprio negócio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-
Professora Dra. Ana Augusta Silva Campos	Planejamento estratégico para micro e pequenas empresas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X

Fonte: Elaboração Própria (2016)

CONT. QUADRO 1 - PROGRAMAÇÃO DOS CURSOS														
Responsável	Atividade	2017												
		Jan	Fev.	Mar	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set	Out	Nov.	Dez	
Professora Dra. Ana Augusta Silva Campos	Habilidade e Competências empreendedoras	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Professor Me. Wagner Miranda Carvalho	Fluxo de caixa e elaboração de plano de negócio	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Professora Esp. Jacinta Fátima Martins Malala.	Empreendedorismo: elaboração de plano de negócio	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Professor Me. Fábio Ricardo Procópio de Araújo	Finanças Empresariais	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Professora Ma. Vera Lopes Oliveira	Relações Interpessoais	-	-	-		X	-	-	-	-	-	-	-
Professor Me. José Orlando Costa Nunes	Criatividade, inovação e avaliação de oportunidades.	-	-	-	-	-	X	-	-	-	-	-	-
Professora Dra. Simone Gurgel de Brito	Tecnologias e sistemas: gerenciando as informações das Empresas	-	-	-	-	-	-	X		-	-	-	-
Professor Me. Vagner Miranda de Carvalho	Estratégia de venda e negociação								X				

Fonte: Elaboração Própria (2016)

Resultados e Discussão

O projeto ainda está em fase inicial, portanto, as atividades desenvolvidas, até o momento, foram as seguintes:

- Publicação de Edital e seleção de aluno (a) bolsista: o projeto foi contemplado com (01) uma bolsa de extensão, conforme o Edital nº 033/2016 – PROEX/UERN, do Programa Institucional de Bolsa de Extensão. Nesse processo foi selecionada e aprovada a discente Maria Fabiana Braz Laurentino.
- Reunião com a equipe de execução: foi realizada uma reunião com os professores e bolsista para a consolidação e ajustes do cronograma, além da delimitação de estratégias de ação para a divulgação e execução do projeto.
- Estratégias de divulgação: para a divulgação foram elaborados cartazes com a programação de todos os cursos. A divulgação também ocorreu por meio das redes sociais, especialmente o *Facebook*. O uso do aplicativo *WhatsApp*, igualmente foi estratégico para divulgar o projeto em grupos de discentes, do CITECS e de outros grupos de interesse que utilizam esse aplicativo como mecanismo de comunicação.

- Modelo de certificados: foi elaborado um modelo padrão de certificados para serem entregues aos participantes dos Cursos.
- Elaboração do formulário de inscrição: o formulário, com dados de identificação, deve ser preenchido pelo aluno no momento da inscrição.
- Elaboração do Questionário de avaliação: este será aplicado ao final de cada minicurso, quando o participante terá a oportunidade de avaliar o minicurso e também de fornecer sugestões de melhorias para os próximos cursos.

Considerações Finais

Ao concluir o projeto, pretende-se atingir o objetivo principal, que é capacitar os estudantes das diversas áreas do conhecimento, pessoas da comunidade local e os empreendedores do CITECS, de modo que possam se integrar na cadeia produtiva, desenvolvendo competências e habilidades para a criação de empresas. Embasadas com conhecimentos sobre a criação e desenvolvimento de negócios, as pessoas que desejam empreender, tanto em empresas privadas quanto públicas, podem estar um pouco mais preparadas para esse tipo de atividade. O projeto pretende ainda sistematizar uma das práticas-chave do Modelo CERNE, contribuindo para a certificação do CITECS.

Referências

CERNE – Centro de Referência para apoio a novos empreendimentos. **Termo de referência**. Brasília, DF: ANPROTEC, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Gestão de pessoas**: enfoque nos papéis profissionais. São Paulo: Atlas, 2001.

ZOUAIN, Desirée Moraes. **Parques tecnológicos**: planejamento e Gestão. Brasília: ANPROTEC: SEBRAE, 2006.

ENSINO DE GEOGRAFIA RUMO AO ASSENTAMENTO

Área Temática: Educação

José Erimar dos Santos

[\(jose.erimar@ufersa.edu.br\)](mailto:jose.erimar@ufersa.edu.br)

Ady Canário de Souza Estevão

Joelma Regina de Moraes Costa

Maria Alcinete Gomes de Menezes

Ranielly Leticia da Silva

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

Resumo

O presente trabalho refere-se à proposta de projeto de Extensão, cujas ações intervencionistas desenvolvem-se junto à crianças e jovens do Ensino Fundamental residentes em Assentamentos de Reforma Agrária localizados na Região Oeste do estado do Rio Grande do Norte. O objetivo geral é contribuir com a melhoria do ensino e aprendizagem da Geografia dos estudantes nessa modalidade de ensino. Especificamente busca-se aprofundar conteúdos e saberes do ensino de Geografia junto a esses estudantes; colaborar com a formação do graduando em Educação do Campo da UFERSA quanto à reflexão e às múltiplas possibilidades do ensino e aprendizagem da ciência e disciplina Geografia na região semiárida oestana potiguar, aproximando-os dos múltiplos espaços de ensino e aprendizagem, onde poderão atuar como futuros licenciados/professores, contribuindo com sua formação profissional e humana; promover aproximação da UFERSA da realidade sócio-espacial e educacional campesina na região onde se insere enquanto instituição pública de ensino superior.

Palavras chave: Ensino de Geografia. Educação do Campo. Assentamentos Rurais.

Introdução

Localizados próximos às margens de rodovias na Região Oeste Potiguar e/ou no interior de municípios potiguares, os assentamentos rurais são expressividades de luta e resistência por melhores condições de existência, frente aos *usos* agrícolas e políticos do território norte-rio-grandense, nesse *período técnico-científico-informacional* (SANTOS, 2009; SANTOS, SILVEIRA, 2002), pois como diria Santos (1994, p. 15), “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se

de uma forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida”.

Este ensaio discorre sobre um recém projeto de Extensão da UFERSA, que objetiva contribuir com a melhoria do ensino e aprendizagem da Geografia junto a estudantes do Ensino Fundamental residentes em Assentamentos rurais localizados na Região Oeste do estado do Rio Grande do Norte, estimulando licenciados em Educação do Campo quanto à reflexão e às múltiplas possibilidades do ensino e da aprendizagem da ciência e disciplina Geografia no espaço-tempo contemporâneo.

Entende-se ser o processo de ensino e aprendizagem de alunos residentes em assentamentos rurais prejudicados, em função da mobilidade espacial à qual estão submetidos essas crianças e jovens em idade escolar. Dessa forma, enfrentam muitas dificuldades quanto à locomoção, falta de vagas, falta de transporte do assentamento até à escola, além das práticas pedagógicas das escolas convencionais, nesses subespaços, nem sempre atenderem os fins/interesses do aluno do campo, no sentido de que a *vivência* como o ponto de partida para a construção do conhecimento (geográfico) nem sempre é levada em consideração no processo de ensino e aprendizagem.

Buscando contribuir com a solução dessa problemática lança-se o projeto **Aproximações entre a Geografia e Crianças e Jovens do Ensino Fundamental Residentes em Assentamentos Rurais do Oeste Potiguar**. A nível local articula pesquisa e ensino, estimulando o desenvolvimento de pesquisas e o aprofundamento de práticas pedagógicas relativas ao ensino e à aprendizagem da disciplina Geografia, no sentido de que envolve alunos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEDOC) na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA).

Concepção de Geografia e de seu Ensino

Utiliza-se como referencial o materialismo histórico-dialético, no sentido de que, para uma compreensão mais próxima da realidade, há a necessidade de uma apreensão da dinâmica da realidade socioespacial à qual as comunidades estão inseridas, das relações entre as classes sociais que usam o *território* e da necessidade de uma compreensão significativa entre sujeito (alunos) e objeto (conhecimento) através da articulação entre teoria e prática. É uma concepção que privilegia processos históricos e que privilegia a *experiência* dos alunos como ponto de partida na construção do conhecimento com amparo em discussões filosóficas e análises contextualizadas do *Lugar* onde existem e

resistem. Dessa forma, ampara-se em noções como: *território usado, período técnico-científico-informacional, ensino de Geografia, Educação do Campo e vivência*. Autores como Santos (1988, 1994, 2008, 2008a, 2009, 2012) e Santos e Silveira (2002) fazem perceber que “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social” (SANTOS, 1994, p. 15), possibilidade imprescindível de uma compreensão mais significativa do que é a Geografia de fato, já que possibilita compreender que o espaço geográfico, objeto desta disciplina e ciência social é *um híbrido*, do qual nossa existência não é realizada.

A maneira como o território é usado por *firmas do agronegócio* e o Estado acirra o mercado de terras, cujo resultado é a perda do controle por parte da população e aumento das dificuldades de acesso. Isso aumenta a exclusão de grupos locais, restando-lhes a luta e resistência, sendo os assentamentos expressões desse processo. Assim, “a luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta” (FERNANDES, 2001, p. 1). É nessa condição geográfica que crianças e jovens em idade escolar de Ensino Fundamental estão inseridas, sendo o processo de ensino e aprendizagem por essa situação influenciada, vindo o referido projeto contribuir com o ensino e aprendizagem desses alunos.

Com Werthein e Bordenave (1981) entende-se que na educação de crianças e jovens residentes no campo, se deve considerar as características socioeconômicas e culturais dos alunos e sua visão do mundo. Assim, para o ensino e a aprendizagem serem significativos deve-se ter a vivência como a metodologia (GIORDANI, TONINI, COSTELLA, et al., 2014).

No Artigo 28 da Lei Nº 9.394/96, em seu inciso I, há que se levar em consideração metodologias apropriadas quando do ensino às crianças e jovens em idade escolar residentes no campo. Por isso, o profissional em Educação do Campo precisa atentar-se para esta realidade. Com o desenvolvimento deste projeto de extensão, os licenciandos da LEDOC envolvidos estão capacitando-se mais profissionalmente para atender a população do campo.

Resultados e Discussão

Como a referida ação extensionista iniciou-se há pouco tempo, setembro de 2016, não dispõe-se de resultados significativos, ainda que parciais. Nesse sentido, elencam-se os procedimentos metodológicos que estão sendo realizados e os que serão:

a) **levantamento bibliográfico** e seleção de textos-base sobre Ensino de Geografia e Educação do Campo com foco nas questões relacionadas a assentamentos rurais. Esta atividade está sendo desenvolvida pelo coordenador do projeto e membros-integrantes, devendo acontecer durante todo o período de execução do projeto, afim de que se tenha, no final, um acervo bibliográfico que sirva de estudos e pesquisas no Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFERSA.

b) **formação de um grupo de estudos e discussões (Espaço de Diálogos Temáticos)** coordenado pelo coordenador do projeto que funciona todas as terças-feiras a partir das 14 horas.

c) **levantamento de informações** junto à Escola Municipal São Romão, escola de realização do projeto, visando diagnóstico acerca do ensino e da aprendizagem de conteúdos referentes ao Ensino de Geografia, buscando identificar necessidades, para em seguida, podermos **planejar, elaborar e executar** as atividades de intervenções. Tais **ações intervencionistas** dar-se-ão através de d) **Oficinas Temáticas** realizadas na escola com referenciais apropriados. Os alunos da LEDOC terão como sujeitos de interações educacionais, alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, conforme o Projeto Pedagógico do Curso (PPC, LEDOC/UFERSA, 2013). Todas essas etapas propiciarão articulação dos três eixos que constitui a universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão). As atividades referentes ao **levantamento bibliográfico** e à **formação do grupo de estudos e discussões (Espaço de Diálogos Temáticos)** articulam Pesquisa e Ensino. Já nas etapas **levantamento de informações** junto às crianças e jovens dos assentamentos acerca do ensino e da aprendizagem de conteúdos ligados ao Ensino de Geografia, juntamente com as atividades intervencionistas (**Oficinas Temáticas**), articulam Extensão, Pesquisa e Ensino.

Considerações Finais

Diante disso, destaca-se a contribuição ao ensino e a aprendizagem de conteúdos e saberes ligados a Geografia, fortalecendo a qualidade educacional formal dos envolvidos. Com a LEDOC, contribuirá com o fortalecimento do curso ao desvelar questões ligadas a totalidade-mundo presente nas comunidades mais interioranas da zona rural, no atual período histórico, desmistificando ainda mais a visão que lamentavelmente ainda é transmitida de uma relação campo-cidade dada de maneira dicotômica, além de constituir-se em uma fonte de informações e dados ligados aos processos socioespaciais

ligados ao uso do território na região nordeste semiárida que poderá interessar a diversos profissionais da academia. Dessa forma, esse projeto é de fundamental importância para os profissionais em formação, no sentido de que terão de forma mais ampla uma compreensão da realidade em que poderão atuar, refletindo sobre suas práticas, os alunos e a comunidade com os quais poderão se envolver.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei Nº. 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

FERNANDES, B. M. A ocupação como forma de acesso à terra. In: XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos, Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf. Acesso em 26/05/2016.

GIORDANI, A. C.; TONINI, I. M.; COSTELLA, R. Z. [et al.]. (Org.). **Aprender a ensinar Geografia: a vivência como metodologia**. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, São Paulo, n. 5. AGB, 1988. p. 9-20.

_____. O retorno do território. In SANTOS, M.; SOUZA, M. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1994, p. 15-20.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008. (Coleção Milton Santos; 11).

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008a. (Coleção Milton Santos; 7).

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo, Ed. Edusp, 2009. (Coleção Milton Santos; 1).

_____. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2012. (Coleção Milton Santos; 10).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO. **Projeto Pedagógico do Curso de Graduação (Licenciatura) em Educação do Campo – PPC/LEDOC**. Mossoró, 2013.

WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. (Orgs.). **Educação Rural no Terceiro Mundo: experiências e novas alternativas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FINANÇAS COMPORTAMENTAIS: UM ESTUDO COM GERENTES BANCÁRIOS DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ/RN

Área Temática: Educação

Sabrina Paulino de Oliveira
(sabrinajucurutu97@yahoo.com.br)
Antonia Thamara Oliveira Campelo
Wênika Preston Leite Batista da Costa
Jandeson Dantas da Silva
Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

O projeto Finanças Comportamentais é uma ação de pesquisa e de extensão realizada pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Suas atividades foram iniciadas no ano de 2014 e ao longo de dois anos de execução, pesquisas vem sendo desenvolvidas no sentido de buscarem investigar o comportamento dos tomadores de decisão e, por meio de análise e relatórios, levar sua contribuição a estes usuários, indicando de que forma os vieses cognitivos e seu comportamento estão interferindo no processo decisório. No semestre 2016.1, o projeto tem como objetivo geral identificar os fatores influenciadores no processo de tomada de decisão dos gerentes bancários do município de Mossoró/RN, evidenciando assim os vieses cognitivos mais comuns que contribuem para o processo decisório e indicando de que forma o comportamento dos gerentes afeta o processo de tomada de decisões.

Palavras-chave: Finanças Comportamentais, Tomada de decisão, Vieses cognitivos.

Introdução

O projeto Finanças Comportamentais é uma ação de pesquisa e de extensão realizada pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Suas atividades foram iniciadas no ano de 2014 e ao longo de dois anos de execução, pesquisas vem sendo desenvolvidas no sentido de buscarem investigar o comportamento dos tomadores de decisão e, por meio de análise e relatórios, levar sua contribuição a estes usuários, indicando de que forma os vieses cognitivos e seu comportamento estão interferindo no processo decisório. Atualmente o projeto conta com quatro alunos pesquisadores, que atuam de forma voluntária, com o apoio e orientação de três professores do curso em questão.

Estudos na área de finanças comportamentais versam sobre os erros nos modelos tradicionais descritivos de finanças referentes às hipóteses de comportamentos cognitivos. As

pesquisas avançaram incorporando temas como psicologia e economia com o intuito de esclarecerem o processo de decisão no ambiente financeiro (ARAUJO NETO et al., 2016).

Racionalidade refere-se ao processo de tomada de decisão que se espera que leve ao resultado ótimo, dada uma avaliação precisa dos valores e preferências de risco do tomador de decisões. O modo racional é baseado em um conjunto de premissas que determinam como uma decisão deve ser tomada em vez de descrever como uma decisão é tomada. Embora a estrutura restringida pela racionalidade considere que os indivíduos tentam tomar decisões racionais, ela reconhece que muitas vezes falta aos tomadores de decisões informações importantes referentes à resolução do problema, aos critérios relevantes e assim por diante. As decisões irracionais resultantes refletem uma confiança em vieses intuitivos que despreza toda a gama de possíveis consequências. Embora os conceitos de racionalidade restringida e do sacrifício da melhor solução em favor de outra razoável sejam importantes para mostrar que o julgamento se desvia da racionalidade, eles não dizem como o julgamento sofrerá vieses. Esses conceitos ajudam os tomadores de decisões a identificar situações nas quais podem estar agindo com base em informações limitadas, mas não ajudam a diagnosticar os vieses sistemáticos específicos, direcionais que afetam o julgamento (BAZERMAN, 2004).

Em recente pesquisa realizada por Araujo Neto et al. (2016) com gerentes de bancos públicos do Distrito Federal buscou-se verificar se os gerentes de bancos estatais, autorizados a recomendar investimentos, sofrem influência de opiniões externas em decisões de aquisição de ativos financeiros. Com os resultados, concluiu-se que a opinião do analista não influencia a forma de qualificar as ações da empresa, porém foram achadas fortes relações entre a opção de compra e a opinião do analista.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral identificar os fatores influenciadores no processo de tomada de decisão dos gerentes bancários do município de Mossoró/RN, evidenciando assim os vieses cognitivos mais comuns que contribuem para o processo decisório e indicando de que forma o comportamento dos gerentes afeta o processo de tomada de decisões. Em seguida, após o levantamento destas informações, serão elaborados relatórios individualizados, que serão entregues a cada participante da pesquisa, com informações que irão conduzir e contribuir para uma melhor tomada de decisão racional. Desta forma, a pesquisa torna-se relevante por possibilitar informações úteis aos usuários externos, evidenciando assim a contribuição da contabilidade, além de aproximar a universidade do ambiente externo.

Desenvolvimento (referencial teórico – metodológico)

A extensão universitária, conforme os termos do Plano Nacional de Extensão

Universitária, pode ser entendida como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável para viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade (BRASIL, 2004).

Neste contexto, Freire (2002, p. 32) afirma que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”. Desta forma, verifica-se a relevância da pesquisa/extensão para a construção de conhecimentos dos educandos, contribuindo assim para o processo de ensino-aprendizagem de forma mais eficaz.

Os estudiosos das finanças comportamentais provocaram mudanças significativas nas teorias de finanças anteriormente vigentes, principalmente no que diz respeito aos investidores, os quais deixaram de ser considerados totalmente racionais, como defendido inicialmente, para serem considerados indivíduos simplesmente normais (HALFELD, TORRES, 2001).

Neste contexto, Bazerman (2004) apresenta treze vieses comuns que afetam a capacidade de julgamento das pessoas, especificamente, dos administradores, salientando-se que estes vieses são ocasionados pelas heurísticas do julgamento, que oferece aos administradores e outros profissionais pressionados pelo tempo um modo simples de tratar com um mundo complexo, usualmente produzindo julgamentos corretos ou parcialmente corretos. O autor destaca que a única desvantagem dessa heurística é que frequentemente os indivíduos não estão conscientes de que confiam nela e, infelizmente, a aplicação errônea da heurística em situações inadequadas desencaminha as pessoas. No Quadro 1, a seguir, serão apresentados os treze vieses abordados pelo autor.

Quadro 01 – Vieses cognitivos

Vieses	Breve descrição
Facilidade de lembrar (com base na vividez e na recentidade)	Trabalhando de memória, exemplos vívidos do comportamento de um empregado (positivos ou negativos) serão mais facilmente recuperados pela memória, parecerão mais numerosos do que eventos comuns e, portanto, receberão pesos maiores na avaliação de desempenho.
Recuperabilidade (baseada em estruturas de memória)	A avaliação que os indivíduos fazem da frequência de eventos sofre viés com base no modo como as estruturas de memória afetam o processo de busca.
Associações Pressupostas	Sempre há, no mínimo, quatro situações diferentes a considerar quando se quer avaliar a associação entre dois eventos dicotômicos. Contudo, no processo cotidiano de decisão comumente, ignora-se esse fato cientificamente válido.
Insensibilidade aos índices básicos	Empreendedores pensam que os índices básicos dos fracassos não são relevantes para sua situação e, como resultado, muita gente perde tudo que poupou na vida.

Insensibilidade ao tamanho da amostra	Ao responder problemas relacionados com amostragem, as pessoas frequentemente usam a heurística da representatividade. Como resultado, ignoram o tamanho da amostra que é crítico para uma avaliação precisa do problema.
Interpretação errada da chance	A chance é comumente vista como um processo autocorretivo no qual um desvio em uma direção induz um desvio na direção oposta para restaurar o equilíbrio.
Regressão à média	Tende-se a desenvolver previsões ingênuas com base na presunção de perfeita correlação com os dados passados.
A falácia da conjunção	Se a conjunção criar mais compatibilidade intuitivas com eventos, atos ou pessoas vívidas do que um componente da conjunção, é provável que a conjunção seja percebida falsamente como mais provável do que o componente.
Ajuste insuficiente da âncora	A tendência a fazer ajustes insuficientes é um resultado direto da heurística de ancoragem e ajuste. As heurísticas estão correntemente servindo como nossas âncoras cognitivas e são fundamentais para o nosso processo de julgamento.
Vieses de eventos conjuntivos e disjuntivos	A superestimação de eventos conjuntivos é uma poderosa explicação para os problemas de cronograma que ocorrem tipicamente com projetos que requerem planejamento multiestágio.
Excesso de confiança	Quando se solicita a indivíduos que estabeleçam uma faixa de confiança ao redor de uma resposta, sua estimativa inicial serve como uma âncora que causa um viés na sua estimativa dos intervalos de confiança para cima e para baixo.
A armadilha da confirmação	A existência da armadilha da confirmação implica que é a busca de evidências desafiadoras, ou desconfiratórias, que vai prover as percepções mais úteis.
Previsão retrospectiva (<i>hindsight</i>) e a maldição do conhecimento	Em geral as pessoas não são muito boas para recordar ou reconstituir como uma situação incerta lhes parecia antes de saber os resultados da decisão. O viés da previsão retrospectiva ocorre quando pessoas reexaminam seus próprios julgamentos bem como os de outros.

Fonte: Adaptado de Bazerman (2004).

Assim, verifica-se que a interferência de vieses comportamentais e emocionais nas decisões financeiras tomadas pelos indivíduos é o foco principal de um novo campo de pesquisa denominado finanças comportamentais, o qual objetiva entender os mecanismos utilizados no processo decisório destes indivíduos. Neste sentido, este estudo tomará como base pesquisas já realizadas, como a de Lencini e Andrade (2016), que se propôs pesquisar a tomada de decisão de investidores financeiros e seu comportamento, para então descrever o seu perfil, analisando o perfil de investidores de agências bancárias do município de Porto Alegre/RS. Com os resultados, foi possível concluir que a

maior parcela dos entrevistados apresentou um comportamento conservador, preferindo proteger seu capital com investimentos em ativos de renda fixa, em vez de arriscar com ativos de renda variável.

Quanto aos aspectos metodológicos, o projeto contará com encontros semanais, os quais a cada semana será desenvolvida uma etapa do projeto e, com orientação e supervisão dos professores, os alunos pesquisadores irão desenvolvendo as etapas da pesquisa. No ano de 2015 foi desenvolvida a seguinte pesquisa: “Finanças Comportamentais: um estudo exploratório sobre o comportamento racional e irracional dos tomadores de decisão sobre as informações produzidas pela contabilidade gerencial”, na qual investigou-se o comportamento de oito tomadores de decisão do município de Mossoró e ao final de todo o trabalho produzido, por meio de relatórios individualizados, foram dispostos a estes usuários informações com o objetivo de contribuir para uma tomada de decisão baseada na racionalidade. Ressalta-se que os resultados frutos desta pesquisa foram apresentados no II Fórum de Extensão do Oeste Potiguar, VIII Colóquio de Extensão e I Salão de Extensão, com o objetivo de apresentar à comunidade a contribuição do projeto.

No ano de 2016, o projeto deu início as suas atividades no semestre 2016.1, especificamente no mês de agosto. Nas primeiras semanas planejou-se o campo de estudo escolhido, tema, problemática e objetivos da pesquisa. Após esta definição, iniciou-se a pesquisa de referencial teórico pertinente ao tema, que apresenta a fundamentação necessária para as questões de pesquisa, justifica o objetivo do trabalho e norteia a estruturação do instrumento de coleta de dados.

No mês de setembro, foi desenvolvida a metodologia da pesquisa, que se classifica, por sua natureza, como descritiva, que segundo Gil (2002) e Andrade (2002) tem como principal objetivo descrever características de uma determinada população, preocupando-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, onde o pesquisador não interfere neste processo. Vários estudos se utilizam da pesquisa descritiva para análise e descrição de problemas relacionados ao campo contábil, em que normalmente ocorre por meio do emprego de técnicas estatísticas, desde as mais simples às mais sofisticadas (RAUPP; BEUREN, 2003). Desta forma, a aplicação da abordagem descritiva na pesquisa contribui para identificar os fatores influenciadores no processo de tomada de decisão dos gerentes bancários do município de Mossoró, localizado no interior do Rio Grande do Norte.

Com relação aos procedimentos, esta pesquisa trata-se de um levantamento de dados, onde consiste em uma coleta de dados de uma população. De acordo com Gil (2008), uma das características mais significativas desta abordagem está no uso de técnicas padronizadas de coleta de dados, onde são solicitadas informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para que, em seguida, mediante a análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes

aos dados coletados. No que diz respeito à Contabilidade, o estudo de levantamento é utilizado quando a população é numerosa, em que há impossibilidade de estudar detalhadamente cada objeto ou fenômeno especificamente. Contudo, ressalta-se que este fato não torna este tipo de pesquisa irrelevante; pelo contrário, muitas vezes é de fundamental relevância para a proposição de mudanças e até mesmo para identificar se o direcionamento das decisões está correto (RAUPP; BEUREN, 2003).

Quanto à abordagem do problema trata-se de uma pesquisa quantitativa, caracterizando-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados. A utilização da pesquisa quantitativa torna-se bastante comum em estudos de levantamento, com o objetivo de entender por meio de uma amostra o comportamento de uma população, tornando-se relevante à medida que se utiliza de instrumentos estatísticos desde a coleta até a análise e o tratamento dos dados (RAUPP; BEUREN, 2003).

A coleta de dados desta pesquisa se deu através de um levantamento de materiais publicados como livros, artigos, revistas e outros, e de um questionário estruturado com perguntas fechadas, de múltipla escolha e por uma escala tipo Likert com grau de importância de 05 pontos, em casos de afirmação positiva, visando identificar os fatores influenciadores na tomada de decisão dos gerentes bancários de Mossoró. Sendo assim, os dados coletados serão apresentados por meio de tabelas dos programas *Microsoft Word* e *Excel* (versão *Windows 2010*) e analisados no programa *Statistical Package for the Social Sciences - SPSS®*, que permitirá realizar a tabulação e análise dos dados coletados através do instrumento de pesquisa. A análise se dará por meio de técnicas da estatística descritiva (média, frequência e análise fatorial) que segundo Pestana e Gageiro (2014) tem como finalidade selecionar os procedimentos estatísticos a serem utilizados na análise de dados, permitindo assim a transformação dos dados coletados em informações por meio de tabelas, como forma de alcançar os objetivos definidos.

Como método de análise será utilizado a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011) além de realizar a descrição do conteúdo dos dados, a pesquisa que emprega a análise de conteúdo, desenvolve-se por procedimentos sistemáticos e objetivos, com a perspectiva de que um conjunto de dados em si constitui apenas dados brutos, que só farão sentido se trabalhados de acordo com um método de análise apropriado.

No mês de outubro os questionários foram direcionados aos gerentes bancários, os quais estão sendo respondidos e até o presente momento houve um retorno positivo de apenas dois gerentes, sendo assim a pesquisa encontra-se em andamento. Foi definido o prazo de recebimento dos questionários até o final do mês, para em seguida iniciar o processo de análise de resultados.

Resultados

No semestre 2016.1, o projeto está sendo executado há dois meses e, por esse motivo, não se tem, ainda, uma mensuração efetiva dos resultados para discussão. Ressalta-se o que já foi colocado em questão: no mês de agosto foi realizada a primeira fase do projeto, com reuniões e planejamentos; no mês de setembro iniciou-se o processo de pesquisa e referencial teórico, além da definição da metodologia de pesquisa. No mês de outubro, o projeto encontra-se em andamento, em que nesta fase estão sendo coletados os instrumentos de pesquisa para em seguida ser realizada a análise de resultados.

Considerações finais

Finanças comportamentais é uma ação de pesquisa e de extensão em andamento que iniciou suas atividades no ano de 2014. Os resultados do projeto podem ser vislumbrados por meio dos trabalhos que foram desenvolvidos ao longo do ano de 2015, dentre os quais merece destaque o projeto titulado: “Finanças Comportamentais: um estudo exploratório sobre o comportamento racional e irracional dos tomadores de decisão sobre as informações produzidas pela contabilidade gerencial”, que foi apresentado no II Fórum de Extensão do Oeste Potiguar, VIII Colóquio de Extensão e I Salão de Extensão.

A execução deste projeto constitui um esforço a mais, visando contribuir com o processo de tomada de decisão de forma racional aos tomadores de decisão do município de Mossoró, com o objetivo de contribuir para decisões acertadas e que possibilitem melhores resultados econômicos, contribuindo assim para o desenvolvimento socioeconômico. Até o presente momento, verifica-se que o projeto tem sido desenvolvido de forma satisfatória e os resultados alcançados revelam que os objetivos têm sido atingidos. Como exemplo disso, verifica-se que os alunos têm desenvolvido a prática da pesquisa, os quais têm participado de eventos locais, regionais e nacionais, com artigos publicados e apresentados em congressos e revistas científicas, contribuindo assim para a produção científica. Outro ponto a ser destacado é a contribuição dada aos tomadores de decisão, os quais por meio dos relatórios disponibilizados pelo projeto passaram a ter uma nova visão sobre o processo de tomada de decisão racional.

Referências

ANDRADE, C. S. de. **O ensino de contabilidade introdutória nas universidades públicas do Brasil**. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (USP), 2002.

ARAÚJO NETO, L. M. de.; SERRANO, A. L. M.; OLIVEIRA NETO, J. C. da C.; FREITAS, R.

L. C. de.; ABREU, E. S. de. Efeito Manada no Mercado de Capitais: Um estudo com gerentes de bancos públicos do Distrito Federal. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia - RACE**, v. 15, n. 2, p. 601-620, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/race/article/view/9911/pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 70. ed. São Paulo: ISBN, 2011.

BAZERMAN, Max H. **Processo Decisório: Para Cursos de Administração, Economia e Mbas**. Rio de Janeiro: Campos, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Gabinete do Reitor. **Resolução nº 070/2004 – CONSEPE de 19/10/04**. Dispõe sobre as normas que regulamentam a Extensão Universitária na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HALFELD, Mauro; TORRES, Fábio de Freitas Leitão. Finanças Comportamentais: aplicações no contexto brasileiro. **Revista de Administração - RAE**, vol. 41, n.2, p. 64-71, 2001.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. **Análise de Dados para Ciências Sociais: A Complementaridade do SPSS**. 6. ed. Lisboa-Portugal: Edições Sílabo, 2014. Disponível em: <http://www.silabo.pt/Conteudos/7752_PDF.pdf>. Acesso em 16 set. 2016.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. In: BEUREN, I. M. (Org.). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2003.

FINANÇAS EM FOCO NA UERN TV

Área Temática: Educação

Adriana Martins de Oliveira
adrianamo@uol.com.br

Taysa Tamara da Silva Nunes
etay87@gmail.com

Rosângela Queiroz Souza Valdevino
rosangelaqueiroz84@yahoo.com.br

Ítalo Carlos Soares do Nascimento
italocarlos25@gmail.com

Kalyne Michely Silva Souza
mimichelly2011@hotmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

Programa quinzenal de TV denominado “Finanças em Foco”, exibido na UERN TV, às segundas-feiras, às 18:30 horas. Tem como objetivo geral difundir conhecimento tanto na área da gestão empresarial quanto na área da educação financeira pessoal. Possui duração de 30 minutos, dividido em 3 blocos. No primeiro bloco, trabalha-se com assuntos referentes à gestão de negócios. No segundo bloco é abordada a temática de gestão de finanças pessoais. É comprovado, cientificamente, que a educação financeira dos cidadãos tem influência tanto no resultado das empresas em que ele trabalha quanto na sua vida pessoal. O terceiro bloco do programa é focado em cursos e eventos da área de gestão. O projeto é conduzido por cinco professores e três alunos da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, dos departamentos de Ciências Contábeis e Comunicação Social.

Palavras-chave: Finanças. Gestão de negócios. Educação financeira para pessoa física.

Introdução

O programa “Finanças em Foco” é uma ação extensionista realizada pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, que vai ao ar quinzenalmente, às segundas-feiras, por meio da UERN TV, transmitida pela TV Cabo Mossoró (TCM). O programa busca promover discussões sobre gestão e finanças de forma ampla.

A atual situação econômica do Brasil vem causando preocupação não só em empresários mas também em toda a população. Diante de um cenário financeiro de crise que vem se acentuando desde 2014 (AGÊNCIA BRASIL, 2016), a população passou a enfrentar um contexto que requer decisões financeiras e de gestão, processo que implica as pessoas se tornarem cada vez mais responsáveis no gerenciamento das suas finanças e negócios. Mas, na prática, o que se pode perceber é que há poucos investimentos em educação financeira no Brasil.

A falta de informações gerenciais e financeiras tem sérias implicações para a economia e para o bem-estar da população e é nesse sentido que investimentos em educação financeira são necessários para o desenvolvimento do país. Essa necessidade entre os brasileiros é muitas vezes demonstrada pelas taxas alarmantes de falência e elevados níveis de endividamento da população, que podem ser resultado da má gestão financeira.

Para ilustrar esses aspectos com números da realidade brasileira, constata-se que os pedidos de falência cresceram 31,6% no primeiro trimestre de 2016, em comparação com o mesmo período de 2015 (BOA VISTA SCPC, 2016). Analisando o aspecto do endividamento do brasileiro, a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), mostra que, em setembro de 2016, 58,2% das famílias brasileiras estavam endividadas. Em setembro de 2015, o percentual de famílias com contas em atraso era de 23,1% e, em setembro de 2016, de 24,6% (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2016).

Analisando o cenário econômico atual de forma fundamentada nas reflexões já apresentadas e entendendo que a universidade possui um papel relevante no desenvolvimento econômico e social do país e que é por meio de ações de extensão que o universo acadêmico aproxima-se mais da comunidade, surgiu a proposta do programa Finanças em Foco. O programa objetiva propagar informações de gestão e finanças por meio da TV e do site YouTube, uma vez que a televisão é um dos mais fortes meios de comunicação em massa no Brasil e o site YouTube é o mais popular no quesito compartilhamento de vídeo.

Referencial teórico-metodológico

Inúmeros empresários abrem suas portas com a certeza de que estão envolvidos em um negócio que eles realmente conhecem. De fato, há pessoas com muitas *expertises* para abrir seu próprio negócio. No entanto, o sucesso na gestão de uma empresa precisa de muito

mais que o conhecimento sobre a atividade operacional daquela organização. Há outros fatores que contribuem para a sobrevivência do negócio, os quais estão diretamente ligados a conhecimentos na área da gestão, sendo necessário o acesso a informações específicas, de forma que o gestor possa compreendê-las e aplicá-las da melhor forma possível (OLIVEIRA, 2016).

A situação atual do Brasil requer **mais** dedicação e preocupação quanto à gestão empresarial. Para um bom resultado financeiro em uma empresa, além de a atualização em informações sobre gestão para os empreendedores ser uma importante fonte de conhecimento, outro aspecto precisa ser destacado: a saúde financeira dos seus colaboradores é primordial, pois a gestão de um negócio pode ser influenciada pela educação financeira dos seus colaboradores. Essa linha de pensamento é confirmada por Vieira (2014), quando afirma que, sem uma boa administração nas finanças pessoais, todas as áreas da vida acabam sendo afetadas. Isso também é refletido nas organizações, uma vez que o funcionário, não tendo controle financeiro pessoal, acaba afetando a produção. Mostra-se desmotivado e com queda de produtividade em ritmo acelerado. Se o endividamento aumenta, fica nervoso, dorme mal, gasta horas tentando resolver o problema do cheque especial, ou do cartão de crédito, dentre outros problemas financeiros.

O Brasil é um país que pouco investe na educação financeira do seu povo. Aproximadamente, oito de cada 10 brasileiros possuem dívidas no cheque especial e, de cada 10 brasileiros devedores, sete são por uso sem controle do cartão de crédito. Outra estatística mostra que uma de cada três famílias brasileiras gasta mais que aquilo que ganha (NAKATA, 2016).

Uma boa educação financeira tem forte ligação com a qualidade de vida do indivíduo. Cerbasi (2009) destaca que a organização financeira pessoal é fundamental para que as pessoas possam usar suas finanças de forma eficiente, permitindo melhores escolhas, segurança e realização profissional. Ao reduzir dívidas, as pessoas poderão, além de arcar com suas despesas fixas, programar a sua renda para realização de novos projetos e sonhos.

Neste projeto de extensão, que tem como objetivo geral difundir conhecimento tanto na área da gestão empresarial quanto na área da educação financeira pessoal, trabalha-se com uma equipe de cinco professores (Departamento de Ciências Contábeis e Comunicação Social) além de três discentes da UERN.

O programa, com duração de 30 minutos, começou a ser exibido em setembro/2016, na UERN TV, e disponibilizado no canal da UERN TV no YouTube no endereço

www.youtube.com/uerntv. Trata-se, portanto, de uma ação de extensão em andamento. Semanalmente, há reunião para planejamento.

No primeiro bloco do programa, são apresentados assuntos referentes à gestão de negócios. O segundo bloco aborda a temática de gestão de finanças pessoais e o terceiro e último bloco do programa é focado em cursos e eventos da área de gestão na cidade de Mossoró-RN.

Resultados esperados

O projeto está sendo executado há dois meses e, por esse motivo, não se tem, ainda, uma mensuração efetiva dos seus resultados para discussão. Dois programas foram ao ar. No dia 12 de setembro de 2016, o primeiro programa apresentou o projeto Finanças em Foco, a importância do Capital de Giro para uma empresa e o curso de Ciências Contábeis da UERN. O segundo programa, exibido no dia 26 de setembro de 2016, abordou a temática do Microempreendedor Individual, além de apresentar o novo curso de pós-graduação organizado pelo Departamento de Contábeis da UERN: Especialização em *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e Normas Brasileiras de Contabilidade.

A indissociabilidade também está presente neste projeto de extensão, uma vez que os assuntos abordados no processo de ensino serão difundidos a partir de uma metodologia própria à atividade extensionista. A pesquisa estará presente em todos os momentos, por meio da relação entre o projeto e o grupo de pesquisa Gestão, Finanças e Contabilidade, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, podendo ser desenvolvidos, com alunos e professores, trabalhos científicos sobre as temáticas foco do programa. O projeto visa também à contribuição para a formação dos alunos do Curso de Ciências Contábeis que trabalharão diretamente com os temas emergentes na área da gestão e com alunos de Jornalismo que atuarão diretamente na produção do programa.

Considerações finais

Finanças em Foco na UERN TV é uma ação de extensão em andamento que iniciou suas atividades em agosto/2016. A execução deste projeto constitui um esforço a mais, visando à contribuição com a educação financeira do país. Os que fazem a UERN TV e a Pró-Reitoria de Extensão da UERN compreendem a utilidade de trabalhar essa temática, já que o projeto foi aprovado. Dessa forma, espera-se que o programa favoreça a sociedade com

conhecimentos úteis para uma boa gestão das finanças. Até o momento, apenas duas edições foram ao ar e mostraram uma repercussão positiva entre os telespectadores. Em outras oportunidades, a qualidade e a avaliação do projeto serão mensuradas, quando este estiver parcialmente concluído, uma vez que se encontra no seu estágio inicial.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Entenda a crise econômica**. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2016-05/entenda-crise-economica>>. Acesso em: 1º out. 2016.

BOA VISTA SCPC. **Pedidos de falência registram alta de 31,6% no 1º trimestre de 2016**. Disponível em: <<http://www.boavistaservicos.com.br/noticias/indicadores-economicos/falencias-e-recuperacoes-judiciais/pedidos-de-falencia-registram-alta-de-316-no-1o-trimestre-de-2016-segundo-boa-vista-scpc/>>. Acesso em: 26 set. 2016.

CERBASI, G. **Como organizar sua vida financeira: inteligência financeira pessoal na prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Endividamento alcança 58,2% das famílias em setembro**. 2016. Disponível em: <<http://www.cnc.org.br/noticias/economia/endividamento-alcanca-582-das-familias-em-setembro>>. Acesso em: 30 set. 2016.

NAKATA, R. **Empresários já percebem a importância da Educação Financeira nas empresas e em eventos como as SIPATs**. Disponível em: <<http://economiacomportamental.com.br/artigos-sobre-planejamento-financeiro/empresarios-ja-percebem-a-importancia-da-educacao-financeira-em-suas-empresas-e-sipats/>>. Acesso em: 23 fev. 2016.

VIEIRA, E. **Finanças equilibradas = Funcionários mais produtivos**. 2014. Disponível em: <<http://www.lagoinha.com/ibl-colunista/financas-equilibradas-funcionarios-mais-produtivos/>>. Acesso em: 26 fev. 2016.

IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

**III JORNADA DE MATEMÁTICA: CAMINHANDO PELO MUNDO DA
MATEMÁTICA.**

Área Temática: Educação

Tayara Crystina Pereira Benigno
(tayara0703@gmail.com)

Ênio Virgílio de Oliveira Matias
Damião Ribeiro da Silva

Matheus Klisman de Castro e Silva
Pedro Henrique Nogueira Dantas

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

O artigo abordará a culminância da III Jornada de Matemática da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), todas as edições foram momentos ímpares de grande relevância para nosso departamento. Uma vez que, anualmente temos em nosso departamento pesquisadores de renome nacional nas áreas de atuação do evento, além de proporcionar aos nossos alunos uma vivência acadêmica com alunos e pesquisadores de outras instituições, e de servir como esteio para as atividades complementares exigidas no nosso Projeto Político Pedagógico. Objetivamos proporcionar aos nossos alunos, e também a população acadêmica da nossa região, um momento de interação entre as linhas de pesquisa: Educação Matemática, Matemática Pura e Aplicada.

Palavras-chave: extensão universitária; educação matemática; matemática.

Introdução

A palavra matemática deriva da palavra grega '*mathiké*' que significa 'ensinamentos'. Como ciência formal, baseia-se em: axiomas, teoremas, corolários, lemas, postulados e proposições para chegar a conclusões teóricas e práticas. No campo do ensino e da aprendizagem, fragilidades nesse processo, têm motivado profissionais da educação e demais segmentos, a refletirem sobre as causas prováveis, que culminam num baixo rendimento escolar, nessa disciplina. Vários espaços de reflexão, de troca de saberes, vêm sendo propostos, e neles, pesquisadores, que tem se debruçado sobre temas diversos dessa ciência, apresentam suas impressões, a partir de teorias e análise, com as quais dinamizam os processos na busca do acerto.

A Jornada de matemática: marca mais uma etapa de construção de um espaço de reflexão, ocasião em que avançaremos com intuito de produzir indagações e esboçar processos para compreensão de elementos constituintes dessa ciência. O curso de Licenciatura em Matemática, UERN, será mais um desses espaços, conseqüentemente uma oportunidade de desenvolver atividades extensivas à sala de aula, um complemento à formação, através de mini cursos, oficinas, palestras, o que contribui na formação desses futuros profissionais e dos que já atuam.

Referencial teórico

A extensão universitária surgiu no Brasil entre os anos de 1911 e 1917, por meio de conferências abertas ao grande público, na Universidade Livre de São Paulo, porém com temas não relacionados aos problemas sociais e políticos da época (CARBONARI & PEREIRA, 2007). Somente a partir da década de 1930, a extensão (difusão e popularização de conhecimentos) começou a delinear-se como atribuição da Universidade. Em 1930, foi criado, por meio do Decreto nº 19.402/1930, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública e, posteriormente, estabelecido o Estatuto das Universidades Brasileiras (Decreto nº 19.851/1931). Esse último sinaliza, pela primeira vez, a existência legal da atividade de extensão.

A extensão universitária tem como objetivo promover a interação entre a universidade e outros setores da sociedade, resultando em um processo interdisciplinar educativo, cultural e científico. Suas ações podem ser desenvolvidas por meio de programas, projetos, cursos, eventos entre outros. Estas ações levam informação e orientações para a comunidade em geral e permitem aos estudantes universitários terem contato com o mundo fora da universidade (CASTRO, 2004).

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é uma das diretrizes da extensão e reafirma a mesma como um processo acadêmico, que atua na formação de pessoas e gera conhecimento ímpar. O estudante é protagonista de sua formação para obtenção de competências necessárias à atuação profissional e o contato direto com as grandes questões sociais contemporâneas possibilita o enriquecimento da experiência do discente em termos teóricos e metodológicos (FORPROEX, 2012). Dessa forma, as atividades desenvolvidas pelo projeto extensionista para encontro e atividades do curso de matemática se enquadra nos objetivos da extensão universitária, conforme estabelecido pelo PROEX.

Metodologia

Nosso evento teve início no dia 14 de setembro no auditório da Faculdade de Ciências da Saúde - FACS. Na oportunidade, várias autoridades se fizeram presentes, dentre eles, o vice-reitor Prof. Aldo Goldin, o vice-diretor da FANAT, Prof. Francisco de Assis Moraes, a Pró-reitora de Ensino e Graduação, Prof. Dr. Inessa da Mota Linhares Vasconcelos, entre outras autoridades, assim como professores e alunos de várias IES do curso de licenciatura em matemática e de outros cursos.

O vice-reitor, Prof. Aldo Goldin, abriu o evento frisando a importância do mesmo e destacando a relevância para alunos, professores e comunidade acadêmica, em geral. Em seguida, foi ministrada uma palestra por duas mestrandas do Instituto Federal do Ceará, Monique Rafaela Monteiro Marinho e Maria Vanísia Mendonça de Lima que teve por título: Formação Inicial e Continuada de professores e o mestrado em Ensino de Ciências em Matemática.

No segundo dia de evento, durante todo o dia, foram ministrados 10 minicursos, com temas em diversas áreas da matemática e afins. À noite, iniciando-se os trabalhos, o aluno do curso, Kleber Moraes, fez uma apresentação musical animando o público. Em seguida, foi a vez dos palestrantes Prof. Dr. Carlos Heitor Pereira Liberalino e Profa. Dra. Andrea Ferreira Moura apresentarem a exposição de seus temas, "Inteligência Computacional: agentes de resolução de problemas" e "Compreenda os motivos da rejeição aos números negativos", respectivamente.

No terceiro e último dia de evento, pela manhã, houve a exposição de trabalhos científicos, em modalidade pôster. À tarde aconteceu o encerramento com uma mesa redonda e apresentação cultural.

Resultados e Discussão

Uma das atividades desenvolvidas na execução do projeto de extensão III Jornada de matemática foram as palestras, no total de três, que tiveram o propósito de contribuir com a formação de pesquisadores, professores e estudantes de graduação, dos interessados na Educação Matemática e nas áreas afins. Além de divulgar e discutir pesquisas de pós-graduação na área e áreas afins a nível regional.

Compreendemos a matemática como uma ciência que estimula a reflexão e busca respostas para as diferentes áreas, assim realizamos dez mini cursos. Cujas

temáticas foram as mais diversas, como história da matemática, uso de TIC'S (Tecnologia da informação e Comunicação), uso de jogos entre outros. Objetivando apresentar o tema de forma agradável e aplicável no seu cotidiano e trazendo ampliação de um universo de conhecimentos.

Na exposição de pôsteres, tivemos um momento de integração entre alunos das licenciaturas, alunos de pós-graduação, profissionais da educação, onde discutiram e ampliaram seus conhecimentos na matemática. E compartilharam das mais diversas pesquisas desenvolvidas ou em andamento.

O encerramento, uma mesa redonda, houve uma ampla discussão sobre os componentes curriculares do curso de matemática, incentivando os presentes à pesquisa nas escolas de Ensino Médio, ampliação das produções, publicações e participação em eventos científicos.

Considerações Finais

Entendemos que promover e participar de um projeto de extensão é trazer contribuições significativas para formação acadêmica, instigamos o pensar às relações dialéticas entre teoria e prática, entre Universidade e sociedade. Segundo Balzan e Sobrinho (2000, p.30), “por esse movimento de mão dupla, a comunidade universitária pode efetivamente intervir na realidade (...), promover mudanças nos processos de ensino/aprendizagem, nos currículos, programas e concepções educacionais”.

Refletindo sobre a contribuição do projeto III Jornada de Matemática na formação das estudantes no curso de Licenciatura em matemática, observamos que cada momento do evento trouxe ampliação do conhecimento matemático e um olhar sobre a educação matemática. Salienta-se que a execução do projeto está contribuindo significativamente na formação dos alunos, principalmente através do contato direto com a organização. A realização de todas as atividades extensionistas vem proporcionando o acúmulo de ótimas experiências.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Plano Nacional de Extensão Universitária**. Edição Atualizada 2000/2001. Fórum dos Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas. Brasília, MEC, 2001.

BALZAN, N. & SOBRINHO, J. **Avaliação institucional, teoria e experiências**. São

Paulo: Cortez, 2000.

CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. C. A extensão universitária no Brasil: do assistencialismo à sustentabilidade. **Revista de Educação**, Valinhos, v. 10, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewFile/207/205>>. Acesso em: 29 abr.2016.

CASTRO, L. **A Universidade, a extensão e a produção de conhecimentos emancipadores**. Disponível: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t1111.pdf>> Acesso em: 10 out. 2016.

FORPROEX, Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus, 2012. Disponível em: <<http://www.proec.ufpr.br/downloads/extensao/2012/legislacao/Politica%20Nacional%20de%20Extensao%20Universitaria%20maio2012.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM CONTABILIDADE: UMA CONTRIBUIÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS/UERN - CAMPUS CENTRAL.

Área Temática: Educação

Paula Preston Queiroz Leite Batista
(paula-preston2012@hotmail.com)

Sabrina Paulino de Oliveira

Wênyka Preston Leite Batista da Costa

Jandeson Dantas da Silva

Sérgio Luiz Pedrosa Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

RESUMO

A iniciação científica é caracterizada como uma ferramenta de apoio teórico-metodológico, que possui como objetivo introduzir os educandos de graduação na pesquisa científica, colaborando com a formação destes. As ações acionistas do presente projeto, possui como principal objetivo, aproximar os discentes do curso de Ciências Contábeis acerca das técnicas de metodologias científicas necessárias para elaboração de um trabalho científico. Ofertando aos discentes participantes do projeto, explanação e debates acerca da iniciação científica, evidenciando a normatização, técnicas de análise de dados (quantitativas e qualitativas) e acompanhamento individual ao aluno para a confecção de um artigo científico, além da realização do I Encontro de Iniciação Científica em Contabilidade da UERN.

Palavras- Chave: Iniciação Científica. Pesquisa. Ensino.

INTRODUÇÃO

Ao longo desses últimos anos o curso de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, do Campus Central, vem incentivando a participação dos discentes em eventos científicos, bem como na publicação de trabalhos científicos. Nesse sentido, o projeto de extensão visa da um maior acompanhamento ao discente, junto a esses fatores que contribuem positivamente com o seu desenvolvimento acadêmico e futuramente profissional.

De acordo com Oliveira, Alves e Luz (2008) para o aluno que ingressa no ensino superior é relevante que se tenha o desenvolvimento da pesquisa, no campo educacional, pois apresenta para o discente papel fundamental para sua formação com a inserção de novos conhecimentos, o qual torna-se um fator indispensável e reflexivo para a formação

acadêmica. Neste sentido, a iniciação científica é um instrumento que insere os estudantes de graduação na atividade de pesquisa. E quando existe essa experiência enquanto o discente cursa graduação, afeta o perfil do estudante positivamente, estando associado a um melhor desempenho profissional (OLIVEIRA, ALVES, LUZ, 2008).

Sendo assim o projeto de extensão possui como objetivo geral orientar o conhecimento acerca da iniciação científica em contabilidade, através da produção de trabalhos científicos e da organização de um evento científico para difundir o conhecimento para a sociedade. E como objetivos específicos, o projeto pretende organizar encontro científico em contabilidade, disseminar os conhecimentos acerca da ciência contábil, evidenciar a relevância da produção científica para formação acadêmica e possibilitar aos discentes preparo para a realização de pesquisas científicas e para apresentação de palestras, minicursos e mesas redondas.

REFERENCIAL TEORICO

O universo acadêmico das instituições de nível superior está fixado no desenvolvimento entre o tripé de ensino, pesquisa e extensão. Através desses três fatores é possível realizar a criação de novas teorias e pensamentos que são responsáveis por difundir o conhecimento dos discentes (CARNEIRO et al., 2011).

Saraiva (2007) destaca que o desenvolvimento da pesquisa, no campo educacional, exerce um papel relevante para a formação de novos conhecimentos que torna-se um fator indispensável e reflexivo para a formação acadêmica. Neste sentido, a iniciação científica é um instrumento que insere os estudantes de graduação na atividade de pesquisa. E quando existe essa experiência enquanto o discente cursa graduação, afeta o perfil do estudante positivamente, estando associado a um melhor desempenho profissional (OLIVEIRA, ALVES, LUZ, 2008).

Por esse motivo, que torna-se relevante inserir ações de extensão relacionadas ao desenvolvimento da pesquisa científica nos cursos de nível superior, não sendo diferente nos cursos de Ciências Contábeis, sendo assim o desenvolvimento desse projeto, busca essa interação de teoria e prática no ambiente organizacional, visando o estudo mais aprofundado acerca do patrimônio.

A estrutura curricular do Curso de Ciências Contábeis visa garantir a inter-relação das diversas áreas do saber, permitindo uma vivência prática, bem como o envolvimento em atividades de pesquisa e extensão, objetivando a ampliação dos conhecimentos e das possibilidades de atuação no campo profissional, através da intensificação das atividades

práticas de pesquisa. A inclusão de algumas disciplinas demonstra o compromisso do curso com a formação de profissionais que atendam ao mercado globalizado e preencham as necessidades exigidas pelas mudanças tecnológicas, sem se afastar do compromisso com o desenvolvimento sustentável e com os bens naturais. Além desse incentivo das disciplinas, torna-se relevante também evidenciar o interesse acerca da pesquisa e do conhecimento científico perante aos alunos, buscando o desenvolvimento e divulgação acerca da produção científica.

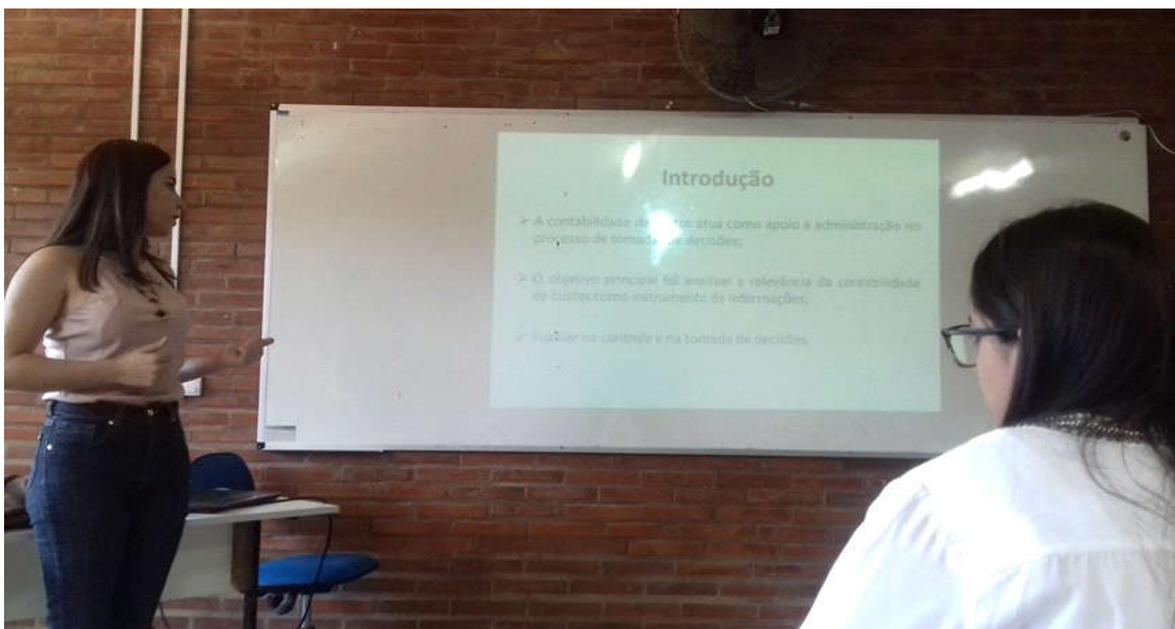
METODOLOGIA

O projeto de extensão possui como metodologia propiciar aos discentes voluntários informações acerca da produção científica e de temáticas ao qual a ciência contábil está inserida, objetivando produzir artigos científicos na área, e posteriormente serem apresentados em diversos eventos relacionados a iniciação científica além de apresentação das ações extorsionárias realizadas no I encontro de Iniciação Científica em Contabilidade da UERN pelos alunos membros do projeto que vão realizar apresentação dos artigos de iniciação científica para o público em geral, o qual será formado por discentes, docentes e demais interessados na área. A avaliação ocorrerá durante a apresentação das palestras, mesas redondas e apresentação dos artigos como resultado final do projeto, para sociedade.

RESULTADO

O projeto de extensão desenvolveu algumas atividades ao longo deste ano, como apresentação de palestras sobre iniciação científica em contabilidade e apresentação de artigos em eventos regionais e nacionais. Onde foi possível demonstrar para a sociedade pesquisas relacionadas em contabilidade e áreas afins.

Figura 01 – Apresentação de artigo científico.



Fonte: Autoria própria (2016).

Os membros do projeto se reúnem periodicamente com o objetivo de discutir as temáticas pesquisadas, trocar experiências e discutir tendências de assuntos inovadores para a produção científica.

Figura 01 – Membros do projeto de iniciação científica



Fonte: Autoria própria (2016).

Neste ano ainda será realizado o I Encontro de Iniciação Científica, realizado entre os meses de novembro e dezembro deste ano, no qual serão apresentados os artigos de iniciação científica frutos do projeto, o encontro ainda será composto por palestras e minicursos com orientações sobre temas, técnica e ferramentas para o desenvolvimento de pesquisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de iniciação científica em contabilidade, até o presente momento, verifica-se que tem se desenvolvido de forma satisfatória e os resultados alcançados

revelam que os objetivos têm sido atingidos. Como exemplo disso, verifica-se que os alunos têm desenvolvido a prática da pesquisa, os quais têm participado de eventos locais, regionais e nacionais, com artigos publicados e apresentados em congressos e revistas científicas, contribuindo assim para a produção científica.

Outro ponto a ser destacado é a contribuição dada para a sociedade, a qual será evidenciada através da realização do I Encontro de Iniciação Científica, realizado entre os meses de novembro e dezembro deste ano, no Departamento de Ciências Contábeis do Campus Central.

REFERÊNCIAS

SARAIVA JL. Papel da extensão universitária na formação de estudantes e professores. *Bras Med*,44(3):220-5, 2007.

OLIVEIRA NA, ALVES LA, LUZ MR. Iniciação Científica na Graduação: O que Diz o Estudante de Medicina? *Rev Bras Ed Med*,31(3):309-314, 2008.

CARNEIRO JA, COSTA FM, LIMA CC, OTAVIANO MR, FRÓES GJ. . Unimontes Solidária: Interação Comunitária e Prática Médica com a Extensão. *Rev Bras Ed Med*, 35 (2): 283-238, 2011.

FAVA-DE-MORAES F, FAVA M. A Iniciação Científica: Muitas vantagens e poucos riscos. *SP Perspect*, 14(1):73-77, 2000.

PÊGO-FERNANDES PM, MARIANI AW. O ensino médico além da graduação: iniciação científica. *Diagn Tratamento*, 15(3):104-105, 2010.

**LEFREIRE 2014 - 2016: ENTRELAÇANDO CONCEITOS, ELABORANDO REDES
TEMÁTICAS E VIVENCIANDO CÍRCULOS DE CULTURA**

Área Temática: Educação

Hostina Maria Ferreira do Nascimento
(hostinanascimento@hotmail.com.br)

Antonio Anderson Brito do Nascimento
Erika Letícia de Almeida Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

O Grupo de Extensão LEFREIRE – Diálogos em Paulo Freire e Educação Popular é formado por alunos, professores e funcionários da Faculdade de Educação da UERN e professores da educação popular, escola pública e educação de jovens e adultos. No triênio 2014 – 2016, o Grupo busca realizar ações que consolidem o conhecimento, especialmente na obra “Pedagogia do Oprimido”, de alguns dos seus principais conceitos: círculo de cultura; diálogo e ação-reflexão-ação; dimensão humanista da cultura; horizontalidade do conhecimento; inacabamento; educação emancipatória. E colocá-los em diálogo com a realidade através de atividades teórico-práticas denominadas círculos de cultura. As vivências e os diálogos construídos fortalecem o desenvolvimento da autonomia intelectual e a criação de valores e posturas político-pedagógicas comprometidas com a participação e a emancipação sociais.

Palavras-chaves: Paulo Freire; Educação Popular; Extensão Universitária.

Introdução

O LEFREIRE – Diálogos em Paulo Freire e Educação Popular é um Grupo de Extensão da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN que se dedica, desde 2010, a estudar as obras do autor através de atividades teórico-práticas que contribuam para a compreensão e transformação da educação popular e da escola pública. Este texto procura apresentar algumas das ações do Grupo no triênio 2014 – 2016, considerando o estudo e a reflexão coletiva, o entrelaçamento dos conceitos, a elaboração de redes temáticas e de mapas conceituais e a vivência de círculos de cultura.

Os principais conceitos abordados, no período aqui apresentado, são: círculo de cultura; diálogo e ação-reflexão-ação; dimensão humanista da cultura; horizontalidade do conhecimento; inacabamento; educação emancipatória; tema gerador e rede temática; consciência real efetiva e

consciência máxima possível; situação-limite e problematização. Para tanto, são acessadas, principalmente, as obras “Pedagogia do Oprimido”, “Educação como prática da liberdade”, “Ação cultural para a liberdade” e “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa”.

Redes temáticas: entrelaçando conceitos

O terceiro capítulo da Pedagogia do Oprimido destaca a importância da educação emancipatória que se fundamenta, entre outros aspectos, no valor da horizontalidade do conhecimento, na busca do homem em ser mais, transformar a realidade histórica e ser transformado por ela. Esta busca do ser mais, porém, não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires, daí que seja impossível dar-se nas relações antagônicas entre opressores e oprimidos. (FREIRE, 2005, p. 86).

Uma condição crucial para a emancipação é a consciência do inacabamento: “Consciente de seu estado inacabado, o homem atua na constante busca de ser mais, de modo que a consciência da incompletude humana o faz problematizar a realidade” (LIMA; ABREU; DUARTE, 2015). Este estado de permanente mudança, este sentimento de quefazer ativa o movimento da educação emancipatória através da ação-reflexão-ação.

As perspectivas da educação dialógica e dos círculos de cultura, da educação emancipatória e conscientizadora, da dimensão humanista da cultura, da horizontalidade do conhecimento e do inacabamento do ser e do saber, parte do construto teórico freireano que se erigiu como um dos principais aportes do pensamento filosófico-pedagógico contemporâneo, é a base principal deste projeto de extensão.

A reflexão coletiva e os mapas conceituais

Além da elaboração de redes temáticas, o LEFREIRE procura outras possibilidades de sínteses dos seus estudos teóricos. Na perspectiva da elaboração coletiva, a dinâmica do Teatro do Oprimido impulsiona o exercício de reflexão sobre os conceitos estudados de maneira a problematizar situações da vida cotidiana.

Outro exercício de síntese são os mapas conceituais. O mapa a seguir é uma tentativa coletiva de sistematizar o entrelaçamento dos conceitos estudados.

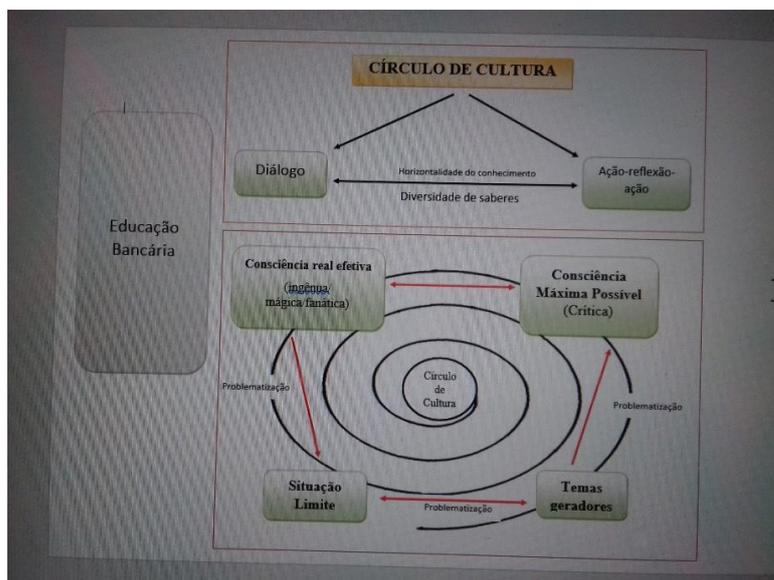


Imagem 1: Mapa conceitual elaborado pelo LEFREIRE como síntese do estudo dos conceitos freireanos envolvidos no entendimento da ideia do círculo de cultura.

Círculos de cultura: ações extensionistas e formação humana

A dimensão humanista da cultura resulta da incorporação sistemática das experiências humanas críticas e criativas. Nela está “[...] O homem, afinal, no mundo e com o mundo. O seu papel de sujeito e não de mero e permanente objeto” (FREIRE, 2005, p. 108). Compreender a presença da cultura nas ações de ensino e aprendizagem é considerar que as experiências dos sujeitos se complementam no aprender diário e no aprender fazendo. Neste caso, a cultura torna-se um meio de criticidade e transformação do mundo por meio da palavra e da ação.

Nesta perspectiva, a ideia do círculo de cultura apresenta-se como um valioso instrumento de formação: “Em lugar do professor, com tradições fortemente ‘doadoras’ o Coordenador de Debates. Em lugar da aula discursiva, o diálogo. Em lugar do aluno passivo, o participante de grupo. Em lugar dos programas alienados, programação ‘reduzida e modificada’ em unidades de aprendizado” (FREIRE, 2006, p. 111).

Partindo da relação entre humanidade, cultura e educação, o LEFREIRE realiza atividades teórico-práticas inspiradas na ideia dos círculos de cultura que envolvem alunos, professores e servidores da UERN, alunos e professores da educação popular, da escola pública e da educação de jovens e adultos. Nessas atividades, as experiências e os saberes dos participantes são a palavra portadora de significados e mediadora das discussões e da construção de conhecimentos.

O Círculo de Cultura realizado na Comunidade de Gangorra, no Município de Tibau-RN,

em 2014, envolveu uma turma de Educação de Jovens e Adultos do Programa Brasil Alfabetizado cuja professora participa do LEFREIRE desde sua criação.

Iniciamos o encontro com uma apresentação individual, sugerindo que cada um dos participantes contasse um pouco de sua trajetória pessoal e escolar. Foi um momento de troca entre pessoas de experiências de vida que transitavam entre o campo e a cidade, e entre a escola e o mundo do trabalho. Todos unidos por um ponto em comum: a compreensão da educação como referência do sentido existencial. (SOUZA; LIRA; NASCIMENTO, 2016, p. 101)

O encontro ensinou como a contextualização da vivência na comunidade pode ser o mote para, respeitando e considerando as falas e o conhecimento de mundo, desencadear o processo de aquisição da leitura e da escrita, fundamentado especialmente em Paulo Freire.

Nos relatos, os alunos falaram da importância que tem a educação em suas vidas, as dificuldades que enfrentaram e enfrentam para estar na escola, o motivo que alguns tiveram em abandonar seus estudos, e também os motivos que os fizeram voltar a estudar. E os membros do LEFREIRE falaram da satisfação que estavam sentindo por vivenciarem aquele momento, e o aprendizado que levariam dali, como incentivo para ir em frente com seus estudos, e tudo que eles colheriam daquele momento como lição para a vida toda. Marcas dos conhecimentos adquiridos pelos alunos durante suas vidas e da educação popular estavam presentes a toda hora durante os relatos. (SOUZA; LIRA; NASCIMENTO, 2016, p. 98)

O Círculo de Memórias e Saberes, realizado em 2015, na Faculdade de Educação da UERN, procurou considerar a perspectiva da horizontalidade do ser e do saber, incluindo experiências e saberes dos participantes na ciranda da construção dos conhecimentos do Grupo.

Recentemente, realizamos um Círculo que teve o intuito de resgatar e valorizar memórias e saberes da vida escolar de funcionários da Faculdade de Educação da UERN. A atividade, que se propôs a trocar experiências com esses sujeitos na perspectiva da horizontalidade de saberes (FREIRE, 1998), procedeu por meio da disponibilização de objetos que fizessem recordar lembranças dos participantes sobre o tema. A dinâmica também consistiu em cada participante apresentar alguma recordação dos momentos da vida escolar. (GURGEL et ali, 2015, s. p.)

O Círculo de Cultura com a temática Histórias da vida familiar foi realizado em 2016 na perspectiva de promover a aproximação entre professores, graduandos e funcionários da Faculdade de Educação. Começou com uma ciranda de integração e apresentação dos participantes, seguida do relato de memórias da vida familiar evocadas por imagens dispostas aleatoriamente, porém provocativamente, com o intuito de ajudar a resgatá-las. Foi um momento de troca de experiências e vivências que contribuiu significativamente para todos que estavam presentes.

O planejamento, a realização e a avaliação dessas atividades foram momentos ricos de aprendizagem e conhecimento para os participantes do Grupo.

Considerações Finais

Considerando o valor da extensão para a formação de professores, o LEFREIRE busca desenvolver relações entre a academia e a realidade além dos seus muros, na perspectiva de contribuir para ampliar a leitura de mundo de seus participantes. No triênio aqui apresentado, o Grupo procurou alcançar esses objetivos através de ações que põem em diálogo o estudo dos principais conceitos freireanos e sua reflexividade no estudo da realidade, na horizontalidade dos conhecimentos, na realização de círculos de cultura e na ação-reflexão-ação. Tais ações fortalecem o desenvolvimento da autonomia intelectual e a criação de valores que coadunem com posturas político-pedagógicas comprometidas com a participação e a emancipação sociais.

Referências

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Cortez, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.
- GAMA, F. T. M.; COSTA, F. G. V.; [NASCIMENTO, H. M. F.](#); OLIVEIRA, M. E. S.; MENESES, T. J. F.. Círculo de cultura: socialização de experiências da realidade de escolas na perspectiva freiriana. In: **II Fórum de Extensão do Oeste Potiguar, VIII Colóquio de Extensão da UERN, I Salão de Extensão**, Mossoró, 2015.
- GURGEL, A. B. S.; OLIVEIRA, C. W. S.; [NASCIMENTO, H. M. F.](#); LIMA, L. J. A.; LIMA, M. R. A.; MOTA, W. M. C. S.. A indissociabilidade entre Pesquisa e Extensão: construindo saberes no Programa de Educação Tutorial por meio dos Círculos de Cultura. In: **V EMPET - Encontro Mossoroense dos Grupos PET**. Mossoró, 2015.
- LIMA, H. J. R.; ABREU, V. L.; DUARTE, D. D. A. O. O inacabado e a existência: a raiz e a seiva da educação. In SOUSA, A. T. S.; ARAÚJO, H. M. L.; GUEDES, N. C (Orgs). **Investigação em Educação: diversidade de saberes e de práticas**. Terezina/Fortaleza: Impresse, 2015. v. 3, p. 228-237
- SOUZA, R. M. C.; LIRA, K. C. G.; [NASCIMENTO, H. M. F.](#). Histórias de vidas: relatos, dificuldades e conquistas de um povo camponês. **Includere**, v. 2, p. 97, 2016.

**ORIENTAR A COMUNIDADE EM IRPF, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL
(MEI) E EMPREGADO DOMÉSTICO (E-SOCIAL)**

Área Temática: Educação

José Sueldo Câmara Ferreira

sueldocamara@globo.com

Mário Cesar Souza de Oliveira

Hugo Azevedo Rangel de Moraes

Maria Verônica da Silva

Valessa dos Santos Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Introdução

O foco do projeto é o atendimento ao público interessado em orientações de cunho contábil e fiscal inerente a declaração de imposto de renda, obrigações ao empregador doméstico e microempendedor individual. O trabalho é executado por meio do apoio de discentes integrantes do projeto. No tocante a declaração de imposto de renda, muitos contribuintes possuem dúvidas a respeito do preenchimento e envio da declaração e cumprimento de prazos, como a contabilidade é uma ciência social, a oferta dessa orientação pelo curso de ciências contábeis se apresenta como uma contribuição à sociedade no sentido de esclarecer dúvidas e prestar serviços de orientação fiscal, formalização de pequenos empresários e direitos dos empregados domésticos.

Palavra-chave: Imposto de renda, microempendedor, empregado doméstico.

Justificativa

Atender demandas sociais é papel da universidade, como a contabilidade é uma ciência social é oportuno ofertar aos contribuintes, empresários e empreendedores serviços inerentes a atividade contábil e fiscal. Nesse sentido, torna-se importante o atendimento à população no preenchimento e envio da declaração de imposto de renda nos períodos de março e abril em que a receita federal exige que as declarações sejam elaboradas e enviadas.

A Receita Federal anualmente recebe mais de 60 mil declarações para o ano, número expressivo e sujeito a muitas dúvidas. Quanto a demanda do empregador doméstico, com o advento

da emenda constitucional N° 72/2013 ampliou os direitos dos trabalhadores domésticos e tornou obrigatório o recolhimento do FGTS, a partir de 01 de outubro de 2015. Esses direitos foram regulamentados pela Lei Complementar 150 de 1 de junho de 2015 e divulgada oficialmente pela publicação da Resolução do Conselho Curador do FGTS N° 780/2015, da Circular CAIXA N° 694/2015 e da Portaria Interministerial N° 822/2015.

A Lei Complementar 150/2015 determinou também a implantação do “Simples doméstico”, que define um regime unificado para pagamento de todos os tributos e demais encargos, inclusive o FGTS. Nesse sentido se faz cada vez mais presente uma orientação balizada por discentes e docentes do curso de Ciências Contábeis. Outro serviço ofertado diz respeito a formalização e envio de declarações eletrônicas voltados para os microempreendedores individuais que em Mossoró já chegam a 6.000, o que denota a carência de uma atenção especial para além do SEBRAE.

Desenvolvimento (referencial teórico – metodológico)

O governo, através da Lei Complementar N° 128/08, criou o Microempreendedor Individual (MEI) com o intuito de que os pequenos empreendedores se formalizem perante o fisco, ou seja, com o advento desta lei, surgiram os incentivos para que essas empresas atuem dentro da legalidade. Em se tratando de Empreendedor Individual, pode-se afirmar que é aquela pessoa que trabalha por conta própria, possui uma renda anual igual ou inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), não sendo sócio de outra empresa e que precisa legalizar seu empreendimento.

O processo de formalização é menos burocrático do que os demais enquadramentos legais de formalização por ter a carga tributária diferenciada com valores fixos mensais (SEBRAE, 2012), ou seja, é um procedimento simples e rápido, feito na internet através do portal do empreendedor www.portaldoempreendedor.gov.br. Uma vez formalizado o empresário usufruirá de diversas vantagens bem como, facilitação de créditos com instituições financeiras, melhor negociação com fornecedores, assegurado dos benefícios previdenciários, dentre outros, a garantia de estar agindo dentro da lei.

O Brasil apresenta uma elevada carga tributária e a burocracia que são apontadas por pesquisadores como os principais motivos que impedem a formalização das empresas. (MORAIS, 2010). Com a criação do MEI, devido à redução da burocracia para o registro da firma, proporcionou a oportunidade de muitos trabalhadores saírem do mercado informal e formalizar seu empreendimento.

Quanto a quem pode ser Empreendedor Individual segundo a Câmara dos Deputados (2010, p. 13) são:

- Trabalhadores que prestam serviços diversos (manicures, costureiras, carpinteiros,

pipoqueiros, vendedores ambulantes e etc.);

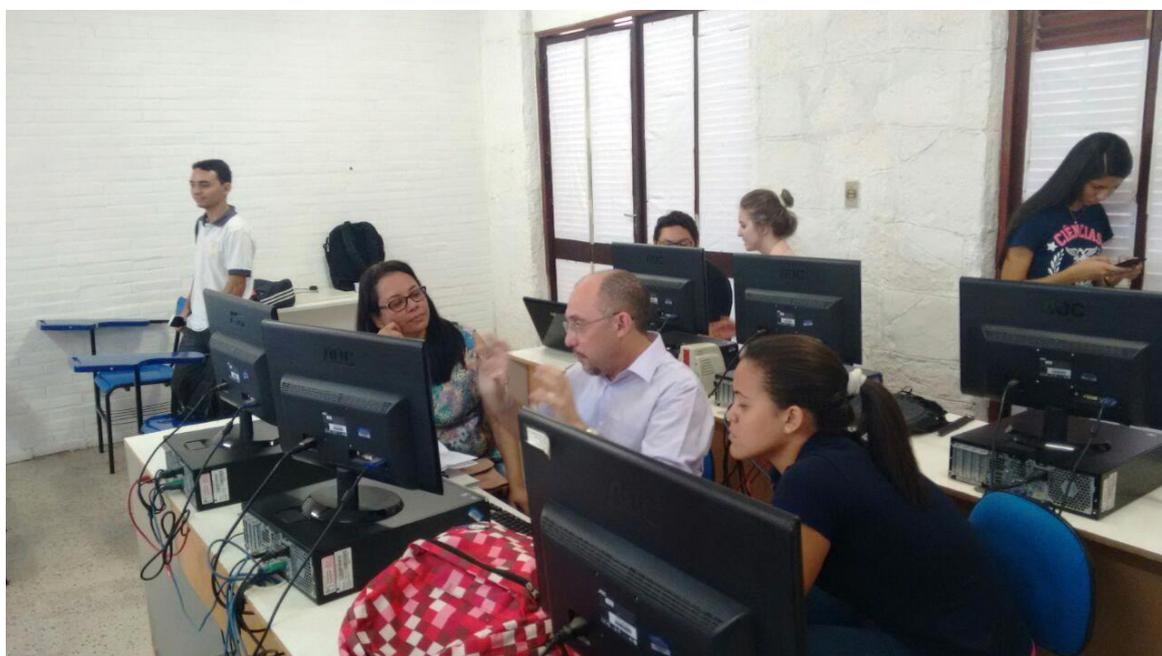
- Os trabalhadores que atuam, em geral, no comércio e na indústria;
- Os que prestam serviços de natureza não intelectual / sem regulamentação legal;
- Os que trabalham em escritórios contábeis.

Não há custos para o registro do empreendimento com taxas para a formalização. O único custo mensal será de R\$ 33,90 (trinta e três reais e noventa centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do salário mínimo vigente, relativo ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS); R\$ 5,00 (cinco reais) referente ao Imposto Sobre Serviços (ISS) se a atividade for prestação de serviços / e R\$ 1,00 (um real) para o Estado referente ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), se o ramo de atividade for indústria ou comércio.

De acordo com Silva (2010, p. 14) cabe salientar que esses tributos são pagos em um único Documento de Arrecadação do Simples (DAS) sempre no 20º (vigésimo) dia de cada mês.

Resultados e atividades desenvolvidas

Tendo em vista que a aprovação do projeto foi realizada somente no final de abril, na última semana de prazo para a entrega da declaração de imposto de renda o projeto iniciou atividades por meio dos professores e discentes (15 alunos envolvidos) atendeu a um público de 25 pessoas. Foram desenvolvidas atividades de elaboração e envio da declaração de IRPF e orientações e esclarecimentos de dúvidas quanto ao preenchimento e às exigências da legislação do imposto de renda.



Considerações Finais

A criação do projeto de extensão “Orientar a comunidade em IRPF, Micro-Empreendedor Individual e Empregado Doméstico” nasceu da necessidade do Departamento em Ciências Contábeis - DCC da UERN em desenvolver assistência em aspectos fiscais e legais a pequenos empreendedores e comunidade em geral, nesse sentido a execução do projeto possibilitou a busca por alternativas visando à ampliação dos serviços. Nesse sentido, o Departamento de Ciências Contábeis - DCC por meio da FACEM – Faculdade de Ciências Econômicas encontra-se viabilizando um Acordo de Cooperação Técnica com a Receita Federal visando à implantação do NAF – Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal que tem como objetivo a promoção em conjunto (UERN e Receita Federal) de atividades de extensão de educação fiscal com o objetivo de proporcionar aos estudantes conhecimentos sobre tributação e sua função econômica e social, permitindo assim que os discentes possam realizar orientações contábil e fiscal a pessoas físicas de baixa renda, micro-empresas, empreendedores individuais e entidades sem fins lucrativos. Os trabalhos serão desenvolvidos por meio de palestras, grupos de estudos e treinamentos. As ações são coordenadas pelo professor coordenador do projeto designado pelo Departamento de Ciências Contábeis - DCC Com a implementação do NAF, espera-se a ampliação das ações de educação fiscal e conseqüentemente resultados voltados para uma capacitação melhor das pessoas e pequenos empresários em relação a aspectos tributários e legais, bem como um aprimoramento dos nossos discentes nessa área com a inserção nas atividades práticas que serão desenvolvidas no projeto.

Referências

BRASIL. **Lei Complementar N° 128/2008**. Brasília, 19 dez. 2008. Disponível em: Acesso em: 13 mar. 2016.

Lei Complementar N° 139/2011. Brasília, 10 nov. 2011. Disponível em: Acesso em: 13 mar. 2016.

CAMARA DOS DEPUTADOS, **Cartilha do Microempreendedor Individual**. Edições Câmara, Brasília, 2010.

MORAIS, Francisco Reginaldo de. **Os motivos da informalidade: Um estudo de campo realizado em microempresas informais do conjunto Redenção localizado na cidade de Mossoró-RN. 2010. 51 f. monografia** (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, 2010.

SEBRAE. **Cartilha do Empreendedor Individual**, 2012. Disponível em: Acesso em 10 mar. 2016.

SILVA, Francisco Felipe da. **Perspectivas de formalização do Empreendedor Individual no Município de Assú/RN** (Graduação em Ciências Contábeis) – Faculdade Católica Nossa Senhora das Vitórias, 2010. Disponível em: < <http://amigonerd/trabalho/46352-perspectivas-de-formalizacao-do-empreendedor> >. Acesso em: 13 mar. 2016.

**PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA NO ENSINO FUNDAMENTAL: INTERAÇÃO
UNIVERSIDADE-ESCOLA – II EDIÇÃO**

Área Temática: Educação

Natasha Yohanna Oliveira Mendes
(mendes.natasha@live.com)

Maria Geizi Silva Pinto

Risoleide Rosa Freire de Oliveira

Milton Guilherme Ramos

Francisca Maria de Souza Ramos-Lopes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

O artigo é produto de projeto de extensão direcionado a professores e discentes do ensino fundamental, com vistas a estabelecer diálogo entre a universidade e as escolas públicas do município de Açu, de forma a renovar as práticas de linguagem. As ações executadas objetivam: promover oficinas com atividades que envolvam a produção, a circulação e a recepção de gêneros discursivos em situação escolar e extraescolar; subsidiar teórico e metodologicamente os docentes para atividades de leitura e escrita junto aos seus alunos; oferecer ferramentas para a ampliação das práticas sociodiscursivas docentes no ensino da língua portuguesa; contribuir para elevar, nas escolas públicas do município, o índice no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) no que tange às práticas de leitura e escrita no ensino fundamental. Espera-se, com o projeto, promover um espaço de articulação e reflexão sobre o ensino de produção textual.

Palavras-chave: Práticas de linguagem. Gêneros discursivos. Interação universidade-escola.

Introdução

No que tange à formação de sujeitos capazes de contornar dificuldades profissionais, escolares e cotidianas, a extensão é uma das ações mais eficientes da universidade para o cumprimento desse objetivo. Partindo-se do princípio de que a formação e a qualificação profissional vão além dos muros da academia, compreendendo também a necessidade de interação com a população do entorno, é que se sugere a promoção de oficinas de leitura, escrita e revisão entre docentes e discentes do ensino fundamental em escolas de Açu/RN.

Nessa perspectiva, a meta é trabalhar com um número significativo de docentes que tenham o anseio de melhorar suas práticas pedagógicas e metodológicas em sala de aula adotando

estratégias mais efetivas e inovadoras, mas que ainda apresentam limitações de ordens didática e epistemológica a serem superadas. Essas deficiências advêm de “[...] sucessivas medidas que levam à desvalorização dos profissionais da educação e ao sucateamento das instituições superiores públicas voltadas à formação de professores” (BRZEZINSKI, 1999, p. 83), tendo como consequência a construção de profissionais que, por sua vez, fomentarão uma educação básica medíocre, sem profundidade conceitual, apropriadas estratégias de ensino ou dialogicidade – as quais apresentam-se como fundamentais ao processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, além desta seção introdutória que contextualiza a importância das ações extensionistas, este artigo apresenta, na seção seguinte, a base teórico-metodológica do Círculo de Bakhtin assim como a concepção de ensino-aprendizagem e de revisão que subsidiam as ações propostas. Em seguida, discute os resultados alcançados junto a professores e alunos nas oficinas de práticas de leitura, escrita e revisão e, na seção final, tece as considerações da equipe quanto às ações extensionistas desenvolvidas.

Referencial teórico-metodológico

As ações propostas pautam-se na concepção dialógica de linguagem e de gêneros do discurso do Círculo de Bakhtin (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1990; BAKHTIN, 2003), assim como de ensino e aprendizagem da língua portuguesa (BAKHTIN, 2013), de produção textual (OLIVEIRA, 2001) e revisão de textos (OLIVEIRA, 2016). Por meio das práticas de leitura e (re)escrita desenvolvidas no projeto extensionista, é possível como propõe Bakhtin (2013, p. 08), “promover outra mudança na linguagem escrita dos alunos, de modo que de novo ela se aproxime da linguagem oral vivaz e expressiva, a língua da vida real. Mas essa semelhança deve ocorrer em um nível superior de desenvolvimento cultural”.

Desse modo, para subsidiar as práticas de linguagem relacionando-as com o contexto cotidiano e escolar de discentes do ensino fundamental, utiliza-se a análise/teoria dialógica do discurso do Círculo de Bakhtin, especialmente a noção de enunciado como unidade de comunicação sociodiscursiva. Nessa concepção, o diálogo se configura como um traço decisivo da linguagem, que não se limita a aspectos linguísticos e estruturais, mas a tudo que comunica e assume nossa posição diante do mundo. A escrita também é considerada respondente, já que é constituída por enunciados de outros que vieram antes, ou surgirão depois, diante dos quais o autor também já tem seu posicionamento e suas escolhas, haja vista que “[...] cada enunciado é um elo da cadeia complexa de outros enunciados” (BAKHTIN, 2003, p. 291).

Para trabalhar a produção textual na perspectiva dialógica proposta, realizam-se oficinas, de acordo com a concepção da Linguística Aplicada, as quais são desenvolvidas sob as propostas

intervencionistas de Moita Lopes (1996), Kleiman (1993), e Kleiman e Sepulveda (2012), assim como a abordagem metodológica de Alves-Mazzotti e Gewandszajder (1998). Essas oficinas são ministradas por docentes com experiência nos temas abordados, conforme quadro a seguir, professores da UERN e do ensino fundamental, assim como professores mestrandos e professores egressos do Profletras, que contam com a participação e mediação de alunos bolsistas e voluntários do curso de Letras junto aos alunos do ensino fundamental.

1ª oficina: Linguagem e língua
2ª oficina: Gêneros do discurso
3ª oficina: Práticas de leitura I: desenvolvendo o gosto e a imaginação
4ª oficina: Práticas de leitura II: estratégias antes, durante e após a leitura.
5ª oficina: Texto: aspectos discursivos e estruturais
6ª oficina: Produção textual I: os gêneros cotidianos
7ª oficina: Revisão textual I: discursiva e linguística de gêneros cotidianos
8ª oficina: Produção textual II: os gêneros escolares
9ª oficina: Revisão textual II: análise discursiva e linguística de gêneros escolares
10ª oficina: Práticas de leitura e de produção de textos na perspectiva de letramento
11ª oficina: Práticas de leitura e escrita: gêneros literários
12ª oficina: Práticas de escrita I: revisão e reescrita individual
13ª oficina: Práticas de escrita II: revisão e reescrita coletiva

Essas oficinas são de substancial pertinência na reconstrução do ensino-aprendizagem no que cerne às práticas de leitura e escrita difundidas em sala de aula e em outras situações com as quais os professores se deparam no dia a dia, sendo possível direcionar os alunos ao entendimento de como os gêneros se constituem, se transformam, funcionam e significam.

Entretanto, para que tal mudança envolva tanto alunos quanto professores é necessária, como diz Oliveira (2016), a interação entre eles para que o discente compreenda, por meio da orientação docente, o que se precisa ajustar em determinado texto no processo de revisão.

Nesse processo, Antunes (2003) afirma ser o professor o principal intermediário na fase de reescrita, pois é seu papel orientar os discentes a “[...] vivenciar a experiência de: primeiro planejar, depois escrever [...]; e, em seguida, revisar e reformular seu texto conforme cada passo, para deixá-lo na versão definitiva” (ANTUNES, 2003, p. 115-116). A revisão, desse modo, deve ser proposta nas disciplinas de produção textual como um meio de o discente aprimorar a sua criticidade diante dos fatos, exercendo uma autonomia, pois, conforme afirmam Pasquier e Dolz (1996, p. 37), a revisão é “[...] um dos momentos fortes da aprendizagem da produção de um texto”.

Resultados e discussão

Articulada entre ensino e a pesquisa, a extensão é uma das práticas mais eficientes da universidade no que cerne à formação de cidadãos aptos a contornar entraves laborais, escolares e cotidianos. Partindo-se do princípio de que a formação e a qualificação profissional vão além dos

muros da academia, compreendendo também a necessidade de interação com a população do entorno, é que as oficinas de leitura, revisão e (re)escrita promovidas entre docentes e discentes do ensino fundamental em escolas de Açú/RN apresentam resultados positivos. Com isso, constata-se a necessidade da articulação entre as ações extensionistas com o ensino e a pesquisa, o que possibilita desenvolver atividades com os outros setores da esfera civil, no caso deste projeto, a escola.

O entendimento de tal proposta pelos docentes é de substancial valor não apenas em sua formação inicial como também ao longo de toda a formação continuada, pois, de acordo com Liberali (2008), o objetivo da academia nos tempos atuais deve ser o de formar docentes crítico-reflexivos que despertem a autonomia de seus alunos.

Dentre as deficiências apresentadas no ensino, evidencia-se o conceito de linguagem fortemente arraigado à perspectiva estruturalista, sendo esta ainda muito difundida na escola e tida como um dos pilares da prática docente. Desse modo, é importante que o ensino seja subsidiado pela perspectiva dialógica de linguagem e de gêneros discursivos por meio dos quais fala-se e escreve-se nas diferentes situações sociocomunicativas. Essa articulação entre linguagem e gêneros do discurso se faz necessária porque, como afirma Bakhtin (2003, p. 284), mesmo que muitos sujeitos dominem a língua, em algumas situações sociais sentem-se inseguros para se posicionarem “[...] precisamente porque não dominam na prática as formas de gênero de dadas esferas”.

Considerações finais

Conforme exposto neste artigo, as práticas de leitura, escrita e revisão textual por meio de oficinas podem desenvolver a criticidade e a autonomia dos alunos tanto no âmbito fundamental e acadêmico quanto no âmbito profissional e cotidiano, contribuindo efetivamente em suas vidas. Para os docentes, as novas ferramentas de trabalho, além de representarem um avanço em suas práticas pedagógicas, surtem efeito positivo no desempenho dos alunos em outras disciplinas e são fundamentais para superar os baixos índices do IDEB no município.

Assim, considera-se que a orientação dos professores de língua portuguesa em serviço, quanto às práticas de leitura, revisão e escrita de seus alunos, como também quanto à produção, à circulação e à recepção de gêneros discursivos em diversas situações de interação no ensino fundamental, precisa ser reforçada. Por isso, espera-se que os docentes assistidos neste projeto de extensão partilhem os conhecimentos adquiridos com os demais professores no que se refere à problemática da produção textual, pois, de acordo com Neves *et al.* (2006), “[...] não faz sentido atribuir a responsabilidade pelo ensino da leitura ao professor de apenas uma matéria”. Ou seja: apenas uma abordagem interdisciplinar poderia desenvolver práticas de leitura e escrita que atendam às demandas da contemporaneidade.

Referências

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judite; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de estilística no ensino da língua**. Tradução, posfácio e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólcova Américo. São Paulo: Editora 34, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. VOLOCHINOV, Valentin N. [1929]. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

BAKHTIN, Mikhail [1979]. **Estética da criação verbal**. 4. ed. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRZEZINSKI, Iria. Embates na definição das políticas de formação de professores para a atuação multidisciplinar nos anos iniciais do ensino fundamental: respeito à cidadania ou disputa pelo poder? **Educação & Sociedade**, v. 20, n. 68, 1999. p. 80-108.

KLEIMAN, Angela; SEPULVEDA, Cida. **Oficina de gramática: metalinguagem para principiantes**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2012.

KLEIMAN, Angela **Oficina de leitura: teoria e prática**. Campinas: Pontes, 1993.

LIBERALI, Fernanda Coelho. **Formação crítica de educadores: questões fundamentais**. Taubaté: Cabral, 2008.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Oficina de linguística aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas: Mercado das letras, 1996.

NEVES, Iara Conceição Bitencourt *et al.* **Ler e escrever: compromisso de todas as áreas**. 7. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

OLIVEIRA, Maria Bernadete Fernandes de. Relações dialógicas, vozes, instauração do outro e o ensino da produção textual. **Boletim da ABRALIN**, v. 26, 2001.

OLIVEIRA, Risoleide Rosa Freire de Oliveira. **Revisão de textos: da prática à teoria**. Edição ampliada. ePUB e PFD. Natal: Edufrn, 2016.

PASQUIER, Auguste; DOLZ, Joaquim. Un decálogo para enseñar a escribir. **Cultura y Educación**, 2: 1996, p. 31-41. Madrid: Infancia y Aprendizaje. Tradução de Roxane Helena Rodrigues Rojo.

PROJETO CINEDIGITAL

Área Temática: Educação

Ed Carlos Pessoa da Silva
(edcarlospessoa@gmail.com)
Ceres Germanna Braga Moraes
Cicilia Raquel Maia Leite
Jéssica Neiva de Figueiredo Leite
Raimundo Nonato Bezerra Neto

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

O CineDigital é um projeto pedagógico de extensão universitária que busca utilizar a análise de filmes para discutir conteúdos temáticos relacionados a Tecnologias da Informação. Através da análise da forma e do sentido do filme, procura-se fomentar a discussão sobre o passado, presente e futuro das tecnologias, propiciando assim uma consciência crítica das novas tendências no contexto global. O projeto, o qual busca levar a escolas da cidade de Mossoró novas formas de se discutir a influência das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC) na sociedade atual, já visitou escolas Públicas e Privadas, na cidade de Mossoró, contemplando ao menos 150 estudantes e professores, os quais além de assistirem ao filme e debaterem a temática, acabam conhecendo melhor o curso de Ciência da Computação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), de forma a serem encorajados a seguir carreira acadêmica nesta área.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Projeto Pedagógico, Novas Tecnologias de Informação e Comunicação.

Introdução

O CineDigital é um projeto pedagógico de extensão universitária que busca utilizar a análise de filmes para discutir conteúdos temáticos relacionados a Tecnologias da Informação. Tem como foco principal apresentar de forma lúdica teorias e fundamentos da Ciência da Computação, nas suas mais variadas áreas de conhecimento, aliando o prazer de assistir filmes à construção de novos conhecimentos, através de debates, mesas redondas, workshops, etc. Pretende-se, ainda, maior integração entre discentes do curso referido com outros cursos, além de levar essa prática a outras IES do município

de Mossoró/RN e a escolas estaduais de nível médio, com o intuito de apresentar do curso de Ciência da Computação da UERN.

O desenvolvimento do presente projeto surgiu frente a um cenário de reflexões acerca da importância das novas tecnologias, associando-as ao contexto educacional, priorizando principalmente a questão da interdisciplinaridade das disciplinas do curso de Ciência da Computação, reforçando a teoria e prática.

Podemos destacar que as ações que são desenvolvidas no projeto como: estudo da importância da inserção de filmes e diferentes mídias como componente extracurricular de sala de aula, preparação de material a ser exibido, debates ministrados para a comunidade acadêmica e demais centros de educação do município de Mossoró/RN, construção do conhecimento coletivo do grupo e experiência adquirida durante a vigência do projeto resultará em dados científicos importante e, certamente, em um ou mais artigos científicos.

Também, a vivência das práticas pesquisa, ensino e trabalho por parte do grupo que compõe o projeto com membros da sociedade constituirá um aprendizado prático para a vida estudantil, gerando experiência para todos os participantes. Tal prática tende ao fortalecimento dos conceitos estudados em sala de aula na Universidade, no caso, do curso de Ciência da Computação, melhorando a qualidade do aprendizado do aluno e a interação e integração com os demais discentes e com o próprio curso.

Desenvolvimento

Sabe-se que as tarefas corriqueiras do dia-a-dia são cada vez mais influenciadas pela presença das tecnologias. Mesmo nas tarefas simples, ou nas mais sofisticadas, de maneira ou de outra, as tecnologias estão dando apoio para que sejam realizadas. No entanto, a atividade de ensinar ainda é uma das poucas que ainda tem a mesma dimensão e concepção praticamente inalterada nos últimos séculos: sempre a imagem de um professor como único mediador e “transmissor” do conhecimento, para dezenas de alunos na sua frente (Duarte, 2002).

Neste sentido, as escolas e universidades têm buscado ao longo dos anos novas metodologias de ensino, o que não quer dizer que acarretará na substituição da figura do professor. Ao contrário, a busca é pela inovação, pela inclusão de aparatos tecnológicos que possam auxiliar o professor no seu trabalho de ensinar, tornando o processo de aprendizagem por parte do aluno em algo mais próximo de sua realidade e conseqüentemente mais agradável. Afinal, como é possível que um professor, apenas

com quadro e giz (ou seja, as aulas tradicionais), faça frente à televisão, cinema, internet, revistas e toda uma gama de mídia e tecnologia muito mais atrativas?

Logo, de acordo com Xavier (1983) trabalhando-se com diferentes recursos didáticos o processo ensino-aprendizagem pode ser auxiliado se estes forem corretamente utilizados. O resultado pode ser aulas diversificadas, estudantes mais participativos e um olhar diferente sobre os recursos e ferramentas com as quais entram em contato diariamente, fora do contexto da Universidade.

A linguagem visual veiculada pelos filmes pode auxiliar o trabalho com diferentes conteúdos (Xavier, 1983). Em se tratando do ensino da Informática, pode-se ver que existem muitos filmes que retratam, focalizam, diversos elementos que se relacionam com os variados campos de saber da Computação e como esta está inserida na sociedade e isto pode, e deve, ser devidamente explorado. A utilização de filmes está diretamente relacionada à capacidade de percepção do professor em relacionar a tecnologia com sua proposta educacional.

É notório que a força e a facilidade de leitura das imagens, sem dúvida alguma, pode ajudar a compreender melhor todo o contexto a que se refere à aula e ao que o aluno assistiu na tela (Napolitano, 2005). Ainda que o foco seja o espaço para a linguagem visual inegável a camada verbal inerente aos filmes, o filme poderá ser estímulo para ela e não seu substituto, pois exige do leitor uma interpretação da realidade tomada como referência enquanto discurso ficcional, ou mesmo da realidade que o cerca.

Dessa forma, vê-se importância do projeto CineDigital, tendo como foco, além de levar os discentes à uma discussão crítica dos mais variados assuntos que transcorrem o curso de Ciência da Computação, promover uma maior integração entre docentes e discentes dos mais variados períodos do curso, bem como a divulgação do mesmo em outros centros de educação, apresentando de forma lúdica e dinâmica teorias e princípios que cernem a Informática.

Resultados e Discussões

O projeto CineDigital iniciou suas atividades no mês de agosto de 2016. Conta com uma professora coordenadora, um bolsista de extensão, sete professores colaboradores e um técnico administrativo, todos pertencentes ao Departamento de Informática (DI) da UERN.

Com apenas dois meses de desenvolvimento, o projeto já foi apresentado para três escolas do município de Mossoró/RN, sendo uma delas particular, e duas públicas. Além disso, foram realizadas duas sessões de filme na própria UERN, atendendo alunos do curso de Ciência da Computação, Matemática e Gestão Ambiental.

Nesse período, estimamos que cerca de 150 discentes tenham participado de forma direta do projeto, assistindo ao filme e participando do debate que é sempre realizado por um professor mediador acerca do que foi apresentado. Além disso, na oportunidade da realização do projeto.

As Figuras 1 e 2 apresentam dois momentos do desenvolvimento do projeto CineDigital.



Figura 1: CineDigital no Colégio Pequeno Príncipe



Figura 2: Projeto CineDigital na UERN com alunos de Ciência da Computação e Gestão Ambiental

A Figura 1 mostra a visita ao Colégio Pequeno Príncipe. Esta é uma escola particular do município de Mossoró e os alunos da terceira série do ensino médio tiveram a oportunidade de conhecer melhor sobre o uso de tecnologias, bem como o curso de Ciência da Computação da UERN. Já a Figura 2 apresenta a realização do projeto na UERN para alunos de Ciência da Computação e do primeiro período de Gestão Ambiental da UERN. Nessa sessão foi discutida aspectos de Inteligência Artificial, e como esta influencia na sociedade.

Considerações Finais

A extensão universitária visa proporcionar o crescimento pessoal e profissional daqueles que a formam. É a partir dela que a vivência entre a teoria e a prática, de fato, acontece. É com a extensão que a sociedade percebe o quão nobre e favorável são os investimentos feitos para com a Universidade e, por sua vez, é nela que a Universidade percebe a sociedade como aliada, como pertencente à sua formação.

O projeto CineDigital propõe levar à sociedade a discussão de teorias vistas em sala de aula, de forma descontraída, para que alunos e professores de escolas de ensino médio vejam e entendam a ligação entre a tecnologia e o nosso dia a dia, e vejam que podemos ser construtores desse conhecimento que nos cerne diariamente.

Espera-se, portanto, que através do desenvolvimento desse projeto, cada vez mais seja vista a necessidade de se investir em conhecimento, estudo e preparo tanto para o uso quanto para o desenvolvimento das NTIC.

Referências

- DUARTE, Rosália. Cinema & Educação. Belo Horizonte, Autêntica, 2002.
- NAPOLITANO Marcos. Como usar o cinema na sala de aula. São Paulo, Contexto, 2005.
- XAVIER, Ismail (Org.). A experiência do cinema: antologia. Rio de Janeiro:Graal: Embrasilme, 1983.

PROJETO ENSINO DE CULTURA, LITERATURA E LÍNGUA PORTUGUESA – PECLEP

Área Temática: Educação

Maria Brena da Costa
brenacosta3@gmail.com

Secleide Alves da Silva
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

O Projeto Ensino de Cultura, Literatura e Língua Portuguesa-PECLEP propõe a continuidade das atividades outrora desenvolvidas pelo Núcleo de Ensino de Cultura, Literatura e Língua Portuguesa-NECLEP do Departamento de Letras Vernáculas, CAMEAM – UERN. Objetiva propiciar atividades de extensão voltadas para o ensino-aprendizagem de língua portuguesa à comunidade do Campus Avançado “Profa. Maria Elisa de Albuquerque Maia”, do Núcleo Avançado de Educação Superior de Umarizal e à comunidade externa de Pau dos Ferros e região. A base teórica dos cursos do PECLEP fundamenta-se numa abordagem dialógica da linguagem, pensando na sua relação com a cultura na construção de competências comunicativas. Acreditamos que, no imbricamento do ensino, pesquisa e extensão estamos promovendo um ensino reflexivo, em que há uma relação de troca na qual os conhecimentos são construídos dialeticamente, legitimando a universidade como espaço disseminador de conhecimentos na formação profissional em consonância com as necessidades da sociedade.

Palavras-chave: Ensino; Extensão; Língua Portuguesa.

Introdução

Considerando a experiência do Núcleo de Extensão do Departamento de Letras de Pau dos Ferros – inicialmente, Núcleo de Línguas e Literaturas-NELL (2003), e depois, por circunstância da divisão do Departamento de Letras em Letras Estrangeiras e Letras Vernáculas, Núcleo de Ensino de Cultura, Literatura e Língua Portuguesa-NECLEP, próprio do Departamento de Letras Vernáculas – é notória a sua grande contribuição para a nossa instituição acadêmica no tocante ao desenvolvimento de atividades de cunho extensionistas, capazes de articular sujeitos sociais na construção de conhecimentos junto às comunidades. Deste modo, o Projeto Ensino de Cultura, Literatura e Língua Portuguesa – PECLEP, visa dar continuidade às atividades desenvolvidas pelo antigo NECLEP desde 2003. Assim, partindo desta perspectiva inicial, percebemos a necessidade de especificar por área de ensino, de modo que nos fosse possível realizar discussões mais específicas, que proporcionassem ao aluno de Letras e aos sujeitos da sociedade que participam dos cursos oferecidos a abrangência dos conhecimentos que envolvem a cultura culta, erudita e popular da Literatura

em suas diversas dimensões e da Língua Portuguesa com seus eixos temáticos.

O objetivo geral do projeto é oferecer carga horária extracurricular aos alunos da UERN, e, principalmente, aos alunos concluintes do Ensino Médio e às pessoas das comunidades às quais o Campus de Pau dos Ferros abrange. Cabe destacar que os cursos do PECLEP abrangem alunos e membros da comunidade em geral, normalmente alunos da rede básica de ensino dos municípios atendidos pela UERN na região de Pau dos Ferros e Umarizal.

Cada curso é ministrado por um monitor, aluno de graduação em Letras (Língua Portuguesa), sob a orientação de um tutor docente da UERN, que acompanha o graduando ministrante desde o planejamento até a finalização das atividades. A preocupação em proporcionar o acesso do graduando aos diversos elementos que permeiam a Língua Portuguesa, possibilitando o contato com a experiência da docência para além do estágio supervisionado, parte inicialmente da necessidade de aliar-se as teorias estudadas e os conhecimentos produzidos na academia ao trabalho prático com a língua. A Língua Portuguesa apresenta uma enorme riqueza de usos, logo, isso nos coloca em um contexto de fala e expressões diversificadas em que precisamos promover discussões que motivem os alunos do curso de Letras – Língua Portuguesa, a entender qual a dimensão cultural, social, linguística que envolve esse idioma.

Desenvolvimento

Os cursos ofertados pelo PECLEP estão pautados de forma geral numa perspectiva teórico-metodológica de natureza sociointeracionista, nos quais a linguagem assume um caráter dialógico e se manifesta através de gêneros dos discursos que atuam em determinadas esferas da atividade humana produzindo sentidos.

Deste modo, as atividades desenvolvidas inserem-se no construto teórico bakhtiniano, no qual “A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua” (Bakhtin, 2006, p. 123). O que implica dizer que, todo trabalho a ser realizado com a linguagem, no sentido de colocá-la como objeto e atividade de aprendizagem, não pode concebê-la como algo mecânico, estrutural, mas, como prática discursiva a mobilizar sujeitos que, envoltos de situações interativas as realizam dentro de suas competências linguísticas comunicativas.

Os sujeitos envolvidos nos eventos comunicativos fazem uso da linguagem com fins específicos no jogo das interlocuções. É preciso, portanto, criar situações concretas de uso da língua e interação, como estratégias de aprendizagem. Conforme Oliveira (2010, p. 29),

“Ensinar à luz da visão interacionista, significa facilitar a aprendizagem dos estudantes, entender o aprendizado como um fenômeno cultural”. Tratando-se dos cursos e atividades do PECLEP, estes seguem na mesma direção ao buscar articular, mediante a linguagem, culturas diferentes, povos diferentes, criando então estratégias de identificação/subjetivação dos sujeitos como importantes na construção do conhecimento.

A perspectiva, portanto, de língua no conjunto dessa proposta, se delineia na compreensão do que nos coloca Bakhtin (2006, p. 282), o qual a enxerga como “um fenômeno social da interação verbal realizada através do enunciado”. A língua então, nesse sentido, só se realiza mediante condições de produção, ou seja, mediante a interação social entre sujeitos, sendo ela resultado, produto linguístico-discursivo, que carrega em si efeitos das práticas comunicativas.

No dizer de Antunes (2007, p. 169), “A língua é parte de nós mesmo, de nossa identidade cultural, social e histórica, que é por meio dela que se socializa, interage e desenvolve o sentimento de pertencimento a um grupo ou a uma comunidade”. À vista disso, o PECLEP, através do trabalho com a língua, reconhece esses elementos de sua natureza social. A língua, então, revela a cultura de um povo que se materializa de várias formas e cores, e de muitas gramáticas.

Nesta perspectiva interacionista da linguagem, as ações do PECLEP devem primar pelo uso variado de gêneros textuais/discursivos, como ferramentas capazes de desenvolver essa competência comunicativa dos usuários da língua, pois, segundo Marcuschi (2002, p. 25), “gêneros textuais são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos”. O uso dos gêneros em atividades de ensino e prática de linguagem torna-se positivo, justamente pela natureza com que os gêneros encerram práticas discursivas, no sentido de serem os gêneros textuais/discursivos formas materiais de organização da linguagem a partir das esferas da comunicação humana.

Colocando o gênero textual/discursivo no centro da atividade da língua como objeto de ensino, possibilita de maneira mais interativa o desenvolvimento da competência comunicativa, pois eles são artefatos que se arranjam conforme propósitos comunicativos. Assim, de maneira geral, são essas concepções de linguagem, língua (interação/dialogismo/gêneros textuais) que sustenta os propósitos das atividades sugeridas a partir do PECLEP, estendendo como ações extensionistas que tem na linguagem um objeto múltiplo e instigante na relação com o social e o cultural. É por essa razão que conforme Bronckart (1996, p. 103),

[...] a apropriação dos gêneros é um processo fundamental de socialização para a inclusão funcional dos indivíduos nas atividades comunicativas, uma vez que é através desse processo de apropriação que os indivíduos se tornam capazes de refletirem e agirem produtivamente e positivamente na sociedade.

Contudo, o conjunto dessa discussão teórica na qual se fundamenta a nossa proposta vai ao encontro da necessidade de criar mecanismos que possam, na soma de atividades, construir possibilidades de desenvolver a competência comunicativa, como objetivo de um ensino produtivo de língua, pois como menciona Travaglia (2001, p. 40),

O ensino produtivo, sem dúvida o mais adequado à consecução do [...] objetivo de ensino de língua materna [...], o de desenvolver a competência comunicativa, já que tal desenvolvimento implica a aquisição de novas habilidades de uso da língua e o ensino produtivo visa especificamente o desenvolvimento de novas habilidades.

Considerações finais

A relação fortemente marcada de integração ao ensino se torna possível quando a proposta sugere o envolvimento dos alunos na monitoria dos cursos, sempre orientado por professores da instituição proponente. Neste sentido, o aluno se coloca na posição sujeito-professor, aprendiz de sua prática pedagógica, uma vez que é dada ao aluno graduando do curso de licenciatura a possibilidade de experienciar no contexto de sala de aula, a relação teoria e prática, como necessária à sua formação profissional. Além disso, soma-se a uma relação importante entre universidade e comunidade na construção de conhecimentos a serem compartilhados.

O PECLEP se configura, portanto, como extremamente necessário, uma vez que permite um contato mais direto e profundo da academia com a comunidade em geral e, conseqüentemente, proporciona um maior entendimento das relações culturais, sociais e linguísticas que se inserem na compreensão da língua.

Os principais impactos esperados são o aprimoramento do ensino-aprendizagem para os alunos cursistas, o desenvolvimento da experiência profissional de docência para os alunos monitores, a maior integração entre as áreas do conhecimento, além de propiciar um espaço profícuo de reflexão sobre a linguagem e a Língua Portuguesa, especificamente.

Referências

ANTUNES, I. **Aula de Português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola, 2007.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

BRONCKART, J. P.; SCHNEUWLY, B.; SCHURMANS, M. N. **Manifesto: reformatando as humanidades e as ciências sociais, uma perspectiva vygostkiana**. Revista Brasileira de Educação, n.3, p. 64-74, 1996.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P. MACHADO, A. R. BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002. p. 19-36.

OLIVEIRA, L. **Coisas que todo professor de português precisa saber: a teoria na prática**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

QUALIFICAÇÃO EM CONTABILIDADE BÁSICA PARA GESTORES E NÃO CONTADORES DO MUNICÍPIO DE MOSSORÓ

Área Temática: Educação

Ítalo Carlos Soares do Nascimento
(italocarlos25@gmail.com)

Géison Calyo Varela de Melo
Carlos Felipe de Medeiros Carvalho
Gleycianna Almeida de Freitas
Saulo Medeiros Diniz

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

Pesquisa realizada pelos alunos de contabilidade aplicada à administração sobre a utilização da contabilidade pelos gestores do oeste potiguar, revelaram que apenas 15% entendem as informações geradas pela contabilidade. Assim, como forma de agregar a teoria à prática aos alunos, visto a demanda existente referente a esta lacuna e como forma de prestar um serviço de qualidade à comunidade, surgiu a ideia deste projeto de extensão. Dessa forma, consistirá em capacitar 04 alunos voluntários de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Campus Mossoró, selecionados através de processo seletivo, para repassarem conteúdos e treinamento, através de referencial teórico e exercícios práticos, aos gestores e não contadores deste município que utilizam a informação contábil no processo de tomada de decisão, possibilitando os mesmos de praticar a contabilidade de maneira mais consciente para gerenciar seu negócio e tomar suas decisões, sejam econômico-financeiras ou patrimoniais, com maior segurança.

Palavras-chave: Contabilidade, Gestão, Educação.

Introdução

O projeto “Qualificação em contabilidade básica para gestores e não contadores do município de Mossoró” é uma ação extensionista realizada pelo Departamento de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, que ocorre semestralmente desde o ano de 2010, sendo esta a sua oitava edição.

Pesquisa realizada pelos alunos de contabilidade aplicada à administração sobre a utilização da contabilidade pelos gestores do oeste potiguar, revelaram que 100% julgam a contabilidade como importante/muito importante, porém apenas 15% entendem as informações geradas por ela. Assim, como forma de cada vez mais agregar a teoria à prática aos alunos, visto a demanda existente referente a esta lacuna e como forma de

prestar um serviço de qualidade à comunidade, surgiu a ideia deste projeto de extensão.

A contabilidade tendo como objeto de estudo o patrimônio (conjuntos de bens, direitos e obrigações) das pessoas físicas ou jurídicas, proporcionará aos participantes uma visão mais prática e técnica, através de instrumentos, ferramentas e referencial teórico apresentados durante as palestras na qual será explanado os conteúdos (tais como: custos x despesas, formação de preços, análise de tributos, construção de demonstrativos, etc.) e sanado as dúvidas referente a questões onde envolva aspectos econômicos, financeiros e patrimoniais. Sendo assim, o projeto se justifica pela necessidade e carência destas informações por parte do público alvo e em contrapartida, oferecer gratuitamente aos interessados e demais participantes da sociedade, um momento onde se possa instruir e sanar possíveis dúvidas existentes, diante dos assuntos citados acima. Outro ponto também relevante, é proporcionar aos alunos de ciências contábeis uma vivência pedagógica, não visto em nossos currículos, mas importante para o discente que queira seguir carreira acadêmica, proporcionando uma maior maturidade, conhecimento, comunicação e postura, essenciais para o exercício da profissão docente.

Dessa forma, o projeto consistirá em capacitar 04 alunos voluntários de Ciências Contábeis da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – Campus Mossoró, selecionados através de processo seletivo, para repassarem conteúdos e treinamento, através de referencial teórico, exercícios práticos e cases, aos gestores e não contadores do nosso município que utilizam a informação contábil no processo de tomada de decisão, possibilitando os mesmos de praticar a contabilidade de maneira mais consciente para gerenciar seu negócio e tomar suas decisões, sejam econômicas, financeiras ou patrimoniais, com maior segurança, visto que o objeto de estudo da contabilidade é o patrimônio (conjunto de bens, direitos e obrigações) de pessoas físicas e jurídicas.

Desenvolvimento (referencial teórico – metodológico)

Uma das grandes deficiências enfrentadas pelos gestores no processo de tomada de decisões, trata-se de questões financeira e econômicas, ou por falta de conhecimento técnico ou pela geração de dúvidas durante o processo, o que é confirmado pelo SBRAE/RN, como também por pesquisas realizadas pelos alunos de Administração/UERN, Campus Central, na disciplina de Contabilidade Aplicada à Administração.

A Constituição Brasileira em seu artigo 2007, versa que as universidades além de

gozarem de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, também obedecem ao “princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2004a, p. 52).

A tríade ensino-pesquisa-extensão é vista como atividade interdependente no fazer universitário. O ensino precisa da pesquisa para aprimorá-lo e inová-lo, reafirmar e redefinir sempre que for necessário seu corpo epistemológico, evitando a estagnação. Da mesma forma, necessita da extensão para levar seus conhecimentos à comunidade e complementá-los com aplicações práticas. A extensão precisa dos conteúdos, dos educandos e dos educadores para ser efetivada, como também da pesquisa para diagnosticar e oferecer soluções para problemas diversos, com os quais irá deparar-se. Por sua vez, a pesquisa necessita dos conhecimentos veiculados pelo ensino, como base para novas descobertas. Além disso, a pesquisa depende da extensão para difundir e aplicar os novos conhecimentos produzidos. Por isso, ensino, pesquisa e extensão são atividades complementares e precisam ter valorações equivalentes no sistema universitário (SILVA, 2008). Esse autor ainda acrescenta que: A extensão universitária é, na realidade, uma forma de interação que deve existir entre a universidade [...] e os diversos setores da sociedade. [...] a Universidade leva conhecimentos e/ou assistência à comunidade, recebe dela influxos positivos como retroalimentação tais como suas reais necessidades, seus anseios e aspirações [...]. Ocorre, na realidade, uma troca de conhecimentos, em que a universidade também aprende com a própria comunidade sobre os valores e a cultura dessa comunidade. Assim, a universidade pode planejar e executar as atividades de extensão respeitando e não violando esses valores e cultura. A universidade, através da Extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade (SILVA, 2008).

A extensão universitária conforme os termos do Plano Nacional de Extensão Universitária como o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável para viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade (BRASIL, 2004b).

Além do registro já feito do texto constitucional, destaco que a indissociabilidade do ensino e da pesquisa também já foi defendida por Freire (2002). Para o autor “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (FREIRE, 2002, p.32). Nesse processo, o educador ao ensinar enseja uma permanente busca, que leva a indagações da realidade e de si mesmo. A pesquisa, então, proporciona constatar, e isso possibilita a intervenção, que favorece a educação do outro e de si mesmo.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, através da Pró-reitoria de Extensão vai mais além, quando conceitua extensão universitária e argumenta que: Extensão Universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade, consolidando compromissos e parcerias mútuas através de uma prática de intervenção social, objetivando a produção do saber transformador e formador e construtor da cidadania e da consciência crítica (PROEX/UERN, 2009).

Assim, as atividades de pesquisa/extensão contribuem para o conhecimento das pessoas em suas condições reais e isso só é possível quando saímos do nosso pedestal acadêmico e formos ao encontro da realidade objetiva, buscando conhecê-los em seus diversos aspectos, em suas inúmeras experiências, que apesar de intransferíveis, podem ser refletidas.

Diante desta breve contextualização sobre a importância da extensão universitária, a motivação desta proposta de elaboração de projeto de extensão, se iniciou após conclusão de pesquisa realizada com alunos na disciplina de contabilidade aplicada à administração, intitulada: “A utilização da contabilidade como ferramenta para tomada de decisão: um estudo de caso nas empresas do oeste potiguar”, que foi apresentada durante o VII Jornada Científica e VI Simpósio UERN de pesquisa e extensão – XI ENCOPE. O estudo realizado com 54 empresas revelou que 100% dos gestores pesquisados consideraram a contabilidade importante/muito importante, porém apenas 15% entendiam as informações geradas por ela. Outra variável destacada foi que 83% dos entrevistados responderam que teriam interesse em participar de cursos que envolvessem a temática contábil.

A cidade de Mossoró é formada basicamente por Micro e Pequenas empresas e são exatamente elas que segundo estudos do SEBRAE (2001) fecham em média 70% antes mesmo de completar dois anos. A pesquisa ainda revela que dentre os principais fatores está a má gestão da empresa, como também a falta de planejamento prévio.

Dentro desta perspectiva citada a cima, a contabilidade pode ser utilizada como auxiliar na minimização desta situação visto que, enquanto ciência social, tem como objeto de estudo o patrimônio de pessoas físicas e jurídicas e é uma ferramenta valiosa no processo de gestão, pois seu objetivo segundo Marion (2003) é fornecer informações econômico-financeiras para que o usuário da informação contábil venha tomar suas decisões com maior segurança. A problemática é que parte dessas informações, segundo Lucena (2004), deixa de ser utilizada em função de decisões primárias que se respaldam

no não entendimento dos números apresentados pela contabilidade. Outra variável também percebida pelo autor é que muitos gestores e não contadores, relegam à contabilidade ao segundo plano. Segundo Longenecker (1998, p.515): [...] os administradores precisam ter informações precisas, significativas e oportunas, se quiserem tomar boas decisões. Isso é particularmente verdadeiro quando se refere à necessidade de informações financeiras sobre as operações da empresa. A experiência sugere que a falta de aptidão em sistemas contábeis é um fator básico de insucesso entre pequenas empresas.

Silva (2002) vai mais além quando diz que a contabilidade é sem dúvida a maior fonte de informação sobre o patrimônio da empresa, permitindo conhecer com facilidade, todos os fatos que ocasionaram alteração qualitativa e quantitativa, servindo de bússola na administração dos negócios e contribuindo para o alcance dos objetivos. Somente com sua utilização o empresário terá os parâmetros necessários para sua decisão.

Visto a relevância da contabilidade, espera-se que este projeto possa conscientizar e trazer desenvolvimento de novas habilidades e competências aos participantes, sejam gestores ou não contadores, para que possam utilizar a contabilidade no seu dia-a-dia, não apenas como uma ferramenta para apuração de impostos, mas sim como uma ciência que fornecerá informações relevantes para o processo decisório e assim passar a acompanhar e entender o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas de maneira a controlar e gerenciar seus bens, direitos e obrigações de forma mais eficiente. Além disso, proporcionar aos estudantes de Ciências Contábeis uma vivência mais prática e real, como também desenvolver habilidades pedagógicas de docência, esta última não prevista em disciplinas no nosso Projeto Político Pedagógico.

O projeto de extensão trata-se de instruir 04 bolsistas voluntários, após processo seletivo, sobre temáticas voltadas sobre contabilidade para gestão das organizações e noções pedagógicas. Após este treinamento inicial, os alunos, através da supervisão do coordenador, irão ministrar palestras com temáticas diversas, tais como: custos, despesas, formação de preço de venda, demonstrativos contábeis, análise financeira e econômica, etc. a gestores e não contadores. O coordenador do curso também ministrará algumas palestras. O projeto terá uma carga horária de 40 horas, distribuídas em 16 palestras, cada uma com prazo de 1h 30min, totalizando em média 24 horas. Fora a preparação das palestras, o processo seletivo, o treinamento com os participantes, elaboração de relatórios parciais e finais, reuniões com voluntários, dentre outras atividades, totalizando 40 horas.

Desta forma, o objetivo geral do projeto é o de fornecer curso de capacitação em contabilidade básica para gestores e não contadores do município de Mossoró, tendo ainda como objetivos específicos: mostrar a importância da contabilidade no mundo dos negócios; possibilitar o entendimento dos relatórios e demonstrativos contábeis e incentivar o emprego da contabilidade no processo de tomada de decisão.

Resultados

O projeto está em execução desde o ano de 2010. Nesta sessão serão expostos os resultados de sua execução no semestre 2015.2, no ano de 2016, os quais foram coletados por meio de relatório final das atividades desenvolvidas. Neste semestre, a abertura das apresentações aconteceu no dia vinte e sete (27) do mês de abril de dois mil e dezesseis (2016), dando sequência nas semanas seguintes, em encontros semanais realizados nas quartas-feiras, nas salas de aula do curso de Ciências Contábeis, bloco da Faculdade de Ciências Econômicas (DCC - FACEM) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Ao todo foram realizados cinco encontros/ciclo de palestras nas datas: 27/04, 04/05, 11/05, 18/05 e 25/05.

Alguns temas das palestras apresentadas envolveram a contabilidade gerencial, a demonstração do fluxo de caixa, finanças pessoais e da empresa, microempreendedor individual, empreendedorismo na crise, plano de negócios, dentre outros temas de grande relevância para aqueles que buscam uma qualificação para o mercado.

Com relação aos discentes voluntários que participaram do projeto, verificou-se que os mesmos desempenharam suas atividades com competência, atingindo os objetivos do projeto no que diz respeito a levar sua contribuição para o público-alvo por meio de palestras orientadoras no processo de planejamento, controle e tomada de decisões gerenciais.

No último encontro aplicou-se uma ficha de avaliação, a fim de verificar como o público avaliou as palestras ministradas, sejam elas em sua estrutura organizacional; o tempo estabelecido; o lugar de realização das apresentações; o aproveitamento acadêmico; assim como o desempenho dos palestrantes, levando em conta os materiais utilizados (slides, dinâmicas e etc.), pontualidade, facilidade na comunicação e conhecimentos a serem repassados. Os resultados apontaram, na percepção dos participantes, que o projeto vem sendo bem executado e bem estruturado. Não houveram críticas destrutivas, somente incentivo para continuação desse trabalho. Sugeriu-se temas

para as próximas palestras a serem realizadas no semestre 2016.1 e a ampliação do projeto, com uma maior carga horária.

Ao longo de cinco anos de desenvolvimento do projeto já foram atendidas aproximadamente 700 pessoas, um público considerável, que tem adquirido conhecimentos sobre finanças, controle e gestão, possibilitando assim melhores condições para que estes possam atuar frente ao mercado de trabalho altamente competitivo.

Outro resultado alcançado está na capacitação profissional dos alunos voluntários que participam do projeto, resultado este que pode ser observado por meio de ex-alunos que hoje já ingressaram na carreira docente e estão lecionando em instituições de ensino superior.

Assim, nota-se que a indissociabilidade também está presente neste projeto de extensão, uma vez que os assuntos abordados no processo de ensino são difundidos a partir de uma metodologia própria à atividade extensionista. Desta forma, o projeto visa também a contribuição para a formação dos alunos voluntários do Curso de Ciências Contábeis que trabalharão diretamente com os assuntos emergentes na área da finanças e gestão.

Considerações finais

Qualificação em contabilidade básica para gestores e não contadores do município de Mossoró é uma ação de extensão em andamento que iniciou suas atividades no ano de 2010. A execução deste projeto constitui um esforço a mais, visando à contribuição e o fornecimento de ferramentas gerenciais úteis aos gestores e não contadores do município em questão, além de preparar os alunos voluntários para a docência. Espera-se uma contribuição positiva nesse sentido. Até o presente momento, verifica-se que o projeto tem sido desenvolvido de forma satisfatória e os resultados alcançados revelam que os objetivos têm sido atingidos. Como exemplo disso, ex-alunos voluntários que já participaram do projeto, hoje já ingressaram na carreira docente. Outro ponto a ser destacado é a contribuição dada aos gestores, comerciantes, público em geral que participaram do projeto e receberam uma qualificação profissional, os quais passaram a ter uma nova visão sobre o mundo dos negócios, modificando suas atividades de modo a alcançar melhores resultados.

Os cursos de Bacharelados não possuem em sua grade curricular, na sua grande

maioria, questões que envolvam aspectos pedagógicos, apesar de que, os bacharéis após sua especialização, podem atuar na área de docência. Ou seja, estes profissionais não são “formados professores”. Voltando para área de Ciências Contábeis, o que se percebe nas Instituições de Ensino Superior, é uma preocupação “excessiva”, voltada basicamente para o ensino, e muito raramente para a pesquisa e quase nunca extensão. O objetivo para nosso aluno, é proporcionar uma vivência acadêmica, através da instrução e treinamento dos mesmos, na qual estarão à frente de uma sala-de-aula, com acompanhamento dos docentes, e proporcionar a eles, que o nascimento deste projeto, veio através de uma pesquisa, na qual foi detectada uma carência deste tipo de informação para gestores e não contadores, e que os conteúdos vistos durante o curso, podem ser totalmente aplicados, intervindo na sociedade, para que a torne mais próspera, humana e ética. O projeto, então, vem com a proposta de que a tríade ensino-pesquisa-extensão são importantes e além de interagir entre si, tem sua contribuição para formação do discente, com maior potencial de entrar no mercado de trabalho, mais preparado e com mais habilidades e competências que um estudante que apenas se utilize do ensino para sua formação.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Senado Federal. **Texto constitucional vigente atualizado pelas Emendas Constitucionais nºs 1/92 a 43/2004 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nºs 1 a 6/94**. Brasília, 2004a.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Gabinete do Reitor. **Resolução nº 070/2004 – CONSEPE de 19/10/04**. Dispõe sobre as normas que regulamentam a Extensão Universitária na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2004b.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PROEX/UERN. Disponível em:

<<http://www.uern.br/extensao/extensao.asp?menu=apres>>. Acesso em: 07 set. 2010.

LONGENECKER, Justin G. **Administração de pequenas empresas**. São Paulo: Makron Books, 1997.

LUCENA, Wenner Glaucio Lopes. **Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micro e pequenas empresas localizadas no município de Toritama no Agreste pernambucano**. Dissertação (mestrado em Ciências Contábeis), Universidade de Brasília, 2004.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SEBRAE. **Fatores condicionantes e taxa de mortalidade de empresas**. Brasília: Sebrae, 2001.

SILVA, Daniel Salgueiro. **Manual de procedimentos contábeis para micro e pequenas empresas**. 5 ed. Brasília: CFC: SEBRAE, 2002.

SILVA, Oberdan Dias da. **O que é extensão universitária?** Disponível em: <<http://www.faa.edu.br/extensao.php>>. Acesso em: 11 out. 2016.

IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

SEMEA BIOTEC: INCENTIVO A CIÊNCIA E BIOTECNOLOGIA

Área Temática: Educação

Belícia Santana da Silva
(beliciasantana@gmail.com)

Rodrigo Freire Oliveira
Diandra Nala Reginaldo Rodrigues
Lívio Carvalho De Figueiredo

Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA

Resumo

Extensão pode ser entendida como atividade instigadora de um pensar fazer a formação acadêmica em uma pluralidade de saberes se tecem na relação dentro fora da Universidade. Nosso estudo intenciona perceber como o professor expressa a natureza da extensão em seus projetos, tendo como parâmetro de análise a potência dessa atividade como dispositivo formativo favorável ao exercício acadêmico-profissional inspirado na práxis. Tendo como espaço empírico propostas de extensão apresentadas no cenário formativo da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte no edital de carga horária de 2016. Selecionamos 14% das propostas aprovadas e analisamos os itens relacionados à indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; natureza e avaliação da extensão. Constatamos a importância de um diálogo que viabilize a discussão do conceito de extensão na perspectiva de ampliação dos sentidos para uma transformação em devir de uma postura docente implicada com a formação dialógica por meio de saberes plurais que perpassam a vida dentro fora da Universidade.

Palavras-chave: Ensino público; Incentivo a Ciência; Biotecnologia.

Introdução

A Biotecnologia é aplicado há muitos séculos, porém, a graduação em Biotecnologia é bastante atual e mesmo com a ampla necessidade desse profissional e suas ferramentas, a sociedade não compreende sua importância, nem significado, o que dificulta a inclusão desse profissional no mercado de trabalho. Mesmo com o número crescente de criação do curso de Biotecnologia em várias universidades a desistência e desmotivação é um problema notório, essa realidade pode ser atribuído a diversos fatores, mas a falta de conhecimento da sociedade pela área é um desestímulo

perceptível. Sendo necessário promover uma conscientização e divulgação dessa ciência, bem como incentivar a escolha dessa profissão (BORÉM, 2008; GOMES et al., 2010).

A Ciência é necessária para a construção da educação, sendo essa uma das diferentes formas de melhorar a educação para a cidadania, já que há uma forte tentativa, nas condições concretas da sociedade em que vivemos, para a participação interveniente nas decisões tecnocientíficas. O ensino da Ciência transmite visões da científico que se afastam notoriamente da forma como se constroem e evoluem os conhecimentos científicos. Visões empobrecidas e distorcidas geram o desinteresse, quando não mesmo o abandono, de muitos estudantes, e se convertem num obstáculo para a aprendizagem. (Praia et al., 2007)

Desenvolvimento

A ciência pode ser entendida pelo conhecimento adquirido através do estudo ou da prática, baseado em princípios. A ciência pode ser utilizada para promover conhecimento, desenvolver consciência crítica e estimular o estudo acerca de problemas cotidianos (TEIXEIRA, 2003).

Para que um país esteja em condições de atender às necessidades fundamentais da sua população, o ensino das ciências e da tecnologia é um imperativo estratégico. Hoje, mais do que nunca, é necessário fomentar e difundir a alfabetização científica em todas as culturas e em todos os sectores da sociedade, a fim de melhorar a participação dos cidadãos na adopção de decisões relativas à aplicação de novos conhecimentos (PRAIA et al., 2007)

Uma das ramificações da Ciência é a Biotecnologia, que pode ser descrita como o uso de conhecimentos sobre os processos biológicos e sobre as propriedades dos seres vivos, com o fim de resolver problemas e criar produtos de utilidade. É um conjunto de técnicas que utiliza seres vivos, ou parte desses, para produzir ou modificar produtos, aumentar a produtividade de plantas e animais de maneira eficiente. É o uso de células e biomoléculas para a resolução de problemas ou transformação em produtos. É um conjunto de técnicas que potencializa as melhores características das células, como a capacidades produtivas, e disponibiliza moléculas biológicas, como DNA e proteínas, para serem utilizadas (BORÉM, 2008; MAYOR, 1992).

O termo Biotecnologia foi utilizado, pela primeira vez, no início do século

passado. Apesar de o termo ser novo, o princípio é muito antigo. Considerando o seu conceito amplo, podemos dizer que a Biotecnologia iniciou-se com a agropecuária. Na Mesopotâmia, os povos selecionavam as melhores sementes das melhores plantas, para aumentar a colheita. Outro exemplo histórico da Biotecnologia é a utilização da levedura na fermentação da uva e do trigo para produção de vinho e pão. No século XIX descoberta da utilidade dos microrganismos trouxe a primeira revolução biotecnológica, a qual ocorreu na medicina com a produção das vacinas. Louis Pasteur foi o pioneiro e, no Brasil, Oswaldo Cruz foi um importante seguidor. Gregor Mendel, considerado o ‘pai da genética’, com a descoberta da hereditariedade e Alexander Fleming, descobridor do antibiótico penicilina obtido a partir do fungo *Penicillium*. A Biotecnologia moderna nasceu com a descoberta da estrutura do DNA por James Watson e Francis Crick no século XX. Essa descoberta foi fundamental para entender como o DNA era capaz de codificar as proteínas responsáveis por todos os processos e pelo fenótipo de todos os seres vivos após esses eventos a Biotecnologia tem sido responsável por muitos avanços científicos (BORÉM, 2008).

A Biotecnologia e suas aplicações são feitas há muitos anos, porém a graduação em Biotecnologia foi criada recentemente e mesmo sendo um curso promissor, o desconhecimento da área tem dificultado o entendimento das suas práticas e gerando uma resistência da sociedade em relação ao profissional da área. O desconhecimento desse profissional implica no número limitado de estudantes interessados em cursar a graduação. Além do mais, é perceptível o desestímulo causado pelas dúvidas e carência de informações da sociedade quanto ao profissional, o que contribui para um alto índice de evasão do curso (GOMES et al., 2010).

A educação em Ciências deve permitir a todos os indivíduos um aprimoramento de conhecimento da Ciência e suas ramificações como a Biotecnologia, conhecimento este que devem atribuir aos alunos pensamento crítico e inovação necessária a um ensino tão carente. A escassez de incentivo a educação afeta o desenvolvimento do ensino e aprendizado, as escolas públicas carecem de programas que visem contribuir com o ensino e incentivar a participação dos estudantes (KRASILCHIK, 2000; MAGALHÃES & TENREIRO-VIEIRA, 2006).

Esse projeto visa disseminar a área emergente da Biotecnologia para promover a integração dos discentes do curso. Assim como incentivar a participação de atividades extracurriculares, contribuindo para a formação do discente envolvido. Tal iniciativa tem como intuito maior transmitir o conhecimento já adquirido pelos discentes, tendo

como alvo principal os alunos de ensino médio da rede pública do município, a fim de que os mesmos possam conhecer e se motivarem para o ingresso no curso. Esta ação resulta em difusão deste ramo das ciências para a sociedade em geral, fazendo-se notória e relevante a área da Biotecnologia o qual ainda se encontra desconhecida.

Referências

BORÉM A; SANTOS, F.R. Entendendo a Biotecnologia. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 2008.

BORÉM A., SANTOS F.R. Biotecnologia Simplificada. Viçosa, Editora da UFV, 2001.

GOMES, M.J. et al. Evasão Acadêmica no Ensino Superior: Estudo na Área da Saúde. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, v. 12(1), p.6-13, 2010.

KRASILCHIK, M. **REFORMAS E REALIDADE**: o caso do ensino das ciências. São Paulo Perspec. vol.14 no.1 São Paulo Jan./Mar. 2000.

M LUDKE, MEDA ANDRÉ. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo (SP): EPU; 1986.

MAYOR, F. As biotecnologias no início dos anos noventa: êxitos, perspectivas e desafios. **Estudos Avançados**, v.6, p.16, 1992.

MAGALHÃES, S.I.R; TENREIRO-VIEIRA, C. Educação em Ciências para uma articulação Ciência, Tecnologia, Sociedade e Pensamento crítico. Um programa de formação de professores. **Revista Portuguesa de Educação**, V.19(2), p. 85-110, 2006.

Praia, J.; Gil-Pérez, D.; Vilches, A. O PAPEL DA NATUREZA DA CIÊNCIA NA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA. **Ciência & Educação**, v. 13, n. 2, p. 141-156, 2007.

TEIXEIRA, P.M.M. A educação científica sob a perspectiva da pedagogia histórico-crítica e do movimento C.T.S. no ensino de ciências. **Ciência & Educação**, v. 9, n. 2, p.

177-190, 2003.



**III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN**

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

MEIO AMBIENTE

REALIZAÇÃO:



CULTIVO DE PINHÃO MANSO PARA A PRODUÇÃO DE BIODIESEL: UMA PROPOSTA PARA O ASSENTAMENTO ELDORADO DO CARAJÁS II

Área Temática: Meio Ambiente
Dalila Daniela Duarte Cavalcante
(daliladaniela.duarte@hotmail.com)
Jessica Jessiana Ferreira Alves
Rosany Rossi Pereira Gomes
Yáskara Fabíola de Monteiro Marques Leite

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

RESUMO

O Pinhão Manso consiste em ser uma espécie oleaginosa, podendo ser capaz de se adequar a diversas variações de clima e solo, além de produzir sementes que contêm óleo para a fabricação de biodiesel, que pode ser de grande vantagem, tanto para o produtor rural como para o meio ambiente, com a redução da emissão de gases nocivos ao meio ambiente. Com isso, o objetivo principal do projeto foi mostrar à comunidade de Montana, localizada no assentamento Eldorado do Carajás II, a importância da prática da compostagem utilizando o aguapé (*Eichhornia crassipes*) como adubo para aplicação na espécie Pinhão Manso para a fabricação de biodiesel através da extração de óleo dos frutos da planta, dando uma oportunidade para o aumento da renda das famílias assim como a melhoria da qualidade ambiental.

Palavras-chaves: Compostagem; pinhão manso; biodiesel.

INTRODUÇÃO

A planta Pinhão Manso, sendo seu nome científico *Jatropha curcas L.*, é uma espécie que ocorre em todas as regiões tropicais e até nas regiões temperadas sendo cultivada no continente americano desde a época pré-colombiana. Suas sementes possuem um óleo que desde a década de 1920 foi usado para a iluminação de casas rurais nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, sendo também utilizado como lubrificante para motores de ignição durante a Segunda Guerra Mundial, que durou de 1939 a 1945. Além disso, a torta resultante da planta pode ser utilizada para a fabricação de sabão e o arbusto como cerca viva em pequenas propriedades (SATURNINO et al., 2005).

A grande preocupação em relação às alterações climáticas e a Crise do Petróleo que ocorreu no ano de 1973, motivaram as pesquisas científicas voltadas para fontes alternativas e renováveis de energia, que não degradasse de maneira significativa o meio ambiente

(SATURNINO et al., 2005). No final dos anos de 1970, foi lançado o Programa Proálcool no Brasil, sendo considerado um programa modelo para o atendimento à demanda de combustível que fosse renovável e alternativo no país (CÂMARA, 2006).

De acordo com a Agência Nacional do Petróleo (ANP) foram-se desenvolvendo correntes tecnológicas mundiais tendo em vista a escassez do combustível fóssil e também para a minimização dos seus efeitos negativos em meados do século XXI, para a sensibilização de grandes produtores agrícolas, pesquisadores, como também o Governo Brasileiro que criou o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, para a comercialização dos biodieseis (ANP, 2008).

O plantio de plantas que são oleaginosas pode ocorrer em todas as regiões do Brasil, porém quando são utilizadas para a produção de óleo vegetal em larga escala, são exigidas espécies que apresentem menores gastos com insumos agrícolas, apresentando também uma maior produtividade em relação à área plantada, para ser inserida nos cenários de agricultores familiares (MARQUES, 2007).

Por ser uma planta oleaginosa que resiste às diversas variações de solo e clima, o Pinhão Manso se torna uma alternativa que poderá trazer grandes benefícios para o produtor rural, principalmente se ele estiver inserido em ambientes onde o clima não é muito propício para a produção. O Pinhão Manso tem a vantagem de possuir um ciclo perene e produtividade média de duas toneladas por hectare (MELO et al., 2006). Como é uma planta que se caracteriza por ser rústica, pode adaptar-se a terrenos áridos e pedregosos, desempenhando um grande papel para a recuperação de áreas degradadas que sofrem com a erosão pluvial e eólica (ARRUDA et al., 2004) sendo de grande vantagem para o agricultor familiar.

Para a maximização dos benefícios para o meio ambiente, pode-se utilizar técnicas ambientalmente seguras para o tratamento do Pinhão Manso, sendo tal técnica, a compostagem. Para Lindenberg (1992, p. 3) a compostagem consiste como:

(...) um processo biológico de decomposição da matéria orgânica contida em restos de origem animal ou vegetal, e tendo como resultado final um produto - composto orgânico - que pode ser aplicado ao solo para melhorar suas características, sem ocasionar riscos ao meio ambiente e sendo um método natural por meio do qual os materiais normalmente considerados como lixo orgânico é transformado em material humificado, de cor escura e cheiro agradável, isento de sementes de ervas daninhas ou de microrganismos causadores de doenças em plantas.

Como a compostagem traz diversos benefícios, atualmente ela está sendo diversificada e aplicada tanto em espaços rurais como urbanos, sendo praticada dentro da própria residência de quem opta por realizar este processo para se obter adubo, que servirá

para a adubação de jardins, plantações e etc. Tal procedimento traz diversos benefícios para o meio ambiente, pois com o ato de compostar, diminui-se a quantidade de resíduos nos aterros sanitários, dando uma finalidade aos resíduos orgânicos que seriam descartados. Além disso, o adubo produzido a partir de resíduos orgânicos poderá melhorar a estrutura do solo, devolvendo os nutrientes de que a terra necessita, permitindo o controle da erosão e a capacidade do solo de reter água, evitando também o uso de fertilizantes que alteram negativamente a qualidade dos solos. (SILVA, 2000).

Com isso, o principal objetivo do projeto foi mostrar a técnica de compostagem para a população do Assentamento Eldorado do Carajás II, com a utilização de um resíduo tido como praga nos ambientes urbanos, principalmente nos corpos d'água, sendo este o aguapé (*Eichhornia crassipes*) existente em grande quantidade devido o lançamento de grandes cargas de matéria orgânica nas águas através de emissários de esgoto. Tal resíduo poderá ser utilizado para a produção de composto que deverá ser usado no plantio de Pinhão Manso para a produção de biodiesel, acarretando em grandes benefícios com a minimização da emissão de Gases de Efeito Estufa na atmosfera, bem como a geração de renda para os produtores rurais presentes no Assentamento.

METODOLOGIA

Localização da área de estudo

O assentamento Eldorado do Carajás II é o maior assentamento da reforma agrária do Rio Grande do Norte, localizado no município de Mossoró a cerca de 280 quilômetros da capital Natal no Território da Cidadania Açú/Mossoró. Esse assentamento foi criado em 2004 e compreende uma área total de aproximadamente 19,7 mil hectares, tendo capacidade para 1.150 famílias distribuídas em dez agrovilas, sendo sete no município de Mossoró e três no município de Baraúna (Figura 01).

Figura 01 – Localização do assentamento Eldorado do Carajás II



Fonte: Google Maps, 2016.

Para a obtenção dos dados, foi realizada uma coleta de informações que aconteceu no dia 09 de Janeiro de 2016 na comunidade de Montada, localizada no assentamento Eldorado dos Carajás II, onde foi primeiramente aplicado um questionário contendo perguntas relacionadas a temática Compostagem. Após a aplicação do questionário, foi apresentada uma palestra abordando os pontos que anteriormente tinham sido questionados e também foram reproduzidos alguns vídeos a respeito da importância de se realizar a compostagem em casa. Feito isso, foi reaplicado o mesmo questionário, a fim de determinar se os participantes haviam compreendido o que foi apresentado na palestra.

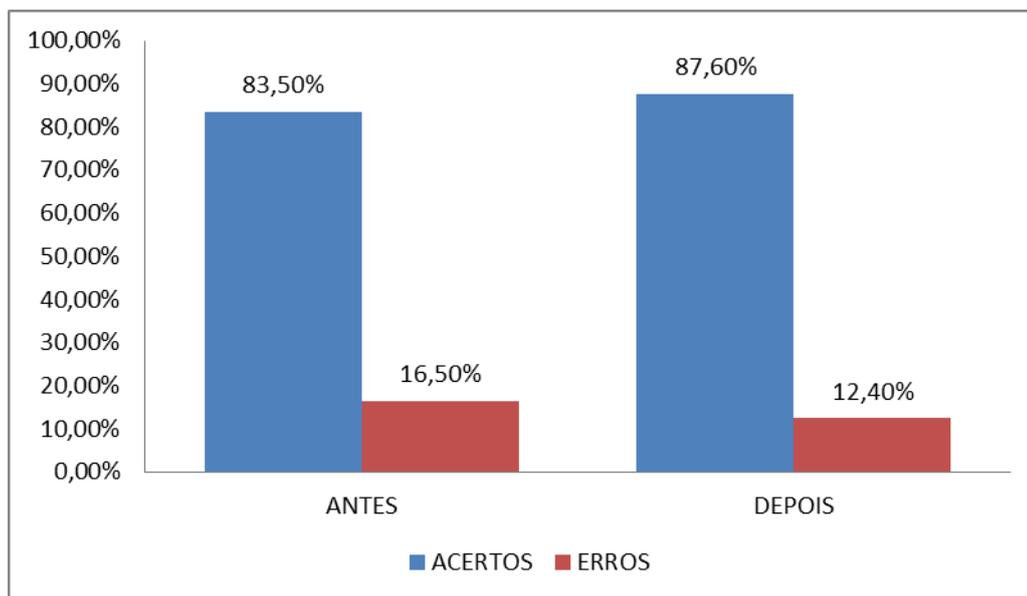
Essa metodologia se seguiu no decorrer da apresentação de mais duas palestras, em que na segunda apresentação foram mostradas as principais características da espécie *Jatropha curcas L.*, ou seja, o Pinhão Manso, além dos seus benefícios para o produtor rural. Na terceira apresentação, foram repassadas para a comunidade, as vantagens do plantio de Pinhão Manso para a produção de biodiesel, e se aplicou um questionário antes e depois das apresentações com questionamentos relacionados à temática da apresentação.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho foi apresentar e incentivar os moradores da comunidade a importância da prática da compostagem para a aplicação do adubo feito com aguapé no plantio de Pinhão Manso que poderá trazer grandes benefícios, tanto para o produtor rural como para o meio ambiente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os dados obtidos dos questionários antes e depois da apresentação da primeira palestra, que foi sobre a importância da compostagem, obtiveram-se os seguintes resultados expressos no Gráfico 01, no qual os resultados apresentam-se positivos, sendo que antes da apresentação da palestra, obteve-se 83,5% de acertos e 16,5% de erros. E após a palestra, os resultados positivos tenderam a aumentar, obtendo-se 87,6% de acertos e apenas 12,4% de erros.

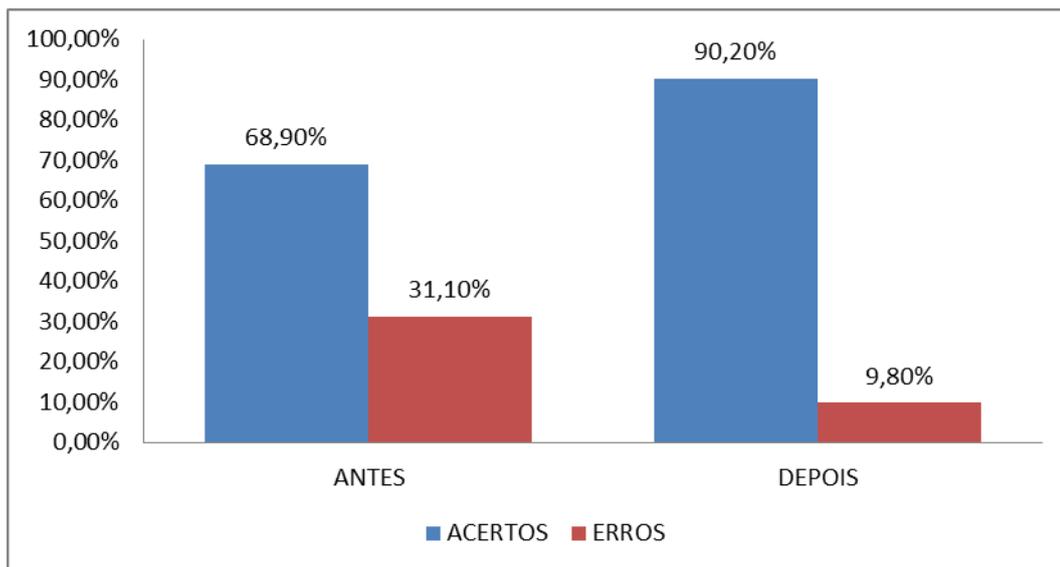
Gráfico 01 – Primeira palestra sobre Compostagem



Fonte: Autores, 2016.

O segundo questionário tratou de questões básicas sobre a planta Pinhão Manso, temática da segunda palestra apresentada à comunidade. Através da comparação dos questionários antes e depois da palestra, mostrados no Gráfico 02, é possível perceber que o objetivo de repassar os benefícios do plantio da espécie em solos do semiárido foram atingidos, tendo como acertos no primeiro questionário um percentual de 68,9%, e 31,1% de erros. Enquanto no segundo questionário os acertos aumentaram para 90,2% e os erros caíram para 9,8%.

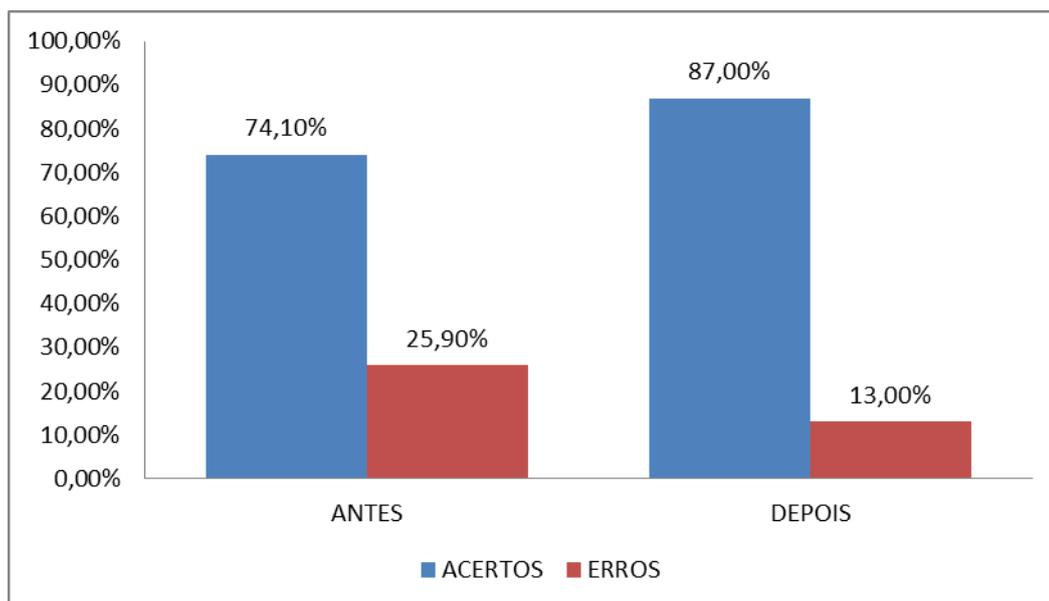
Gráfico 02 – Segunda palestra sobre a espécie Pinhão Manso



Fonte: Autores, 2016.

No terceiro e último questionário, onde foram abordadas perguntas a respeito da produção do biodiesel a partir do Pinhão Manso, os resultados se mantiveram positivos. Como apresentados no Gráfico 03, o primeiro questionário obteve 74,1% de acertos e 25,9% de erros. Já na segunda aplicação os dados apresentam um percentual de 87,0% de acertos e apenas 13,0% de erros, havendo um aumento de quase 13,0% de questões acertadas.

Gráfico 03 – Terceira palestra sobre biodiesel fabricado a partir do Pinhão Manso



Fonte: Autores, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pudemos observar que os objetivos do projeto de trazer a importância da compostagem com a utilização da macrófita aguapé, bem como apontar uma proposta que será de grande relevância para o produtor rural, sendo esta a prática do plantio de Pinhão Manso para a fabricação de biodiesel foram alcançados, pois os resultados dos questionários antes e após a palestra foram bastante positivos, podendo-se salientar que os participantes já tinham algum conhecimento de práticas utilizadas para a melhoria da qualidade ambiental.

Dessa forma, é possível concluir que os moradores conseguiram assimilar bem a importância das práticas que foram repassadas, que poderá gerar grandes benefícios, tanto para a comunidade como para o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ANP. **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**. Resolução ANP nº 21, 10/07/2008. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br/biocombustiveis/biodiesel.asp>>. Acesso em: 06 out. 2016.

ARRUDA, F. P. et al. Cultivo de pinhão manso para o Semi Árido nordestino. **Revista Brasileira de Óleos e Fibras**. Campina Grande, v.8, n.1, p.789-799, jan-abr. 2004.

CÂMARA, G. M. de S. Biodiesel Brasil – Estado Atual da Arte. **Conselho de Informações sobre Biotecnologia**. São Paulo, Set. 2006. Disponível em: <http://www.cib.org.br/pdf/biodiesel_brasil>. Acesso em: 06 out. 2016.

LINDENBERG, R. C. **60 Questões Sobre a Compostagem**. São Paulo, 1992. 15 p.

MARQUES, D. de A. **Pinhão manso para produção de biodiesel: um promissor negócio ou um grande desastre**. APTA, São Paulo, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.apta.sp.gov.br/noticias.php?id=2709>>. Acesso em: 06 out. 2016.

MELO, J. C. et al. **Avaliação preliminar do potencial do pinhão manso para o produção de biodiesel**. 2006. Disponível em: <www.biodiesel.gov.br/docs/congressso2006/produção/Preliminar20.pdf>. Acesso em: 07 out. 2016.

SATURNINO, H. M. et al. Cultura do pinhão manso (*Jatropha curcas L.*). **Informe Agropecuário**. Belo Horizonte, v.26, n.229, p.44-78, 2005.

SILVA, Edmilson B. **Compostagem de Lixo na Amazônia: Insumos para a Produção de Alimentos**. In: Simpósio Sobre a Reciclagem de Lixo Urbano para fins industriais e Agrícolas, Belém, 1998. **Anais**: Belém, PA, Embrapa Amazônia Ocidental, 2000, p.57-64.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO AMBIENTE ESCOLAR: UM INSTRUMENTO PARA A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA ECOLÓGICA

Área Temática: Meio Ambiente

Dalila Daniela Duarte Cavalcante
(daliladaniela.duarte@hotmail.com)

Jessica Jessiana Ferreira Alves

Rosany Rossi Pereira Gomes

Yáskara Fabíola de Monteiro Marques Leite

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

RESUMO

Atualmente, são claramente perceptíveis as diferentes problemáticas ambientais vivenciadas pela humanidade, que são decorrentes de várias atividades causadoras de degradação do meio ambiente, através do consumo exacerbado dos recursos naturais, assim como a geração de resíduos em grande escala em todos os ramos de atividades desenvolvidas pela sociedade. Sendo assim, a Educação Ambiental surge como um componente essencial para a formação do senso crítico de cada indivíduo em relação às questões ambientais. Com isso, o presente trabalho objetiva apresentar a implementação da Educação Ambiental na Escola Municipal Alcides Manoel de Medeiros, localizada na cidade de Mossoró/RN, mais precisamente aos alunos do 4º e 5º Ano, onde foi apresentada de forma prática e dinâmica a importância de se cuidar do ambiente em que se vive através da reciclagem, coleta seletiva e reaproveitamento de resíduos.

Palavras-chave: Educação Ambiental. Coleta Seletiva. Reciclagem.

INTRODUÇÃO

Diante dos debates realizados mundialmente acerca das questões ambientais em busca de soluções e ações relacionadas à sustentabilidade que pudesse ser aplicada à sociedade contemporânea, destaca-se a importância da inserção da Educação Ambiental, que surgiu com o preceito de despertar e construir um senso crítico em relação às questões ambientais e as problemáticas enfrentadas atualmente (Jacobi, 2005).

Sendo a escola o espaço onde primeiro se tem contato com outras formas de aprendizagem depois dos ensinamentos repassados pelos pais, a Educação Ambiental deve ser inserida e disseminada desde os primeiros níveis de ensino, onde comportamentos ambientalmente corretos devem ser assimilados desde cedo pelas crianças, fazendo parte do seu dia-a-dia (Pires, 1996).

Segundo Marcatto (2002) A educação ambiental é uma das ferramentas existentes para a sensibilização e capacitação da população em geral sobre os problemas ambientais. Com ela, busca se desenvolver técnicas e métodos que facilitem o processo de tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente de nos debruçarmos seriamente sobre eles.

De acordo com a UNESCO (2005, p. 44), “Educação ambiental é uma disciplina bem estabelecida que enfatiza a relação dos homens com o ambiente natural, as formas de conservá-lo, preservá-lo e de administrar seus recursos adequadamente”.

Os problemas ambientais enfrentados atualmente são inúmeros, dentre eles o que será discutido mais especificamente nesse projeto é a destinação inadequada dos resíduos sólidos, um problema enfrentado praticamente em todos os municípios brasileiros. A Lei Nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, trata em seu No Art. 9º da gestão e gerenciamento de resíduos sólidos, onde, deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada desses rejeitos.

Nesta política, algumas de suas ações preveem a redução do volume de resíduos gerados, a ampliação da reciclagem, além da implantação dos aterros sanitários que receberão apenas os dejetos que não podem ser reaproveitados e a extinção dos lixões. Entretanto a conquista dessas metas é um desafio ao país, nos últimos 11 anos o aumento da geração de lixo no país foi muito maior que o crescimento populacional, nos anos de 2003 a 2014 a geração do lixo cresceu 29% enquanto que a taxa de crescimento da população foi de apenas 6%. Além disso, ainda é encontrada pouca evolução quanto à eliminação dos lixões, onde em 2014, 1.559 municípios ainda tinham lixões a céu aberto (g1.globo.com, 2016).

Neste contexto, é importante mostrar aos alunos a necessidade de se destinar adequadamente os resíduos sólidos e principalmente para que eles possam ser agentes transformadores, que se sintam instigados a procurar saber se no seu bairro tem a coleta seletiva e assim poder participar ativamente, servindo também de inspiração para as demais pessoas que o rodeiam.

METODOLOGIA

O trabalho foi realizado na Escola Municipal Alcides Manoel de Medeiros, localizada na cidade de Mossoró/RN. Nesta escola funciona o ensino de alfabetização e fundamental, sendo o público alvo alunos do 4º e 5º ano.

Inicialmente, foi aplicado um questionário com o propósito de avaliar o conhecimento dos alunos sobre meio ambiente, reciclagem, coleta seletiva, dentre outras abordagens. Logo

em seguida, aplicou-se uma palestra (Figuras 1 e 2) sobre as questões tratadas no questionário, tendo como objetivo principal, esclarecer as dúvidas dos alunos e permitir que fossem passadas informações ainda desconhecidas por estes. O mesmo questionário foi aplicado após a palestra, desta vez afim de verificar se o conteúdo exposto na palestra havia sido compreendido e fixado.

Figura 1 - Momento da apresentação da palestra.



Fonte: Rosany Gomes, 2016.

Figura 2 - Momento da apresentação da palestra.



Fonte: Dalila Duarte, 2016.

Após isso, foi proposta a primeira gincana do projeto que consistia no recolhimento de rolinhos de papel higiênico, onde estes seriam matéria prima para a confecção de um brinde entregue para a turma vencedora, como também, matéria prima para a oficina, no qual seria ensinado como confeccionar o brinde que a eles foi dado.

Um segundo questionário foi aplicado com o intuito de medir o envolvimento dos alunos no projeto, e em seguida foi proposta a segunda gincana que se baseou no recolhimento de garrafa pet para a produção do “Cantinho Verde” da escola, proporcionando um espaço arborizado aos alunos e produzido com o material por eles arrecadado.

E por fim, depois de despertada e trabalhada de forma prática a reciclagem, foi aplicado novamente o segundo questionário, afim de comparar os resultados e avaliar se o entendimento sobre essa temática havia melhorado após a realização da oficina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a aplicação dos questionários antes e depois das atividades realizadas com os alunos do 4º e 5º Ano, foram obtidos dados onde foi possível a construção dos gráficos a seguir. Na aplicação do primeiro questionário na turma do 4º Ano antes da apresentação da palestra, foram obtidos 74,1% de acertos, 22,3% de erros e 3,6% de perguntas não respondidas (Gráfico 1) em relação a questionamentos como, o que seria meio ambiente para os mesmos, qual seria a destinação correta dos resíduos sólidos e questões sobre reciclagem. Sendo o conceito de meio ambiente entendido de maneiras diferenciadas para cada grupo social ou profissional, grande parte dos acertos em relação ao questionamento do que seria meio ambiente para os alunos, foi de que os mesmos o entendem como um espaço físico (florestas, lagos) ou ação (cuidar das plantas, não jogar lixo no chão). Após a apresentação da palestra, houve uma nova aplicação do mesmo questionário, obtendo-se dados ainda mais positivos, onde 85,5% acertaram, 11,8% erraram e 2,7% não responderam (Gráfico 1), sendo perceptível a fixação dos conhecimentos repassados para os alunos.

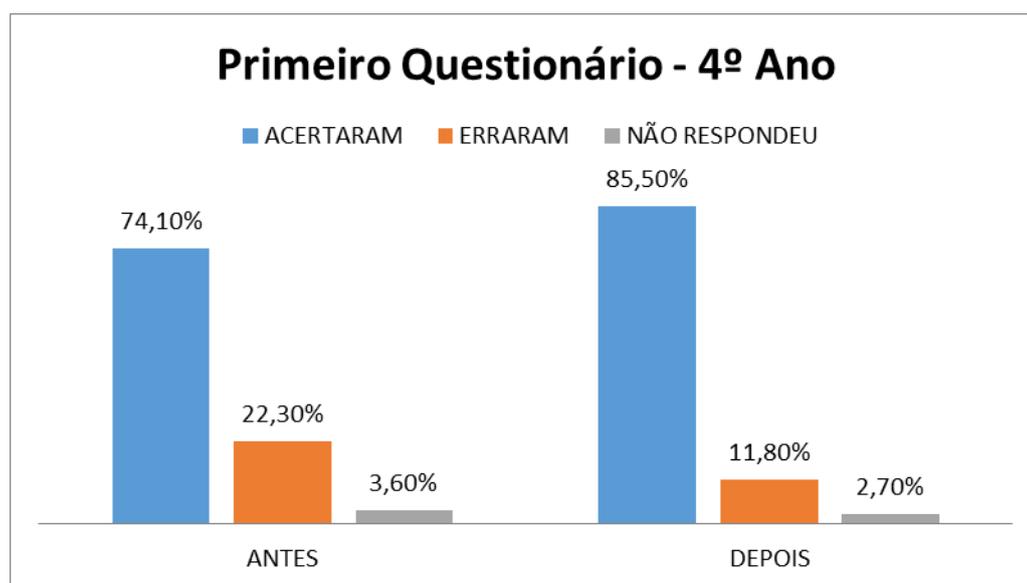


Gráfico 1 – Dados do primeiro questionário aplicado no 4º Ano.

Da mesma forma, a turma do 5º ano demonstrou um bom entendimento acerca das questões abordadas, tendo na primeira aplicação do questionário um total de 76,1% de acertos, 22,3% de erros, e 3,6% de perguntas não respondidas (Gráfico 2). Já na segunda aplicação do

mesmo questionário, os resultados obtidos foram bastante equiparados aos resultados da turma do 4º ano, o que também quer dizer que houve um bom entendimento do conteúdo exposto na palestra para os alunos do 5º ano. O resultado foi de 85,60% de acertos, 11,10% de erros, e 3,30% de perguntas não respondidas (Gráfico 2).

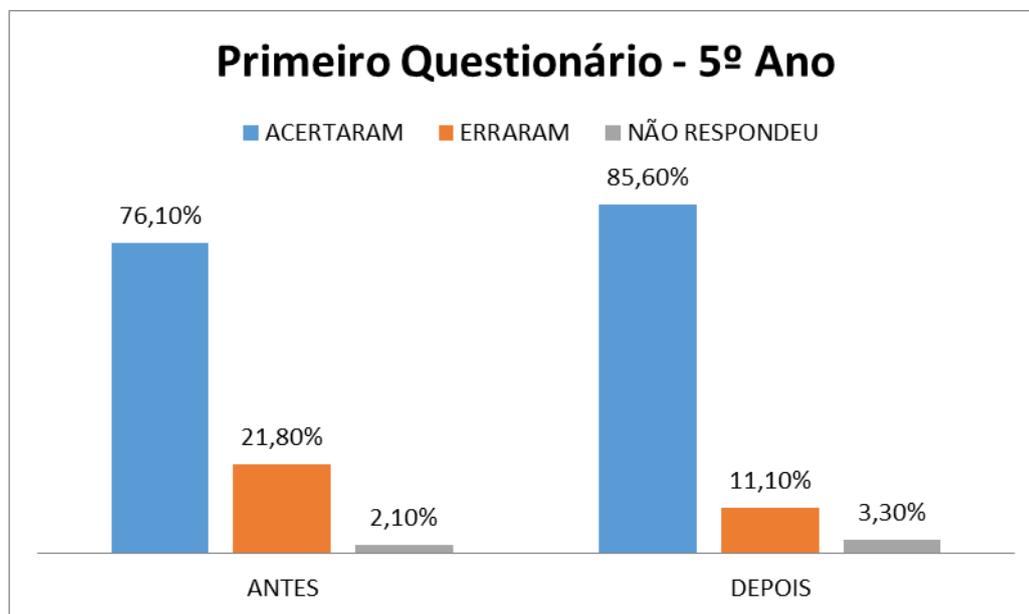


Gráfico 2 – Dados do primeiro questionário aplicado no 5º Ano.

Para o segundo questionário também foi realizada duas aplicações em ambas as turmas. A primeira aplicação ocorreu quinze dias após a primeira etapa de o trabalho ser concluído, onde já havia sido realizada a primeira oficina com a turma vencedora da gincana (Figura 3-B). Nesta oficina foi realizada a confecção de um boneco, sendo o Olaf (personagem do filme Frozen), juntamente com a turma, utilizando o material por eles arrecadado durante a gincana, sendo este, rolinhos de papel higiênico (Figura 3-A).

Os dados tabulados da primeira aplicação na turma do 4º ano mostram percentuais positivos, com 86,1% de acertos, 13,6% de erros, e 0,3% de perguntas não respondidas (Gráfico 3). Depois de aplicado o questionário, foi anunciada a segunda gincana para recolhimento do material que foi utilizado na criação do “Cantinho verde” na própria escola (Figura 3-C). Durante a criação desse espaço, os alunos da turma vencedora, que no caso foram os alunos do 4º ano, puderam participar da construção desse espaço entendendo melhor e de forma prática a reciclagem (Figura 3-D).

Figura 3 – Boneco Olaf (A); construção do boneco Olaf com a turma vencedora (B); “Canto Verde” construído na escola (C); e plantação de mudas com os alunos (D).



Fonte: Jessica Ferreira, 2016.

Após a criação do Cantinho Verde, foi reaplicado o segundo questionário, onde os resultados se mantiveram positivos, com o percentual de 87,7% de acertos, 12,0% de erros, e 0,3% de questões não respondidas (Gráfico 3). Apesar de pouca a diferença entre as duas aplicações, é possível perceber que o aprendizado adquirido ao longo do trabalho foi fixado com sucesso, pois os alunos puderam reforçar aquele conhecimento que já haviam obtido através da etapa anterior do mesmo.

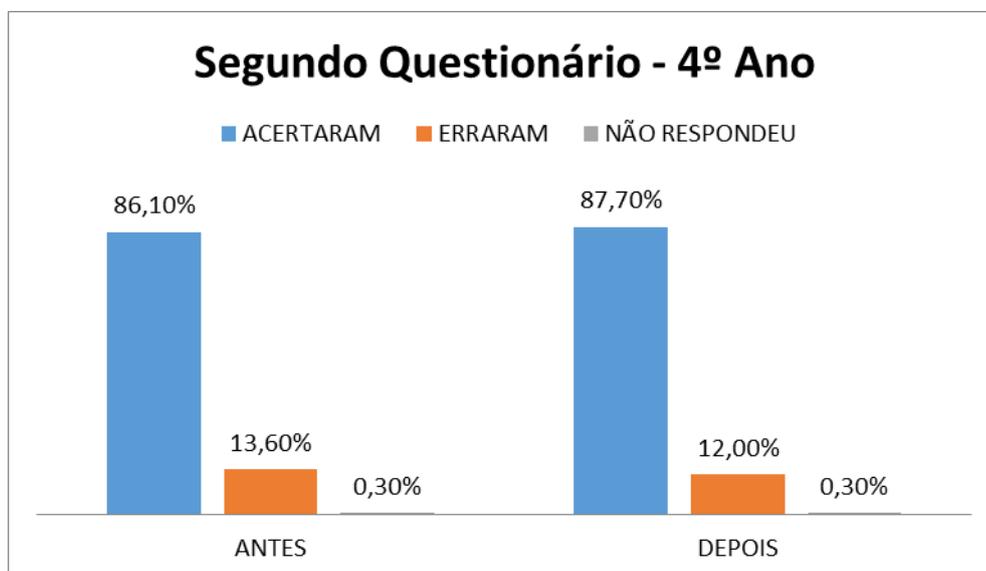


Gráfico 3 – Dados do segundo questionário aplicado no 4º Ano.

Os resultados de ambas as aplicações do segundo questionário na turma do 5º ano também foram valores praticamente iguais, no entanto bastante positivos, onde os acertos foram de 97,5%, e apenas 2,5% de erros (Gráfico 4), tendo como diferença 0,1% de acréscimo nos valores na segunda aplicação. Mesmo a turma não tendo ganhado a segunda gincana, seus resultados comparados à turma do 4º ano foram melhores, mostrando que o objetivo do trabalho foi alcançado em ambas as turmas.

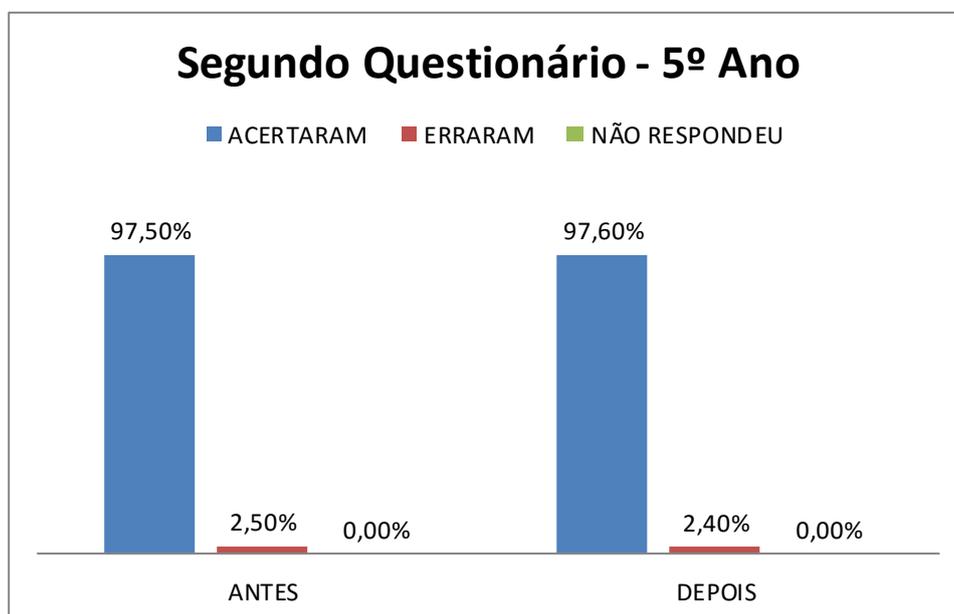


Gráfico 4 – Dados do segundo questionário aplicado no 5º Ano.

CONCLUSÃO

Diante da problemática vivenciada atualmente em virtude do consumo exacerbado, bem como o descarte de resíduos feitos em sua grande maioria de forma inadequada, é de grande importância a disseminação de conhecimentos no que diz respeito à reciclagem, coleta seletiva e ao reaproveitamento de resíduos, isso nos primeiros níveis de ensino, para que as crianças cresçam e desenvolvam um senso crítico em relação às questões ambientais, através do reaproveitamento de resíduos e sua destinação adequada.

Com isso, a partir dos resultados adquiridos, foi possível perceber que os alunos já possuíam um conhecimento prévio sobre o assunto ministrado ao longo de todo o trabalho, onde este conhecimento foi somado ao conteúdo repassado na palestra e nas oficinas, e com isso proporcionou bons resultados em ambos os questionários, mostrando a importância de se trabalhar a Educação Ambiental na sala de aula desde as séries iniciais para uma boa

construção desse conhecimento. A realização do trabalho só veio a somar esse aprendizado que já vinha sendo tralhado com os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.**

JACOBI, P. R. **Educação ambiental:** o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. Educação e pesquisa, v. 31, n. 2, p. 233-250, 2005.

LENHARO, Mariana (Ed.). **Mesmo com política de resíduos, 41,6% do lixo tem destino inadequado. G1.globo.com.** São Paulo, 27 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/natureza/noticia/2015/07/mesmo-com-politica-de-residuos-416-do-lixo-tem-destino-inadequado.html>>. Acesso em: 12 out. 2016.

MARCATTO, Celso. **Educação ambiental:** conceitos e princípios. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MMA, 2016. Disponível em:< <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>
Acesso em: em: 12 out. 2016.

EDUCAÇÃO PARA SAÚDE E TECNOLOGIAS SOCIAIS SUSTENTÁVEIS NA COMUNIDADE RURAL DE SÃO JOSÉ, MOSSORÓ (RN)

Área temática: Meio Ambiente

Juliana Karla da Silva

[\(Julianakarlasilva123@gmail.com\)](mailto:Julianakarlasilva123@gmail.com)

Márcia Regina Farias da Silva

Maria da Conceição F. S. Gurgel Dutra

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

A presente ação visa contribuir para implantação de quintais produtivos, hortas comunitárias e escolares, bem como desenvolver a segurança de alimentação saudável na escola da comunidade rural assentada, São José, Mossoró (RN). Como procedimento metodológico inicialmente foi realizado uma visita de campo para o reconhecimento da área da pesquisa, logo em seguida serão desenvolvidas oficinas para professores e lideranças comunitárias, palestra e exibição de filmes sobre alimentação saudável, bem como a implantação ou incrementação de 25 quintais produtivos de famílias da comunidade. Além da construção de 01 horta escolar e de 01 horta comunitária. Espera-se que, com o conjunto de ações propostas possa ser possível: (a) formar multiplicadores que venham a atuar, permanentemente, na comunidade, com o intuito de promover a educação alimentar e nutricional; e (b) desenvolver tecnologias sociais em educação alimentar e nutricional, visando à promoção da alimentação adequada e saudável.

Palavras-chave: quintais produtivos; hortas comunitárias; segurança alimentar.

Introdução

Com o advento da chamada Revolução Verde, passou-se a utilizar grandes quantidades de insumos químicos na produção agrícola possibilitando “fortalecimento” das plantas. Contudo, apesar desse avanço científico e tecnológico, a dieta alimentar da população passou ser afetada, em decorrência da qualidade dos alimentos (CAPORAL & COSTABEBER, 2003).

A partir do entendimento do ser humano a respeito da sua má alimentação e da inserção de produtos industrializados à dieta alimentar, parte da população passou a observar a necessidade de

saber a origem dos seus alimentos. Essa iniciativa permitiu que a cultura de plantar e cultivar os alimentos próximos as suas residências fossem restabelecidos, como forma de garantir uma alimentação mais saudável. A prática de cultivar em quintais domésticos é secular e transmitidas de geração em geração por meio da oralidade (SILVA, 2012).

Ao tomar por base a reflexão ora apresentada, o presente trabalho tem o objetivo de contribuir para o cultivo de quintais domésticos, hortas comunitárias e escolares, com vista o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, bem como a diversificação dessas atividades na comunidade de São José, área rural do município de Mossoró (RN).

Cabe ressaltar que, esta proposta de pesquisa e extensão tecnológica está inserida junto ao Projeto: Práticas Educativas e Formação de Multiplicadores, com vista ao Fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional. Edital CNPq/MDS-SESAN N° 027/2012.

Educação para Saúde e Alimentação Saudável

A relevância da educação para saúde foi reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) ao propor a temática saúde como transversal no ensino fundamental, com vista à construção de uma visão ampla do que é saúde. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs (1998) os padrões de saúde e os diferentes conceitos de saúde são construções sociais e históricas. Estes buscam resgatar o componente saúde/doença, em diferentes momentos e sociedades, permitindo recompor a história, sem reduzi-la a uma sequência cronológica de fatos. Mais do que isto, ao considerar a diversidade cultural e a pluralidade intrínseca a cultura brasileira, cria-se uma oportunidade para a discussão sobre a situação de saúde de diferentes grupos, suas percepções diferenciadas quanto à questão, como resolver seus problemas cotidianos e como estes tem se mobilizado para transformar a sua realidade.

Assim, a educação para saúde como vem sendo proposta pelo MEC que objetiva prover e conscientizar os alunos para o direito à saúde; sensibiliza-los e conduzi-los a compreensão de seus condicionantes, com a finalidade de forma-los para a utilização de medidas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde ao seu alcance. Espera-se, com isto que ao final do ensino fundamental, os alunos sejam capazes de compreender saúde como direito de cidadania e seus aspectos físico, psíquico e social, como uma dimensão essencial do crescimento e desenvolvimento humano. Buscando o entendimento que a saúde é produzida nas relações com o meio físico, econômico e sociocultural.

Segurança alimentar e nutricional: a importância dos quintais domésticos ou produtivos

A segurança alimentar e nutricional contribui para uma vida saudável e garante o bem estar dos indivíduos. A Lei Orgânica de Segurança Alimentar nº 11.346/2006 em seu Art. 3º, apresenta que:

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (BRASIL, 2006).

Nessa direção, alimentos que podem ser cultivados nos quintais domésticos vêm a desempenhar um papel primordial na alimentação das famílias que os cultivam. Do ponto de vista da importância alimentar, cabe ressaltar que as hortaliças, que por vezes vem do cultivo doméstico, são ricas em minerais e vitaminas, substâncias necessárias ao bom funcionamento do organismo, ajudando a digestão (SILVA, 2011).

A adoção de práticas de horticultura que podem ser desenvolvidas nos quintais domésticos vem a contribuir de forma significativa para as famílias suprirem essas necessidades nutricionais. Em diferentes lugares do mundo são cultivados espécies frutíferas, hortaliças, plantas medicinais, raízes, artesanais, combustíveis, fibras, tinturarias, ornamentais, perfumaria, forragem, sombreamento, entre outros.

O cultivo da horticultura se caracteriza em dois tipos: hortas educativas: são criadas com a finalidade de educar e contribuir para o aprendizado dos indivíduos que cuidam dela, identificando as práticas agrícolas, cuidados essenciais para fabricação de um bom alimento, valores nutricionais, qualidade dos produtos, a horta é sempre sortida por ter caráter educativo, podem ser produzidos nas escolas, terrenos urbanos ou em quintais domésticos. Já as hortas comerciais: são produzidas, exclusivamente, para rendimentos econômicos, pode ser de médio ou grande porte, diversificada ou não, e são comercializadas em feiras livres, mercadinhos e atravessadores.

Portanto, a promoção da segurança alimentar e nutricional sustentável é uma responsabilidade coletiva da sociedade organizada em Estado (governo, sociedade civil sem fins lucrativos e setor empresarial), que deve buscar articular as iniciativas governamentais (políticas, programas e ações) e não-governamentais em políticas públicas capazes de garantir a realização do direito humano a alimentação para todos.

Metodologia

O assentamento São José, unidade empírica de desenvolvimento das ações do Projeto faz parte do pólo de assentamentos da comunidade rural do Jucuri zona rural do município de Mossoró (RN). Localiza-se a uma distância de 23 km do centro de Mossoró, tendo como acesso a BR 405,

residindo em seu território 45 famílias. A comunidade possui limitações climáticas, ocorrência de secas periódicas, limitações físicas e de fertilidade dos solos, além de poucos incentivos e empecilhos relacionados à difusão e geração de tecnologias.

O procedimento metodológico deste estudo será dividido em dois momentos distintos, a saber: o primeiro consiste no reconhecimento da comunidade rural do assentamento São José. No segundo momento será selecionada a escola, feito contatos com os professores, com as lideranças comunitárias e agentes de saúde que irão participar dos cursos e oficinas, assim como serão selecionados os agentes jovens que serão capacitados para atuarem junto à comunidade. Em seguida serão desenvolvidas as ações de implementação dos quintais, a realização da semana de alimentação saudável na Escola Pedro Fernandes Ribeiro, bem como da horta escolar e comunitária.

Inicialmente serão realizadas visitas aos quintais das residências da comunidade envolvida na ação, para cadastrar as famílias que aceitam incrementar ou implantar quintais produtivos e em seguida será realizada na escola da comunidade um momento de formação envolvendo o corpo docente, discente, merendeiras e a comunidade, com a finalidade de discutir a importância da alimentação saudável. Este momento será chamado de Semana de Alimentação Saudável, no qual serão realizadas oficinas de culinária e palestras sobre a temática em questão. Após esta ação ser desenvolvida serão escolhidos dez alunos (Agentes Jovens) que irão ajudar na implantação dos quintais e hortas na escola e na comunidade. A meta é implantar ou incrementar 25 quintais produtivos na comunidade.

Em seguida serão desenvolvidas duas hortas orgânicas, a saber: uma na Escola Pedro Fernandes Ribeiro e outra comunitária. Na escola, será identificado um espaço apropriado e, em seguida, será apresentada a proposta a direção para implantação da horta. Serão identificados, também, na comunidade, espaços públicos livres, que possam ser utilizados para o cultivo da horta comunitária. Será acordado com o poder público local, lideranças comunitárias e toda a população, a proposta de implantação da horta para uso das famílias que se disponham a participar da ação.

Resultados Esperados

A partir da realização deste estudo, espera-se contribuir para a formação de jovens multiplicadores, para atuarem junto à comunidade e a escola, buscando a partir de propostas educativas, como o cultivo de hortas escolares e comunitárias, bem como o cultivo de quintais produtivos, maximizar o uso destes para a produção de frutas, hortaliças, medicinais e animais domésticos.

Busca-se ainda contribuir para promoção da melhoria da qualidade alimentar e nutricional das familiares, bem como minimizar os custos externos com a compra de alimentos.

Ademais, a ação buscará envolver lideranças comunitárias, professores do ensino

fundamental e as merendeiras, no sentido de promover cursos de formação na perspectiva da educação para saúde, melhoria da qualidade ambiental e da pluralidade cultural.

Referências

BRASIL. **LEI Nº 11.346/2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111346.htm>: Acesso em: 08 out. 2016.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Segurança alimentar e agricultura sustentável: uma perspectiva agroecológica. **Ciência & Ambiente, Santa Maria**, v. 1, n. 27, p. 153-165, 2003. Disponível em:< portal.mda.gov.br/o/1525421>: Acesso em: 08 out. 2016.

SILVA, M. R. F. da. O Uso dos quintais domésticos por populações humanas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 6, n.2, p.1-6, 2011.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

**TURISMO SUSTENTÁVEL: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE OFICINAS
MINISTRADAS NO PROJETO DE EXTENSÃO CINEMA NA SERRA**

Área Temática: Meio Ambiente

**Mylena Gysliane Amorim Dantas
mylenadantas3@gmail.com
Eric Mateus Soares Dias
Maria Betânia Ribeiro Torres
Jocelito Barbosa de Goes**

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo:

Este trabalho trata-se de relato da experiência de oficinas de Turismo Sustentável realizadas dentro do Projeto Cinema na Serra. Estas oficinas tiveram como objetivo principal, expor e debater acerca das potencialidades para o desenvolvimento do turismo sustentável dos municípios da serra potiguar, voltadas para jovens de escolas públicas de Portalegre, Martins, Serrinha dos Pintos e São Miguel, RN. Os conteúdos abordados foram de educação ambiental, potencialidades turísticas de cada município e o desenvolvimento do turismo sustentável, visando a construção de possíveis propostas de intervenção na realidade local. Diante disso, a oficina buscou que os jovens entendessem a importância de sua responsabilidade na manutenção e preservação do meio ambiente local.

Palavras Chaves: Potencialidades, Sustentabilidade, Meio Ambiente.

Introdução

Os municípios serranos, no contexto do semiárido, representam uma grande potencialidade turística devido as características peculiares em seu clima, vegetação, relevo, disponibilidade hídrica, entre outras, que atraem o olhar daqueles que almejam o contato direto com paisagens naturais, em sua maioria de grande exuberância.

Do ponto de vista socioambiental, a prática do turismo é uma atividade que se mal planejada pode causar diversos impactos, muitas das vezes irreversíveis, por exemplo na comunidade local e no meio ambiente natural. Segundo Bianchin et al. (2014), já existem uma percepção mais aguçada, para a busca por modelos em que a utilização dos recursos se renovem e se regenerem mais rapidamente.

Com isso, o desenvolvimento da sensibilidade para questões ambientais em regiões de interesse turístico é de suma importância para a garantia da eficiência na prática dessa atividade. Tudo isso, passa pela abordagem da necessidade de garantir que o turismo se der da forma mais sustentável possível.

Nesse contexto, o desenvolvimento de oficinas voltadas para os jovens de escolas públicas desses municípios é bastante importante no sentido de contribuir para formação/reflexão a partir do debate de questões relacionadas a importância da preservação ambiental e ao turismo sustentável. Dessa forma, motivando-os a propagar conhecimentos que favoreçam relações mais sustentáveis no meio em que vivem, assim como interagir, transformar, reelaborar e agir para construção de novas realidades e possibilidades para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Este trabalho trata-se de relato da experiência de oficinas de Turismo Sustentável realizadas dentro do Projeto Cinema na Serra. Estas oficinas tiveram como objetivo principal, expor e debater acerca das potencialidades para o desenvolvimento do turismo sustentável dos municípios da serra potiguar, voltadas para jovens de escolas públicas de Portalegre, Martins, Serrinha dos Pintos e São Miguel, RN. Os conteúdos abordados foram de educação ambiental, potencialidades turísticas de cada município e o desenvolvimento do turismo sustentável, visando a construção de possíveis propostas de intervenção na realidade local. Diante disso, a oficina buscou que os jovens entendessem a importância de sua responsabilidade na manutenção e preservação do meio ambiente local.

As oficinas foram uma das atividades realizadas no projeto Cinema na Serra, aprovado em 2015 pela Lei Estadual de Cultura “Câmara Cascudo”, com financiamento da Companhia Energética do Rio Grande do Norte (COSERN) e com apoio do Café Santa Clara. O principal objetivo era levar uma estrutura de cinema inflável em 3D para cinco municípios serranos do Oeste Potiguar (Portalegre, Luís Gomes, São Miguel, Serrinha dos Pintos e Martins), direcionado ao público infantil da rede pública de ensino. O projeto, além das oficinas “Turismo Sustentável na Serra”, contava também, com a realização da oficina “Evolução do Cinema e as Novas Tecnologias”.

Referencial Teórico

No final do século XX, o turismo converteu-se na atividade econômica mais importante do mundo, caracterizando-se por um crescimento espetacular (DIAS, 2003). Atualmente o turismo tem superado setores tradicionais da economia, atingindo por vezes o *status* de principal atividade econômica do mundo, e vem crescendo cada vez mais, sendo considerada uma atividade

fundamental para a economia global.

Para a OMT (*apud* NETZ, 2003, p. 20) considera-se por turismo “as atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos”. Isso, como qualquer outra atividade, apresenta aspectos positivos e negativos, resultante da dinâmica e constante mutação existentes.

Um dos atrativos principais do turismo é a paisagem da localidade a ser visitada, o poder de atração visual que esta pode exercer sobre as pessoas, acentuando seu imaginário e atraindo-as ao contato presencial (VERNALHA e NEIMAN, 2010, p. 280). Neste sentido, existe uma relação direta entre o turismo e meio ambiente assumindo relevância dentro de uma perspectiva inovadora de desenvolvimento.

Durante anos o turismo foi considerado uma atividade limpa, todavia esse cenário tem sido alterado nos últimos anos. O interesse das pessoas por áreas naturais tem sido intensificado, devido a beleza do lugar, fazendo com que seja necessário o desenvolvimento de um turismo de base sustentável, buscando não desconfigurar a área e ao mesmo tempo garantindo a qualidade do ambiente para que novos visitantes possam conhecer a sua essência.

O desenvolvimento do turismo sustentável com base na OMT (1993, p. 22, *apud* DIAS, 2003) é aquele em que:

Atende às necessidades dos turistas atuais e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. Concebe-se como um caminho para a gestão de todos os recursos de forma que possam satisfazer as necessidades econômicas, sociais e estéticas, respeitando ao mesmo tempo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas que sustentam a vida (OMG, 1993, p. 22 *apud* DIAS, 2003, p. 68).

O turismo sustentável possui princípios fundamentais que devem ser seguidos. O mesmo, deve ser reconhecido como uma atividade positiva com potencialidades que beneficiam a população residente, os visitantes e a própria atração; deve-se sempre buscar harmonia entre as necessidades dos visitantes, do lugar e da população local, seja qual for o lugar. O relacionamento entre o meio ambiente e o turismo deve ser dado de modo em que o seu gerenciamento permita a sustentabilidade da atividade a longo prazo, não permitindo que o turismo seja desenvolvido de modo a desperdiçar recursos gerando impactos inaceitáveis.

[...] a falta de cultura turística dos visitantes faz com que se comportem de forma alienada em relação ao meio em que visitam – acreditam que não nenhuma responsabilidade na preservação da natureza e na originalidade das destinações. Entendem que seu tempo livre é sagrado, que tem o direito ao uso daquilo pelo qual

ATIVIDADE	CONTEÚDO	HORÁRIO
Acolhida dos participantes	Feita pelo Coordenador do projeto Jocelito Goes	08h00min às 8hr30min
Exposição dos temas	- O que é turismo sustentável; -Peculiaridades dos Municípios; -Potencial turístico.	8h30min às 10hr00min
Intervalo – Lanche	-----	10h00min às 10hr30min
Debate coletivo e atividade prática	- Formação dos grupos; -Proposta de atividade turística, que tenha potencial para ser implementada no município.	10h30min às 11hr20min
Avaliação da Oficina	Relatos da vivência dos alunos	11h20min às 12hr00min
Encerramento	-----	12h00min

Quadro 1: Cronograma da Oficina
Fonte: Autores, 2016.

As oficinas eram abertas ao público, destinadas a jovens com idade acima de 12 anos, e o número de participantes variava em cada município, assim como o total de mudas plantadas (TABELA 1).

QUANTITATIVO DO PROJETO “CINEMA NA SERRA”		
CIDADES	PÚBLICO DAS OFICINAS	MUDAS PLANTADAS
PORTALEGRE	10	6
LUÍS GOMES	15	6
SÃO MIGUEL	22	6
SERRINHA DOS PINTOS	29	10
MARTINS	32	10
TOTAL	108	38

Tabela 1: Número de participantes e número de mudas plantadas em cada município
Fonte: Acervo do projeto Cinema na Serra, 2016.

Para exposição do tema, procurou-se ser o mais lúdico possível para motivar a participação e a atenção dos jovens (FIGURA 2). Dessa forma, na apresentação do conteúdo eram feitas perguntas aos participantes, para saber o seu entendimento e percepção sobre turismo, do turismo sustentável, os benefícios dessa atividade e quem são os envolvidos.



Figura 2: Exposição do tema com diálogo entre os participantes
Fonte: Acervo do Projeto, 2016.

Apresentar as potencialidades do turismo em cada município também foi um ponto bastante pertinente, pois serviu como reflexão, já que era perceptível que os jovens, em sua maioria, não valorizavam os recursos naturais e culturais que eram atrativos para os visitantes. Então, foi possível motivar os participantes a valorizar o seu município e suas potencialidades para promoção do turismo.

Após a exposição do tema, é de grande importância saber se os participantes absorveram a ideia principal dos temas expostos. Para isso, foi realizada uma atividade prática em que se formou grupos e eles apresentaram a proposta de uma atividade turística com potencial de implementação para seu município (Fig. 3). Foi possível observar, que as propostas apresentadas pelos grupos seguiam os princípios do turismo sustentável, nos levando a concluir que os resultados foram positivos. A atividade foi concluída com êxito e os participantes ficaram empenhados em sua elaboração.



Figura 3: Exposição dos resultados da atividade prática
Fonte: Acervo do Projeto Cinema na Serra, 2016.

Com o debate acerca da conservação das paisagens, das nascentes e dos recursos de um modo geral, para elucidar essa discussão em cada município foi plantada junto com os jovens, mudas de plantas nativas no entorno da escola onde em que aconteceu as oficinas. No momento em que era feito o plantio, eram dadas orientações sobre a planta e sobre como deveriam ser plantadas, assim como, reforçamos a importância das plantas para manutenção do equilíbrio dos ecossistemas e na própria qualidade de vida dos seres.



Figura 4: Plantação de muda nativa no jardim da escola
Fonte: Acervo do Projeto Cinema na Serra, 2016.

Considerações Finais

Diante disso, a realização das oficinas possibilitou que os jovens refletissem sobre a importância de sua responsabilidade na manutenção e preservação do meio ambiente local. Observou-se o interesse e motivação dos jovens a propagar os conhecimentos adquiridos e que de certa forma, possam contribuir com ações mais sustentáveis no meio em que vivem, assim como interagir, transformar, reelaborar e agir para construção de novas realidades e possibilidades para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Referências

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e desenvolvimento sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papyrus, 9. ed. 2002.

NETZ, Sandra. Organização Mundial de Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

VERNALHA, M. C. R; NEIMAN, Z. **Potencial turístico do Brasil**. In: _____. **Turismo e meio ambiente no Brasil**. Zysman Neiman e Andréa Rabinovici (Orgs). Barueri, SP: Manole, 2010.



**III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN**

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

SAÚDE

REALIZAÇÃO:



EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

A CONTRIBUIÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DE GESTANTES

Área Temática: Saúde

Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia
(allyssandramr@hotmail.com)

Ana Luiza Fernandes Vieira

Andressa Leite Duarte

Daniela Natalie Barbosa

Debora Cristina Ezequiel da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

RESUMO: A educação é um importante objeto transformador no processo de desenvolvimento do indivíduo. Nesse sentido, a educação popular vem contribuir na construção desse conhecimento em áreas distintas. Diante disso, o projeto de extensão “Gestante sem onda de zika: educação em saúde para não contar com a sorte” busca promover educação em saúde para gestantes na Unidade Básica de Saúde - USB Dr. Luiz Escolástico, bairro Santa Delmira/Mossoró/RN. Partindo das reais necessidades da população, discentes e docentes dos cursos de Enfermagem e Medicina, decidiram contribuir com ações que proporcionassem esclarecimentos acerca do zika vírus e suas consequências, tanto para as gestantes, quanto para as crianças que viessem a desenvolver a microcefalia. As ações de Extensão Universitária estão sendo desenvolvidas de agosto/2016 a julho/2017 com a participação de gestantes que são atendidas nesta UBS. As atividades possibilitaram a construção de uma ponte de diálogo entre profissionais de saúde e gestantes, consolidando novas concepções que irão desencadear uma melhoria na saúde da comunidade.

PALAVRAS-CHAVES: Educação em Saúde; Gestantes; Microcefalia.

INTRODUÇÃO

Considerando a Educação Popular em Saúde como um “projeto pedagógico a valorizar a diversidade e heterogeneidade dos grupos sociais, a intercomunicação entre diferentes atores, o compromisso com as classes subalternas, as iniciativas dos educandos e o diálogo entre o saber popular e o saber científico” (BRASIL, 2007, p.19) e o surto de casos de Microcefalia no Brasil, observados inicialmente pela Secretaria Estadual de Saúde de Pernambuco (SES/PE), a partir de agosto de 2015, o Projeto de Extensão *Gestantes sem onda de Zika: Educação em Saúde para não contar com a sorte*, desenvolvido pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, juntamente com a associação de caráter interdisciplinar da Faculdade de Ciências da Saúde e

Faculdade de Enfermagem, tem como objetivo realizar atividades de educação em saúde sobre a prevenção do zika vírus com gestantes da Unidade Básica de Saúde Dr. Luiz Escolástico em Mossoró-RN, identificando assim o conhecimento das gestantes acerca da infecção provocada pelo vírus e os modos de preveni-la, orientando-as sobre a sintomatologia e as prováveis consequências dessa patologia para sua saúde e a do feto.

A infecção pelo zika vírus afeta sem exceções os grupos etários em ambos os sexos masculino e feminino e de acordo com o conhecimento atual, é uma doença febril aguda, na maioria dos casos autolimitada, que leva a uma baixa necessidade de hospitalização e que não vinha sendo associada a complicações. No entanto, no Brasil, segundo dados do Sistema de Informações sobre Nascidos (Sinasc), houve um aumento considerável na prevalência de microcefalia ao nascer a partir de 2015 e foram consolidadas evidências que associam a presença do vírus zika e o aumento destes casos de microcefalia. Frente a essa situação inusitada e sendo a microcefalia um agravo emergencial em saúde pública que causa impactos na qualidade de vida das crianças e famílias bem como um possível aumento da mortalidade neonatal infantil, a mobilização em combate e prevenção a essa patologia se tornou crucial e a Educação em Saúde é um dos principais instrumentos a ser utilizados nessa causa (BRASIL, 2016).

O estudo proposto tem como objetivo relatar a experiência dos discentes graduandos em Medicina enfatizando a importância da Educação Popular em Saúde numa perspectiva de conscientização e ampliação de conhecimentos, vinculada ao empoderamento e participação comunitária no enfrentamento a esse novo desafio à saúde pública.

DESENVOLVIMENTO

A história da formação em Saúde no Brasil é marcada pela desarticulação entre o ensino e as necessidades sociais de saúde. A problemática em torno da capacidade do sistema de saúde nacional em responder às necessidades de saúde entrelaça-se ao desafio do sistema educacional em formar profissionais capazes de intervir nessa direção (AMARAL; PONTES; SILVA, 2014).

Diante disso, a interação de acadêmicos na atuação de praticar educação em saúde em comunidade é de extrema importância, pois identifica as reais necessidades que a população constitui. O projeto abordado busca contribuir na melhoria da qualidade de vida do indivíduo.

Portanto, o projeto *Gestante sem onda de Zika: Educação em Saúde para não contar com a sorte* é de suma importância para a população. Assim, desenvolveu-se encontros mensalmente através de um trabalho conjunto entre discentes, docentes, profissionais do serviço e gestantes. O público alvo, que são as gestantes, tem espaço para relatarem suas experiências sobre o tema proposto, tornando um espaço de troca de conhecimentos e aprimoramento das nossas ações.

Esse projeto busca proporcionar uma relação de vínculo com o público alvo, através da

escuta e do diálogo, além disso, ativa a autonomia de expressar-se e de exercer o autocuidado das gestantes. Os métodos utilizados durante os encontros são aulas expositivas, apresentação de cartazes, dinâmicas, vídeos e rodas de conversas para efetivar uma maior interação entre a equipe e os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observou-se que a maioria das gestantes participantes não adotavam medidas de prevenção contra o mosquito *Aedes aegypti*. Constatou-se ainda, a existência de muitas dúvidas e questionamentos sobre as características morfológicas do mosquito vetor e seus hábitos de vida. Sabendo da necessidade substancial desses conhecimentos, as medidas de prevenção tais como a eliminação dos criadouros do mosquito, manter portas e janelas com tela, uso de roupas compridas e a utilização de repelentes foi uma das pautas de maior debate durante os encontros das atividades de extensão, outro ponto muito discutido foram os esclarecimentos acerca do mosquito *Aedes aegypti*.

NUNES *et al* (2016) afirma que a transmissão do vírus Zika é primordialmente vetorial por mosquitos do gênero *Aedes*, no ciclo selvático por espécies como *A. albopictus*, entre outras, e no ciclo urbano pelo *A. aegypti*. O vírus é transmitido pelo vetor hematófago durante o repasto sanguíneo, aloja-se em suas glândulas salivares, nas quais se multiplica sem afetar o inseto, permanece nesse por toda sua vida. Além de primatas, provavelmente outros mamíferos, como zebras, elefantes e também roedores, podem ser reservatórios naturais do vírus Zika. Afirma ainda, ser muito interessante orientar as gestantes a adotarem medidas que possam reduzir a presença do mosquito *Aedes aegypti*, como a eliminação de criadouros, proteger-se da exposição de mosquitos, manter as portas e janelas fechadas ou teladas, usar calça e camisa de manga compridas e repelentes permitidos na gestação.

Os encontros mensais na UBS consistem basicamente em rodas de conversas e debates sobre assuntos relacionados ao Zika vírus, bem como suas complicações e formas de prevenção. Trata-se de um espaço aberto a relatos pessoais, esclarecimentos de dúvidas e a troca de experiência entre a comunidade, representada por gestantes, e o meio científico representado por acadêmicos e professores da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Notou-se que a clareza ao transmitir informações à população e o estímulo para a autonomia sobre os cuidados da própria saúde, bem como o profissionalismo são substanciais para o fortalecimento dos vínculos entre os profissionais de saúde e a comunidade, tendo como principal reflexo a melhoria da qualidade de vida e condições de saúde da população.

CONCLUSÃO

As atividades educativas em saúde que estão sendo trabalhadas na UBS Dr. Luiz Escolástico visa agregar conhecimento sobre o Zika vírus a uma população de gestantes de baixo nível socioeconômico, e está sendo realizada por meio de trabalho multidisciplinar. Desse modo, as gestantes são incentivadas a refletirem sobre concepções de saúde e cuidado, sendo a educação em saúde uma prática de caráter reflexivo e humanístico comprometida com a promoção do autocuidado.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Maria Carmélia Sales do. PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo. SILVA, Jennifer do Vale e. O ensino de Educação Popular em Saúde para o SUS: experiência de articulação entre graduandos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. **Comunicação saúde educação**. Mossoró. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Protocolo de atenção à saúde e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika**/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 42 p: il.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. - Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 160 p.: il. color.

NUNES, M. L. et al. Microcephaly and Zika vírus: a clinical and epidemiological analysis of the current outbreak in Brazil. **Jornal de Pediatria**. Rio Janeiro. P.230-240. 2016.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO POPULAR NA FORMAÇÃO EM SAÚDE

Área Temática: Saúde

Júlia Diana Pereira Gomes
(juliadiana_@hotmail.com)

Ana Beatriz de Oliveira Fernandes

Brenda Chaves Diógenes

Ianca Pereira Silva Dantas

Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

RESUMO

A Educação Popular em Saúde (EPS) potencializa a formação de profissionais comprometidos com as questões sociais, favorecendo posturas acolhedoras e a autonomia dos sujeitos participantes. Este trabalho objetiva relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem em um projeto extensionista de EPS. O projeto “Gestantes sem onda de zika: educação em saúde para não contar com a sorte” acontece mensalmente na Unidade Básica de Saúde Sinharinha Borges. As gestantes tiram dúvidas sobre a zika, consequências para a gravidez e formas de prevenção. O grupo tem uma frequência pequena, atribuída às temperaturas ambientais vespertinas. Mas, a participação é ativa, havendo formação de vínculo e revisão de práticas em saúde. Conclui-se que a EPS é relevante para a formação do enfermeiro, possibilitando uma visão ampliada do outro e do contexto em que ele se insere e uma escuta efetiva com troca de saberes e experiências.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Educação em Enfermagem; Ensino Superior.

INTRODUÇÃO

Buscando romper com essa díade autoritária e normalizadora entre serviço de saúde e população, o movimento da Educação Popular em Saúde (EPS) surge como um articulador entre comunidade e profissionais de saúde e um grande desafio a ser incorporado nos cursos de graduação em saúde (AMARAL; PONTES; SILVA, 2014).

Trata-se, portanto, de ações de um movimento que surgiu no contexto da Reforma Sanitária Brasileira e que contou com a participação de diversos atores sociais – profissionais de saúde, população, professores universitários, estudantes da graduação, líderes sociais – a fim de reverter o quadro de saúde da população e intensificar sua participação para promoção da saúde (AMARAL; PONTES; SILVA, 2014).

A EPS propõe que as ações se baseiem em princípios tais como, a busca do diálogo e da escuta do outro; início do processo pedagógico a partir do saber anterior das pessoas,

acreditando que todos têm um conhecimento a partir de suas experiências e vivências, de suas condições concretas de existência; atenção e viabilização de momentos de troca de experiências e construção de conhecimento entre o saber técnico e o saber popular (DAVID; BONETTI; SILVA, 2012).

Porém, entraves na realização das atividades de educação em saúde são percebidos e reconhecidos tanto pelos profissionais, como pela comunidade. A dificuldade dos profissionais de se despir de suas certezas para construir conceitos provisórios, a abordagem e o diálogo com a comunidade, que muitas vezes não permite um protagonismo dos sujeitos, mas, somente um repasse de conhecimento e a necessidade de ampliar os espaços de encontro entre população e serviços de saúde, evidenciam a importância da integração e valorização dos saberes populares (DAVID; BONETTI; SILVA, 2012).

Por isso, é importante destacar que ao buscar uma prática educadora transformadora, o enfermeiro modifica-se, ao mesmo tempo, como trabalhador, por ampliar sua consciência crítica sobre seu próprio processo de trabalho e, como educador. Esta subjetivação do trabalho permite-lhe dar outro sentido a sua prática, para além das normas e rotinas impostas pelo labor prescrito (DAVID; ACIOLI, 2010).

Assim, acredita-se que a realização de um projeto acadêmico de extensão envolvendo a EPS contribui para a formação de profissionais comprometidos com as questões sociais, favorecendo posturas acolhedoras e a autonomia dos sujeitos participantes. Permite, de acordo com Amaral, Pontes e Silva (2014), que os discentes avancem numa análise mais aprofundada sobre as relações entre condições e modos de viver e a produção da saúde, para além dos processos biológicos imediatos.

Diante deste preâmbulo, o trabalho proposto tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem num projeto extensionista de Educação Popular em Saúde realizado na Unidade Básica de Saúde Sinharinha Borges.

DESENVOLVIMENTO

A EPS potencializa a construção de experiências inovadoras na graduação e contribui para o fortalecimento da dimensão pedagógica do trabalho de enfermagem (BRASIL, 2014) e para a formação de profissionais comprometidos com as questões sociais, com posturas acolhedoras e de incentivo à autonomia das pessoas e grupos (BRASIL, 2007).

A Educação Popular em Saúde possibilita formas participativas de relação com a população, incentivando a reflexão, o diálogo e a expressão da afetividade e potencializando

sua criatividade e sua autonomia (BRASIL, 2007; BRASIL, 2014).

No projeto, as atividades de extensão em EPS são realizadas a partir do projeto intitulado “Gestantes sem onda de zika: educação em saúde para não contar com a sorte” e estão sendo desenvolvidas na Unidade Básica de Saúde Sinharinha Borges, situada no bairro Barrocas, zona norte da cidade de Mossoró-RN, uma sexta por mês, no turno vespertino. A divulgação ou lembrete dos encontros para as gestantes que ainda não se fizeram presentes e para as que já participaram são feitos nas consultas de pré-natal da UBS. Foi criado também um grupo pelo aplicativo *whatsapp* para a troca de mensagens.

Antes da execução das atividades junto às gestantes, ocorrem discussões e estudos mensais entre docentes e discentes sobre o assunto a ser abordado em cada ação e tipo de metodologia ativa. No dia da reunião com o grupo de gestantes, é aplicado um questionário para verificação do conhecimento das novas participantes sobre o zika vírus e suas implicações para a saúde do feto em formação.

A exposição do tema é realizada através de rodas de conversa com docentes, discentes, profissionais do serviço e as gestantes que são estimuladas a participarem e interagirem, de modo que manifestem suas experiências, conhecimentos, dúvidas e receios.

São utilizados ainda slides dinâmicos, vídeos, cartazes, desenhos, brincadeiras e dinâmicas, havendo realização de lanches ao final de cada encontro e marcação de frequência num cartão fidelidade. Quem, ao final do período de um ano previsto para a execução do projeto, tiver maior número de presenças, concorrerá ao sorteio de um ensaio fotográfico, independente de ainda estar grávida ou já ter parido. Todas essas estratégias são empregadas para incentivar a adesão das gestantes aos encontros mensais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Observa-se a importância da EPS na formação em enfermagem, pois, por meio desta, os discentes articulam os conteúdos de várias disciplinas ao conhecerem e planejarem ações de acordo com a realidade da população de determinada área.

A experiência da EPS durante a graduação em enfermagem é importante ainda, visto ser necessário superar o trabalho meramente técnico do enfermeiro dentro do serviço de saúde, estimulando uma análise crítica da sua atuação. Assim, percebe-se a relevância do discente participar de programas e atividades de educação em saúde, visando à melhoria da saúde do indivíduo, da família e da população em geral (ALMEIDA; SOARES, 2011).

Não obstante o significado da EPS para a formação do futuro enfermeiro, destacam-se

algumas dificuldades no projeto “Gestantes sem onda de zika: educação em saúde para não contar com a sorte”, como a pouca frequência das gestantes às reuniões por conta do emprego de algumas e da ausência de grupos educativos na UBS que estimulem a participação popular e; pela questão da indisponibilidade de outros horários na graduação para a atividade. A disponibilidade é nas sextas-feiras à tarde, período do dia com altas temperaturas ambientais. Mas, esses óbices estão aos poucos sendo superados.

Diante disso, é possível afirmar que a experiência com o projeto de extensão em apreço tem sido enriquecedora, favorecendo a revisão de práticas em saúde puramente técnicas e o espaço para uma visão mais ampliada do outro e do contexto em que o mesmo se insere e para uma comunicação efetiva, em busca da construção de novos saberes, sendo estimulados a autonomia e o exercício do autocuidado.

O espaço proporciona que as gestantes relatem suas experiências de acordo com o tema que está sendo discutido, favorecendo o vínculo entre os sujeitos, também através do grupo do aplicativo *Whatsapp*, em que a equipe responsável avisa os dias de reunião, envia mensagens de incentivo ao amor à criança, e as gestantes relatam notícias que consideram importantes (como sexo da criança).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades de intervenção concretizadas na UBS Sinharinha Borges têm permitido a discentes e docentes conhecer um pouco sobre a realidade social das gestantes do bairro Barrocas, seus medos e dúvidas sobre o zika vírus, realizando orientações para a promoção da saúde da futura mãe e do feto em desenvolvimento.

Algumas dificuldades na realização do projeto são observadas: um número ainda reduzido de gestantes, o que pode ser justificado pelo horário vespertino, em que predominam altas temperaturas; indisponibilidade de outros horários para essa atividade na graduação e; gestantes que trabalham. Porém, aos poucos, estes óbices vão sendo superados e é reforçada a importância da Educação Popular para formação em saúde, como estratégia para possibilitar ao futuro enfermeiro, uma visão mais ampliada do outro e do contexto em que o mesmo se insere e uma escuta mais efetiva com troca de saberes e experiências. A realização do projeto é ainda de grande importância para a saúde das gestantes e dos seus futuros filhos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. H. SOARES, C. B. Educação em saúde: análise do ensino na graduação em enfermagem. **Revista Latino-Americana**. Enfermagem Artigo Original. 2011, v. 19, n. 3.

AMARAL, M. C. S; PONTES, A. G. V; SILVA, J. V. O ensino de Educação Popular em Saúde para o SUS: experiência de articulação entre graduandos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. **Interface**. 2014, v. 18 Supl. 2, p. 1547-1558.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Caderno de educação popular e saúde**/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa - Brasília: Ministério da Saúde, 2007, p. 160.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de educação popular em saúde**/Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa – Brasília: Ministério da Saúde, 2014, p. 224.

DAVID, H. M. S. L; BONETTI, O. P; SILVA, M. R. F. da. A Enfermagem brasileira e a democratização da saúde: notas sobre a Política Nacional de Educação Popular em Saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília 2012, v. 65, n. 1, p. 179-85.

DAVID, H. M. S. L; ACIOLI, S. Mudanças na formação e no trabalho de enfermagem: uma perspectiva da educação popular e de saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**. 2010, v. 63, n. 1, p. 127-131.

AÇÕES EDUCATIVAS PARA PREVENÇÃO DAS PARASIToses COM PAIS DE UMA ESCOLA PÚBLICA.

Área Temática: Saúde

Maria Brena Lopes Nunes
(brenaln08@gmail.com)

Debora Alice de Souza Leite

Yves Moreira de Freitas

João Bezerra de Queiroz Neto

Vaniely Oliveira Ferreira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

As parasitoses intestinais constituem um grave problema de saúde pública no mundo. Essa incidência está relacionada a problemas socioeconômicos, maus hábitos de higiene e falta de saneamento básico como também a falta de consciência de muitos pais. A fim de amenizar estes problemas enfrentados pela população mundial seria necessária a realização de atividades educação em saúde que sejam eficazes. A educação associada à saúde pode promover e prevenir doenças parasitárias e esta associação tem por função fortalecer o desenvolvimento pessoal e social de muitas famílias. As atividades planejadas para os pais podem auxiliar na aprendizagem ou para levá-los, através de um impacto emocional, a refletir sobre parasitoses. A metodologia utilizada mostrou evidencias de que os pais sejam capazes de realizar e construir suas próprias ideias e interpretar de acordo com os acontecimentos e comportamentos que ocorrem no seu cotidiano.

Palavras-Chave: Parasitoses; pais; educação em saúde.

Introdução

As doenças parasitárias que tem como agentes etiológicos os helmintos e os protozoários que habitam o intestino caracterizam-se como um problema agravante à Saúde Pública, por trazer consequências danosas ao organismo como a desnutrição, anemia, retardo no crescimento, déficit cognitivo, irritabilidade, bem como, também, o aumento da vulnerabilidade à outras infecções e complicações (ORO, et al, 2010 & OBERHELMAN, et al, 1998 *apud* BELO, et al, 2012).

A ocorrência das infecções causadas por parasitas intestinais é considerada um indicador das condições socioeconômicas de uma determinada população (ASTAL, 2004 *apud* BELO, et al, 2012). E estão associadas a diversos determinantes, como inadequações nas instalações sanitárias,

poluição da água e alimentos por fezes, fatores socioculturais, precariedade do saneamento básico e contato com animais. Considera-se também como determinantes para essas doenças a idade do hospedeiro e o tipo de parasita que causa a infecção (GAMBOA, et al, 2003 *apud* BELO, et al, 2012).

Ainda que apresentem baixo índice de mortalidade, as parasitoses intestinais são responsáveis por altos índices de morbidade, chegando até 90%, e possuem também ligação direta com a ocorrência de diarreias e desnutrição, colocando em risco a saúde das crianças, que se constitui como o grupo mais afetado de forma grave pelas enteroparasitoses (FONSECA et al., 2010 & BENCKE et al., 2006).

Nessa perspectiva da gravidade das doenças parasitológicas em crianças, ver-se a importância de desenvolver medidas preventivas para erradicação das doenças parasitárias. Para tanto, a escola é vista como um espaço que permite a multiplicação dos saberes em saúde, e a promoção da saúde no espaço escolar, deve partir da visão integral e multidisciplinar dos sujeitos, considerando-os em seu contexto familiar, social e ambiental (OPS, 1995).

É extremamente relevante que as medidas preventivas contra as parasitoses também estejam presentes no dia a dia das famílias, assegurando que o manuseio, armazenamento e o preparo dos alimentos, bem como a água a ser consumida, estejam em condições adequadas, evitando o desenvolvimento das parasitoses (BARBOSA, et al, 2009).

As práticas educativas são importantes para a construção de um novo conhecimento, uma vez que a promoção à saúde é feita na perspectiva de ensinar-aprender, o que facilita e contribui para a troca de conhecimentos e vivências sobre as forma de contaminação por parasitas intestinais e como os sujeitos podem agir para preveni-las (NETO, et al, 2013).

Nessa perspectiva, o projeto de extensão Ação e Prevenção: Uma Avaliação Parasitológica em Manipuladores de Alimentos de Escolas Públicas de Pau dos Ferros (PROEPA), realizado pelo Curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Avançado Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), tem o objetivo de avaliar os manipuladores de alimentos, funcionários, professores e alunos. O grupo se apropria de estratégias de educação em saúde, encaminhamentos e acompanhamentos dos consumidores de alimentos visando à interrupção do ciclo biológico dos parasitas intestinais.

Objetivos

Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo relatar uma prática de educação popular em saúde realizada pelos discentes do projeto de extensão PROEPA, na Escola PATRONATO ALFREDO FERNANDES no município de Pau dos Ferros-RN, com os pais dos alunos, sobre as parasitoses, prevenção, sinais e sintomas.

Metodologia

O estudo trata-se de um relato de experiência, vivenciado pelos participantes do Projeto de Extensão (PROEPA), a partir de uma atividade de educação popular em saúde realizada na Escola PATRONATO, no município de Pau dos Ferros-RN.

Antes da realização da atividade houve o trabalho com a coleta de fezes dos alunos da escola, a fim de realizar o exame parasitológico para saber se os mesmos estavam acometidos com alguma parasitose, após a realização dos exames foi feito com os pais um Talk Show, onde os alunos do projeto simularam um programa de entrevista com os pais dos alunos.

A educação foi realizada seguindo o roteiro da apresentação do projeto por um participante do mesmo. Na plateia junto com os pais, três alunos estavam infiltrados passando-se por pais de alunos, essa foi uma tática adotada para que quando estivesse no Talk Show eles pudessem ser influenciados a participarem com os demais. O programa girava em torno de perguntas e respostas onde à plateia fazia perguntas para que um profissional (aluno do projeto) respondesse as perguntas que se referiam aos mitos e verdades do cotidiano, muitos tinham dúvidas sobre determinados fatos.

A dinâmica alcançou uma grande participação dos pais, o que fez a implementação ser bem proveitosa, pois os mesmos puderam expor suas ideias, dúvidas e foram orientados a tomarem medidas de segurança para prevenir as parasitoses. É muito importante que haja a participação dos sujeitos envolvidos em uma educação em saúde, pois é a partir dessa participação que se cria sujeitos autônomos e que se responsabilizem com sua saúde e de sua comunidade (BRITO, SILVA & FRANÇA, 2014).

A ação educativa foi realizada da seguinte maneira, de início realizou-se a apresentação do projeto, após a apresentação começou o Talk Show, com duas apresentadoras, ambas alunas do projeto. Como enfermeiras especialistas para responder as questões vindas do auditório havia mais duas integrantes. A plateia era composta pelos pais dos alunos da escola, e infiltrados neles estavam três componentes do projeto, que se passaram por pai de alunos para que eles pudessem instigar o restante dos pais a participarem de ações educativas

De início as duas enfermeiras fizeram uma breve explanação sobre a prevenção e tratamento contra as parasitoses, deixando no decorrer da explicação espaço aberto à plateia para que pudessem fazer perguntas caso tivessem alguma dúvida. Diante do exposto os alunos disfarçados na plateia faziam perguntas tais como: lambedor poderia ser usado para o tratamento contra as parasitoses, se deixar as crianças brincando de pés descalços perto de esgoto tinham alguma relação com a doença, ou como era a maneira correta para se lavar os alimentos principalmente as frutas e verduras. A partir de tais indagações o restante da plateia (os pais dos alunos) começou a participar mais do programa, e fizeram algumas perguntas e contaram alguns fatos cotidianos que tiveram relevância na discussão, enriquecendo mais ainda a educação em saúde.

Após o término da discussão, as enfermeiras conversaram com a plateia e tiravam às dúvidas como também orientavam os mesmos sobre algumas situações, os alunos disfarçados se apresentaram como alunos do projeto causando até espanto em parte da plateia que realmente acreditava que eles eram pais de algum aluno da escola. Houve a distribuição de bombons para todos que estavam presentes e a finalização da apresentação.

Resultados e Discussões

A metodologia escolhida para trabalhar na escola pode ser vista como um instrumento ou ferramenta pedagógica a ser utilizada pelos coordenadores ou professores durante as reuniões de pais e mestres. Foi possível experimentar o reconhecimento do potencial transgressor, como forma de conhecimento capaz de mobilizar nos pais o participante/ expectador através de uma compreensão mais profunda em relação a si mesmo e ao mundo (JAPIASSU, 2007).

Para se elaborar o texto foi necessário observar os conceitos que os pais muitas vezes possuem e que durante a atividade eles puderam mencionar em relação às parasitoses intestinais. A linguagem da atividade proposta foi de fácil entendimento, sem infantilizar os diálogos técnicos, havendo a preocupação de não torná-lo difícil ou monótono.

O público de pais, muitos deles sem nenhuma formação educacional, despertaram nos acadêmicos participantes do projeto a atenção de planejar um enredo onde deveria ter a linguagem popular. Inserir no seu desenrolar a abertura de questionamentos levando-os a curiosidade no que poderia vir a seguir. Foi possível a interação com todos os personagens envolvidos durante a atividade.

O papel central da encenação foi os pais que puderam trocar experiências com outros que estavam assistindo e isso se tornou possível, pois os participantes tentavam descobrir porque tantas crianças estavam ficando doentes e sempre com os mesmos sintomas. Muitos pais não sabiam da existência e prevalência dos dados estatísticos obtidos a partir dos resultados dos exames de fezes dos alunos daquela instituição, que foram divulgados durante a apresentação da metodologia.

A atividade evidenciou que os pais são capazes de se entreter, realizar e construir suas próprias ideias e interpretar de acordo com os acontecimentos e comportamentos que ocorrem no seu cotidiano. No decorrer da atividade foram orientadas quais atitudes tomar para a prevenção das parasitoses intestinais e a observação mostrou que o trabalho com os pais se torna um meio auxiliar à medidas profiláticas no processo que envolva parasitas intestinais.

Desta forma a ação os sensibilizou por meio de atividades lúdicas para a necessidade de se preocuparem com a saúde e o meio ambiente, visto que este tipo de trabalho é uma arma fundamental para o combate de infecções por parasitas e para conscientização de pais e sobre a importância da adoção de higiene adequada e boas condições sanitárias.

Considerações Finais

As ações realizadas pelo PROEPA permitiu ao grupo aproximar-se dos alunos, das suas famílias e do espaço escolar, conhecendo assim a realidade em que eles estão inseridos. Isso nos permitiu a troca de conhecimentos sobre as parasitoses, facilitando a troca de saberes entre os pais e os integrantes do projeto.

A educação popular em saúde desempenha um papel primordial para a reconstrução de sujeitos autônomos, e isso é possível através das práticas educativas que incluem estes sujeitos como peças importantes para a construção de uma melhor realidade de saúde.

Referências

ASTAL, Z. Epidemiological survey of the prevalence of parasites among children in Khan Younis governorate, Palestine. *Parasitol Res*; v. 94 p. 449-51, 2004. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/15517386>>. Acesso em: 25/Fev/2015.

BARBOSA, L. A. et al., A educação em saúde como instrumento na prevenção de parasitoses. *RBPS*, Fortaleza, v. 22 n.4, p. 272-278, out./dez., 2009. Disponível em: <<http://ojs.unifor.br/index.php/RBPS/article/view/1048>>. Acesso em: 27/ Fev/2015.

BELO, V.S. et al., Fatores associados à ocorrência de parasitoses intestinais em uma população de crianças e adolescentes. *Rev Paul Pediatr.*; v. 30 n.2, p.195-201, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rpp/v30n2/07.pdf>>. Acesso em: 27/Fev/2015.

FONSECA, E. O. L., et al. Prevalência e fatores associados às geo-helminthíases em crianças residentes em municípios com baixo IDH no Norte e Nordeste brasileiros. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p.143-152, jan., 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2010000100015HYPERLINK> "http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2010000100015&script=sci_arttext"&HYPERLINK "http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2010000100015&script=sci_arttext"script=sci_arttext>. Acesso em: 28/Fev/2015.

GAMBOA, M. I. et al., Distribution of intestinal parasitoses in relation to environmental and sociocultural parameters in La Plata, Argentina. *J Helminthol*, v.77, p. 15-20, 2003. Disponível em: <<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/12590659>> . Acesso em: 28/Fev/2015.

JAPIASSU, R. A linguagem teatral na escola. 2ª. Edição. Ed. Papiruss. 2007.

NETO, A. P. S. et al., Ação e prevenção: uma avaliação parasitológica em manipuladores de alimentos e escolares. *Revista Extendere*. v. 2, n. 1, Jul/Dez. 2013. Disponível em:<<http://periodicos.uern.br/index.php/extendere/article/view/776>>. Acesso em: 28/Fev/2015.

OBERHELMAN, R. A. et al. Correlations between intestinal parasitosis, physical growth, and psychomotor development among infants and children from rural Nicaragua. *Am J Trop Med Hyg*, v. 58, p. 470-5, 1998. Disponível em: < <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/9574794>>. Acesso em 28/Fev/2015.

BRITO, Ahécio Kleber Araújo; SILVA, Francisca Islandia Cardoso da and FRANCA, Nanci Maria de. Programas de intervenção nas escolas brasileiras: uma contribuição da escola para a educação em saúde. *Saúde debate* [online], v. 36, n. 95, p. 624-632, 2012. ISSN 0103-1104. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-11042012000400014>.

**AMOSTRA ÉTICA, SAÚDE E ENFERMAGEM: DILEMAS MORAIS E O
IMPACTO NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.**

Área temática: Saúde

Erika Carla de Sousa Dias
(erika.pb2013@hotmail.com)

Ellany Gurgel do Nascimento

Jane Kelly Moisés da Silva

Maiara de Oliveira Lopes

Maria Bianca Brasil Freire

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN

RESUMO

A amostra teve como objetivo implementar a discussão de ética e bioética com a população, estimulando o pensar das questões morais da vida. Trata-se de um relato de experiência da “I amostra ética, saúde e enfermagem: dilemas morais e o impacto na assistência à saúde” tendo como público alvo os discentes do curso de graduação em enfermagem e a comunidade visitante da praça pública, realizada em 19/05/2016. Foi produtivo e importante para nossa formação e desenvolvimento acadêmico, pois a partir de então passamos a ter uma visão mais ampla da realidade prática de nossas discussões teóricas, bem como se percebeu a importância para o aprimoramento do conhecimento de todos que nos visitaram naquele dia e contribuíram para a disseminação do saber.

PALAVRAS-CHAVES: Ética. Ética baseada em princípios. Enfermagem.

INTRODUÇÃO

Toda ação do ser humano é baseada em princípios pelos quais os mesmos possuem, e estes vão de acordo aos interesses que os movem, baseado nessa premissa temos que a ética deve se fazer presente sempre, principalmente nas escolas, onde tem papel fundamental na formação do cidadão (RODRIGUES, 2001). Dessa forma, percebe-se a importância da ética no meio acadêmico fundamentada no sentido de ações que visem o olhar ético, e não como uma disciplina isolada, ela deve perpassar todos os componentes curriculares, mostrando-se nas atitudes dos docentes e dos outros indivíduos que vivenciam a educação (SOUSA, 2004).

A ética existe há vários séculos e, em nossos dias, ressurge, como tema privilegiado dos debates e das iniciativas oficiais sobre educação, visto as várias transformações sofridas pela sociedade contemporâneo nos mais variados setores da vida

e também pelo desafio de formar cidadãos críticos e reflexivos, porém sem perder o comprometimento com o social (VALE, 2001; SOUSA, 2004).

Tomando como princípio que a ética deve se fazer presente em todo campo de atuação, na enfermagem não é diferente. A enfermagem no seu campo de atuação desenvolve suas ações de cuidar, pautada num processo de diálogo, a qual ver a individualidade de cada ser humano, valorizando-a. Sob este aspecto, a mesma se encontra integrada a um conjunto de práticas sociais, éticas e políticas que se dão pelo ensino, pesquisa e assistência, comprometidos com a saúde do indivíduo e da coletividade, obedecendo aos princípios éticos e da legalidade. Sob esse enfoque, a ética compreende-se como uma ciência que valoriza a reflexão crítica sobre o comportamento humano, na qual discute os valores, princípios e o comportamento moral, à procura do bem-estar da vida em sociedade (LEITE; CLAUDINO; SANTOS, 2009).

Deste modo, se faz necessário o ensino da ética para a formação e construção do papel dos futuros profissionais da enfermagem. As experiências pessoais, assim como a vivência nos mais diversos cenários, são permeadas por questões éticas, baseadas em princípios, merecendo atenção que contemple as dúvidas e conflitos próprios do processo de formação. Os docentes, por conseguinte, são responsáveis por proporcionar espaços e construir estratégias que deem visibilidade à ética em todos os momentos da formação, promovendo a reflexão a partir dos problemas vivenciados na realidade (RAMOS et al; 2013).

A excelência do exercício profissional em Enfermagem tem como princípios norteadores o compromisso, a responsabilidade e dedicação constante. Centra-se num processo contínuo de aprendizagem e de desenvolvimento de competências, as quais preveem uma reflexão sustentada com base em princípios éticos (REIS, OLIVEIRA, 2013). Portanto, a amostra teve como objetivo implementar a discussão de ética e bioética com a população, estimulando o pensar das questões morais da vida.

METODOLOGIA

Trata-se de um relato de experiência do evento de extensão “I amostra ética, saúde e enfermagem: dilemas morais e o impacto na assistência à saúde” tendo como público alvo os discentes do curso de graduação em enfermagem e população em geral, sendo este composto por moradores, comerciantes e pessoas das mais variadas áreas de trabalho.

O evento foi realizado em 19/05/2016 na praça pública ao lado da Igreja Matriz de Pau dos Ferros-RN, organizado por professores e discentes de Enfermagem do Campus

Maria Eliza de Albuquerque Maia- CAMEAM/UERN.

As temáticas abordadas foram trabalhadas inicialmente em sala de aula na disciplina “Ética e Enfermagem” em forma de seminário do intuito de despertar o olhar dos discentes as questões éticas envolvidas em cada temática. Sendo também forma de avaliação, a qual fortaleceu o uso de metodologias inovadoras no processo de ensino e na avaliação de conhecimento na graduação.

Diante da inquietude despertada nas apresentações percebeu-se a necessidade de levar tais discussões para a comunidade e perpassar os muros da universidade com questões éticas que muitas vezes não são pautas de discussões. Foi realizado o levantamento bibliográfico de cada temática para exposição de banners em praça pública. Desse modo, na exposição foram abordadas as seguintes temáticas: Espiritualidade e Cuidados em Saúde; A experiência do lidar com o processo morte e morrer; Cuidados Paliativos e Enfermagem; Aborto; Eutanásia; Suicídio e Saúde Pública; Erros da Enfermagem; Confidencialidade e privacidade; Violência e Saúde Pública; Cuidado Humanizado e Acesso aos serviços de Alta Complexidade: Oncologia, houve uma troca de experiências em conhecimento profissional e pessoal, pois foi também um momento de humanização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da oportunidade de implementarmos uma discussão de ética e bioética com a população, foi possível estimular o pensamento crítico sobre questões morais pouco debatidas. Essa experiência estimula uma visão ampliada de todos os sujeitos envolvidos, gerando um momento de encontro entre diversas realidades. O evento teve uma relevância ímpar e importante para a formação e desenvolvimento acadêmico, pois a partir de então passamos a ter uma visão mais ampla da realidade prática de nossas discussões teóricas articulado com o saber adquirido da população, sendo útil na construção e aprimoramento do conhecimento de todos que nos visitaram naquele dia e contribuíram para a disseminação do saber.

A escolha das temáticas foram propositalmente selecionadas a fim de estimular o pensamento crítico da população, fazendo com que os mesmos repensassem alguns conceitos já definidos, contribuindo de alguma forma para melhoria da sociedade, para compreensão de mundo e pra o crescimento individual do sujeito.

A amostra contribuiu positivamente para os discentes e futuros profissionais da enfermagem, como também foi notória e exposto pela população que nos visitou a

demonstração de aceitabilidade e necessidade de escutar e também de falar, já que em vários momentos nos foi dado depoimentos de situações vividas pelo público, os quais enriqueceram ainda mais o momento.

Além disso, menciona-se a importância do evento enquanto mediador e construtor de um melhor desenvolvimento nos estudantes e aprimoramento da habilidade de comunicação, trabalhando o poder de argumentação e diálogo, além de ter estimulado a responsabilidade social e o envolvimento com a comunidade.

As habilidades necessárias para o ensino, é uma ferramenta continuada da aprendizagem, e esse fenômeno foi vivido pelos alunos que elaboraram e apresentaram o projeto. Durante esse ciclo educativo, foi objetivado a relação entre os discentes e público, tendo como apoio a figura do professor. Dessa forma, pode-se obter uma construção de uma postura na docência em enfermagem.

A figura do professor exerce o papel de estimulador no desenvolvimento intelectual do aluno, facilitando assim a aprendizagem, tanto dos graduandos como dos que assistiram a apresentação. Dessa forma, o conhecimento que adquirimos com essa experiência, nos incentiva a aperfeiçoar as aptidões, levando em conta do tipo de formação que temos de licenciatura e bacharelado.

Os recursos didáticos e metodológicos também facilitaram a abordagem ao público, facilitando naquele momento a exposição do conteúdo a ser trabalhado. Haviam sempre alguns tópicos problematizadores que chamavam uma atenção especial, facilitado assim o diálogo, discussão e troca de opiniões.

CONCLUSÃO

Ao realizar a exposição em praça pública, permitiu que os temas que trazem reflexões e sensibilizam as pessoas em questões cotidianas e que muitas vezes passam despercebidas pela maioria pudessem chegar a comunidade, permitindo o conhecimento de abordagens diferentes relacionadas a ética em vários contextos, assim de uma forma simples estimulou a população a refletir acerca de determinados comportamentos, embasados nos aspectos éticos e legais.

Salientamos a necessidade de abordar as questões de ética com a comunidade, tendo em vista a população desconhecer a importância dessa temática. Situação observada, quando algumas pessoas embora parecessem interessadas em saber o que estava acontecendo, apenas passavam e comentavam sobre a importância da exposição ou da temática, mas não paravam queriam ouvir.

Ao analisarmos as questões de ética e seus princípios, demonstrando o quão é necessário a realização de atividades que propiciem reflexão, para então desenvolver comprometimento pessoal e mudança de atitudes, uma estratégia imprescindível para formação de cidadãos críticos e formadores de opiniões.

Desenvolver essas atividades possibilitou o aperfeiçoamento de habilidades necessária para o futuro pós academia, tornando a experiência positiva para todos os que estavam inseridos, resultando na efetivação de um trabalho significativo e construtivo acerca dos temas expostos e vivenciados. Além de permitir uma aproximação da população sobre as questões de ética e bioética propondo assim novas reflexões sobre questões do cotidiano embasado nos princípios éticos e morais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEITE, A. I. T.; CLAUDINO, H. G.; SANTOS, S. R. A importância de ser ético: da teoria à prática na enfermagem. **Cogitare Enfermagem** v. 14, n. 1, 2009.

PASCHOL, A. S.; MANTOVONI, M. de F.; POLAK, Y. N. S. A importância da ética no ensino da enfermagem. **Cogitare enfermagem**, [v. 7, n. 2, 2002.](#)

REIS, A.; OLIVEIRA, C. C. Refletir sobre o ensino da ética na graduação de enfermeiros, em Portugal. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.21, n. esp., 2013.

RAMOS, F. R. S. et al. Ética construídas através do processo de formação do enfermeiro: concepções, espaços e estratégias. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**. vol.21, 2013.

RODRIGUES, N. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educ. Soc.** vol.22, n.76, 2001.

SOUSA, J. V de. Ética e educação: que relação é esta? **Rev. Católica virtual**, 2004.

VALLE, L. do. Ainda sobre a formação do cidadão: é possível ensinar a ética? **Educ. Soc.** vol.22, n.76, 2001.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN III FÓRUM DE EXTENSÃO DO
OESTE POTIGUAR II SALÃO DE EXTENSÃO

**AS PARASIToses INTESTINAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS DE PAU DOS
FERROS/RN: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA**

Área Temática: Saúde

Maria Micaely de Souza Freitas
(mariamicaelysf@gmail.com)

Augusto José Bezerra de Andrade
Erika Carla de Sousa Dias
Ellany Gurgel Cosme do Nascimento
Marcio Adriano Fernandes Barreto

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

RESUMO

As ações do Projeto de Extensão Avaliação Parasitológicas em Manipuladores de Alimentos das Escolas Públicas de Pau dos Ferros - PROEPA, tem como objetivo realizar atividades que educativas de prevenção as parasitoses intestinais, por meio de atividades lúdicas. Trata-se de um relato de experiência das ações do PROEPA na Escola Municipal João Escolástico – Pau dos Ferros/RN, teve como público alvo pais, professores, manipuladores e aluno, desenvolvidas no período de março à dezembro de 2014. Identificou-se a importância da realização do embasamento inicial das localidades e condições de saúde dos determinados espaço, afim de se ter estratégias que realmente sejam condizentes com as realidades de forma que torna-se mais eficazes quando são alicerçadas com o real modo de vidas das populações. Assim, foi possível estabelecer um campo de reflexão sobre as ações e necessidades, assim como a criação de vínculo.

PALAVRAS CHAVES: Educação em Saúde; Epidemiologia; Doenças parasitárias;

INTRODUÇÃO

Um forte indicador em relação a prevalência das infecções proporcionadas pelos parasitos intestinais é o status socioeconômico das populações, que por sua vez está associado a diversos fatores relevantes e que iram agir diretamente no modo de vida dos indivíduos, como poluição fecal da água e de alimentos consumidos por falta de um adequado manejo, que está vinculado a má estrutura oferecida pelos sistemas de limpeza e saneamento básico, fatores socioculturais, e pôr fim a falta de informações acerca do assunto pois, sabemos que este é um dos maiores problemas enfrentados pela área da saúde, que traz essa dificuldade de trabalhar e articular com a educação, o que é preocupante pois é uma problemática multicausal (BELO et al, 2012)

O Brasil, um país tropical, possui clima e condição socioeconômica que favorece

o acontecimento de doenças parasitárias, tanto nas áreas rurais quanto nas urbanas, já que às más condições sanitárias contribuem para a ampla distribuição dos enteroparasitas, por serem um dos principais meios de transmissão destas enfermidades intestinais (MENESZES, 2013).

Avalia-se que as infecções intestinais, sejam elas causadas por helmintos ou protozoários acometem cerca de 3,5 milhões de pessoas, e proporcionando em aproximadamente 450 milhões da população em todo mundo, um número alarmante no que se refere a esta patologia com as crianças, e sabemos que estas infecções causam muitos malefícios a saúde da mesma, podendo causar desnutrição, anemia, diminuição no crescimento, retardo cognitivo, irritabilidade (BELO et al., 2012).

No que se refere às doenças parasitárias intestinais, estas acometem principalmente crianças em idade escolar, o que pode comprometer seu desenvolvimento físico e intelectual. Dentre essas parasitoses intestinais, destaca-se a ascaridíase, helmintíase de maior prevalência no mundo causada pelo nematoide *Ascaris lumbricoides*. Em 2008, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estimou que mais de 980 milhões de pessoas no mundo estariam parasitadas por esse agente (SILVA et al., 2011).

Nos últimos anos o Brasil tem passado por mudanças que melhoraram a qualidade de vida da população. No entanto, as parasitoses ainda são endêmicas em algumas partes do país, tornando-se necessária a elaboração de medidas de controle específicas e cuidados paliativos que sejam direcionados a populações mais suscetíveis (BELO et al., 2012).

A abordagem a essa problemática tem relevância pelo fato dessas ações educativas se configurarem com um instrumento eficaz para a detecção de infecções e o combate das mesmas, partindo do princípio da educação popular em saúde, visando assim a construção em conjunto com a comunidade estratégias para o enfrentamento desses problemas para a promoção de uma boa qualidade de vida.

Deste modo, o presente estudo objetivou relatar a experiência vivenciada pelos membros do PROEPA na implementação das ações de combate e prevenção as parasitoses na Escola Municipal João Escolástico, na tentativa de identificar os fatores associados a prevalência de enteroparasitoses de escolares dentro desse cenário.

ASPECTOS METODOLOGICOS

Trata-se de um relato de experiência do Projeto de Extensão Avaliação

Parasitológicas em Manipuladores de Alimentos das Escolas Públicas de Pau dos Ferros (PROEPA) desenvolvido pelo CEN/CAMEAM/UERN na Escola Municipal João Escolástico – Pau dos Ferros/RN.

As ações realizadas pelo PROEPA são planejadas semanalmente em reuniões ordinárias com todos os membros, o qual consta com dois professores, sendo uma enfermeira e um farmacêutico/bioquímico, 10 discentes e um técnico de nível superior. Os componentes do projeto objetivam conhecer e acompanhar semanalmente os manipuladores de alimentos, professores, funcionários e alunos, visando implementar ações educativas proporcionando uma promoção e prevenção.

Para tanto implementou-se ações educativas desenvolvidas através de metodologias ativas, atividades sobre como prevenir parasitoses com os manipuladores de alimentos, professores, funcionários e alunos, bem como, propõe-se trabalhar parasitoses em sala de aula, por meio de estratégias metodológicas como: apresentações teatrais, paródias, tarefas educativas, atividades lúdicas conforme o desenvolvimento intelectual de cada faixa-etária e dinâmicas. As atividades foram realizadas no período de março à dezembro de 2014.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das implementações realizadas na Escola João Escolástico foi possível desenvolver ações educativas que visavam o controle das parasitoses intestinais. O desenvolvimento das ações decorreram-se com a aplicabilidade de estratégias metodológicas com professores, manipuladores de alimentos e alunos da referida escola.

No primeiro momento, realizou-se um encontro com professores e manipuladores de alimentos com objetivo de expor a proposta do projeto, bem como, mostrar toda a dinâmica do projeto na escola. Na ocasião foi explanado slides

Com o desenvolvimento do projeto é possível desenvolver habilidades de como educação popular em saúde, levando em considerações os conhecimentos prévios de todos aqueles que estarão nas atividades. Com os professores construímos propostas de atividades para que assim a temática de parasitoses não fique restrita apenas no período em que o PROEPA está na escola, mas que seja sempre tema pautado no planejamento de atividades.

As atividades propostas levam em consideração a tanto a prevenção quanto a promoção de informações sobre as parasitoses. Utilizamos como estratégias

metodológicas peça teatrais, fantoches, paródias, vídeos e atividades lúdicas que se adequem as necessidades de cada turma.

Para os alunos foram executadas atividades de como lavar as mãos corretamente, sempre explicando que é um dos meios de prevenções das parasitoses, exposição de vídeos educativos e atividades lúdicas. Desse modo, ao término das implementações era possível perceber o quanto o momento foi positivo no que se refere a aprendizagem dos alunos, pois em momentos posteriores os professores sempre relatavam o quanto os alunos gostaram das atividades.

Após as implementações foi realizado os parasitológicos de fezes. Para coleta dos material foi entregue os coletores e o Termo de Conscientemente Livre e Esclarecido (TCLE) para que os pais autorizassem a participação dos seus filhos nos exames, também foi explicado aos alunos como realizar corretamente a coleta do material, orientando sobre quantidade e cuidados com a amostra, no dia seguinte as amostras foram recolhidas pela equipe do projeto para posterior análise.

A análise foi realizada através do método de Lutz, Hoffmann, Pons e Janer (1919) ou Técnica de Sedimentação Espontânea, que é utilizada para diagnosticar a presença de larvas, cistos e ovos, de protozoários. Por serem pesados, ovos e larvas são sedimentados espontaneamente, são retidos no fundo do recipiente, para em seguidos serem examinados, enquanto os detritos são suspensos para a superfície, não interferindo no diagnóstico final (ELY et al., 2011). Vale destacar que a análise é realizada pelo coordenador do projeto no laboratório de morfologia da UERN.

Ao longo do estudo identifica-se a importância da realização do embasamento inicial das localidades e condições de saúde dos determinados espaço, afim de se ter estratégias que realmente sejam condizentes com as realidades de forma que torna-se mais eficazes quando são alicerçadas com o real modo de vidas das populações.

Sabe-se que as parasitoses intestinais estão relacionadas a diversos determinantes, ambientais, sociais e econômicos, acometendo principalmente localidades em que não há um esgotamento sanitário e onde há aglomerações populacionais, sendo importante destacar que a partir dos condicionantes como, o consumo de água não potável, nível socioeconômico, as condições de saneamento básico, hábitos de higiene, grau de escolaridade, e de uma forma geral as condições sociais que aquelas pessoas estão expostas, podem ser fatores determinantes e que iram culminar para o desenvolvimento das doenças parasitárias (VASCONCELO et al., 2011).

O aumento da prevalência de parasitoses intestinais está atrelado com o baixo grau de educação, já que pessoas com uma formação mais elevada tem um melhor acesso a informações que dão embasamentos para a prevenção, a falta de saneamento básico e condutas de higiene pessoal e domésticas são os principais meios de transmissão de parasitas (FERREIRA et al., 2006).

Três fatores são essenciais para que haja a infecção. As condições do hospedeiro: que incluem a idade, estado nutricional, fatores genéticos, culturais, comportamentais e profissionais; Parasita: resistência ao sistema imune do hospedeiro e os mecanismos de transformações bioquímicos e imunológicos ao longo do ciclo de cada parasita; O ambiente: os fatores ambientais podem favorecer a definir a ocorrência de infecções e adoecimentos (PINHEIRO, 2011).

Faz-se necessário uma maior intervenção pela equipe de saúde, através de ações educativas e um acompanhamento pelos profissionais de forma que seja uma assistência continuada. A Estratégia de Saúde da Família (ESF) tem por objetivo atuar com práticas de prevenção e promoção a saúde almejando o não adoecimento da população, nesse contexto as ESF possuem um papel de suma importância na execução de ações para o controle das enteroparasitoses atuando na sua vigilância e tratamento e consequente redução de casos (PINHEIRO, 2011).

Propõe-se, então, com essas intervenções, que o ESF amplie sua atuação, tomando como ponto de partida os problemas e as necessidades de saúde da população e seus determinantes e condicionantes, através do desenvolvimento de práticas interativas e integradoras de cuidado. Assim, é necessário identificar, prevenir e tratar as infecções parasitárias, a fim de evitar prováveis epidemias e formação de novas áreas endêmicas (MIRANDA, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos perceber que as infecções parasitárias estão atreladas imensamente ao subdesenvolvimento econômico-social, que permanecem influenciadas pela ausência do saneamento básico.

Assim partindo dessa perspectiva necessita-se de estratégias de educação em saúde com foco principal na prevenção. Considerando assim, de fundamental importância que promova espaços para as práticas educativas coletivas, considerando a importância dessas ações na promoção e prevenção das doenças infecto parasitárias.

Diante disso, ergue-se a necessidade de se implantar medidas que busquem

orientar a população sobre as formas de transmissão das enteroparasitoses, ou seja, conscientizar as pessoas sobre a necessidade da melhoria das condições básicas de saúde e criação de programas que tragam a ideia central voltada para a educação popular em saúde. Como também, promover as devidas orientações a respeito das condutas que devem ser seguidas na existência da infecção para que haja o devido tratamento, o que remete a necessidade de uma melhor articulação do serviço de atenção básica com a comunidade para haver uma interação entre ambos no combate e prevenção das enteroparasitoses.

Se faz de extrema relevância as ações extensionistas, pois proporciona uma troca de conhecimentos por nos colocar em sua situação de maior proximidade com a comunidade, onde foi possível estabelecer um campo de reflexão sobre as ações e necessidades, assim como a criação de vínculo que se estabelece como um instrumento relevante para a construção de autonomia da comunidade ajudando-os na tomada de decisão de forma consciente.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- BELO, V. S. et al. Fatores associados à ocorrência de parasitoses intestinais em uma população de crianças e adolescentes. **Rev Paul Pediatr**, v. 30, n. 2, p. 195-201, 2012.
- ELY, L. S. et al. Prevalência de Enteroparasitos em Idosos. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 14, n.4, p. 637-646, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpg/v14n4/a04v14n4>> Acesso em: 25 de novembro de 2016.
- FERREIRA, H. et al. Estudo epidemiológico localizado da frequência e fatores de risco para enteroparasitoses e sua correlação com o estado nutricional de crianças em idade pré-escolar. **Publicatio UEPG: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 12, n. 4, 2006.
- LIMA, A. S. S. de. Prevalência de parasitoses intestinais em escolares. **Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, Polo Governador Valadares/MG**, 2014.
- MENEZES, R. A. de O. Caracterização epidemiológica das enteroparasitoses evidenciadas na população atendida na unidade básica de saúde congós no município de Macapá – Amapá. **Dissertação (mestrado) – Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde**, Macapá, 2013.
- MIRANDA, Sérgio Vinícius Cardoso de. Atuação dos profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF) frente às principais parasitoses intestinais. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Medicina. Núcleo de Educação em Saúde Coletiva . Corinto, 2013. 65f. Monografia (Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família).
- PINHEIRO, P. L. **Enteroparasitoses na infância, seus determinantes sociais e principais consequências: uma revisão bibliográfica. Monografia de conclusão do Curso de Especialização em Atenção Básica em Saúde da Família, Polo Governador Valadares/MG**, 2011.
- SILVA, J. C. et al. Parasitismo por *Ascaris lumbricoides* e seus aspectos epidemiológicos em crianças do Estado do Maranhão. **Rev Soc Bras Med Trop** 44(1):100-102. Maranhão, 2011
- VASCONCELOS, I. A. B. et al. **Prevalência de parasitoses intestinais entre crianças de 4-12 anos no Crato, Estado do Ceará: um problema recorrente de saúde pública. Acta Scientiarum. Health Sciences**, v. 33, n. 1, p. 35-41, 2011.

**ATIVIDADE DE EDUCAÇÃO PERMANENTE COM OS CUIDADORES DE
IDOSOS DO INSTITUTO AMANTINO CÂMARA EM MOSSORÓ – RN:
RELATO DE EXPERIÊNCIA.**

Área Temática: Saúde

**Ana Beatriz de Oliveira Fernandes
(anabeatriz.20.fernandes@gmail.com)**

Alanna de Queiroz Maciel

Gilmara Valesca Rocha Batista

Pedro Henrique Avelino Ribeiro

Suzana Carneiro Azevedo Fernandes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

Trata-se de um relato de experiência do projeto de extensão: “Produzindo Saúde na Melhor Idade”, junto aos cuidadores do Instituto Amantino Câmara, através de metodologias de educação em saúde, a fim de contribuir com a melhoria do cuidado prestado àquela população geriátrica. A ação foi realizada no referido abrigo pelos alunos do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró, através de dinâmicas, destacando a força do trabalho em equipe, além de exposição dialogada sobre os assuntos de humanização e higiene das mãos. O desenvolvimento desta ação obteve êxito em colaborar com a política de educação permanente, proporcionando atividades de educação em saúde para os cuidadores de idosos do instituto num processo de ensino-aprendizagem que ofertou de forma positiva as relações entre os sujeitos envolvidos e sua participação enquanto atores sociais da saúde.

Palavras-Chave: humanização; higiene; envelhecimento; educação; capacitação.

Introdução

A realização de ações de extensão, desenvolvendo-se de modo articulado ao ensino, junto a grupos sociais populares e profissionais de saúde potencializa a formação de enfermeiros e se constitui em uma experiência importante para aproximar os discentes das diversas realidades de saúde, ainda na graduação, propiciando diálogo e troca de saberes (AMARAL; PONTES; SILVA, 2014).

Consoante Amaral, Pontes e Silva (2014), as atividades de extensão, pautadas na Educação Popular em Saúde (EPS), permitem que o futuro profissional de saúde adquira visão crítica e reflexiva sobre as necessidades de saúde de determinado grupo, sendo capaz de intervir e transformar essa realidade sob a ótica dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Partindo dessa premissa, o Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM), a fim de promover educação em saúde para os cuidadores dos idosos

do Instituto Amantino Câmara, localizado no município de Mossoró, desenvolveu um projeto de extensão que propiciasse maior aproximação com a dinâmica da assistência prestada aos idosos, através da troca de conhecimentos entre os petianos e profissionais.

O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivida pelo grupo PETEM em uma ação extensionista junto aos cuidadores do Instituto Amantino Câmara, através de metodologias de educação em saúde, a fim de contribuir com a melhoria do cuidado prestado àquela população geriátrica.

Desenvolvimento

A equipe de discentes, sob a coordenação da professora tutora do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM), iniciaram suas atividades no Instituto Amantino Câmara, no dia 09 de setembro de 2016. Inicialmente foi realizada a captação da realidade na referida instituição, que culminou em várias temáticas para serem abordadas durante a execução do projeto de extensão que está sendo desenvolvido e terá a duração de um ano na instituição, dentre os temas surgiram os de humanização e higienização.

Após a captação, ocorreu o momento de planejamento entre a equipe do PETEM, onde foi decidido trabalhar com duas dinâmicas, a primeira sendo de interação entre as cuidadoras, na qual, elas escreviam em um papel sem a necessidade de haver identificação da cuidadora, para abordar os pontos positivos e negativos do seu trabalho, em seguida embarçamos os papéis e cada discente ficou responsável por cada ponto abordado pela cuidadora. Durante a colocação dos pontos positivos e negativos, os discentes encaminhavam as discussões sobre humanização e a importância de desenvolver o trabalho em equipe.

Em seguida, realizamos a dinâmica “ilha do tesouro” com o objetivo de motivar, integrar o grupo, desenvolver habilidade de trabalho em equipe e superação de desafios. Para isso utilizamos jornais e uma caixa de bombom como recompensa. O grupo de cuidadoras foi dividido em duplas, e cada dupla ficava de pé sob o jornal, com a missão de chegar do outro lado da sala sem rasgar o jornal. Foi finalizado o primeiro momento de discussões sobre humanização e deu-se início a temática de Higienização.

Foi trabalhado a temática sobre higienização das mãos, numa exposição dialógica, destacando a importância, bem como ensinando o modo correto para lavagem das mãos. Também foi realizada uma dinâmica sobre a lavagem das mãos, no qual a cuidadora tinha seus olhos vendados, e um discente do grupo PETEM aplicava a Povidona-iodo (PVPI)

sob as mãos da cuidadora e pedia para que ela expusesse o modo como se lava as mãos em seu cotidiano, logo em seguida eram apontados os erros e acertos, prosseguindo com o passo a passo da técnica de lavagem das mãos.

Resultados e Discussões

As atividades no Instituto Amantino Câmara foram realizadas com o intuito de promover empatia e interação entre os cuidadores, destacando a importância do trabalho em equipe, além de expor assuntos de higienização diários para o cuidado com os idosos.

Aproximadamente 15 (quinze) cuidadoras participaram desse momento, havendo clara interação delas com o todo o grupo PETEM, o que possibilitou a retirada de dúvidas sobre a temática em questão, uma construção coletiva de conhecimento e a aplicação desses na realidade do Amantino Câmara. Com relação à aplicabilidade das práticas de higiene foi relatada a falta de tempo e de condições de trabalho para realizar a higienização das mãos de forma correta e eficaz.

Nesse contexto, o grupo estudou a possibilidade de, na falta de tempo para as repetições da lavagem, fosse efetivado o tempo correto de assepsia das mãos, o que potencializaria a eficácia do procedimento.

Os cuidadores também elencaram outros pontos francos no serviço para que pudessemos trabalhar, o que demonstra uma boa aceitação da ação de extensão desenvolvida pelo PETEM.

Considerações Finais

Este estudo teve como objetivo relatar a experiência do projeto de extensão: Produzindo saúde na melhor idade, tendo em vista a importância das atividades extensionistas no âmbito da universidade e a crescente expectativa de vida no país, o que tem ocasionado um aumento da população idosa.

Haja vista a importância do enfermeiro enquanto educador em saúde, afirma-se que a atividade viabilizou o desenvolvimento de práticas educativas, proporcionou a transformação social a partir do conhecimento e a produção de novos saberes através da prática, refletindo um movimento dialético capaz de possibilitar o exercício da cidadania, bem como da reflexão e criticidade do profissional enfermeiro a ser formado.

Por conseguinte, pode-se dizer que o projeto de extensão colaborou também para que os alunos do PETEM contribuíssem para a comunidade científica com as pesquisas

oriundas das atividades extensionistas, colaborando com o desenvolvimento do conhecimento acadêmico através do ensino.

Durante as atividades notou-se o desejo dos profissionais cuidadores do instituto em querer melhorar sua prática enquanto cuidador e suas inter-relações no ambiente de trabalho, buscando novas formas de melhoria do cuidado e da qualidade de vida dos idosos.

Sendo assim, o projeto de extensão atingiu o seu intuito de colaborar com a política de educação permanente, proporcionando atividades de educação em saúde para os cuidadores de idosos do Instituto Amantino Câmara, em um processo de ensino-aprendizagem que ofertou de forma positiva e significativa as relações entre os sujeitos envolvidos e sua participação enquanto atores sociais da saúde, além de propiciar um melhor preparo dos cuidadores na realização de suas atividades diárias com os idosos.

Referência

AMARAL, M.C.S; PONTES, A.G.V; SILVA, J.V. O ensino de Educação Popular em Saúde para o SUS: experiência de articulação entre graduandos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. **Revista Interface – cuidado, saúde e educação**. 2014; 18 Supl 2:1547-1558. Disponível em: <http://www.scielo.org/article_plus.php?pid=S141432832014000701547&tlng=pt&lng=pt>. Acesso: 10/10/2016.

CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES EM TERRITÓRIO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS: EXPERIÊNCIA DO CRR UERN.

Área temática: Saúde

**Magda Fabiana do Amaral Pereira
(magdafabiana@gmail.com)**

Clara Maria Rebouças Matos

Fernanda Andrade da Silva

Layra Nirelly Jácome de Araújo

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

Diante de um contexto de violência relacionada a um cenário de tráfico de drogas, percebeu-se a necessidade da implementação de políticas públicas sobre drogas na cidade de Mossoró. Atualmente, esta consiste em um território intenso de construção de políticas sobre drogas. Partindo desse pressuposto, o presente artigo objetiva relatar a experiência da capacitação oferecida por uma das ferramentas de formação em políticas sobre drogas, o Centro Regional de Referência (CRR UERN), cujo intuito é articular os âmbitos do trabalho e da educação, possibilitando mais um espaço de consolidação de saberes e práticas aos trabalhadores desse território, através da articulação e fortalecimento da rede intersetorial. Portanto, é um Centro que busca qualificar profissionais, a fim de que possam realizar uma reflexão de sua prática cotidiana, sem focar na droga em si ou no paradigma proibicionista, mas no protagonismo do usuário e seus próprios desejos.

Palavras-chave: políticas públicas, intersetorialidade, educação continuada, drogadição.

Introdução

O uso abusivo de drogas é um fenômeno complexo que envolve questões individuais, familiares, sociais, econômicas e culturais. Diante disso, buscou-se soluções para a redução do uso de drogas, focando exclusivamente no combate às drogas. Entretanto, viu-se que era necessária a mudança de paradigma, visando enxergar as necessidades dos cidadãos, para além do extermínio do uso de drogas.

No que se refere ao Brasil, as construções e discussões sobre drogas tiveram avanço significativo em 2005 com a publicação da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) (SUPERA, 2014; BRASIL, 2005).

Tal momento resultou em importantes conquistas, pois a Política busca tratar de forma igualitária, sem discriminação, as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, além de incentivar e articular o desenvolvimento de estratégias intersetoriais nas políticas de educação, assistência social, saúde e segurança pública, em todos os campos relacionados às drogas.

Em nível de Mossoró-RN, as discussões sobre as drogas são fortalecidas pela instituição do Sistema Municipal de Políticas sobre Drogas (SISMUD) - Lei Municipal 3.379/2016. Vale

ressaltar que Mossoró consiste atualmente em território de construção intensa de políticas sobre drogas, onde o tema é abordado nas discussões acadêmicas, em projeto federal de articulação intersetorial, nos programas de prevenção, em centro formativo, em fóruns intersetoriais dentre outros espaços abordados nos tópicos posteriores deste escrito.

Com isso, o presente trabalho visa apresentar a capacitação ofertada por Centro Regional de Referência (CRR) voltada aos trabalhadores desse território de construção/discussão das Políticas sobre Drogas que é Mossoró.

O território mossoroense, o Plano Crack e suas “heranças”

De acordo com o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2016), Mossoró se caracteriza como a 9ª cidade mais violenta no *ranking* brasileiro no ano de 2014, com uma taxa de 71,5% de homicídios por 100.000 habitantes e muitos desses crimes são vinculados aos cenários de tráfico de drogas. Diante disso, a gestão executiva municipal iniciou um processo de implementação das políticas sobre drogas a partir do Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.

O Plano Crack preconizava ações de saúde, educação, assistência social e segurança pública, nos âmbitos municipal, estadual e federal, através dos eixos Prevenção, Cuidado e Autoridade. Por ocasião do Plano, foram implementados serviços e equipamentos hoje existentes no município como: Consultório de Rua (CdeR), Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS AD III), Centro Especializado de Assistência Social (CREAS) e dois leitos psiquiátricos em hospital regional; micro-ônibus com câmeras de monitoramento da segurança pública; Bases Integradas Cidadãs (BIC) (SENAD, 2016a).

Somado a isso, após análise da conjuntura local, foi trazido pelo Ministério da Justiça (MJ), através da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), o Projeto Redes com o objetivo de promover apoio (por meio da Fiocruz) à articulação da rede intersetorial, de base territorial e de cuidado à população que faz uso abusivo de drogas (FIOTEC, 2016).

À mesma época, foram (re) ativadas reuniões do Comitê Gestor Municipal de Políticas sobre Drogas, induzidas pelo projeto Transformando Destinos do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN). Atualmente, o Comitê está instituído pela Lei do SISMUD e é composto por Chefe do Gabinete Civil do Prefeito e secretários de Saúde; Desenvolvimento Social; Educação; Segurança Pública; Planejamento; Trabalho; Fazenda; Administração e Finanças; Infraestrutura (JOM, 2016).

Esse Comitê é responsável por sugerir a Política Pública Municipal Sobre Drogas e tem como finalidades articular, integrar, organizar e coordenar as atividades relacionadas à prevenção do uso abusivo de drogas através de ações que busquem reduzir os fatores de vulnerabilidade e de risco da população, promovam e fortaleçam os fatores protetivos da sociedade contra os meios de

risco e construam o conhecimento, através da sensibilização da população sobre os danos do consumo abusivo de drogas lícitas ou ilícitas (JOM, 2016).

Além de garantir o funcionamento do Comitê Gestor, o SISMUD engloba o Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas (COMUD), assim como deve gerenciar o Fundo Municipal sobre Drogas (FUMUD), ambos ainda não implementados na prática (JOM, 2016).

Para finalizar, destacam-se os programas de prevenção vinculados à educação (Jogos Elos e #TamoJunto), bem como ao desenvolvimento social (Famílias Fortes), além das ferramentas de formação da rede assistencial em instância regional (Centro Regional de Referência para formação em Políticas sobre Drogas ou CRR UERN) (SENAD, 2016b).

A partir do exposto, a abordagem metodológica utilizada para realização do presente trabalho deu-se a partir de projeto, aulas e discussões do CRR UERN, além da experiência vivida durante as duas ofertas dos cursos de formação em Políticas sobre Drogas.

A práxis do CRR UERN

A UERN oferece hoje 31 cursos de graduação, com quase 11 mil alunos matriculados; 64 grupos de pesquisa cadastrados, envolvendo 430 professores-pesquisadores e diversos projetos de extensão aprovados, dentre eles, o CRR UERN financiado com recursos da SENAD do Ministério da Justiça.

A implementação do CRR UERN, em consonância com a PNAD, cumpre o intuito de articular o mundo do trabalho e da educação, criando mais um espaço de consolidação de saberes e práticas em prol da transformação pautada no pressuposto da aprendizagem significativa, com reflexão cotidiana da prática, principalmente da prática intersetorial, interdisciplinar e interprofissional.

É nesse espectro que o Centro já se encontra na terceira oferta de cursos de Aperfeiçoamento/Atualização sobre o crack e outras drogas, apresentando como público alvo: trabalhadores (da rede pública ou privada) e estudantes (graduandos ou pós-graduandos) das áreas da saúde, assistência social, segurança pública, direito/direitos humanos, educação, bem como participantes de instâncias de controle social e organizações não-governamentais voltadas às pessoas que usam drogas.

O CRR UERN é uma proposta inovadora para o município de Mossoró/RN que tem como objetivo qualificar profissionais que atuam em serviços públicos, a fim de que possam realizar uma práxis reflexiva e pautada não na droga em si ou no paradigma proibicionista comprovadamente falido, mas no **protagonismo do usuário** e seus desejos para si; na **articulação**

da rede de trabalhadores e setores básicos das políticas públicas para fortalecimento dos fatores sociais protetivos; na efetivação das **políticas sobre drogas**; na **intervenção das realidades** de trabalho dos cursistas por meio da proposta de intervenção que cada grupo deve executar como condição para conclusão exitosa do curso.

Portanto, o CRR UERN pretende construir a partir de uma prática diferenciada através dos processos formativos, novas possibilidades do profissional vivenciar a atuação nos serviços públicos, considerando uma visão mais articulada dos usuários do SUS e SUAS e de suas necessidades locais.

Considerações Finais

Diante do exposto, para além de um processo formativo, o CRR UERN no território de Mossoró fortalece as políticas sobre drogas e a rede intersetorial, visto que é um território de construção de políticas, ultrapassando o tão somente processo de capacitação e propõe aos trabalhadores ferramentas que possibilitem a abordagem ao usuário em situações do seu cotidiano, através de intervenções na realidade, pautados na garantia de direitos humanos, no trabalho em rede intersetorial e no protagonismo do usuário. O CRR possibilita troca de experiências, discussão e programação de ações de prevenção e cuidado em relação ao uso de drogas buscando reformulações sobre seu modelo, e uma posição mais bem definida e atuante dentro das políticas sobre drogas, garantindo continuidade nas ações e auxiliando no processo de readequação da rede e reformulação das práticas.

Referências

SUPERA: Sistema para detecção do Uso abusivo e dependência de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento. **O uso de substâncias psicoativas no Brasil: módulo 1.** – 7. ed. – Brasília: Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2014. 140 p.

BRASIL. Resolução nº3/gsipr/ch/conad, de 27 de outubro de 2005. **Aprova a Política Nacional sobre Drogas** [online]. Brasília – DF, 2005. Disponível em: <obid.senad.gov.br/obid/biblioteca/.../1.0_PoliticaNacionalsobreDrogas_Portugues.pdf>. Acesso em: 07 Out. 2016.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência 2016** [online]. Governo Federal/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. n.17. Brasília – DF, 2016. 55p.

Disponível

em:

<http://www.forumseguranca.org.br/storage/download/atlas_da_violencia_2016_ipea_e_fbsp.pdf>. Acesso em: 07 Out. 2016.

FIOTEC - Fiocruz. **Termo de referência - Prestação de serviços de consultoria individual em articulação de rede intersetorial álcool e drogas descentralizado** [online]. 2016. 6p. Disponível em: <http://www.fiotec.fiocruz.br/files/TR_Mossoro.pdf>. Acesso em: 07 Out. 2016.

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Construção do Mapa da Rede – Diagnóstico Situacional**. FIOCRUZ / Ministério da Justiça. 2016a. 18p.

SENAD – Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Análise da capacidade de gestão e fortalecimento de governança nos municípios**. FIOCRUZ / Ministério da Justiça. 2016b. 18p.

JOM - Jornal Oficial de Mossoró. Lei nº 3.379, de 29 de abril de 2016. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Municipal de Políticas Sobre Drogas – SISMUD no Município de Mossoró/RN e dá outras providências**. Prefeitura municipal de Mossoró. Mossoró, RN. Ano VIII. n. 354, 29 abr. 2016. p. 2-4.

**CENTRO REGIONAL DE REFERÊNCIA PARA FORMAÇÃO EM POLÍTICAS SOBRE
DROGAS (CRR-UERN): RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A VIVÊNCIA DOS
BOLSISTAS NO PROJETO DE EXTENSÃO**

Área Temática: Saúde

Lucídio Clebeson de Oliveira¹

(lucidioclebeson@hotmail.com)

Géssica Valeska Barbalho Lopes²

Hudson Marlon Eufrásio da Fonseca³

Débora Lúcia de Araújo Figueirêdo⁴

Monique Veríssimo Martins⁵

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo descrever as experiências vivenciadas por bolsistas do Centro Regional de Referência para formação em políticas sobre drogas (CRR). O presente artigo é construído a partir das vivências de um grupo de discentes/bolsistas do Centro Regional de Referência para formação em políticas sobre drogas da UERN, tratando-se portanto, de um relato de experiência. O CRR oferece cursos de capacitação para profissionais e estudantes das áreas de saúde, segurança pública, assistência social e direito. Os projetos de intervenção realizados deram respostas satisfatórias, atribuindo assim, relevância e eficácia na execução dos mesmos. Compreende-se que a proposta do CRR configura-se em uma formação interdisciplinar de políticas sobre álcool e drogas, proporcionando aos mesmos oportunidades de traçar estratégias para a prevenção e redução de danos como alternativa ao proibicionismo.

Palavras-chave: CRR; Drogas; Bolsistas.

INTRODUÇÃO

O Centro Regional de Referência para formação em políticas sobre drogas (CRR UERN) realiza pesquisas sobre a temática uso/abuso de álcool e outras drogas, é o primeiro do Rio Grande do Norte (RN) e suas atividades são desenvolvidas em parceria entre a gestão municipal de saúde, assistência social, as instituições que trabalham com a problemática das drogas e em defesa da cidadania e a instituição formadora da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), partindo da realidade local e orientados pelos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Sua implantação ocorre através da parceria entre a Prefeitura Municipal de Mossoró/RN, Ministério Público (7ª Promotoria de Justiça Mossoró), o FUNDAC Mossoró (mais especificamente dos Centro Integrado de Atendimento à Criança e ao Adolescente/CIAD e Centro Educacional de Mossoró/CEDUC), a Penitenciária Federal do Complexo Mário Negócio e a UERN. Conta com a participação de discentes de cursos de graduação das áreas de saúde, assistência social, segurança

pública e direito.

O CRR surge como meio importante na discussão sobre políticas sobre drogas, uma vez que atualmente as questões relacionadas aos drogaditos continuam sendo um assunto impactante e que nem sempre têm recebido sua devida importância, pois o uso/abuso de drogas afeta toda uma família, bem como, as suas relações sociais, sendo necessário a criação de políticas que amparem essas pessoas de forma equânime, sem estigmas e preconceitos, oferecendo espaços e condições para uma devida assistência. Entretanto, tal amparo não deve se restringir apenas ao uso de drogas, ao proibicionismo e as drogas em si, mas que leve em consideração todas as dimensões que compõe o usuário (familiar, psicossociais, biológicas, entre outras), assim como, todas as facetas que foram afetadas pela presença das drogas em sua vida, na perspectiva de repará-las e inserir essas pessoas na sociedade. Logo, o CRR intervém nesse cenário através da melhoria da qualidade da assistência ao usuário de drogas e seus familiares por meio da capacitação de recursos humanos, pesquisa, extensão e construção de políticas sobre drogas.

Os CRR estão vinculados às Universidades, Centros Universitários ou Faculdades públicas federais ou estaduais com o objetivo de formar presencialmente profissionais que trabalham nas redes de saúde, assistência social e segurança pública, assim como daqueles que atuam no Ministério Público, Poder Judiciário e entidades que prestam apoio a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, bem como, para graduandos das áreas de saúde, segurança pública, assistência social e direito também. Estão presentes em instituições que possuem uma população igual ou superior a quinhentos mil habitantes ou em municípios menores quando estes firmam parcerias com municípios vizinhos para atender população de tamanho semelhante.

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo descrever as experiências vivenciadas por bolsistas no CRR-UERN, sendo, portanto, um relato de experiência.

DESENVOLVIMENTO

O presente artigo é construído a partir das vivências de um grupo de discentes/bolsistas do Centro Regional de Referência para formação em políticas sobre drogas da UERN. A princípio os discentes se organizaram, por afinidade, sendo que cada grupo recebeu orientações de um docente; ocorreram reuniões periódicas entre os bolsistas e o orientador; em seguida, ocorreu a síntese de ideias e a construção propriamente dita do artigo. Sendo assim, trata-se de um relato de experiência, que de acordo com Christoffe, Pacheco e Reis (2008) consistem numa modalidade de investigação científica, sendo obrigatória a demonstração de uma experiência prática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os discentes no Centro Regional de Referência para formação em políticas sobre drogas

participam de reuniões periódicas de projetos de pesquisa relacionados às ações do CRR; reuniões periódicas das coordenações pedagógica, administrativa e geral; grupo de estudos teórico-metodológicos sobre educação permanente em saúde; planejamento de estratégias metodológicas e das etapas de preparação dos cursos; aplicação de instrumentos para a coleta de dados sobre os cursos, quando necessário; produção e apresentação de trabalhos acadêmicos (relatórios, resumos, artigos científicos, relatos de experiência, entre outros), fazendo referência à sua condição de estudante do CRR nesses trabalhos; organização e realização de atividades de extensão; cumprir com as exigências estabelecidas na Declaração de Compromisso com o CRR; confeccionar relatórios trimestrais sobre o seu trabalho; participação em encontros acadêmicos ao longo da participação como bolsista.

O CRR oferece cursos de capacitação para profissionais e estudantes das áreas de saúde, segurança pública, assistência social e direito. Ao término do curso, os cursistas têm a oportunidade de desenvolver um projeto de intervenção em grupo em um local/instituição de escolha dos alunos.

De acordo com Arcaro e Tassara (2014) projeto de intervenção é uma proposta de ação a partir da leitura da realidade, considerando o contexto social, político, ideológico, cultural, econômico e político local.

Os projetos de intervenção dão a oportunidade dos discentes trabalharem o conhecimento adquirido durante o curso, se apropriando da possibilidade de trabalhar os projetos nos serviços.

Durante a segunda oferta do curso foram construídos projetos de intervenção que, possibilitaram identificar através do que foi exposto e trabalhado a contribuição do CRR para o melhoramento da formação dos profissionais e da sociedade. Os trabalhos evidenciavam a evolução dos discentes a respeito do conhecimento da temática de álcool e outras drogas.

Dentre os projetos, alguns se destacaram, como, por exemplo, a implantação de um grupo de usuários de tabaco em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) no Município de Mossoró/RN, que recrutava os usuários de tabaco no território, firmando o grupo como estratégia de atuação da Equipe de Saúde da Família e de residentes e trabalhando a política sobre drogas, principalmente no que concerne ao cuidado multiprofissional à saúde dos usuários, entre outras finalidades.

Outro trabalho que chamou a atenção foi a elaboração de um protocolo dos serviços de Saúde Mental no Município de Assú/RN. A implementação do protocolo promoveria maior visibilidade da responsabilidade de cada cenário de produção de saúde, bem como, a organização da atenção em Saúde Mental do Município. Faz-se necessário também discorrer sobre a contribuição do protocolo para o fortalecimento da rede de atenção no município, aclarando as ideias de corresponsabilização, integralidade, descentralização, intersubjetividade, diálogo, reinserção social e autonomia.

Em suma, os projetos de intervenção deram respostas satisfatórias, cada um com sua

contribuição para a minimização das problemáticas abordadas e discutidas de acordo com a realidade social do público alvo, atribuindo assim, relevância e eficácia na execução dos mesmos, podendo ser considerados como experiências enriquecedoras aos bolsistas, seja na perspectiva da possibilidade de construção de projetos de intervenção semelhantes aos serviços onde poderão atuar como futuros profissionais, bem como, no sentido de enquanto bolsistas valorizar a formação/capacitação do CRR-UERN.

CONCLUSÃO

A educação sobre drogas deve ser um processo desenvolvido na tentativa de ajudar indivíduos a aprender, construindo habilidades e atitudes, frente ao uso de drogas, visto que o seu consumo se conecta a aspectos históricos, socioculturais, econômicos, políticos e individuais. “Educar é aprender a ser cidadão tanto de direitos quanto de deveres, é estar habilitado para transformar sua realidade levando em consideração não só os interesses individuais, mas também os interesses coletivos” (FREIRE, 2008).

Compreende-se que a proposta do CRR configura-se em uma formação interdisciplinar/interprofissional de políticas sobre álcool e drogas, envolvendo docentes, discentes e demais profissionais e comunidades, proporcionando aos mesmos oportunidades de adquirirem experiências que permitam dimensionar o conhecimento, bem como traçar estratégias para a prevenção e redução de danos como alternativa ao proibicionismo, viabilizando assim a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Salientando, também, a oportunidade que a UERN oferece através do CRR para que os bolsistas tenham uma maior vivência com situações relacionadas a políticas sobre álcool e drogas.

REFERÊNCIAS

ARCARO, Nicolau Tadeu; TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. Aperfeiçoamento de estratégias para intervenção institucional e comunitária. **Revista Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, 2014.

CHRISTOFFE, M.M.; PACHECO, S.T.A.; REIS, C.S.C. Modelo Calgary de avaliação da família de recém-nascidos: estratégia pedagógica para alunos de enfermagem. **Rev Enferm**, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

GOVERNO DO ESTADO. PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX). Edital nº 017/2015– PROEX/UERN: **seleção de candidatos para atuar no centro regional de referência para formação em políticas sobre drogas – CRR UERN**. Mossoró/RN, 2015.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

CRR UERN: FORMAÇÃO EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Área temática: Saúde

Deivson Wendell da Costa Lima
(deivsonwendell@hotmail.com)
Francisco Rafael Ribeiro Soares
Juce Ally Lopes de Melo
Lucidio Clebeson de Oliveira
Magda Fabiana do Amaral Pereira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

O Centro Regional de Referência para formação em políticas sobre drogas - CRR UERN tem como proposta que o cursista vivencie uma práxis da profissão com ampliação dos conhecimentos teóricos aplicando-os na prática. Pela incorporação da perspectiva interdisciplinar, o CRR UERN pretende construir, a partir dos processos formativos, novas possibilidades do cursista realizar intervenções nas instituições, considerando uma visão mais articulada das necessidades das pessoas que fazem uso de drogas. As discussões dos conteúdos servirão como espaço de aproximação com o mundo do trabalho, reflexão crítica e ação criativa a fim de avaliar e intervir nas necessidades de saúde, no contexto em que atua o profissional e favorecer o fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS, Sistema Único de Assistência Social - SUAS, cidadania e reinserção social.

Palavras-Chave: Drogas, interdisciplinar, processos formativos

INTRODUÇÃO

O Centro Regional de Referência para Formação em Políticas sobre Drogas da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – CRR UERN é um projeto de extensão, constituído por um grupo de professores e discentes, sediado na Faculdade de Enfermagem da UERN, de atuação voltada para a temática das políticas sobre drogas e suas interfaces com outras políticas.

Este projeto - vinculado ao Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas - foi aprovado pelo Edital de Chamamento Público nº 08/2014-SENAD/MJ, com convênio nº 128/2014, que entre si celebram a união, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça (SENAD/MJ) e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014).

O CRR UERN é destinado à formação presencial permanente dos agentes, trabalhadores e lideranças comunitárias e segue como princípios basilares a Política Nacional sobre Drogas; a Política Nacional de Saúde Mental; o estabelecimento de parcerias com a gestão municipal e estadual; o estímulo ao protagonismo das pessoas que usam drogas; a superação do paradigma de “guerra” ou “enfrentamento” às drogas; e o fortalecimento de redes intersetoriais de base territorial para prevenção, cuidado e inclusão social das pessoas que fazem uso de drogas (BRASIL, 2012b).

É nesse contexto didático-assistencial que se propõe discutir a implantação do CRR UERN, responsável pelo planejamento e pela execução de processos formativos no que se refere às Políticas sobre Drogas.

REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

O CRR UERN é desenvolvido em parceria com instituições da educação, saúde, segurança pública e desenvolvimento social, preconizando a formação interdisciplinar em políticas sobre drogas com respeito aos saberes específicos de cada profissão (UERN, 2014).

Entende-se essa formação interdisciplinar como um movimento de construção e reconstrução de um conhecimento mais globalizante que rompe com as fronteiras das disciplinas e que, para tal, adota não somente a integração dos conteúdos, mas também um compromisso de reciprocidade diante do conhecimento. Assim, essa dimensão objetiva edificar novas relações entre os sujeitos que interagem nesse processo de formação: docentes, discentes e demais profissionais e os territórios (FEITOSA et.al, 2011).

Ancorado em tal premissa, o CRR UERN tem como proposta que o cursista vivencie uma práxis da profissão com ampliação dos conhecimentos teóricos aplicando-os na prática. Pela incorporação da perspectiva interdisciplinar, contribui a partir de uma prática diferenciada através dos processos formativos, novas possibilidades do profissional vivenciar a atuação nos serviços públicos, considerando uma visão mais articulada dos usuários do SUS e SUAS e de suas necessidades locais (UERN, 2014).

É uma proposta inovadora para o município de Mossoró e cidades circunvizinhas que tem como objetivo qualificar profissionais e discentes, para práticas integrativas entre ensino-pesquisa-extensão-assistência-gestão, priorizando a questão do uso/abuso de drogas.

Os processos formativos promovem a aproximação do público-alvo com as discussões da Reforma Psiquiátrica, da Rede de Atenção Psicossocial, da drogadição e dos elementos teórico-conceituais para a compreensão dos determinantes no processo saúde-doença, com ênfase na dimensão coletiva (BRASIL, 2012b).

Além disso, os conteúdos possibilitam reflexões sobre o sujeito profissional e usuário enquanto ser singular, falante de suas necessidades em saúde, sujeito que se coloca e se situa na linguagem e pela linguagem. As discussões dos conteúdos servem como espaço de aproximação com o mundo do trabalho, reflexão crítica e ação criativa a fim de avaliar e intervir nas necessidades de saúde, no contexto em que atua o profissional e favorecer o fortalecimento do SUS, SUAS, cidadania e reinserção social.

A discussão quanto ao processo de implantação do Centro em questão, será ancorada no relato de experiência dos docentes que atuaram ativamente, desde a construção do projeto até a execução dos conteúdos teóricos e orientação das propostas de intervenção recentemente realizadas nos territórios.

IMPLANTAÇÃO DO CRR UERN EM MOSSORÓ E OFERTAS DOS CURSOS

As visitas e as reuniões inicialmente realizadas nas instituições parceiras, proporcionaram discussões e avaliações dos processos formativos acerca das políticas sobre droga; diante disso, foi definido como proposta para a primeira oferta implementar os cursos para três turmas.

Paripassu, ocorreram diversas reuniões da equipe docente para planejamento e divulgação das atividades; divisão de tarefas; organização de cronograma de demandas e elaboração conjunta dos planos de curso; organização da seleção de bolsistas e voluntários dentre os acadêmicos dos cursos de Enfermagem, Serviço Social, Direito e Medicina.

Na sequência, os docentes e acadêmicos já selecionados realizaram estudos em grupos temáticos e rodas de conversas; definiram e elaboraram as metodologias ativas a serem aplicadas nos cursos; planejaram o roteiro da proposta de intervenção nos serviços de saúde, assistência social e segurança como resultado social e extensivo ao território da oferta dos cursos. Paralelamente, a divulgação era realizada com a presença dos envolvidos no CRR em serviços que atuam com a assistência às pessoas que usam/abusam das substâncias psicoativas (SPA).

Após o término do período de inscrições, deu-se prosseguimento aos trabalhos com o início da primeira oferta dos cursos, a partir de uma aula com todos os inscritos na qual foram trabalhadas: dinâmica de grupo; explicação sobre a rotina das aulas, horários, conteúdos e pactuações do cronograma; orientação do projeto de intervenção, sua finalidade e possibilidades para execução; confraternização com lanche coletivo. Os cursos prosseguiram com temas que serão apresentados no próximo item do presente escrito.

Vale ressaltar que ao final de cada oferta é realizada a apresentação dos resultados das propostas de intervenção implementadas pelos cursistas, em geral, nos seus locais de trabalho/atuação, sob a forma de exposição de painéis em espaços públicos e acadêmicos. Ainda, após cada ciclo de cursos ofertados, são realizados momentos avaliativos da proposta teórico-metodológica do CRR em momentos coletivos (com cursistas, bolsistas, voluntários e docentes) e internos para discussões de cunho pedagógico e (re)organizativo.

CRR UERN E PERSPECTIVAS ATUAIS

Atualmente, o CRR UERN encontra-se na terceira oferta dos cursos formativos, com mais de 200 alunos matriculados em seis turmas diferentes, dos turnos noturno e vespertino, com público composto por trabalhadores e graduandos das áreas de Saúde. Assistência Social, Educação, Segurança Pública, Direito, além de voluntários e trabalhadores de organizações não-governamentais e demais equipamentos sociais que atuam na assistência às pessoas que usam drogas.

Os cursos do Centro acontecem com a abordagem temática didaticamente distribuída em cinco módulos:

Módulo I – Pessoas que fazem uso de drogas: a) Relação com a droga; territórios de vida e uso; diferenciação entre os tipos de uso; estigmas; b) Principais drogas, epidemiologia, seus efeitos e consequências;

Módulo II – Políticas nacionais e municipais sobre drogas;

Módulo III – Rede de atenção a pessoas que usam drogas): a) Níveis de intervenção: promoção da saúde, prevenção, tratamento e reinserção social; b) Redes de Atenção à Saúde e de Assistência Social, trabalho, segurança, educação e cultura; Programas de Referência Nacional;

Módulo IV – Abordagens às pessoas que usam drogas: a) Escuta, acolhimento, vínculo, corresponsabilização, apoio matricial; b) Intervenção breve e gerenciamento de casos; c) Redução de danos; d) Abordagem da família e formação de grupos terapêuticos; e) Atenção às crises;

Módulo V – Projeto de Intervenção: a) Orientação; b) Execução da proposta; d) Orientação dos resultados e construção do painel; d) Apresentação.

Ainda, o CRR UERN articula-se com o Comitê Gestor das Políticas Sobre Drogas de Mossoró, do qual fazem parte o Chefe de Gabinete Civil e os secretários de Desenvolvimento Social, Educação e Cultura, Saúde, Segurança Pública, Trabalho, Planejamento, Finanças, Ministério Público do Rio Grande do Norte. Essa atuação se dá para a discussão e defesa da

garantia de espaços transdisciplinares de discussão acerca das ações voltadas às pessoas que usam drogas, como é o caso do CRR UERN.

Para finalizar, o Centro trabalha em proximidade com o Projeto Redes/FIOCRUZ/SENAD/MJ, cuja função é estimular práticas e espaços de articulação intersetorial entre a rede de serviços das diversas áreas que atuam com o fenômeno das drogas, a fim de fomentar o trabalho pautado nas políticas públicas, no estímulo da governança local e do protagonismo das pessoas que usam drogas e suas famílias. O Projeto Redes concebe o CRR enquanto espaço frutífero de fortalecimento da intersetorialidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse projeto possibilita uma maior aproximação da universidade com os serviços de saúde mental, promovendo ações de ensino, pesquisa e de intervenção de acordo com as necessidades dos sujeitos inseridos nesse contexto. Ainda, contribui para que cada profissional, inserido nos serviços públicos do município de Mossoró e cidades circunvizinhas conheça seu papel enquanto organizador, potencializador e facilitador da rede assistencial; construa, de forma coletiva, a organização da rede psicossocial; discuta o seguimento dos casos de sujeitos em estado grave daqueles que abusam de drogas; estabeleça ferramentas terapêuticas que compreenda as singularidades dos sujeitos que fazem uso de drogas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Tratamento da dependência de crack, álcool e outras drogas: aperfeiçoamento para profissionais de saúde e assistência social**. Brasília, DF: SENAD, 2012b.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas. **Convênio nº 128/2014**. Brasília, DF: SENAD, 2014.

FEITOSA, R.M.M. Entre pensar e fazer na enfermagem: a interdisciplinaridade na perspectiva da clínica ampliada. **Revista Baiana de Enfermagem**. Salvador, v. 25, n. 1, p. 75-88, jan./abr. 2011

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE – UERN. **Projeto Centro Regional de Referência para formação em políticas sobre drogas - CRR UERN**. Mossoró, 2014.

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS E CONSTRUÇÃO DE AÇÕES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE

Área Temática: Saúde

**Caio Rodrigues Maia
Jullierme de Oliveira Morais
Luanna Mayrany A. C. Silva
Gilmara Celli Maia de Almeida
Daniela Mendes da Veiga Pessoa**

RESUMO

Este artigo é resultado da ação realizada pelo Projeto de extensão, Envelhecer Sorrindo, da Universidade do Estado do Rio de Grande do Norte, feita a partir de questionário semiestruturado e exame clínico oral, aplicado como entrevista individual aos idosos do Abrigo Dispensário Pedro Gurgel no município de Caicó/RN, de ambos sexos, entre 75 e 95 anos. Objetivou-se analisar as condições e necessidades de saúde destes idosos, promovendo ações de saúde de acordo com o diagnóstico situacional. Detectaram-se alterações orais e sistêmicas, elevado uso de medicamentos e predominância de edentulismo, denotando carência de próteses. Fez-se articulação com o setor de estomatologia e patologia oral da UERN, profissionais da Unidade de saúde responsável pela cobertura de ações em saúde dessa instituição e da Residência Multiprofissional em Saúde da UFRN, desenvolvendo atividades de promoção da saúde e tratamento das lesões orais encontradas nos idosos.

Palavras-chave: Idosos institucionalizados; Saúde bucal; Saúde sistêmica.

INTRODUÇÃO

No mundo atual, paralelamente às mudanças observadas na pirâmide populacional, caracterizada pelo envelhecimento da população, doenças próprias desse segmento ganham maior expressão, geralmente com aumento das doenças crônicas e degenerativas em detrimento das infectocontagiosas.

À medida que a população envelhece, cuidados permanentes em saúde são exigidos em maior escala. Frequentemente, eles sofrem abandono pelos filhos e parentes, seja pela não disponibilidade ou ausência destes, seja questões financeiras, sendo necessária a assistência integral e, conseqüentemente, sua institucionalização. (PIUVEZAN, 2011).

A promoção da saúde é um conceito que surge em relação à medicalização e que está intimamente relacionada à vigilância em saúde. A promoção da saúde direciona sua atuação em muitos determinantes sociais, pois em sua concepção a saúde não é vista como a ausência de doenças, mas como um estado que depende intimamente das condições de vida da população, habitação, saneamento básico, renda, educação, alimentação, acesso a bens e serviços essenciais, lazer entre outros.

Tendo em vista as deficiências e necessidades que circundam esse grupo populacional, principalmente os que residem em Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI). O projeto Envelhecer Sorrindo foi idealizado em busca de executar diagnóstico situacional em idosos institucionalizados, bem como atender as carências da saúde física e psicológica, tendo em vista a construção de ações de promoção de saúde no que dizem respeito à terceira idade institucionalizada.

Diante desse referencial teórico, a necessidade de conhecer as condições de saúde geral e qualidade de vida dos idosos institucionalizados, uma vez que essas informações são de grande relevância científica e social, pois permitem o direcionamento de intervenções na busca das condições necessárias para que esses indivíduos possam ter um envelhecimento saudável e, por conseguinte, uma melhoria na qualidade de vida.

DESENVOLVIMENTO

A ação faz parte do projeto Envelhecer Sorrindo, e foi realizada durante a semana do idoso, promovida pela ILPI, Abrigo Dispensário Pedro Gurgel. Anteriormente a ação apresentada neste artigo, já havia sido realizada reunião com seus gestores e visitas na ILPI por parte dos membros do projeto objetivando a criação de vínculo com os idosos residentes e com os funcionários.

A avaliação foi realizada a partir de aplicação de formulário e exame intraoral em 24 idosos na faixa etária de 75 a 95 anos no Abrigo Dispensário Professor Pedro Gurgel, localizadas no município de Caicó/RN, sendo 06 homens e 18 mulheres, tendo variação do tempo de institucionalização de 21 dias a 09 anos. Os idosos apresentam grau de dependência 3, permitindo que, ao responderem as perguntas, as interpretações se enquadrassem em categorias temáticas tais como: dados pessoais, diagnóstico de lesões orais, condições e cuidados bucais, uso e necessidade de prótese, uso de medicamentos, presença de doenças crônicas e de hábitos deletérios à saúde. De forma geral, visou-se avaliar e levantar as principais necessidades dos idosos residentes na referida instituição.

Para inspeção da cavidade oral foi utilizado espátula de madeira descartável, além dos demais cuidados de biossegurança, como o uso de equipamentos de proteção individual (luvas de procedimentos, máscaras e gorros descartáveis) adotando-se a metodologia preconizada pela Organização Mundial da Saúde para exames epidemiológicos, sendo registradas indicadores de perdas dentárias, bem como o uso e a necessidade de prótese.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 24 idosos do Abrigo Dispensário Professor Pedro Gurgel, houve a prevalência de doenças crônicas como hipertensão, colesterol elevado e distúrbios de ansiedade, e em menor quantidade, diabetes tipo II e doenças gastrointestinais. A maioria faz uso de anti-hipertensivos (Hidroclorotiazida, Lozartana), antitrombóticos (AAS Infantil), ansiolíticos (Clonazepam) e os de controle de colesterol (Sinvastatina). De forma geral, um percentual de idosos utilizam 3 ou mais medicamentos simultaneamente.

Diante dos hábitos deletérios analisados, verificou-se o uso do tabaco por dois idosos, sendo um através de fumo mascável e outro de cigarro. Em relação ao uso de álcool, foi detectada uma pessoa o faz.

Referente à presença de lesões, efetuando-se exame clínico oral dos idosos e os achados foram restos radiculares em dois idosos, um idoso com doença periodontal, foi detectado língua saburrosa em quatro idosos, uma idosa com hiperplasia fibrosa inflamatória, candidíase atrófica associada à câmara de sucção em uma idosa, dois idosos apresentaram lábios ressecados e foi encontrada uma lesão enegrecida com suspeita de melanoma em um idoso.

Verificou-se que a higienização da cavidade oral destes idosos é precária, visto que, a maioria não fazia higienização dos elementos dentários, das próteses, nem da língua, com exceção de três idosas que higienizam as próteses e as línguas. As doenças sistêmicas mais frequentes foram de etiologia metabólica, visto que sete apresentaram colesterol elevado, cinco hipertensão, quatro distúrbios de ansiedade, três diabetes tipo II e três idosos também apresentaram distúrbios gastrointestinais. Vale salientar que tais patologias apresentadas poderiam acometer o mesmo idoso.

Dentre os 24 idosos, dois faziam uso próteses totais, tanto superiores quanto inferior. Já outros três possuíam apenas a prótese total superior. Todos os idosos restantes ou eram edêntulos ou tinham poucos elementos dentários. Ao final do levantamento

verificou-se a carência do uso de prótese parcial removível superior e inferior em um idoso, grande maioria precisam de próteses totais superiores e inferiores, e apenas cinco idosos possuíam próteses.

De acordo com os resultados colhidos, puderam-se direcionar as ações com intuito de promoção de saúde, ou seja, restabelecer a sua saúde bucal e psicológica por meio de rodas de conversas e apresentações artísticas. Os exames clínicos e questionários foram realizados de acordo com o regimento da Política Nacional de Humanização, onde a abordagem para com os idosos foi feita respeitando suas escolhas, limites, cultura, permitindo melhor comunicação e criação de vínculo entre os integrantes do projeto e os idosos.

A situação de saúde bucal dos idosos brasileiros é precária e pode ser observada tanto pelo quadro epidemiológico quanto pela ausência de programas voltados para esse grupo populacional. Em um contexto de abandono e de dificuldades, uma das áreas que poderiam ser mais bem exploradas é a das ações de educação em saúde, conscientizando a pessoa para os cuidados bucais (SILVA, et al. 2001).

No entanto, esse fato é o reflexo da falta de prevenção, de informação e, conseqüentemente, de cuidados com a higiene bucal. Sabe-se que é essencial a manutenção dos dentes naturais até idades mais avançadas, de forma funcional e saudável (AGOSTINHO, et al. 2015).

Mesmo com o avanço obtido, ainda é comum no Brasil a perda de dentes e o conseqüentemente, o edentulismo especialmente na população idosa (OLIVEIRA, 2013). Demonstram que os idosos institucionalizados possuem maiores necessidades de próteses do que os não institucionalizados, sendo que essas diferenças podem ser devidas à baixa renda destes idosos e, por conseguinte, a higienização precária da cavidade bucal. (ROSA, 1992).

A respeito das doenças crônicas relacionadas aos idosos, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, demonstram que a maioria dos idosos (80 %) apresenta pelo menos uma doença crônica. As doenças predominantes são colesterol elevado, distúrbios psíquicos, hipertensão arterial, diabetes, que favorecem a ocorrência de eventos cardiovasculares. (MCQUEEN, 2007).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos resultados desta investigação foram detectadas a alta prevalência

de doenças crônicas, distúrbio de ansiedade e uso de polifarmácia, o que indica maior comprometimento da saúde sistêmica desse grupo institucionalizado. Como muitas vezes a institucionalização dos idosos propicia perdas em relação ao trabalho e sua rede social, como amigos e parentes, tal fato corrobora uso de ansiolíticos pelos idosos. O etilismo e uso de tabaco se apresentaram em baixa quantidade. No âmbito das condições de saúde oral e lesões encontradas, averiguou-se a má higienização oral da maioria dos idosos desta instituição, gerando a alteração oral mais encontrada, a língua saburrosa, bem como a presença de lesões de tecidos moles da boca. Ademais, a maior parte dos idosos é endêntula ou possuíam grande perda dentária, denotando a grande necessidade de reabilitação oral. A partir do levantamento dessas necessidades, estão sendo promovidas ações de promoção da saúde em articulação com as universidades e o serviço público de saúde, com vistas à melhoria da qualidade de vida e saúde desta população.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, A. C. M. G.; CAMPOS, M. L.; SILVEIRA, J.L.G.C. Edentulismo, uso de prótese e autopercepção de saúde bucal entre idosos. Rev Odontol UNESP, v.44, n.2, p. 74-79, 2015.

MCQUEEN, M. Continuing efforts in global chronic disease prevention. Prev Chronic Dis [serial online] Apr [citado]. Disponível em: http://www.cdc.gov/cd/issues/2007/apr/07_0024, 2007.

ROSA, A. G. F.; FERNANDES, R. A. C.; PINTO, V. G.; RAMOS, R. L. Condições de saúde bucal em pessoas de 60 anos ou mais no município de São Paulo (Brasil). Rev. Saúde Pública, v.26, n.3, p.155-160, 1992.

SILVA, S. R. C.; FERNANDES, R. A. C. Autopercepção das condições de saúde bucal por idosos. Rev Saúde Pública 2001; v.35, n.4, p. 349-55, 2001.

PIUVEZAN, G. Saúde bucal de idosos institucionalizados no Brasil. 2011; Tese (Doutorado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

EDUCAÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Área temática: Saúde

Daniela Natalie Barbosa

(daniela_natalie@hotmail.com)

Klícia de Moura Dantas

Maria Laudinete de Menezes Oliveira

Narjara Beatriz Queiroz da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte -UERN

Resumo

As atividades de extensão viabilizam a transformação social e a produção de conhecimento através da prática, possibilitando o exercício da cidadania e a reflexão sobre questões relevantes à nossa sociedade. O objetivo da atividade foi desenvolver ações de educação em saúde, de modo a contribuir para a promoção da saúde das crianças e adolescentes institucionalizadas no Núcleo de Apoio à Criança do município de Mossoró. As atividades dialogadas permitiram a participação ativa das crianças/ adolescentes, bem como, dos profissionais possibilitando o reconhecimento da realidade social e a sua transformação. Dessa forma, a prática realizada foi considerada como efetiva e eficiente para as crianças, para os adolescentes e para os alunos de Enfermagem adquirirem um caráter crítico e atuante, contribuindo para a comunidade científica com as suas pesquisas, colaborando com a sociedade por suas atividades de extensão e desenvolvendo o conhecimento acadêmico através do ensino.

Palavras-chave: Saúde; Educação Infantil; Enfermagem.

Introdução

O Brasil vem enfrentando um grave problema social, o abandono infantil, que se configura como uma solução para a gravidez indesejável e não planejada, e até mesmo quando o seio familiar não é estruturado e não tem condições viáveis ao cuidado do recém-nascido (CONANDA, 2008).

É válido ressaltar que a institucionalização é definida no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) do ano de 2013 como uma medida de proteção. As instituições de abrigo acolhem crianças e adolescentes que sofreram algum tipo de abuso, como por exemplo, o abandono e a violação dos seus direitos, por essa razão, precisam de um espaço que os

atendam, ou precisam ser afastados dos seus lares e das suas famílias temporariamente, até que possam retornar ao seio familiar, ou até mesmo obter inserção em famílias substitutas (ORIONTE; SOUZA, 2007).

O município de Mossoró-RN conta com o Núcleo Integral de Apoio à Criança (NIAC) que tem como objetivo reintegrar crianças que tiveram os direitos violados e devolvê-las às famílias. Porém, ao institucionalizar estas crianças, embora de forma provisória e excepcional, essa ação interfere sobremaneira no processo de desenvolvimento dessas crianças (COSTA, 2014).

Pensando nessa problemática os discentes e professora tutora do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) desenvolveram um projeto de extensão a ser desenvolvido no NIAC Pinguinho de Gente na cidade de Mossoró, com o objetivo de desenvolver ações de educação em saúde, de modo a contribuir para a promoção da saúde das crianças e adolescentes institucionalizadas.

Desenvolvimento

O projeto de extensão teve como cenário o Núcleo Integrado de Apoio à Criança, localizado atualmente na Rua Camilo de Paula, Nº 64, bairro Nova Betânia em Mossoró-RN. As atividades foram realizadas quinzenalmente, aos sábados, das 08:00h às 11:00h, na referida instituição sob a responsabilidade dos discentes e professora tutora do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró.

Torna-se importante esclarecer que primeiramente antes do desenvolvimento das atividades educativas, foi realizada reunião dos discentes do PETEM com a direção do NIAC com a finalidade de discutir os objetivos e metodologia do projeto. Na ocasião também foi realizada a captação da realidade junto aos profissionais do NIAC como forma de identificar as necessidades sociais presentes na instituição.

O método empregado no desenvolvimento das ações de educação em saúde foi a utilização de uma abordagem lúdica, com recursos didáticos como: exposição de músicas, coreografias, vídeos, apresentação de fantoches, na perspectiva de construir o entendimento sobre a saúde de um modo divertido e criativo. As atividades dialogadas permitiu a participação ativa das crianças e adolescentes bem como dos profissionais.

Os conteúdos explanados para as crianças e adolescentes se constituíram na importância da higienização das mãos, escovação dos dentes e bom convívio. Lembrando que todos foram instigados a participarem de forma ativa nesse processo educativo, valorizando

suas culturas, conhecimentos e ouvindo suas experiências vivenciadas para que assim, fosse promovida uma maior interação e construção coletiva de novos saberes.

Resultados e Discussão

As atividades educativas desenvolvidas no NIAC contou com a participação de sete (7) crianças e adolescentes institucionalizadas, dentre elas 6 (seis) meninas e apenas 1 (um) menino. As faixas etárias das crianças e adolescentes eram diversificadas, variando de 3 a 12 anos de idade.

As atividades foram desenvolvidas em três momentos. No primeiro momento foram utilizados recursos visuais para assistir um vídeo infantil educativo, viabilizando a discussão posterior sobre as boas maneiras necessárias para o convívio em sociedade. As crianças e adolescentes apontavam o que os personagens do vídeo faziam de errado no que tange as boas maneiras.

No segundo momento foram utilizadas figuras infantis impressas, exemplificando hábitos de boas maneiras. A partir destas, as crianças e adolescentes eram questionadas sobre o que a figura representava e se eles conseguiam compreender qual a mensagem que as figuras buscavam deixar. A cada figura, foi realizada uma reflexão acerca da importância dessas práticas para a saúde e para o convívio em sociedade. Após a discussão, as crianças e adolescentes eram convidados a colar as figuras em um painel fixo, denominado de “quadro de boas maneiras”, para que todos os dias eles pudessem visualizar as imagens e relembrar da discussão realizada.

Em um terceiro momento, buscou-se conhecer os sonhos de cada criança e adolescente, para isso foi utilizado recortes de papéis em formato de nuvens e orientados a desenharem ou escreverem alguma coisa que representasse o seu sonho, um desejo, um objetivo ou um projeto de vida que pretende realizar. Os desenhos e frases demonstraram sonhos variados, como ser professora, ser enfermeira, ser cabeleireira, boneco da fixação e conseguir morar com a família novamente. Foi um momento de muita emoção, pois era visível o quanto eles desejam alcançar esses sonhos. Com essa dinâmica buscou-se compartilhar os sonhos de cada um, com todas as crianças e adolescentes e trazer a reflexão de que todos nós temos um sonho especial, e que apesar das dificuldades que encontramos ao longo do caminho, temos que seguir firme e nunca desistir. Ao final, as crianças e adolescentes colaram os papéis em um painel fixado, denominado de “Mural dos Sonhos”,

logo após foi distribuído como momento de lazer balas e pirulitos para as crianças e adolescentes.

Concluímos que as atividades tiveram avaliações positivas, tanto por parte das crianças e adolescentes que participaram, como por parte do grupo que ficou responsável pela atividade em questão. Durante a realização da atividade, as informações foram compartilhadas de forma descontraída, propiciando diversão e informação. A metodologia lúdica foi efetiva, pois as crianças e adolescentes foram bem participativos e atentos às brincadeiras e orientações dadas, facilitando a compreensão. As atividades permitiram uma relação de afeto e carinho entre os estudantes e as crianças/adolescentes o que proporcionou uma adequada interação e o estabelecimento de uma relação de confiança, possibilitando a troca de experiência durante a realização das atividades.

Considerações Finais

As atividades de extensão viabilizam a transformação social e a produção de conhecimento através da prática, constituindo um movimento dialético, possibilitando aos alunos o exercício da cidadania e a reflexão sobre questões relevantes à nossa sociedade. Dessa forma, o aluno adquire um caráter crítico e atuante, contribuindo para a comunidade científica com as suas pesquisas, colaborando com a sociedade por suas atividades de extensão e desenvolvendo o conhecimento acadêmico através do ensino.

O projeto foi de suma importância para a construção de conhecimentos educativos ao apoiar e contribuir para a promoção da saúde das crianças e adolescentes institucionalizadas no Núcleo Integral de Apoio à Criança. Destaca-se ainda a importância do enfermeiro, enquanto educador em saúde, no desenvolvimento de práticas educativas dialógicas, na construção de novos conhecimentos e a capacitação de outros profissionais sobre práticas de promoção à saúde e desenvolvimento infantil.

A atividade extensionista possibilitou também a participação efetiva dos alunos do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró – PETEM da FAEN/UERN no exercício da cidadania e a contribuição para a transformação social proporcionando momentos de troca de experiências e saberes.

Referências

Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA. **Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, fevereiro de 2008.

COSTA, R. M. A Intersetorialidade como estratégia para uma possível atenção integral às crianças e adolescentes vulneráveis: Escola, Acolhimento Institucional e Centro de Atenção Psicossocial. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

ORIONTE, I. SOUZA, S. M. G. Viver em Abrigo: com a Palavra, a Criança. Pesquisas e Práticas Psicossociais, v. 2. n. 1, São João del-Rei, Mar/Ag. 2007.

EDUCAÇÃO EM SAÚDE EM GRUPOS TERAPÊUTICOS: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE APOIO INTERATIVO AOS PORTADORES DE PARKINSON - GAIPP

Área Temática: Saúde

Lucas Pontes Nunes Carlos
lucaspontes44@gmail.com
Ana Luiza Fernandes Vieira
Tâmara Tamiris Rocha Vieira
Jennifer do Vale e Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo sistematizar e refletir sobre a experiência de Educação em Saúde desenvolvida por estudantes e docentes do Curso de Graduação em Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) junto a um grupo terapêutico, o Grupo de Apoio Interativo aos Portadores de Parkinson (GAIPP), sediado em Mossoró-RN e composto por pessoas com a doença de Parkinson e seus cuidadores. Trata-se de uma experiência em curso, desenvolvida desde março de 2016, sob a forma de encontros mensais onde são explorados temas previamente selecionados pelo Grupo, sob os aportes da Educação Popular em Saúde. Percebe-se que a prática educativa problematizadora e pautada no compartilhamento de saberes científicos e populares é potente na produção de aprendizados operacionalizáveis e significativos ao contexto de vida dos participantes, e que a dinâmica grupal traz, além da construção de conhecimentos, benefícios como a construção de redes de apoio social e psicológica.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Educação Popular; Educação Médica; Grupos Terapêuticos.

INTRODUÇÃO

A educação em saúde compõe, no contexto atual das práticas sanitárias no Brasil, um conjunto de possibilidades voltadas para a tessitura de novas formas de se fazer saúde (AMARAL et al, 2014). De uma prática dirigida à prevenção de doenças e controle de doentes sob os aportes da biomedicina, a Educação em Saúde passou, a partir dos movimentos da Medicina Social e da Educação Popular, a orientar-se pela construção compartilhada de saberes e formas de vida comprometidas com a melhoria das condições de saúde da população (STOTZ, 2007).

O presente artigo tem por objetivo sistematizar e refletir sobre a experiência de

Educação em Saúde desenvolvida por estudantes do Curso de Graduação em Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) junto a um grupo terapêutico, o Grupo de Apoio Interativo aos Portadores de Parkinson (GAIPP), sediado em Mossoró-RN e composto por pessoas com a doença de Parkinson e seus cuidadores.

REFERENCIAL TEÓRICO

Um grupo é um conjunto de pessoas motivadas por necessidades compartilhadas que interagem cooperativamente em torno de uma tarefa específica. No caso dos grupos terapêuticos, o objetivo primordial é a melhoria de patologias específicas dos indivíduos, visando realizar tarefas de promoção da saúde (BERSTEIN, 1986; SANTOS et al, 2006).

Os grupos terapêuticos podem ser psicoterápicos, que são conduzidos por terapeutas especializados; de autocuidado, o qual estimulando os participantes a alterar ou buscar comportamentos mais saudáveis ajuda na melhora do autocuidado; de socialização que pode ajudar pessoas na reabilitação após episódios traumáticos que interrompem vínculos sociais e provocam debilidades; e o de suporte, o qual pode ajudar as pessoas durante períodos de ajustamento a mudanças (DIAS et al, 2009).

A Educação Popular em Saúde (EPS) é um tipo de educação problematizadora constituída no Brasil em sintonia com o Movimento da Reforma Sanitária Brasileira a qual, alicerçada na Educação Popular sistematizada por Paulo Freire, promoveu uma ruptura com as práticas preventivistas pautadas na prescrição de comportamentos, historicamente hegemônicas, e fundamentou práticas educativas construídas mediante o diálogo com os saberes populares e comprometidas com a melhoria das condições de vida das populações desfavorecidas no âmbito socioeconômico (AMARAL et al, 2014).

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Realizados mensalmente desde março de 2016, os encontros do Grupo de Apoio Interativo aos Portadores de Parkinson (GAIPP) são realizados com a participação de cinco acadêmicos e um professor do curso de Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), uma professora do curso de Enfermagem da mesma instituição, acadêmicos de outras instituições de ensino superior da cidade de Mossoró, cuidadores de portadores da doença de Parkinson e parkinsonianos.

O GAIPP conta com a participação de aproximadamente 70 parkinsonianos e cuidadores, sob a coordenação de uma parkinsoniana, e a frequência média de participantes por encontros é de 30 pessoas. As atividades educativas são previamente planejadas em reuniões, em que se analisam os melhores recursos metodológicos, formas de abordagem para cada temática, e as

responsabilidades dos acadêmicos.

Os temas foram sugeridos pelo próprio grupo, na primeira reunião do ano: fisiopatologia do Parkinson, terapias para a doença, direito à saúde, fisioterapia e educação física aos portadores da doença, espiritualidade e saúde e relação entre usuários e profissionais de saúde. Com base no referencial teórico da EPS, utilizam-se metodologias participativas, principalmente a roda de conversa potencializada com recursos audiovisuais, no intuito de facilitar a compreensão e estimular o diálogo entre os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Prática educativa e aprendizagens entre os participantes do GAIPP

A prática educativa desenvolvida buscou orientar-se pelo princípio da EPS do “saber ouvir” (CECCIM, 2007). Por isso, o primeiro encontro objetivou ouvir as necessidades de aprendizagem dos parkinsonianos e seus cuidadores. Adotou-se a Roda de Conversa como recurso metodológico considerando que uma prática educativa que busca o compartilhamento de saberes e experiências, se beneficia deste recurso pelo fato dele colocar todos os participantes face a face e em posições similares em relação ao centro da roda, criando um ambiente de igualdade entre os participantes e favorecendo o estabelecimento de relações horizontais.

O primeiro encontro surpreendeu pela postura participativa e sua dinâmica dialógica. Os parkinsonianos e seus cuidadores se expressaram com muita liberdade e entusiasmo, colocando suas necessidades de aprendizagem, e também suas vivências e expectativas. Muito rapidamente se desfizeram algumas das expectativas tradicionais de quem vive no ambiente universitário: de que somente nós, os acadêmicos, seriam os falantes, aos moldes da educação tradicional; de que eles seriam tímidos, passivos e detentores de poucas informações sobre sua doença; de que nós transmitiríamos a eles os conhecimentos adquiridos na academia; e, de que se instauraria um ambiente similar àquele majoritariamente reproduzido no ambiente universitário, com um professor que ensina e um aluno que aprende.

Os parkinsonianos e cuidadores trouxeram conhecimentos sobre a doença e suas formas de enfrentamento e de forma entrelaçada aos problemas e vivências cotidianas. Levantaram questões sempre pertinentes a partir de todos os temas, mostrando o valor do conhecimento popular sobre os problemas da saúde e da doença. São questões que, em muitos casos, reiteram as evidências científicas produzidas e, por outro, levantam hipóteses ainda não exploradas pela ciência. Dessa forma, eles tomaram o cenário da aprendizagem e não deixaram espaço para a educação tradicional, evidenciando, logo de início, para nós, a potencialidade dos pressupostos da educação problematizadora que buscávamos operacionalizar.

Em síntese, os encontros possibilitaram para os acadêmicos as seguintes aprendizagens: a reconstrução da imagem de um usuário passivo, pobre em informações e destituído de saberes relevantes para seu processos saúde-doença; a percepção dos múltiplos significados que uma determinada condição de saúde pode ter para as diversas pessoas; a percepção de que há outros saberes valiosos para dialogar com os conhecimento científicos dos profissionais de saúde, e que o diálogo desses saberes potencializa a compreensão e o enfrentamento dos problemas de saúde.

Benefícios dos encontros terapêuticos para o enfrentamento da doença de Parkinson

Os encontros têm possibilitado benefícios diversos a seus membros: a construção de novos conhecimentos sobre sua doença e os cuidados a ela dirigidos; a criação de oportunidades de fala e manifestação de subjetividades; a criação de um ambiente de socialização, marcado pela troca de experiências; e a construção de redes de apoio.

A construção de conhecimentos ocorre mediante a discussão de temas e o compartilhamento de conhecimentos, saberes e experiências entre os parkinsonianos, seus cuidadores e colaboradores das Universidades. As oportunidades de fala são dadas no grupo pela metodologia já usual de conversar em roda e de facultar a palavra a quem dela desejar fazer uso, diante do que se observa a necessidade deles em falar de seus problemas e vivências, o que parece ser de grande relevância na dinâmica grupal.

A criação de um ambiente de socialização é constatada pela dinâmica das relações constituídas no grupo, o que aparenta ser de grande significado, pelo reconhecimento das pessoas como sujeitos que têm voz e opinião, e pelos novos sentidos que eles podem dar a própria vida a partir do grupo. A constituição de uma rede de apoio social se expressa na ajuda por eles obtida no grupo para acessar os serviços de saúde e serviços sociais em geral, que são facilitados pela assistente social do GAIPP, bem como pela coordenadora. Também se concretiza uma rede de apoio psicológica, motivando principalmente pelo recurso da palavra (de modo presencial e por redes sociais) os integrantes, sobretudo quando enfrentam momentos de dificuldade pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condução de práticas educativas por médicos em formação no âmbito de grupos terapêuticos fortalece a capacidade desses grupos em lidar com os problemas de saúde e de vida de seus integrantes, pela capacidade de autocuidado ampliada em função dos aprendizados resultantes daquelas práticas, e pela construção de redes de apoio ao enfrentamento da doença e atendimento das necessidades de saúde dos parkinsonianos.

REFERÊNCIAS

AMARAL, M. C.S.; PONTES, A.G.V.; SILVA, J.V. O ensino de Educação Popular em Saúde para o SUS: experiência de articulação entre graduandos de enfermagem e Agentes Comunitários de Saúde. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v.18, supl. 2, p.1547-1558, 2014.

STOTZ, E. **Enfoques sobre Educação em Saúde**. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Participativa. Departamento de Apoio a Gestão Participativa. Caderno de Educação Popular e Saúde. Brasil, 2007. p. 46 a 57.

BERSTEIN, M. Contribuições de Pichón-Rivière à psicoterapia de grupo. In: OSÓRIO, L.C. e col. **Grupoterapia hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

SANTOS, L.M; ROS, M.A.; CREPALDI, M.A.; RAMOS, L.R. Grupos de promoção à saúde no desenvolvimento da autonomia, condições de vida e saúde. **Rev. Saúde Pública**, v.40, n.2, São Paulo, 2006.

DIAS, V.P.; SILVEIRA, D.T.; WITT, R.R. Educação em saúde: o trabalho de grupos em atenção primária. **Rev. APS**, v.12, n.2, 2009.

FRANCISCO, V.T.; FAWCETT, S.B.; SCHULTZ J, PAINE-ANDREWS. Um modelo de promoción de la salud y desarrollo comunitário. In: BALCÁZAR, F.E.; MONTERO, M.; NEWBROUGH, J.R. **Modelos de la psicología comunitária para la promoción de la salud y prevención de las enfermedades em las Américas**. Washigton: Organización Panamericana de la Salud; 2000. p.17-32.

GRUPOS TERAPÊUTICOS COMO CENÁRIO DE APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO MÉDICA: A EXPERIÊNCIA DO GRUPO DE APOIO INTERATIVO AOS PORTADORES DE PARKINSON - GAIPP

Área Temática: Saúde

Ernani de Souza Leão Neto
ernanineto_@hotmail.com

Francisca Clementino de Souza
Jennifer do Vale e Silva
[Dayane Pessoa de Araújo](#)

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo sistematizar e refletir sobre a experiência de Educação em Saúde desenvolvida por estudantes e docentes do Curso de Graduação em Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) junto ao Grupo de Apoio Interativo aos Portadores de Parkinson (GAIPP), com foco no desenvolvimento de competências para o exercício da medicina. Trata-se de uma experiência em curso, desenvolvida desde março de 2016, sob a forma de encontros mensais onde são explorados temas previamente selecionados pelo Grupo, sob os aportes da Educação Popular em Saúde. A utilização de grupos terapêuticos como espaço de formação médica permite a construção de competências profissionais no campo da atenção, gestão e educação em saúde, fundamentais na formação de médicos capazes de compreender e lidar com as complexas necessidades de saúde das populações.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Educação Popular; Educação Médica; Grupos Terapêuticos.

INTRODUÇÃO

As Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Medicina estabelecem, a partir de 2014, que o médico formado no Brasil deve ter o perfil generalista, humanista, crítico, reflexivo e ético, com capacidade para atuar na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano (BRASIL, 2014).

O presente artigo tem por objetivo sistematizar e refletir sobre a experiência de aprendizagem de estudantes do Curso de Graduação em Medicina da Universidade do Estado do

Rio Grande do Norte (UERN) junto a um grupo terapêutico, o Grupo de Apoio Interativo aos Portadores de Parkinson (GAIPP), analisando as contribuições deste cenário de aprendizagem para a construção das competências necessárias à formação daquele perfil profissional.

REFERENCIAL TEÓRICO

Zimmerman (2007) define o grupo terapêutico como uma dinâmica operativa, voltada para a saúde de uma coletividade, cuja finalidade corresponde a uma melhoria de alguma situação patológica desses indivíduos. Esse tipo de grupo é de extrema importância pois permite que as pessoas potencializem as trocas de diálogos, compartilhem suas experiências e garantam uma melhoria na adaptação ao modo de vida individual e coletiva. (BENEVIDES, D.S. et al., 2010).

Existem vários tipos de grupos terapêuticos no que se refere aos seus objetivos: psicoterápicos, que são conduzidos por terapeutas especializados; de autocuidado, o qual estimulando os participantes a alterar ou buscar comportamentos mais saudáveis ajuda na melhora do autocuidado; de socialização que pode ajudar pessoas que passaram por algum episódio traumático e que por isso interromperam seus vínculos sociais, sendo muito útil para reabilitação dos pacientes após situações debilitantes; e o de suporte, o qual pode ajudar as pessoas durante períodos de ajustamento a mudanças (DIAS et al, 2009).

O Grupo de Apoio Interativo aos Portadores de Parkinson (GAIPP), se enquadra mais no tipo de grupo de suporte, pois nele os portadores compartilham suas experiências em comum para ajudar a uma melhor resposta e atitude frente a doença tanto para os novos integrantes parkinsonianos como para os não parkinsoniano, estimulando uma melhor aceitação da realidade vivida, além de estimular uma reflexão sobre como se deve ver o mundo diante das limitações que são impostas de uma forma geral.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Medicina definem três áreas de competência para o exercício do trabalho médico: atenção à saúde individual e coletiva, gestão em saúde e educação em saúde (BRASIL, 2014). Em todas elas, as competências estão expressas em macroações que se desdobram em ações específicas no âmbito da prática médica.

Competência é compreendida como a capacidade de mobilizar conhecimentos, habilidades e atitudes, com utilização dos recursos disponíveis, e exprimindo-se em iniciativas e ações que traduzem desempenhos capazes de solucionar, com pertinência, oportunidade e sucesso, os desafios que se apresentam à prática profissional, em diferentes contextos do trabalho em saúde, traduzindo a excelência da prática médica, prioritariamente nos cenários do Sistema Único de Saúde (SUS). (BRASIL, 2014, p.4)

A competência expressa a manifestação prática de três elementos que se articulam:

conhecimentos, habilidades e atitudes (BRASIL, 2014). Santos et al (2006) afirma que os Grupos de Promoção à Saúde auxiliam na construção de competências do profissional e que, no contexto do SUS, poderão ser utilizados como importantes recursos técnicos que auxiliam a construção e aperfeiçoamento de serviços associados ao conceito positivo de saúde (SANTOS et al, 2006).

DESCRIÇÃO DA EXPERIÊNCIA

Realizados mensalmente desde março de 2016, os encontros do Grupo de Apoio Interativo aos Portadores de Parkinson (GAIPP) são realizados com a participação de cinco acadêmicos e um professor do curso de Medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), uma professora do curso de Enfermagem da mesma instituição, acadêmicos de outras instituições de ensino superior da cidade de Mossoró, cuidadores de portadores da doença de Parkinson e parkinsonianos.

O GAIPP conta com a participação de aproximadamente 70 parkinsonianos e cuidadores, sob a coordenação de uma parkinsoniana, e a frequência média de participantes por encontros é de 30 pessoas. As atividades educativas são previamente planejadas em reuniões, em que se analisam os melhores recursos metodológicos e formas de abordagem para cada temática, e as responsabilidades dos acadêmicos.

Os temas foram sugeridos pelo próprio grupo, na primeira reunião do ano: fisiopatologia do Parkinson, terapias para a doença, direito à saúde, fisioterapia e educação física aos portadores da doença, espiritualidade e saúde e relação entre usuários e profissionais de saúde. Com base no referencial teórico da Pedagogia da Problematização, utilizam-se metodologias participativas, principalmente a roda de conversa potencializada com recursos audiovisuais, no intuito de facilitar a compreensão e estimular o diálogo entre os participantes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os encontros são marcados pela troca de experiências e conhecimentos sobre os temas, além de relatos pessoais, vivências e expectativas com relação ao viver com Parkinson. A dinâmica dos encontros permite a produção de relações horizontais entre profissionais da saúde e a comunidade, estimula o autocuidado e a prevenção de doenças e a promoção de saúde. As experiências permitem a construção de vínculos entre os portadores de Parkinson e profissionais de saúde, bem como constrói subsídios para a formação de profissionais com perfil crítico-reflexivo e responsabilidade social.

Percebe-se que o GAIPP como cenário de formação médica possibilita a construção de competências nesses três campos de atuação previstos na formação médica: atenção à saúde

individual e coletiva, gestão em saúde e educação em saúde. Na área da atenção à saúde, o Grupo auxilia na construção das seguintes competências: identificação de necessidades de saúde, desenvolvimento e avaliação de planos terapêuticos, investigação de problemas de saúde coletiva, e desenvolvimento e avaliação de projetos de intervenção coletiva.

Na área da gestão em saúde, os grupos favorecem a construção de competências relativas à organização dos processos de trabalho em saúde, atividade central ao campo da gestão, tais como: trabalhar com a perspectiva dos usuários acerca dos problemas de saúde e suas possíveis soluções; desenvolver um trabalho colaborativo, mediante a atuação em equipe com outros profissionais de saúde; estabelecer problemas prioritários, e fazê-lo em ambiente de pluralidade de opiniões e valores e elaborar e implementar projetos de intervenção de forma coletiva, colaborativa, criativa e mediante o exercício da negociação.

A área da Educação em Saúde é onde se localiza a maior contribuição para a formação do médico, tendo em vista os grupos serem espaços de desenvolvimento permanente de ações educativas, criando possibilidades para que se desenvolvam competências nas três macroações desta área: identificação de necessidades de aprendizagem individual e coletiva; promoção da construção e socialização do conhecimento; e, promoção do pensamento científico e crítico e apoio à produção de novos conhecimentos.

Ademais, o uso da EPS como referencial pedagógico, traz contribuições transversais a um grande número de competências esperadas para o médico, como: trabalhar com um conceito ampliado de saúde, ser capaz de trabalhar de equipe e dialogar e negociar com outros pontos de vista, sobretudo de usuários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A condução de práticas educativas por médicos em formação no âmbito de grupos terapêuticos fortalece a capacidade desses grupos em lidar com os problemas de saúde e de vida de seus integrantes e cria ambientes de grande potência para a construção de competências no campo da atenção, gestão e educação em saúde, fundamentais na formação de profissionais capazes de compreender e lidar com as complexas necessidades de saúde das populações.

REFERÊNCIAS

SANTOS, L.M.; ROS, M.A.; CREPALDI, M.A.; RAMOS, L.R. Grupos de promoção à saúde no desenvolvimento da autonomia, condições de vida e saúde. **Rev. Saúde Pública** vol.40 no.2 São Paulo Apr. 2006.

DIAS, V.P.; SILVEIRA, D.T.; WITT, R.R. Educação em saúde: o trabalho de grupos em atenção

primária. **Rev. APS**; 12(2), abr.-jun. 2009.

ZIMERMAN, David. A importância dos grupos na saúde, cultura e diversidade. **Vínculo**, São Paulo , v. 4, n. 4, p. 1-16, dez. 2007.

BENEVIDES, D.S. et al. Cuidado em saúde mental por meio de grupos terapêuticos de um hospital-dia: perspectivas dos trabalhadores de saúde. **Interface (Botucatu)**, v.14, n. 32, p. 127-138, 2010.

FRANCISCO, V.T.; FAWCETT, S.B.; SCHULTZ J, PAINE-ANDREWS. Um modelo de promoción de la salud y desarrollo comunitário. In: BALCÁZAR, F.E.; MONTERO, M.; NEWBROUGH, J.R. **Modelos de la psicología comunitária para la promoción de la salud y prevención de las enfermedades em las Américas**. Washigton: Organización Panamericana de la Salud; 2000. p.17-32.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Medicina**. Resolução n. 3 de 03/06/2014. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15874-rces003-14&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192

HORTAS DIDÁTICAS NA ESCOLA: O PROBLEMA DO SOLO NA CONTAMINAÇÃO DAS HORTALIÇAS

Área Temática: Saúde

Matheus Oliveira Fernandes¹
(matheusoliveirafw@gmail.com)
Anabelle Camarotti de Lima Batista²
Talison Eugênio da Costa¹
Carla Jamile Xavier Cordeiro¹
Ana Carla Diógenes Suassuna Bezerra¹

Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)¹
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)²

Resumo

As hortaliças e legumes são alimentos de alto poder nutricional e podem ser implantadas em escolas através das hortas didáticas. Porém são alimentos consumidos sem cocção podendo atuar como veículos de transmissão de doenças principalmente quando o solo ou água podem está contaminados. Assim o objetivo deste trabalho foi avaliar a contaminação do solo ao redor das hortaliças, além das folhas e fruto do pimentão (*Capsicum annum*), das folhas de cebolinha (*Allium annum*) e nabo (*Brassica napus*) implantados em horta didática escolar. Para análise do solo foi utilizado 20 coletas e pesquisa pelo método de Wills e Molly e para as hortaliças cinco amostras analisadas por sedimentação espontânea. Como resultado verificou-se que 100% (20/20) das hortaliças estavam negativas, enquanto que 60% (12/20) amostras apresentaram: *Toxocara*, *Acaris* e *Trichuris*, podendo ocasionar problema na contaminação da hortaliça utilizada na merenda escolar.

Palavras – chave: saúde pública, enteroparasitas, alimentos contaminados

Introdução

Hortaliças consumidas *in natura* podem veicular transmissão de doenças se higienizados de maneira inadequada (MONTANHER et al., 2007), em razão da utilização de solos contaminados por material fecal de origem animal, resultando na contaminação dos alimentos por enteroparasitas (SOARES; CANTOS, 2005). Nesse contexto, o monitoramento desses alimentos deve ser constante, em razão da possibilidade de animais domésticos nos locais de implantação (MACIEL et al., 2014).

Dentre os contaminantes, merece maior destaque o solo quando utilizado no plantio sem tratamento prévio, que pode ser considerado uma fonte de risco aos alimentos

nele cultivado, com ênfase aos enteroparasitas (NEVES et al., 2016), onde poderá ocorrer surtos das doenças parasitárias devido à ingestão de verduras e frutas contaminadas pela migração das larvas infectantes (NEVES et al., 2016).

O monitoramento da contaminação parasitária em solos e alimentos tornaria possível a construção de um sistema preventivo para manter uma maior qualidade das hortaliças consumidas *in natura*, além de prevenir a transmissão aos consumidores (SILVA et al., 2010). Assim, o referido trabalho teve por objetivo realizar análises do solo e das hortaliças implantadas em horta didática escolar, com intuito de monitorar uma possível contaminação alimentar na merenda escolar, possibilitando maior segurança nos alimentos consumidos.

Desenvolvimento

1. Local do estudo:

O estudo foi realizado em uma horta escolar implantada no município de Mossoró, Estado do Rio Grande do Norte, região Nordeste do Brasil, durante o período de seis meses.

2. Coleta das amostras e processamento:

Para analisar do solo foram realizadas 20 coletas em pontos diferente da horta, com no máximo 8 cm de profundidade, onde estavam implantadas as hortaliças. As amostras foram separadas em sacos, acondicionadas em caixa isotérmica e enviada ao laboratório para análise utilizando o método de Wills e Molly baseado na flutuação de ovos/larvas em solução hipersaturada de cloreto de sódio. O método consiste em colocar a amostra em um recipiente, fazer a emulsificação com solução saturada de cloreto de sódio. Após esse procedimento o recipiente é preenchido com solução de NaCl até a formação de um menisco reverso (CASSENOTE et al, 2011).

No caso das hortaliças, o tempo das coletas foram determinados quando as hortaliças ficaram no ponto de serem colhidas para o consumo. Assim, foram coletadas aleatoriamente cinco amostras: das folhas pimentão (*Capsicum annum*), da cebolinha (*Allium annum*) e do nabo (*Brassica napus*), além da coleta de cinco frutos de pimentão (*Capsicum annum*), em vários pontos da horta. Todas as partes das hortaliças foram separadas individualmente em sacos plásticos, acondicionados em caixas isotérmicas e levados ao laboratório para análise microscópica.

Para as folhas e os frutos foram pesados cerca de 100 g de cada amostra,

transferidos para sacos de polietileno, onde foram adicionadas 250 ml de água destilada, seguido de homogeneização manual por 15 minutos e o líquido gerado seguido de tamisação (TAKAYANAGUI et al., 2007) e submetido a sedimentação espontânea por 24 horas (HOFFMAN, 1987).

Para análise dos dados, utilizou-se análise descritiva com dados tabulados em planilhas no programa Excel, com os resultados expressos em frequência simples e percentual.

Resultados e discussões

Quanto aos resultados para as amostras do solo examinadas foram diagnosticados 60% (12/20). Das amostras analisadas estavam positivas para presença de *Toxocara* 30% (3/20); para *Ascaris* 40% (8/20); para *Trichuris* 5% (1/20). Porém, no tocante as hortaliças 100% (20/20) estavam negativadas.

Pesquisas apontam que contaminação parasitária de hortaliças pode ser explicada pelo método de cultivo utilizado, na maioria das vezes, em contato direto com o solo que pode estar contaminado, podendo transferir a contaminação para suas folhas ao entram em contato com o chão. Quanto aos parasitos identificados no solo podem ter origem fecal humana ou através da irrigação com água de poços contaminados com esses resíduos (OBALA et al., 2013). Além da contaminação oriunda de outros animais, como gatos, que têm facilmente acesso às hortas previamente cercadas, onde defecam próximo aos alimentos eliminando ovos/larvas no solo (NEVES et al., 2016).

Outro fator de propagação no solo seria durante a adubação com fezes de animais (bovino, equino e suíno) presentes na propriedade que pode facilitar a contaminação dessas hortaliças (OLIVEIRA; GERMANO, 1992). Nesse contexto, faz-se necessário uma boa sanitização dos alimentos colhidos mesmo nenhuma amostra tendo apresentado diagnóstico positivo, visto que, entrarão como complemento da merenda escolar, e que devido a presença de parasitas no solo esses possam facilmente servir de contágio.

Considerações Finais

Conclui-se que apesar das hortaliças não apresentarem parasitas nas amostras analisadas, o solo onde são cultivadas pode apresentar-se como principal fonte de infecção, sendo necessária correta sanitização antes do consumo.

Referência

CASSENTE, A.J.F.; PINTO NETO, J.M.; LIMA-CATELANI, A.R.A.; FERREIRA, A.W. Contaminação do solo por ovos de geo-helmintos com potencial zoonótico na municipalidade de Fernandópolis, Estado de São Paulo, entre 2007 e 2008. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v.44, n.3, p. 371-374, 2011.

HOFFMAN, R.P. **Diagnóstico de parasitismo veterinário**. Porto Alegre: Sulina, 1987.

MACIEL, D.F; GONÇALVES, R. G; MACHADO, E. R. Ocorrência de parasitos intestinais em hortaliças comercializadas em feiras no Distrito Federal, Brasil. **Revista de Patologia Tropical**, v. 43, n.3, p. 351-359, 2014.

MONTANHER, C. C.; CORADIN, D. C.; FONTOURA-DA-SILVA, E. S. Avaliação parasitológica em alfaces (*Lactuca sativa*) comercializadas em restaurantes self service por quilo, da cidade de Curitiba, Paraná, Brasil. **Estudo Biológico**, v. 29, n. 66, p. 63-71. 2007.

NEVES, D. P.; MELO, A. L.; LINARDI, P. M.; VITOR, R. W. A. **Parasitologia Humana**, 13ª Edição, Rio de Janeiro: Atheneu, 2016, 264p.

OBALA, A.A.; SIMIYU, C.J.; ODHIAMBO, D.O.; NANY, U.V.; CHEGE, P.; DOWNING, R. et al. Webuye health and demographic surveillance systems baseline survey of soil transmitted helminths and intestinal protozoa among children up to five years. **Journal of Tropical Medicine**, p. 1-7, 2013.

OLIVEIRA, C. A. F.; GERMANO, P. M. L. Estudo da ocorrência de Enteroparasitas em hortaliças comercializadas na região metropolitana de São Paulo, SP, Brasil. I – Pesquisa de helmintos. **Revista Saúde Pública**, n. 26, p. 283-289. 1992.

SILVA, L. P.; SILVA, E. J.; SILVA, R. M. G. Diagnóstico parasitológico de Horticultores no monitoramento da contaminação parasitária em ambientes rurais. **Bioscience Journal**, v.26, n.4, p.648-652, 2010.

SOARES, B.; CANTOS, G.A. Qualidade parasitológica e condições higiênico-sanitárias de hortaliças comercializadas na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 8, n. 4, p. 377-384, 2005.

TAKAYANAGUI, O. M.; CAPUANO, D. M.; OLIVEIRA, C. A. D.; BERGAMINI, A. M. M. OKINO, M. H. T.; CASTRO E SILVA, A. A. M. C.; OLIVEIRA, M. A.; RIBEIRO, E. G. A.; TAKAYANAGUI, A. M. M. Avaliação da contaminação de hortas produtoras de verduras após a implantação do sistema de fiscalização em Ribeirão Preto, SP. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, v. 40, n. 2, p. 239–241, 2007.

IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS: ACOLHIMENTO, VÍNCULO E HUMANIZAÇÃO ATRAVÉS DA MÚSICA E ARTE

Área Temática: Saúde

Karolinne Domingos de Oliveira
(karolineedomingos@hotmail.com)

Matheus da Silva Regis

Adson Gomes dos Santos

Thalita Sonaly da Costa Moraes

Jamile Marinho Bezerra de Oliveira Moura

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN

Resumo

A população mundial em sua grande parcela tem alcançado a velhice, o que torna necessário a intensificação da promoção de saúde para o grupo de idosos. Além disso, dentro desse conjunto existe uma parcela que requer uma maior atenção, os idosos institucionalizados - idosos que residem em Instituições de Longa Permanência. O projeto Envelhecer Sorrindo tem como um de seus objetivos realizar um acolhimento com os sextantes institucionalizados, criar um vínculo e uma relação humanizada através de mediadores de aproximação interativos e inovadores, como apresentações musicais e atividades artísticas além disso, o projeto tem o intuito de realizar outras atividades com: promoção de saúde com oferta de atendimento odontológico associado a bucal, todos esses pontos associados a humanização. Nos encontros foram trabalhadas as seguintes temáticas: acolhimento, vínculo e humanização, sendo que todas as atividades utilizaram a música como mediador. A música se mostrou um bom instrumento para a aproximação, proporcionando aos idosos melhoras nos níveis de estresse, satisfação pessoal, boas lembranças, ritmo de vida, estímulo e motivação para o viver.

Palavras-chaves: “idosos institucionalizados”, “acolhimento”, “vínculo”.

Introdução

A população mundial em sua grande parcela tem alcançado a velhice devido a um processo de mudança populacional. Em virtude disso, estipula-se que no ano de 2020 haja mais de um bilhão de pessoas com idade acima de 60 anos. Ademais, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população idosa brasileira aumentou de 14,9 para 19,6 a razão de pessoas de 60 anos ou mais para cada grupo em idade potencialmente ativa (IBGE, 2016).

Sabe-se que o envelhecimento é algo natural, silencioso e inevitável. E dentre as pessoas de terceira idade, há um grupo que necessita de maior atenção, os idosos que residem em Instituições de Longa Permanência (Schlögl et al., 2012). Entre os desafios dessa população idosa estão: a ociosidade, o abandono e a ausência de contato familiar. Amenizar esses problemas é um dos objetivos da criação Projeto Envelhecer Sorrindo, fazendo uso de mecanismos de promoção de saúde tais como apresentações musicais e artísticas.

Importante salientar que as instituições de longa permanência possibilitam a construção de uma nova vida, rodeada por pessoas até então desconhecidas que fornecem ajuda e constroem vínculos. Porém, nem sempre essa relação é harmoniosa, promovendo limitações de vínculos, rompendo o bem estar diário, a autoestima e as emoções. Esses são os motivos que comprovam a necessidade da promoção de atividades inovadoras na rotina (Faleiros et al., 2006).

A música promove ao ser humano melhoras nos níveis de satisfação pessoal, boas lembranças e motivação para o viver. E no meio científico, comprova-se que influencia em variações fisiológicas que incluem pressão arterial, respiração, temperatura corporal e respostas galvânicas da pele, assim como imunológico, além de variações emocionais e sensibilidade à dor (Didolich, 2008).

Procura-se, além da música, buscar a promoção de apresentação de outras atividades como cordéis, peças teatrais, oficinas artesanais, buscando mostrar a realidade de um passado de boas lembranças. Com essa ação o espaço já começa a ser modificado, ganhando ressignificação. Pequenas atividades que são capazes de gerar sorrisos.

O principal objetivo das medidas preventivas na terceira idade tomadas pelo Projeto Envelhecer Sorrindo, além de amenizar as necessidades de ociosidade é promover uma melhora na qualidade de vida e saúde dos idosos e criar vínculo com idosos institucionalizados através de atividades artísticas.

Desenvolvimento

A ação extensionista se baseia nos princípios do Projeto Envelhecer Sorrindo, que consiste em desenvolver atividades em promoção de saúde, relacionadas à humanização e auto-cuidado de maneira a proporcionar melhoria da saúde física e mental, bem como da qualidade de vida dos idosos residentes nas dependências da Casa da Caridade e Abrigo Dispensário Profº Pedro Gurgel no município de Caicó-RN, locais de realização de ações com frequência mensal.

Participaram do encontro 13 dos 24 idosos, entre homens e mulheres do Dispensário; 9 idosos, entre homens e mulheres da Casa da Caridade e, também, 11 acadêmicos do curso de odontologia. Não participaram da atividade idosos que se negaram e aqueles acamados. Em primeira instância, houve a quebra do estranhamento na qual os discentes apresentaram-se e expuseram a finalidade do projeto. Em seguida, buscou-se conhecer um pouco da história de cada idoso, através de um diálogo em um cenário harmonioso e descontraído promovendo um entrosamento e criação de vínculo entre ambos.

Nesse diálogo entre estudantes e idosos, foram realizadas perguntas sobre a história de vida do idoso, sobre suas experiências, sua família, sua relação com os cuidadores e os demais idosos, sua rotina e a razão pela qual estão na instituição em questão. Além disso, durante a conversa os estudantes puderam perceber o nível de cognição e limitação dos idosos no intuito de adequar as atividades da ação extensionista ao público.

Após o momento de acolhimento, ocorreu a apresentação de músicas da época dos idosos, músicas regionais, religiosas e músicas escolhidas pelos idosos no momento da apresentação. Foram utilizados instrumentos de corda, percussão e sopro, como violão, triângulo, flauta transversal e canto dos acadêmicos.

Resultados e Discussão

1ª Temática- Acolhimento

O acolhimento consistiu no estabelecimento de recepção harmoniosa para a formação de um ambiente descontraído e propício para iniciar o entrosamento (Campos et al., 2012). No primeiro momento para efetivação da integridade do grupo, houve o diálogo entre os acadêmicos e os idosos presentes no ILPI e na casa de Caridade, em ambos ocorreu a separação em alas masculinas e femininas, após observou-se que alguns membros em

primeira instância mostraram-se tímidos, alguns com limitações, sobretudo com a verbalização, como também para realização de atividades propostas pelo projeto.

2ª Temática – Vínculo

O convívio social tem um papel fundamental principalmente para os idosos, pois essa troca de informações e conhecimentos possibilitam uma grande estimulação cerebral e conseqüentemente preserva as funções cognitivas (Shardong, 2010).

O vínculo em ambas as instituições foi criado a partir do diálogo entre acadêmicos e os idosos, proporcionando a quebra do estranhamento na qual estes sentiram-se mais à vontade de fornecer informações sobre suas histórias, promovendo afinidade e criação de laços, para futuramente facilitar exames, diagnósticos e outras atividades com esse grupo.

3ª Temática – Humanização

Humanizar é garantir a palavra a sua dignidade ética, ou seja, para que o sofrimento humano e as percepções de dor ou de prazer no corpo sejam humanizados. Pela linguagem, fazemos as descobertas de meios pessoais de comunicação com o outro, por isso, sem comunicação não há humanização (Berzings, 2003).

Nesse diálogo base para a humanização entre estudante e idoso, foram realizadas perguntas sobre a história de vida do idoso, sobre suas experiências, sua família, sua relação com os cuidadores e os demais idosos, sua rotina antes e depois da entrada na instituição e a razão pela qual estão na instituição em questão. Além disso, durante a conversa o estudante pôde notar o nível de cognição dos idosos, assim como suas limitações.

4ª Temática- Musicoterapia e artes

Segundo a UBAM, musicoterapia é definida como: a utilização da música e/ou seus elementos (som, ritmo, melodia e harmonia) por um musicoterapeuta qualificado, com um cliente ou grupo, num processo para facilitar e promover a comunicação no sentido de alcançar necessidades físicas, emocionais, mentais, sociais e cognitivas (UBAM, 1996).

A música foi levada tanto para o dispensário quanto para a casa da caridade através da utilização de instrumentos musicais e o canto dos acadêmicos, na qual a música promoveu aos idosos melhoras nos níveis de satisfação pessoal, ritmo de vida e motivação para o viver.

Diante do êxito e de todos os benefícios trazidos através da utilização da música, os membros do projeto estão em fase de construção de novas metodologias, tais como:

oficinas artesanais, literatura de cordel e apresentação de peças teatrais que possam acrescentar melhorias na promoção de saúde.

Considerações finais

De acordo com as atividades realizadas podemos concluir que os idosos apresentam memórias voltadas para fatos passados, pois possuem a limitação em lembrar acontecimentos recentes, quanto a percepção e a associação, verificamos que estas estão comprometidas em alguns casos, em função da deterioração dos processos físicos e sensoriais, como visão e audição.

É importante frisar, que as ações irão advir a partir das necessidades que os sextantes tiverem, observando a diferença dos níveis de cognição entre o Abrigo Dispensário Professor Pedro Gurgel e a Casa da Caridade, na qual as limitações no dispensário foram maiores, devido ao grau de dependência três de cada institucionalizado, e para isso faz-se mister entender e reconhecer as patologias referentes a esta fase da vida.

Vale ressaltar que a música agiu como um catalisador na relação dos acadêmicos com os idosos, já que alivia a tensão e o estranhamento por parte dos idosos institucionalizados. Ademais, a música e outras atividades que serão utilizadas, como oficina de artesanato e artes cênicas, são agentes importantes na promoção de saúde, bem-estar e também qualidade de vida.

Referencial Teórico

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016. Disponível em: [www.HYPERLINK "http://www.ibge.gov.br/"ibgeHYPERLINK "http://www.ibge.gov.br/".gov.br/](http://www.ibge.gov.br/). Acesso em: 12/10/2016.

SCHLÖGL, A., LOUREIRO, A.M.L., SANTOS, M.F., CÁRDENAS, C.J.de & BEZERRA, A.J.C. A poesia cantada, com idosos asilados, na possível re-construção do imaginário. **Revista Kairós Gerontologia** 15(5), p. 141-167, set. 2012.

FALEIROS, V.P. & LOUREIRO, A.M.L. (Orgs.). **Desafios do envelhecimento: vez, sentido e voz**. Brasília (DF): Universa; 2006.

DIDOLICH LCM. Musicoterapia y distrés. In: 12 Congreso Mundial de Musicoterapia 2008. **Anais Buenos Aires**: Librería Akadia Editorial; p. 64-7, 2008.

CAMPOS C.N.A, SANTOS L.C., MOURA M.R., AQUINO J.M., MONTEIRO E.M.L.M. **Reinventando práticas de enfermagem na educação e saúde: Teatro com idosos**, 2012;

SHARDONG, M. F. Vínculos afetivos em grupo, idosos reduzem risco de depressão e outras doenças. **Revista Mais de 50**, jun. 2010.

BERZINS, M. A. V. **Envelhecimento populacional**: uma conquista para ser celebrada. São Paulo: Serviço Social e Sociedade, 2003.

União Brasileira das Associações de Musicoterapia. **Revista brasileira de musicoterapia** [editorial]. 1996; 1 (2): 4.

INFLUÊNCIA DA EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA PREVENÇÃO DE PARASIToses COM PROFESSORES DE UMA ESCOLA PÚBLICA.

Área Temática: Saúde

Maria Brena Lopes Nunes

Debora Alice de Souza

Yves Moreira de Freitas

João Bezerra de Queiroz Neto

Vaniely Oliveira Ferreira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

RESUMO

As parasitoses fazem parte do cotidiano dos professores da rede de ensino, seja como conteúdo programático ou ainda na sua realidade, com alunos/comunidade parasitados. Devido ao contexto sócio-ambiental atingem a população em geral, principalmente aqueles que estão em idade escolar em que muitas vezes vivem em precárias condições de higiene e saneamento. Acreditando que com educação é que teremos saúde e tentando suprir a carência de conhecimento, desenvolvemos um trabalho junto aos professores da rede de ensino através de atividades envolvendo a Parasitologia, tínhamos como meta fornecer subsídios teórico-práticos que os auxiliem no desenvolvimento de suas aulas, demonstrando a importância das parasitoses, formando assim agentes multiplicadores que exerçam realmente uma prática social satisfatória na prevenção das parasitoses. Durante a execução da atividade abordamos dinamicamente o assunto, através de metodologia que facilite a compreensão do professor associando a realidade local, através de um ensino socialmente comprometido.

DECS: Parasitoses; professores; educação em saúde.

INTRODUÇÃO

O surgimento de determinadas patologias está intimamente relacionado às condições ambientais em que os sujeitos estão expostos. Essa afirmação pode ser atribuída às doenças parasitárias intestinais, que possuem ligação direta com condições sanitárias precárias e baixas condições socioeconômicas, caracterizando-se como um empecilho para a Saúde Pública (ANDREAZZI et al., 2007 *apud* VASCONCELOS et al., 2011).

A ocorrência de parasitoses intestinais está presente principalmente nas crianças que estão na idade escolar, o que pode ser um fator para que a recorrência de diarreias seja

responsável pela desnutrição destas crianças, e acabe por comprometer conseqüentemente o seu desenvolvimento físico e cognitivo (MACEDO, 2005 apud VASCONCELOS, et al., 2011).

As doenças enteroparasitárias que são transmitidas pela água e por alimentos contaminados, são uma grande preocupação devido à precariedade da estrutura sanitária do Brasil, que colabora para a disseminação dessas patologias. Porém é importante citar que os hábitos de higiene pessoal e o manuseio dos alimentos também são fatores consideráveis para a incidência das parasitoses (ARRUDA et al., 2009 apud NETO, et al., 2013).

A escola é considerada um ambiente em que é possível o desenvolvimento da educação bem como também o desenvolvimento social, abrindo espaço para a construção de conhecimentos e mudanças de posturas frente a determinadas realidades, fazendo com que os sujeitos se construam agentes multiplicadores do saber (BRASIL, 1997 apud LIMA, et al., 2010).

Sob esta ótica, as ações de promoção e prevenção em saúde nas comunidades escolares, contribuem para que o desenvolvimento de doenças seja evitado, para tanto, é necessário uma visão integral dos determinantes biopsicossociais e culturais que interferem no processo saúde/ doença dos indivíduos e suas comunidades (VICENTE, et al., 2011).

Esse processo de educação em saúde desenvolvido na escola resulta para que a comunidade desenvolva novas habilidades e conhecimentos que estejam voltadas para o cuidado com a saúde (IERVOLINO, 2005). É importante mencionar que, além da participação dos serviços de saúde e da família na construção do conhecimento sobre as parasitoses, é relevante que os professores das instituições escolares também possam contribuir para a multiplicação desse conhecimento.

Para isso, faz-se necessário que a educação continuada seja inserida no contexto escolar abrangendo os professores, visando à promoção da saúde nas escolas, partindo sempre de uma visão mais holística dos sujeitos (OPAS, 1996 apud IERVOLINO, 2005). A educação continuada em saúde deve ser entendida como uma ferramenta que habilita os profissionais a contribuírem para a reorganização dos serviços do qual fazem parte (IERVOLINO, 2005).

Nessa perspectiva, o projeto de extensão (PROEPA), realizado pelo Curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus Professora Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), tem o objetivo de avaliar os manipuladores de alimentos, funcionários, professores e alunos. O grupo se apropria de estratégias de educação em saúde, encaminhamentos e acompanhamentos dos consumidores de alimentos visando à interrupção do ciclo biológico dos parasitas intestinais.

OBJETIVOS

O estudo tem como objetivo relatar uma prática de educação popular em saúde realizada na Escola Patronato Alfredo Fernandes no município de Pau dos Ferros-RN, com os professores da mesma, desenvolvida pelos estudantes do curso de enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) do Campus Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), do qual fazem parte do projeto de extensão (PROEPA).

METODOLOGIA

O estudo trata-se de um relato de experiência, que foi realizado pelos alunos do projeto de extensão (PROEPA), do Curso de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), do Campus Maria Elisa de Albuquerque Maia (CAMEAM), a partir de uma atividade de educação popular em saúde realizada na Escola Patronato Alfredo Fernandes no município de Pau dos Ferros-RN. A atividade foi feita com os professores da escola, com a finalidade de discutir sobre as parasitoses, além de receberem algumas dinâmicas que poderiam ser utilizadas em sala de aula com os alunos, em suas respectivas séries.

Para que a atividade fosse realizada houve antes uma conversa com a direção da escola agendando o dia da atividade e também feita à coleta das fezes dos alunos para realizações dos exames parasitológicos.

A atividade de educação foi realizada conforme o roteiro a seguir, primeiramente o projeto foi apresentado por um integrante do PROEPA, após a apresentação foi feita a dinâmica do dominó que consistia em um jogo de dominó gigante, com as peças feitas pelos integrantes do projeto, o jogo se daria em montar as peças do dominó, onde elas foram divididas igualmente com a quantidade de professores que tinha na sala, dentro de cada peça existia uma pergunta que teria sua resposta em outra peça que contivesse a mesma numeração, dessa forma o dominó iria ser montado de acordo com as perguntas e respostas.

Da forma que foi conduzida a atividade houve a participação de todos, tornando-se de grande valia, tanto para os alunos do projeto como para os professores, que além de tirarem algumas dúvidas, obtiveram atividades para desempenhar em sala de aula com seus alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O trabalho, com os professores na escola, nos levou a uma reflexão da situação e ainda sobre uma atuação ampla e importante deste profissional no contexto escolar. Sentimos a necessidade de colaborar com os professores para a melhoria do processo ensino-aprendizagem sobre o assunto, através de uma metodologia prática que facilitasse o

desenvolvimento e entendimento dos conteúdos que podem ser aplicados no cotidiano das aulas.

A oportunidade de trabalhar a metodologia encontrada serviu para contribuir com a criação de propostas, até mesmo inovadoras, na solução dos problemas do cotidiano, em relação às verminoses e/ ou parasitoses, na realidade de determinada escola e respectiva comunidade. Concordamos com REY (1992), no seu prefácio, quando afirma: "tudo se passa como se não existissem, já, os conhecimentos para solucionar os problemas e para implantar as medidas de controle necessárias em cada caso", ao referir-se à omissão de vários segmentos da sociedade relativo à disseminação das doenças parasitárias, lembrando que elas persistem desde a mais remota antiguidade.

Foi percebido que os professores participaram na tentativa de se transformarem em agentes multiplicadores deste conhecimento específico e pensando, também, que a comunidade, com o auxílio dos professores, poderá ter mais acesso a informações e prevenir as possíveis parasitoses.

Tivemos a oportunidade de discutir o conteúdo, e ainda, ouvir relatos de casos do dia-a-dia dos professores, frente à situação do aluno, familiares e comunidade parasitada. São muitas as experiências vividas, principalmente pelos profissionais deste pequeno município e ainda porque lecionam em escolas em que há níveis de pobreza extrema.

Os professores envolvidos no trabalho destacaram a importância do conhecimento dos tipos de verminoses ou parasitoses e sua prevenção, reunindo os mesmos para troca de experiências e aperfeiçoamento dos próprios conhecimentos já existentes. Ao término do trabalho realizado, após análise dos efeitos que foi constatado pelo grupo de acadêmicos participantes referentes à metodologia trabalhada, foi possível verificar que a escolha da atividade, a organização e adequação do material de fácil entendimento encontraram uma ótima aprovação dos professores possibilitando a melhoria da qualidade da discussão em sala de aula, pois todo o material que foi selecionado será possível ser aplicado em sala através da articulação escola e comunidade se tornando como marco referencial para a melhoria da qualidade de vida das crianças.

Nós acadêmicos participantes do projeto de extensão pudemos constatar que foi uma contribuição muito favorável e que demonstrou ser possível, conciliar educação e saúde, incentivando ações que possam desencadear um processo contínuo de prevenção, quer seja pelo conhecimento reciclado ou adquirido, quer seja através da melhoria na qualidade de ensino e conseqüentemente do aprendizado dos alunos.

Foi gratificante vermos formados "multiplicadores", já que tivemos a participação de uma significativa parcela de professores da escola e que agora se fazem interessados em

executar das propostas de modificação do comportamento do alunado. Houve uma integração e a cooperação entre os diferentes níveis de profissionais da educação na continuidade da proposta, para que se permita a aquisição e troca de experiências.

Sabemos que os verdadeiros resultados só serão obtidos a médio e longo prazo, mas o fato de um conteúdo específico representar uma segmentação do conhecimento mais abrangente, não significa que o professor deva deixar de esforçar-se para desenvolver uma ampla visão do mundo que o cerca. Quem sabe, entre os alunos, já não se encontrem os cidadãos que buscam melhores condições de vida e que certamente não de considerar inaceitável que, ainda se morra por parasitoses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado pelo PROEPA na escola Patronato foi de grande relevância, uma vez que a inclusão de todos os membros da comunidade escolar nas atividades de promoção e prevenção a saúde, favorece ainda mais o fortalecimento de um conhecimento sobre as doenças parasitárias, seus modos de transmissão e como evitá-las.

Vê-se também a necessidade e importância de dar continuidade a trabalhos como estes que possam estar contribuindo para a educação continuada dos professores, para que os mesmos possam utilizar os conhecimentos adquiridos, no dia a dia escolar, contribuindo para formação de sujeitos capazes de cuidar da própria saúde e transformar a realidade do espaço que fazem parte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRUDA B. L. et al. A educação em saúde como instrumento na prevenção de parasitoses. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, Fortaleza, v. 22, n. 4, p. 272-277. outubro-diciembre 2009. Disponível em: < <http://ojs.unifor.br/index.php/RBPS/article/view/1048>>. Acesso em: 25/Fev/2015.

ANDREAZZI, M. A. R. et al, S.indicators for new problems: the relationship between sanitation and health. *Revista Panamericana de Salud Pública*, v. 22, n. 3, p. 211-217, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Criança, adolescente e adulto jovem: documento de referência para o trabalho de prevenção das DST, AIDS e drogas. Brasília: Ministério da Saúde; 1997. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd07_07.pdf>. Acesso em : 28/Fev/2015.

IERVOLINO, S. A. et al., Capacitação de professores para a promoção e educação em saúde na escola: relato de uma experiência. *Rev Bras. Cresc. Desenv. Hum.*, v. 15 n. 2, 99-110, 2005.

Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/viewFile/19762/21828>>. Acesso em: 28/Fev/2015.

LIMA, A. M. A. et al., Percepção sobre o conhecimento e profilaxia das zoonoses e posse responsável em pais de alunos do pré-escolar de escolas situadas na comunidade localizada no bairro de Dois Irmãos na cidade do Recife (PE). *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 15 (Supl. 1), p.1457-1464, 2010. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232010000700057&script=sci_arttext> Acesso em 26/Fev/2015.

MACEDO, H. S. Prevalência de Parasitos e Comensais Intestinais em Crianças de Escolas da Rede Pública Municipal de Paracatu (Minas Gerais). *Revista Brasileira de Análises Clínicas*, v. 37, n. 4, p. 209-213, 2005. Disponível em: < ses.sp.bvs.br/lildbi/docsonline/get.php?id=1804>. Acesso em: 26/Fev/2015.

NETO, A. P. S. et al., Ação e prevenção: uma avaliação parasitológica em manipuladores de alimentos e escolares. *Revista Extendere*. v. 2, n. 1, Jul/Dez. 2013. Disponível em:< <http://periodicos.uern.br/index.php/extendere/article/view/776>>. Acesso em: 28/Fev/2015.

OPAS. Oficina Sanitária Panamericana. Escuelas promotoras de salud: modelo y guía para la acción. Washington (DC); 1996. p.1-19.

VASCONCELOS, I. A. B. et al., Prevalência de parasitoses intestinais entre crianças de 4-12 anos no Crato, Estado do Ceará: um problema recorrente de saúde pública. *Acta Scientiarum. Health Sciences*. Maringá, v. 33, n. 1, p. 35-41, 2011. Disponível em: < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHealthSci/article/viewFile/8539/8539>>. Acesso em: 26/Fev/2015.

VICENTE, et al., Estratégia multidisciplinar na prevenção e controle de doenças de manifestação clínica na infância. *RGO - Rev Gaúcha Odontol.*, Porto Alegre, v.59, n.4, p. 591-597, out./dez., 2011. Disponível em:< www.revistargo.com.br/include/getdoc.php?id=6780&article...pdf>. Acesso em: 26/Fev/2015.

REY, Luis. Bases da Parasitologia Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, p 349.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR II SALÃO DE EXTENSÃO

O CRR ENQUANTO FERRAMENTA PARA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE EM POLÍTICAS SOBRE DROGAS

Área Temática: Saúde

Ana Taís Lopes de Oliveira
(anataislo@outlook.com)
Gilmara Valesca Rocha Batista
Lucídio Clebeson de Oliveira

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

RESUMO

Este estudo tem por objetivo relatar as experiências vivenciadas através do projeto de intervenção “Conscientização dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) sobre drogas e redução de danos”, realizado a partir dos cursos formativos fornecidos pelo Centro Regional de Referência para formação em políticas sobre drogas (CRR UERN). O projeto aconteceu numa unidade básica de saúde do município de Mossoró/RN, com Agentes Comunitários de Saúde. Utilizou-se como instrumentos da intervenção: slides, cartazes, vídeos e fluxogramas. Como resultados, observou-se uma participação ativa dos Agentes Comunitários de Saúde. Diante do estudo evidencia-se a importância da inserção do CRR-UERN na sociedade, enquanto ferramenta para capacitar profissionais capazes de intervir e transformar a realidade do uso de drogas e garantir uma maior qualidade de assistência prestada.

Palavras-Chave: capacitação profissional; assistência integral à saúde; redução de danos.

INTRODUÇÃO

De acordo com Brasil (2016), os Centros Regionais de Referência são centros vinculados a Universidades públicas federais ou estaduais que visam promover uma formação presencial permanente aos profissionais que atuam nas redes de saúde, assistência social, educação, segurança pública, Ministério Público, Poder Judiciário e demais instituições que exercem medidas socioeducativas em apoio a adolescentes.

O Brasil conta atualmente com 47 Centros Regionais de Referência, e a nível de Rio Grande do Norte apenas 1 Centro, que é vinculado a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte através da Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), com financiamento da universidade e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD) do Ministério

da Justiça (MJ), sendo denominado de Centro Regional de Referência para formação em políticas sobre drogas (CRR UERN). O programa foi aprovado pelo Edital de Chamamento Público nº 08/2014-SENAD/MJ, e apresenta Convênio de nº 128/2014, que entre si celebram a União, por meio da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, do Ministério da Justiça e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte.

O CRR UERN é constituído por uma equipe de professores (coordenador, coordenador adjunto e colaboradores) totalizando 6 professores com atuação voltada para a temática das drogas, e de alunos bolsistas de diversas áreas de formação da UERN (enfermagem, direito, medicina e serviço social) totalizando 15 alunos, engajados com o propósito de realização de pesquisas sobre a temática do uso de álcool e outras drogas.

O CRR UERN tem como objetivo fundamental qualificar os profissionais que atuam nos mais diversos serviços e atualmente qualificam também estudantes de graduação dos cursos da área da saúde, educação e direito, visando desenvolver de acordo com a realidade social, práticas profissionais pautadas na prevenção e cuidado dos problemas relacionados ao uso de drogas, de forma que, por meio dos processos formativos, estes estudantes e profissionais possam melhorar a qualidade da assistência prestada ao usuário de drogas e seus familiares.

Os processos formativos do CRR UERN são desenvolvidos a partir da parceria entre a UERN, gestão municipal de Saúde e Assistência Social, bem como das instituições que lidam em seu cotidiano com a problemática das drogas. Visam alcançar um número abrangente de profissionais, com cerca de 200 vagas por curso, respeitando a duração de 60 horas, nas quais 30 são teóricas e 30 são práticas. Nas 30 horas práticas são desenvolvidos projetos de intervenções pelos participantes dos cursos, que são apresentados ao final desse processo formativo e são direcionados para a temática das drogas, com a proposta de que os conhecimentos teóricos sejam aplicados na prática de uma forma interprofissional articulada, condizentes com as necessidades da população e embasados pelos princípios do Sistema único de Saúde (SUS).

Dessa forma, organizou-se este estudo, que teve como objetivo relatar a experiência de um projeto de intervenção construído e apresentado durante uma das ofertas dos cursos formativos do CRR UERN. O projeto abordava a conscientização dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de Mossoró/RN, sobre drogas e redução de danos.

DESENVOLVIMENTO

Tendo em vista o crescimento significativo do uso de drogas em âmbito nacional, e as políticas e estudos que tem se intensificado nos últimos anos, o CRR-UERN busca articular-se com os profissionais que lidam direta e indiretamente com indivíduos que fazem uso de drogas, para que por meio de propostas de intervenção ao final do curso formativo o aluno possa estar articulando seus saberes teóricos a sua vivência cotidiana.

É através dessa articulação teoria-prática que o presente estudo busca relatar como se deu a proposta de intervenção intitulada: Conscientização dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) sobre drogas e redução de danos.

A proposta teve como público-alvo os ACS da Unidade Básica de Saúde (UBS) Dr. Cid Salém Duarte, localizada no município de Mossoró/RN, na Av. Presidente Costa e Silva, S/N, bairro Abolição IV. Essa articulação se deu através de momentos presenciais na UBS com os ACS e a equipe de 05 participantes do curso ofertado pelo CRR-UERN, responsáveis pela intervenção.

Foi estabelecido como critério de inclusão da proposta de intervenção: ACS vinculado à Estratégia Saúde da Família (ESF), e como critérios de exclusão: estar de licença médica ou de férias no período em que foram realizadas as ações.

Inicialmente foi realizada uma análise prévia do conhecimento que os ACS tinham acerca da temática, para tanto os alunos fizeram uso de uma roda de conversa informal no espaço da UBS instigando questionamentos sobre o tema, com exposição de dúvidas e relatos cotidianos.

Posteriormente foram discutidos os seguintes tópicos: definições e classificação do uso de drogas; reconhecimento dos efeitos do uso por meio de sinais e sintomas; critérios de risco; estágios de mudança; encaminhamentos adequados; rotinas de acompanhamento; estratégia de redução de danos; opções de tratamento; instrumentos de triagem; prevenção e legislação.

Como recursos didáticos e metodológicos foram utilizados vídeos, slides e confecção em forma de cartaz do fluxograma das redes de serviços oferecidos pela prefeitura de Mossoró, pelos próprios ACS, e que foram fixados em uma das paredes da UBS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ACS é o trabalhador que mantém contato direto com a comunidade tornando-se elo entre esta e a equipe de saúde. É um trabalhador fundamental na equipe de atenção básica, tendo em vista que possui condições de identificar os riscos e as vulnerabilidades

da população em seu território. Estudos evidenciam que os mesmos apresentam dificuldades na abordagem a pessoas que fazem uso de drogas, afirmando inclusive que eles não se sentem capacitados para prestar assistência adequada (FERNANDES et. al, 2015). Dessa forma, percebe-se a necessidade e a importância de uma maior discussão com os ACS, voltadas para a temática das drogas, tornando dessa forma o projeto de intervenção desenvolvido pelos participantes do curso do CRR-UERN, uma possibilidade de capacitação, um momento de discussão e aprendizagem significativa, facilitando através desta, a abordagem as pessoas que fazem uso de drogas, assim como a prevenção e o tratamento.

Além da importância do projeto para os ACS, este torna-se expressivamente relevante também para os alunos bolsistas do CRR, tendo em vista que fomenta amplas discussões e reflexões em relação a temática das drogas, além de possibilitar a articulação entre o mundo do trabalho e da educação, tornando-se um espaço de construção de saberes. O desenvolvimento do projeto contribui ainda com a comunidade, pois consideramos que os problemas relacionados ao uso de drogas é um problema de caráter coletivo, pois influencia não somente a vida das pessoas que fazem uso dessas substâncias, mas também suas famílias e a sociedade como um todo. Dessa forma a abordagem dessa temática, assim como momentos de construção e socialização de conhecimentos, são essenciais para melhoria das condições de vida da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a relatar a experiência do projeto de intervenção: Conscientização dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) sobre drogas e redução de danos, bem como de fortalecer o elo entre a teoria e a prática ao qual o curso do CRR-UERN propõe-se a facilitar para seus participantes, por meio de propostas de intervenção realizadas no espaço em que se articulem essa parceria e que os participantes identifiquem uma real necessidade de atuação.

O trabalho entre os participantes do curso ofertado pelo CRR-UERN e os ACS da UBS Cid Salém teve como principal propósito levar um aprofundamento teórico sobre a temática de drogas, bem como o de esclarecer dúvidas sobre os temas em pauta nas discussões.

Durante as ações, pôde-se perceber que os ACS relataram muitas dificuldades em acolher os usuários de drogas, ao qual estava associado (de acordo com as próprias falas dos ACS).

Sendo assim, faz-se necessário uma maior articulação entre a ESF com os projetos e conhecimentos que estimulam os ACS a procurarem nos serviços disponíveis o apoio para o enfrentamento de situações que envolvam abordagens com usuários de drogas.

Torna-se então de extrema relevância a continuidade dos cursos formativos do CRR-UERN para atingir de forma direta e indireta os profissionais atuantes em serviços que lidam com essas situações e que geralmente são reprimidos pela realidade por não saberem como agir por falta de conhecimento específico sobre aquela temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Observatório Crack, é possível vencer**. Centros Regionais de Referência. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/prevencao/centros-regionais-referencia.html>>. Acesso em: 24 de agosto de 2016.

Fernandes A, Stein AT, Giugliani C. Conhecimentos dos agentes comunitários de saúde sobre crack e outras drogas. **Rev Bras Med Fam Comunidade**. 2015.

PRODUZINDO SAÚDE NA MELHOR IDADE

Área temática: Saúde

Jéssica Natana de Meneses Silva
(jessicanatana92@hotmail.com)

Jaciara Sampaio Gonçalves

Leonardo Agostinho da Silva

Paula Poliana dos Santos Lopes

Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo

A atividade extensionista “produzindo saúde na melhor idade” foi realizada pelo grupo do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró - PETEM, na instituição Amantino Câmara, na cidade de Mossoró-RN, cujo público alvo foram 41 (quarenta e uma) idosas lotadas na instituição. A efetivação do projeto se deu por meio de práticas de educação em saúde que visavam desenvolver as temáticas: autoestima e escuta terapêutica com o objetivo de promover uma melhor qualidade de vida. Atividades foram de suma importância para a construção de conhecimentos acerca da melhoria dos cuidados à população geriátrica, bem como da importância do enfermeiro, enquanto educador em saúde, atuante no desenvolvimento de práticas educativas dialógicas junto aos profissionais da instituição. O desenvolvimento dessa atividade possibilitou ao grupo PETEM desenvolver o exercício da cidadania, contribuindo para a transformação social e proporcionando momentos de troca de experiências e saberes.

Palavras chave: Enfermagem; Saúde do idoso; Extensão.

Introdução

Nas últimas décadas tem-se observado um crescente número com relação a população idosa em todo o mundo. Isto é justificado pelo aumento da expectativa de vida do ser humano conforme é verificado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual foi verificado que a média de anos de vida em 1991 era de 66 anos e em 2000 passou ser 68,6 anos (MARTINS, et al, 2007).

Esse crescimento progressivo resulta em implicações médicas, sociais, políticas e econômicas. Somado a isso é verificada a problemática com relação a dificuldade dos parentes em cuidar dessa população idosa, pois o idoso tende a sofrer inúmeras alterações

como biológicas, fisiológicas, cognitivas, patológicas e socioeconômicas. Por tanto é necessário atenção especial a este público (MARTINS, et al, 2007).

Neste ínterim, um dos problemas que existe nas sociedades modernas ocidentais nos dias de hoje é a dificuldade dos familiares em ter e manter essa atenção especial para com o idoso. Muitas vezes o parente por falta de tempo ou em casos mais absurdos por desprezo encaminham seus idosos para terem os devidos cuidados em asilos.

Quando esses idosos passam a morar em instituições de longa permanência, ou permanência fixa muitos impactos são encontrados como a dificuldade de adaptação à nova rotina, ter que deixar seus parentes e pertences, assim como toda uma história de vida construída com significado de valores altamente importante, aprender a conviver com novas pessoas, entre outros. Toda essa conjuntura contribui para que os idosos apresentem quadro de tristezas, adoecimentos até mesmo o desenvolvimento de depressão (FREITAS; SCHEICHER, 2010).

Diante desta realidade, o PETEM planejou e executou uma atividade extensionista com o objetivo de construir conhecimentos acerca dos cuidados à população geriátrica, bem como da importância do enfermeiro enquanto educador em saúde, atuante com práticas dialógicas.

Nesta perspectiva, o presente trabalho tem como objetivo relatar o desenvolvimento de uma ação extensionista realizada pelos membros do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM) com as idosas abrigadas no Instituto Amantino Câmara do município de Mossoró/RN.

Desenvolvimento

O projeto de extensão “produzindo saúde na melhor idade” foi aprovado em plenária pelo Departamento de Enfermagem (DEN) em 11 de Março de 2016. Sendo aprovado no edital N° 008/2016 da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (PROEX/UERN) que cadastra propostas de Ações de Extensão para institucionalização.

Constitui-se como uma atividade de extensão realizada pelos discentes sob a coordenação da professora tutora do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM), na instituição de longa permanência Instituto Amantino Câmara, na cidade de Mossoró-RN, cujo público alvo participante foram 41 (quarenta e uma) idosas lotadas na instituição.

A efetivação do projeto se deu por meio de práticas de educação em saúde que visavam desenvolver as temáticas: autoestima e escuta terapêutica com o objetivo de promover uma melhor qualidade de vida.

As temáticas foram desenvolvidas com metodologias lúdicas, visto que se consideram significativamente eficazes, uma vez que, facilitam o contato direto com o universo cognitivo, e permitem maior aprendizado e perpetuação hegemônica do saber (CÓRDULA, 2016).

Para as idosas de idade mais avançada, devido maior debilitação, foi praticada escuta terapêutica, na perspectiva do compartilhamento de histórias de vida. No que diz respeito às idosas mais independentes, desenvolveu-se a temática que aborda a autoestima, a fim de amenizar e ressaltar a importância de viver bem e satisfeita consigo mesmas. Para isso, utilizou-se de uma dinâmica de grupo denominada “dinâmica do espelho”, onde na ocasião, as participantes recebiam em mãos uma caixinha fechada, e eram informadas que dentro desta, estaria a pessoa mais importante de sua vida; ao abri-la as mesmas se deparavam com seu próprio reflexo em um espelho. O objetivo dessa dinâmica foi despertá-las para a valorização de si, para que as mesmas pudessem encontrar-se consigo e com seus valores.

A ação foi finalizada com a entrega de um brinde para recordação, que consistia em uma solução hidratante, a fim de incentivá-las ao cuidado com o corpo, bem como orientar quanto à importância deste cuidado para o desenvolvimento de uma melhor qualidade de vida.

Resultados e Discussão

Sabe-se que, segundo Pizarro (2004), a institucionalização leva ao isolamento social e à perda de identidade, de liberdade, de autoestima, ao estado de solidão e muitas vezes de recusa da própria vida, o que justifica a alta prevalência de doenças mentais nos asilos. Assim sendo, acredita-se que toda essa problemática vivenciada pelo idoso, sobretudo quando institucionalizado, possa comprometer de diferentes maneiras a sua qualidade de vida (FREITAS; SCHEICHER, 2010).

A autoestima é algo que a pessoa pensa de si mesma e com base nisso pode encarar este momento de forma positiva ou negativa. Neste sentido foi observado mediante a execução da atividade, que entre as idosas lotadas na instituição essa questão está intermediária, haja vista que tanto se podem identificar aquelas idosas que exercem sua autonomia e conseqüentemente apresentam uma autoestima mais positiva, bem como aquelas

que não, devido indisposição ou por apresentarem quadro patológico, e por isso se encontravam acamadas e/ou baixa responsividade.

Ainda foi percebido com a execução da escuta terapêutica, que as idosas demonstravam um sentimento de satisfação e alegria, uma vez que este é um exercício que parece não ser muito utilizado nesse ambiente e dessa forma ao se depararem com tal situação, sentem-se bem e reagem de forma satisfatória, contando suas histórias de vida sem hesitação.

Ao final do desenvolvimento desta atividade priorizou-se a promoção da autonomia das idosas, tornando-as protagonistas de suas próprias histórias, haja vista que muitas vezes sentem-se sozinhas e não têm oportunidade de expressar suas emoções e suas histórias de vida.

Considerando essas características e demandas dos idosos, o enfermeiro deve buscar estratégias voltadas para a melhoria dos cuidados de enfermagem oferecidos nas instituições, de formas a respeitar a história de vida, os valores e os hábitos culturais desses idosos, melhorando assim a qualidade de vida dos mesmos (YAMAMOTO; DIOGO, 2002).

Considerações Finais

O desenvolvimento dessa atividade extensionista possibilitou aos alunos do grupo PETEM desenvolver atividades educativas junto às idosas abrigadas no Instituto Amantino Câmara do município de Mossoró/RN e o exercício da cidadania contribuindo para a transformação social, além de proporcionar momentos de troca de experiências e saberes.

Atividades nesse caráter são de suma importância para a construção de conhecimentos acerca da melhoria dos cuidados à população geriátrica, bem como da importância do enfermeiro, enquanto educador em saúde, atuante no desenvolvimento de práticas educativas dialógicas junto aos profissionais da instituição.

Entendendo que a necessidade da realização de atividades de educação em saúde com esse público não se esgota com essa ação, o grupo continuará a executar ações desse porte, abordando temas que vise à melhoria da qualidade de vida dos idosos dessa instituição.

Referências

CÓRDULA, E. B. L. Brincar e aprender: o lúdico como metodologia de ensino. **Educação pública**. Disponível em: <<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0373.html>> Acesso em: 11 de out. 2016.

FREITAS, M. A. V.; SCHEICHER, M. E. Qualidade de vida de idosos institucionalizados **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.** Rio de Janeiro, v. 13, n. 03, p. 395-40, 2010.

LEITE, S. C.; MARQUES, I. R. Sentimentos de idosos ao serem internados em instituição de longa permanência. **Rev.Enferm.** UNISA, v. 12, n. 01, p. 31-7, 2011.

MARTINS, J. J. et al. Educação em saúde como suporte para a qualidade de vida de grupos da terceira idade. **Rev. Elet. Enferm.**, v. 09, n. 02, p. 443 - 456, 2007.

PIZARRO, R. A. D. S. **A importância da atuação do profissional enfermeiro na qualidade de vida dos idosos institucionalizados.** Uma avaliação qualitativa nas casas de repouso da cidade de São Paulo. [Dissertação]. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis; 2004.

YAMAMOTO, A.; DIOGO, M. J. D'e. Os idosos e as instituições asilares do município de Campinas. **Rev.Lat. Am. Enferm.** v. 10, n. 05, p. 660-6, 2002.

PROJETO “ENVELHECER SORRINDO”: PROMOVENDO A QUALIDADE DE VIDA EM IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS

Área Temática: Saúde

Sandja Gabriela Gomes de Oliveira

Wylka Cyntya Galvão da Silva

Talita da SilvaPinto

Letícia da Silva Neres

Daniela Mendes da Veiga Pessoa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo:

Os idosos institucionalizados e com saúde comprometida apresentam uma maior fragilidade e prevalência de problemas bucais. Assim, os objetivos do projeto de Extensão “Envelhecer Sorrindo” consistem em desenvolver atividades em promoção da saúde e auto-cuidado de maneira a proporcionar melhoria da saúde física e mental, bem como da qualidade de vida dos idosos residentes nas dependências da Casa de Caridade e Abrigo Dispensário Prof. Pedro Gurgel, em Caicó/RN. Participam professores e acadêmicos de Odontologia com reuniões semanais para o planejamento das seguintes atividades: oficinas de capacitação com os cuidadores, visitas regulares as Instituições de Longa Permanência para Idosos para criação de vínculos, diagnóstico das necessidades, construção de materiais educativos e atividades recreativas, além do exame bucal para identificação de lesões. A partir dos resultados a serem obtidos pela ação extensionista, permite-se contribuir para a efetivação de políticas públicas voltadas aos idosos institucionalizados, vinculadas às questões mais urgentes da cidadania.

Palavras Chave: Idosos institucionalizados, Promoção da saúde, Saúde Bucal

Introdução:

O Brasil tem sofrido nas últimas décadas alteração em sua pirâmide etária, com queda no número de pessoas jovens e crescimento no grupo dos idosos (GARBIN et al., 2003). À medida que a população envelhece, cuidados permanentes em saúde são exigidos em maior escala.

O cuidado com a saúde bucal está incluído, visto que o histórico de higiene bucal tende a apresentar-se precário e a assistência insuficiente para pessoas acima de 60 anos (SALIBA et al., 2007). O Brasil não apresenta normas específicas para cuidados em saúde bucal nas Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI), assim como protocolos

ou programações. Além disso, há escassez de cursos de capacitação em técnicas de cuidados orais destinadas aos cuidadores, e deficiência na orientação preventiva (PIUVEZAN et al, 2011).

Os idosos que vivem nas ILPI são considerados pessoas com necessidades especiais, sendo assim, todas devem receber bons níveis de assistência. Diante da problemática, percebeu-se a necessidade de ofertar ao Abrigo Dispensário Prof. Pedro Gurgel e a Casa de Caridade (Caicó/RN) um campo de atenção abrangente, incluindo procedimentos de saúde bucal, auto-cuidado, promoção da saúde e qualidade de vida.

O projeto de extensão "Envelhecer Sorrindo" permitirá a apropriação das dificuldades imputadas aos idosos residentes nas ILPI pela comunidade acadêmica e geração de conhecimento novo, no sentido de tentar mudar tal realidade, assim como contribuir na produção de práticas transformadoras para o meio acadêmico e social.

Desenvolvimento

A incipiente rede de suporte à família e ao idoso, geralmente nas camadas mais pobres da população, justifica a necessidade da existência de instituições de longa permanência para idosos (ILPI) de baixa renda (POLARO et al, 2012). A saúde bucal dos idosos institucionalizados é caracterizada pela presença de lesões orais, alta perda dentária e elevada necessidade de reabilitação, trazendo consequências para a saúde, problemas de comunicação e bem estar, além de uma relação negativa com a vida diária (PETERSEN et al. 2008; GIL-MONTOYA et al. 2008). Além dos problemas de saúde bucal, os idosos institucionalizados são em geral fragilizados socialmente e comumente apresentam baixa autoestima. Assim, torna-se necessária a criação de ações e serviços que proporcionem uma melhor qualidade de vida a essa população.

Nesse contexto, o Projeto de Extensão institucionalizado "Envelhecer Sorrindo", aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) em agosto do ano corrente, conta com a participação efetiva de 03 professores do curso de Odontologia da UERN e 11 acadêmicos do referido curso, sendo dois bolsistas de extensão e um cirurgião-dentista da Residência Multiprofissional em Saúde da UFRN. O público-alvo são idosos residentes ILPI "Casa da Caridade (9 idosos) e "Abrigo Dispensário Prof. Pedro Gurgel" (24 idosos), ambas em Caicó/RN, bem como os cuidadores que oferecem serviços a tais instituições .

Além disso, o projeto contará com parceria de profissionais voluntários que fornecerão serviços de beleza, auto-cuidado e ações que melhorem qualidade de vida

desses idosos. As ações são divididas em blocos de conteúdos que serão trabalhados durante os ciclos de estudos e nas visitas às ILPI. A carga horária total da ação consta de 198h. Sequência de atividades para 01 mês:

Semana 1: Ciclo de estudos com temática a ser desenvolvida na ILPI “Casa da Caridade” na semana seguinte. Duração: 4h.

Semana 2: Ação extensionista na referida ILPI. Duração: 4h.

Semana 3: Ciclo de estudos para avaliar a atividade desenvolvida na ILPI “Casa da Caridade”, juntamente com discussão de temática a ser desenvolvida na ILPI “Abrigo Dispensário Pedro Gurgel”. Duração: 4h. Elaboração do manual de saúde bucal do idoso. Duração: 2h.

Semana 4: Ação extensionista na ILPI “Abrigo Dispensário Pedro Gurgel”. Duração: 4h.

Resultados e discussão

Em se tratando de um projeto em estágio inicial de desenvolvimento, os resultados já se mostram bastante promissores. Foram desenvolvidas oito reuniões de planejamento de ações a serem realizadas nas ILPI e avaliação das atividades já desenvolvidas. Durante as reuniões são registradas, através de um diário de atividades, todas as informações discutidas, sendo até o momento evidenciado bastante entusiasmo por parte dos discentes e boa receptividade pelos idosos.

Para Moimaz et al.(2011), as atividades de extensão objetivam atender a uma demanda social específica, revitalizando e aperfeiçoando o ensino e, conseqüentemente, estimulando a pesquisa e a própria extensão, contribuindo posteriormente para a transformação da realidade social.

Nesse sentido, nos primeiros encontros realizados nas ILPI, as ações foram voltadas para criação de vínculo e acolhimento, além do diagnóstico das necessidades. Além das visitas as ILPI, já houve participação ativa dos discentes na semana do idoso e nas atividades religiosas desenvolvidas pelo Abrigo Dispensário Professor Pedro Gurgel.

Encontra-se em construção o manual do cuidado ao idoso e do portfólio. Para Cabrera et al (2008), a análise de portfólios deve levar em consideração a apresentação geral do trabalho, requisitos mínimos solicitados, aspectos relacionados à reflexão dos alunos e autoavaliação da ação, privilegiando a participação ativa do discente na construção do conhecimento e integração das atividades.

Assim, no referido portfólio constam fotografias dos idosos e alunos durante os encontros nas ILPI (atividades lúdicas, artísticas, culturais e de atenção em saúde),

características dos idosos, principais necessidades, dados relativos à sua saúde, comentários dos idosos e cuidadores, além de relatos dos alunos a respeito da prática extensionista, com exposição das vantagens e dificuldades.

A partir de um projeto de extensão, com dez anos de duração, voltado para idosos institucionalizados, Moimaz et al. (2011) ressaltam o papel da universidade em proporcionar ao aluno a base necessária além do atendimento clínico reabilitador, pois somente por meio da extensão, o graduando participante consegue ampliar seu conhecimento e promover saúde integral aos idosos.

Outro resultado importante é a integração multiprofissional na busca de ampliação do trabalho em equipe e interinstitucional. Nessa primeira fase, foram estabelecidas articulações com o curso de Enfermagem da UERN e com a Residência Multiprofissional em Saúde da UFRN. Nessa perspectiva, iniciou-se uma discussão mais ampliada para ser trabalhado o tema doenças crônicas nas ILPI durante as próximas visitas, bem como possibilitou a presença permanente de um residente cirurgião-dentista para acompanhar os graduandos nas ações de saúde bucal que serão desenvolvidas nas próximas etapas do projeto. A partir disso, já foram iniciadas outras articulações com cirurgiões e protesistas, dentro do curso de Odontologia da UERN, para tentar providenciar a remoção das lesões e confecção de próteses dos idosos participantes do projeto Envelhecer Sorrindo.

Nas próximas etapas do projeto, serão trabalhados temas de saúde geral e de saúde bucal (doenças crônico-degenerativas, capacidade funcional, higiene e prótese dentária, dieta e nutrição, prevenção de lesões orais, hipossalivação versus saúde geral) e a capacitação de cuidadores.

O projeto também contará com participação de voluntários provenientes da área de beleza e estética (cabeleireiro e manicure) e de outros profissionais de saúde de acordo com o bloco de conteúdo de saúde a ser trabalhado. Serão desenvolvidas atividades de educação em saúde e oficinas de atualização para os cuidadores sobre os cuidados de saúde bucal aos idosos das ILPI. Já foram iniciadas atividades recreativas, incluindo jogos, musicalização e dinâmicas de socialização (rodas de conversa e história de vida), com pretensão de expandir para produção de cordéis, exposição de filmes e mural de fotografias. A avaliação será permanente, com intuito de verificar as melhorias durante desenvolvimento do projeto, avaliar de forma continuada a necessidade dos idosos para readequação do planejamento inicial e construção de relatórios das atividades executadas.

Considerações finais

Com apenas dois meses de desenvolvimento, já é possível vislumbrar resultados promissores do projeto, ressaltando-se o evidente papel social da Universidade na diminuição de desigualdades, bem como na formação diferenciada dos discentes envolvidos nas ações extensionistas.

Referências

GARBIN, C. A. S.; MOIMAZ, S. A. S.; MACHADO, T. P. Odontologia geriátrica: hoje e sempre. *Rev Bras Odontol*, n.60, v.4, p. 281-4, jul.-ago. 2003.

GIL-MONTOYA J.A. et al. Oral health-related quality of life and nutritional status. *J Public Health Dent*, n. 68, v.2. 2008.

CABRERA, M. A. S. ; BarbaraTurini ; PACCOLA, L. B. B. O uso de portfólio na prática de atendimento domiciliar a idosos no curso de Medicina. *Revista Brasileira De Educação Médica*, v. 32, n.2, p. 180 – 187 .2008.

PETERSEN, P.E.; KANDELMAN, D.; ARPIN, S.; OGAWA, H. Global oral health of older people--call for public health action. *Community Dent Health*, n. 27, v.4 (Suppl 2), p.257-67. 2010.

PIUVEZAN, G. Saúde bucal de idosos institucionalizados no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Saúde). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

POLARO S.E.I.; FIDERALINO, J.C.T.; NUNES, P.A.O.; FEITOSA, E.S.; GONÇALVES, L.H.T. Idosos residentes em instituições de longa permanência para idosos da região metropolitana de Belém-PA. *Rev Bras Geriatr Gerontol*, n.15, v.4, p.777-84. 2012.

SALIBA N.A.; MOIMAZ, .S.A.S.; MARQUES, J.A.; PRADO, R.L. Perfil de cuidadores de idosos e percepção sobre saúde bucal. *Interface*, n.11, v.21, p.39-50. 2007.

MOIMAZ, S. A. S.; GARBIN, C. A. S.; SILVA, M. M.; COLTURATO, R.; NEMRE, J.; SALIBA, A. Projeto “Sempre Sorrindo”: 10 anos de atenção ao idoso institucionalizado. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, v.13, n.1, p. 46-51. 2011.

PROJETO DE EXTENSÃO EM UTI DA LIGA ACADÊMICA DE MEDICINA INTENSIVA DE MOSSORÓ-RN (LAMIM) **Resum**

Área Temática Principal: Saúde **o**

Jose Carlos Queiroz Rego A
(carlos_15queiroz@hotmail.com) Me
Brianne Ponce de Leon Sá e Luna dici
Clerton Eduardo de Aquino na
Mateus Pacis Pinto Alves Inte
Francisco Xavier Dantas Lins

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN nsi
va
(MI

) é uma especialidade médica relativamente nova, ainda pouco inserida nos cursos de graduação em Medicina. O aumento do número de pacientes de alta gravidade em unidades de terapia intensiva (UTI), atribuído ao aperfeiçoamento tecnológico, à maior prevalência de doenças crônicas e à crescente incidência de sepse, torna fundamental, portanto, o maior conhecimento da especialidade durante a graduação. A ação de extensão em Medicina Intensiva objetiva estimular o estudo nessas áreas de conhecimento em UTI oferecendo campo de estágio em unidades de saúde externas à FACS/UERN, de forma à ampliar a visão do aluno para fora dos muros da universidade, contribuindo ainda para uma melhor condução clínica para pacientes graves. Os locais de ação são as UTIs do Hospital Regional Tarcísio Maia e Hospital Wilson Rosado.

Palavras-chave: UTI, Aprendizagem, Extensão

Introdução

A UTI surgiu na década de 60, objetivando reunir em uma área física, profissionais médicos e de outras áreas, visando oferecer um cuidado mais apurado, intenso, vigiando com maior assiduidade os sinais vitais e a evolução clínica do paciente, permitindo-se detectar rapidamente mudanças no quadro clínico e iniciar o imediato tratamento para correção dos problemas, que

muitas vezes levava o paciente a ter a vida em risco. Assim, a Medicina Intensiva (MI) é uma especialidade médica relativamente nova, ainda pouco inserida nos cursos de graduação em Medicina. O aumento do número de pacientes de alta gravidade em unidades de terapia intensiva (UTI), atribuído ao aperfeiçoamento tecnológico, à maior prevalência de doenças crônicas e à crescente incidência de sepse e outras condições mórbidas que levam ao risco iminente de vida, torna fundamental, portanto, o maior conhecimento da especialidade durante a graduação. A inclusão da MI nos currículos da graduação médica vem sendo discutida nas últimas décadas, principalmente pela possibilidade de apresentar ao graduando conhecimentos relacionados às habilidades de reconhecer o paciente grave, iniciar precocemente uma intervenção terapêutica, executar procedimentos, discutir aspectos éticos. Sua relevância acadêmica e para a comunidade está na inserção dos alunos da graduação do curso médico (antes mesmo de se iniciarem seus estágios curriculares supervisionados) no ambiente de terapia intensiva, acompanhando tanto os casos crônicos como os agudos e emergenciais, além do reconhecimento da importância do trabalho em equipe e de uma abordagem multidisciplinar do paciente. No ambiente da UTI o objetivo comum é a recuperação do paciente em tempo hábil, com um ambiente físico e psicológico adequados, no qual a atitude particular de cada membro da equipe está orientada para o aproveitamento das facilidades técnicas existentes, aliadas a um bom relacionamento humano para que cada um desempenhe harmonicamente o seu papel em área de sua responsabilidade, através da união de conhecimentos, experiências e habilidades. Outro aspecto que merece destaque e é trabalhado na LAMIM é a prática humanizada da medicina. A qualidade do cuidado e a humanização são premissas irrefutáveis de uma Medicina Intensiva exercida com ética e qualidade. A AMIB (Associação de Medicina Intensiva Brasileira), tem publicado e lançado cursos de humanização em MI, objetivando integralizar a qualidade da tecnologia à humanização. Tais aspectos são efetivados através do seguimento cuidadoso dos pacientes avaliados e acompanhados pelos membros da LAMIM em todas as etapas da abordagem da medicina intensiva. A atividade extensionista integra a LIGA ACADÊMICA DE MEDICINA INTENSIVA DE MOSSORÓ (LAMIM), sediada no Campus da Faculdade de Ciências da Saúde (FACS).

Desenvolvimento

No Brasil, existe ainda uma grande deficiência na inclusão da Medicina Intensiva nos currículos de graduação em medicina. As Diretrizes Curriculares para os cursos em graduação em Medicina

preconizam que o graduado deve saber atuar em diferentes níveis de atendimento à saúde, de forma integral e interdisciplinar. Portanto, uma alternativa encontrada pelos próprios estudantes, e incentivada pela Associação de Medicina Intensiva Brasileira (AMIB), para suprir esta deficiência na graduação foi a criação das ligas acadêmicas de Medicina Intensiva. Em diversas Universidades Brasileiras e estrangeiras, as atividades das ligas acadêmicas têm se mostrado um instrumento útil no preenchimento de lacunas na formação acadêmica através de atividades de ensino, pesquisa e, especialmente, extensão. De modo geral se baseiam em problemas da comunidade na qual estão inseridas, identificando-os e pesquisando-os, com objetivo de encontrar soluções, sendo um tema cercado de relevância social e científica, tal como as diversidades de afecções que os pacientes graves de UTIs são acometidos.

Resultados e Discussão

Houve palestras sobre temas relevantes nas áreas de medicina intensiva proferidas pelos professores organizadores, convidados e demais membros, sempre com devida orientação. Estão em andamento as atividades práticas, com o acompanhamento regular de um plantonista em suas rotinas diárias e plantões, por duplas de acadêmicos (uma em cada serviço) da LAMIM, que são o Hospital Regional Tarcísio Maia (HRTM) e o Hospital Wilson Rosado, em regime de estágio voluntário, fazendo revezamento de acordo com seu número e sem prejuízo de suas atividades acadêmicas curriculares previstas. Cada dupla é responsável periodicamente pela preparação de casos clínicos de importância na prática habitual da medicina intensiva e que serão apresentados e discutidos nas reuniões da LAMIM. Durante as discussões são levados em conta seus aspectos práticos, legais, bioéticos, clínicos e cirúrgicos, com a participação de todos os membros, para que se desenvolva um aprendizado homogêneo e igualitário entre todos os membros da LAMIM.

Considerações Finais

Espera-se assim, contribuir para uma melhor capacitação técnica profissional desses futuros médicos, sempre ressaltando a importância da humanização e qualidade nos serviços prestados à comunidade e dessa forma, enfatizar o papel da Universidade como elemento de transformação de seu meio através da divulgação do conhecimento científico, da assistência e da pesquisa,

sendo todas essas ações executadas de uma forma continuada e integrada à comunidade a qual ela está inserida.

Referências

ALMEIDA, Alessandro de Moura et al. Medicina intensiva na graduação médica: perspectiva do estudante. São Paulo, SP. Rev. bras. ter. intensiva vol.19 no.4. 2007.

Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Superior – Resolução CNE-CSE n. 4, de 7 de novembro de 2001.

Brasil. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. A Aderência dos Cursos de Enfermagem, Medicina e Odontologia às Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

NEVES, Flávia Branco Cerqueira Serra et al . Motivos relacionados à escolha da medicina intensiva como especialidade por médicos residentes. **Rev. bras. ter. intensiva**, São Paulo , v. 21, n. 2, p. 135-140, June 2009 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-507X2009000200004&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Sept. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-507X2009000200004>.

KAMADA, Cecília. EQUIPE MULTIPROFISSIONAL EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília , v. 31, n. 1, p. 60-67, 1978 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71671978000100060&lng=en&nrm=iso>. access on 29 Sept. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/0034-716719780001000009>.

WALAU, Rodrigo Ambros et al. Qualidade e humanização do atendimento em medicina intensiva. Qual a visão dos familiares? São Paulo, SP. Rev. bras. ter. intensiva vol.18 no.1. 2006.

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO SOBRE PREVENÇÃO DO ZIKA VÍRUS COM GESTANTES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE SINHARINHA BORGES

Área Temática: Saúde ¹

Ana Clara Costa Mendes
(anaaccm.17@gmail.com)
Julyana Rodrigues Maciel
Liana Carla Peixoto Xavier
Líbne Lidianne da Rocha e Nóbrega
Suelen Tâmilis Pereira Costa

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN

RESUMO

Diante da identificação do zika vírus (ZIKV) em 2015 no Nordeste brasileiro, trazendo consequências sobre a saúde do feto humano, e da relevância da educação popular para promoção da saúde, observou-se serem necessárias orientações educativas às gestantes. Este artigo relata a experiência acerca do projeto de extensão “Gestante sem onda de zika: educação em saúde para não contar com a sorte”, realizado na Unidade Básica de Saúde (UBS) Sinharinha Borges. O projeto promove interação entre grávidas, discentes, profissionais de saúde e docentes, favorecendo a (re)construção dos saberes acerca da infecção pelo zika vírus mediante ações educativas com metodologias ativas que instigam a participação dos envolvidos. Conclui-se que o projeto estimula a reflexão e ação das gestantes quanto à infecção, reforçando-se a relevância da extensão em EPS, partindo dos limites e possibilidades da realidade vivenciada pelos participantes, rumo à construção de novos saberes.

Palavras-chave: Educação em saúde; Gestantes; Zika vírus.

INTRODUÇÃO

O zika vírus é um arbovírus do gênero Flavivírus, transmitido pela picada do mosquito *Aedes aegypti*, mesmo transmissor do vírus da dengue e chikungunya. Além disso, estudos comprovaram que há outras vias de transmissão, como a sexual e a perinatal, sendo possível ainda identificar a presença de vírus no líquido amniótico das gestantes, indicando que este atravessa a barreira transplacentária, destacando-se como a via de maior importância, por comprometer o embrião (BRASIL, 2015; RODRIGUES *et al.*, 2015).

Corroborando a relevância da via transplacentária na transmissão do ZIKV, após o início do surto da doença em 2015, foi verificado um elevado número de recém-nascidos apresentando microcefalia, tendo sido registrados 1.248 novos casos suspeitos no último ano

(VENTURA *et al.*, 2016). Além disso, no Brasil, até a semana epidemiológica 32, de 3 de janeiro a 13 de agosto de 2016, foram confirmados 101.851 casos de zika (BRASIL, 2016), o que sugere a dificuldade de combate ao vetor e a probabilidade de permanência, senão aumento nos próximos meses, da incidência da microcefalia ao nascer.

Dessa forma, afirma-se a magnitude da doença, e conseqüentemente, a necessidade de investimento em estudos sobre esta linha de pesquisa, assim como em ações voltadas para a promoção da saúde da população na prevenção do ZIKV, visto que os avanços e descobertas são mais úteis quando alcançam a população que pode atuar como multiplicadora e transformadora da situação vivenciada, se alertada e orientada a partir de sua realidade sobre as novas evidências científicas.

Destarte, sabendo-se que o zika vírus é uma doença recém-identificada no Brasil e que a população carece de esclarecimentos sobre a patologia, cuidados e medidas preventivas e promocionais, sobretudo, em bairros periféricos onde a comunidade apresenta condições socioeconômicas menos favoráveis que a tornam mais vulnerável ao mosquito vetor, é que foi pensado o projeto de extensão “Gestante sem onda de zika: educação em saúde para não contar com a sorte”. Este usa a Educação Popular em Saúde (EPS) como estratégia metodológica para identificar e refletir acerca dos conhecimentos e ações das gestantes sobre a epidemia do zika vírus, as conseqüências deste último sobre a saúde do feto e formas de prevenção.

Segundo Albuquerque e Stotz *apud* Gomes (2015, p. 38):

A educação popular, além de levar à inclusão de novos atores no campo da saúde, permite também que as equipes de saúde ampliem suas práticas, dialogando com o saber da população. A educação popular em saúde, assim, busca empreender uma relação de troca de saberes entre o saber popular e o científico, em que ambos têm a enriquecer reciprocamente.

Assim, o projeto em andamento pressupõe que mediante a articulação dos saberes que as participantes apresentam com as novas evidências sobre o assunto zika, será possível construir conhecimento e pensar em estratégias coletivas e eficazes de prevenção, além de favorecer a promoção da saúde das participantes, ao incentivar o acompanhamento destas no pré-natal realizado pela atenção básica.

Este artigo constitui-se em um relato de experiência acerca do projeto de extensão “Gestante sem onda de zika: educação em saúde para não contar com a sorte”, realizado na Unidade Básica de Saúde Sinharinha Borges.

DESENVOLVIMENTO

O Projeto de Extensão “Gestante sem onda de zika: educação em saúde para não contar com a sorte” tem duração prevista de um ano e é promovido por docentes e discentes dos cursos de enfermagem e medicina da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Os acadêmicos e um docente de enfermagem são responsáveis pelo grupo de gestantes da comunidade do bairro Barrocas, Mossoró-RN, executando suas ações na Unidade Básica de Saúde Sinharinha Borges.

Ações educativas são desenvolvidas seguindo uma sequência lógica programada de assuntos relacionados com o zika vírus. Os encontros acontecem em uma sexta-feira à tarde a cada mês e as metodologias ativas utilizadas se baseiam em apresentações expositivo-dialogadas por meio de slides projetados e vídeos, dinâmicas e rodas de conversa. Tais métodos propõem-se a favorecer a interação entre as gestantes e os responsáveis pelo projeto, garantindo através do vocabulário acessível, apresentações claras e objetivas e maior segurança das participantes em compartilhar conhecimentos ou dúvidas.

A divulgação do projeto ocorre mediante a utilização do aplicativo *WhatsApp*, havendo sido criado um grupo para as gestantes envolvidas participarem, no intuito de manterem-se informadas acerca das atividades. Outrossim, o enfermeiro da UBS se apresenta como facilitador desse processo, pois, o mesmo também comunica às gestantes, durante as consultas do pré-natal, sobre a ocorrência do projeto. Há também a entrega de um cartão fidelidade confeccionado pela equipe, estimulando e mantendo controle da presença das envolvidas nas reuniões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Três encontros já foram realizados com o grupo de gestantes, havendo uma média de cinco participantes por reunião. A cada mês foram trabalhadas uma das seguintes temáticas: “A epidemia do zika vírus no Brasil e no Estado do Rio Grande do Norte”; “A infecção pelo Zika vírus: sinais e sintomas” e; “Consequências da infecção pelo zika vírus sobre a saúde da gestante e do feto em formação”. Desta forma, foram esclarecidos questionamentos levantados, como: “Zika mata?”, “Qual tempo de duração?”, “Quais vias de transmissão?”, “Qual diferença entre dengue, zika e chikungunya?”, “Quando a gestante é infectada, o bebê obrigatoriamente tem microcefalia?”, entre outros.

Em virtude das condições já previstas e não se tornando impasse para a eficácia da

atividade, alguns obstáculos surgiram no decorrer da execução do projeto, entre estes, tem-se: o pequeno número de participantes e a pouca assiduidade às reuniões, que são explicados pelo fato de algumas gestantes serem empregadas e não poderem faltar ao ofício ou só poderem participar da atividade, após saída do trabalho e; altas temperaturas do horário vespertino que desestimulam a ida até à UBS.

Contudo, a resistência das mulheres na adesão já havia sido mencionada pela equipe da UBS e pode estar atribuída à inexistência de ações ininterruptas da universidade na comunidade e à ausência de grupos educativos na unidade que estimulem o hábito de participação. Não obstante, o reconhecimento de alguns obstáculos, é de consentimento geral entre profissionais, responsáveis pelo projeto e mulheres, a importância do trabalho educativo e as possibilidades de superação dos entraves existentes.

Além dos obstáculos acima mencionados e considerando que a fisiopatologia completa do zika vírus ainda é desconhecida e que muitas pesquisas ainda estão sendo realizadas e, portanto, novas informações sobre a forma de ação do agente etiológico e sua capacidade de impacto no ser humano surgem constantemente, percebe-se também lacunas e inconsistências no saber popular.

Deste modo, destaca-se, baseado nas premissas de Educação Popular citadas pelo ilustre pedagogo Paulo Freire (1998, p. 25), que “[...] ensinar não é transferir conhecimento, mas, criar as possibilidades para a produção ou a sua construção”.

Portanto, busca-se durante as ações educativas, verificar e refletir sobre o conhecimento do público alvo em relação à infecção do zika e às consequências relacionadas com o acometimento da gestante, pensando-se nas formas de prevenção necessárias mediante apreensão da realidade vivida na comunidade. Acredita-se que assim, tem-se permitido uma participação ativa dos sujeitos na prevenção da doença e, inclusive, na promoção da saúde, visto que é estimulado o acompanhamento pré-natal de toda a gestação e seguimento do desenvolvimento e crescimento após o nascimento do filho tão esperado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo diante de obstáculos encontrados na execução das atividades, o projeto em desenvolvimento apresenta uma contribuição importantíssima ao articular os saberes popular e científico, propiciando a reconstrução de conhecimentos para prevenção e promoção em saúde.

Desta forma, reforça-se a relevância atribuída à extensão em EPS, partindo dos limites

e possibilidades da realidade vivenciada pelas gestantes do bairro Barrocas em direção à construção de novos saberes, assumindo o caráter incentivador da participação ativa dos sujeitos envolvidos com a problemática do zika vírus.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Boletim epidemiológico dos casos de dengue, febre de chikungunya e febre pelo vírus Zika**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, n. 33, v. 47, 33ª semana epidemiológica, jan./ago. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Protocolo de vigilância e resposta à ocorrência de microcefalia relacionada à infecção pelo vírus zika**. Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 70 p.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GOMES, L. B. **O cuidado e a educação popular em saúde** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2015. 262 p. Disponível em: <<http://redepopsaude.com.br/wp-content/uploads/2016/06/O-cuidado-e-a-educ-popular-em-saude.pdf>>. Acesso em: 10 de out. de 2016

RODRIGUES, G. S.; FERREIRA, L. B. A.; SANTOS, M.O. **O novo vírus do Aedes: ZIKV**. Instituto de Ciência da Saúde – 4º Seminário Pesquisas. Faculdade Alfredo Nasser/UNIFAN, 2015. Disponível em: <http://www.faculdadealfredonasser.edu.br/files/Pesquisas_4/16-12-2015-16.12.35.pdf> Acesso em: 14 de out. de 2016.

Saúde Mental do Idoso na Atenção Básica : Uma avaliação dentro da Perspectiva Integral

Área Temática: Saúde

Autor : Ricardo Augusto de Medeiros Souza

Coautor 1: Alex Carvalho Monteiro

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

RESUMO

(Objetivos) Compreender melhor o contexto biopsicossocial do idoso inserido no programa de saúde mental de uma Unidade Básica de Saúde(UBS) e suas principais relações com a saúde mental desses pacientes,dentro da perspectiva da integralidade .
(Métodos) Durante o internato de Saúde Coletiva do curso de Medicina , realizou-se um levantamento de prontuários de indivíduos com 60 anos ou mais inseridos no programa de saúde mental de uma microárea da UBS Vereador Durval Costa,construindo um mapa de territorialização .
(Resultados) Encontrou-se determinados agravos relacionados à maior susceptibilidade desses pacientes aos gigantes da geriatria,principalmente em relação à polifarmácia.
(Conclusões) Ao entender a dinâmica de envolvimento do processo saúde-doença no idoso se fez elencar prioridades na avaliação clínica desses pacientes com relevância à necessidade de rever condutas voltadas para a prescrição de fármacos no sentido de diminuir riscos aos pacientes idosos.

Palavras-chave: Saúde Mental; Idoso; Integralidade.

INTRODUÇÃO

Um dos aspectos mais interessantes da prática do médico de família e comunidade é a diversidade de problemas que atende no seu cotidiano de trabalho. Alguns estudos referem que uma pessoa traz à consulta, em média, cinco ou mais queixas para serem resolvidas, e que, em torno de 60% das vezes, o principal motivo da procura de atendimento é um problema de saúde mental.¹ Essa queixa ganha especial importância nos idosos, no qual os transtornos mentais chegam a acometer cerca de um terço deles.

Em termos absolutos, a problemática da saúde do idoso assume proporções gigantescas nos países em desenvolvimento como o Brasil, onde o rápido crescimento dessa população é observado desde a década de 60.² Em dezembro de 2011, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou a expectativa de vida da população brasileira no ano de 2010: 73,5 anos. Esse índice aumentou 11 anos nas últimas três décadas. Tomando apenas a saúde mental como foco, o aumento de casos de fragilidade, depressão e demência (gigantes da geriatria e gerontologia) certamente impõe enormes desafios.³

Depressão e demência são os transtornos mentais mais frequentes na terceira idade. A prevalência de transtornos depressivos em populações urbanas idosas brasileiras varia de 19,8% até 38,5% CLEMENTE. No Brasil, uma metanálise estimou em 26% a proporção de idosos com sintomas clinicamente significativos de depressão.³ A demência, por sua vez, apresenta frequências de 4,2% a 7,2% nos idosos, em diversas regiões do mundo e no Brasil 12, tendo prevalência crescente com o avançar da idade.² Também são transtornos mentais relevantes na terceira idade os transtornos ansiosos, o alcoolismo, os quadros maníacos, os transtornos mentais de origem orgânica, o uso abusivo e a dependência de sedativos.^{2,4}

Portanto, o objetivo desse trabalho almeja territorializar uma microárea da Unidade Básica de Saúde Vereador Durval Costa, com enfoque nos idosos inseridos no Programa de Saúde Mental. A territorialização constitui ponto de partida para se desencadear o processo de planejamento da vigilância à saúde. O objetivo do processo de territorialização é permitir que as necessidades e os problemas dos grupos sejam definidos, possibilitando o estabelecimento de ações mais apropriadas e resolutivas.

DESENVOLVIMENTO

Inicialmente, os fatores fisiológicos associados ao envelhecimento eram tidos como causas da depressão, o que contribuem muito, no entanto, é preciso considerar o papel que os fatores psicológicos e socioculturais desempenham. No processo de envelhecimento as pessoas podem passar por períodos estressantes de vida, como: perda de familiares, de amigos, de status e de respeito, de aumento de doenças e de problemas financeiros associados ao envelhecimento, o fato de que o futuro é limitado e pode parecer sombrio, além do que, na sociedade ocidental, os idosos são vistos como obsoletos e privados do papel contribuinte, o que diminui sua autoestima e autoconfiança.⁵

A comunidade onde vive o idoso é também fundamental. A elevada exposição a espaços verdes (jardins, praças, parques, bosques) mostrou ser capaz de reduzir 40% o risco de desenvolver desordens mentais comuns nos idosos em comparação com aqueles não expostos a esse tipo de ambiente, possivelmente por dirimir o estresse e estimular a atividade física e o contato com outras pessoas. Portanto, a combinação do ambiente (ausência de ambiente natural, poluição do ar, criminalidade) e fatores individuais (desvantagem socioeconômica, eventos estressantes da vida, pobre condição de saúde) pode aumentar o risco de sintomas depressivos nos idosos.^{5,6}

Há ainda que lembrar das comorbidades clínicas normalmente presentes. Os problemas de saúde que afetam os idosos são em geral de natureza crônica, normalmente perfazendo várias patologias simultaneamente e não só coexistentes, mas também interligadas com a saúde mental, em especial nesse grupo etário.^{4,5,7} Decorre desse cenário a problemática da polifarmacoterapia cuja consequência mais preocupante reside na intensificação dos efeitos colaterais. Vale destacar, focando na saúde mental, a classe dos benzodiazepínicos, tendo em vista ser uma das mais prescritas no mundo. Só no Brasil, o número chega a mais de vinte milhões de unidades físicas dispensadas (UFD) por ano, valor esse ainda subestimado.⁸

Diante desse contexto preocupante aqui relatado, o médico não psiquiatra representa papel central. O foco deve ser dado, pois, ao médico de família e comunidade, visto que a atenção primária constitui porta de entrada para esse paciente e, muitas vezes, sua única oportunidade de solucionar seu problema de saúde.

Este trabalho representa estudo seccional envolvendo levantamento de prontuários dos pacientes locados em uma microárea da Unidade Básica (UBS) de Saúde

Vereador Durval Costa durante o internato em Saúde Coletiva do curso de Medicina da UERN. A UBS tem como endereço a Rua Ralfh Soppor, s/n, CEP 59628-050, Conjunto Walfredo Gurgel, Mossoró, Rio Grande do Norte, Brasil.

Através do auxílio da agente comunitária de saúde e utilizando como critérios de inclusão na pesquisa os idosos inseridos no Programa de Saúde Mental da unidade, obteve-se um espaço amostral de 12 prontuários. A partir deles foram computados dados, em arquivo doc no programa Microsoft Word versão 2010, referentes ao nome do paciente, idade, endereço, diagnóstico do transtorno mental, medicações utilizadas no transtorno mental, comorbidades clínicas, medicações utilizadas nas comorbidades clínicas.

Diante dessas variáveis, procedeu-se construção de mapa de territorialização, confeccionado através do programa CorelDRAW versão x7, onde foram identificadas as casas dos pacientes de acordo com o número dos respectivos prontuários. Foram construídos também tabelas para contemplar quantitativamente as variáveis supracitadas e, assim, facilitar a discussão sobre as mesmas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as consultas diretas em prontuários e ao conversar com a agente comunitária da microárea analisada, foram captados 12 prontuários que se enquadravam nos objetivos da pesquisa. A amostra foi composta por 10 pacientes femininos e 2 masculinos com média de idade de aproximadamente 73 anos. Dos 12 usuários analisados 11 apresentavam comorbidades, listadas conforme a tabela 1.

Na análise a quantidade de idosos com comorbidades é significativamente grande, isso é um agravante tanto do ponto de vista da patologia em si quanto do risco de efeitos colaterais dos medicamentos em uso. Do ponto de vista da saúde mental, já existe estudos que mostram uma relação de comorbidades orgânicas com o declínio cognitivo leve⁹.

Na população estudada, em relação ao sofrimento mental, encontrou-se 3 pacientes com diagnóstico de transtornos de ansiedade, 1 com insônia, 1 com esquizofrenia e 7 sem diagnóstico concreto. Esses dados mostram a importância da cautela clínica especialmente em relação aos pacientes ainda não diagnosticados, pois o uso de medicamentos psicotrópicos sem indicação precisa pode ser prejudicial ao balanço clínico final.

Assim sendo, não se pode esquecer as consequências desses transtornos psíquicos

para a terceira idade. Qualquer um deles acarretam prejuízos sob a ótica funcional e, conseqüentemente, na qualidade de vida do geronte.⁴ Uma pesquisa realizada em 2015 com mais de 3000 idosos na atenção primária evidenciou que a parcela portadora de distúrbios mentais (35,9%) apresentaram um risco aumentado de 122% para institucionalização, 66% para hospitalização e 69% para morte.⁷

Dos medicamentos usados por esse público, observou-se que a metade dos idosos usam benzodiazepínicos. Sabe-se que os benzodiazepínicos possuem inúmeros efeitos colaterais, podendo causar sonolência excessiva, piora da memória (amnésia anterógrada), tontura, zumbidos, quedas e fraturas assim como interação medicamentosa e alteração cognitiva, envolvendo diretamente o estado de funcionalidade desses pacientes. Sendo a dependência um achado muito frequente nesse público¹⁰.

Os gigantes da geriatria são grupos problematizadores que causam prejuízo ao idoso com aumento da morbimortalidade, são eles: iatrogenia, incontinência urinária, instabilidade postural e doenças neuropsiquiátricas¹¹.

Tabela 1

Comorbidades	Pacientes(N°)
Hipertensão	9
Diabetes	3
Dislipidemia	2
Osteoporose	2
Outras Patologias Orgânicas	3

Outro medicamento usado com relativa frequência é a amitriptilina, 4 dos 12 pacientes analisados. Sendo um antidepressivo com potencial de risco aos idosos em virtude de seus efeitos anticolinérgico, anti-histamínicos e bloqueador α_1 -adrenérgico possuindo maior tendência à sedação e cardiotoxicidade, obstipação intestinal, hipotensão e turvação visual¹. Um risco considerável na instabilidade postural do paciente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade da abordagem da temática se configura pelo potencial risco desses pacientes a serem submetidos, principalmente, aos efeitos da polifarmácia . As vantagens da aplicabilidade da discussão está ligada ao alerta , para os médicos de uma forma geral e à comunidade acadêmica, da importância de um acompanhamento farmacológico com menos risco, evitando os gigantes da geriatria . Deve-se também deixar um alerta quanto a necessidade de se tentar registrar a impressão diagnóstica sindrômica nos prontuários. Como limitação, nota-se que o estudo foi realizado transversalmente necessitando ampliar à outras microáreas da UBS no sentido de captar o perfil de maiores áreas .

Em virtude do exposto, é importante que os médicos e acadêmicos de medicina estejam constantemente preocupados com os gigantes da geriatria nos paciente polimedicados do programa saúde mental.

REFERÊNCIAS

1. Tratado de medicina de família e comunidade [recurso eletrônico]: princípios, formação e prática /Organizadores, Gustavo Gusso, José Mauro Ceratti Lopes. - Dados eletrônicos. - Porto Alegre: Artmed, 2012. 2v.
2. Clemente AS, Loyola Filho AI, Firmo JOA. Concepções sobre transtornos mentais e seu tratamento entre idosos atendidos em um serviço público de saúde mental. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 27(3):555-564, mar, 2011.
3. Coutinho ESF, Laks J. Saúde mental do idoso no Brasil: a relevância da pesquisa epidemiológica. Cad. Saúde Pública. Rio de Janeiro, 28(3):412-413, mar, 2012.
4. Andrade FB, Ferreira Filha MO, Dias MD, et al. Promoção da saúde mental do idoso na atenção básica: as contribuições da terapia comunitária. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2010 Jan-Mar; 19(1): 129-36.
5. Resende MC, Almeida CP, Favoreto D et al. Saúde mental e envelhecimento. PSico. Porto Alegre, PUCRS, v. 42, n. 1, pp. 31-40, jan./mar. 2011.

6. Wu Y, Prina AM, Jones A, et al. Older people, the natural environment and common mental disorders: cross-sectional results from the Cognitive Function and Ageing Study. *BMJ Open* 2015;5:e007936.doi:10.1136/bmjopen-2015-007936.

7. Paúl C, Teixeira L, Azevedo MJ, et al. Perceived Risk of Mental Health Problems in Primary Care. *Front. Aging Neurosci.* 7:212.doi: 10.3389/fnagi.2015.00212.

8. Moura M. Uso de benzodiazepínicos em idosos, declínio cognitivo e risco de quedas. *Brasília Med* 2014;51(1):36-41.

9 Augusto JVS, Relação entre Comorbidades e Declínio Cognitivo Leve em Pacientes Clínicos com Idade Maior que 50 anos na Cidade de Santana do Livramento, RS. Porto Alegre. 2011.

10 Nastasy H, Ribeiro M, Marques ACPR . Abuso e Dependência dos Benzodiazepínicos. Projeto Diretrizes.2008

11 Chaimowicz F. Saúde do Idoso. Nescon. UFMG- 2º Edição

TÍTULO RESUMIDO

Saúde Mental do Idoso na Atenção Básica: Uma avaliação dentro da Perspectiva Integral

APOIO DE ORGANIZAÇÕES E FOMENTO:

Não houve

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES:

O autores Ricardo Augusto Medeiros e Alex Carvalho Monteiro estão sendo os responsáveis pelo estudo em todas as suas fases, desde a elaboração inicial do pré-projeto até a execução final

.

CONFLITO DE INTERESSES:

Não houve.

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA:

Faculdade de Ciências da Saúde – FACS

Rua Atirador Manoel da Silva Neto, S/N, aeroporto I, Mossoro-RN

CEP: 59.607-360

E-mail: ricardodarlon@hotmail.com

alexfac@gmail.com

**SEGURANÇA ALIMENTAR EM ESCOLAS COM HORTAS DIDÁTICAS:
MERENDA SEGURA PARA AS CRIANÇAS**

Área Temática: Saúde

José Nilson Bandeira de Moura Filho¹
(nilson_filho12@hotmail.com)

Anabelle Camarotti de Lima Batista²

Paula Alinne de Almeida Costa¹

Rafaela Maciel Costa¹

Ana Carla Diógenes Suassuna Bezerra¹

¹Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA)

²Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Resumo

Alternativa simples e viável para a obtenção de alimentos seguros com melhoria do estado nutricional para a merenda escolar é o consumo de vegetais *in natura*. Porém, patógenos que acometem essas hortaliças podem ser um obstáculo importantes para a saúde pública das crianças. Objetivo desse estudo foi realizar orientações de biossegurança alimentar aos alunos de quatro escolas públicas, onde implantou-se a horta didática no peridomicílio escolar. Como princípio metodológico empregou-se a metodologia participativa, integração, visitas semanais guiadas às hortas e oficinas teórico-práticas sobre as temáticas. A princípio foi notório a falta de conhecimento a respeito do tema. Porém, o interesse mútuo associado a teoria e a vivência prática foi observado ao longo das visitas mensais em todas as escolas, ampliando o conhecimento sobre o assunto. Fato esse, descrito em desenhos pelas crianças ao serem questionadas sobre a segurança dos alimentos ingeridos nas escolas.

Palavras – chave: educação alimentar; saúde coletiva; alimento saudável

Introdução

Ao longo dos anos o papel da escola na formação dos hábitos alimentares vem, cada vez mais, ganhando importância, visto que apresenta-se como um ambiente em que grande quantidades de crianças e adolescentes permanecem por expressivo período de tempo diário (DANELON et al., 2006). Uma alternativa inovadora, simples e viável para a obtenção de alimentos seguros com melhoria do estado nutricional é o consumo de vegetais *in natura*, recomendado como alimento saudável por apresentar considerável percentual de vitaminas, sais minerais e fibras alimentares (DUFLOTH et al., 2013).

Porém, o cultivo e manutenção da horta nas escolas requerem cuidados,

conscientização e ajuda não só dos seus idealizadores, como de todos alunos e professores para evitar a contaminação alimentar. Isso porque o consumo das hortaliças pode ocorrer sem cocção tornando-se importantes veículo de transmissão de formas infectantes de enteroparasitas e micro-organismos patogênicos ocasionando sério problema de saúde pública (OSAKI et al., 2010).

Neste cenário, a segurança alimentar pode ser desenvolvida em instituições de ensino que envolvam os riscos associados a agentes presentes nesses ambientes, se revestindo de grande importância, principalmente no campo da educação profissional (DANELON et al., 2006). Assim, conhecer e compreender as normas básicas de biossegurança alimentar torna-se um instrumento estratégico-pedagógico importante em razão do elevado desconhecimento a respeito e a necessidade de ter alimentos seguros e de qualidade para as crianças. Neste sentido, objetivou-se através desse estudo, realizar orientações de biossegurança alimentar a alunos de quatro escolas com implementação da horta didática e utilização dessas hortaliças na merenda da escolar, possibilitando alimentos saudáveis e manuseados de forma segura.

Desenvolvimento

1. Local do estudo: O estudo foi conduzido no município de Mossoró, Angicos e Caraúbas, Estado do Rio Grande do Norte, região Nordeste do Brasil.
2. Seleção das Escolas: O Programa Horta Didática na Escola aprovado pelo PROEXT/2015 selecionou quatro escolas públicas para implementação do projeto de biossegurança alimentar sendo duas em Mossoró (Uma zona urbana e outra na rural), Angicos (Uma escola) e Caraúbas (Um escola). Essas foram selecionadas por serem atualmente as únicas escolas a implementarem o projeto da Universidade Federal do Semi-Árido (UFERSA): “Horta Didática na Escola”.
3. Temática: As temáticas abordadas foram relacionadas aos cuidados básicos na promoção da saúde desde a manipulação no plantio das hortaliças, que foi realizado na região peridomiciliar das escolas, até os cuidados no manuseio durante o crescimento, colheita, conservação e consumo na merenda escolar.
4. Especificidades metodológicas: Como princípio metodológico foi empregado a metodologia participativa capaz de integrar público alvo (funcionários e alunos das escolas) e alunos de graduação, em conjunto com os seus orientadores e equipe técnica. Como complementação à metodologia participativa o programa também visou a integração, visitas guiadas as instalações da universidade e oficinas teórico-prática sobre as temáticas pertinentes.

4.1 Oficinas teóricas: Foram ministradas aulas teóricas para esclarecimento do assunto com auxílio do quadro branco, kit multimídia, músicas e filmes infantis relacionados ao tema.

4.2 Oficinas práticas: Foram ministradas aulas práticas com acesso ao Laboratório de Microscopia da UFERSA, onde os alunos puderam ter acesso aos equipamentos do ambiente (Microscópios e Estereomicroscópio), ao acervo parasitológico, além de realizarem visitas as hortas implantadas.

Resultados e discussões

No início do período estudado foi notório a falta de conhecimento a respeito do tema segurança alimentar, tanto por parte dos professores como principalmente das crianças. A biossegurança pode ser considerada como uma ciência emergente que se sustenta tanto em ações de correta conduta laboratorial quanto ao auxílio no conhecimento de risco a saúde pública (ROCHA; FARTES, 2001). Nesse contexto, com a falta de um conhecimento adequado de segurança alimentar a implementação das hortaliças na escola poderiam ser prejudicadas visto que, com frequência as hortaliças quando não manuseadas de forma correta podem estar diretamente relacionadas a enteroparasitos presentes nos alimentos que são prejudiciais à saúde humana (VITTI et al., 2004).

Nas hortas, a exposição dos alimentos ocorre com uma certa constância aos fatores diversos que pode ser a origem da contaminação dos alimentos, sendo agravados pela falta de conhecimento sobre norma de segurança. Assim: a irrigação dos alimentos por água infectada, adubos infectados por fezes de origem humana, a higienização inadequada dos manipuladores dos alimentos são demasiadamente importante na transmissão das doenças veiculadas através dos alimentos (SOARES; CANTOS, 2005). Porém, se levarmos em consideração hortas em estado sanitários aceitáveis, teremos uma alternativa de forma útil e viável de colocar nas escolas alimentos saudáveis, refletindo benefício na nutrição das crianças (SOUZA et al., 2005).

Durante a aplicação das oficinas mensais nas aulas teóricas (Figura 1) o interesse das crianças foi ampliado nas introduções dos vídeos educativos, onde vários questionamentos eram lançados. Porém a falta do conhecimento mínimo sobre a existência desses parasitos e micro-organismos foi observada, principalmente quando relacionados a contaminação dos alimentos.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 1 – Aulas teóricas/práticas e oficinas ministradas às crianças e professores durante o processo de aprendizagem das normas de segurança alimentar: A- Aula de parasitologia com demonstração dos principais que acometem as hortaliças; B- Oficina na horta demonstrando o plantio seguro.

Quando o interesse do aluno é despertado a respeito de um determinado conteúdo ocorre uma busca, por iniciativa própria, ao aprofundamento da temática (COSTA; COSTA, 2010). Nesse contexto, a bordagem e associação dos patógenos com os alimentos, despertou o estabelecimento de vínculos nas crianças possibilitando prováveis avanços no processo de aprendizagem, já que apresentam no seu interior a base motivacional que contribui, principalmente no ensino de ciências (COSTA et al., 2007).

Nas oficinas práticas os alunos e professores tiveram acesso a vários tipos de parasitos que podem acometer os alimentos, onde visualizaram suas estruturas e aprenderam considerações básicas de reconhecimento de espécies. Ademais esses alunos tiveram aulas de como lavar as mãos e os alimentos de forma correta, além da observação da origem da água utilizada na irrigação. A água utilizada na irrigação das hortaliças pode ser importante veiculadora de formas evolutivas infectantes de enteroparasitos, principalmente quando as hortas são localizadas em regiões em que acontecem grandes descargas de dejetos no solo que podem ser carregados pela chuva para os remansos e mananciais aquáticos e acabam sendo utilizados na irrigação de hortaliças (FALAVIGNA et al., 2005).

Considerações Finais

Concluimos que é fundamental promover campanha educativa em escolas que tenham hortas implementadas na merenda escolar visando a eliminação de provável agentes patogênicos nas hortaliças consumidas cruas e principalmente a veiculação desses pelos próprios alunos e professores. E que após treinamento adequado crianças são capazes de seguir regras básicas de higiene, reduzindo a possibilidade de doenças transmitidas por

alimentos e ainda veiculando as informações aos seus familiares.

Referência

COSTA, M.A.F.; COSTA, M.F.B.; LEITE, S.Q.M.; BARBOSA LIMA, M.C.A. A construção da biossegurança através de imagens: contribuições para o ensino de ciências. **Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias**. v.6, n.1, p: 20-31, 2007.

COSTA, M.A.F.; COSTA, M.F.B. **A biossegurança na formação profissional em saúde: ampliando o debate**. In: Pereira, I.B.; Ribeiro, C.G. Estudos de politécnica e saúde. v. 2. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, p. 253-72. 2007.

COSTA, M.A.F.; COSTA, M.F.B. Educação em biossegurança: contribuições pedagógicas para a formação profissional em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p.1741-1750, 2010.

DANELON, M.A.S.; DANELON, M.S.; SILVA, M.V. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v.13, n.1, p. 85-94, 2006.

DUFLOTH, D.B.; SILVA, C.M.; LACERDA, A.S.S.P.N.; SILVA, S.F.V.; TEIXEIRA, K.T.R.; MONTEIRO, T.M.R. et al. Pesquisa sobre a contaminação de hortaliças por ovos e larvas de nematódeos e cistos de protozoários como método de estudo. **Revista Patologia Tropical**, v. 42, n.4, p. 443-454, 2013.

FALAVIGNA L.M. et al. Qualidade de hortaliças comercializadas no noroeste do Paraná, Brasil. **Parasitologia Latinoamericana**, v. 60, p. 144-149, 2005.

OSAKI, S.C.; MOURA, A.B.; ZULPO, D.L.; CALDERON, F.F. Enteroparasitas em alfaces (*Lactuca sativa*) comercializadas na cidade de Guarapuava (PR). **Ambiência**, v. 6, p: 89-96, 2010.

ROCHA, S.S.; FARTES, V.L.B. Biossegurança e competência profissional: um novo desafio para a educação no setor saúde. **Caderno do Centro de Recursos Humanos**, v. 34, p.125-140, 2001.

SOARES, B.; CANTOS, G.A. Qualidade parasitológica e condições higiênico-sanitárias de hortaliças comercializadas na cidade de Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**. v. 8, n. 4, p:377-384, 2005.

SOUZA, E.L.; SILVA, C.A.; SOUSA, C.P. Bacteriocins: molecules of fundamental impact on the microbial ecology and potential food biopreservativos. **Brazilian Archives of Biology and Technology**. v.48, n.4, p. 559-566, 2005.

VITTI, M.C.D.; KLUGE, R.A.; GALLO, C.R.; SCHIAVINATO, M.A.; MORETTI, C.L.; JACOMINO, A.P. Aspectos fisiológicos e microbiológicos de beterrabas minimamente processadas. **Pesquisa Agropecuária Brasileira**, v.39, n.10, p. 1027-1032, 2004.

EXTENSIONISTA
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

SUORTE BÁSICO DE VIDA NA UERN: NOVAS PERSPECTIVAS NA ATIVIDADE

Área Temática: Saúde

João Paulo Queiroz Cardoso da Cunha
(jopacunha@gmail.com)
Camila Rafaella Nunes Alves
Nadjaneyre Linhares Casimiro
Francisco Túlio Napoleão Varela Barca

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

Resumo

As urgências e emergências são caracterizadas por eventos frequentes, passíveis de prevenção, que devem ser conduzidos de forma rápida e eficaz, promovendo a recuperação da vítima. Porém o desconhecimento do Suporte Básico de Vida (SBV) e primeiros socorros, podem levar a manipulação incorreta da vítima. O presente curso foi feito para atualização e aperfeiçoamento no atendimento de situações de urgência e emergência, aberto à população em geral, incluindo universitários. Esta edição conteve aulas teórico-práticas na UERN, UPA e corpo de bombeiros, abordando os eventos mais frequentes da urgência e emergência. O curso teve um total de 40 inscritos, somente 29 concluíram. Fomos contemplados com três bolsistas participantes do PIBEX que auxiliarão na criação de um curso virtual com teoria e vídeos simuladores, assim, abrangendo e aumentando o alcance da informação ao público. A extensão em SBV é imprescindível, tendo caráter informativo, preparatório para situações que precisam de medidas ágeis.

Palavras-chave: extensão universitária; suporte básico de vida.

Introdução

O suporte básico de vida é de grande necessidade, pois pode contribuir para salvar vidas, ou prolongando-as dentro do possível, através de manobras simples que podem auxiliar a manutenção básica dos órgãos (BRASIL, 2013). Uma grande dúvida que ainda pode ser gerada na urgência e emergência trata-se da definição do que sejam primeiros socorros e suporte básico de vida. Neste, temos manobras para manutenção básica dos órgãos vitais e

nos primeiros socorros temos também manobras que por muitas vezes são essenciais para as primeiras abordagens do paciente (como exemplo em casos de acidentes de trânsito em via pública) (BRASIL, 2003; CFM, 1995, BAKER et al., 2005).

A extensão universitária tem um caráter de disseminar e aplicar esses conhecimentos advindos das diversas pesquisas na comunidade, a fim de manter o vínculo, exercendo um papel social e também complementando a formação acadêmica, que por muitas vezes não aborda assuntos essenciais, como é o caso do suporte básico de vida, tão necessário à formação, não somente acadêmica, mas à formação cidadã de modo geral (MARCHESAN et al., 2010; FERREIRA E GARCIA, 2001; FERREIRA et al., 2014).

Vivemos num mundo globalizado, onde o acesso à informação, atualmente, tornou-se amplamente difundido, principalmente pela internet. Assim, visando difundir o conhecimento acerca dos diversos procedimentos e abranger o público-alvo desse curso, nesta edição, foi lançada a elaboração de uma futura edição virtual do curso, que estará disponível tanto para os universitários, quanto para o público leigo. Ademais, a formação de multiplicadores de conhecimento em primeiros socorros e suporte básico de vida torna-se imprescindível, principalmente num país, onde os hospitais estão sempre acima da capacidade máxima do que podem atender e que por muitas vezes não tem material imprescindível para procedimentos básicos (NARDENO et al., 2012; PERGOLA E ARAUJO, 2008; VENTORINI et al., 2012).

O curso aborda diversas temáticas relacionadas aos primeiros socorros e ao suporte básico de vida, por exemplo: como agir em casos de parada cardiorrespiratória e cerebral, de trauma abdominal, torácico, abordagem às queimaduras, choque elétrico, convulsões e outras situações corriqueiras, nas quais a população leiga comumente não sabe lidar e acaba agravando a situação da vítima com procedimentos errados (VERONESE et al., 2016; VARELA-BARCA et al., 2016).

Dessa forma, a realização de manobras extra-hospitalares corretas até a chegada do socorro pode ser a única chance de a vítima sobreviver. Portanto, esses procedimentos devem ser amplamente difundidos para que tanto o meio acadêmico quanto os leigos sejam capazes de agirem com prudência e agilidade em situações de urgência e emergência (VERONESE et al., 2016; VARELA-BARCA et al., 2016).

Desenvolvimento

Este trabalho refere-se a um relato de experiência do curso em SBV como atividade extensionista desenvolvida pela Faculdade de Educação Física (FAEF) - UERN direcionada a todos, que visa à capacitação em Suporte Básico de Vida e atendimento de primeiros socorros

para a comunidade. O mesmo já teve 7 edições desde 2013 e um artigo publicado junto a revista *Extendere* da UERN (VARELA-BARCA et al., 2016).

O presente curso foi realizado aos sábados durante o período da manhã e tarde e contou com um total de 40 inscritos. Esta edição conteve aulas teórico-práticas na FACS - UERN, UPA e corpo de bombeiros, abordando os eventos mais frequentes da urgência e emergência, incluindo oficinas teatrais sobre as principais urgências e emergências clínicas e traumáticas e sobre como devem ser abordadas as pessoas no que se diz respeito aos primeiros socorros.

Nesta edição foram selecionados 2 monitores voluntários e contemplados com 3 bolsistas do PIBEX para auxílio em atividades relacionadas à execução de práticas e aulas expositivas do curso. Como critério básico da seleção foi solicitado aos alunos que já tivessem participado de atividades de suporte básico de vida ou em primeiros socorros, além de aprovação em teste teórico.

O presente curso tem grande importância na complementação nas atividades de ensino da universidade, devido a falha nos programas curriculares tangentes ao suporte básico de vida, e também por ser uma importante ferramenta de divulgação de conhecimentos científicos adquiridos e informação.

Resultados e Discussão

As atividades elaboradas durante o curso abordaram diferentes aspectos na construção do conhecimento com a finalidade de otimizar o processo ensino-aprendizagem sobre o tema proposto. Dessa forma, foram executadas aulas expositivas e encenadas situações de abordagem teórico-prática para consolidar e aperfeiçoar os conhecimentos técnicos (VARELA-BARCA et al., 2016). O projeto teve um total de 40 inscritos, no entanto, apenas 29 concluíram. Não se conhece o motivo real dessas pessoas terem abandonado o mesmo, mas supõe-se que as causas são diversas, como a falta de tempo, já que a maioria cursava medicina e enfermagem e como os cursos são de certa forma integrais, a sobrecarga de atividades levou a uma alta taxa da desistência.

A maioria das ações ocorreram na Faculdade de Ciências da Saúde da UERN com regularidade semanal, essencialmente em finais de semana (sábados e domingos). Ao longo do curso foram realizadas também visitas ao corpo de bombeiros, as quais possibilitaram a integração do conhecimento e a troca de experiências na vida prática. Durante essas visitas, os membros do corpo de bombeiros participaram ativamente por meio da execução de aulas teórico-práticas e na orientação aos estudantes de como realizar os primeiros socorros. Além

disso, houve visitas à Unidade de Pronto Atendimento em Mossoró com o propósito de demonstrar um pouco da realidade que acontece nesse serviço e as medidas que devem ser tomadas de acordo com as demandas mais frequentes. Além destas atividades comuns do curso de extensão, há três estudantes bolsistas participantes do Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBEX) que estão incumbidos de uma tarefa maior, os quais se empenham na elaboração de vídeo-aulas para preparação de curso televisivo pela rede mundial de computadores, dessa forma, abrangendo e aumentando o alcance da informação ao público de uma forma geral, atingindo principalmente leigos e profissionais de saúde em formação.

Essa atividade efetuada pelos bolsistas possui várias vantagens e é de suma importância para a população, pois além da praticidade e do fácil acesso aos vídeos, esses são um recurso de aprendizagem e de atualização, além de que exerce um papel transformador na sociedade e, principalmente das vítimas que dependem dos conhecimentos das outras pessoas para conseguirem sair de uma situação de risco de vida, na qual a abordagem e os cuidados iniciais são decisivos entre a vida e a morte.

Já foram elaborados vídeos de três conjuntos de doenças que comumente ocorrem nos atendimentos primários – AVC, Crises Convulsivas e Paradas Cardiorrespiratórias. Os quais elucidaram diversos aspectos sobre os assuntos citados, tais como, quais os sinais e os sintomas que geralmente ocorrem para que seja possível reconhecer o quadro, que medidas devem ser tomadas prioritariamente no manejo da vítima e também situações de simulação ao final de cada vídeo para a melhor compreensão dos temas abordados.

Considerações Finais

O presente projeto extensionista vem sendo realizado há mais de 3 anos na UERN e qualificando profissionais e pessoas comuns que tenham interesse em auxiliar vítimas em casos de urgência e emergência, dando o melhor da atualização na área. A cada nova edição, o curso é aperfeiçoado, com a finalidade de abranger o maior número de pessoas possível e proporcionar condições satisfatórias para todos os inscritos, além de capacitar adequadamente os futuros socorristas. Assim, houve o aumento da divulgação do mesmo em cartazes e também do número de vagas para inscrição. Acresce-se ainda que, atualmente o projeto possui dois monitores voluntários, diferentemente das outras edições, foram selecionados três bolsistas para estender as informações do projeto à comunidade, com a inovação disso ocorrer por meio de conteúdo elaborado em formato de multimídia que atinge toda a rede de telecomunicação digital. O projeto continuará com a parceria de serviços que têm experiência

na assistência e na abordagem da vítima de casos de urgência e de emergência, tendo em vista a integração multiprofissional e a otimização do processo de ensino-aprendizagem dos inscitos. Portanto, a atividade de extensão em Suporte Básico de Vida é imprescindível, tendo caráter informativo e preparatório para situações que precisam de medidas ágeis e que são impreteríveis.

Referências

BAKER, D.; CAZALÀ, J.B.; CARLI, P. Resuscitation great. Larrey and Percy—a tale of two barons **Resuscitation** v.66, n.3, p.259–62, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de Primeiros Socorros**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 1863, de 29 de setembro de 2003a. Institui a *Política Nacional de Atenção às Urgências*. **Diário Oficial da União** 06 de outubro de 2003, seção 1, p58

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução nº 1451/95. **Diário Oficial da União**. Brasília, 17 mar. 1995; Seção I, p.3666.

FERREIRA, A.V.S.; GARCIA, E. Suporte básico de vida. **Rev Soc Cardiol** v.11, n.2, p.214-25, 2001.

FERREIRA, L.A.; PINTO, M.K.G.; LEITE, A.C.Q.B. et al. Capacitação em suporte básico de vida para vigilantes: uma atividade extensionista. **Revista Extendere** v.1, n.2, p.123-34, 2014.

FIORUC, B.E.; MOLINA, A.C.; JUNIOR, W.V.; LIMA, S.A.M. Educação em saúde: abordando primeiros socorros em escolas públicas no interior de São Paulo. **Rev. Eletr. Enf.**; v.10, n.3, p.695-702, 2008

MARCHESAN, E.; SENSEMAN, S.A. Brazilian university technology transfer to rural areas. **Ciencia Rural** v.10, n.40, p2243-48, 2010.

NARDINO, J.; BADKE, M.R.; BISOGNO, S.B.C.; GUTH, E.J. Atividades educativas em primeiros socorros. **Rev. Contexto e Saúde, Ijuí. Ed. Unijuí.** v.12, n.23, p.88-92, 2012.

PERGOLA, A.M.; ARAUJO, I.E.M. O leigo em situações de emergência. **Rev Esc Enferm USP**. v.4, n.42, p.335-42, 2008.

VENTORINI, J.A.O.; BADKE, M.R.; CEGO, S.B. et al., Conhecimentos e conduta dos agentes comunitários de saúde frente aos primeiros socorros. **Rev Enferm UFSM** v.2 n.2, p.353-364, 2012.

VERONESE, A. M.; OLIVEIRA, D.L.L.C.; ROSA, I.M.; NAST, K. Oficinas de primeiros socorros: relato de experiência. **Rev Gaúcha Enferm**, v.1 n.31, p.179-182, 2010.

VARELA-BARCA, F.N.T.; REGO, J.C.Q.; SILVA, L.D. et al. Suporte Básico de Vida na UERN: Uma Atividade Extensionista. **Rev. Extendere**. v.4, n.1,p. 27-36, 2016.

VIVÊNCIA DO GRUPO PET ENFERMAGEM COM A POPULAÇÃO GERIÁTRICA MASCULINA DO INSTITUTO AMANTINO CÂMARA

Área Temática: Saúde

Luma Gabrielle Praxedes de Sales

(luma_gabizinha@hotmail.com)

Júlia Diana Pereira Gomes

Marília Gabriela Fernandes Gurgel Guerra

Monalisa Stefany Martins da Silva

Suzana Carneiro de Azevedo Fernandes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

O processo de envelhecimento é multifatorial e individual e pode ser caracterizado por um conjunto complexo de fatores como alterações fisiológicas, psicológicas e sociais, inerentes a cada indivíduo. A atividade de extensão teve como objetivo desenvolver ações de educação em saúde para a melhoria do cuidado, autocuidado e da qualidade de vida dos idosos no Instituto Amantino Câmara. A atividade desenvolvida permitiu interações entre os idosos e os integrantes do Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Enfermagem de Mossoró, através de troca de conhecimentos e vivências ao sensibilizar e incentivar os idosos a serem atuantes em seu processo de cuidado e saúde. Além de possibilitar os alunos do curso de Enfermagem exercitar a cidadania e contribuir para a melhoria do cuidado e da qualidade de vida dos idosos institucionalizados.

Palavras-Chave: educação em saúde; idoso; dependência.

Introdução

O envelhecimento populacional é atualmente uma tendência mundial e vem crescendo de forma surpreendente, de modo que são estimados para o ano de 2050 cerca de dois bilhões de idosos no mundo (SILVA; PINTO; GUEDES, 2007). No Brasil, essa realidade não tem sido diferente, pois de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no último censo realizado em 2010, os idosos representam 10,8% da população do país e, segundo estimativas, em 2025 o Brasil atingirá o sexto lugar no *ranking* mundial com relação ao contingente de idosos (BRASIL, 2008).

Esse aumento na quantidade de anos de vida da população é resultado da soma de múltiplos fatores, que se associam à relativa melhoria no acesso da população aos serviços de saúde, avanços tecnológicos na área da biomedicina, ao conhecimento da população sobre a sua condição de saúde/doença, à melhoria na oferta de serviços de saneamento básico e infraestrutura das cidades, bem como ao aumento do nível de escolaridade dos indivíduos (MOTA et al, 2010; BRASIL, 2010).

Devido à redução das taxas de fecundidade, das mudanças na nupcialidade e da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, muitas famílias têm apresentado dificuldades no cuidado aos idosos. Diante desse contexto, uma das alternativas de cuidados não familiar existente corresponde às Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) (CAMARANO, 2010).

No município de Mossoró, a instituição Amantino Câmara é destinada a domicílio coletivo de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, com ou sem suporte familiar. Possui convênio com a prefeitura Municipal e se mantém também através de doações de algumas empresas e da população em geral que se dispõe a contribuir, como também conta com uma parte da aposentadoria dos idosos, que em sua maioria destina 70% de seu salário à instituição. Atualmente, o instituto abriga 71 idosos, sendo 40 mulheres e 31 homens.

Reconhecendo a necessidade de desenvolver práticas educativas junto aos idosos do Instituto Amantino Câmara do município de Mossoró, os discentes e professora tutora do Programa de Educação Tutorial em Enfermagem de Mossoró (PETEM) da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (FAEN/UERN) desenvolveram o projeto extensionista intitulado: “Produzindo saúde na melhor idade”, a fim de proporcionar uma melhor qualidade de vida aos idosos dessa instituição, atuando nas necessidades de saúde dos idosos do sexo masculino que, na maioria das vezes, se preocupam menos com as questões de saúde quando comparados às mulheres.

Desse modo, a atividade de extensão teve como objetivo desenvolver ações de educação em saúde para a melhoria do cuidado, autocuidado e da qualidade de vida dos idosos no Instituto Amantino Câmara.

Desenvolvimento

As instituições não incentivam o comportamento de independência e autonomia por parte dos idosos (PAVARINI; NERI, 2000), há, pelo contrário, incentivo à dependência. Mesmo estando os idosos aptos a realizarem suas atividades diárias como banho, alimentação e medicação, mantêm-se o comportamento de dependência, estimulados pelos funcionários (REIS; CEOLIM, 2007).

Há necessidade de compreender a velhice não apenas como uma fase de dependência, em que o indivíduo sempre deve esperar por outra pessoa para realizar suas atividades cotidianas, como se o ser idoso fosse sinônimo de ser incapaz. Deve haver, portanto por parte dos cuidadores e profissionais o incentivo ao envelhecimento ativo,

participativo, tomando decisões acerca das suas necessidades, contribuindo assim para melhor qualidade de vida do idoso, considerando, claro, as limitações que o envelhecimento provoca (FREITAS; NORONHA, 2010).

Inicialmente foi realizada uma visita na instituição a fim de conhecer os idosos do sexo masculino residentes na instituição. A intervenção foi pensada de acordo com as possibilidades da realidade apresentada pelos profissionais e cuidadores da instituição, com os quais foram definidas metas e estratégias de ação, com prioridade de metodologias adequadas à discussão e respeitando as particularidades de cada idoso.

Identificou-se, portanto, que em sua maioria, os idosos do sexo masculino têm possibilidade de exercer autocuidados, mas muitas vezes se acomodam a ficar dependentes dos cuidadores e muitos realizam hábitos não saudáveis, como o tabagismo.

A ação de educação em saúde com esse público buscou causar empoderamento nestes idosos para que possam realizar cuidados com a própria saúde a fim de obter uma melhor qualidade de vida. Foi utilizada uma caixinha com perguntas a respeito de autocuidado, higiene corporal, íntima e bucal, álcool e tabagismo. Cada idoso individualmente retirava da caixinha uma pergunta, líamos a mesma e a partir daí iniciávamos uma conversa informal com cada um, individualmente, dando-lhes orientações, questionando seu estado de saúde, as consequências do tabaco, incentivando uma vida mais saudável e a autonomia para aqueles que têm capacidade para exercer seu autocuidado e solucionar suas necessidades de vida diária.

Resultados e Discussões

A partir da atividade extensionista desenvolvida no Instituto Amantino Câmara foi possível realizar ações educativas junto aos idosos sobre o uso do tabaco e dos cuidados e hábitos de higiene de maneira adequada. Logo, a promoção do autocuidado torna-se mais satisfatória, uma vez que a difusão entre as experiências dos idosos e o conhecimento transmitido pelos discentes possibilitam integrar a adoção de hábitos de vida saudáveis aos idosos.

A experiência vivenciada pelos integrantes do grupo do PETEM contribuiu para uma troca de conhecimento mútuo entre futuros profissionais e os idosos da instituição. Destaca-se também a relevância da atividade viabilizar a transformação social a partir do conhecimento e a produção de conhecimento através da prática, constituindo um movimento dialético, além de possibilitar com que os alunos exercitem a cidadania e reflexão sobre questões relevantes da sociedade.

Considerações Finais

A atividade de extensão desenvolvida junto a população geriátrica masculina do Instituto Amantino Câmara proporcionou ações recreativas e de educação em saúde voltadas para cuidado, autocuidado e a melhoria da qualidade de vida.

A atividade foi considerada como de extrema importância por possibilitar aos alunos do Programa de Educação tutorial em enfermagem de Mossoró desenvolver o exercício da cidadania, contribuir para a transformação social, além de proporcionar momentos de troca de experiências e saberes, a qualificação profissional dos alunos, o incentivo aos idosos a serem atuantes em seu processo de saúde e, conseqüentemente, a melhoria do cuidado prestado e das condições de vida dos idosos.

Referências

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. **Guia prático do cuidador**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. **Atenção à saúde da pessoa idosa e envelhecimento**. Brasília: Ministério da Saúde, 2010.

CAMARANO, A. A. **Mecanismos de proteção social para a população idosa brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2010. (Texto para discussão, n.1179).

FREITAS, A.V.S.; NORONHA, C.V. Elderly people in long-term institutions: speaking about care. **Interface - Comunic., Saude, Educ.**, v.14, n.33, p.359-69, abr./jun. 2010.

MOTA, L. M. et al. Grau de dependência de idosos residentes em instituições de longa permanência. **Revista Gaúcha Enfermagem**, v.34, n.1, p.104-10, 2010.

PAVARINI, S. C. I; NERI, A. L. **Compreendendo dependência, independência e autonomia no contexto domiciliar: conceitos, atitudes e comportamentos**. In: Duarte YAO,

REIS, P.O.; CEOLIM, M. F. O significado atribuído a 'ser idoso' por trabalhadores de instituições de longa permanência. **Rev Esc Enferm USP**. 2007,v. 41, n. 1, p.57-64.

SILVA, F. S.; PINTO, M. J. M.; GUEDES, M. L. A. L. **Análise das Políticas Públicas de Saúde Voltadas para a Pessoa Idosa com Deficiência no Brasil e no Distrito Federal**. 2008, Universidade de Brasília - Unb.

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN
III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO

**VIVÊNCIAS DOS CURSOS DE ENFERMAGEM E MEDICINA NO PROJETO DE EPS
COM GESTANTES**

Área Temática: Saúde

Carla Niara Freire Rocha
(niarafreire9@gmail.com)

Cibele Vitoriano Lotfi

Juliana Gomes da Silva

Ernani de Souza Leão Neto

Allyssandra Maria Lima Rodrigues Maia

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

A extensão comunitária “gestantes sem onda de zika” é construída pela integração entre as escolas em saúde de enfermagem e medicina da UERN com a comunidade. Uma integração com o ensino, que os estudantes irão usar seus conhecimentos para além da escola. Uma ação que irá possibilitar aos estudantes, conhecer na prática a realidade da saúde. Por fim, a comunidade, que não recebe passivamente uma educação em saúde, mas atua como colaboradora no processo educativo. Sempre com base nas condições antropológicas sociais na qual a comunidade apresenta. Dessa maneira, a integração ensino-serviço-comunidade dessa extensão comunitária é pautada na educação popular que permite a compreensão da multipluralidade de conhecimento popular que considera o determinante social do processo saúde-doença com a construção de uma consciência coletiva entre estudantes, profissionais e indivíduos da comunidade do conceito de saúde.

Palavras-chave: Extensão comunitária, educação popular, integração ensino-serviço-comunidade.

Introdução

A integração das duas instituições de ensino é importante para se construir o elo entre os estudantes e a comunidade, com o objetivo de buscar melhores resultados em ações em saúde. Nesse contexto, a atividade de educação popular realizada pelas duas áreas fomentam o trabalho em equipe, que se faz fundamental para o êxito das práticas em saúde, bem como confere maior experiência no âmbito da relação interpessoal entre os estudantes, futuros profissionais, e a população, mais especificamente as gestantes. Ademais, o trabalho integrado visa o intercâmbio de saberes, reiterando a essência da educação popular e, dessa forma, o conhecimento é consolidado.

É fato que a educação popular se configura e reconfigura como algo próprio à história da

Educação, porém, pelo viés de atuação com as classes populares, não tem tido a relevância necessária por estar dirigida aos sujeitos excluídos do processo educativo, não tendo aparecido como área do conhecimento de importância primordial em universidades. (MACIEL, 2011).

Diante desse fato, a UERN vem capacitando os acadêmicos para ampliar as suas visões no sentido da prevenção e promoção em saúde, aliando o conhecimento à vivência. Assim, irão se formar profissionais mais habilitados e competentes para promover a educação popular, além de ser dotado de conhecimento técnico.

Desenvolvimento

O trabalho em conjunto que vem sendo realizado pelas duas instituições se estruturou em virtude do crescente número de casos da infecção pelo vírus Zika e suas repercussões, sejam elas biológicas, emocionais e sociais. Nesse aspecto, o público-alvo da extensão foi escolhido com base nas particularidades da doença na gestante e suas consequências para o feto, já que o vírus tem como característica o tropismo pelo sistema nervoso central, podendo ocasionar a microcefalia, a qual se apresenta pela redução do perímetro cefálico com comprometimento das funções cognitivas da criança.

No projeto, serão abordados doze temas relacionados ao Zika vírus com a utilização de metodologias interativas e dinâmicas, buscando a adesão, o entendimento e a participação das gestantes. Para isso, são realizadas reuniões mensais, nas quais os temas são apresentados e discutidos, com base nas sugestões de todo o grupo, avaliando-se a melhor didática. Nesses momentos, todo o grupo envolvido no projeto interage, trocando experiências para construir um trabalho efetivo, que contribua para a modificação da realidade da população-alvo.

Com o apoio das orientadoras de ambos os cursos, as ideias, as sugestões, os relatos de experiências auxiliam de maneira positiva para o desenvolvimento das ações em saúde. Nesse sentido, os acadêmicos são estimulados a participarem e contribuir com suas vivências em saúde adquiridas no decorrer dos cursos, sendo essenciais para formar o alicerce do futuro profissional comprometido com a promoção da saúde.

Um dos pontos frisados é a adequação linguística, já que é necessária que a mensagem transmitida se faça compreensível para a comunicação eficaz. Dessa forma, termos técnicos são ajustados de acordo com a realidade da população participante, respeitando, assim, as suas particularidades.

Nesse trabalho, existe uma complementariedade com relação à vivência dos dois cursos, já que, essencialmente, eles têm uma abordagem diferenciada com o paciente. Logo, o conhecimento de cada área é reconhecido e utilizado, otimizando as práticas em saúde.

Em suma, existe uma demanda real para o desenvolvimento de estratégias de treinamento

para os profissionais de saúde que atuarão na rede. Levando isso em consideração houve a necessidade de adequar os currículos dos cursos da área de saúde, contribuindo para a integração, a interdisciplinaridade e assistência com diálogos interculturais como preconizam as Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. (MOREIRA, 2016).

Resultados e discussão

A atividade extensionista que vem sendo realizada ao longo dos últimos meses tem obtido uma adesão significativa das gestantes, bem como uma participação de forma ativa na tentativa de buscar mais informações, desmistificando causas e consequências da doença difundidas no convívio social. Também, as atividades educativas têm promovido à disseminação do conhecimento construído, modificando a realidade na qual estão inseridas, o que tem configurado grande benefício.

As ações de extensão têm gerado um maior engrandecimento em termos acadêmicos e pessoais, uma vez que o contato com a realidade social permite o desenvolvimento das habilidades profissionais, ampliando a visão de mundo. Aliado a isso, o trabalho em grupo vem capacitando os futuros profissionais, no sentido de compreender o que compete ao profissional de enfermagem e de medicina individualmente, bem como o que compete coletivamente a esses profissionais, que é a promoção à saúde por meio da educação popular.

A expectativa no que tange ao desenvolvimento do projeto é o fortalecimento entre as duas áreas de atuação na saúde, assim como, entre a comunidade e os profissionais, contribuindo para a prática de saúde, por meio de uma equipe multidisciplinar verdadeiramente integrada. Numa visão individual, é importante que o contato com a população torne o profissional mais flexível e compreensivo no que concerne às particularidades de cada indivíduo, no sentido socioeconômico, cultural e emocional.

Considerações finais

A atividade em andamento, indubitavelmente, contribui para o processo educativo, tendo em vista o trabalho extensionista como um dos elementos do processo de aprendizagem, além da pesquisa e do ensino. Dessa forma, a atividade acadêmica é enriquecida por meio da obtenção do conhecimento de maneira diversificada, construindo um profissional com múltiplas habilidades e com maior capacidade resolutiva. É inegável que a interação entre os cursos de enfermagem e medicina se faz presente no trabalho em questão, já que ele é voltado para a educação popular, a qual é base fundamental da rede de atenção à saúde, inserida, sobretudo, na atenção primária do sistema de saúde. Portanto, os acadêmicos envolvidos nessa atividade de extensão têm como objetivo comum a vivência com a comunidade, bem como a experiência de um trabalho integrado e multidisciplinar, valorizando prática de conscientização e esclarecimento da população, tornando-

lhe gestora do próprio cuidado.

Uma importante consideração a respeito da ação em desenvolvimento é a valorização de outras práticas em saúde, além da curativista, que é imprescindível para o reestabelecimento da higidez do paciente. No entanto, o sistema de saúde deve funcionar em rede, com o incentivo fundamental à promoção da saúde por meio da interação eficiente entre profissionais médicos e enfermeiros, além dos estudantes das respectivas áreas.

Referências

MACIEL, K. **O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular**. Educação em Perspectiva, Viçosa. V. 2, n. 2, p.326-344, jul/dez. 2011.

MOREIRA, G; MOTTA, L. **Competência cultural na Graduação de Medicina e Enfermagem**. Revista Brasileira de Educação Médica. Vol. 40, no.2, Rio de Janeiro. Abril/Junho. 2016.



**III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN**

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

TECNOLOGIA E PRODUÇÃO

REALIZAÇÃO:



A IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO PROJETO DE EXTENSÃO “USO EFICIENTE DE ENERGIA NA UFERSA” NA FORMAÇÃO DO ENGENHEIRO DE ENERGIA

Área Temática: Tecnologia e Produção

Amanda Suianny Fernandes Rocha
(amanda_suianny@hotmail.com)

Júlio Freire da Silva Neto

Luann Georgy Oliveira Queiroz

Ednardo Pereira Rocha

Fabiana Karla de Oliveira Martins Varella Guerra

Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA

Resumo

A Universidade tem o papel imprescindível na evolução e formação dos alunos, devendo, partir dela incentivos e oportunidades que venham a agregar conhecimento ao corpo discente. Partindo desta premissa, o presente artigo visa expor a parceria entre o projeto de extensão “Uso eficiente de energia na UFERSA”, e o curso de Engenharia de Energia. Essa parceria foi estabelecida desde o início do projeto, que está no sexto ano de atuação. Suas atividades são diretamente voltadas ao curso, sendo necessários conhecimentos específicos adquiridos ao longo do mesmo para desempenhar satisfatoriamente as atividades do projeto, objetivando inserir os alunos em atividades voltadas para sua área, proporcionando a aquisição de habilidades, que os torna capaz de realizar tarefas de maneira mais eficaz, e com uma visão mais ampla. O artigo tratará das atividades realizadas nestes seis anos de atuação, bem como a importância destas na formação dos alunos do curso engenharia de energia.

Palavras-chave: Projeto de extensão, Eficiência energética, Engenharia de Energia.

1. Introdução

Atualmente, com o crescente desenvolvimento tecnológico e consequente aumento do consumo de energia elétrica, nota-se uma maior busca por profissionais que estejam aptos a seguir essa evolução. Engenheiros com experiências práticas e que possuam conhecimento em trabalho em equipe acabam se destacando e tendo a possibilidade de realizar atividades no mercado de trabalho de forma mais satisfatória.

Diante disso, o projeto “Uso Eficiente de Energia na UFERSA” foi criado em abril de 2011 na Universidade Federal Rural do Semiárido no campus de Mossoró, baseado no

Programa Permanente para Uso Eficiente de Energia na PURE-USP criado em 1970. É composto por professores colaboradores e alunos do curso de Engenharia de Energia e está em seu VI ano de atuação. É um projeto de ação permanente sendo renovado a cada ano. Tem como principal objetivo avaliar as condições gerais da infraestrutura da Universidade, desenvolvendo o conhecimento da gestão de energia elétrica e disseminando os conceitos do uso racional e eficiente de energia na comunidade. O cronograma estabelecido no projeto é disposto durante o período letivo na UFERSA, e segue com reuniões semanais entre alunos e professores para que as atividades possam ser estabelecidas e discutidas, assim como resultados e futuras ações desempenhadas pelos participantes do projeto.

2. Desenvolvimento: diretrizes para a execução das atividades do projeto

As atividades realizadas no projeto estão diretamente relacionadas aos parâmetros da eficiência energética, sendo o emprego dela o objetivo principal. Por definição, a eficiência energética trata-se de uma atividade que busca melhorar o uso das fontes de energia, de modo que possa se obter um melhor desempenho de determinada atividade, consumindo menos energia. Vale ressaltar, que para aplicar o uso racional, não se faz necessário abrir mão da comodidade que a energia elétrica proporciona, pelo contrário, essas medidas podem garantir a comodidade por muito mais tempo (ABESCO, 2016).

Para se chegar ao objetivo final, de redução de consumo de energia, são necessárias algumas etapas, entre elas está o diagnóstico energético, que detecta as possíveis falhas do sistema de energia. De maneira geral, o diagnóstico energético consiste em um levantamento de informações do local em estudo, com o objetivo de identificar e implantar medidas que possam refletir em um menor consumo de energia (PROCEL, 2009).

De acordo com a Eletrobras (2016), conservar energia elétrica caracteriza uma exploração racional dos recursos naturais. Ao adotar medidas de conservação contribui-se na redução dos custos, sem perder, eficiência e a qualidade dos serviços.

A principal fonte de energia no Brasil é a hidrelétrica, que depende exclusivamente do nível das águas nos reservatórios, porém, quando o país enfrenta longos períodos de estiagem, as usinas entram em alerta, e o custo da geração de energia torna-se mais oneroso, devido ao acionamento das termelétricas, com o intuito de manter o fornecimento de energia constante, visto a sua grande demanda e dependência. Logo, além da conservação de energia,

vêm sendo adotadas medidas para reduzir sua demanda e garantir uma maior diversidade de sua matriz energética. (UFRJ, 2015).

Disseminar os conceitos fundamentais da conservação de energia para a população é de grande valia, uma vez que, a redução no consumo reflete em um bem comum para toda sociedade, para a preservação do meio ambiente e para um fornecimento de energia de alta qualidade.

3. Resultados e Discussão

3.1 Principais atividades realizadas

O projeto de extensão “Uso Eficiente de Energia na UFERSA,” possui, desde o seu ano inicial, o propósito de levar à comunidade, tanto acadêmica quanto externa a instituição, conceitos sobre a importância do uso racional de energia elétrica.

No ano I, o primeiro passo necessário foi a realização de um levantamento qualitativo das condições das instalações elétricas da UFERSA. Com esse intuito foi elaborado um questionário que serviu como base para analisar o comportamento de discentes, docentes e dos diversos tipos de funcionários à frente da utilização de energia elétrica dentro da universidade. Através dos resultados desse questionário se tornou possível a elaboração de um material propício a conscientização da comunidade ufersiana.

Parte desse material foram etiquetas informativas instaladas próximas a interruptores e aparelhos elétricos que indicam a necessidade do uso adequado desses aparelhos. Essas etiquetas ainda podem ser encontradas hoje na maioria dos blocos da instituição, uma vez que são renovadas a cada ano.

No decorrer dos anos seguintes, diagnósticos energéticos e análises anuais do faturamento de energia da UFERSA foram realizados objetivando um melhor entendimento da demanda, e do consumo e busca por identificação de problemas e suas respectivas soluções.

Em âmbito externo, foram realizadas diversas palestras educativas sobre eficiência energética e desperdício de energia, dentro de escolas públicas e privadas do município de Mossoró – RN. Essas palestras têm como objetivo apresentar aos alunos a importância do uso consciente de energia elétrica e do impacto dessa prática dentro da própria escola e nas suas residências.

Ainda fora da universidade, outras atividades foram realizadas em escolas na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT da Fundação de Apoio a Pesquisa no Estado do Rio Grande do Norte – FAPERN.

Com os diversos dados obtidos nos diferentes tipos de relatórios também foi possível, no decorrer desses anos a publicação de artigos em congressos e em revistas da área, tais como no Congresso Brasileiro de Planejamento Energético – CBPE 2012, na Revista EXTENDERE (2012 e 2013) e na SEMIC UFERSA.

3.2 A extensão dentro do curso de Engenharia de Energia

A relação entre as atividades e ações do projeto com o curso de Engenharia de Energia é fortemente expressiva, pois são aplicados conceitos na elaboração de ações vistos em todo o curso através de disciplinas específicas.

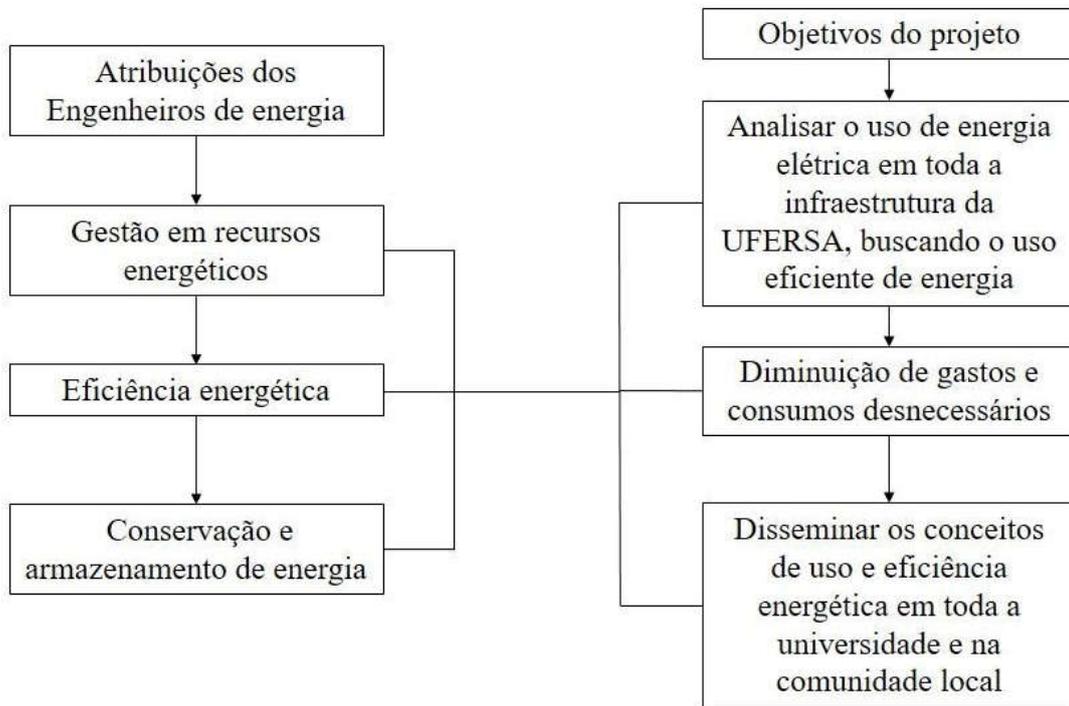
A interdisciplinaridade é importante, pois relaciona o ambiente acadêmico às atividades reais do dia a dia de um profissional da área, ou seja, aplicam-se conhecimentos adquiridos na realidade. Partindo do conceito de disciplina como “uma maneira de organizar e delimitar um território de trabalho, de concentrar a pesquisa e as experiências dentro de um determinado ângulo de visão”, podem-se estabelecer diferentes níveis de interdisciplinaridade, conforme o grau de integração das disciplinas que são reagrupadas num determinado momento (VILELA e MENDES, 2003).

Poder estabelecer uma relação entre o meio acadêmico e ações reais leva o aluno em formação a passar por experiências do ramo profissional, que é um ponto importante, pois leva a capacitação e realização de atividades que busque solucionar problemas na área de trabalho de um engenheiro de energia.

Dentro das atividades propostas no projeto pode-se ter uma concepção de utilização de conceitos visto em disciplinas como sistemas elétricos, técnicas e uso eficiente de energia, subestação elétrica, Instalações elétricas aplicando conceitos como demanda de energia, eficiência energética, manipulação de dados através da estatística, elaboração de projetos que visem a maneira mais adequada e econômica da utilização de energia etc.

Diante de tudo que foi exposto, é apresentado na Figura 1 um fluxograma que interliga as atribuições necessários de um engenheiro de energia com os principais objetivos do projeto de extensão.

Figura 1 – Fluxograma de relação entre atividades do projeto e atribuições do engenheiro de energia



Fonte: Autoria Própria

4. Considerações Finais

O projeto de extensão “Uso Eficiente de Energia na UFERSA”, garante aos seus participantes colocar em prática diferentes tipos de conhecimentos adquiridos durante o curso, proporcionando uma experiência interdisciplinar e uma maior aproximação com atividades que serão cobradas no mercado de trabalho, sendo esse um grande diferencial para um universitário.

A necessidade de praticar saberes adquiridos de forma teórica é de fundamental importância para um estudante de engenharia. Além disso, a possibilidade de trabalhar em equipe e de vivenciar experiências fora da universidade torna o estudante mais apto, seguro e preparado para enfrentar exigências em diferentes tipos de setores.

Sendo assim, pode-se concluir que o projeto de extensão é de significativa importância, não só para a gestão eficiente do consumo racional de energia elétrica da Universidade, que é o seu principal foco, mas também para gerar uma formação mais completa dos seus integrantes.

Referências

ABESCO - **Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia**. O que é Eficiência Energética? (EE). 2016. . Disponível em: <<http://www.abesco.com.br/pt/o-que-e-eficiencia-energetica-ee/>> Acesso em: 12 de Outubro de 2016.

ELETROBRAS. Procel. 2016. Disponível em: <http://www.eletrobras.gov.br/EM_Programas_Procel/> Acesso em: 12 de Outubro de 2016.

PROCEL – **Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica**. Metodologia de realização de diagnóstico energético, Guia básico. 2009. Disponível em: <http://arquivos.portaldaindustria.com.br/app/conteudo_18/2014/04/22/6281/Metodologiader ealizaodiagnostico.pdf> Acesso em: 12 de Outubro de 2016.

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Especial: A crise energética brasileira. 2015. Disponível em: < <https://energiainteligenteufjf.com/2015/03/26/especial-a-crise-energetica-brasileira/>> Acesso em 12 de Outubro de 2016.

VILELA, Elaine Morelato; MENDES Iranilde José Messias. **Interdisciplinaridade e saúde: ade e saúde: estudo bibliográfico**. 2003. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/rlae/article/viewFile/1797/1844>> Acesso em 12 de Outubro de 2016.

CAPACITAÇÃO EM JAVA – APOIANDO A QUALIFICAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NO SEMIÁRIDO POTIGUAR

Área temática: Tecnologia e Produção

Flávia Estévia Silva Coelho

(flaviacoelho@ufersa.edu.br)

Paulo Gabriel Gadelha Queiroz

(pgabriel@ufersa.edu.br)

Antonio Alessandro Rocha Beserra

Rodolfo Felipe Medeiros Alves

Universidade Federal Rural do Semi-Árido – UFERSA

Resumo

A Capacitação em Java originou-se da necessidade de qualificação profissional, na região de Mossoró-RN, de estudantes dos níveis técnico e superior e de profissionais da tecnologia da informação e de áreas afins, quanto ao desenvolvimento de aplicações multiplataforma; com o objetivo de auxiliar no aperfeiçoamento da sua competência técnica frente aos desafios impostos pelo mercado e a sociedade. Pretende-se qualificar cerca de cento e vinte pessoas, apoiadas por aulas práticas em laboratório e material didático atualizado, elaborado com vistas ao embasamento teórico-prático dos participantes à luz dos tópicos abordados no exame de certificação Oracle *Certified Associate, Java SE 8 Programmer I*.

Palavras-chave: capacitação em java; qualificação profissional; tecnologia da informação.

Introdução

A “Capacitação em Java” procede da necessidade de qualificação profissional, na região do semiárido potiguar (especificamente, Mossoró-RN e vizinhança), de estudantes dos níveis técnico e superior e de profissionais da TI (Tecnologia da Informação) quanto ao desenvolvimento de aplicações multiplataforma, frente às demandas atuais do mercado de trabalho e sociedade. Em Mossoró-RN, é carente o aprofundamento em linguagens de programação de mercado, tais como Java, embora as grades curriculares dos cursos técnicos e universitários na área de TI oferecidos pelo IFRN (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte), UERN (Universidade Estadual do Rio Grande do Norte) e UFERSA compreendam disciplinas básicas e avançadas ministradas com o objetivo de formar profissionais para a atuação em subáreas diversas. Sob outra perspectiva, o Plano de

Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte (2011-2020) [1] já enfatiza a “necessidade de um investimento significativo em nosso capital humano, pautado na valorização das potencialidades econômicas, sociais e culturais” do

estado, documento por sua vez, alicerçado pelas diretrizes da Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (2011-2020) proposto pelo governo federal brasileiro. O documento salienta um impacto tecnológico esperado na perspectiva do desenvolvimento de produtos.

Portanto, iniciativas que possam convergir em resultados favoráveis nesse sentido, devem ser fomentadas. No cenário nacional, de acordo com a BRASSCOM (Associação Brasileira de Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação), há um déficit de cerca de 50 mil profissionais em 2016, evidenciando, como principais competências requeridas, a programação e o desenvolvimento de aplicações – essencialmente com foco em Mobilidade, Computação em Nuvem e a Internet das Coisas, que são realidade em nossos dias e nos próximos anos, segundo estudos de prospecção realizados pelo instituto de pesquisas e tendências Gartner [2]. Até 2020, o déficit pode chegar até 408 mil profissionais de TI segundo a SOFTEX (Associação para a Promoção da Excelência do Software Brasileiro).

Sendo assim, a presente proposta visa promover a capacitação na linguagem de programação Java [3], de estudantes técnicos e universitários e de profissionais do município de Mossoró-RN, a fim de complementar a sua formação acadêmica, favorecer a sua inserção/manutenção no mercado de trabalho e apoiá-los em estudos avançados em desenvolvimento de software; além de contribuir para a disseminação da Tecnologia da Informação (TI) no semiárido potiguar.

Desenvolvimento

Uma vez que os estudos sobre a linguagem de programação Java será realizada com base nos tópicos abordados no exame de certificação Oracle *Certified Associate*, Java SE (*Standard Edition*) 8 Programmer I [4], optou-se por considerar a sua divisão nos seguintes módulos de 40 horas: Módulo I – Investigando a Linguagem de Programação Java, englobando Java básico, tipos de dados, uso de operadores e construções de decisão, criação e uso de arranjos e utilização de construções de repetição; Módulo II – Investigando a Orientação a Objetos em Java, compreendendo a criação e uso de métodos, encapsulamento, herança, manipulação de exceções e utilização de classes específicas do Java.

Os dois módulos serão ministrados pelos docentes proponentes e por dois estudantes bolsistas do Bacharelado em Ciência da Computação da UFERSA. A metodologia proposta compreende: a elaboração de material instrutivo atualizado e didático, em meio digital, a divulgação do calendário de módulos junto à comunidade mossoroense, a organização e execução dos módulos de acordo com o calendário próprio, a elaboração e aplicação dos exames de verificação de aprendizagem e/ou especificação e avaliação de projeto a ser

desenvolvido pelos participantes, ao final de cada módulo, a verificação contínua da qualidade geral dos módulos junto aos participantes.

O material didático será elaborado objetivando provocar o desenvolvimento cognitivo dos participantes, baseado nas principais fontes bibliográficas sobre o assunto, considerando a explicação dos tópicos com o auxílio de exemplos práticos. A fim de alcançar o público-alvo, considerando suas diversificadas atividades diárias, foi planejada a realização de cada módulo na forma de duas turmas aos sábados: uma turma no turno matutino e outra no turno vespertino. A divulgação do calendário de realização dos cursos será efetuada fisicamente nas dependências da instituições-alvo (IFRN, UERN e UFERSA), via Internet e junto à imprensa local (quando oportuno). A execução dos módulos está embasada nos seguintes procedimentos didáticos: explanação dos tópicos citados, por meio de exemplos práticos, com o auxílio de ferramentas próprias para o desenvolvimento de código em Java; exercícios práticos de desenvolvimento de código orientado a objetos em Java; Resolução de questões de simulados do exame de certificação Oracle *Certified Associate, Java SE 8 Programmer I*; disposição, em cada módulo, de um projeto específico a ser desenvolvido pelos participantes com base na metodologia de ABP (Aprendizagem Baseada em Projetos) [5], a fim de praticar a adoção de Java em problemas reais de mercado; ao final de cada módulo, será organizada uma competição denominada SIMULA: SIMULA Jr, após a realização do módulo I e SIMULA Sr, após o Módulo II. Esses eventos têm por finalidade estimular os participantes da Capacitação em Java, de modo que serão evidenciados aqueles com os três melhores resultados obtidos em um simulado de certificação (simulando a Oracle *Certified Associate, Java SE 8 Programmer I*) e uma prova de desenvolvimento de software em equipe (3 componentes).

Destacam-se como recursos didáticos requisitados um laboratório de computadores (com memória RAM de, no mínimo, 1GB e os softwares Java SE JDK 8 e NetBeans/Eclipse, previamente instalados), lousa e datashow. Ressalta-se que, ao final de cada módulo, como um indicador do processo de ensino-aprendizagem, será aplicado um exame de verificação de conhecimento aos participantes, de modo que se exige 70% de aproveitamento no exame, 70% de aproveitamento no projeto de desenvolvido e 70% de frequência para a obtenção do respectivo certificado. Após a conclusão de cada módulo, os participantes também serão convidados a preencher um formulário com critérios específicos para fins de avaliação de qualidade – embasados de acordo com os critérios estipulados pela CPA (Comissão Própria de Avaliação) da UFERSA para a avaliação de cursos, docentes e discentes da instituição.

Resultados e Discussão

No atual momento, a equipe de execução da Capacitação em Java está empenhando esforços na elaboração do material didático do Módulo I, portanto, não há resultados a serem evidenciados.

Considerações Finais

Em Mossoró-RN, há uma escassez de empresas atuantes no ramo de treinamento em TI com uma grade regular de cursos direcionados para o desenvolvimento de software e pautados nas tendências para o mercado nacional e internacional. Salvo por algumas ações esporádicas de extensão, promovidas por instituições de ensino na região, tais como a primeira edição da Capacitação em Java realizada no período de abril de 2014 a maio de 2015, fomentada pelo Edital PROEC 19/2013, em que mais de 40 pessoas foram capacitadas. Tais indícios reforçam o compromisso formativo e compulsório da Capacitação em Java.

Evidencia-se o caráter formativo complementar da proposta, uma vez que seu foco é somar esforços ao empenho já praticado em cursos de graduação e pós-graduação da UFERSA, em especial, àqueles diretamente relacionados à TI – o que se pode afirmar também em relação às demais instituições de ensino técnico-universitárias do município.

Referências

- [1] Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte 2011–2020. Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Fundação de Apoio à Pesquisa do RN, Natal-RN, 2011.
- [2] Gartner Identifies the Top 10 Strategic Technology Trends for 2016. Orlando, 2015, disponível em www.gartner.com/newsroom/id/31435213
- [3] The Java Technology. Oracle Corporation, www.oracle.com
- [4] Java Programmer Certification: Java SE 8 Certified Programmers, disponível em education.oracle.com
- [5] W. N. Bender. Aprendizagem Baseada em Projetos. Educação Diferenciada para o Século XXI. Porto Alegre: Penso, 2015.

MARATONA COMPET

Área Temática: Tecnologia e Produção

Claudivan Barreto da Silva
(claudvanbarret@gmail.com)

Adriano Ferreira da Silva

Alexsandra Ferreira Gomes

Marcelino Pereira dos Santos Silva

Sebastião Emidio Alves Filho

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN

Resumo

A Maratona CompPET é um projeto de extensão que visa incentivar o participante a desenvolver o raciocínio lógico e técnicas de programação para a Maratona Internacional de Programação da ACM (Association for Computing Machinery) por meio de treinos e uma maratona local com intuito de preparar o participante. Esta competição desenvolverá uma série de características importantes na capacidade de resolução utilizando a programação, que é uma das ferramentas principais do profissional de informática, como também em outras áreas afins, a exemplo da matemática.

Palavras-chave: maratona, programação de computadores, resolução de problemas.

A necessidade de programar

Uma das características mais importantes no profissional de informática é a habilidade de desenvolver programas de computadores. Esta característica é tão relevante que uma grande parte da grade curricular se destina a ela.

Um aspecto importante ligado ao processo de aprendizagem dos alunos de Ciência da Computação diz respeito ao frequente baixo desempenho nas disciplinas de programação. Isto pode ser atribuído à dificuldade que a maioria das pessoas encontram na resolução de problemas lógicos e matemáticos, que por consequência desestimula a prática de programação.

A capacidade de resolver problemas é uma competência importantíssima para o profissional de informática. Esta habilidade deve ser firmada em disciplinas de programação, porém muitas vezes os alunos aprendem uma linguagem específica e creem que com ela podem resolver todos os problemas. Lamentavelmente, quando é solicitado que resolvam um problema que exija conhecimento prévio em outra linguagem, não se sentem preparados para resolver, se, de fato, não desenvolveram esta habilidade.

A Maratona CompPET se trata de uma competição de programação que tem por objetivos, incentivar os participantes a desenvolverem técnicas avançadas de programação, saber como trabalhar em grupo, entender conceitos abstratos de problemas, incentivar a participação da maratona internacional de programação e suas várias fases (regional e nacional). Além disso, proporcionar a interação com as outras IES (Instituição de Ensino Superior).

A UERN tem participado da Maratona de Programação desde 2006 e a partir desse ano tem enviado equipes em todas as edições. No ano de 2014 competiram três equipes na sede de Natal - RN. As colocações dessas três equipes no placar final foram 11º, 12º e 18º. Em 2015 um time conquistou uma vaga na Final Brasileira.

Desde então o PETCC (Programa de Educação Tutorial em Ciência da Computação) da UERN tem oferecido treinos para aperfeiçoar os conhecimentos de programação de computadores e por consequência obter melhores colocações no *ranking* do evento.

Uma competição de treinamento

A Maratona de Programação é um evento da SBC que existe desde o ano de 1996 e surgiu das competições regionais classificatórias para as finais mundiais do concurso de programação da IPCP (International Collegiate Programming Contest).

A competição estimula a criatividade, a capacidade de trabalhar em equipe e a habilidade de resolver problemas. Com o passar dos anos as instituições e grandes empresas da área têm valorizado os alunos que participam da Maratona. Podem ser inscritas equipes de três estudantes universitários utilizando um único computador para resolver de 8 a 12 problemas do mundo real no prazo de cinco horas. Cada aluno do time recebe as declarações dos problemas, acompanhadas de suas descrições e de um exemplo de caso de teste. Eles devem apresentar soluções nas linguagens C, C++ ou Java. Para cada solução incorreta que for submetida o time terá uma penalidade de tempo. A equipe que resolver a maior quantidade de problemas com o menor número de tentativas é declarado o vencedor. É uma batalha de lógica, estratégia e de resistência mental.

O PETCC oferece treinos para os alunos interessados em participar da Maratona de Programação. Atualmente a metodologia utilizada nos treinos consiste na distribuição de assuntos da competição, entre as equipes, para que desenvolvam uma aula expondo-o para os demais. Os treinadores constroem listas de exercícios desses assuntos, para serem resolvidas pelas equipes até o tempo estipulado, após isso é realizado um *contest* entre as equipes com problemas relacionados aos assuntos abordados. Este ciclo de atividades se repete até a data da fase regional da Maratona de Programação.

A primeira edição da Maratona ComPET está prevista para março de 2017 e a partir daí uma vez ao ano, como forma de preparação para a Maratona de Programação, que possui etapas regionais e nacional. O planejamento da primeira edição inclui busca por colaboradores, criação e teste dos problemas a serem resolvidos no dia do evento, estudo da ferramenta utilizada no dia do evento (BOCA), programação do evento, criação de identidade visual, material gráfico e camisetas, programação da página (site), busca por patrocinadores e parceiros, execução de palestras sobre a participação no eventos, minicurso preparatório para o evento, treinos preparatórios para os competidores, definição e providência dos prêmios, organização do ambiente computacional e ambiente físico, confecção dos certificados, entre outros.

O modelo da competição segue o mesmo da Maratona de Programação. No entanto, no dia da competição as equipes serão formadas por três alunos e um reserva, sem a necessidade de um treinador (*coach*). Os times terão de resolver problemas de programação de computadores disponibilizados em um sistema de apoio a competições de programação (BOCA), cujas respostas submetidas são enviadas para uma comissão de juízes que avaliarão se a resposta está correta ou não. A equipe que tiver o maior número de acertos durante o tempo de competição (3 horas) será a vencedora.

O público alvo é de alunos das IES da cidade de Mossoró que ofereçam cursos da área de Ciência da Computação e afins, com o intuito de propiciar vivência na área de programação de computadores e oferecer oportunidade para os interessados competirem e experimentarem o modelo oferecido pela Maratona de Programação, que no Brasil é viabilizada pela SBC (Sociedade Brasileira de Computação).

Resultados esperados

Espera que o evento possa contribuir de forma significativa para formação do participante de forma que ele venha a desenvolver o interesse e capacidade para resolver problemas, além do aprimoramento do trabalho em equipe e incentivo a criatividade. O evento também contribui para aprendizagem do petiano, como a melhoria da capacidade de ensino e a experiência em organização de eventos.

Considerações Finais

O evento é de suma importância pois ele contribui para experiência do participante e do petiano organizador. Assim como acarretará na melhoria do conceito do curso, dado que, será fortalecido a experiência além da sala de aula, e ao mesmo tempo aprofundando na programação, tão necessária na profissional de informática.

Referências

Bini, E. M.; Koscianski, A. **O Ensino de Programação de Computadores em um Ambiente Criativo e Motivador**. In: VII ENPEC - Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências, 2009, Florianópolis. Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (ABRAPEC), 2009.

Skiena, S. S.; Revilla, M. A. **Programming Challenges: The Programming Contest Training Manual**. New York: Springer, 2003. 359 p.

Sociedade Brasileira de Computação. **Maratona de Programação**. Disponível em: <<http://maratona.ime.usp.br/>>. Acesso em 12 de maio de 2015.

RELTEC: UMA PROPOSTA PARA O PROBLEMA DOS RESÍDUOS TECNOLÓGICOS LOCAL

Área Temática: Tecnologia e Produção

Leonardo Bandeira de Lucena

(leonardolucena.cc@gmail.com)

Elisa de Fátima Andrade Soares

Lígia Maria de Sousa Dantas Batista

Thiago de Oliveira Pereira

Alexsandra Ferreira Gomes

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

Com o grande desenvolvimento tecnológico, e com o aumento de sua atuação nas mais diversas vertentes, a produção de recursos para suprir essa demanda culmina em gerar um elevado aumento na produção de resíduos provenientes do processo produtivo e de utilização, gerado através da obsolescência das tecnologias. Formas inadequadas de descarte desse tipo material se mostram prejudiciais tanto para o meio ambiente quanto para a própria segurança e saúde do utente. O objetivo deste trabalho é dissertar sobre o projeto: Reaproveitamento do Lixo Tecnológico – Reltec, que tem, *a priori*, a função de promover a conscientização sobre o tema do lixo tecnológico de forma a mostrar sua gravidade e formas de minimizar seus efeitos negativos.

Palavras-chave: resíduos; lixo tecnológico; conscientização.

Contextualização acerca dos resíduos tecnológicos

O grande crescimento e desenvolvimento do mercado tecnológico, e seus afins, mostra-se de grande importância para os mais diversos setores econômicos, como as áreas de cunho produtivo e comercial. Segundo Bachi (2013) “Devido ao aumento na busca da tecnologia, muitos aparelhos acabam se tornando obsoletos cada vez [mais] em menos tempo, gerando um grande número de resíduos”. A tecnologia da informação não era tida como uma fonte de poluição e nem era agregada a valores danosos ao meio ambiente, ou ao próprio homem, como pode ser visto em Celisky et al (2011) “O acúmulo de lixo eletrônico não foi previsto pelas indústrias produtoras ou pela sociedade”.

Entretanto, devido a técnicas mercadológicas a produção desse tipo de material e consequentemente desse tipo de resíduo, denominado de lixo eletrônico ou e-lixo, vem aumentando e poluindo em uma escala cada vez maior. Segundo Ribeiro e Silva (2012) “O

fortalecimento da classe média [popularização] e a estabilidade econômica facilitaram o acesso aos eletroeletrônicos, mas isso resultou num crescimento considerável na produção de lixo”.

Conforme estudos mais profundos sobre o tema averígua-se fragilidades no que competi ao tratamento e direcionamento correto desses materiais. Por se tratarem de compostos especiais (químicos) danosos à saúde e ao meio ambiente esses não se adequam as medidas de descarte padrão, que são associadas geralmente aos outros tipos de resíduos. Celisky et al (2011) defendem que “o problema do e-lixo vem assumindo rapidamente grandes proporções. Há argumentos suficientes para que a gestão dos resíduos eletrônicos não fique sujeita apenas a regulamentações específicas, somando-se a estas os esforços de grupos, instituições e organizações”.

Segundo Ribeiro e Silva (2012) os “Dados de 2005 calculados pelo PNUMA mostram que o Brasil abandona 96,8 mil toneladas de computadores por ano, já os descartes de celulares representam 2.200 [mil] toneladas por ano”. Como visto, o Brasil é um grande consumidor de eletrodomésticos e de tecnologias, logo, conclui-se que ele também é um grande poluidor em relação aos resíduos sólidos eletrônicos. Dar um destino correto para esse material torna-se tanto uma responsabilidade moral para o consumidor e fornecedor, quanto uma urgência a ser atendida uma vez analisada a composição desse tipo de resíduo.

Não só o descarte adequado desse tipo de material é possível como também existem alternativas que são viáveis e práticas para o consumidor final. Um exemplo disso é o processo de reciclagem, que visa reaproveitar o material descartado ou partes dele para minimizar ao máximo os danos causados por esse ao ambiente.

A reciclagem do e-lixo permite a recuperação de muitos materiais, incluindo metais preciosos, o que compatibiliza crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. Outro benefício pode ser obtido pelo reuso de componentes, com ganhos em termos de responsabilidade social (CELISKY, CELISK, REZENDE E FERREIRA, 2011).

Por fim, objetivando dar uma maior utilidade ao material aqui dissertado, o projeto Reaproveitamento do Lixo Tecnológico – Reltec - busca alternativas viáveis para que haja um descarte, no mínimo correto, desse tipo de material de forma que não afete o meio ambiente ou atente a saúde humana. Também tenta extrair o máximo de aproveitamento dos materiais recolhidos de forma a sempre tentar minimização dos efeitos negativos desses resíduos e ao mesmo tempo extrair o máximo de conhecimento e aplicabilidade dos conhecimentos

adquiridos em sala de aula, uma vez que esse projeto ainda visa à promoção da conscientização acerca da importância do tema.

Resultados e discussão

Tomando inicialmente como objeto de estudo a cidade de Mossoró podemos verificar uma deficiência no que diz respeito à separação dos resíduos sólidos descartados pela população e empresas da cidade. Em virtude dessas necessidades a principal função do projeto aqui dissertado é promover a consciência sobre o descarte adequado desse tipo de material, e se possível fornecer subsídios para o descarte desses resíduos. Por meio de propostas que buscam sempre uma melhor forma atuação, o Reltec toma por base eventos já realizados com relação ao tema para agregar qualidades pertinentes ao escopo do projeto, como é o caso das ações realizadas pelo Programa de Educação Tutorial em Ciência da Computação – PETCC.

Visto as necessidades iniciais acerca da seletividade desses materiais vê-se que projetos com cunho relacionado têm grande aceitação pela comunidade local. Um exemplo disso são ações realizadas pelo PETCC no mês de Junho de 2016. Onde atividades de divulgação de informações sobre o tema foram realizadas junto à promoção da consciência ambiental através de palestras em escolas de ensino médio e em empresas, campanha de coleta, movimento em praça pública com panfletagem, entrevistas concedidas a rádios e programas de televisão.

Assumindo como exemplo os resultados obtidos com a atuação do PETCC nessa área tema, pode-se destacar que projetos nessa temática apresentam boa aceitação não apenas pela população local, mas também por instituições de ensino e empresas da região mostrando uma abrangência regional. Podemos ver que com qualidades de extensão o projeto pode se mostrar mais extensivo, pois derivaria de mais subsídios para atuação de forma mais ampla e recursos para alcançar mais pessoas.

Resultados esperados

Em virtude das necessidades vistas o projeto propõe, a *priori*, medidas que promovam a consciência sobre o tema aqui abordado, resíduos tecnológicos. Uma vez que informações relativas ao assunto são escassas. Também se utiliza de metodologias que

promovem a transmissão direta de informações como: palestras em escolas e/ou empresas, panfletagem de material informático, interação com programas de rádio e televisão para ampliar as áreas de alcance do projeto e, se possível, atrair contribuintes e interessados no projeto.

Além de difundir o tema na sociedade também procura realizar ações de coleta e descarte desse tipo de material, se possível. Oficinas e aulas com o material recolhido nas ações podem ser realizadas para mostrar um intermédio entre o tema do projeto e a área da tecnologia da informação - TI. Tenta-se mostrar mais contínuo em relação às últimas atividades do PETCC que foram voltadas ao tema. Dessa forma uma alternativa fixa para o descarte desse material seria sempre possível em âmbito da universidade, acaso haja uma área para que possa ser armazenado o material recolhido.

Considerações finais

Mediante as informações esplanadas sobre os resíduos tecnológicos fica evidente a necessidade de buscar formas que apoiem a conscientização dos utentes dessas ferramentas eletrônicas sobre os perigos oferecidos por elas. O Reltec é um projeto que tem uma importância significativa para a promoção desse tipo de pensamento, mostrando formas de descarte desses materiais obsoletos que causam danos não apenas ao meio, mas também as pessoas que nele vivem devido aos materiais que os compõem. Tendo em vista os resultados e as falhas observadas em eventos e projetos semelhantes o Reltec é um projeto que tem a capacidade de obter melhores resultados tornando os erros já estudados e vistos em acertos.

Referências

ANSANELLI, S. L. de M. Exigências Ambientais Europeias: Novos Desafios Competitivos para o Complexo Eletrônico Brasileiro. **Revista Brasileira de Inovação**. p.129-160, jan./jun., 2011.

BACHI, M. H. Resíduos tecnológicos: A relação dos Resíduos Eletroeletrônicos com a Legislação do Brasil. Grupo Verde de Agroecologia e Abelhas. **REVISTA BRASILEIRA DE GESTÃO AMBIENTAL**. v. 7, n. 1, p. 01-05, jan./mar., 2013.

CELINSKI, T. M.; CELINSKI, V. G.; REZENDE, H. G.; FERREIRA, J. S. **PERSPECTIVAS PARA REUSO E RECICLAGEM DO LIXO ELETRÔNICO**. PR: Londrina. p. 4. 2011.

RIBEIRO, F. D; SILVA, J. S. LIXO ELETRÔNICO: ESTUDO SOBRE A ATUAL SITUAÇÃO DO LIXO ELETROELETRÔNICO NA CIDADE DE URUAÇU. **Revista Fasem Ciências**. v. 2, n. 2, jul./dez., 2012.

SANTOS, C. A. F; SILVA, T. N. **Descompasso entre a Consciência Ambiental e a Atitude no Ato de Descartar Lixo Eletrônico: A Perspectiva do Usuário Residencial e de uma Empresa Coletora**. RJ: Rio de Janeiro, XXXV Encontro da AMPAD. p. 17. set. 2011.



**III FÓRUM DE EXTENSÃO DO OESTE POTIGUAR
II SALÃO DE EXTENSÃO UERN, UFERSA E IFRN
IX COLÓQUIO DE EXTENSÃO DA UERN**

19 a 21 de Outubro de 2016
UERN/UFERSA Mossoró - RN

**TEMA:
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: INTERFACE ENTRE A PESQUISA E O ENSINO**

TRABALHO

REALIZAÇÃO:



PROJETO CUSTO DE VIDA PATU: AVALIAÇÃO DE SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DISCENTE

Área temática: Trabalho

Francisco Tavares Filho
(franciscotavares@uern.br)
Paula Viviane de Freitas Holanda
Antonia Danielly Silva Duarte

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

RESUMO

A Extensão Universitária é uma atividade de extrema importância para as Instituições de Ensino Superior (IES) e para a comunidade, haja vista possibilitar a troca de saberes entre esses dois setores, impactando positivamente na formação do estudante, especialmente por ele participar de uma prática não vivenciada em sala de aula. Sendo assim, o presente trabalho objetiva avaliar, na concepção discente, as contribuições do projeto de extensão Custo de Vida Patu, para a formação dos estudantes participantes. Utiliza-se de um estudo de caso, em que a coleta de dados ocorreu por questionário, cuja abordagem contempla uma pesquisa descritiva e qualitativa, pautada no método dedutivo. Os resultados da pesquisa mostram que a interação com a sociedade e a obtenção de maiores conhecimentos foram as principais contribuições desse Projeto para a formação profissional dos estudantes participantes.

Palavras-chave: extensão universitária; projeto custo de vida; concepção discente.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as Instituições de Ensino Superior (IES) têm se esforçado para cumprir com o seu papel de ensinar, pesquisar e socializar o conhecimento, sobretudo pela escassez de recursos ou pela forma como eles são geridos. Mas, apesar das adversidades, algumas universidades apresentam resultados satisfatórios nessas três áreas, com destaque para a pesquisa e extensão, pois muitas vezes são deixadas em segundo plano, enquanto o ensino é tido como prioridade. No entanto, é preceito constitucional a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e extensão.

Sendo assim, o presente artigo investiga a seguinte problemática de pesquisa: **Quais as contribuições do Projeto Custo de Vida Patu, para a formação dos discentes participantes, na concepção desses atores?**

A partir desse problema, o trabalho objetiva avaliar as contribuições do projeto de extensão Custo de Vida Patu, para a formação dos discentes participantes, na visão desses atores. De modo específico, apresenta-se os seguintes objetivos: questionar os discentes que participaram do Projeto, a fim de coletar dados para a solução da problemática; revisar a literatura sobre o

assunto, para fundamentação teórica do estudo, bem como, para correlacioná-la com os achados da pesquisa.

O estudo se mostra relevante por oferecer uma discussão teórico-empírica sobre a extensão universitária, especialmente por avaliar as contribuições do Projeto na vida acadêmica e profissional dos discentes envolvidos, dando subsídios para uma reflexão sobre a real importância do desenvolvimento da referida ação de extensão.

O trabalho está organizado em seis seções, sendo a primeira seção a Introdução. Na segunda seção, aborda-se sobre a Extensão Universitária em seus aspectos conceituais, importância e diretrizes. A terceira seção apresenta o Projeto Custo de Vida Patu, a fim de esclarecer seus objetivos, justificativas, procedimentos metodológicos e resultados. Na quarta seção, são explicados os procedimentos metodológicos que nortearam todo o desenvolvimento do trabalho. A quinta seção contempla os Resultados e Discussões acerca do objeto de estudo. Por último, a sexta seção apresenta as Considerações Finais do trabalho.

2 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

A Extensão Universitária, definida simplesmente como a socialização do conhecimento entre Universidade e Sociedade, a exemplo dos congressos e dos cursos de capacitação ou qualificação oferecidos pelas universidades, é uma atividade de extrema importância para as IES e para a comunidade, haja vista possibilitar a troca de saberes entre esses dois setores.

O Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2012, p. 15) define a Extensão Universitária como “[...] um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”.

Alinhado a essa discussão, Hennington (2005) faz as seguintes considerações sobre a extensão universitária:

Os programas de extensão universitária desvelam a importância de sua existência na relação estabelecida entre instituição e sociedade, consolidando-se através da aproximação e troca de conhecimentos e experiências entre professores, alunos e população, pela possibilidade de desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem a partir de práticas cotidianas coadunadas com o ensino e pesquisa e, especialmente, pelo fato de propiciar o confronto da teoria com o mundo real de necessidades e desejos.

Não obstante, ainda segundo o FORPROEX (2012), as diretrizes que devem orientar as ações de Extensão Universitária são as seguintes: Interação Dialógica, Interdisciplinariedade e interprofissionalidade, Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do

Estudante; Impacto e Transformação Social.

Com relação ao presente estudo, destaque-se a diretriz do Impacto na Formação do Estudante, pois, em regra, as ações de extensão devem influenciar, positivamente, na formação profissional dos estudantes participantes. Essa influência representa uma das vertentes da Extensão Universitária, a qual se consolida na maximização da melhoria do perfil profissional do estudante, especialmente por ele participar de uma prática não vivenciada em sala de aula.

Não obstante, a Extensão Universitária vem ganhando força a partir da obrigatoriedade de sua institucionalização, exigida pelo Ministério da Educação (MEC), em que as IES devem proporcionar 10% da creditação curricular dos estudantes às ações extensionistas. Mas essa exigência ainda não foi cumprida por grande parte das instituições, em razão da escassez de recursos ou da cultura conservadora prevalecente no meio acadêmico, o que vem retardando a sua concretização.

Sobre esse assunto, a Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, em seu Anexo de Metas e Estratégias, especificamente na Estratégia 12.7, diz o seguinte: “assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social”.

Segundo a literatura sobre o tema, as contribuições da extensão universitária, para a formação acadêmica e profissional do estudante, estão relacionadas à oportunidade de participar de uma realidade social, que possibilita um alargamento na visão do futuro profissional que está em construção, ao vivenciar uma forma de atuação que não se restringe aos ensinamentos teóricos de sala de aula. Nesse caso, o estudante sai da condição de sujeito passivo para a condição de sujeito ativo, tornando-se um pensador crítico.

Garcia (2012), pesquisou sobre esse tema e concluiu que a extensão contribui na medida em que auxilia na formação de profissionais mais críticos, mais abertos ao diálogo, mais autônomos e sensíveis às transformações do mundo que os rodeia, oportunizando experiências múltiplas para o exercício da profissão.

3 PROJETO CUSTO DE VIDA PATU

Conforme já discutido, o papel da extensão universitária é articular o Ensino e a Pesquisa indissociavelmente, proporcionando meios necessários para a relação transformadora entre universidade e sociedade. Caracteriza-se como uma ação na comunidade para socializar o conhecimento adquirido com o ensino e a pesquisa desenvolvidos, instigando, também, a troca de saberes, produzindo um novo conhecimento a ser trabalhado e articulado.

Nesse contexto, insere-se o Projeto Custo de Vida Patu, uma ação extensionista do

Departamento de Ciências Contábeis, do Campus Avançado de Patu, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), que objetiva pesquisar, mensalmente e permanentemente, as variações de preços na cidade de Patu, para cálculo e divulgação do custo de vida dessa localidade, a partir de uma cesta básica de produtos, como forma de contribuir efetivamente para a tomada de decisões de consumo de agentes econômicos. Trata-se de um projeto de continuidade, que teve início em fevereiro de 2006, para o acompanhamento sistemático dos preços através das variações apresentadas ao longo do tempo, possibilitando calcular o índice de custo de vida. (UERN, 2016).

Observe-se que, o acompanhamento sistemático de preços permite medir o seu comportamento, e o cálculo é feito através da comparação do conjunto de bens e serviços consumidos em um determinado mês com os preços médios desse mesmo rol de bens e serviços do mês imediatamente anterior.

A importância do projeto está associada à contribuição da Universidade, em nível de extensão, para a melhoria da estrutura de serviços complementares na localidade onde se desenvolve, especialmente por oferecer informações permanentes acerca das variações dos níveis de preços e custo de vida básico, tanto à população em geral como as entidades governamentais e não governamentais e outros agentes, que necessitam de informações sobre o comportamento dos preços locais, a fim de orientar suas decisões, que vão desde a conveniência de adquirir bens e insumos em determinados pontos de venda até negociações salariais por ocasião das lides das várias categorias de trabalhadores. Esse serviço, relacionado à informação sobre custo de vida local, vem complementar outras informações já existentes, divulgadas por entidades de pesquisa a nível nacional, a exemplo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), que não refletem, necessariamente, a realidade local.

Nesse contexto, é importante esclarecer que o custo de vida é o valor relativo de um conjunto de bens e serviços necessários para manutenção da vida de uma pessoa em determinada localidade. Para construir um índice de custo de vida, não basta apenas pesquisar os preços dos produtos. É preciso fazer, em primeiro lugar, uma Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), para saber o que consomem as famílias e qual o peso dos bens no seu orçamento familiar, ou seja, o que define a distribuição de seus gastos, dada uma certa renda.

No Projeto Custo de Vida Patu, o conjunto de produtos foi determinado através de uma pesquisa dessa natureza, que estabeleceu a cesta de produtos a ser pesquisada periodicamente, os pesos que cada um dos produtos representa no orçamento das famílias e também os locais de compra (supermercado, mercearias, feiras e outros). Os produtos incluídos na cesta pertencem aos seguintes grupos: alimentação; higiene pessoal; limpeza doméstica.

Para cálculo do Índice do Custo de Vida (ICV), o Projeto adota a metodologia de Laspéyres,

conforme explicada por Bruni (2007), porém, adaptada ao cálculo da variação mensal do custo de vida, bem como, a metodologia utilizada pelo DIEESE, para a Pesquisa da Cesta Básica Nacional, estabelecida com base no Decreto Lei nº 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta o Salário Mínimo no Brasil.

Sendo assim, o Projeto trabalha com a coleta de preços de produtos que compõem a Cesta Básica Familiar local (57 produtos), bem como a Cesta Básica Essencial ou Ração Essencial Mínima, que, segundo o DIEESE (2016) é composta por treze produtos e em quantidades necessárias para o trabalhador repor as energias consumidas no exercício do seu trabalho.

Portanto, as atividades do Projeto são desenvolvidas a partir de uma de pesquisa de campo, baseando-se em observações da realidade (preços e variações de preços), as quais contemplam os seguintes passos:

- coleta sistemática dos dados (preços);
- digitação e tabulação dos dados;
- análise dos dados e elaboração de relatórios;
- divulgação dos resultados.

Os dados (preços) são coletados, mensalmente, pelos pesquisadores da equipe de trabalho do projeto, nos estabelecimentos comerciais de maior relevância no abastecimento da população de Patu-RN, a saber: Mercadinho Patuense - Avenida Lauro Maia, 857 – Estação; Mercadinho São Rafael - Rua Francisco Dutra de Almeida, 95 – Centro; Mercantil São José (Rede Oeste) - Avenida Lauro Maia, 529 – Centro; Supermercado Queiroz - Avenida Lauro Maia, 612 – Centro; Rede Quero Bem – Conjunto Nova Patu.

Os dados coletados são posteriormente digitados e tabulados em planilhas eletrônicas, para o cálculo do custo e dos índices de variação. Alguns dados (preços) recebem tratamento especial, no sentido de converter as diferentes formas de apresentação do produto em uma forma padronizada, para permitir a unificação dos seus diferentes preços em um único preço representativo daquele tipo de produto. Como exemplo, tem-se o “biscoito cream craker”, que se apresenta em embalagem de 400 gramas e cujo preço é convertido para o padrão definido na pesquisa de orçamento familiar (1.000 gramas – 1 kg).

Com relação a análise dos dados, ocorre por meio do acompanhamento sistemático dos preços de 57 (cinquenta e sete) produtos componentes da cesta básica total e 13 (treze) produtos componentes da cesta básica essencial (ração essencial mínima) na cidade de Patu-RN, medindo-se os seus comportamentos através das variações apresentadas ao longo do tempo, possibilitando calcular o ICV com base na comparação dos preços médios de um conjunto de bens em um determinado mês contra os preços médios deste mesmo conjunto de bens do mês imediatamente anterior.

Após o cálculo do custo de cada produto da cesta básica total, identifica-se o seu peso relativo na determinação do custo total da cesta básica e de sua variação mensal, bem como, é possível verificar os produtos que apresentaram as maiores variações (positivas e negativas) em cada mês.

Para melhor entender o comportamento dos preços, os produtos da cesta básica total foram agrupados em três categorias: alimentação, higiene pessoal e limpeza doméstica, calculando-se os custos e as variações mensais de preços desses conjuntos de produtos.

Sobre a cesta básica essencial (Decreto-lei nº 399), calculam-se o custo unitário, o custo total e a variação mensal de cada um dos treze produtos, bem como o custo e a variação totais da cesta.

Os cálculos e análises do Projeto levam em consideração uma família de cinco pessoas, sendo três (03) adultos e duas (02) crianças.

Na sequência, elabora-se um Boletim de Divulgação Mensal, contendo uma descrição dos resultados da pesquisa de preços. Até à elaboração do presente resumo, a última edição desse boletim foi a seguinte: Ano 10, nº 120, setembro de 2016. Além disso, elabora-se um relatório anual, consolidando todas as informações referentes ao Projeto.

Por último, os resultados do Projeto são publicados (divulgados) pelo Departamento de Ciências Contábeis da UERN (Patu), através dos boletins mensais, que estão disponíveis na home page: <patu.uern.br/dcc>. Na medida do possível, normalmente os resultados também são divulgados em diversos meios de comunicação local e regional, a seguir relacionados: Jornal O Mossoroense – Caderno Regional; Jornal Gazeta do Oeste – Caderno Cidades; Jornal Correio da Tarde – Caderno Regional; Jornal de Fato – Caderno Estado; Rádio Educadora Patuense (local); Rádio Rural de Mossoró; Rádio Vida de Martins; Portal UERN – Central de Notícias; Blog do Prof. Aluizio Dutra.

Não obstante, geralmente, a equipe de trabalho do Projeto distribui um resumo com os principais resultados das pesquisas aos estabelecimentos comerciais pesquisados.

4 METODOLOGIA

A construção metodológica do trabalho contempla a abordagem adotada por Beuren (2012), razão pela qual a pesquisa se classifica, quanto aos objetivos, como descritiva, visto descrever características do objeto de estudo e utilizar técnica padronizada de coleta de dados: o questionário, com perguntas abertas, aplicado por telefone, em outubro de 2016, aos alunos que participaram do Projeto no período de 2006 a 2016. E, quanto aos procedimentos, trata-se de um estudo de caso, pois, caracteriza-se pelo estudo concentrado de um único caso: o Projeto Custo de Vida Patu.

Com relação à abordagem do problema, envolve uma pesquisa qualitativa, pelo fato de buscar a compreensão de um fenômeno e não utilizar instrumentos estatísticos no processo de análise. Além disso, o estudo é pautado no método dedutivo, uma vez que, a partir de enunciados gerais, busca-se uma conclusão particular.

Por última, é relevante mencionar que a amostra de pesquisa foi constituída de forma intencional, com seis alunos (40%), de um total de quinze alunos participantes do Projeto.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir dos objetivos estabelecidos neste trabalho e dos dados coletados pelo questionário de pesquisa (por telefone), com estudantes que participaram do Projeto Custo de Vida Patu no período de 2006 a 2016, apresentam-se os seguintes resultados e discussões.

É importante esclarecer que a primeira parte do questionário trata dos dados dos respondentes: curso; idade; sexo; cidade e UF; tempo de participação no projeto; período do curso quando participou do projeto. A segunda parte aborda os questionamentos diretamente relacionados à problemática de pesquisa.

5.1 DADOS DOS RESPONDENTES

Foram questionados, no mês de outubro de 2016, seis alunos (40%), sendo cinco do sexo feminino e um do sexo masculino, de um total de 15 alunos que participaram do Projeto Custo de Vida Patu no período de 2006 a 2016. O tempo médio de permanência na equipe, dos alunos respondentes, foi de um ano e nove meses, correspondendo a três semestres letivos. No entanto, a variação de permanência mostra uma amplitude total de 10 meses a dois anos e seis meses (10 meses – 30 meses). Esses estudantes residem nas cidades de Almino Afonso-RN, Rafael Godeiro-RN e Patu-RN. Quando trabalharam no Projeto, eles cursavam entre o terceiro e o sétimo períodos, inclusive, do Curso de Ciências Contábeis (cinco alunos) ou Matemática (uma aluna) do Campus Avançado de Patu da UERN.

5.2 QUESTIONAMENTOS

A segunda parte do questionário de pesquisa, composto por oito questões abertas, indagou os participantes do Projeto sobre aspectos diretamente relacionados às contribuições da ação de extensão em estudo, conforme segue.

Questão 1 – No seu entendimento, qual é o principal objetivo das ações de extensão em uma universidade?

Sobre essa questão, os alunos responderam que o principal objetivo das ações de extensão está relacionado com o envolvimento ou interação da Universidade com a comunidade e com o desenvolvimento da capacidade técnica e intelectual do estudante.

Analisando esse conteúdo, verifica-se que os alunos participantes do Projeto têm uma boa concepção de Extensão Universitária, visto eles destacarem a interação que deve existir entre Universidade e Sociedade, a fim de melhorar a sua formação profissional. No entanto, eles não relataram que a Extensão também deve ser uma ação transformadora da sociedade.

Questão 2 – Quais as razões que levaram você a participar do Projeto Custo de Vida Patu?

As razões que levaram os estudantes a participarem do Projeto foram as seguintes: obter horas de atividades complementares (4 alunos); agrega conhecimento prático (3 alunos); porque é importante participar do Projeto ou a proposta é interessante (2 alunos); aprender sobre a inflação da cidade (1 aluno); curiosidade (1 aluno); receber bolsa de auxílio financeiro (1 aluno).

Infelizmente, a principal razão que leva os alunos a participarem do projeto de extensão em estudo é o interesse pelas horas de atividades complementares, representando 67% das opiniões, embora eles também tenham interesse pelos conhecimentos agregados pelo projeto a sua formação profissional (50% das opiniões).

Questão 3 – Na sua concepção, quais as contribuições que o Projeto proporcionou para sua formação profissional?

Segundo os alunos pesquisados, as contribuições que o Projeto proporcionou para sua formação profissional foram as seguintes: maiores conhecimentos (4); vivenciar a prática e/ou beneficiar a sociedade com os conteúdos tratados no Curso (2); melhorar o desempenho enquanto estudante em formação (1); noções de variações de preços e custo de vida (1); desenvolvimento pessoal (1).

No questionamento sobre as contribuições do Projeto para a formação profissional do estudante, as respostas que apareceram em maior número dizem respeito a obtenção de maiores conhecimentos (67%) e interação com a sociedade (33%), entre outros.

Questão 4 – Numa escala de 1 a 5, como você avalia o grau de importância do Projeto para sua formação profissional, considerando que o 1 significa “sem nenhuma importância” e o 5 significa “muito importante”.

Em média, numa escala de 1 (sem nenhuma importância) a 5 (muito importante), os estudantes avaliaram o projeto, que participaram, com nota 4, significando que eles consideram essa atividade de extensão importante para a sua formação profissional.

Questão 5 – Qual o maior aprendizado que você teve em participar do Projeto?

Quando indagados sobre o maior aprendizado em participar do Projeto, os estudantes

relataram o seguinte: noções sobre custo de vida ou inflação (4); relacionamento interpessoal (1); conhecimento sobre planilha eletrônica de cálculo (1).

Conforme se observa, o maior aprendizado que os estudantes tiveram em participar do Projeto foi sobre custo de vida ou inflação, representando 67% dos respondentes.

Questão 6 – Na sua visão, ao participar do Projeto, a interação que você teve com a comunidade trouxe alguma contribuição para a sua formação profissional? Qual?

Os estudantes foram unânimes ao falarem que a interação com a sociedade, proporcionada pela participação na ação de extensão, contribuiu para a sua formação profissional, citando: desenvolvimento do relacionamento interpessoal (3); interação com a sociedade (2); maiores conhecimentos (1).

Entre essas contribuições, destaca-se o desenvolvimento do relacionamento interpessoal (50%).

Questão 7 – Na sua opinião, o que você mudaria no Projeto, para que ele possa contribuir mais com a formação profissional dos seus alunos participantes?

A respeito das possíveis mudanças no projeto, a fim de aumentar a contribuição para a formação do estudante, os respondentes relataram o seguinte: não mudaria nada (2); aumentaria a divulgação dos resultados (1); envolveria mais o estudante nas atividades do projeto (1); aumentaria o número de vagas (1); aumentaria a abrangência da pesquisa, incluindo serviços etc. (1).

Como se observa, as opiniões dos respondentes são diversificadas em relação às possíveis mudanças a serem feitas no Projeto, para aumentar as contribuições na formação profissional dos alunos participantes, embora 33% afirmaram que não mudaria nada.

Questão 8 – Você gostaria de fazer algum comentário relacionado ao projeto, em termos positivos ou negativos, que não foi abordado neste questionamento? Qual?

Com relação aos comentários adicionais feitos pelos respondentes, 50% não fez comentários, enquanto os demais citaram os seguintes: o Projeto é muito significativo para a vivência prática do aluno (33%); o Projeto foi um aprendizado (16%).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inegavelmente, a Extensão Universitária caracteriza-se como uma atividade das Instituições de Ensino Superior (IES) para a comunidade, em que a troca de saberes entre os agentes envolvidos é a sua maior razão de ser. Essa temática levou o presente estudo a avaliar, na concepção discente, as contribuições do projeto de extensão Custo de Vida Patu, para a formação dos estudantes participantes; portanto, um estudo de caso, cuja coleta de dados ocorreu por questionário.

Diante desses parâmetros, de acordo com os estudantes respondentes, as principais

contribuições do referido Projeto concentram-se na obtenção de maiores conhecimentos (67%) e interação com a sociedade (33%). Eles consideram essa atividade de extensão importante para a formação profissional do estudante, bem como, que o maior aprendizado que tiveram foi sobre custo de vida ou inflação. Porém, na contramão, a principal razão que leva os alunos a participarem do projeto de extensão em estudo é o interesse pelas horas de atividades complementares.

É importante frisar que, os respondentes foram unânimes ao falarem que a interação com a sociedade, proporcionada pela participação na ação de extensão, contribuiu para a sua formação profissional.

Enfim, diante dessas considerações, verifica-se que a ação de extensão estudada está de acordo com as diretrizes que orientam as ações de Extensão Universitária, estabelecidas pelo FORPROEX (2012), especialmente com relação ao “Impacto na Formação do Estudante”.

Como limitação do estudo, destaque-se que os seus resultados são extensivos somente aos componentes da amostra de pesquisa, visto a amostragem ter sido feita de forma intencional, em razão da dificuldade de contato com os estudantes no ato da investigação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014. Trata do Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2014, Edição Extra, p. 1. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 12 out. 2016.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRUNI, Adriano Leal. **Estatística aplicada à gestão empresarial**. São Paulo: Atlas, 2007.

DIEESE. **Metodologia da cesta básica de alimentos**. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica.pdf>. Acesso em: 12out. 2016.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.

GARCIA, Berenice Rocha Zabbot. **A contribuição da extensão universitária para a formação docente**. 2012. 115f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação)–Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: http://univille.edu.br/community/biblioteca_universitaria/VirtualDisk.html?action=readFile&file=A_Contrib

[uicao da Extensao Universitaria para a Formacao docente Berenice.pdf¤t=/](#). Acesso em 12 out. 2016.

HENNINGTON, Élida. Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de extensão universitária. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 1, n.1, Rio de Janeiro, jan./fev. 2005. Base de dados do Scielo. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2005000100028>. Acesso em: 13out.2016.

UERN. Departamento de Ciências Contábeis (DCC). **Projeto Custo de Vida Patu**. Patu: DCC, 2016.

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa Realizada por Telefone

DADOS DO(A) RESPONDENTE

1. Curso: Ciências Contábeis
2. Idade: _____ anos.
3. Sexo: () Masculino () Feminino
4. Cidade: _____ UF: _____
5. Tempo de participação no projeto: _____
6. Período(s) do curso quando participou do projeto
() 1º () 2º () 3º () 4º () 5º () 6º () 7º () 8º () 9º () 10º

QUESTIONAMENTOS:

- No seu entendimento, qual é o principal objetivo das ações de extensão em uma universidade?
- Quais as razões que levaram você a participar do Projeto Custo de Vida Patu?
- Na sua concepção, quais as contribuições que o Projeto proporcionou para sua formação profissional?
- Numa escala de 1 a 5, como você avalia o grau de importância do Projeto para sua formação profissional, considerando que o 1 significa “sem nenhuma importância” e o 5 significa “muito importante”.
- Qual o maior aprendizado que você teve em participar do Projeto?
- Na sua visão, ao participar do Projeto, a interação que você teve com a comunidade trouxe alguma contribuição para a sua formação profissional? Qual?
- Na sua opinião, o que você mudaria no Projeto, para que ele possa contribuir mais com a formação profissional dos seus alunos participantes?
- Você gostaria de fazer algum comentário relacionado ao projeto, em termos positivos ou

negativos, que não foi abordado neste questionamento? Qual?